

*João Luís Cardoso*

# PRÉ-HISTÓRIA DE PORTUGAL

*Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão*

VERBO

Na sobrecapa: *vista parcial do cromeleque dos Almendres (Évora) e fotografia nocturna do menir de Belhoa (Reguengos de Monsaraz) do arquivo de M. Farinha dos Santos.*

JOÃO LUÍS CARDOSO

PRÉ-HISTÓRIA  
DE  
PORTUGAL

Editorial VERBO

PARA A TERESA, A JOANA E O FRANCISCO

# Índice

PREFÁCIO 9

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS 13

## I PARTE

HISTÓRIA BREVE DAS INVESTIGAÇÕES PRÉ-HISTÓRICAS EM PORTUGAL 19

## II PARTE

OS CAÇADORES-RECOLECTORES DO PALEOLÍTICO E DO PÓS-GLACIÁRIO 45

2.1 - O PALEOLÍTICO INFERIOR ARCAICO DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS  
NO QUADRO EUROPEU E AFRICANO 51

*Os dados e os problemas.*

2.2 - O ACHEULENSE ANTIGO, O ACHEULENSE MÉDIO  
O ACHEULENSE SUPERIOR 61

*Evolução tecno-tipológica da utensilagem, distribuição geográfica das principais estações e enquadramento cronostratigráfico. Bases de subsistência e organização social.*

2.3 - O PALEOLÍTICO MÉDIO. O COMPLEXO MUSTIERENSE EM PORTUGAL  
E SUAS CARACTERÍSTICAS 77

*Contributo das estações portuguesas para o conhecimento dos últimos neandertais: distribuição geográfica, bases de subsistência e cronologia absoluta.*

2.4 - O PALEOLÍTICO SUPERIOR E A EMERGÊNCIA DO HOMEM MODERNO  
NA PENÍNSULA IBÉRICA 105

*Os complexos tecno-culturais Aurignacense, Gravettense, Solutrense e Magdalenense em Portugal: principais características da utensilagem. A organização social e os padrões de ocupação dos territórios e de exploração dos recursos. Estruturas habitacionais e funerárias. A arte paleolítica: exemplos portugueses.*

2.5 - O FIM DOS TEMPOS PLISTOCÉNICOS E O INÍCIO DO HOLOCÉNICO	127
<i>Caçadores-recolectores do tardi-glaciário e do pós-glaciário. Estações do litoral e do interior. A formação dos concheiros mesolíticos dos grandes estuários flandrianos do Tejo e do Sado: quotidiano e bases de subsistência. Organização social e rituais funerários.</i>	

### III PARTE

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES CAMPONESAS	153
3.1 - O NEOLÍTICO ANTIGO	157
<i>A neolitização do território português no quadro dos modelos explicativos existentes. O quadro geográfico e cronológico. O sistema de povoamento e de exploração dos recursos e respectivos territórios. As necrópoles.</i>	
3.2 - A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA AGRO-PASTORIL	177
<i>As comunidades do V aos inícios do III milénio a. C. A Revolução dos Produtos Secundários. Estratégias de ocupação do território no Neolítico Final.</i>	
3.3 - O MEGALITISMO NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS	185
<i>A emergência do «fenómeno» megalítico e o seu significado. A evolução do megalitismo no Sul, no Centro e no Norte no quadro económico-social vigente. A religião e a arte.</i>	

### IV PARTE

AS SOCIEDADES COMPLEXAS DO CALCOLÍTICO E DA IDADE DO BRONZE	245
4.1 - O MODELO DE POVOAMENTO CALCOLÍTICO DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS	251
<i>Os povoados fortificados no quadro do aprofundamento da intensificação económica e da especialização das produções: desigualdade, tensão e diferenciação sociais inter e intracomunitárias. Os intercâmbios transregionais, a génese da metalurgia do cobre e o movimento de populações.</i>	
4.2 - SÍMBOLOS DO SAGRADO, ESTRUTURAS E RITUAIS FUNERÁRIOS DO CALCOLÍTICO	281
4.3 - O «FENÓMENO» CAMPANIFORME.	303
<i>Aspectos económicos e da organização social: povoados e rituais funerários. Cronologia absoluta.</i>	
4.4 - O BRONZE PLENO	325
<i>A acentuação das dissimetrias regionais. O Bronze do Sudoeste e o Bronze Pleno do centro e do norte. Territórios, exploração de recursos e organização social. A arte galaico-portuguesa.</i>	
4.5 - O BRONZE FINAL	349
<i>A estrutura do povoamento e a exploração dos territórios e dos recursos mineiros: o Norte, o Centro e o Sul. O território português, entre Atlântico e Mediterrâneo: aspectos económicos e culturais. A plena afirmação da estratificação social: chefes e guerreiros. Rituais funerários.</i>	

ANEXO	401
BIBLIOGRAFIA	417
ÍNDICE REMISSIVO	439

## Prefácio

1. Venho de um tempo universitário em que o ensino da Pré-História tinha um valor reduzido, nem mesmo subsidiário, nos programas da licenciatura em História. No que concerne às Ciências Geográficas, em que o conhecimento do terreno não prescinde da marca humana que nele ficou impressa, a preparação era mais actuante e sólida. Mas, no tocante às Ciências Históricas e Filosóficas, a cultura adquirida olhava sem paixão imediata para o passado distante. Excluindo os raríssimos colegas, que se contavam pelos dedos, com marcada vocação arqueológica, a geração de 1943-1948, de que fiz parte na Universidade de Coimbra, não sentia a Pré-História como a mais recuada fonte do saber histórico.

A recusa de mergulhar nas origens longínquas do homem provinha de variados factores, entre os quais a de não contarmos nenhum especialista no quadro docente, com a possível excepção do Doutor Virgílio Correia, todavia mais voltado para os domínios da História da Arte. Vinha também da antiga tradição de se ligar o início da História ao uso da escrita, ao ponto de situar no século XIII a. C., com a chegada dos Dórios à península Helénica, a aurora de um novo tempo no curso da Humanidade. E, desta forma, se deixavam para trás umas centenas de milhares de anos que se quedavam envoltas numa espécie de nevoeiro impossível de desvendar.

Não estou a caricaturar uma situação universitária, mas apenas a relembrar um ambiente não propício aos estudos da Pré-História, por carência da paixão que aos mestres incumbe despertar nos discípulos. É óbvio que não púnhamos em causa a existência, no território que veio a ser Portugal, de grupos humanos que dele fizeram um local de ocupação ou de simples passagem. Mas eram noções vagas a que a História nos fornecia sobre os vários períodos do Acheulense e do Paleolítico, seguidos da neolitização do fenómeno que conduziu ao megalitismo impresso em não poucas regiões do nosso País. Insisto que sem os estímulos conducentes a uma entrega do espírito ao mundo do intelecto, não se tornava possível, como hoje ainda sucede, abrir as portas de qualquer actividade criadora.

2. Contudo, as exigências da vida cultural, para já não referir a ânsia de cultura que se manifesta no dia-a-dia, cedo me levaram a reconhecer que um estudioso da História não pode ignorar as mais recônditas franjas do passado. Mesmo sem aspirar a uma especialização profunda, não se pode viver sem um conjunto de ideias gerais no campo da Arqueologia, para conhecer o tempo que Aquilino Ribeiro definiu, magistralmente, como «o dos Avós dos nossos Avós». Também nesse ponto aceito que a cultura integral do indivíduo não existe sem o conhecimento das suas raízes, por mais distantes que sejam.

Ainda no decénio de 1940 procurei inteirar-me sobre a presença humana no espaço português, folheando autores hoje porventura esquecidos, mas que eram ao tempo de leitura aconselhada. Tal o caso de Carlos Ribeiro, Francisco Martins Sarmiento, Mário Cardoso, Mendes Correia, Joaquim de Carvalho e, como livro de cabeceira, as Religiões da Lusitânia, de Leite de Vasconcelos. Era então adepto de uma cultura espraçada em vários campos do saber, por tal vertente se coadunar melhor com a forma mentis que sempre me atraiu. Isto é, a de buscar saber um pouco de tudo na esfera da História em que amassei a formação cultural.

Desde cedo também estabeleci um salutar convívio com figuras ligadas à ciência arqueológica, para somente mencionar o tenente-coronel Afonso do Paço, o Professor Manuel Heleno e, durante a estada na Universidade de Toulouse, o colega e amigo Louis-René Nougier, que procedia ao estudo das grutas da região dos Pirenéus, com especial incidência na de Mas d'Azil. Mas uma dívida intelectual contraí nos anos 60 e que não posso esquecer: a do Dr. Manuel Farinha dos Santos, assistente de Pré-História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em dilatadas conversas aprendi com o saudoso amigo não haver fronteiras temporais no campo da História, por ser objectivo do historiador captar a essência do passado, por mais longínqua ou recente que seja a sua marca documental.

3. Pensarão os leitores que estou a evocar o meu curriculum universitário,

*quando pretendo apenas justificar a aceitação deste baptismo da Pré-História de Portugal, que o Professor Doutor João Luís Cardoso agora lança a público. Não pode assim causar surpresa que me apresente com dois títulos que não enjeito, sendo o primeiro o de um leitor constante dos temas arqueológicos, onde procuro no dia-a-dia saber o que o meu entendimento exige para satisfação do espírito. Outrem melhor do que eu o faria, pelo menos com mais autoridade, num tempo em que a Arqueologia portuguesa não cessa de nos brindar com estudos de novidade e merecimento, por parte de um escol de investigadores que dão cartas neste ofício. Para quem viveu um tempo universitário sem largos horizontes de futuro, deparar com a magnífica escola de historiadores da Pré-História que hoje existe em Portugal, constitui um motivo de congratulação.*

*Mais ainda: uma fervente aposta no labor criativo que estão a realizar nas Universidades, nas Academias e nos Institutos Politécnicos, sem esquecer os centros de investigação a que procuram dar o merecido crédito, tanto no nosso país como no estrangeiro. Mas como a seara é infinda e a sementeira pode traduzir-se numa excelente colheita para os seus cultores, impõe-se que formem equipas coesas animadas pelo ideal da ciência, em vez de se enredarem nas questiúnculas tão comuns na pequena Casa Lusitana! Deixe-se trabalhar quem o faz com competência e honestidade, louve-se o que se fizer de útil neste campo imenso da investigação – e o futuro registará o labor dos que contribuíram para valorizar a ciência portuguesa através da Pré-História.*

4. O segundo título que evoquei para proceder à feitura deste prefácio, respeita ao seu autor, o Professor Doutor João Luís Cardoso, meu afável confrade na Academia Portuguesa da História. Há uma dezena de anos que acompanho a sua actividade científica, assente em três virtudes-mestras: o constante e frutuoso estudo, uma chama de entusiasmo no que realiza e a honestidade intelectual de que ofereceu, até hoje, largos frutos. Professor da Universidade Aberta e colaborador de publicações nacionais e estrangeiras, o autor da Pré-História de Portugal possui todos os dons, a começar por uma

*pujante juventude, para deixar o nome inscrito na área de especialização a que se consagrou.*

*Esta sua obra foi galardoada com o Prémio Aboim Sande Lemos, referente ao ano de 2002, que a Academia Portuguesa da História, em 10 de Julho passado, com todo o merecimento lhe atribuiu. Maior não pode ser o meu júbilo por renovar, nesta ocasião, ao Professor Doutor João Luís Cardoso o testemunho de um grande apreço a que se junta uma profunda estima. Os bons augúrios repetiam a expressão «para a frente», quando emitiam um caloroso voto no futuro de alguém. Assim o faço hoje, satisfazendo também a solicitação da Editorial Verbo, na pessoa do seu administrador, Dr. João Miguel Magalhães Guedes, que tanto empenho colocou na publicação deste livro.*

*Santarém, 30 de Setembro de 2002*

*Joaquim Veríssimo Serrão  
Presidente da Academia  
Portuguesa da História*

## Apresentação e Agradecimentos

Esta obra dirige-se ao público em geral e, muito especialmente, a todos aqueles que pretendam obter, de forma sintética, mas rigorosa e objectiva, uma visão de conjunto sobre a dinâmica que presidiu à ocupação humana do território hoje português. Bem-entendido, entre estes incluem-se os estudantes universitários de Pré-História, cujo estudo se situa normalmente no início das Licenciaturas. Pretende-se, deste modo, conferir aos leitores os conhecimentos essenciais que lhes permitam compreender os fenómenos sociais que enformaram a marcha das sucessivas comunidades humanas que ocuparam esta franja do Ocidente Peninsular: primeiro, organizadas em bandos de caçadores e recolectores; depois, após aquela que foi a maior das revoluções havidas na história humana – a agricultura –, agrupadas em tribos, onde os laços do sangue continuavam a ser determinantes (sociedades tribais), e que, mercê de rápida evolução, culminaram com a consolidação das sociedades complexas e com a estratificação social atingida no final da Pré-História. Estava-se, então, no alvor de uma nova era, a das sociedades com escrita, a qual, no território português, surge talvez no século VIII a. C., em estelas e tampas sepulcrais, expressivas da necessidade de perpetuação das elites então existentes. Concretizava-se uma diferença essencial face aos períodos anteriores: na administração dos territórios dos proto-Estados emergentes, o poder já não residia na comunidade, mas naqueles que a dirigiam, detendo a escrita papel essencial em tal âmbito.

A evolução das sucessivas populações que ocuparam o solo hoje português foi feita sem descontinuidades culturais de maior, antes se caracterizou por um *continuum*, raramente se verificando rupturas com a realidade preexistente, embora não se possa negar o papel de contributos exógenos, nalguns casos determinantes. Deste modo, é importante que o leitor, no termo desta obra, tenha apreendido as principais linhas de força que ditaram e caracterizaram a estrutura

das diversas sociedades que foram sendo, sucessivamente, objecto de caracterização. Mais importante do que saber datas precisas, aliás inviáveis em Pré-História, importa que os conteúdos apreendidos, relativos a uma área frequentemente menosprezada, em parte fruto do véu de mistério que tradicionalmente ainda paira sobre realidades humanas tão longínquas, sirvam para melhorar a cultura geral dos leitores e, deste modo, contribuam para a compreensão da sua própria realidade: com efeito, a cidadania pressupõe não só a aquisição de conhecimentos mas também a integração destes no quotidiano de qualquer cidadão consciente. Por outro lado, os conhecimentos relativos ao período mais longo da Humanidade – a Pré-História – enriquecerão a compreensão da sociedade dos nossos dias.

A visão formativa e sintética, que se crê adequada a obra de síntese como esta, não poderá ignorar que a Pré-História se constrói a partir de evidências materiais recolhidas no terreno: a reconstituição da realidade humana passa obrigatoriamente pelo conhecimento dos paleoambientes e dos recursos potencialmente disponíveis em dada região, que determinaram os próprios modelos de exploração ou de povoamento adoptados em cada época. Sendo certo que o próprio sucesso das comunidades humanas dependeu, pelo menos até ao início do Neolítico, dos recursos naturais susceptíveis de se obterem pela caça/recolocção, torna-se evidente a importância das características paleoambientais e paleoecológicas (água, solos, climas, floras, faunas, em suma, da paisagem, entendida como um todo, em permanente evolução) para a interpretação económica, social e cultural inerente das correspondentes formações sociais. Verifica-se, assim, uma das principais características da Pré-História: tratando essencialmente do conhecimento do Homem, os seus métodos de estudo, a começar pela recolha ou o registo dos dados, obtidos em escavação, baseiam-se, numa primeira etapa do conhecimento, em áreas científicas diversas, com destaque para as Ciências da Terra. Tal realidade obriga a um diálogo permanente do arqueólogo com uma multiplicidade de fontes de informação, em ordem à pretendida reconstituição paleossocial e cultural, que deverá ser o ponto de chegada, a síntese, elaborada à luz de modelos das Ciências Humanas e Sociais, especialmente da História. No entanto, o leitor desta obra não deverá ignorar que, em Pré-História, só os factos de observação são realidades perenes: as interpretações que deles se possa fazer variar, forçosamente, consoante o aperfeiçoamento das técnicas e das doutrinas, ou o surgimento de novas formas de abordagem conceptual da realidade material recuperada. É até possível que a mesma soma de elementos suscite interpretações diversas por parte de pré-historiadores contemporâneos,

fazendo uso de modelos explicativos diversos: nisso reside uma das riquezas da reconstituição arqueológica, que não deverá ser encarada como fraqueza.

Importa, em qualquer caso, ter ciente que uma das condições fundamentais para a construção de bons modelos, é a própria qualidade dos dados utilizados: assim se afirma o pré-historiador, primeiro como produtor primário de dados científicos, depois como seu manipulador, prática onde deverá integrar os elementos resultantes de trabalho pluridisciplinar, cujo pleno significado na perspectiva da reconstituição humana lhe cumpre valorizar. Trata-se, enfim, de conhecer o homem pré-histórico a partir dos testemunhos materiais das suas actividades, tanto as quotidianas como as de carácter religioso ou funerário, tão heterogêneas quanto diversos foram os gestos e comportamentos que estiveram na sua origem. Conhecimento definitiva e irremediavelmente incompleto e fragmentário: disso há que ter plena consciência.

Tendo presente o que ficou dito, espera-se que o leitor, de posse das informações ora facultadas por este livro, complementadas eventualmente pela bibliografia sugerida, desenvolva as suas capacidades críticas de análise e de síntese da informação disponível, incentivada pelos objectivos de leitura sugeridos, entre outros, para cada capítulo, compreenda os processos dinâmicos, eminentemente sociais, que determinaram a evolução das sociedades pré-históricas que ocuparam o território hoje português, estudadas a partir dos restos materiais conservados no solo.

Situado geograficamente entre dois grandes pólos culturais, desde cedo evidenciados – o domínio atlântico e o mundo mediterrâneo –, a individualidade cultural do espaço geográfico hoje português decorre, frequentemente, da mescla de contributos oriundos de um ou outro dos referidos domínios, por via marítima, para além dos que se transmitiram por via terrestre, através do interior peninsular: trata-se de realidade que deverá estar sempre presente, na abordagem de períodos em que a presença de tais influxos se afiguram particularmente evidentes, como no Neolítico Antigo, no Calcolítico ou no Bronze Final; na verdade, aquela realidade dual é já evidente no Solutrense, como se conclui da coexistência, na Estremadura Portuguesa, de pontas bifaciais de tradição franco-cantábrica com pontas de pedúnculo de tipo levantino, situação que não poderia ignorar-se numa obra que procura apresentar síntese coerente e articulada da ocupação pré-histórica de Portugal.

De muitas outras maneiras este livro poderia ter sido organizado. A fórmula encontrada decorre de uma experiência pessoal, de investigação e de publicação de temas de Pré-História, de todos os

períodos tratados, de mais de vinte e cinco anos, consubstanciada por numerosos trabalhos de campo (prospecções e escavações arqueológicas), publicados na sua quase totalidade. Não espanta que os critérios adoptados sejam diferentes dos apresentados por outros autores, eles próprios decorrentes das suas visões pessoais, sem embargo de serem pré-historiadores de mérito.

Na organização deste vasto Programa, houve critérios que determinaram a eleição de certas matérias e o tratamento mais superficial de outras, ou mesmo a sua simples eliminação. Assim, por exemplo, no tocante aos métodos de datação, embora se reconheça útil que se saiba quais são os de aplicação mais usual em Arqueologia e quais as limitações de cada um deles, não seria possível tratar todos com a profundidade requerida pela complexidade de alguns deles, muito menos em obra de síntese como esta. Também não serão tratados os mecanismos biológicos da hominização, nem os nomes dos principais protagonistas de tal evolução. As razões são óbvias: trata-se de matéria de evidente complexidade, sobre a qual os próprios especialistas não reúnem consenso, a que acresce a rápida evolução dos conhecimentos produzidos. Por outro lado, para além do território português não possuir relevância na discussão desta matéria, pela inexistência de peças paleontológicas significativas, o pré-historiador, em geral, domina mal tais assuntos, objecto de estudos especializados por parte dos paleoantropólogos; da mesma forma, o conhecimento da realidade paleoambiental em que decorreram tais actividades é quase nula, ao contrário da realidade dos Países onde tais estudos se encontram mais desenvolvidos.

Deverá ter-se em atenção que o apaixonado, o curioso ou o estudante de Pré-História anseia, em última análise, por conhecer a realidade humana, mais do que os mecanismos que determinaram ou o quadro natural onde decorreu aquela actividade. Da mesma forma, evitou-se o tratamento teórico das diversas correntes de pensamento e prática arqueológica (Arqueologia comportamental, experimental, processual, espacial, estruturalista, marxista, teórica, etc.), embora a bibliografia geral refira diversos trabalhos recentemente produzidos em Portugal, susceptíveis de serem lidos com proveito por leitores mais interessados. Com efeito, não se crê vantajosa a discussão destas matérias numa obra geral de Pré-História, na qual seriam, forçosamente, tratadas antes de os leitores poderem, sequer, ter uma ideia do objecto da discussão. Não convém esquecer o carácter abrangente desta obra e do público a que se destina, do qual apenas uma minoria desenvolve ou pretende desenvolver estudos de Arqueologia Pré-Histórica. Para esses, para os futuros arqueólogos, o desejo sincero é que nela encontrem motivos de alento acrescidos,

18

que consolidem a sua vocação e os despertem para a dificuldade da disciplina, mas também para a empolgante «aventura» onde terão o raro privilégio de serem participantes activos.

Enfim, teve-se presente a necessidade de apresentar as matérias, não como fruto espontâneo das actuais gerações de arqueólogos portugueses «no activo», mas sim como o resultado de um longo processo de maturação, que em Portugal se iniciou em meados do século XIX, entrosando-se directamente na história das ideias e das mentalidades: por isso se considerou necessário o desenvolvimento, em parágrafo próprio, da história das investigações pré-históricas em Portugal, das origens aos nossos dias (e não apenas até ao princípio do século XX, como tem sido usual). É importante que o leitor compreenda a trajectória e vicissitudes das investigações neste domínio, as quais explicam, em grande parte, a natureza dos conhecimentos actuais e as assimetrias, ainda verificadas, entre as diversas regiões do País, no tocante ao conhecimento do seu passado pré-histórico.

Por último, o facto da concepção desta obra exprimir um ponto de vista pessoal, foi razão acrescida para se evitar conscientemente a sobrevalorização de certos temas, só por serem de maior agrado do autor ou por neles se sentir mais à vontade.

Que este livro desperte vocações, que consolide as já alicerçadas e, enfim, que seja útil a todos quantos se sentem atraídos pelo conhecimento do passado mais longínquo da aventura humana em solo hoje português, é o que deseja, talvez com demasiada ambição e optimismo, o autor.

Expresso o meu agradecimento à Dra. Seomara da Veiga Ferreira e à Dra. Margarida S. Graça, por me terem oferecido as colecções de diapositivos de seus ilustres progenitores e meus saudosos mestres, os Prof. Doutores O. da Veiga Ferreira e M. Farinha dos Santos, os quais se revelaram preciosos à adequada ilustração deste livro. Por razões idênticas, agradeço aos colegas e amigos, os Prof. Doutores Raquel Vilaça, Maria de Jesus Sanches e Carlos Fabião, e o Dr. António Faustino de Carvalho, a cedência de fotografias. Devo, também, a Júlio Roque Carreira a publicação de desenhos inéditos de materiais do Museu Nacional de Arqueologia, realizados a suas expensas e por sua iniciativa. Registo, reconhecido, o cuidado com que o Senhor Administrador da Editorial Verbo, Dr. João Miguel Guedes, acompanhou pessoalmente a execução desta obra. Enfim, o Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão aceitou o convite que lhe enderecei de a prefaciar. Como seu admirador, é motivo de imensa satisfação ver o nome do grande historiador associado ao resultado do meu próprio labor, sempre norteado pelo seu inexcedível exemplo de probidade, dedicação e trabalho.

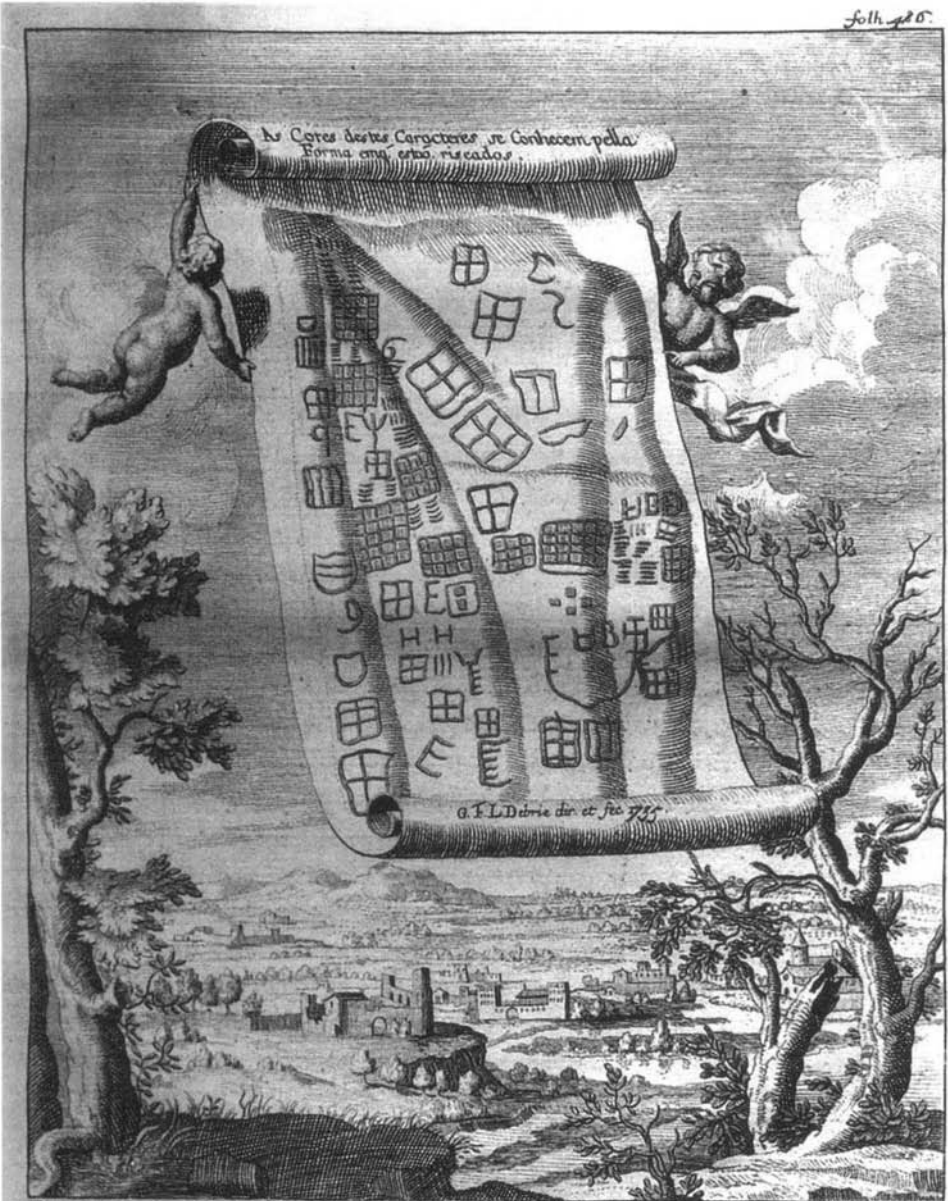
A terminar, é com amizade que registo os nomes dos Profs. Doutores Maria José Ferro Tavares e António Augusto Tavares que, ao terem, respectivamente, aceite e arguido este mesmo tema no âmbito das Provas de Agregação defendidas em Junho de 2000 na Universidade Aberta, se encontram na origem da presente obra.

I PARTE

*História Breve das Investigações  
Pré-Históricas em Portugal*

A história das investigações pré-históricas em Portugal é um campo ainda pouco tratado, cuja importância tem sido quase ignorada em Portugal, até época recente. No entanto, ainda na primeira metade do século XVIII, destacou-se Jerónimo Contador de Argote, ao reproduzir, em bela gravura sobre cobre (datada de 1735), que permaneceu, infelizmente, quase desconhecida, as representações rupestres pré-históricas do Cachão da Rapa, sobre o Douro. Trata-se de manifestações de arte esquemática, provavelmente calcolíticas, as quais se podem considerar as mais antigas reproduções europeias no seu género. Bastaria tal facto para situar Portugal como um dos países, ao lado da França, em que mais cedo se realizaram estudos sobre o passado então considerado mais remoto da Humanidade. Outro indício desta realidade é a criação da Academia Real da História Portuguesa, por D. João V, em 1720 e o «Alvará de Ley», publicado logo a 17 de Agosto de 1721, o qual instituía a obrigação da salvaguarda do património móvel ou imóvel, tanto por parte de particulares como pelos poderes públicos, especialmente as Câmaras Municipais. Naturalmente que as preocupações se dirigiam essencialmente para a protecção dos testemunhos da Antiguidade Clássica, numa já longa tradição em Portugal, que remonta ao século XVI (e especialmente a André de Resende). Mas a Academia não ficou indiferente às antiguidades muito anteriores à presença dos Romanos: os resultados positivos do referido Alvará são comprovados pela comunicação, publicada em 1733, nas *Memórias da Academia*, de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, na qual desenvolveu considerações sobre algumas antas existentes no País, então por ele consideradas como altares. O interesse que tão frustes monumentos despertaram nos espíritos iluminados setecentistas e, em especial, nos membros da Academia, motivou a primeira tentativa da sua inventariação a nível nacional: logo em 1734, o padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro apresentou o levantamento de 315 ocorrências o qual, infelizmente, não foi publicado.

Mas os primórdios dos estudos pré-históricos em Portugal, com método científico, só se iniciaram mais de um século depois,



Estes Caracteres existem em um penão perto do Lugar de Lanhães, terme da Villa de Anciães. em Douro.

1 As gravuras rupestres do Cachão da Rapa (Carrazeda de Anciães), representadas numa gravura sobre cobre datada de 1735, seg. D. Jerónimo Contador D'Argote.

corporizando a chamada «época de ouro da Arqueologia Portuguesa». Tal designação corresponde aos trabalhos da 2.ª Comissão Geológica (1857-1868), sob a égide de Carlos Ribeiro e de Francisco Pereira da Costa e do organismo que lhe sucedeu, a Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal (1869-1886), dirigida apenas por Carlos Ribeiro e, depois do seu falecimento (1882), por Joaquim Filipe Nery

Delgado; do labor destes pioneiros, tanto no campo (escavações do concheiro do Cabeço da Arruda, 1863, 1880; da gruta da Casa de Moura, 1865; e da gruta da Furninha, 1879, entre outras), como no gabinete, no qual foi efectuado o enquadramento teórico dos resultados e materiais recolhidos, resultaram importantes monografias, expressivas da actualização dos conhecimentos científicos dos seus autores (de que se destaca trabalho notável sobre dólmenes, de Pereira da Costa, publicado em 1868, que se sucedeu à primeira monografia dedicada a uma estação pré-histórica portuguesa, o concheiro do Cabeço da Arruda, em Muge, também da autoria de Pereira da Costa, 1865). Nalgumas obras, é nítida a influência de Charles Lyell: o título de um dos seus livros mais conhecidos, *The Geological Evidences of the Antiquity of Man*, London, John Murray, 1863, influenciou mesmo o da célebre monografia portuguesa «Da existência do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas», Lisboa, Comissão Geológica de Portugal, da autoria de Nery Delgado, datada de 1867. A dimensão arqueológica ímpar de Nery Delgado, que, após a escavação da Furninha se dedicou quase exclusivamente a questões de carácter geológico, ainda se encontra longe de devidamente reconhecida. A aplicação à Arqueologia do método estratigráfico, desenvolvido nos estudos geológicos, acompanhado do registo em planta das escavações, procedimento que era excepcional na época, é evidente no trecho seguinte: «Levantado o entulho, numa camada após outra, fácil nos foi recolher todos estes objectos, sabendo-se sempre a altura a que tinham sido colhidos e fazendo-se, além disso, as separações dos que tinham sido achados n'um ou n'outro ponto da gruta» (da Casa da Moura) (p. 46 da referida monografia).

Importa não desligar os progressos da investigação da Pré-História portuguesa, protagonizados pelos membros da Comissão Geológica dos sucessos na altura verificados um pouco por toda a Europa, com especial destaque para a França, Bélgica e Inglaterra. Data também dessa altura a afirmação da Arqueologia nos Países Nórdicos, onde os testemunhos de várias épocas se conservaram excelentemente nas turfeiras, exibindo características próprias, desprovidas das influências culturais clássicas, de Gregos e Romanos, que ali jamais chegaram. Foi, porém, ali, no Norte Escandinavo, que o texto de Lucrécio, sobre a existência de três idades sucessivas na marcha da Humanidade: a da Pedra, seguida da do Bronze e, por último, da do Ferro, pela primeira vez foram cabalmente demonstradas e, mesmo subdivididas por Worsaae, antes de 1860, evidenciando a qualidade e o avanço da Arqueologia nórdica.

3  
4  
5



*Carlos Ribeiro*

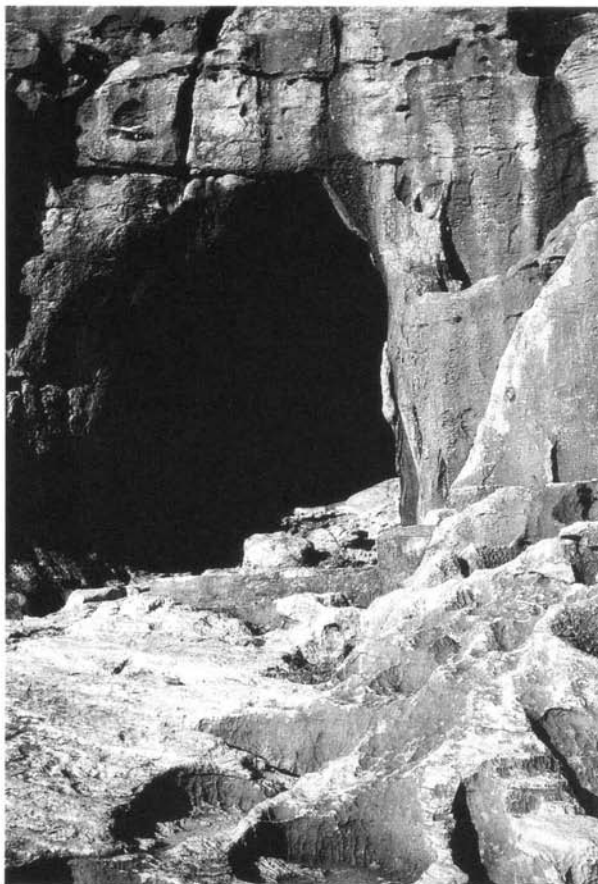


*J.F. Nery Delgado*

2 Carlos Ribeiro  
(1813-1882)

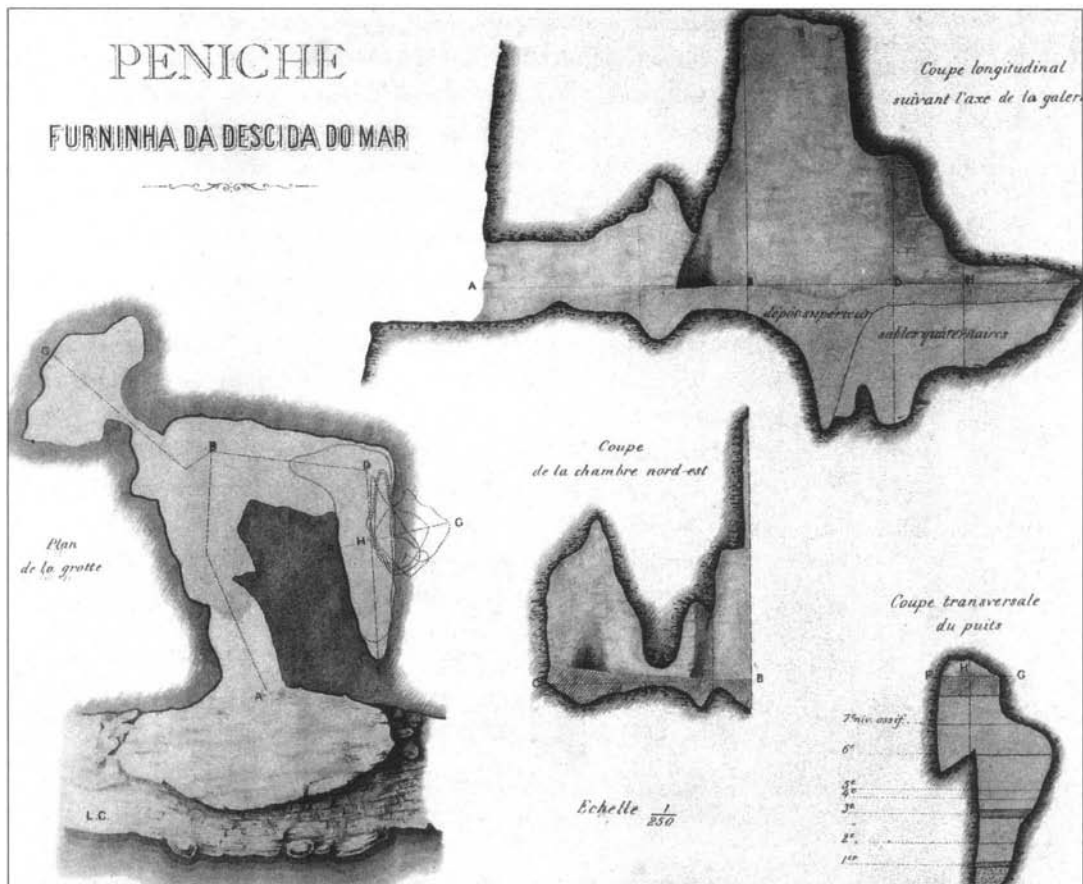
3 J.F. Nery Delgado  
(1835-1908)

4 Vista da entrada da gruta da Furninha (Peniche), relacionada com superfície de abrasão marinha entalhada nos calcários jurássicos. Arquivo O. da Veiga Ferreira. Esta gruta foi explorada em 1879 por J.N. Nery Delgado, aplicando, cuidadosamente, o método estratigráfico, na escavação dos respectivos depósitos e na recolha dos restos neles contidos.



Por todo o lado, os nacionalismos encontravam-se em plena afirmação; não espanta que a Arqueologia também fosse utilizada para os justificar, legitimando prioridades ou diferenças, sem esquecer que o estudo e conhecimento dos primórdios da Humanidade a todos dizia respeito sendo, por isso, um contributo devido pelas Nações cultas, que pretendessem viver em comunhão com as restantes.

Era este o espírito que animava os pioneiros da 2.<sup>a</sup> Comissão Geológica, desde o momento da sua criação, em 1857. Não ignoravam o progresso dos conhecimentos além-fronteiras, procurando, pelo contrário, confirmá-lo no território português, o que conseguiram, com pleno êxito. Deste modo, os trabalhos de Carlos Ribeiro, Pereira da Costa e Nery Delgado vieram mostrar que, também em Portugal, e à semelhança do verificado noutros países onde os estudos pré-históricos tinham começado há mais tempo, era possível alcançar o conhecimento de um passado humano apenas apoiado nos testemunhos materiais que nos chegaram, os quais eram retirados ao arquivo da

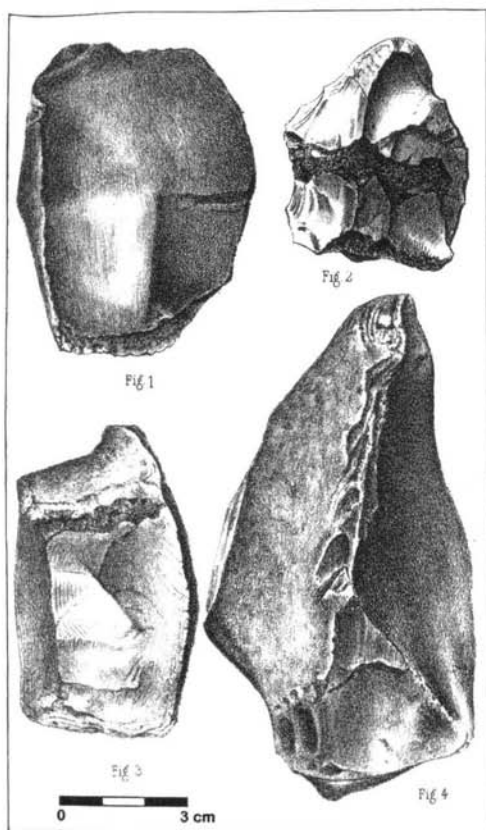


terra e interpretados com base nos métodos estratigráfico e tipológico, afinal os mesmos que, ainda hoje, presidem ao trabalho do arqueólogo. O concurso harmónico e integrado de diversas áreas científicas para o conhecimento da realidade humana pré-histórica, recorrendo à Paleontologia, à Antropologia Física e aos estudos comparados das tradições populares e dos povos primitivos actuais – consubstanciando uma nova área científica então designada por «Paletnologia» – conduziu a abordagens da realidade arqueológica de uma forma que, entretanto, se perdeu, para só recentemente vir a ser recuperada e devidamente valorizada nos seus fundamentos.

Cabalmente demonstrada a antiguidade diluviana (ou Quaternária) da Humanidade pré-histórica, depois da polémica estabelecida entre Boucher de Perthes e diversos geólogos e paleontólogos sobretudo ingleses, da qual o primeiro saiu vencedor, pretendia-se ir ainda mais longe, remontando-a à Era Terciária: Carlos Ribeiro contava-se entre os poucos, ao lado do padre Bourgeois e do Professor Rames que

5 Planta e cortes da gruta da Furninha, Peniche (in Delgado, 1884)

- poderiam contribuir para a discussão desta questão com achados efectivos, recolhidos em diversos locais da bacia terciária do Tejo (especialmente na região de Ota). Do interesse pela realidade portuguesa, que o nosso compatriota soube incutir na comunidade arqueológica, resultou a reunião, em Lisboa, no mês de Setembro de 1880, da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, que culminou o labor dos pioneiros da Pré-História portuguesa. Mesmo em obras de divulgação o Congresso ecoou: Oliveira Martins incluiu logo na 2.<sup>a</sup> edição dos seus *Elementos de Anthropologia* numerosos extractos das comunicações apresentadas e o impacto no seio da população foi efectivo: basta recordar os expressivos apontamentos sobre as comunicações apresentadas pelo grande Raphael Bordallo Pinheiro, nas páginas de *O António Maria*: nelas perpassa a crítica mordaz e o anticlericalismo, como competia a tão activo republicano. Carlos Ribeiro é tratado com admiração: «...o nome deste forte e honrado trabalhador ficará gloriosamente



SILEX TERCIAIRES DU PORTUGAL

#### Varias apresentações



CARLOS RIBEIRO, O DESCOBRIDOR DO HOMEM TERCIARIO PORTUGUEZ. - Quando alguns dos sabios nacionaes viram posta em duvida a authenticidade d'este descobrimento elles jubilaram muito, porque não ha coisa que mais alegre um sabio ambiguo do que encontrar um outro que lhe parece mais ambiguo ainda. Não obstante isso, o nome d'este forte e honrado trabalhador ficará gloriosamente ligado para todo e sempre a um dos mais importantes factos da sciencia europeia n'este seculo.

ligado para todo o sempre a um dos mais importantes factos da sciencia europeia n'este seculo», enquanto Possidónio da Silva, o organizador e principal animador da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes é displiscentemente apresentado como «o organizador de um basar de prendas velhas no museu archeologico e descobridor de uma carroagem que elle mesmo não sabe se foi na antiguidade a tina de Semiramis ou se foi o bidé de Nero...». Assim, jocosamente, se retratava a diferença de métodos e de preocupações que separavam os arqueólogos de formação científica efectiva, de base naturalista, que se dedicavam aos estudos da Pré-História, no quadro do Positivismo da época, dos arqueólogos-antiquários, seus contemporâneos, dados às mais eruditas especulações sobre o sentido estético-artísitico das peças de colecção (ao qual o científico, frequentemente, se encontrava subordinado).

É neste ambiente de forte empenho na investigação arqueológica, tanto antes como imediatamente após o congresso de 1880, que explica a publicação de duas obras de síntese sobre a pré-história da Península Ibérica, uma da autoria do Lente da Faculdade de Medicina de Coimbra, Augusto Filippe Simões, publicada um tanto prematuramente em 1878; outra, escrita por Émile Cartailhac, que efectuou, por ordem do Governo francês, uma missão de estudo aos dois países ibéricos, logo depois do Congresso de 1880, a qual foi impressa em França em 1886.

Estas obras, destinadas a um público já interessado pela Pré-História, tinham a sua extensão natural em pequenas brochuras, destinadas a uma circulação muito alargada; é o caso do *Portugal Pré-Histórico*, de J. Leite de Vasconcellos, publicado em 1885, e que constituía o n.º 105 da «Bibliotheca do Povo e das Escolas», vendido pela módica quantia de 50 réis, acessível a todas as bolsas.

Entretanto, em 1884 e 1885 prosseguiram as escavações nos concheiros de Muge, por F. de Paula e Oliveira, prematuramente falecido, de quem muito havia ainda a esperar, tal a qualidade científica dos trabalhos de campo ali efectuados e da respectiva publicação, impressa postumamente, em 1892.

Na década de 1880, salienta-se o início do labor notável de A. dos Santos Rocha na região da Figueira da Foz e no Algarve, que prosseguiu até à sua morte, ocorrida em 1910. Para além da fundação do Museu Municipal, deve-se-lhe, também, a criação da Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz, cujos primeiros trabalhos foram publicados, de 1899 a 1903, na revista *Portugalia*. A partir de 1904, a sociedade adopta o nome do seu Patrono, vindo a publicar 10 fascículos, de 1904 a 1909, terminando pois no ano antecedente ao

6 «Éólitos» apresentados por Carlos Ribeiro em 1872 ao Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, de Bruxelas (in Ribeiro, 1873)

7 Caricatura de Raphael Bordallo Pinheiro em *O António Maria*, de 30 de Setembro de 1880, a propósito da polémica do Homem Terciário em solo português, supostamente identificado por Carlos Ribeiro. O outro personagem caricaturado é o duque de Ávila.

8

9

10

# OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO  
ESTRANGEIRO

3.º ANNO

15 DE OUTUBRO DE 1880

VOLUME III—N.º 68



CONGRESSOS ANTROPOLÓGICO E LITTERARIO EM LISBOA — SESSAO INAUGURAL NA SALA DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS  
EM 30 DE SETEMBRO DE 1880 (Desenho do natural por M. de Macedo)

do falecimento do seu patrono. No Algarve, afirmou-se, no campo dos estudos pré-históricos, Estácio da Veiga, cuja obra monumental em 4 volumes se publicou de 1886 a 1891. Estácio da Veiga pode justamente ser considerado o primeiro arqueólogo português profissional, visto ter sido encarregue pelo Governo do levantamento sistemático das antiguidades algarvias, que, contudo, não chegou a publicar na íntegra. Entretanto, avulta, no Minho, a figura de Martins Sarmiento, o escavador da citânia de Briteiros, visitada pelos participantes do célebre Congresso de Lisboa de 1880, o qual, no domínio da Pré-História, promoveu escavações em diversos monumentos megalíticos, que têm a pouco e pouco vindo a ser publicadas, com base nas notas que nos legou.

11

Entretanto, no Porto, afirmava-se uma prestigiada revista, a *Portugalia*, animada por Rocha Peixoto e Ricardo Severo, que anteriormente tinham sido dois dos principais animadores da Sociedade Carlos Ribeiro, cujo órgão, a *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes* está na imediata ascendência daquela. Conquanto publicasse, sobretudo, estudos de outra índole, a Pré-História encontra-se nele representada por importantes artigos, como o dedicado às grutas de Alcobaça, da autoria de Vieira Natividade, publicado em 1903.

O manancial de documentos ainda por aproveitar justifica que se dê a maior atenção à história da arqueologia portuguesa do século XX, a qual se encontra na imediata antecedência da realidade arqueológica dos nossos dias. Deverá salientar-se, neste contexto, o papel de numerosos arqueólogos, a começar por Leite de Vasconcellos, que protagonizou a passagem do século e cuja acção se faz sentir muito para além do seu desaparecimento físico. Polígrafo notável, que deixou

12

g Sessão inaugural da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, na sala da Biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 20 de Setembro de 1880, perante D. Fernando e D. Luís (in *Occidente*, de 15 de Outubro de 1880.

g Escavações de Carlos Ribeiro no concheiro do Cabeço da Arruda, Muge, Salvaterra de Magos (in *Ilustração Portuguesa*, 1880).



10 António dos Santos Rocha (1853-1910), com a característica indumentária das suas explorações arqueológicas, no Algarve, em 1895. Seg. H. de Vilhena.



13 profundamente marcado o estado dos conhecimentos em todas as áreas que cultivou, no domínio arqueológico e, em especial no concernente aos estudos pré-históricos, a sua actividade neste domínio decaiu sensivelmente após a publicação do 3.º volume da sua monumental obra *Religiões da Lusitânia*, em 1913. Para tal poderão também ter concorrido dissabores, ocorridos por essa altura e que envolviam a sua actuação como director do então Museu Ethnologico Portuguez.

Afigura-se útil que os leitores fiquem com os conhecimentos elementares necessários à compreensão das vicissitudes da investigação pré-histórica verificadas em Portugal, até à actualidade, preocupação ainda não concretizada [qualquer publicação de índole historiográfica.

Não cabe, naturalmente, neste lugar, traçar circunstanciadamente a história da Pré-História portuguesa, no século XX, mas tão-só esboçar os seus principais aspectos bem como aqueles que, no entender do signatário, mais se distinguiram naquele domínio.

Depois da fase brilhante e de projecção internacional inquestionável que correspondeu à actividade da 2.<sup>a</sup> Comissão Geológica e dos organismos que lhe sucederam, o início do século XX correspondia, para a referida instituição, à época de declínio: com a morte de Nery Delgado, em 1908, de há muito afastado da investigação arqueológica, o estudo das opulentas colecções reunidas anteriormente ficou durante muitos anos por fazer, exceptuando casos pontuais, como o estudo de alguns artefactos paleolíticos estudados por Joaquim Fontes em 1916, depois de, no ano anterior, ter publicado um artigo sobre a estação paleolítica da Mealhada. Aliás, Joaquim Fontes, notabilizara-se muito cedo, ainda aluno do Liceu, quando, em 1910, em *O Arqueólogo Português*, publicou a sua primeira e talvez mais importante descoberta, a estação paleolítica do Casal do Monte, às portas de Lisboa.

Entretanto, também no então Museu Ethnologico Portuguez, o esmorecimento do interesse de Leite de Vasconcellos pelas investigações arqueológicas e, especialmente, pelas de índole pré-histórica era acompanhado pela saída de importantes elementos da instituição, que a eles se tinham dedicado: é o caso de Vergílio Correia que, depois ter produzido investigação pré-histórica (Paleolítico da região de Lisboa) e de uma curta passagem pelo Museu Nacional de Arte Antiga, se fixou na Universidade de Coimbra, onde os seus interesses se centraram na História da Arte Portuguesa, e também de Félix Alves Pereira, com alguns relevantes estudos que continuaram a ser publicados em *O Arqueólogo Português*, revista oficial do Museu. Com efeito, a criação da Universidade de Lisboa em 1911 permitiu, enfim, a Leite de Vasconcellos, transmitir a sua vasta erudição nos domínios da linguística, do latim, da numismática, da etnografia, entre outras áreas tornadas cada vez mais prioritárias em detrimento da Arqueologia Pré-Histórica; com a sua jubilação em 1928, sucede-se, tanto na Universidade como no Museu, um dos seus discípulos dilectos, Manuel Heleno. Professor Catedrático desde 1933 e director do Museu fundado por Leite de Vasconcellos desde 1929, em ambas instituições permaneceu até à sua jubilação em 1964; tendo iniciado a sua actividade científica no domínio da História – que, na verdade, jamais abandonaria, visto acumular, na Faculdade de Letras, o ensino da disciplina de História dos Descobrimentos com o da disciplina de Arqueologia – os seus interesses desde cedo se centrariam na investigação arqueológica. Com efeito, logo na década de 1930, iniciou intensas escavações no importante núcleo dolménico de Montemor-o-Novo – Arraiolos – Mora, onde explorou mais de 300 monumentos dolménicos: do estudo cruzado da arquitectura e dos respectivos espólios, resultou um esboço de evolução do fenómeno megalítico na



11 S.P.M. Estácio da Veiga  
(1882-1891).



12 F. Martins Sarmiento  
(1833-1899).

região. Entretanto, não descurou a área mais próxima de Lisboa, tendo explorado e publicado, logo em 1933, ainda que de forma preliminar, a necrópole de hipogeus de Carenque (Amadora). Tendo conhecimento da importância potencial da região de Rio Maior para o estudo do Paleolítico Superior português, então apenas afluído em pequeno artigo de H. Breuil, de 1918, assentou arraiais na região; durante anos sucessivos, explorou, com o apoio do pessoal do Museu Etnológico, numerosas estações na região, estendendo depois as atenções para o litoral da região de Torres Vedras; daqui resultou a identificação de todos os conjuntos industriais e culturais clássicos do Paleolítico Superior europeu, rejeitando, com base nos elementos materiais coligidos, quaisquer influências norte-africanas nesta época ou na que imediatamente lhe sucedeu, o Mesolítico, então muito em voga devido à teoria antropológica de A. A. Mendes Corrêa, que conduziu à identificação de uma suposta origem africana para os habitantes mesolíticos dos concheiros de Muge, o *Homo afer taganus*. Para melhor documentar tal teoria, desenvolvida desde a década de 1910, mandou proceder, em inícios dos anos 30, a extensas escavações em concheiros do vale do Sado, acompanhando-as pessoalmente, conforme os seus afazeres o permitiam, o que proporcionou a recolha de preciosos elementos, os quais, felizmente, vêm sendo aproveitados e publicados por terceiros, tal como se verificou e continua a verificar com as preciosas colecções paleolíticas, umas e outras cuidadosamente conservadas no Museu que então dirigia.

HM

Mais tarde, interessou-se também pela Idade do Ferro e, ainda, pelo Período Romano, tendo para o efeito centrado os seus interesses na exploração de duas importantes estações da antiga Lusitânia, a *villa* de Torre de Palma (Monforte), importante unidade de exploração agrícola e o complexo industrial de preparados piscícolas de Tróia (Grândola), um dos mais importantes no seu género de todo o Mundo Romano. Todavia, esta notável actividade, assim descrita a traços muito gerais, não teve, como se impunha, a correspondente divulgação, através da publicação dos resultados. Com efeito, Manuel Heleno, após um início muito promissor, em que também se notabilizou pelos conhecimentos que possuía em joalheria primitiva, expressos em importante estudo de 1935, publicado na revista *Ethnos*, órgão científico do Instituto Português de História, Arqueologia e Etnografia, por si fundado, deixou-se envolver quase totalmente em trabalhos de carácter administrativo, para além dos docentes, o que em parte pode explicar a sua baixa produção científica ulterior. Mesmo depois de jubilado, quando poderia ter retomado tais estudos, não o fez. As particularidades da sua personalidade justificarão tal situação; mas



13 José Leite de Vasconcelos  
(1858-1941). Seg. J. L. Dias

ainda se não estudou suficientemente tal período da nossa arqueologia para se poderem apresentar juízos definitivos. No entanto, uma análise preliminar dos seus cadernos de campo, recentemente adquiridos pelo Estado revelam, ao contrário da análise superficial dos seus detractores, uma rara dedicação e entrega à actividade arqueológica, ainda longe da adequadamente conhecida e devidamente compreendida em detalhe. Em conhecido opúsculo, significativamente intitulado *Um quarto de século de investigação arqueológica*, publicado em 1956, pode ler-se o mais portentoso conjunto de conclusões científicas até ao presente apresentadas em Portugal no domínio da Arqueologia, devidas à iniciativa isolada de um só indivíduo, as quais, naturalmente, por razões ainda ignoradas, não puderam ser desenvolvidas como mereciam. Manuel Heleno marcou, com a sua longa permanência, de mais de trinta anos, à frente das duas instituições mais importantes, à época, no domínio da Arqueologia em Portugal, não só a Arqueologia do seu tempo, mas, ainda, o desenvolvimento da disciplina nas décadas ulteriores, ao nível nacional. Contudo, nem sempre as suas orientações ou desígnios tiveram o desfecho por si pretendido. Outra poderosa

figura do mundo científico, intelectual e político pontificava, primeiro no Porto, depois a nível mais alargado, e com ela tinha Manuel Heleno de se entender: tratava-se do Prof. Doutor A. A. Mendes Corrêa (1888-1960), já atrás mencionado. Licenciado em Medicina pela antiga Escola Médico-Cirúrgica do Porto, foi nomeado, em 1921, Catedrático da então recente Faculdade de Medicina do Porto depois de, em 1919, ter sido também provido em acumulação como Professor de Geografia e Etnografia da, entretanto extinta, Faculdade de Letras daquela cidade.

Os seus interesses, no campo da Arqueologia, resultaram da descoberta acidental das necrópoles de incineração do Bronze Final de Tancoal e Meijão (Alpiarça) em terras da Quinta dos Patudos, pertencentes a seu sogro, José Relvas, o proclamador da República, a 5 de Outubro de 1910, da varanda dos Paços do Concelho de Lisboa. daquelas descobertas publicou importantes estudos, primeiro, em 1916 e, depois, em 1933/1935; não admira, pois, que no campo da Antropologia Física, onde se notabilizou, tenha cultivado especialmente as áreas que, de alguma forma, possibilitassem contacto próximo com o seu campo arqueológico. Data ainda da década de 1910 a publicação da teoria que o celebrou, em Portugal e além-fronteiras: a identificação, no copioso espólio antropológico reunido pelos pioneiros da Comissão Geológica nos concheiros de Muge, dos já aludidos caracteres negróides, ou australóides, que o conduziram à criação de um novo táxone que, aliás, não respeitava as regras da nomenclatura científica, o seu *Homo afer taganus*.

De temperamento expansivo, cativava facilmente colegas e interlocutores; tornou-se, também por isso, rapidamente conhecido no estrangeiro. Servido por notável espírito de trabalho, as publicações sobre este e outros temas multiplicavam-se; além de contributos especializados, destacou-se, na década de 1920, pela publicação de obras onde avulta a sua capacidade de síntese, cuja consulta se revela ainda hoje proveitosa: *Os povos primitivos da Lusitânia* (1924); e *A Lusitânia pré-romana* (1928), que constitui capítulo importante da monumental *História de Portugal*, a conhecida «História de Barcelos», dirigida por Damião Peres.

Entretanto, assumiu a direcção da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, da qual tinha sido um dos fundadores, no Porto, em 1918. Reconhecendo que a cabal demonstração das origens australóides das populações mesolíticas de Muge carecia de mais materiais osteológicos encetou, em 1930, novas escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira, contando com a colaboração de Rui de Serpa Pinto e de J. R. dos Santos Júnior, ambos assistentes da Faculdade de

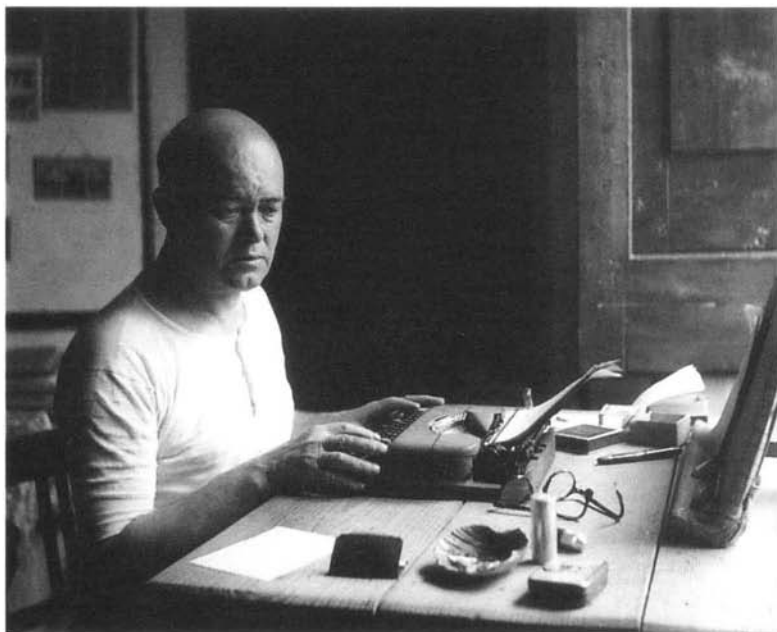
Ciências do Porto, as quais ficaram, quase na sua totalidade, por publicar pelo próprio.

De Rui de Serpa Pinto, prematuramente falecido em 1933, com apenas 26 anos, muito certamente haveria ainda a esperar: na sua curta vida, publicou estudos importantes, alguns ainda de consulta obrigatória; perspectivada no tempo, a sua obra prova que foi o mais brilhante arqueólogo da sua geração.

Quanto a J. R. dos Santos Júnior, após começo auspicioso como arqueólogo — deve-se-lhe, por exemplo, importante estudo dedicado à estação de arte rupestre do Cachão da Rapa, sobre o Douro (1936), estação que, entretanto, se julgara perdida — enveredou pela arqueologia das possessões ultramarinas, vindo depois a dedicar-se, sobretudo, à Etnografia e Zoologia, ainda que jamais tenha abandonado os estudos de Arte Rupestre ou de Arqueologia (sobretudo interessado, até ao fim da sua longa vida, na Cultura Castreja do Noroeste peninsular).

Uma das características de Mendes Corrêa, como ele próprio declarou, era o apoio que sempre concedeu a quem a ele recorria para prosseguir trabalhos científicos. Com a criação do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, tais apoios estenderam-se nas décadas de 1940 e de 1950 a numerosos colaboradores, por todo o País, como J. Camarate França, Abel Viana, O. da Veiga Ferreira, E. da Cunha Serrão e ainda Fernando de Almeida; este último deve a Mendes Corrêa apoios indispensáveis ao arranque das explorações da cidade romano-visigótica de Egitânia (Idanha-a-Velha), que se viria a tornar paradigma da importância das explorações arqueológicas em meio urbano, só muito mais tarde devidamente desenvolvidas em outras localidades do país. Entretanto, no âmbito das actividades da Associação dos Arqueólogos Portugueses, despontavam para as lides arqueológicas Afonso do Paço (1895-1968) e Eugénio Jalhay (1891-1950), os quais se notabilizaram, entre muitos outros trabalhos desenvolvidos em conjunto ou separadamente, que não é possível resumir neste espaço, pelas escavações arqueológicas do povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja); iniciadas em 1937, logo após a descoberta do sítio, pelo arqueólogo de Alenquer Hipólito da Costa Cabaço, aquelas escavações prosseguiram em conjunto até à morte de Jalhay e, depois, apenas sob a direcção de Afonso do Paço, até ao final da década de 1950. Sem dúvida que ambos se contam entre os mais operosos arqueólogos portugueses durante décadas, publicando estudos de mérito sobre os mais diversos assuntos de índole arqueológica, facto que então constituía a norma, especialmente daqueles que para isso tinham vitalidade, tal era a falta de meios e de investigadores então vigente.

14 Abel Viana (1896-1964),  
fotografado na sua mesa  
de trabalho, em Beja,  
em Setembro de 1950.  
Arquivo O. da Veiga Ferreira.



14

Tal prática foi, também, seguida pelo trabalhador incansável no campo arqueológico que foi Abel Viana (1896-1964). A lista de trabalhos publicados, que ultrapassa as três centenas, ainda está por fazer, extravasando largamente o domínio estritamente arqueológico; enveredou também pela História da Arte, Etnografia e Numismática, tal como Afonso do Paço e outros arqueólogos do seu tempo. A sua actividade, alimentada por uma inesgotável energia, desenvolveu-se sobretudo no Algarve e, depois, no Baixo Alentejo, onde passou a residir; mas foi só no final da sua vida que os seus esforços solitários foram reconhecidos, dedicando-se então, a tempo inteiro, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura – situação que o transforma no primeiro arqueólogo profissionalizado português, depois de Estácio da Veiga – à escavação do castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique) que infelizmente não chegou a concluir.

Carecendo de apoios oficiais estáveis e duradouros, quase toda a arqueologia portuguesa do pós-guerra, até à década de 1960 se apoiou na extrema dedicação de arqueólogos como os referidos que, quase sempre trabalhando em condições desfavoráveis, conseguiram produzir estudos que têm de ser lidos e interpretados à luz dos condicionalismos da época.

São excepções Mendes Corrêa, pela posição de destaque que detinha nos meios científicos e políticos da época e Manuel Heleno, o qual, na qualidade de Director do Museu Etnológico, detinha competências especiais nas escavações arqueológicas que se efectuassem no País,

ainda que muito reduzidas depois da revogação do Decreto n.º 21.117, de 18 de Abril de 1932, pelo Decreto n.º 23.125, de 12 de Outubro de 1933, diploma que regulamentou, no essencial, a actividade arqueológica em Portugal até à extinção da Junta Nacional da Educação, em 1977.

Importa referir que este organismo, funcionando como órgão consultivo do ministro da Educação Nacional era o que concedia autorizações de escavação e geria os parques subsídios a conceder aos poucos arqueólogos que os obtinham: mesmo os pretensos arqueólogos mais conotados com o Regime deposto a 25 de Abril que nunca existiram nessa qualidade, ao contrário do pretendido por alguns, geriam verbas hoje insignificantes, se comparadas com as auferidas por muitos dos que agora se queixam, algo paradoxalmente de... falta de verbas! Também escassas eram as verbas oriundas de outros organismos, com destaque para a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que apoiava financeiramente, ainda que a título excepcional, diversos arqueólogos, no caso de se tratar de intervenções em Monumentos Nacionais (de que é exemplo o povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro). No conjunto, raros eram os arqueólogos ligados a um organismo oficialmente incumbido da realização de tais trabalhos. A excepção era os Serviços Geológicos de Portugal, cuja lei orgânica, de 1918, consignava expressamente, no campo das suas atribuições, a realização de estudos de arqueologia pré-histórica.

Assim sendo, não espanta que, em 1941, tenha sido esta Instituição a proporcionar ao eminente pré-historiador Henri Breuil, o indispensável apoio técnico-logístico para os trabalhos por si desenvolvidos, durante os dezassete meses que permaneceu em Portugal. Aquele ilustre Professor, não desejando regressar à França ocupada, conseguiu garantir a sua subsistência em Portugal pelas aulas que leccionava semanalmente na antiga Faculdade de Letras, situada no rés-do-chão do edifício da Academia das Ciências de Lisboa, a convite do Professor Manuel Heleno. O resto do tempo disponível, ocupava-o com a frequência dos Serviços Geológicos de Portugal, instalados no 2.º andar do mesmo edifício, onde estudava, com Georges Zbyszewski, as peças que ambos iam recolhendo noutros dias da semana, ao longo das praias quaternárias do litoral e nos terraços fluviais do Baixo Tejo. A monumental obra que resultou deste trabalho conjunto, encontra-se publicada em dois tomos das *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal* (1942 e 1945): ali se lançaram os fundamentos do estudo integrado das indústrias e dos depósitos quaternários respectivos, modelo de trabalho pluridisciplinar que, infelizmente, não teve a continuidade que se impunha.

15 Georges Zbyszewski  
(1907-1997). Foto de H. R.  
de Souza comunicada por  
M. Leitão.



15

15

A Breuil agradar-lhe-ia, sobretudo, a alta qualidade do trabalho de G. Zbyszewski, a quem incubia, como geólogo, a caracterização cronoestratigráfica e de cartografia das estações paleolíticas que, juntos, iam descobrindo e a sua total entrega, extravasando largamente as suas obrigações estritas do cumprimento de horários. Com efeito, G. Zbyszewski era, desde 1 de Janeiro de 1941, o único geólogo daquela Instituição; já antes da chegada de Breuil a Portugal, tinha descoberto algumas das notáveis estações paleolíticas da região de Alpiarça, como o Vale do Forno ou a Barreira do Tojal: uma primeira visita a esses locais proporcionou, num só dia, a recolha de mais de 80 bifaces... o que entusiasmou Breuil e constituiu motivo acrescido para aqui permanecer por tanto tempo. Após a partida deste, para a África do Sul, em Novembro de 1942, não mais Zbyszewski deixou de se interessar pela Pré-História, que cultivou até ao fim da sua longa e profícua vida (1999).

16

Foi com o seu apoio que, nos finais da década de 1940, transitou para os Serviços Geológicos aquele que viria a ser o natural continuador da brilhante tradição arqueológica da Instituição, o Doutor O. da Veiga Ferreira (1917-1997). Personalidade de excepção, trabalhador incansável, a ele se deve, sozinho ou em colaboração, mais de 400 estudos científicos versando todos os períodos da Pré-História de Portugal, estendendo-se por muitos outros temas de índole arqueológica ou geológica. Reconhecendo que, no trabalho em equipa, poderia residir o êxito dos seus próprios projectos, procurou e conseguiu, ao longo da sua vida, agregar colaboradores que,

organizados em equipas por si dirigidas e animadas, produziram importantes descobertas, cujos resultados, prontamente, se publicavam. Veiga Ferreira foi um verdadeiro pioneiro, com Zbyszewski, no ressurgimento da arqueologia portuguesa do pós-guerra; arrostando com dificuldades e muitas incompreensões, como era normal a quem, na época, se abalançava a uma carreira científica e, em particular, num domínio, cujo estatuto científico ainda não era reconhecido plenamente, como era o caso da Arqueologia.

A disciplina vivia, quase exclusivamente, da dedicação pessoal dos seus cultores, organizados em Associações ou Sociedades cujo peso político efectivo era diminuto: No Norte, destacava-se a Sociedade Martins Sarmento, fundada pelo arqueólogo vimaranense (1833-1899), que editava a prestigiada *Revista de Guimarães*. Sob a direcção do coronel Mário Cardozo (1889-1982) que se notabilizou, como especialista de joalheria arcaica e da cultura castreja, e em outros domínios, tinha (e continua a ter) a seu cargo a gestão de um importante Museu de Arqueologia e de dois sítios arqueológicos – Briteiros e Sabroso – cuja compra, pelo próprio Martins Sarmento, foi a solução encontrada para a sua definitiva salvaguarda.

16 Octávio da Veiga Ferreira (1917-1997), fotografado no decurso da escavação da gruta da Verdinha dos Ruivos, Vila Franca de Xira, em 1976 (foto de M. Leitão).



Existiam ainda outras agremiações científicas com relevante papel na Arqueologia nacional. No Porto, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, já referida, sob a direcção de Mendes Corrêa, editava os conhecidos Trabalhos de Antropologia e Etnologia, onde a Arqueologia tinha o seu espaço próprio. E, em Lisboa, a Associação dos Arqueólogos Portugueses, a Sociedade de Geografia de Lisboa (onde se constituiu uma secção de Pré-História animada, entre outros, por E. da Cunha Serrão, E. Prescott Vicente, G. M. Andrade, Camarate França e G. Marques) e o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, criado por Manuel Heleno em 1935, na órbita do Museu por si dirigido, com o objectivo, ainda que não declarado, de funcionar como alternativa à Associação dos Arqueólogos Portugueses, com a qual as relações de Heleno eram difíceis.

Eram estas as principais agremiações que pugnavam pela Arqueologia em Portugal, até finais da década de 1950. Mas o seu peso político-institucional, como se disse, era quase inexistente; o mesmo, por maioria da razão, era válido para os Museus Regionais, por vezes com secções de Arqueologia decrépitas, e para alguns investigadores locais, lutando quase sempre sozinhos e muitas vezes isolados, contra a indiferença de quase todos; caso de destaque é o do abade de Baçal cuja obra monumental, publicada de 1911 a 1945 em 11 volumes – as *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* –, inclui muitas referências à Pré-História.

Nem mesmo o renascimento da actividade arqueológica na mais antiga Universidade portuguesa – depois de uma fase de muita actividade, em que Vergílio Correia (f. 1944), com o apoio da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, desenvolveu extensas escavações em Conímbriga, nas décadas de 1930 e de 1940 –, devida a J. M. Bairrão Oleiro (1923-2000), conseguiu contrariar, na sua própria região, tal situação.

Prova disto mesmo, ao mais alto nível, foi a destruição, pelos poderes públicos, em 1960, do notável acampamento militar romano de Antanhol, classificado como Monumento Nacional, para o alargamento do aeródromo de Coimbra, com o apoio de poderosas personalidades locais; a própria Câmara Municipal de Coimbra aprovou uma moção a favor das obras, onde se pode ler o seguinte: «Não será por causa de um valeiro igual a tantos outros que Coimbra se verá apeada da sua ânsia de progresso. [...] Ainda que o acampamento tivesse valor histórico era um fenómeno morto e enterrado.»

Definitivamente, o Estado Novo não dispensava à Arqueologia a mesma atenção que outros Estados autoritários europeus então lhe concediam, com finalidades políticas. Os arqueólogos, em Portugal,

sempre tiveram dificuldades em trabalhar desafogadamente e em fazer-se ouvir, mesmo aqueles que, supostamente, mais próximo se encontravam do poder político. A este, interessaria apenas destacar uma ínfima parte do potencial científico fornecido pela Arqueologia: a bravura e espírito independente dos lusitanos, na origem suposta do povo português, e pouco mais. O esforço encaminhava-se todo para a reconstrução dos castelos e templos medievais, considerados, e com razão, muito mais expressivos das grandezas pretéritas da Nação. Não espanta, pois, que, da Arqueologia, e até época bem recente, o vulgo tivesse apenas uma ideia longínqua, a qual, na melhor das hipóteses, incluía uma visita a Conímbriga – qual «cartão-de-visita» assinalado por todo o lado, incluindo estações de caminho-de-ferro – outra a Briteiros e, no máximo, uma visita ao Museu Etnológico, onde, bem ou mal, se poderia apreciar uma exposição representativa da Arqueologia portuguesa, infelizmente desmontada desde inícios da década de 1990...

A criação, em 1958, também por iniciativa de J. M. Bairrão Oleiro, do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, organicamente indissociado das explorações de Conímbriga e do futuro Museu Monográfico ali instalado, merece ser devidamente destacada no pobre panorama arqueológico da época. Tal iniciativa foi sublinhada ainda, pela criação da revista *Conímbriga*, órgão científico daquele Instituto, também por iniciativa de Bairrão Oleiro, a qual, rapidamente, ganhou prestígio, aquém e além-fronteiras; mas tal facto não se reflectiu em qualquer mudança significativa da forma como os poderes públicos continuavam a encarar a Arqueologia em Portugal, no decurso da década de 1960. E, contudo, algo estava a mudar, a um nível mais profundo, na Arqueologia Portuguesa.

Prova disso é a realização em Lisboa, em Dezembro de 1958, do 1.º Congresso Nacional de Arqueologia, patrocinado pelo Instituto de Alta Cultura. O segundo, apenas se reuniu em 1971, em Coimbra, sob a égide do Ministério da Educação Nacional. Entretanto, para colmatar tais lacunas cronológicas, demasiado grandes, o Centro de Estudos Humanísticos, adstrito à Universidade do Porto, sob a direcção do Prof. Luís de Pina, promoveu, entre 1961 e 1966, cinco importantes reuniões de arqueólogos (os Colóquios Portuenses de Arqueologia) cujas actas foram todas publicadas. Animador destes importantes eventos científicos foi o padre Dr. Domingos de Pinho Brandão, depois Bispo Auxiliar de Leiria e cultor da epigrafia romana. Constituíram oportunidade para muitos jovens, hoje arqueólogos de renome, apresentarem publicamente os resultados dos seus primeiros trabalhos, ou aprenderem, simplesmente, com os arqueólogos mais prestigiados.

17 Vera Leisner (1885-1972)  
na câmara do grande  
monumento megalítico do  
Alto da Toupeira,  
Loures – foto do arquivo de  
O. da Veiga Ferreira



Mercê da frequência das disciplinas de Arqueologia, em Coimbra e, sobretudo, em Lisboa, Universidade que passou a contar com o primeiro doutorado em Arqueologia, o Prof. Doutor Fernando de Almeida (1962), com uma dissertação sobre arte visigótica em Portugal, os então jovens interessados passaram a dispor de alguém que os sabia cativar, apoiando abertamente todos aqueles que se sentiam motivados tanto para trabalhos de campo como de gabinete, franqueando-lhes as portas do Museu Nacional de Arqueologia, quando passou a dirigi-lo, a partir de 1967. Por outro lado, estando Fernando de Almeida particularmente preparado para despertar vocações no domínio da Arqueologia Clássica, a Arqueologia Pré-Histórica encontrava-se confiada a Manuel Farinha dos Santos – que, não só, já detinha prática de trabalhos de campo, desde os tempos em que fora Assistente de Manuel Heleno, mas também procurava conferir aos alunos experiência no manuseamento e classificação de materiais arqueológicos; para tal efeito, organizava aulas práticas no Museu Etnológico, ainda sob direcção de Manuel Heleno, assumindo a regência da disciplina de Pré-História, após a jubilação deste Professor, ocorrida em 1964. Importa referir que, antes, já fora sua Assistente Irisalva Moita, igualmente com prática de tais trabalhos e de

escavações, que abandonara aquelas funções no ano lectivo de 1957/1958, não sem antes ter procedido a estudos de conjunto sobre o megalitismo das Beiras e do Alentejo, que se podem considerar inovadores para a época, acompanhando os notáveis trabalhos de campo em Portugal, que deram origem a monumentais monografias arqueológicas – os *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel* de G. e V. Leisner, ou apenas desta última arqueóloga (publicados em 1956, 1958, 1965 e em 1998), depois do falecimento do marido. 17

M. Farinha dos Santos abandonou, em 1968, a Faculdade de Letras, no ano em que Fernando de Almeida atingia a cátedra, de quem era, aliás, particular amigo. Mas a semente estava lançada e, sem dúvida, que todos ou quase todos os arqueólogos que hoje, dobrados os 50 anos de idade, pontificam na Universidade ou em outras funções oficiais, passaram pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na década de 1960, onde receberam apoio, orientação e estímulo.

Não é este, naturalmente, nem o local nem o tempo próprio para se traçar a trajectória da Arqueologia portuguesa da actualidade, a qual sofreu profundas transformações no pós-25 de Abril; outros, mais tarde, o farão.

As repercussões de tais transformações fizeram-se sentir alguns anos mais tarde: com efeito, nos inícios da década de 1980, emergiu uma então jovem geração de arqueólogos, estribados num ensino universitário suficiente para lhes conferir as bases científicas essenciais, necessárias para definitivamente institucionalizar a Arqueologia como área científica de direito próprio e socialmente reconhecida.

II PARTE

*Os Caçadores-Recolectores do  
Paleolítico e do Pós-Glaciário*

Esta Parte refere-se às comunidades de caçadores-recolectores que ocuparam o nosso território desde as origens – ainda de cronologia incerta e polémica – até ao final do Mesolítico. Trata-se de evolução muito diversificada, protagonizada por múltiplas comunidades, biológica e culturalmente muito diferentes entre si. Importa que o leitor saiba entender essas diferenças. De facto, a ocupação humana do território português, respeitou estratégias diferentes, desde os inícios do Paleolítico até ao fim do Mesolítico, em estreita articulação com as características económicas e exploração/captação dos recursos potencialmente disponíveis ou capturáveis (realidade que remete para o conhecimento das condicionantes naturais vigentes em cada época, que não poderá ser objecto de análise desta obra).

Dentro de um quadro cronológico que deverá estar sempre presente, poderão apresentar-se diversos objectivos de leitura, considerados relevantes.

Para o Paleolítico Inferior Arcaico, importa conhecer as diversas teorias sobre a chegada das primeiras comunidades humanas ao território português no quadro europeu actualmente conhecido, respectiva cronologia absoluta e critérios em que se fundamenta a tipologia das indústrias, incluindo a discussão dos argumentos pró e contra a sua autenticidade. Cumpre ter presentes as características geológicas dos locais mais importantes e a respectiva distribuição geográfica.

No respeitante ao Paleolítico Inferior Pleno, deverá conhecer-se a tipologia, terminologia e técnicas de fabrico dos artefactos mais típicos, distribuição geográfica, das estações arqueológicas mais importantes (designação, localização, aspectos estratigráficos, cronológicos e tipológicos); o leitor deverá ser capaz de as relacionar entre si, bem como ter a percepção dos padrões a que obedeceu a ocupação geral do território português, tendo presentes os conhecimentos actuais.

O conhecimento do Paleolítico Médio apresenta-se pouco homogéneo, em parte resultante da falta de investigação de vastas zonas do interior do território. O leitor deverá conhecer as principais características do complexo mustierense; saber reconhecer os principais

tipos de artefactos mustierenses e as presenças de peças antropológicas dos seus autores (homem de neandertal); conhecer as balizas cronológicas destas indústrias, e os aspectos que revestiu (em especial no território português) a transição do Paleolítico Inferior para o Paleolítico Médio. É agora possível identificar estratégias de ocupação e de exploração diferenciada dos territórios e dos recursos, realidade com que o leitor deverá estar familiarizado, acompanhado dos aspectos de organização social dos grupos correlativos. Por isso, importa que o leitor saiba localizar as principais estações, conhecendo as suas principais características, bem como as dos conjuntos artefactuais respectivos.

Um dos aspectos específicos de maior interesse, prende-se com a muito discutida extinção dos últimos neandertais e das relações que estes estabeleceram com os homens do Paleolítico Superior (já de características modernas), assunto que se prende directamente com a investigação portuguesa da actualidade (os derradeiros bandos de neandertais ter-se-iam refugiado nas zonas setentrionais peninsulares, incluindo o território português), de relevante interesse no âmbito europeu.

Para o Paleolítico Superior, cuja emergência e progressão no território peninsular deverá ser objecto de análise e discussão, são ainda mais evidentes as assimetrias no registo arqueológico existente, que resultarão mais de falta de informação do que da efectiva ausência de povoamento. A única região razoavelmente conhecida é a Estremadura, mercê da concentração das investigações realizadas. Os resultados obtidos até ao presente permitem cumprir os seguintes objectivos de leitura: sucessão tecno-tipológica e principais aspectos dos complexos industriais reconhecidos, designadamente ao nível dos artefactos típicos que integram cada um deles (Aurignacense, Gravettense/Proto-Solutrense, Solutrense e Magdalenense); principais estações portuguesas e suas características (incluindo ocorrências de estações do Paleolítico Superior fora da Estremadura, especialmente as recentemente reconhecidas na região do Côa, mas também no Alentejo e no Algarve). O quotidiano, a organização social, as bases de subsistência e as estratégias de ocupação/exploração de territórios, por vezes de características muito diferenciadas entre si, deverão ser, de igual modo, objecto de reflexão. Enfim, o fenómeno artístico e funerário emergente, serão igualmente outros tantos objectivos que merecem atenção especial.

As adaptações humanas processadas no tardi-e no pós-glaciário deverão ser familiares ao leitor, em especial da zona litoral do Minho; da Estremadura; e da costa alentejana e do Algarve Ocidental; e das

zonas vestibulares dos grandes rios (em especial o Tejo e o Sado), bem como a problemática das indústrias de base macrolítica (Ancorense, Langedocense) e das indústrias microlíticas, das quais as mesolíticas mais antigas são de tradição fini-paleolítica. O leitor deverá dar ainda atenção, numa perspectiva diacrónica e evolutiva, ao padrão e à sazonalidade do povoamento; às bases de subsistência; à evolução verificada na implantação geográfica e geomorfológica dos principais sítios; e à respectiva cronologia absoluta, que baliza a referida evolução.

Com efeito, é possível traçar a evolução da ocupação humana nas três áreas costeiras referidas desde o Paleolítico Superior Final até ao Mesolítico Tardio, período no decurso do qual se assiste a uma forte implantação humana no fundo dos estuários (Tejo e Sado): neste sentido, importa conhecer as principais estações e suas características, associando esta informação à natureza da própria utensilagem incluindo os tipos de artefactos principais e respectiva distribuição no espaço e no tempo.

## O PALEOLÍTICO INFERIOR ARCAICO DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS NO QUADRO EUROPEU E AFRICANO

### *Os dados e os problemas*

Este capítulo trata das controversas indústrias pré-acheulenses, em geral sobre seixos simplesmente lascados, relacionados com os níveis mais antigos das praias levantadas do litoral, em especial os representados ao longo da faixa estremenha. A tipologia, a cronologia relativa e absoluta atribuída a tais conjuntos – cujos critérios de autenticidade serão também discutidos – são comparadas às das indústrias arcaicas e frequentemente objecto de idênticas reservas do Maciço Central francês, da Catalunha (Rossilhão) e da África do Norte, entre outras da Península (Venta Micena, La Selva, Puig d'En Roca, Atapuerca). Este tema insere-se na problemática, mais vasta, dos primeiros habitantes da Europa, objecto de recentes encontros internacionais. Neste contexto, os resultados até ao presente obtidos em Portugal constituem elementos não despidiendos para a discussão desta importante questão, os quais, a confirmar-se a autenticidade dos talhes que exibem alguns dos exemplares e a antiguidade dos depósitos correlativos, se inscrevem em época anterior a um milhão de anos, sendo, pois, dos mais antigos conhecidos na Europa.

Para melhor se compreender o alcance científico da discussão em causa, importa recuar no tempo e traçar uma síntese actualizada das principais linhas de força que a enformaram, até ao presente.

Como é do conhecimento geral, os estudos sobre o Paleolítico em Portugal encontram-se fortemente marcados pelos trabalhos pioneiros desenvolvidos por Georges Zbyszewski e Henri Breuil, em 1941 e 1942. O encontro e a conjugação dos interesses e formações disciplinares de ambos constituiu verdadeiro marco na história das investigações do Paleolítico português. Não deve, pois, estranhar-se, que a sequência definida por ambos se tenha inspirado no modelo cronoestratigráfico da autoria do segundo para o vale do Somme, onde

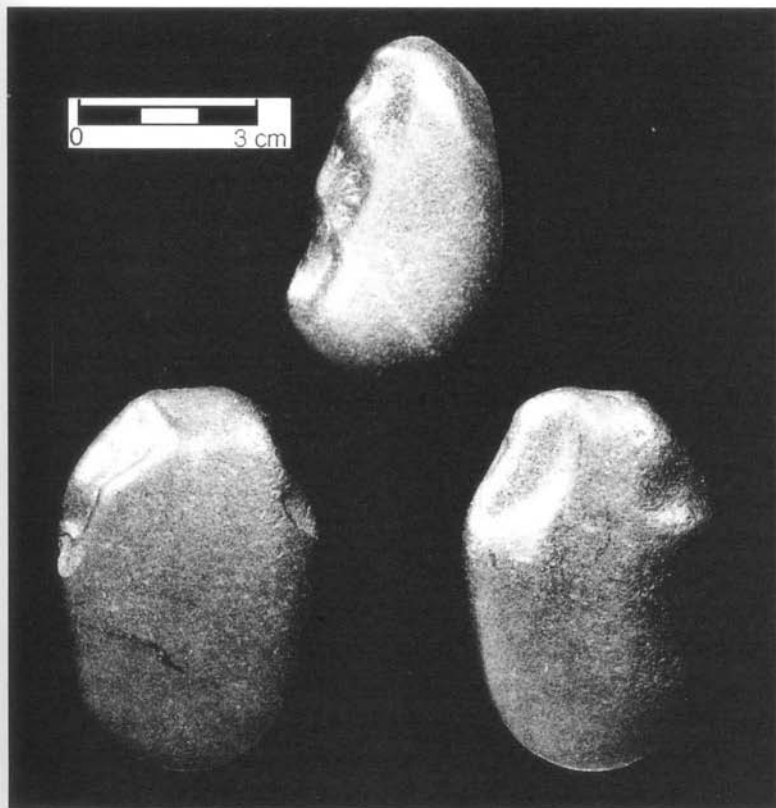
18



18 Distribuição geográfica dos sítios Pré-Acheulenses mais importantes do território português: 1. Bouro; 2. Seixosa; 3. Alto de Leião; 4. Baixa da Banheira; 5. Peru; 6. Arcos; 7. Basteza da Mó. Seg. L. Raposo e J. L. Cardoso.

definiu uma sequência tecno-tipológica para as indústrias paleolíticas ali reconhecidas, da qual se encontrava excluída qualquer referência a estádios pré-acheulenses. Apenas em 1959 foi admitida por H. Breuil, por certo influenciado pelas descobertas norte-africanas devidas essencialmente a P. Biberson, a hipótese de poderem algumas das indústrias de seixos talhados recolhidas na década de 1940 nas praias quaternárias mais elevadas, atribuídas ao Siciliano, do litoral ao norte de Sintra – designadamente na de Magoito – pertencerem a momento anterior às indústrias acheulenses de bifaces, declarando que «certas parecem pré-abbevilenses» (Abbevilense=Acheulense Antigo).

A falta de um adequado enquadramento geológico, também entretanto assinalado por E. C. Serrão e V. Oliveira Jorge, nos inícios da década de 1970, constituía impedimento para que uma tão elevada antiguidade da presença humana fosse aceite sem discussão. Muito justificadamente, os autores que durante décadas tinham assente a periodização das indústrias paleolíticas em critérios geológicos, como era o caso de G. Zbyszewski, revelaram-se os mais cépticos a tal hipótese; a sua posição veio a ser claramente expressa na síntese que este autor apresentou ao Colóquio dedicado ao tema «As primeiras indústrias da Europa», organizado no âmbito do IX Congresso das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas, reunido em Nice em 1976. O organizador deste colóquio K. Valoch, bem como o secretário-geral do Congresso, H. de Lumley, mostravam-se, então, claramente a favor de uma existência muito antiga do Homem em solo europeu, de idade vilafranquiana e culturalmente Pré-Acheulense. Sendo esta a tendência geral dos participantes, importa notar que o contributo português é precisamente aquele que mais se lhe opõe. O autor citado é claro, quando, no livro do respectivo colóquio, distribuído na altura do próprio congresso, declara que para afirmar que uma indústria de seixos talhados é mais antiga que o Abbevillense e contemporâneo da «pebble culture» da África Oriental, é necessário demonstrar a sua idade vilafranquiana não apenas pela sua posição geológica mas também pelos elementos faunísticos. Até ao presente todas as indústrias paleolíticas de seixos talhados seriam, para G. Zbyszewski, mais recentes que o Vilafranquiano: aparecidas com o Abbevillense (ou seja, o Acheulense Antigo), ter-se-iam desenvolvido até ao Epipaleolítico. Ao contrário, as comunicações de outros autores ao referido encontro dariam consistência à existência, em numerosas regiões europeias, de materiais pré-acheulenses, conferindo credibilidade às conclusões de, também na Península Ibérica (com destaque para a estação de El Aculadero, Puerto de Santa Maria, Cadiz, que então se admitia ser de idade vilafranquiana; segundo a primeira nota dela



19 Seixos afeiçãoados, rolados após o talhe, da estação Pré-Acheulense do Alto de Leião, Paço de Arcos. Seg. J. L. Cardoso e C. Penalva.

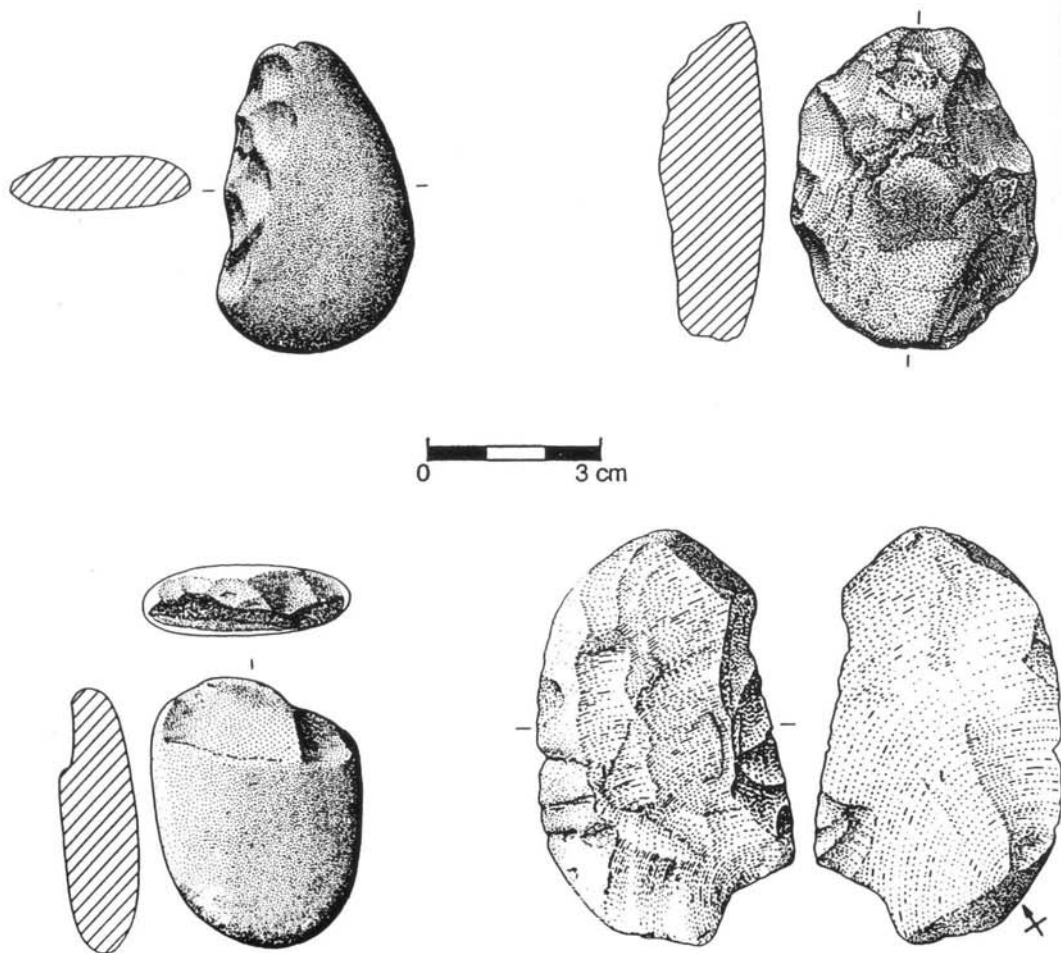
publicada, nos «compte-rendus» da Academia das Ciências de Paris, no ano de 1971, da autoria de F. Bordes e C. Viguier, existiriam ali testemunhos da presença humana em época próxima de 1 Milhão de Anos, senão mesmo anterior a esse limite.

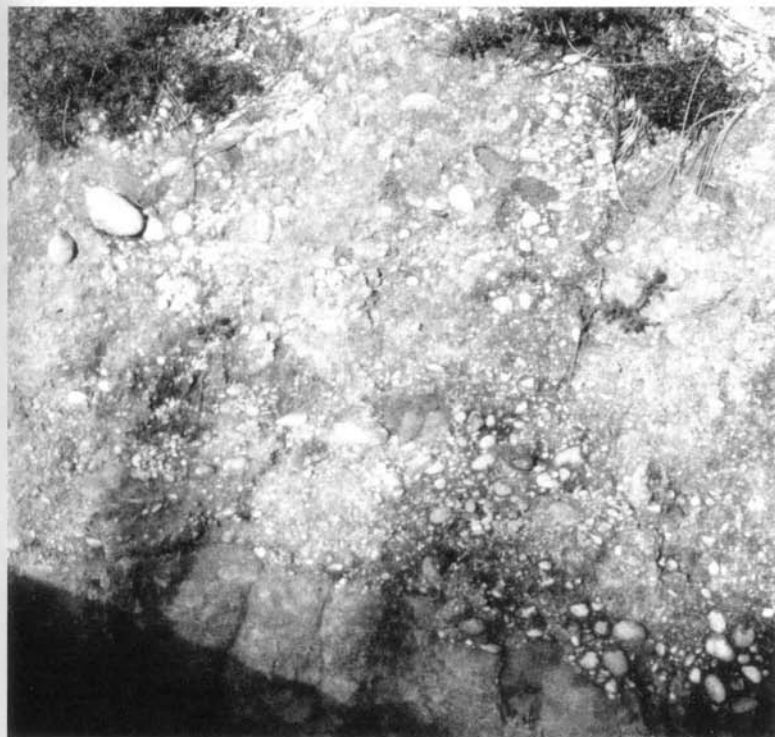
Não obstante a posição de reserva mantida por G. Zbyszewski, o clima dominante nos finais da década de 1970 e inícios da seguinte era propício à multiplicação das descobertas, um pouco por todo o lado, tendentes a recuar cada vez mais a antiguidade da presença humana em solo europeu. Portugal não ficou à margem de tal tendência, à qual aderiram então investigadores da chamada «escola dos Serviços Geológicos», entre os quais cumpre salientar os dois autores do estudo do Alto de Leião, Paço de Arcos, publicado em 1979 (J. L. Cardoso e C. Penalva), além de O. da Veiga Ferreira... e do próprio Georges Zbyszewski, que abandonaria então as suas anteriores reservas. O estudo da estação do Alto de Leião, constitui importante marco na história destas investigações, já que foi o primeiro a, expressamente, admitir a existência de conjuntos industriais pré-acheulenses em território português; concluía-se, então, da seguinte

20 Artefactos pré-acheulenses do território português: à esquerda, em cima e em baixo – seixos afeiçãoados do Alto de Leião, Oeiras; à direita, em cima – lasca retocada em toda a periferia da serra de Bouro, Caldas da Rainha; à direita, em baixo – lasca de quartzo retocada num dos lados da Formação Vermelha de Marco Furado, Baixa da Banheira, Barreiro. Seg. L. Raposo e J. L. Cardoso.

forma: «Outros restos daquilo que seria o litoral português no Quaternário mais antigo, revelando indústrias roladas 'in situ' encontram-se [...] em fase adiantada de estudos geológicos e arqueológicos. Pensamos que as informações fornecidas por estações como estas [...] só evidenciam o valor do trabalho em comum [...], indispensável ao conhecimento das condições e extensão dos primeiros povoamentos humanos processados nesta finisterra da Europa e das suas relações com os equivalentes, noutras partes dos continentes europeu e africano.»

Em Portugal, as investigações prosseguiram: ainda datado do final da década de 1970 é o estudo dedicado às indústrias líticas da península de Setúbal. Tal como no Alto de Leião, os depósitos, neste caso muito bem conservados em resultado de movimento de subsidência que





21 Pormenor do depósito marinho calabriano observado junto do muro no cemitério de Seixosa (Mafra), correspondente a retalho da praia levantada, actualmente a cerca de 150 m de altitude. Na base, nível areno-argiloso compacto, avermelhado; na parte média e superior conglomerado com abundantes seixos de quartzo e de quartzito achatados, muito rolados. Foto de J. L. Cardoso.

afectou a zona central da península, foram atribuídos, por critérios geológicos, ao Calabriano, sendo anteriores a episódio detrítico continental, representado pela Formação Vermelha de Marco Furado, atribuída ao Vilafranquiano Médio. Logo no início da década seguinte, novo e importante passo correspondeu à publicação da estação de Seixosa, no concelho de Mafra, de que foi primeiro autor Georges Zbyszewski o qual, aliás, havia já sido co-autor da publicação anterior: assim se configurava a «oficialização» da adesão, às teses em causa, de figuras e instituições que mais lhe tinham sido adversas.

20

O apogeu do movimento favorável a uma extrema antiguidade da presença humana na Europa foi atingido nos finais da década de 1980, no simpósio «Les premiers peuplements humains de l'Europe» (Paris, 1989), sob a direcção de E. Bonifay e de B. Vandermeersch, de cujas actas foram os editores, publicadas em 1991. Para ambos, as mais antigas presenças humanas no continente europeu remontariam entre cerca de 2 Milhões e 2,5 Milhões de Anos, situando-se os respectivos testemunhos, que não consideram duvidosos, mas apenas pouco abundantes, em Espanha, Sudoeste e Maciço Central francês e Roménia. Tais vestígios tornar-se-iam numerosos e representados por vezes por séries artefactuais relativamente ricas entre 1 e 2 Milhões

21

22

de Anos, conferindo uma imagem bastante precisa, tanto da tipologia como das técnicas de talhe utilizadas. Seria, precisamente, neste intervalo crono-cultural, que se situariam as estações pré-acheulenses portuguesas supracitadas.

Curiosamente, porém, repete-se neste congresso a situação que já havia ocorrido em Nice, mas desta vez protagonizada pelo espanhol E. Aguirre: convidado para ali apresentar relatório sobre as mais antigas indústrias líticas da Península Ibérica, desenvolveu uma perspectiva céptica quanto à alta antiguidade das mesmas, afirmando, como conclusão, que não existiriam provas de qualquer ocupação humana Pré-Acheulense, no território peninsular. Tal posição não era isolada: ela reflectia, também, a atitude crítica assumida por L. Raposo face à autenticidade do talhe e/ou à cronologia dos depósitos correlativos, incluindo, portanto, o sítio do Alto de Leião e os materiais nele recolhidos. Era evidente a necessidade de se proceder a uma reavaliação cuidada e sem ideias preconcebidas – tendo no entanto presentes os antecedentes apontados – dos casos que até então se revelaram mais promissores ou consistentes.

No decurso da última década, a argumentação contrária à aceitação de uma tão alta antiguidade para a mais recuada ocupação humana

22 Corte exposto da Formação Vermelha de Marco Furado (Vilafranquiano Médio), junto ao cemitério da Baixa da Banheira, Barreiro. Observa-se um nível horizontal, na parte média, constituído por seixos de quartzo, entre os quais jazia *in situ* a lasca trabalhada na fig. 20, em baixo à direita. Encontra-se ao nível da escala e do lado direito desta, na figura. Foto de J. L. Cardoso.



europeia, assumiu aspectos extremos, ao ponto de alguns negarem tal presença em época anterior a 500 000 anos. Foi o que se verificou no Colóquio de Tautavel, de 1993. Os próprios editores das actas, publicadas em 1995 (Roebroeks & Van Kolschoten) defenderam tal posição, declarando que os sítios mais antigos com evidências arqueológicas indiscutíveis remontariam apenas a momento tardio do Plistocénico Médio. A representação peninsular não se demarcaria desta posição: L. Raposo e M. Santonja, não negaram, *in limine*, tal possibilidade, apenas afirmaram dever ser ela tratada com cautela, posição, que, afinal, vinha na linha do que ambos haviam já dito a tal propósito. Porém, no final dos anos 90 assistiu-se a uma revisão destas posições – sem dúvida ditadas por uma cautela em demasia – forçada pelas descobertas peninsulares então ocorridas. Para além do sítio de Orce (Granada), ainda motivo de discussão, citam-se os sítios de Venta Micena (Granada), datado pela fauna entre 1,6 e 0,9 Milhões de Anos e de Atapuerca – TD 6, Burgos, datado de cerca de 0,8 Milhões de Anos. A importância de tais descobertas, designadamente do conjunto recolhido na chamada Gran Dolina, situada na serra de Atapuerca, justificou a realização de um Colóquio organizado na cidade de Burgos em 1996. Um dos membros da equipa que continua a investigar aquela jazida, afirmou, que, actualmente, se pode aceitar seguramente que o primeiro povoamento do Sul da Europa se efectuou pelo menos cerca de 1 Milhão de Anos atrás: a isso obrigam as evidências paleontológicas (incluindo fósseis humanos), indústrias líticas e datações radiométricas obtidas em Atapuerca.

É nesta nova realidade, doravante indiscutível, que torna a fazer sentido reavaliar os resultados da investigação portuguesa dos finais dos anos 70 e princípio dos 80. Mantêm-se válidos diversos postulados críticos daquela época, a saber: impossibilidade de, no limite, ser-se afirmativo em qualquer dos sentidos quanto à intencionalidade do talhe, de materiais oriundos de ambientes de alta energia, como são os representados pelas cascalheiras. Se, apenas o achado de blocos nucleares e respectivas lascas, são susceptíveis de definirem cadeias operatórias de modo a consubstanciarem irrefutavelmente a acção humana, a verdade é que o alargamento das colecções de seixos talhados provenientes de locais então identificados, conduzem hoje ao reconhecimento do carácter intencional de alguns exemplares ou, pelo menos, a aceitar como legítima a convicção do mesmo. Mais do que há alguns anos, quando os defensores de ambas as teses as confrontavam asperamente, existem agora condições para se poder admitir a viabilidade conceptual do ponto de vista contrário. Sendo assim, aquilo que verdadeiramente importa não será tanto procurar pontos de

equilíbrio teóricos, entre «cronologias longas» e «cronologias curtas», mas, sobretudo, reconhecer o facto de existirem, na actualidade, modelos que permitem dar sentido a cada uma delas. Urge aprofundar e tornar menos equívoca a base de dados empírica, a qual se deve constituir como elemento de validação dos modelos explicativos a que recorreremos. Em Portugal, os progressos, ainda que ténues, têm prosseguido, com destaque para a publicação de lasca rolada sobre seixo de quartzito, retocada perifericamente, pelo Autor em 1996, recolhida *in situ* num depósito calabriano a 150 m de altitude, na serra de Bouro, a norte de Foz do Arelho e de uma outra, sobre grande seixo de quartzo mal rolado, conservando no reverso o bolbo e o plano de percussão e no reverso o plano de separação, recolhida em Baixa da Banheira, Barreiro, na Formação Vermelha de Marco Furado a qual, por critérios geológicos, foi atribuída ao Vilafranquiano Médio. Ambas são, inquestionavelmente, produto de trabalho humano. Depois do impasse a que se chegou nos meados da década de 1980, mercê das novas descobertas, sobretudo peninsulares, que forçaram à revisão de conceitos tão rígidos como os supra referidos, volta hoje a «fazer sentido», porque a viabilidade nunca foi tão real como agora, retomar a prospecção e eventualmente a escavação metódica dos sítios mais importantes já conhecidos, investindo seriamente na procura de novos locais, a nível europeu e, particularmente, no território peninsular, onde o sítio de Atapuerca—TD 6 não pode, evidentemente, interpretar-se como ocorrência isolada.

A situação portuguesa inscreve-se plenamente no quadro descrito, talvez com maior ênfase na necessidade de revisão das formações marinhas litorais, nas quais se inscrevem os sítios referidos, exceptuando-se a «Formação Vermelha de Marco Furado». À falta de outros, têm-se utilizado exclusivamente os critérios eustáticos tradicionais, que se consideram insuficientes. A ausência de dados radiométricos, bem como de elementos biostratigráficos, impede que se promova, por agora, uma reapreciação mais fundamentada dos dados disponíveis. No caso, avançou-se muitíssimo desde o programa de pesquisa delineado em 1970 por E. C. Serrão e V. O. Jorge. No entanto, o quadro teórico é hoje completamente diferente e, repita-se, francamente propício à aceitação de indústrias pré-acheulenses em território peninsular; e identificaram-se em Portugal diversos sítios com indústrias líticas e contextualização geológica cujo potencial continua a merecer aprofundamento.

Em conclusão: as descobertas que acabamos de referir e que, a confirmar-se tanto a autenticidade do talhe como a antiguidade dos depósitos, transformam o litoral estremenho em uma área-chave de

pesquisa, visto recuarem a presença humana no território português para cerca de 1,5 Milhões de Anos, situando-a entre as mais antigas, mas não menos polémicas, evidências humanas até ao presente identificadas em solo europeu.

Como dizia H. Breuil, há mais de meio século, «o berço da Humanidade gira sobre rodas»; a cronologia das indústrias do Maciço Central francês, quase tão antigas como as mais antigas indústrias da África Oriental, parece ilustrar tal afirmação. A última palavra ainda não foi dada a tal propósito. Para tal, concorrerão, decisivamente, os resultados dos trabalhos em curso nos locais mais promissores do continente europeu. Entre eles incluem-se, deste modo, os identificados na Estremadura portuguesa, constituindo-se tal espaço como contribuinte objectivo para a discussão desta questão, cuja importância futura será certamente maior, caso as pesquisas se desenvolvam como merecem, para uma procura que, provavelmente, jamais terá fim.

## O ACHEULENSE ANTIGO, O ACHEULENSE MÉDIO E O ACHEULENSE SUPERIOR

*Evolução tecno-tipológica da utensilagem, distribuição geográfica  
das principais estações e enquadramento cronostratigráfico.  
Bases de subsistência e organização social.*

Os registos materiais do Paleolítico Inferior serão objecto do presente capítulo. Tais vestígios tornam-se abundantes ao longo de alguns dos sistemas fluviais mais importantes, cuja morfologia dos vales propiciaram a formação e conservação de terraços. No vale médio e inferior do Tejo, na região de Vila Velha de Ródão e para jusante de Abrantes, altura em que o Tejo sai do Maciço Hespérico, espreado-se pela vasta lezíria, conhecem-se importantes estações acheulenses, com interesse estratigráfico, tanto na margem direita (região de Torres Novas) como, sobretudo, na margem esquerda (região de Alpiarça e Salvaterra de Magos) em conexão com dispositivo de terraços, desenvolvidos ao longo do Tejo e dos seus afluentes laterais. Se os terraços do Baixo Tejo se podem correlacionar com as variações eustáticas do Atlântico, dada a proximidade do litoral, já os terraços do Alto Tejo português, na região de Vila Velha de Ródão, com os quais se relacionam as importantes estações acheulenses de Vila Ruivas e Monte Famaco, são de origem local.

A cascalheira inferior do Vale do Forno (Alpiarça), caracterizada 23  
pela presença de fortes impregnações ferro-manganesíferas, forneceu  
uma indústria que pode correlacionar-se com o episódio regressivo  
do Mindel, a qual tipologicamente indica o Acheulense Antigo.  
Avultam bifaces grosseiros, feitos de seixos de quartzito, e alguns  
triedros, peça de origem norte-africana, particularmente bem 24  
representada nas estações do vale médio do Guadiana, por alturas de  
Arronches e no Caia Inferior, seu afluente, região onde se recolheram  
abundantes conjuntos acheulenses, relacionados com um dispositivo 25  
de terraços fluviais de carácter meramente local (terraços climáticos),  
que não é possível correlacionar com os níveis marinhos do litoral.  
É também o verificado com os terraços do Alto Tejo português, da

23 Corte na cascalheira inferior do Vale do Forno, Alpiarça, com indústrias do Acheulense. A parte superior do corte corresponde a depósitos mais finos, formados no decurso do enchimento progressivo do sistema fluvial, resultante do movimento transgressivo generalizado do nível marinho. Arquivo de O. da Veiga Ferreira. Este corte, de grande importância para a geologia do Quaternário e a Pré-História, foi destruído, na década de 1980, aquando da construção de uma pequena albufeira no local.



região de Vila Velha de Ródão, que forneceram, nalguns locais (Monte Famaco, Vila Ruivas), belas peças acheulenses.

O Baixo Tejo português começa no sector de Tancos e estende-se até ao vasto delta interior que é o mar da Palha. É, com efeito, entre Tancos e Arripiado que o rio deixa o Maciço Antigo, que constitui a ossatura da Península Ibérica, inflectindo para sudoeste, orientação que mantém até Lisboa.

Os terraços da margem esquerda são pouco importantes entre Arripiado e Chamusca; a partir daqui e de Alpiarça, desenvolvem-se consideravelmente, atingindo uma largura de 15 a 20 km nas vizinhanças de Salvaterra de Magos e de Benavente. A sequência dos depósitos quaternários da região de Alpiarça forneceu, nos terraços médios e superiores, abundantes indústrias acheulenses clássicas. Para as mais modernas, admite-se uma idade já würmiana, estando representada por belos bifaces micoquenses recolhidos em diversos locais, como em Milharós (Alpiarça).

Com efeito, é a região de Alpiarça que exhibe os cortes mais nítidos, podendo ser considerada, por tal motivo, como a mais representativa na correlação entre depósitos e as respectivas indústrias paleolíticas de todas as até agora objecto de estudos regionais em Portugal.

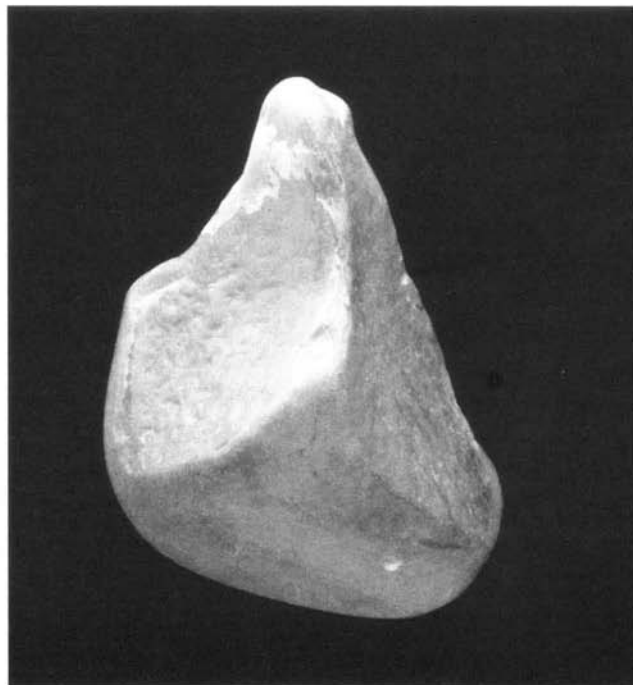
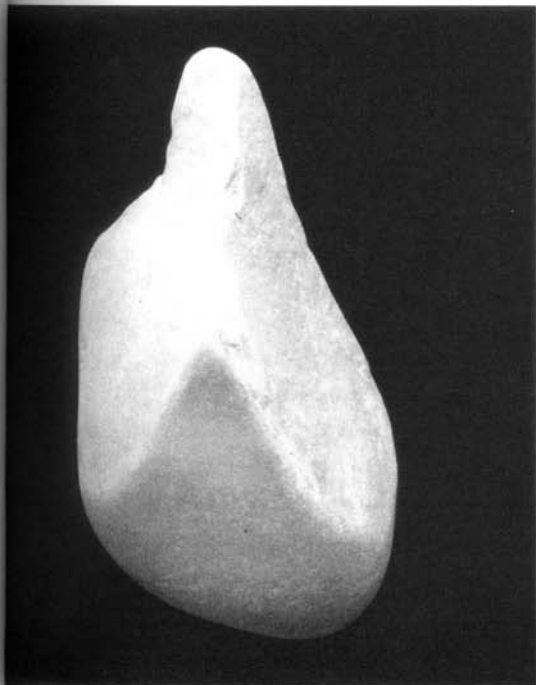
De todos os níveis de terraços representados na região de Alpiarça, são os terraços médios, conotáveis com o ciclo transgressivo tirreniano (equivalente do interglaciário Mindel-Riss), os que fornecem indicações mais importantes para o conhecimento do Quaternário da região, não só por conterem uma importante flora fóssil (que fornece indicações paleoecológicas), mas também por possuírem abundantes indústrias acheulenses, encontradas *in situ*.

É a partir de Vale de Cavalos que os terraços médios assumem importância, que aumenta para jusante, até à confluência do Tejo com o Sorraia, seu tributário da margem esquerda. Em corte observado em Vale de Cavalos, as camadas inclinam, como seria de esperar, para o centro do vale, o que evidencia, por outro lado, a sua escassa ou nula deformação ulterior. A sucessão ali observada foi a seguinte:

- na base, um complexo areno-argiloso, correspondente ao interglaciário Mindel-Riss;
- na parte média, recobrimo o referido complexo, encontram-se depósitos de areias grosseiras, correlacionáveis com a primeira fase da glaciação de Riss;
- em diversos pontos, os depósitos anteriores encontram-se recobertos por areias superficiais, em parte de origem eólica.

Os terraços médios prolongam-se por Casal do Vilão. Perto deste

24 Triédros acheulenses, sobre seixos de quartzo, dos terraços do Caia Inferior (Campo Maior), o da esquerda do Monte do Campo (comp. máx. 15,0 cm), o da direita do Monte de Alfarófia (comp. máx. 15,4 cm).  
Fotos de J. L. Cardoso.



sítio, observaram-se areias amareladas com níveis mais claros, correspondentes da parte superior do terraço médio, recobrimdo argilas cinzento-esverdeadas. Abaixo destas, desenvolvem-se areias com grandes seixos, correspondentes ao nível basal do terraço médio, do Mindel.

O corte observado entre Sesmarias e Comenda mostra um nível de base constituído por areias avermelhadas com passagens mais grosseiras, conotáveis com o escavamento do vale no Mindel, possuindo indústrias roladas do Acheulense Antigo (clacto-abbeyillenses). Este nível encontra-se sobreposto por argilas, com indústrias acheulenses clássicas às quais, por seu turno, se sucedem areias mais ou menos grosseiras e, no topo da série, areias móveis superficiais.

O terraço médio mais importante é o que se desenvolve a Este de Alpiarça, abarcando as povoações de Eneias, Outeiro do Rato e Juncal, desenvolvendo-se progressivamente entre os 35 e os 60 m de altitude. O corte clássico de Vale do Forno, abarcando a sucessão completa das camadas que constituem, da base ao topo, a formação do terraço, é a seguinte, de cima para baixo, correlacionada, segundo H. Beuil e G. Zbyszewski, com a cronostratigrafia quaternária alpina:

Periglaciar würmiano (?) – areias superficiais.

«Solifluxão» 6 – Periglaciar rissiano

Camada 10 – areias grosseiras e cascalheiras superiores do terraço médio.

Camada 8 e 9 – areias argilosas e argilas cinzento-esverdeadas, em camadas lenticulares.

«Solifluxão» 5 – Abertura do vale do início do Riss (?)

Camada 7 – areias avermelhadas com passagens mais grosseiras e seixos. Indústrias micoquenses.

Camada 6 – complexo de areias argilosas amareladas com indústrias acheulenses e de argilas arenosas cinzento-esverdeadas ou amareladas em estruturas lenticulares.

Camada 5 – argila cinzenta com vegetais.

Camada 4 – argila cinzento-esverdeada mais arenosa em certas zonas com indústrias do Acheulense Médio.

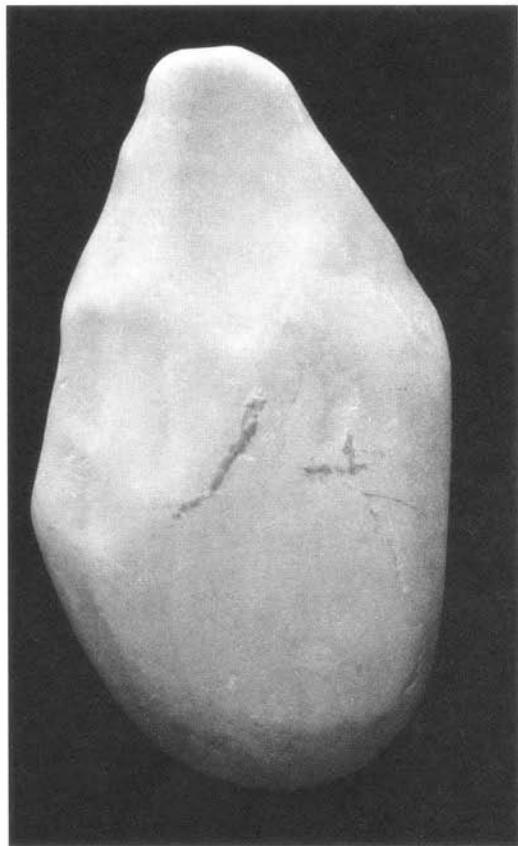
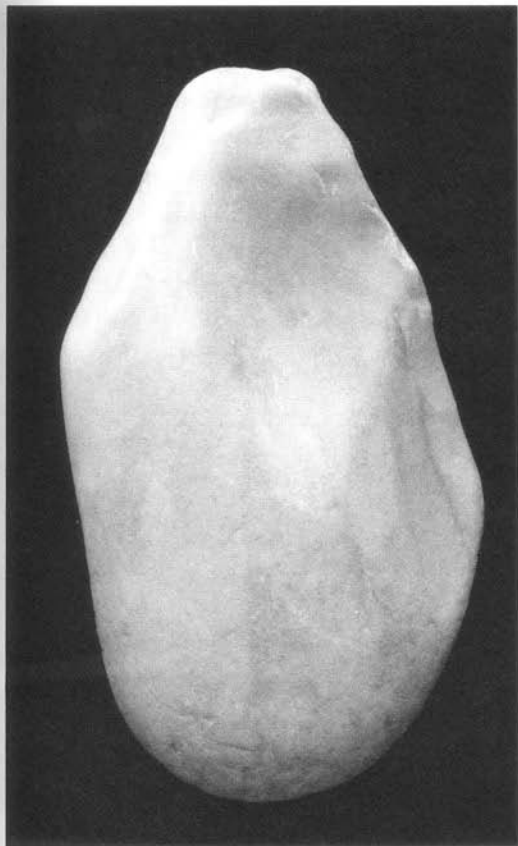
As camadas C6, C5 e C4 constituem depósitos do interglaciar tirreniano.

«Solifluxão» 4 – Pré-Riss (?)

Camada 3 b – depósitos lenticulares de areias grosseiras cobertas na parte superior por areias branco-amareladas.

Camada 3 a – areias branco-amareladas com indústrias do Acheulense Antigo.

«Solifluxão» 3 – Mindel



Camada 2 – areias mais ou menos grosseiras com cimento manganésífero e indústrias do Acheulense Antigo roladas.

Camada 1 – areias amarelas pouco visíveis, que constituem a base de toda a sucessão descrita.

Naturalmente que a sucessão estratigráfica descrita, resultante de dados de observação directos, se mantém válida, tal como foi apresentada por H. Breuil e G. Zbyszewski em 1945; já a respectiva interpretação carece de actualização: assim, sendo correcta a correlação das indústrias micoquenses, ocorrentes em depósitos grosseiros, com a dinâmica de abertura no vale, no decurso de um período glaciário, devido ao abaixamento do nível de base marinho – com o consequente aumento da competência do transporte, na origem dos referidos depósitos – já a sua atribuição ao Riss é discutível. Com efeito, sendo tais indústrias características do Acheulense terminal, é mais aceitável atribuir os respectivos depósitos não ao Riss, mas sim ao período glaciário seguinte, o Würm. Esta é, obviamente, uma conclusão só possível graças aos avanços dos conhecimentos noutras estações

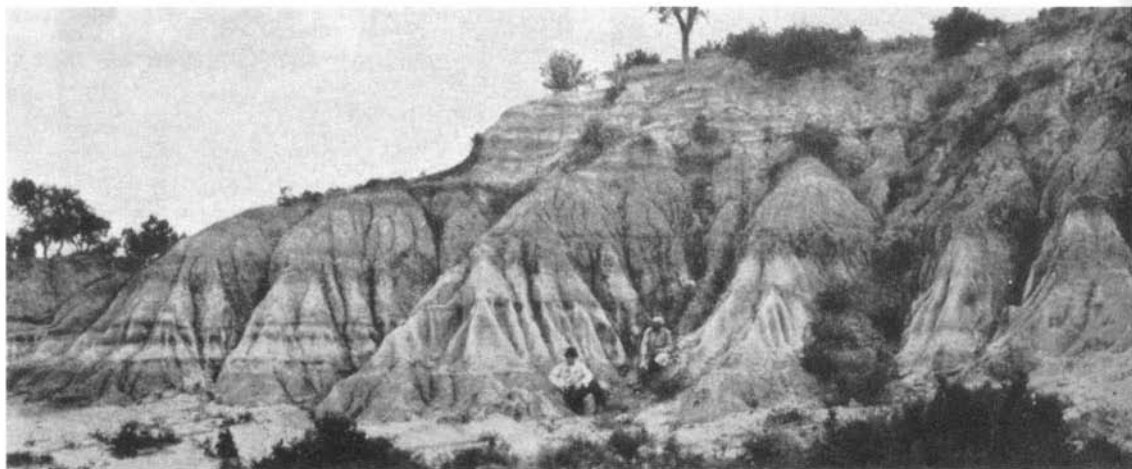
25 Biface de quartzito muito rolado, do Acheulense Antigo da estação de Monte do Campo, Caia Inferior (Campo Maior). Inédito.

Fot. J. L. Cardoso.

Comp. máx. 15,3 cm.

Notam-se ainda os grandes lascamentos, feitos por percussão directa, com recurso a outro seixo, que cobrem apenas parcialmente as duas faces do seixo.

européias, ulteriormente à data das observações de Breuil e Zbyszewski e que, sem nada retirarem ao rigor das mesmas introduz, porém, profundas modificações na interpretação por eles apresentada. Mas a revisão generalizada dos depósitos quaternários do território português, numa perspectiva coerente, ainda está longe de se ter conseguido, apesar das condições criadas pelo trabalho pioneiro de G. Zbyszewski as quais, infelizmente, como atrás se registou, não tiveram a continuidade que se desejava.



26 A estação acheulense de Vale de Atela, Alpiarça. Notar a estratificação horizontal de camadas alternadamente mais arenosas ou argilosas, com indústrias paleolíticas *in situ*. Seg. H. Breuil e G. Zbyszewski.

É, pois, a Breuil e Zbyszewski a quem ainda recorreremos, para a apresentação de comentários ao corte descrito:

Camada 1 – é o equivalente provável da formação arenosa observável na base do terraço médio de Vale de Cavalos.

Camada 2 – pertence nitidamente ao escavamento mais profundo do vale atingido no Mindel (base do terraço médio), tendo fornecido alguns bifaces. Bordeja as aluviões modernas de todo o vale.

Camada 3 – contém indústrias do Acheulense Antigo.

Camada 4 – trata-se de camada não contínua, apresentando-se sob a forma de leitos lenticulares.

Camadas 5 e 6 – constituída por argilas utilizadas para o fabrico de telhas, na década de 1940. Indústrias do Acheulense Médio, conservando as peças as arestas vivas, devido a estarem inclusas em sedimentos finos, que as protegeram da erosão eólica e do rolamento.

A parte superior das argilas do Vale do Forno apresenta um nível negro com vegetais. Estes mostraram-se particularmente importantes na jazida de Vale dos Extremos, a qual forneceu quase exclusivamente folhas de *Salix atrocineria* Brot., acompanhadas por fragmentos de

monocotiledóneas e de impressões de rizomas. Acima do nível de argilas, existe uma outra camada, mais compacta, esverdeada, conservando impressões de grandes folhas de dicotiledóneas semelhantes às de *Quercus* sp. A jazida de Vale de Atela, um pouco mais elevada na série, deu numerosas impressões de rizomas, próximos de *Nymphaea* alba. Este nível contém ainda folhas de mono e de dicotiledóneas, em geral indetermináveis. A análise polínica deu apenas pólenes de *Ericaceae* e de *Pinus*. Trata-se de uma flora com características temperadas quentes. Está-se portanto em presença de um horizonte que data do interglaciário Mindel-Riss.

26

Camada 7 – deu peças do Acheulense Médio e do Acheulense Superior, com acções eólicas bem marcadas.

Camada 8 – as areias precedentes encontram-se ravinadas por depósito mais grosseiro incluindo seixos englobados numa areia avermelhada, dando abundantes peças do Acheulense Superior (Micoquense). Este horizonte pode ser seguido até à entrada da Quinta dos Patudos.

Camadas 9 e 10 – as areias e argilas que constituem estas duas camadas podem ser seguidas desde Vale do Forno até Casalinho, passando pelo Vale de Atela. Os seixos e areias grosseiras da Camada 10 correspondem a materiais remobilizados do terraço alto, correspondendo a um estágio do fim do ciclo Mindel-Riss ou início do Riss.

Camada 11 – cobertura arenosa superficial, por vezes importante, mascarando o limite entre os diferentes andares de terraços. Quando erodida, deixa ver as formações mais antigas subjacentes, como no Vale do Forno.

Em suma, na região de Alpiarça, reconheceram-se depósitos correlativos das três fases principais de um ciclo completo transgressivo/regressivo, na origem do qual se podem interpretar as formações dos terraços fluviais da região, em estreita dependência das variações do nível de base marinho, dada, repita-se a proximidade do litoral atlântico. Temos, pois, depósitos de início de ciclo, de meio de ciclo e de fim de ciclo.

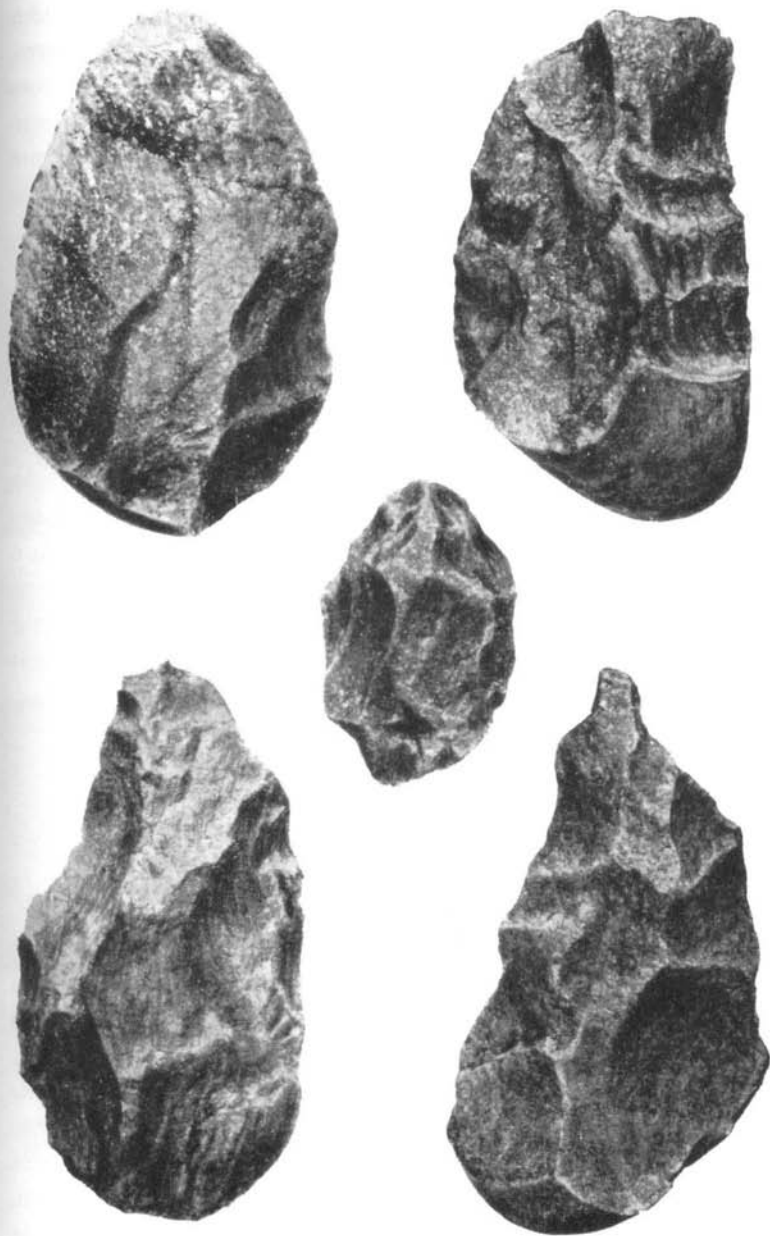
27

Os depósitos do início de ciclo, correlativos de uma subida do nível marinho (transgressão), encontram-se expressivamente representados, na região de Alpiarça, pelos conglomerados da base do terraço médio, sendo visíveis no Vale de Forno e no Vale de Atela. Caracterizam-se por uma matriz arenosa grosseira, e por um cimento de cor castanho-avermelhada, fortemente ferruginoso-manganesífero, resultante de forte oxidação superficial. No seio dos calhaus que constituem a cascalheira e, sobretudo, na sua parte superior, encontram-

-se frequentemente indústrias do Acheulense Antigo, como já se referiu, patinadas e roladas o que confirma a sua contemporaneidade com a formação do próprio depósito, ou ligeiramente anteriores. Tal é o caso das jazidas (não confundir com estações, pois as peças ocorrem invariavelmente em posição derivada) de interesse estratigráfico de Quinta do Outeiro, Vale do Forno, Vale de Atela e Gouxa de Baixo.

Os depósitos do meio do ciclo, correspondentes ao pleno enchimento aluvionar do vale, em resultado de um alto nível marinho, observado no litoral adjacente, encontram-se, igualmente, expressivamente representados na sequência estratigráfica correspondentes aos terraços médios da região de Alpiarça. Durante aquela época, a região encontrava-se sob um regime de estuário fluvial, próximo do mar. Daí que a granulometria dos depósitos denote uma diminuição muito marcada da capacidade de transporte; no início do estabelecimento do pleno nível marinho, correlativo dos níveis inferiores de tais depósitos, estes encontram-se representados por areias grosseiras, com materiais do Acheulense Antigo e Médio, com pátina eólica acentuada, que parece indiciar um clima mais seco que o anteriormente vigente. A parte média dos depósitos correlaciona-se com o máximo transgressivo marinho, a que corresponde uma capacidade de transporte mínima: tal realidade encontra-se representada por níveis argilosos cinzento-esverdeados, observáveis em Vale do Forno e Vale de Atela; o clima deveria ser, então, seco e quente, correndo o rio num largo vale pantanoso, completamente preenchido de sedimentos, onde os vegetais ripários apodreciam lentamente. As argilas referidas contêm indústrias do Acheulense Médio, com faces e arestas perfeitamente vivas, devido ao facto de terem ficado protegidas por sedimentos muito finos; podem observar-se em diversos locais da região (Vale de Cavalos, Quinta da Comenda, Vale do Forno, Vale de Atela e Goucharia). Às argilas descritas, sucede-se um nível de areias, que indica uma modificação climática no sentido do aumento das precipitações e do transporte fluvial, ao mesmo tempo que, com o prenúncio de novo movimento regressivo, em consequência do início do abaixamento do nível marinho, o rio tende a encaixar o seu leito nos depósitos anteriormente formados. Estes novos depósitos indicam, pois, um aumento da capacidade de transporte; forneceram indústrias do Acheulense Superior (Micoquense) – já anteriormente referidas – com forte pátina eólica e avermelhadas pela forte oxidação, indicando um clima com grandes estações secas, interrompidas por períodos chuvosos cada vez mais extensos.

Os depósitos de fim de ciclo são sempre caracterizados por materiais grosseiros (areões e seixos), em consequência da intensificação da



27 Bifaces de quartzito do Vale de Atela, Alpiarça, do Acheulense Médio e Superior. O do canto superior direito é um «uniface». Comprimento do pequeno exemplar do centro: 8,9 cm. Seg. H. Breuil e G. Zbyszewski.

Museu Geológico do INETI

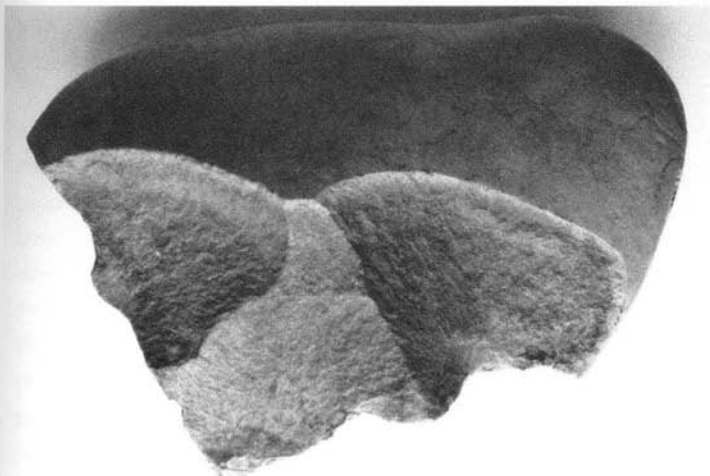
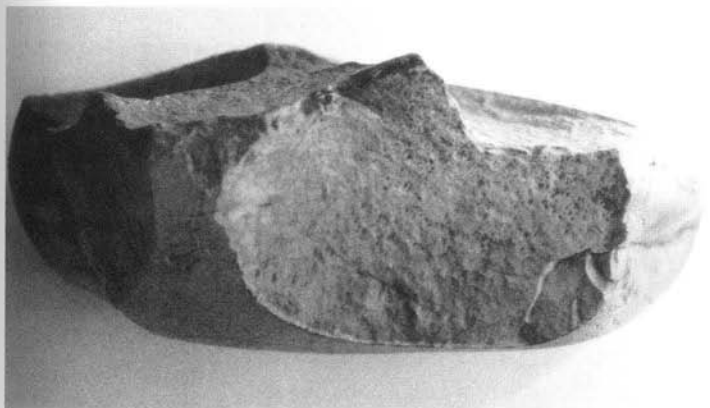
capacidade de transporte do rio. A maior parte destes materiais provêm, na região de Alpiarça, de transportes torrenciais oriundos dos vales tributários do curso principal do Tejo, configurando o aspecto de verdadeiros cones de dejeção. Estes depósitos, observados na parte superior do terraço médio, contêm indústrias do Acheulense Final e, à superfície, peças de talhe languedocense, adiante referidas com

maior detalhe, as quais se encontram dispersas à superfície de todos os outros níveis de terraços da região, à excepção dos terraços inferiores, imediatamente acima da planície de inundação do Tejo actual. Com a continuação do abaixamento do nível marinho, aumentará a erosão e o encaixe fluvial, correspondente à formação de níveis francamente grosseiros, de cascalheiras, que corresponderão à base da sequência sedimentar formada no decurso do ciclo seguinte.

Verifica-se, pois, que a geologia do Quaternário da região de Alpiarça, cuidadosamente estudada e publicada por G. Zbyszewski, em 1946, corresponde a uma das que mais informação forneceu quanto à dinâmica da formação dos terraços fluviais ali observados em grande extensão e à correlação com as respectivas indústrias paleolíticas; não espanta, pois, que aquele ilustre geólogo e arqueólogo, ciente do valor das conclusões a que chegara, totalmente novas para a Ciência, tenha declarado, a tal propósito, no referido estudo, o seguinte: «Quando em 1940 começámos o estudo dos terraços do Tejo, provámos o sentimento do explorador que entra pela primeira vez num terreno virgem [...]. Com efeito, o enorme desenvolvimento dos terraços que se estendem desde Chamusca até Alcochete, estava marcado na antiga carta de 1/500 000 de 1889 sob a rubrica Pliocénico. Havia portanto um trabalho novo a realizar: a separação do Quaternário, que era necessário delimitar, e do verdadeiro Pliocénico, que deveria ser separado, por seu lado, do Miocénico continental.»

Com a chegada de H. Breuil a Portugal, em Junho de 1941, e a sua permanência entre nós durante 17 meses, iniciou-se uma época em que foi posta em evidência a estreita relação que deve existir entre qualquer estudo de Geologia do Quaternário e as indústrias pré-históricas correlativas, servindo estas, pelas suas características tipológicas e caso obedeçam a determinados requisitos (conjuntos numericamente suficientes, proveniência estratigráfica conhecida, entre outros) de importante auxiliar na classificação geológica da formação respectiva. Foi também esta a estratégia traçada por Mariano Feio, em 1946, no seu importante e pioneiro estudo sobre os terraços do Guadiana a jusante do Ardila, nos quais se reconheceram, igualmente, materiais do Paleolítico Inferior *in situ* estudados por  
28 Abel Viana e, de resto, a atitude geral assumida actualmente.

No Centro e Norte do País, as ocorrências acheulenses são mais discretas, havendo porém excepções notáveis, como o caso dos depósitos do rio Lis, objecto de recente síntese de J. P. Cunha-Ribeiro onde se  
29 destaca a estação da Quinta do Cónego (Leiria), a qual forneceu centenas de bifaces e de machados acheulenses, bem como a do Casal do Azemel, igualmente em relação com o terraço fluvial do rio Lis



28 Grande núcleo acheulense, sobre seixo de quartzito, com levantamentos de lascas a partir de ambas as faces, recolhido no terraço médio do Tejo a montante de Abrantes (Pego). Seg. J. L. Cardoso. Comp. máx. 23,9 cm.

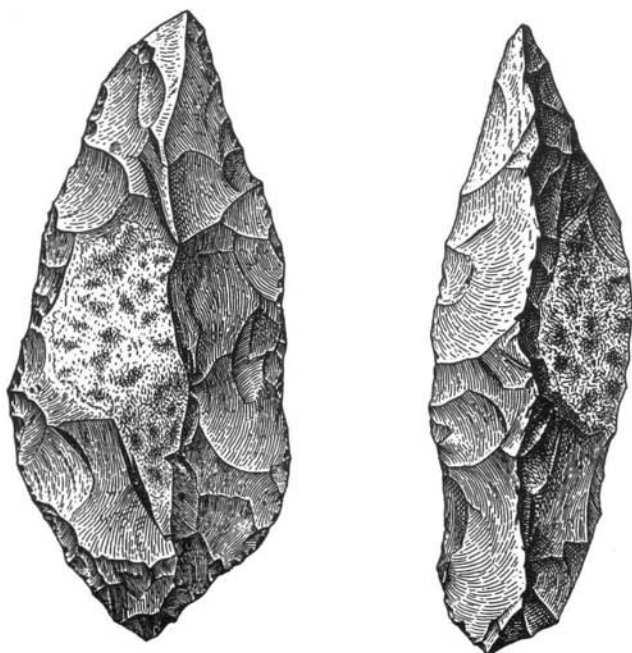


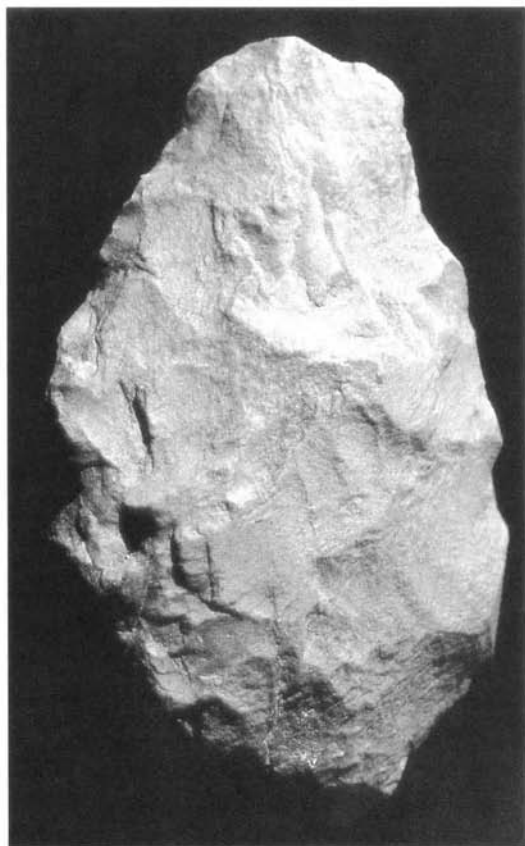
29 Biface e machado («hachereau») de quartzito do Acheulense Superior da estação da Quinta do Cónego, vale do Lis (Leiria). Seg. J. P. Cunha-Ribeiro.

30 Biface de sílex do Acheulense Superior, encontrado na base do enchimento plistocénico da gruta da Furninha, Peniche, atribuído ao fim do último período interglaciário. Seg. E. Cartailhac. Comp. máx. 16,6 cm.

Museu Geológico do INETI.

(Batalha). Tais factos têm a ver, por um lado, com a menor expressão dos depósitos conhecidos, em resultado de redes fluviais mais encaixadas e, por outro, com a hipótese de o povoamento da Península Ibérica, no decurso do Paleolítico Inferior ter progredido de sul para norte, ao longo do litoral e subido os vales fluviais principais; no entanto o facto de ser menos evidente nos domínios mais setentrionais do País, poderá explicar-se, sobretudo, pela acção ulterior da erosão.



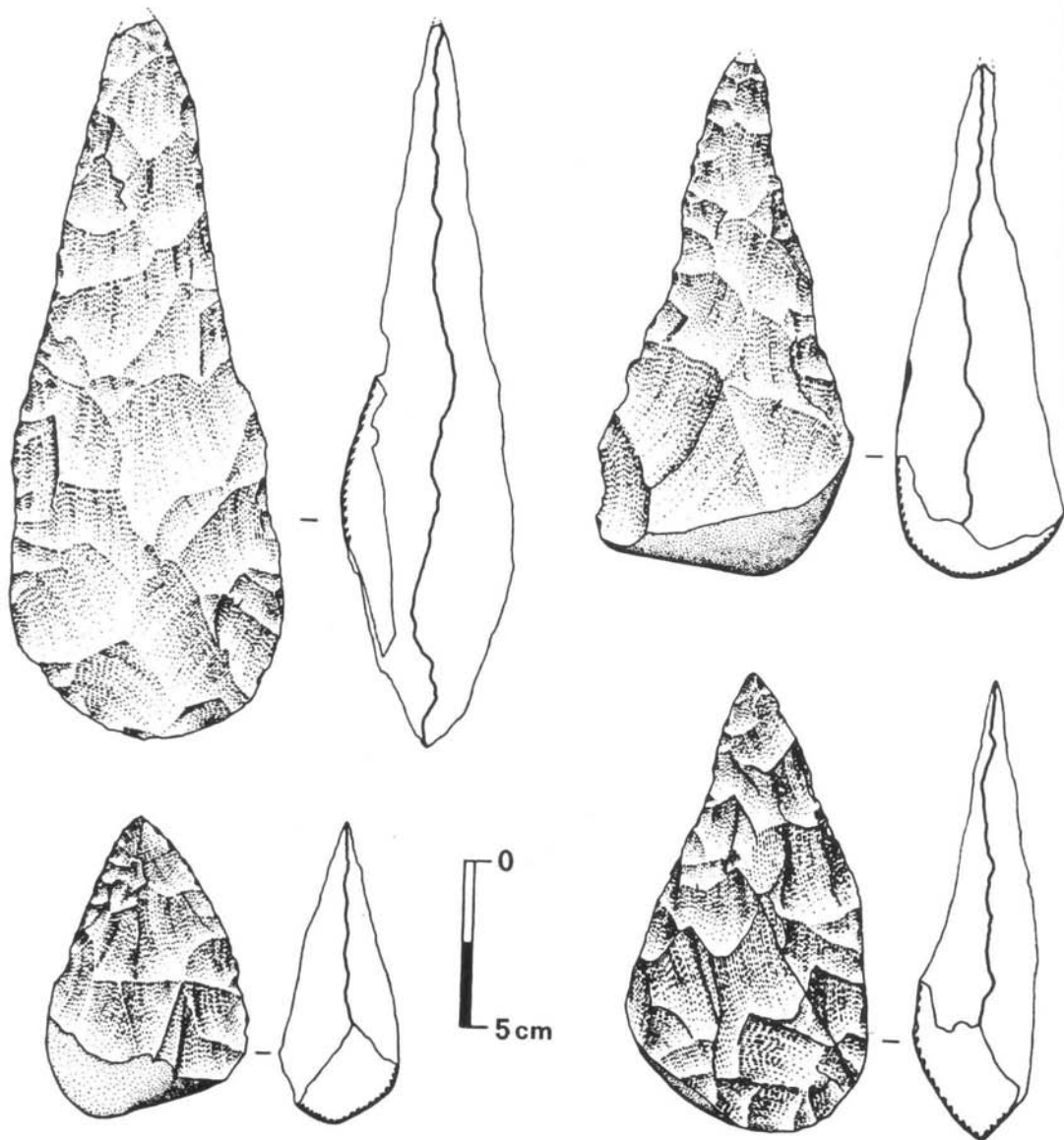


31 Biface de quartzito finamente retocado com recurso ao percutor elástico, de osso ou madeira endurecida ao fogo, do Acheulense Superior, da região de Lisboa (Leião, Oeiras). Seg. J. L. Cardoso. Comp. máx. 14,0 cm.

Um exemplo característico do papel decisivo dos agentes erosivos é a quase falta de depósitos ao longo do Douro, exceptuando a zona da foz, em território português, e, com eles, de estações paleolíticas, as quais porém são frequentes, assumindo grande importância, na bacia do Douro Médio (região de Salamanca).

Ao longo do litoral, as indústrias clássicas acheulenses recolhidas à superfície ou nos depósitos das praias elevadas que o margeiam, são muito mais raras: uma das excepções já clássicas é a presença de um belo biface de sílex, do Acheulense Superior, encontrado *in situ* na base da sequência sedimentar da gruta da Furninha (Peniche), escavada em 1879 por Nery Delgado. Trata-se de um dos casos onde mais se evidencia a imposição da matéria-prima localmente disponível na tipologia, no caso, correspondente a pequenos seixos que raramente permitiram a confecção de bifaces de recorte clássico (as características peculiares de tais indústrias justificaram mesmo a criação de termo específico, o «Lusitaniano», de H. Breuil e G. Zbyszewski).

Corresponde a associação industrial caracterizada pelo predomínio



32 Bifaces micoquenses da estação do Acheulense Superior Final de Milharós, Alpiarça. Seg. L. Raposo, J. R. Carreira e M. Salvador.

*Museu Nacional de Arqueologia.*

de seixos simplesmente talhados, onde os bifaces e machados acheulenses são raros ou mesmo inexistentes, a qual poderá ter sobrevivido até época tardia, inclusive no Pós-Paleolítico. Para os Autores, o primitivismo de tais peças dever-se-ia a uma aparente estagnação da criatividade de tais populações, condicionadas por um pouco exigente quotidiano de simples recolecção. Naturalmente, na actualidade a explicação deverá ser outra, remetendo, sobretudo, para as fortes limitações impostas pela natureza e volume das massas de

matéria-prima disponíveis, simples seixos de quartzito em geral de pequenas a médias dimensões, que não permitiam a confecção de peças paleolíticas de recorte clássico. O mesmo é válido para a rica região paleolítica a Norte de Lisboa, onde a escassez de massas de matéria-prima volumosas, tanto de quartzito (sob a forma de seixos rolados), como de sílex, conduziu à raridade de bifaces acheulenses de recorte clássico, os quais exigiam tal disponibilidade. 31

Uma das questões que importa referir é a da transição das indústrias terminais acheulenses, expressivamente representadas na estação de Milharós (Alpiarça), talvez já do início da última glaciação e as modalidades de transição para as do Paleolítico Médio. Ali, os tipos mais evoluídos de bifaces, ditos micoquenses, de base espessa, formas apontadas e bordos laterais de tendência côncava, predominam nitidamente sobre os bifaces característicos de etapas anteriores, sendo cuidadosamente retocados com recurso ao percutor elástico, de osso ou madeira endurecida, conduzindo a perfis muito esbeltos e regulares e a gumes marcadamente regulares. A transição para as indústrias do Paleolítico Médio não parece, porém, evidente, atendendo à diminuta expressão da técnica «levallois». Já o mesmo não acontece num outro dos escassos sítios portugueses até ao presente objecto de estudos tecno-tipológicos actualizados: o do Casal do Azemel, já atrás referido, da autoria de J. P. Cunha-Ribeiro. Ali, os utensílios sobre lasca, nomeadamente os machados acheulenses, em proporções muito mais altas que o habitual, ocupam posição destacada, sugerindo aquela aproximação, sendo virtualmente uma associação industrial do final do Acheulense, reportável ao Micoquense. 32

## O PALEOLÍTICO MÉDIO. O COMPLEXO MUSTIERENSE EM PORTUGAL E SUAS CARACTERÍSTICAS

*Contributo das estações portuguesas para o  
conhecimento dos últimos neandertais: distribuição  
geográfica, bases de subsistência e cronologia absoluta.*

Este capítulo refere-se ao Paleolítico Médio em Portugal no qual, particularmente, se integra o complexo de indústrias designadas por «Mustierense» características do Würm Antigo, com sobrevivência até o início do Würm Superior. O Paleolítico Médio, conotável globalmente com o complexo Mustierense, encontra-se particularmente bem representado em regiões onde abundava o sílex, rocha de eleição para a manufactura de artefactos sobre lasca, dominantes em tais indústrias.

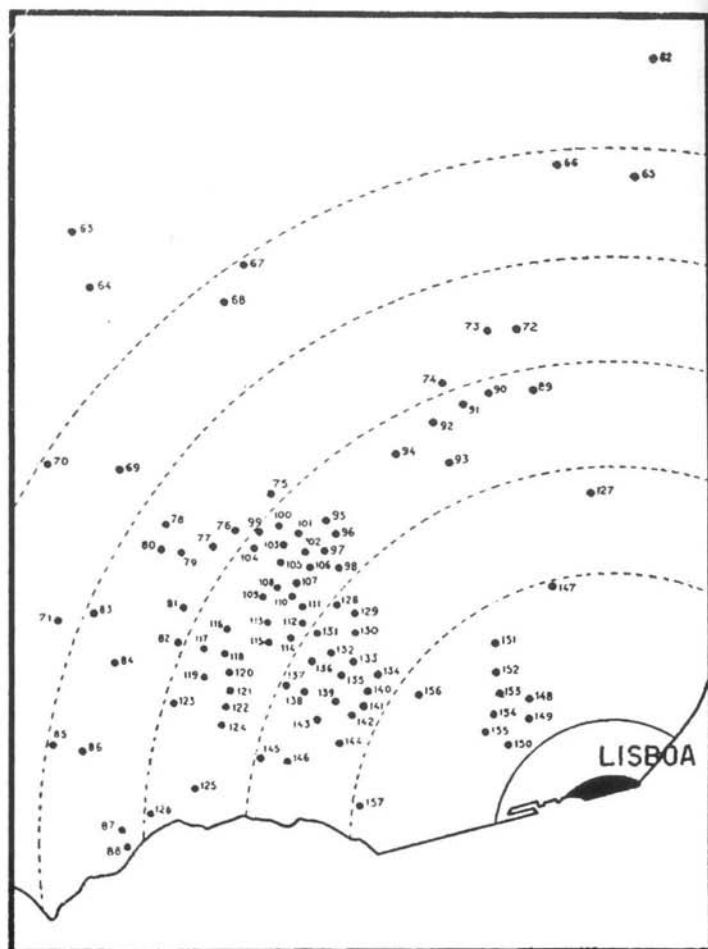
De entre os principais sítios de ar livre e de grutas com Mustierense actualmente conhecidas, para além da região de Rio Maior, onde existe sílex de boa qualidade, sob a forma de nódulos siliciosos compactos e avermelhados, oriundos dos calcários do Jurássico, avulta a região de Lisboa, coincidente com os domínios ocupados pelas rochas e solos basálticos, que se desenvolvem em torno de Lisboa, de Loures a Oeiras, com manchas isoladas mais para Oeste, já no concelho de Cascais e no de Sintra. A enorme quantidade de materiais ali recolhidos faz pensar em sucessivas presenças humanas, sobrepostas, ao longo de dezenas senão de centenas de milhares de anos, no mesmo espaço, correlacionadas com múltiplos acampamentos temporários de bandos de caçadores-recolectores, constituindo, na actualidade, complexos e indecifráveis palimpsestos, com materiais cuja tipologia evidencia larga diacronia. A cartografia das ocorrências, de há muito realizada, anteriormente à expansão urbanística das décadas de 1960/1970 em torno da capital, responsável pela generalizada destruição destes e de outros vestígios arqueológicos, evidenciou zonas em que se verificavam maiores concentrações de materiais, especialmente na região de

33



33 Prospecções realizadas em 1941 ou 1942 na estação paleolítica de Linda-a-Pastora (Oeiras). À frente, em segundo plano, distingue-se a figura de H. Breuil. Seg. J. L. Cardoso, G. Zbyszewski e M. C. André.

34 Carta paleolítica dos arredores de Lisboa. Seg. A. do Paço.

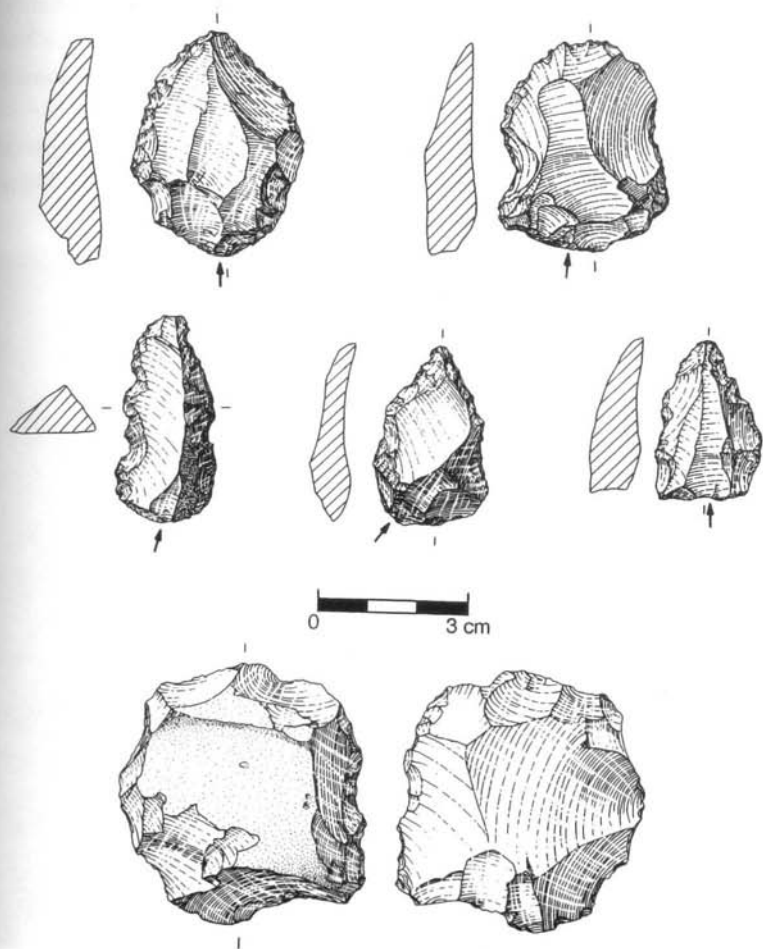


Amadora. Um estudo de síntese recente, tomando como ponto de partida as estações do concelho de Oeiras, situadas já na periferia do núcleo principal, evidenciou tal realidade, bem como a relação existente entre o uso do sílex e os afloramentos cretácicos mais próximos, substituído progressivamente pelo quartzo e pelo quartzito, nos sectores mais orientais, na região de Loures, mais afastados das fontes daquela matéria-prima.

Não obstante a lavoura intensa dos terrenos basálticos, desde pelo menos a Idade do Bronze, bem como a existência de fenómenos geológicos anteriores, como a erosão e a sedimentação, responsáveis pelo transporte e ulterior deposição dos materiais líticos, estes, nalguns casos, conservaram indícios da sua distribuição primitiva no terreno: é o caso da estação de Cabecinho, junto à prisão de Tires, atribuída

34

35



35 Indústrias do Paleolítico Médio de sílex, oriundas do complexo vulcânico de Lisboa. Em cima: à esquerda, raspador duplo convergente (Tercena); à direita, raspador simples convexo (casal de Santa Leopoldina, Oeiras); ao centro, denticulado e pontas mustierenses (Tercena); em baixo, núcleo "levallois" (Quinta da Fonte, Paço de Arcos). Seg. J. L. Cardoso e G. Cardoso.

ao Paleolítico Médio, cuja cartografia de pormenor da distribuição dos materiais à superfície, evidenciou claramente uma mancha de concentração de peças, não obstante tratar-se de um terreno regularmente lavrado. A razão para tamanha concentração de materiais – que revelam, assim, uma intensa ocupação da zona no decurso do Paleolítico Inferior e Médio – explica-se pelas condições particularmente favoráveis oferecidas pelos terrenos basálticos: possuindo topografia suave, retendo a água perto da superfície mercê da existência de camadas impermeáveis com assinalável continuidade e a pouca profundidade, constituiria domínio propício a cobertura de gramíneas sendo, deste modo, rico em caça, da qual dependia, em grande parte, a sobrevivência humana. Por outro lado, a já aludida abundância de sílex, sobretudo no sector central e ocidental do Complexo Vulcânico de Lisboa, disponível sob a forma de nódulos nos calcários do Cenomaniano Superior, aflorantes na área adjacente ou mesmo em retalhos postos a descoberto pela erosão e pela tectónica, sob os afloramentos basálticos, fornecia matéria-prima de boa qualidade, o que explica também a grande concentração de materiais paleolíticos.

36 Vista da entrada actual da Gruta Nova da Columbeira, Bombarral, no decurso das escavações de 1962. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

Além de outras ocorrências, especialmente em diversas grutas da Estremadura, mas também em terraços fluviais da fachada ocidental

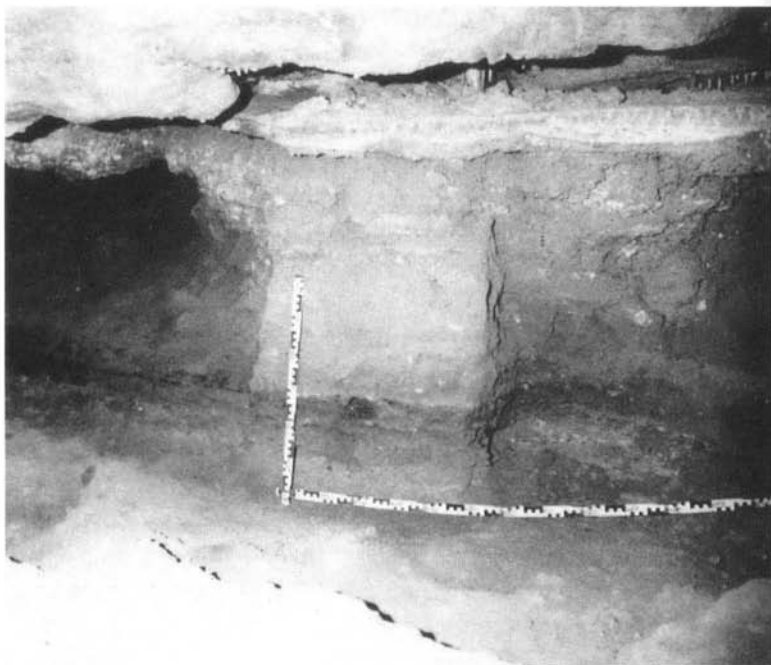


do Portugal Central, como os do Nabão, junto a Tomar (estação da Estrada do Prado), o Paleolítico Médio é igualmente de há muito conhecido noutras áreas do Sul do actual território português, no Baixo Alentejo e, especialmente, no Algarve. Aqui, avultam as recolhas realizadas por Abel Viana e Georges Zbyszewski na década de 1960; porém, raros são os sítios de interesse estratigráfico, onde se tenham recolhido indústrias *in situ*, susceptíveis, deste modo, de se poderem relacionar directamente com a geocronologia dos respectivos depósitos. Um desses raros casos foi identificado em Aldeia Nova (Vila Real de Santo António); ali se recolheu um conjunto estratigrafado, nos depósitos flúvio-marinhos cuja formação foi correlativa do paleoestuário do Guadiana, relacionáveis com o último interglaciário: a sua cronologia ascenderia, assim, entre os 120 000 e os 100 000 anos; mas a sua tipologia não é concludente, podendo ser, eventualmente, materiais mais antigos, carreados pelo rio (A. Viana e G. Zbyszewski classificam-nos como acheulenses), tanto mais que, além de muito escassos, se encontram rolados, prova de que derivaram de outro local. Outro tanto não sucede com os materiais, recolhidos também *in situ*, na camada superficial, entre os quais alguns núcleos e lascas mustierenses sobre seixos de quartzito rolados, com equivalente nas abundantes indústrias mustierenses recolhidas nas imediações (em

37 Entrada da Gruta da Figueira Brava (Setúbal), vista do mar. De ambos os lados daquela, conservam-se restos de depósito brechóide avermelhado, com restos faunísticos e indústrias mustierenses. Foto de J. L. Cardoso.



38 Vista parcial da estratigrafia definida na Gruta da Figueira Brava, Setúbal. Observa-se a existência, na parte inferior do corte, de uma camada carbonosa anegrada, de fraca potência. Os materiais mustierenses provêm sobretudo da camada média de coloração castanho-avermelhada. Seg. M. T. Antunes e J. L. Cardoso.

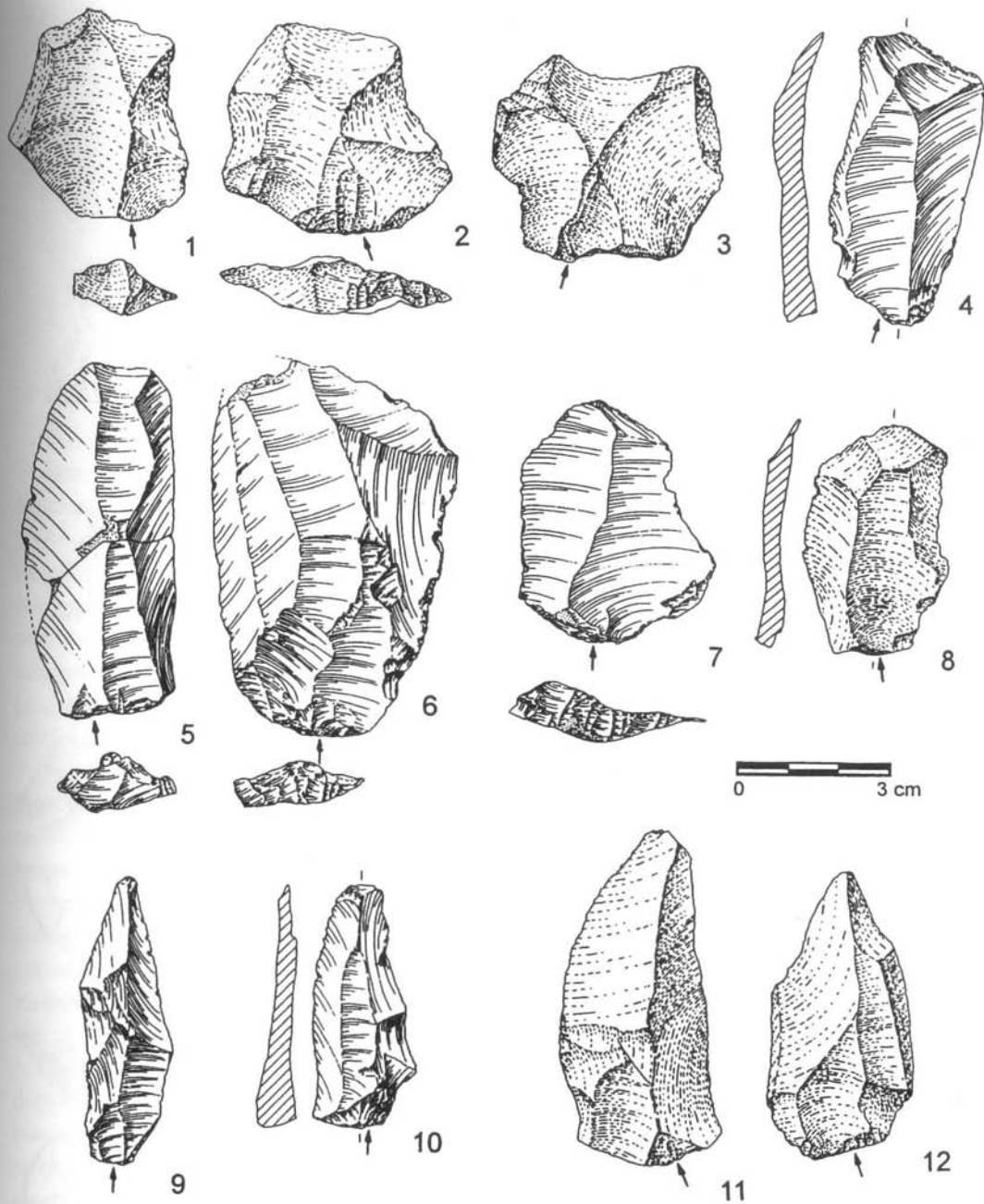


Cabeça, por exemplo, a norte da Praia Verde). Mais recentemente, as prospecções conduzidas por Nuno Bicho no barlavento algarvio, conduziram à identificação do Paleolítico Médio em Lagoa Funda (Vila do Bispo), na Praia da Galé (Albufeira) e na Gruta de Ibn-Amar (Lagoa), subjacente a um nível do Neolítico e da Idade do Bronze.

Na região estremenha, rica de grutas existentes nos afloramentos calcários, avultam dois trabalhos recentes, efectuados em estações já clássicas, a Gruta Nova da Columbeira (Bombarral) e a Gruta da Figueira Brava (Setúbal), cujas indústrias se encontravam em ambos os casos associadas a restos de *Homo neanderthalensis*. De facto, no território português, a assimilação entre o Mustierense e os neandertais é completa.

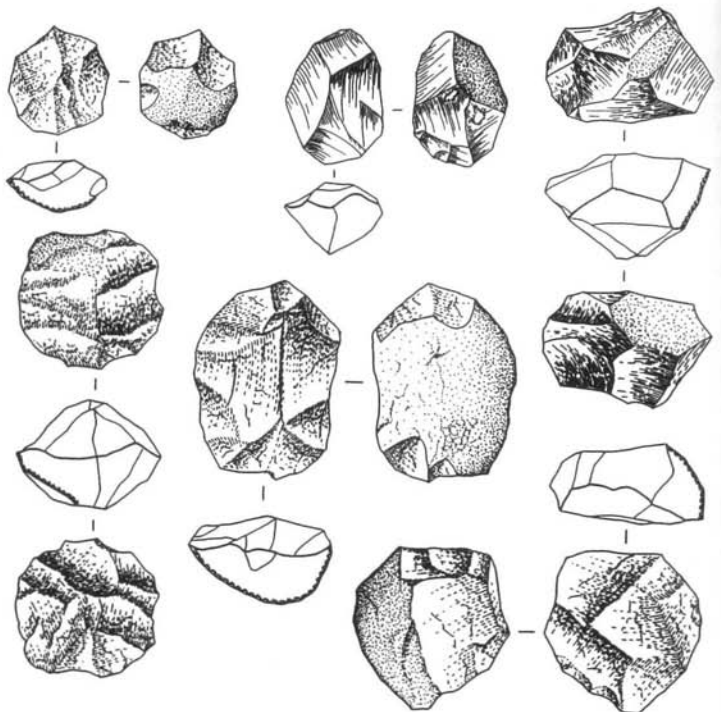
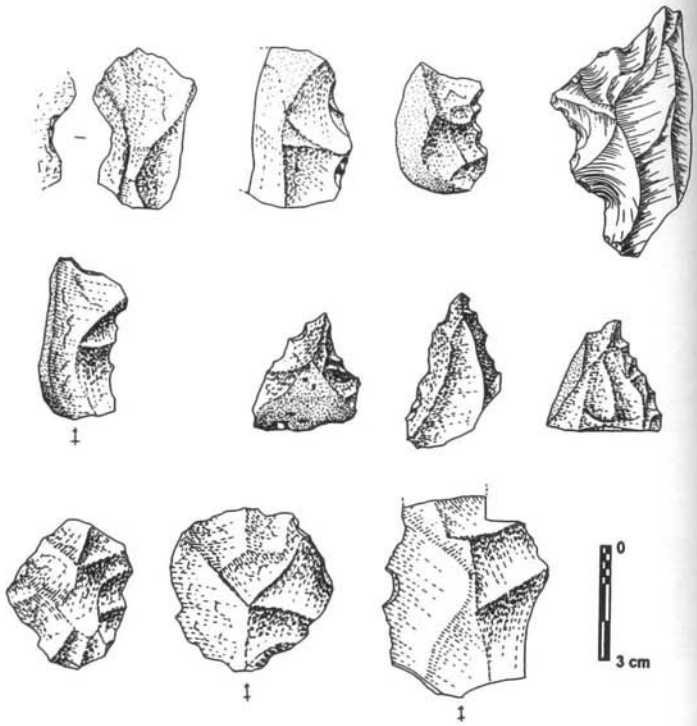
Na primeira das referidas grutas, as indústrias correspondem a um Mustierense de denticulados, rico em raspadeiras, de talhe e fácies levallois; as datações de  $^{14}\text{C}$  dos dois níveis de ocupação da base da sequência -  $28\,900 \pm 900$  e  $26\,400 \pm 750$  BP conferem particular importância à estação, visto situá-la no conjunto das cerca de duas dezenas, conhecidas na metade meridional da Península Ibérica, onde se comprovou a existência de um Mustierense e de neandertais em época ulterior a 30 000 BP.

Por seu turno, os materiais exumados na Gruta da Figueira Brava, de cronologia idêntica, correspondem a um Mustierense Típico, rico

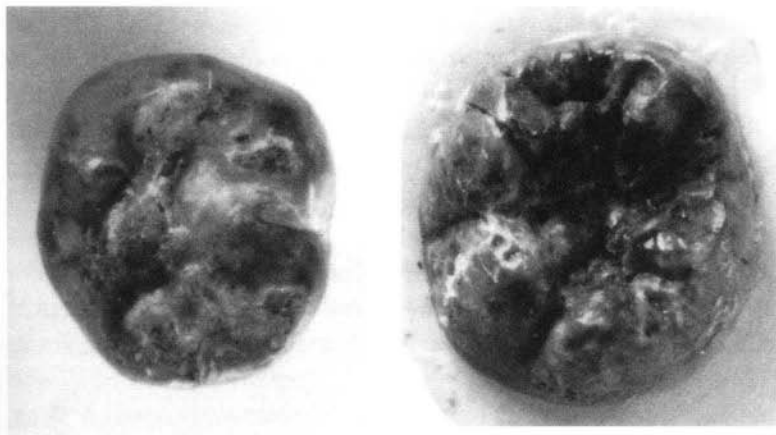


39 Talhe levallois da Gruta Nova da Columbeira, Bombarral:  
 1-8. lascas levallois; 9-10. lâminas levallois; 11-12. pontas  
 pseudo-levallois. Seg. L. Raposo e J. L. Cardoso.

Museu Municipal do Bombarral.



40 Indústrias mustierenses da gruta da Figueira Brava. Em cima, artefactos sobre lasca; em baixo, núcleos discóides e afins. Seg. L. Raposo e J. L. Cardoso.



41 Restos de *Homo neanderthalensis* encontrados em Portugal.

em denticulados mas, ao contrário do conjunto anterior, de talhe não levallois e fácies não levalloisense.

O conhecimento dos mecanismos de substituição dos derradeiros neandertais que, tudo indica, se acantonaram no Sul peninsular, por homens de tipo moderno que cerca de 10 000 anos atrás tinham já penetrado e ocupado a faixa setentrional da Península Ibérica, constitui um dos temas mais aliantes da actual investigação pré-histórica peninsular e europeia. Daí o particular interesse dos sítios portugueses referidos, de projecção internacional.

Com efeito, não havendo quaisquer dificuldades geoquímicas ou bioestratigráficas que desaconselhem a validade das duas datas radiocarbónicas da Gruta Nova da Columbeira (o laboratório que as processou apenas refere que os resultados se afiguram demasiadamente recentes, o que faz sentido para a época em que se executaram as análises, no início da década de 1970), resta «apenas» o argumento cultural: aceitá-las significa reconhecer a extensão das indústrias mustierenses até 28-27 mil anos. Mais importante ainda: significa que também as populações neandertais ali tenham subsistido até à mesma época, conclusão que circunstancialmente se encontra documentada pelo dente daquele tipo encontrado na referida gruta, mas que é sobretudo suportada, como se referiu, pelo facto de no território ibérico haver uma assimilação completa entre as indústrias mustierenses e as populações neandertalenses.

Será esta situação insustentável, pouco credível, ou sequer improvável, no estado actual dos nossos conhecimentos? Nesta síntese, naturalmente que nos limitaremos à apresentação dos elementos susceptíveis de enquadramento mínimo, imprescindíveis à correcta avaliação das indústrias em apreço.

Vista oclusal de dente de leite, perdido em vida, correspondente ao último molar esquerdo (dm/2), com desgaste acentuado, provavelmente pertencente a uma criança neandertal, recolhido na gruta das Salemas, Loures. Arquivo O. da Veiga Ferreira. Diâmetro máximo: 11,0 mm.

Vista oclusal de germe de um primeiro molar esquerdo (m/1), de neandertal, da Gruta Nova da Columbeira, Bombarral. Arquivo O. da Veiga Ferreira. Diâmetro máxima: 11,7 mm.

*Ambos no Museu Geológico do INETI.*

41

Nos anos 70 nada faria supor que tal tipo de sobrevivências pudesse ter ocorrido. Mas já a investigação das duas últimas décadas a tem sugerido, com uma acumulação de provas irrefutáveis, as quais foram objecto de tratamento e discussão em estudo de que o Autor elaborou em co-autoria com L. Raposo, que mais desenvolvidamente se tem ocupado deste importante assunto.

Começemos por observar os dados do território português, nesta óptica, ou seja, assinalando sucessivamente algumas das grutas e dos sítios de ar livre onde se detectaram ocupações humanas mustierenses, datadas de há menos de 35 mil anos, em certos casos até há cerca de 27 mil anos.

Salienta-se em primeiro lugar a gruta, outrora abrigo sob rocha, da Figueira Brava, situada sobre a actual arriba litoral da serra da Arrábida, a Sul de Lisboa. O conjunto dos elementos reunidos neste local conferem-lhe uma especial importância. Em primeiro lugar, deve salientar-se a notável associação faunística registada, porventura a mais completa de todos os locais do Paleolítico Médio da Península Ibérica. Nela se incluem moluscos e outros invertebrados, peixes (aliás, escassos), répteis, aves (muito variadas: 32 espécies) e mamíferos. Estes últimos estão representados por 18 espécies de grandes mamíferos (incluindo o homem) e por 19 espécies de pequenos mamíferos. A ocorrência de algumas espécies adaptadas a condições marinhas especialmente frias (tais como a pequena foca ártica, o pinguim gigante e os patos-marinhos nórdicos) aponta para a ocorrência de um episódio würmiano regressivo. Não é todavia possível, apenas na base de argumentos bioestratigráficos, determinar com maior precisão qual a cronologia desta fauna e, conseqüentemente, qual a datação da ocupação humana associada. Para este efeito, recorreu-se à datação de algumas amostras pelos métodos do radiocarbono (conchas de *Patella*) e das Séries de Urânio (esmalte dentário de veado), com resultados muito satisfatórios, no primeiro caso, situados entre 30/31 000 BP.

A ocupação paleolítica da Figueira Brava é enriquecida pelo registo de restos humanos atribuídos ao *Homo neanderthalensis*, especialmente um pré-molar superior, e por uma abundante indústria lítica. Foram também referidos sinais de actividade humana em alguns ossos animais.

A indústria lítica é composta por um total de quase de quatro milhares de artefactos, ou cerca de dois milhares e meio, se excluirmos as esquirolas de talhe (esquirolas: 36%; debitage: 46 %; núcleos: 9%; utensílios: 9%). Trata-se de uma indústria expeditiva, sem artefactos de grande recorte tipológico, principalmente devido à má qualidade das matérias-primas disponíveis localmente, com destaque

para o quartzo, sob a forma de seixos mais ou menos rolados obtidos dos conglomerados terciários existentes localmente. O talhe discóide é largamente dominante (30 % do total das bases negativas de primeira geração são núcleos discóides). Entre os utensílios retocados, predominam os raspadores, seguidos pelos denticulados e entalhes. De acordo com os critérios de diagnose bordiana tradicional, aplicados aos conjuntos líticos do Paleolítico Médio, é possível afirmar, como já se referiu, que a indústria da Figueira Brava corresponde a um Mustierense Típico, rico em denticulados, com debitage não levallois e fácies não levalloisense, sendo meramente residuais os utensílios «de tipo Paleolítico Superior».

A sequência mustierense mais completa até ao presente reconhecida em território português é a que resultou das escavações dirigidas por O. da Veiga Ferreira em 1962 na Gruta Nova da Columbeira. De cima para baixo a estratigrafia registada foi a seguinte:

42

- C. 1 – nível estalagmítico (0,01-0,12 m);
- C. 2 – brecha castanha, um pouco arenosa, com fragmentos e concreções de calcário, ossos de animais e carvões (0,40 m);
- C. 3 – nível lenticular com concreções calcárias e ossos de animais (0,10 m);
- C. 4 – nível argilo-arenoso, cinzento-acastanhado, com fragmentos e concreções de calcário, ossos, carvões e indústrias mustierenses (1,00 m);
- C. 5 – leito siltoso (0,02-0,03 m);
- C. 6 – brecha compacta, com numerosos fragmentos e concreções de calcário, ossos, carvões e indústrias mustierenses (1,00 m);
- C. 7 – nível arenoso, castanho-acinzentado, com numerosos ossos e abundantes indústrias mustierenses (0,20 m);
- C. 8 – terra castanho-escura e negra, mais ou menos consolidada, com acumulações de cinzas (0,30 m);
- C. 9 – nível estalagmítico;
- C. 10 – areia argilosa amarela, estéril, assentando no chão primitivo da gruta.

Entre quase todos os níveis existia uma delgada película estalagmítica, indicando possível interrupção na sedimentação. As camadas superiores (C. 1 a C. 3) são estéreis do ponto de vista da presença humana. A C. 8 corresponde à fase mais importante da ocupação humana da gruta. Abundantes restos carbonosos dali provenientes teriam sido o resultado de combustões de longa duração. Com efeito, é nessa camada que se observa a máxima concentração de artefactos líticos – 2433 – logo seguida da C. 7, onde se recolheram



N 10° E

①

①

②

②

⑧

⑨

⑫

⑬

③

④

⑦

⑧

⑨

⑩

⑫

⑬

⑮

⑰

⑱

⑲

⑳

⑤

⑥

⑬



1880, segundo estudo recentemente publicado, da autoria de L. Raposo e de J. L. Cardoso.

Importa, por outro lado, cruzar a informação relativa à presença humana com a respeitante à dos carnívoros, visto ambas serem, ao mesmo tempo, incompatíveis. Os resultados obtidos confirmam que a maior incidência de testemunhos da presença humana corresponde à menor presença de carnívoros, ou seja, evidencia-se uma alternância da ocupação da gruta por humanos e outros predadores; assim sendo, a larga maioria dos herbívoros encontrados seria o resultados das actividades cinegéticas humanas, especialmente os das C. 7 e C. 8, ou das capturas efectuadas por carnívoros. A variedade das espécies presentes evidencia, outrossim, a natureza não especializada da caça realizada pelos neandertais. Deve ainda salientar-se outro facto interessante: a Gruta Nova da Columbeira é, de longe, a estação arqueológica portuguesa que forneceu maior número de restos de tartaruga terrestre (*Testudo hermanni*), a qual parece ter desaparecido em consequência da vaga de frio ocorrida cerca de 18 000 BP. A abundância de tais restos, sobretudo oriundos da C. 8 (o que significa terem sido resultantes da captura de neandertais com fins alimentares) mostra que, na altura de cerca de 28 000 anos atrás, o clima da região se caracterizaria por Verões quentes, embora os Invernos pudessem ser frios. Esta conclusão encontra-se reforçada pela existência de restos de cortiça carbonizados, referidos por O. da Veiga Ferreira. De referir que, tanto na Gruta da Figueira Brava, como na Gruta Nova da Columbeira, se encontraram artefactos produzidos em osso, fracturados e transformados intencionalmente, para servirem a diversos fins. Trata-se de dois dos raros exemplos em que a presença de artefactos ósseos foi inquestionavelmente registada no decurso do Mustierense, em território europeu.

Existem outras grutas do Maciço Calcário Estremenho em que também foram referidos contextos mustierenses de interesse estratigráfico, alguns deles incluindo restos humanos. Porém, o seu interesse é desigual, e sempre inferior ao das duas ocorrências supra-referidas pelo que não justificam comentários tão extensos.

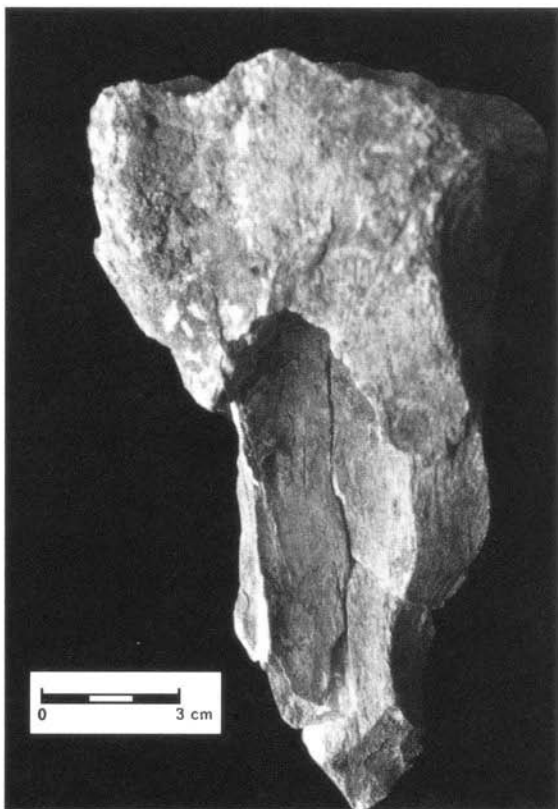
É o caso da Gruta do Caldeirão, situada cerca de 140 km a Nordeste de Lisboa, próximo da cidade de Tomar, seria um segundo local a reter – mas coloca problemas especiais de diagnose. O responsável pelos trabalhos atribuiu ao Mustierense a indústria da base da sequência estratigráfica. As camadas seguintes são atribuídas ao Gravettense. No entanto, a escassez numérica e o carácter não diagnóstico dos conjuntos líticos em causa impedem que, com segurança, possam ser considerados do Mustierense. No caso crucial da camada K acresce a

43

44

42 Corte estratigráfico do enchimento mustierense da Gruta Nova da Columbeira, realizado por J. Roche e O. da Veiga Ferreira em 1971.

43 Punhal mustierense executado em extremidade proximal de rádio de auroque da Gruta da Figueira Brava (Setúbal). Observe-se, do lado direito, uma fractura helicoidal, por torsão e lascamentos de utilização, na extremidade inferior. Foto de J. L. Cardoso.



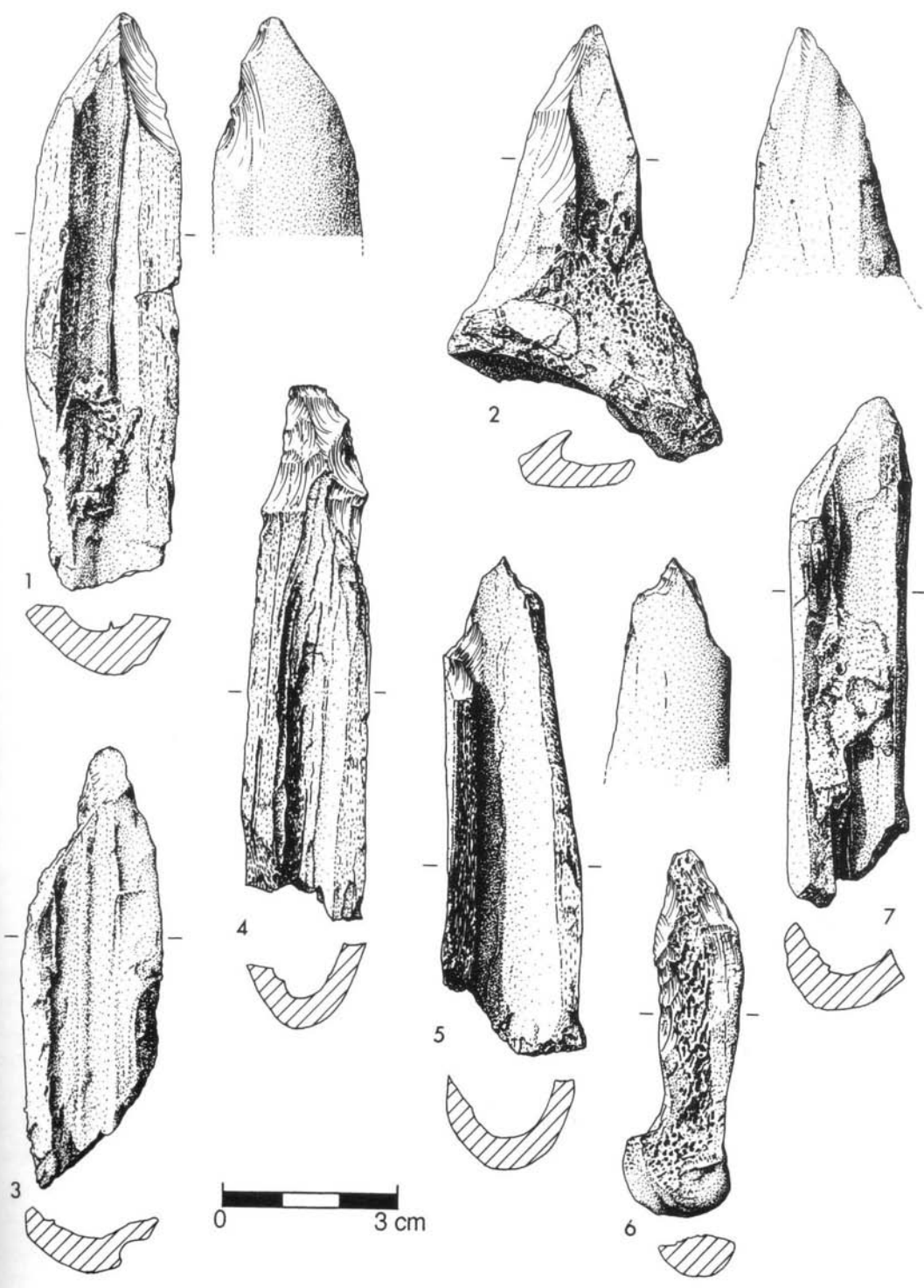
44 Esquírolas de ossos longos e metápode de urso (n.º 6) fracturados intencionalmente para serem utilizados como bicos e furadores, recolhidos nas camadas 6 a 8 da Gruta Nova da Columbeira, Bombarral. Seg. J. L. Cardoso, L. Raposo e O. da Veiga Ferreira.

Museu Municipal do Bombarral.

dificuldade adicional de uma nebulosa separação com os utensílios do Paleolítico Superior encontrados no seu topo, precisamente na zona cuja datação radiométrica ( $27\ 600 \pm 600$  BP) foi considerada aceitável, dado que duas outras datações para a base da mesma camada se revelam incongruentes com a estratigrafia geral do sítio. Importa sublinhar que a mera coerência estratigráfica não é suficiente para conferir maior credibilidade à data considerada, sendo além disso certo que ela poderá datar um conjunto gravettense, com o qual aliás seria compatível. Daqui pode concluir-se que, sendo embora verosímeis, nem a datação nem a atribuição ao Mustierense das indústrias da base da sequência da Gruta do Caldeirão se encontram plenamente demonstradas.

Também na Gruta da Oliveira-Almonda, onde se recolheram restos humanos neandertalenses datados de há c. 38/40 mil anos, se registou a ocorrência de horizontes atribuídos ao Mustierense até datas na ordem dos 31 mil anos.

Outras evidências são, ainda, menos relevantes, face às conhecidas na Gruta Nova da Columbeira e na Gruta da Figueira Brava, seja pelas dúvidas quanto à sua datação, seja pela escassez dos seus conjuntos



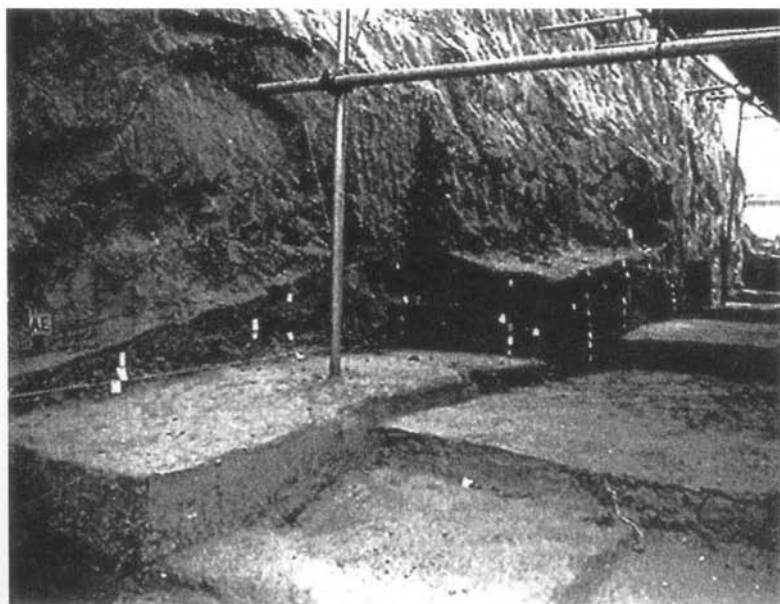
líticos, seja, enfim, nalguns casos, pela inexistência de revisões modernas dos seus materiais: referimo-nos a três cavidades cársticas situadas no concelho de Loures e próximas umas das outras, sobre o profundo vale da ribeira da Lousa: o Algar da Pedreira das Salemas, a Gruta das Salemas e a Gruta do Pego do Diabo: todas elas forneceram, na base das respectivas acumulações, indústrias globalmente situáveis adentro do Mustierense, cujas datações absolutas, pese embora nalguns casos a incerteza a que estão associadas, bem como a falta de recorte tipológico, não deixam de constituir, em todo o caso, ocorrências que «fazem sentido» no quadro geral de referência que tem vindo a ser traçado. Com efeito, ao analisar a bibliografia relativa às três cavidades citadas, verifica-se que o seu conteúdo não se encontra inteiramente ao abrigo do contraditório, seja no plano da atribuição cultural dos respectivos horizontes atribuídos ao Paleolítico Médio (caso mais notório na Gruta do Pego do Diabo), seja quanto à sua datação precisa. O mesmo se passaria noutras grutas: em alguns deles existem elementos de datação aceitáveis, mas indústrias líticas diminutas: tal é o caso da Lapa dos Furos, com duas datações de c. 30 e c. 34 mil anos, mas somente sete artefactos; noutros casos, existem indústrias mustierenses porventura melhor definidas, mas faltam por agora elementos de datação cronométrica, como é o caso da Buraca Escura, na serra de Sicó, com ocupações do Paleolítico Médio, incluindo uma lareira, subjacentes a níveis do Gravettense.

Não obstante as limitações acabadas de assinalar, a ocorrência no território português de horizontes mustierenses em grutas, datados de há cerca de 30 mil anos, ou até menos, até há cerca de 28 mil anos, parece hoje inquestionável, tanto pela ocorrência de pelo menos dois locais mais sólidos nesse sentido (grutas da Columbeira, da Figueira Brava e, ainda, a gruta da Oliveira-Almonda), como pelo próprio significado que resulta da acumulação de locais que apontam no mesmo sentido.

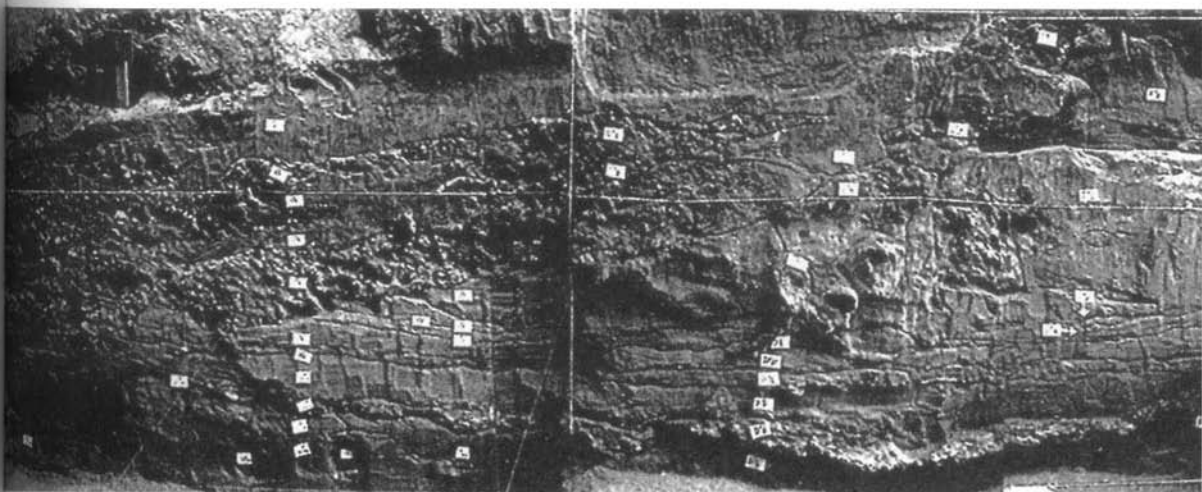
Este quadro é, aliás, extraordinariamente reforçado – diríamos definitivamente confirmado – pela inclusão na nossa análise de alguns locais de ar livre, de cronologia e caracterização cultural idênticas, com especial saliência para os sítios da Foz do Enxarrique e da Conceição.

- 45 O sítio da Foz do Enxarrique (Vila Velha de Ródão), sobre a margem direita do Tejo, foi objecto de sucessivas campanhas de escavações, que prosseguem actualmente sob a orientação de L. Raposo. O horizonte do Paleolítico Médio detectado (o único correspondente a ocupação humana pré-histórica identificada) encontra-se próximo da base de uma espessa cobertura silto-argilosa de cerca de 6 m de

potência. Visível em perfis estratigráficos e escavado até agora numa área de cerca de 150 m<sup>2</sup>, este horizonte (com c. 20 cm de espessura máxima) corresponde a uma antiga praia fluvial, com uma ligeira inclinação, até assentar directamente na cascalheira que preenche as concavidades do substrato rochoso. Em estrita associação estratigráfica e espacial foram encontrados neste sítio abundantes restos faunísticos e uma numerosa indústria lítica (mais de 10 mil artefactos).



45 Estação da Foz do Enxarrique (Vila Velha de Ródão). Paleolítico Médio. Aspecto da escavação e vista parcial da estratigrafia. Fotos de L. Raposo. Seg. J. L. Cardoso.



O conjunto faunístico estudado por J. L. Cardoso, totalizando 808 restos ósseos, dos quais cerca de metade puderam ser identificados, revela a presença maioritária de veado (27% do número total de restos identificados) e de cavalo (18%). O auroque também está presente, ainda que em muito menor percentagem (1,2%). Residualmente, reconhece-se a presença do coelho, do elefante antigo e do rinoceronte. Os carnívoros estão representados por raros fragmentos de raposa, hiena e lince. Esta associação denota um clima temperado, com a presença de espaços abertos e manchas localizadas de bosque.

A indústria lítica não foi ainda objecto de estudo detalhado. Todavia, é possível afirmar que se trata de um conjunto talhado em grande parte no próprio local. Utilizaram-se sobretudo os abundantes seixos de quartzito da cascalheira de base. É dominante a técnica levallois, seja na modalidade recorrente (centrípeta, com maior frequência, mas também uni e bipolar), seja na modalidade de levantamento preferencial (lasca ou ponta). Sendo muito abundantes os núcleos e a debitage deles resultante (com a aparente representação de toda a sua cadeia operatória), parece haver alguma subrepresentação de produtos levallois e sobretudo de utensílios retocados. No estado actual dos nossos conhecimentos, o sítio da Foz do Enxarrique constitui o mais importante local do seu tipo (ar livre) e cronologia (Paleolítico Médio Final) de toda a Península Ibérica. O enquadramento cronológico encontra-se nele particularmente bem determinado, pela aplicação do método das Séries de Urânio ao esmalte dentário de três espécimes (dois dentes de cavalo e um de auroque), com resultados muito fiáveis e uma datação média ponderada de  $33\ 600 \pm 500$  (data que, em datas convencionais de radiocarbono, deve situar-se próximo dos 30 milhares de anos).

46 O segundo local a destacar no âmbito das ocupações de ar livre do Paleolítico Médio português é o da Conceição, situado também no vale do Tejo, mas no estuário, ao sul de Lisboa. Foi descoberto em 1996, sendo imediatamente objecto de uma intervenção de emergência, antes de ser ocultado pela estruturas de acesso à ponte Vasco da Gama. Uma monografia foi entretanto publicada pelo signatário, de colaboração com L. Raposo (1998). Sondagens geológicas profundas, permitiram reconhecer a sobreposição de dois ciclos transgressivos de sedimentação, correspondentes respectivamente ao Riss/Würm e ao interpleniglacial würmiano. O horizonte arqueológico estudado situa-se na superfície de uma cascalheira, correspondente ao segundo momento assinalado, sendo envolvido por uma fina camada de cobertura, de origem flúvio-eólica. As datações absolutas obtidas por TL/OSL para uma camada de areias situada abaixo da cascalheira

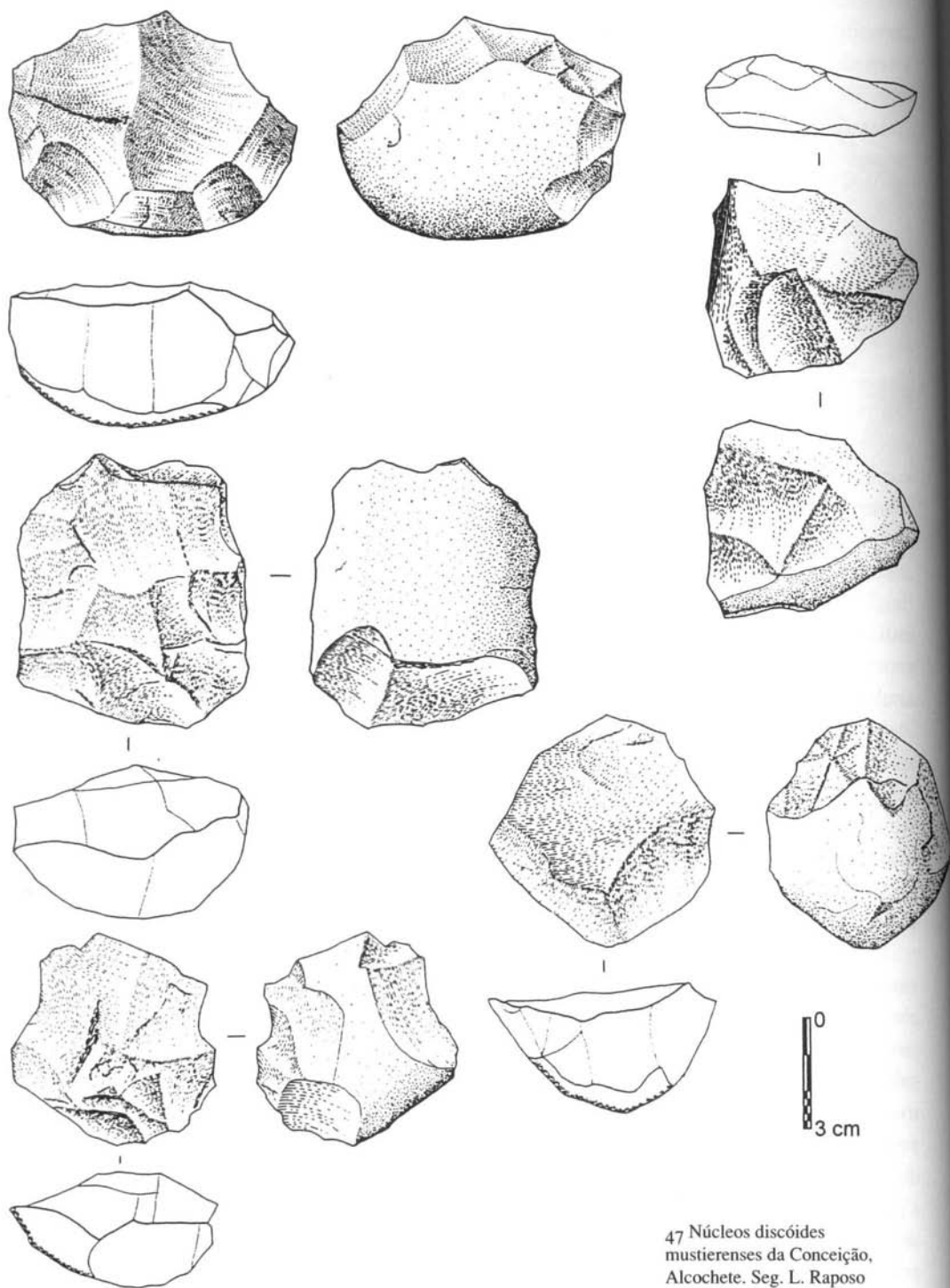


(64,5 +11,6 –10,4 milhares de anos) e para a camada de cobertura indicada ( $27,2 \pm 2,5$  milhares de anos) confirmam a interpretação geocronoclimática antes efectuada. A datação desta última camada estabelece, pois, um limite *post-quem* para a ocupação humana nela incluída, podendo ser validamente utilizada como indicador aproximado da sua efectiva datação.

No sítio de Conceição, no pouco tempo de que se dispôs para o seu estudo, foi possível recolher cerca de 8500 artefactos líticos, dos quais cerca de 1200 na escavação de uma pequena superfície de 5 m<sup>2</sup>. O estudo detalhado das colecções recolhidas confirmou a identidade global do conjunto, acentuando o carácter de «work camp» do local.

De um modo geral, salienta-se a grande standardização dos procedimentos técnicos, baseados no desenvolvimento dos mais elaborados padrões de economia dos gestos; a este propósito, refira-se por exemplo a importância dos chamados «núcleos discóides sobre calote de seixo», caso limite de simplificação, em que se aproveita a morfologia do suporte natural para dele extrair as lascas predeterminadas pretendidas, sem o recurso a acções de formatação e de preparação dos planos de percussão, traduzíveis em levantamentos a partir do reverso do núcleo. A extraordinária quantidade dos núcleos deste sítio, e a sua homogeneidade, constituem uma excelente base para estudos tecnológicos mais aprofundados, designadamente para testar a distinção entre «discóide» e «levallois», que neste caso não

46 Vista dos trabalhos realizados na estação do Paleolítico Médio de Conceição, Alcochete. Foto de J. L. Cardoso.



47 Núcleos discóides  
mustierenses da Conceição,  
Alcochete. Seg. L. Raposo  
e J. L. Cardoso.

parece suficientemente estabelecida, a partir das variáveis usualmente propostas. Tendo presente estas características tecnológicas e não obstante a escassez já assinalada de utensílios retocados (principalmente denticulados e entalhes), não existe qualquer dúvida em atribuir esta indústria ao complexo mustierense, sem contudo poder ser mais preciso na sua classificação adentro do sistema bordiano tradicional.

Como se verifica, existem actualmente em Portugal diversos locais onde se documentou, de forma por vezes muito concludente, a ocorrência de ocupações mustierenses (e das populações neandertais) até datas muito tardias, mais recentes mesmo do que 30 mil anos. Seria aliás possível acrescentar aos locais indicados, diversos outros, mais problemáticos, mas igualmente indicativos da mesma realidade. A mera observação do conjunto de datações absolutas existentes para os sítios do Paleolítico Médio português é, em si mesma, sugestiva das potencialidades e das lacunas dos dados existentes. A maior parte dos elementos disponíveis referem-se à fase final do período, sendo raras (e pouco precisas) as datações relativas a momentos mais antigos. A caracterização tecno-tipológica das indústrias líticas também reforça este padrão: os conjuntos estudados, numericamente mais representativos na fase recente do Paleolítico Médio, apresentam além disso rupturas marcadas com os do Paleolítico Superior Inicial; os conjuntos da fase antiga do Paleolítico Médio, geralmente constituídos por amostragens reduzidas, revelam maiores continuidades com os do Paleolítico Inferior Final, como já anteriormente se referiu. Por outro lado, a descontinuidade observada entre o Paleolítico Médio Final e o Paleolítico Superior Inicial, não se limita à mera observação das respectivas indústrias líticas, incluindo aspectos tais como a captação e gestão de matérias-primas, os procedimentos técnicos adoptados e o repertório tipológico executado. Um outro significativo elemento de ruptura entre ambos os períodos pode ser encontrado ao nível do território e dos próprios sítios habitados.

São poucos os sítios portugueses onde se verifica uma sobreposição dos níveis do Paleolítico Médio Final pelos níveis do Paleolítico Superior Inicial, com base em elementos de datação suficientemente credíveis. Em cerca de metade (Lapa dos Furos, Figueira Brava, Foz do Enxarrique, Pedreira das Salemas, Columbeira e Conceição) apenas se registam ocupações do Paleolítico Médio Final; em quatro (Casa da Moura, Vale Comprido-cruzamento, Fonte Santa e Gato Preto), apenas ocorrem horizontes do Paleolítico Superior Inicial; somente em três (Grutas das Salemas, Caldeirão e Pego do Diabo) se verificaram seqüências estratigráficas abarcando ambos os períodos, ainda que nem sempre claras e indiscutíveis.

A ideia da ruptura é a que melhor corresponde à avaliação dos dados na passagem do Paleolítico Médio para o Paleolítico Superior, em Portugal. Ruptura tão marcada, que facilmente pode ser atribuída a comportamentos culturais muito distintos por parte de duas populações também elas distintas: as comunidades neandertalenses preexistentes no território e as comunidades de *Homo sapiens* modernos, acabadas de chegar.

O caso português faz, portanto, todo o sentido, desde que inscrito num contexto mais amplo, ibérico e europeu. Vejamos em primeiro lugar os dados que emergem dos conhecimentos existentes sobre a matéria no quadro peninsular.

48 A lista dos locais ibéricos em que foram registados horizontes culturalmente atribuídos ao Paleolítico Médio (em vários casos com restos físicos de neandertais), datados de há menos de 35 mil anos é já hoje claramente aceite. Sendo certo que as datações propostas para alguns deles podem ser objecto de discussão, outros existem em que as atribuições cronológicas, realizadas a partir de critérios diferentes, por vezes cruzados, são bastante sólidas. Sirvam de exemplos as Grutas da Carihuela, Horá, Zafarraya e Gorhams, em Gibraltar. Confirmam-se, pois, agora com elementos de datação absoluta credíveis, as hipóteses que alguns autores já há anos vinham sugerindo, a partir de fundamentos geo- e bioestratigráficos.

Está ainda por fazer o estudo comparativo das indústrias líticas dos sítios portugueses e espanhóis referidos nos parágrafos anteriores. Aparentemente, elas revelam grande variabilidade, porém, com um notável traço comum: em nenhum local foi detectado qualquer tipo de «indústria de transição» para o Paleolítico Superior (com a eventual excepção do conjunto lítico da Gruta de Zafarraya, que em todo o caso carece de estudo e publicação extensiva). Ao contrário: tal como na Gruta Nova da Columbeira, as indústrias mustierenses finais do Sul e Ocidente ibéricos testemunham por vezes uma acentuação dos padrões mustierenses (uma «mustierização»), embora quase sempre dentro de estratégias de aprovisionamento de matérias-primas, gestão de suportes e fabrico de utensílios marcadamente expeditivos.

Esta situação inspirou J. Zilhão na elaboração do seu modelo relativamente a uma hipotética «fronteira do Ebro», linha imaginária que, correspondendo a um acidente geomorfológico de primeira grandeza no território peninsular, prolongado pela cadeia montanhosa cantabro-pirenaica, teria separado, por cerca de 5000 anos, os homens modernos, portadores do Aurignacense, acantonados do lado setentrional, dos neandertais, ocupantes da parte restante da Península Ibérica. Tratava-se, pois, de uma fronteira estável, separando duas

48 Sítios peninsulares do Paleolítico Médio Final datados de menos de 35 000 BP.  
 Seg. J. L. Cardoso, L. Raposo e O. da Veiga Ferreira.



N.º	Sítio	Região	Datagens	N.º	Sítio	Região	Datagens
1	Ermítos	Girona	33190 +660	11	Devil's Tower	Gibraltar	< 30000
2	Jarama VI	Guadalajara	29599 +2700	12	Gorham Cave	Gibraltar	47700; 49200
3	Cova Negra	Valência	< 30000				< 30000
4	Beneito	Alicante	30160 +680				c. 32000
5	Perneras	Murcia	c. 29/30000	13	Foz Enxarrique	Rodão	32938+-1055
6	Palomarico	Murcia	c. 29/30000				34088+-800
7	Carihuela	Granada	c. 25000				34093+-920
			c. 30000	14	Caldeirão	Tomar	27600+-600
			c. 28000	15	Lapa dos Furos	Tomar	30570+-760
			c. 32000				34580+1160-1010
			c. 31-35000	16	Almonda	Torres Novas	31200+-900
8	Horá	Granada	< 30000	17	Columbeira	Bombarral	26400+-750
9	Zafarraya	Granada	25100+-1300				28900+-950
			26900+-2700	18	Salemas (algar)	Loures	27170+1000-900
			28900+-4200				< 29200
			29800+-600				29890+1130-980
			31700+-3600	19	Pêgo do Diabo	Loures	28120+-860
			31800+-550	20	Conceição	Alcochete	27200+-2500
			33400+-200	21	Figueira Brava	Sesimbra	30050+-550
10	Bajondillo	Torremolinos	25300/26500+-10/15%				30930+-700
			27300+-1700				

realidades bioculturais bem diferenciadas. Com efeito, na parte meridional da Península, Portugal incluído, o Aurignacense é tardio – o que não acontece na parte setentrional – tanto do ponto de vista cronológico como tipológico, o que indicaria uma penetração dos homens modernos em fase já adiantada deste complexo tecno-cultural. Tendo presente que, na cordilheira cantábrica, o Aurignacense mais antigo ascende a cerca de 36 500 BP, e verificando-se, no território português, uma permanência das indústrias mustierenses (logo, de neandertais) entre 27 000 e 29 000 BP, conforme indicam todos os dados actualmente disponíveis e atrás apresentados, conclui-se que tal substituição levou, pelo menos, 7000 a 8000 anos. Tão marcado anacronismo, por parte das populações neandertais, tem, naturalmente, uma explicação biocultural. Assim, como bem assinala J. Zilhão, enquanto os neandertais além-Pirenéus evoluíram tecnologicamente para o Paleolítico Superior (Chatelperronense) e, do ponto de vista conceptual, foram os criadores das primeiras manifestações simbólico-artísticas e criadores dos primeiros objectos de adorno pessoal, na Península Ibérica dá-se, ao contrário, uma involução, num processo de «mustierização» que só terminou com a própria extinção dos seus autores, facto já atrás assinalado e cabalmente demonstrado pelo estudo de conjuntos numerosos e representativos, com destaque para os da Columbeira e da Figueira Brava.

As modalidades que teriam presidido a uma possível coexistência entre grupos humanos aparentemente tão diferenciados, é seguramente mais complexa que aquela que possa ser honestamente admitida, com base nos testemunhos, nos meios técnicos para os estudar e nos modelos conceptuais actualmente disponíveis para o efeito. Seja como for, a realidade geoambiental parece ter desempenhado papel primordial. Com efeito, enquanto nos domínios setentrionais da Península Ibérica, o clima de carácter menos rigoroso poderá ter propiciado um quotidiano menos exigente que o protagonizado pelos neandertais mais setentrionais, e daí a sua aparente «involução tecno-industrial» que os diferenciou daqueles; com a progressiva degradação climática, iniciada cerca de 30 000 BP, as regiões peninsulares meridionais passaram, também, a ser frequentadas pelos primeiros grupos de homens modernos, adaptados a tais condições climáticas, anteriormente vigentes nas regiões por eles ocupadas desde há vários milhares de anos no extremo norte peninsular. Quando tal se verificou, facilmente se compreendem as condições de desvantagem que os derradeiros neandertais foram obrigados a enfrentar para sobreviver. Tratar-se-ia, assim, de um processo com alguns paralelos etnográficos quase actuais: a coexistência de duas populações, com a extinção da considerada mais

débil ou primitiva (em termos de imunologia, fertilidade ou organização social).

A correcta avaliação da realidade ibérica não pode, por seu lado, dispensar um enquadramento geográfico e histórico mais amplo. Assim, observando os mapas da Europa em três momentos cronológicos sucessivos, verifica-se o seguinte panorama, segundo monografia recente da autoria de J. L. Cardoso, L. Raposo e O. da Veiga Ferreira, dedicada à Gruta Nova da Columbeira e na qual se basearam boa parte das anteriores considerações:

– há cerca de 40 mil anos, ou mesmo antes, as primeiras indústrias do Paleolítico Superior (Aurignacense) parecem ocupar uma faixa latitudinal relativamente estreita, constituindo uma «frente» que, com origem na Europa Ocidental, se desenvolve pela Europa Central, ao longo do vale do Danúbio e do arco alpino, estendendo-se eventualmente até às regiões catalã (Arbreda) e cantábrica (Castillo): diz-se eventualmente, porque as datações mais antigas concernentes à Península Ibérica, não ultrapassam 36 500 BP, como atrás se referiu.

– há cerca de 35 mil anos, multiplicam-se as «indústrias de transição», especialmente em zonas marginais da anterior faixa aurignacense. Sem aqui pretendermos discutir o significado histórico de tais indústrias, e recusando em especial o simplismo de as interpretar todas por igual, não deixamos de salientar a forte presunção da ocorrência, em algumas, de efeitos de aculturação. Dificilmente se compreenderia que, sem imediatas raízes locais, tivessem populações geograficamente tão diversas convergido, quase «de repente», para os padrões tecno-tipológicos definidores do Paleolítico Superior. Importa, porém, sublinhar que «aculturação» não significa «difusionismo» generalizado, nem muito menos «inferioridade» biológica ou cultural, como já anteriormente tivemos oportunidade de referir. Significa, apenas, a forma mais económica de interpretação dos dados existentes, fazendo uso do mais universal mecanismo através do qual as inovações se disseminam, principalmente no plano tecnológico. De notar ainda, nesta faixa cronológica, a situação existente nas zonas mediterrânicas: desenvolvimento de «indústrias de transição» nas penínsulas balcânica (embora mal documentadas e sincreticamente reunidas num conceito vago de conjuntos «mustiero-aurignacenses») e itálica (Uluzziense); e a manutenção do Mustierense na Ibéria, ao Sul do sistema Ebro/Montes Cantábricos;

– há cerca de 30 mil anos e mesmo depois, as indústrias do Paleolítico Superior ocupam extensivamente a Europa, tendo praticamente desaparecido as ditas «indústrias de transição». Apenas as três penínsulas meridionais revelam um comportamento peculiar: as duas orientais, sugerem um quase despovoamento do território, não justificável nem por falta de pesquisa arqueológica, nem por qualquer tipo de adversidade ambiental; e a ocidental (Península Ibérica), que revela uma permanência importante das indústrias mustierenses, cujo significado já antes foi apresentado e discutido, bem como as modalidades que podem, no estado actual dos conhecimentos, explicar o seu desaparecimento, por competição directa dos seus autores com os homens modernos.

Seria talvez possível, por exemplo, reconstruir a antiga ideia de Sergio Sergi acerca da existência de uma variedade de neandertais mediterrânicos, mais indiferenciada e grácil do que a variedade dita clássica, ideia a que outros autores têm sucessivamente regressado, porém com grandes hesitações por falta do adequado suporte cronológico.

Já em 1995 Giorgio Manzi e colaboradores, procedendo à análise de novos restos neandertalenses do Monte Circeo (desta vez provenientes da Grotta Breuil), afirmam que os sinais de gracilidade neles detectados «são melhor considerados como a expressão de variação geográfica (e adaptativa)».

Mais recentemente ainda, também Anne Hambücker é positiva na consideração de uma «variedade mediterrânica» de neandertais, com similitudes com a variedade do Próximo Oriente. Trabalhando com datações radiométricas mais conclusivas, afirma claramente: «A hipótese de uma variabilidade devida à disparidade cronológica dos fósseis pode ser afastada quando se considera a idade que lhes é atribuída.» A explicação para a existência de tais variedades poderia ser procurada em ambientes climáticos diferentes, expressos em características funcionais e comportamentais diferentes. Ao nível local, baixas densidades e mobilidades populacionais poderiam também ter algum impacto como a referida autora admite: «é possível que uma fraca mobilidade dos neandertais, e portanto de fluxos genéticos reduzidos sejam um elemento de explicação a reter para compreender a variabilidade observada ao nível local».

Os elementos de diagnóstico utilizados por Anne Hambücker são ainda muito fragmentários. Muitos outros espécimes deveriam ser tidos em consideração. Por exemplo, os de Itália, nomeadamente os

da supracitada Grotta Breuil. Mas também os da Ibéria, entre os quais os portugueses, apesar de os até agora encontrados não terem interesse na discussão da questão, por falta de peças anatómicas com valor discriminante.

As condições de isolamento e a dimensão geográfica de cada uma das três penínsulas meridionais europeias, explicam porventura a sobrevivência das populações neandertalenses na Ibéria, à volta e depois de 30 mil anos; assim como a do aparente quase despovoamento da Itália e da Grécia desde a mesma altura, até há cerca de 25 mil anos.

A não ocupação precoce do Centro, Sul e Ocidente da Península Ibérica por parte das primeiras populações biologicamente modernas, há cerca de 40 mil anos, e a frequência fugaz que nelas se assinala nas penínsulas itálica e balcânica, dever-se-á à acção dos factores atrás avançados para idêntico fenómeno na Península Ibérica: a eventual dificuldade de adaptação aos respectivos ambientes naturais por parte dos homens modernos, no referido intervalo de tempo. A somar ao factor climático, territórios mais pequenos e geograficamente acessíveis poderiam originar todo o tipo de fenómenos de aculturação e/ou o rápido decréscimo populacional e extinção da população menos equipada; territórios maiores e geograficamente mais inacessíveis, suscitariam a manutenção de traços culturais próprios e a sobrevivência até mais tarde das populações antigas, que disporiam de espaços reprodutivos suficiente vastos. Tal terá sido o que aconteceu respectivamente a Oriente (Grécia e Itália) e a Ocidente (Portugal e Espanha mediterrânica). As próprias associações faunísticas, especialmente no caso ibérico, onde se documenta a sobrevivência de uma antiga megafauna relíquia até períodos muito recentes (de notar, por exemplo, a ocorrência de *Elephas antiquus* próximo dos 30 mil anos, no sítio da Foz do Enxarrique, depois radicalmente substituída por uma fauna banal, de tipo moderno, são prova desses endemismos, constituindo a população neandertalense apenas mais um elemento de uma história cuja explicação plena requer a sua inclusão neste amplo quadro geográfico e natural).

No que concerne ao território português, os bandos de caçadores-recolectores neandertais, sem jamais abandonarem os terraços fluviais (Foz do Enxarrique, Vila Velha de Ródão) ou a orla litoral, espriam-se pelo interior do território, como provam os numerosos abrigos subterrâneos, então pela primeira vez ocupados, tanto no maciço calcário estremenho, como, esporadicamente, no Alentejo (Gruta do Escoural). Configura-se uma nova estratégia de ocupação do espaço que transvasou dos vales fluviais, verdadeiros «corredores ecológicos», onde os bandos acheulenses se tinham acantonado. Tais factos

testemunham novas estratégias de ocupação e exploração dos territórios, mais complexas, em que certos sítios, pela intensa frequência que evidenciam, como a Gruta Nova da Columbeira, ocupada ao longo de centenas de anos, corresponderiam a verdadeiros eixos de passagem assídua e de estacionamento mais ou menos prolongado. Conhecem-se paralelos em outros abrigos de mesma época peninsulares ou além-Pirenéus, como a Gruta de El Castillo (região cantabro-pirenaica) e a de Combe-Grenal (Dordonha). Noutras zonas, como a região de Loures, foi possível estabelecer modelo de ocupação e de exploração de domínios cujas características muito diversas se afiguravam complementares a estes bandos itinerantes de caçadores-recolectores: assim, enquanto na baixa aluvionar e pantanosa de Santo Antão do Tojal se caçavam grandes herbívoros, como o elefante e eventualmente o cavalo, as cavidades cársticas existentes nas encostas adjacentes, eram utilizadas como abrigos, com carácter mais ou menos temporário (grutas do Correio-Mor e das Salemas).

As condições particularmente favoráveis de conservação de faunas e de estratigrafias, observadas nas grutas do maciço calcário estremenho, justifica a existência de importantes conjuntos devidamente datados (por métodos radiométricos) e estratigráficos, indispensáveis ao conhecimento da economia e das bases de subsistência de tais grupos, ou seja, do seu próprio quotidiano, bem como da área de captação de recursos adoptada e da estratégia para os obter (caça especializada ou não, recollecção, etc...) em cada caso; tendo em conta a natureza das espécies presentes e o biótopo característico de cada uma delas, foi possível apresentar, nalguns casos, ensaio de reconstituição paleoambiental, da área envolvente das estações, à data da sua ocupação humana. Mas esse é um assunto cujo desenvolvimento já não cabe na presente obra...

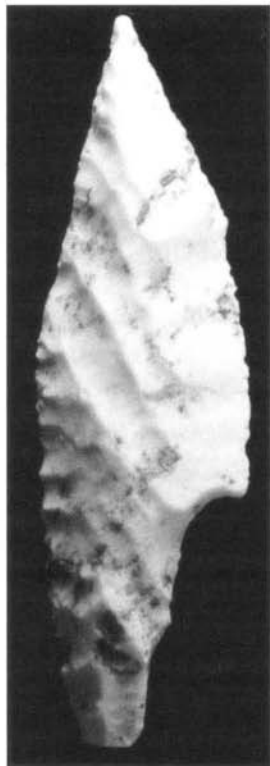
## O PALEOLÍTICO SUPERIOR E A EMERGÊNCIA DO HOMEM MODERNO NA PENÍNSULA IBÉRICA

*Os complexos tecno-culturais Aurignacense, Gravettense, Solutrense e  
Magdalenense em Portugal: principais características da utensilagem.*

*A organização social e os padrões de ocupação dos territórios e de  
exploração dos recursos. Estruturas habitacionais e funerárias.*

*A arte paleolítica: exemplos portugueses.*

O presente capítulo trata do Paleolítico Superior, um dos períodos cujo progresso dos conhecimentos tem sido mais notório, mercê dos estudos teóricos e de síntese, tomando como ponto de partida intensos trabalhos de campo realizados sobretudo por J. Zilhão desde inícios da década de 1980, acompanhados da revisão de materiais de antigas escavações; entre estes, incluem-se alguns totalmente inéditos, recolhidos por Manuel Heleno e conservados no Museu Nacional de Arqueologia. Assim se compreende a mais de vintena de sítios solutrenses actualmente conhecidos na Estremadura. Os progressos foram, sobretudo, importantes na caracterização da evolução da cultura material e no balizamento cronológico (datações de termoluminescência e sobretudo de  $^{14}\text{C}$ ) das indústrias portuguesas do Paleolítico Superior. Pode dizer-se que se encontram bem reconhecidas e caracterizadas as quatro principais unidades tecno-industriais do Paleolítico Superior europeu: o Aurignacense, o Gravettense, o Solutrense e o Magdalenense evidenciando processo evolutivo globalmente idêntico ao observado no resto da Europa. Com efeito, é notório o estreito paralelismo com as restantes indústrias do Paleolítico Superior da Europa Ocidental, o qual advém de uma rápida difusão de novas técnicas e tipologias, suportadas e em estreita conexão com as redes de troca então estabelecidas, sendo deste modo independentes de quaisquer condicionalismos ou constrangimentos geoambientais, às quais seriam relativamente neutras, como assinalou J. Zilhão. A evolução globalmente observada, a longo termo, aponta, tal como noutros domínios geográficos e com características ambientais muito distintas, para uma crescente economia das matérias-primas, a qual culmina



49 Pontas de pedúnculo lateral solutrenses.

Na página seguinte: de tipo mediterrânico (gruta das Salemas, Loures). Em cima: de tipo franco-cantábrico (gruta do Correio-Mor, Loures). Comprimento da primeira - 4,4 cm; comprimento da segunda - 5,1 cm. Arquivos O. da Veiga Ferreira e J. L. Cardoso.

Museu Nacional de Arqueologia e Museu Geológico do INETI, respectivamente.

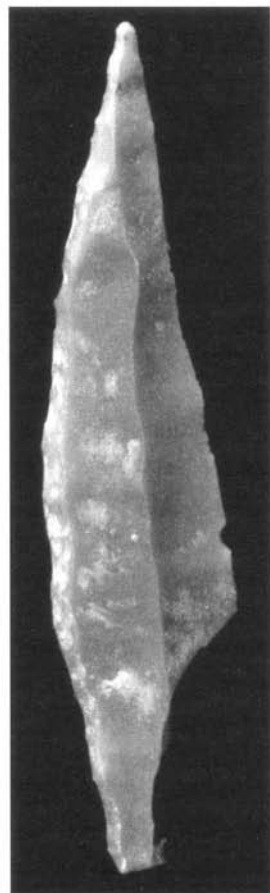
com a miniaturização observada no Magdalenense. Os factos indicados não são incompatíveis, porém, com diversos particularismos: reconheceram-se mesmo diversos fácies regionais correspondentes a estádios evolutivos específicos em qualquer delas. Assim, o Gravettense parece encontrar-se na imediata ascendência do Solutrense, o que permitiu colocar a hipótese revolucionária de o Solutrense Ibérico ter origem alóctone e poder estar, mesmo, na origem do Solutrense europeu. Existem, ainda, fácies específicos como o «Fontesantense», definido por J. Zilhão adentro do Gravettense, caracterizado por artefactos próprios, como a ponta de tipo Casal do Filipe, situável cerca de 23 000 BP.

Servindo o território português de charneira entre o Norte peninsular e o Sul mediterrâneo, não espanta ter-se aqui reconhecido, no decurso do Solutrense – e, designadamente, na Estremadura – a coexistência dos dois fácies característicos das citadas regiões – o cantábrico e o levantino, evidência corporizada, entre outras, na coexistência, no espaço e no tempo, de peças daquelas duas origens culturais, é o caso das pontas pedunculadas, de tipo mediterrâneo e franco-cantábrico, reconhecidas no Solutrense das Grutas das Salemas e do Correio-Mor, ambas na região de Lisboa. Por outro lado, a informação recolhida permite um tratamento de âmbito regional, numa perspectiva paleoecológica. Assim, parece que, no decurso de todo o Paleolítico Superior, as grutas do Maciço Calcário Estremenho, interposto entre a vasta planície litoral situada a ocidente, então muito mais extensa devido à posição regressiva do nível marinho (atingindo por vezes larguras da ordem dos 60 km para além da actual linha da costa) e o vale do Tejo, teriam servido sobretudo como abrigos de caça e de observação, com ocupações em geral curtas, enquanto os acampamentos-base se desenvolveriam de um e de outro lado daquela linha de relevos. Os ecofactos recuperados em estratigrafia: carvões (permitindo a determinação das respectivas espécies) e ossos de animais, desde os capturados para consumo até aos pequenos mamíferos coexistentes com as comunidades humanas indicam, no decurso do Paleolítico Superior (situado globalmente na Estremadura entre cerca de 28/27 000 e 10 000 BP), condições climáticas de tendência temperada fria, mais ou menos húmidas, conforme é indicado pela presença de cabra-montês e, mais esporadicamente, de camurça; tais períodos, de mais rigor climático, nunca teriam atingido os extremos conhecidos nas paragens mais setentrionais da Península, onde se encontram documentadas espécies desconhecidas no nosso território, como a rena, e o urso das cavernas, ou nele duvidosamente representadas, como o mamute. Com efeito, o que domina, no coberto

vegetal, são manchas de pinheiros (gradiente *pineaster/pinea* nas terras baixas, substituído por *sylvestris* no maciço calcário), que atingem grande desenvolvimento no Magdalenense, com equivalente nas faunas de grandes mamíferos de tendência temperada/fria, invariavelmente dominadas pelo veado, seguido do boi selvagem e do cavalo, espécies particularmente adaptadas aos vastos espaços abertos, atapetados de gramíneas. Tais dados permitiram desenvolver aspectos relacionados com a análise dos sistemas de povoamento, na óptica da optimização de exploração dos recursos, a completar por análises petrográficas sobre a utilização lítica, conducentes ao conhecimento da circulação das matérias-primas e de artefactos, cuja manufactura era efectuada em oficinas, por vezes extensas.

Enfim, há a referir as estruturas de habitat e as acumulações domésticas conhecidas, tanto na Estremadura, com especial destaque para as identificadas na Lapa do Anecrial (Porto de Mós). As escavações ali realizadas por João Zilhão, conduziram à identificação de um nível do Proto-Solutrense, datado pelo radiocarbono em cerca de 23 000 BP; uma lareira e os restos relacionados com um pequeno grupo humano, que ali terá permanecido talvez apenas um dia ou uma noite, o tempo suficiente para efectuar o talhe do sílex e se alimentar de coelhos e outros animais mais corpulentos foi tudo o que se encontrou. Como nos sítios recentemente descobertos e escavados do planalto entre o rio Côa e a ribeira de Aguiar, susceptíveis de contribuir para o conhecimento do quotidiano das populações do Paleolítico Superior que ocuparam os territórios em causa, no caso, respectivamente, gravettenses, solutrenses e magdalenenses. Um recente contributo, baseado na análise petrográfica de artefactos de sílex, em lâmina delgada, permitiu reconhecer, no conjunto do Côa, peças oriundas dos calcários marinhos mesosóicos do Baixo Mondego, a cerca de 150 km de distância em linha recta ou, em alternativa, do maciço calcário estremenho, situado a pelo menos 250 km de distância em linha recta.

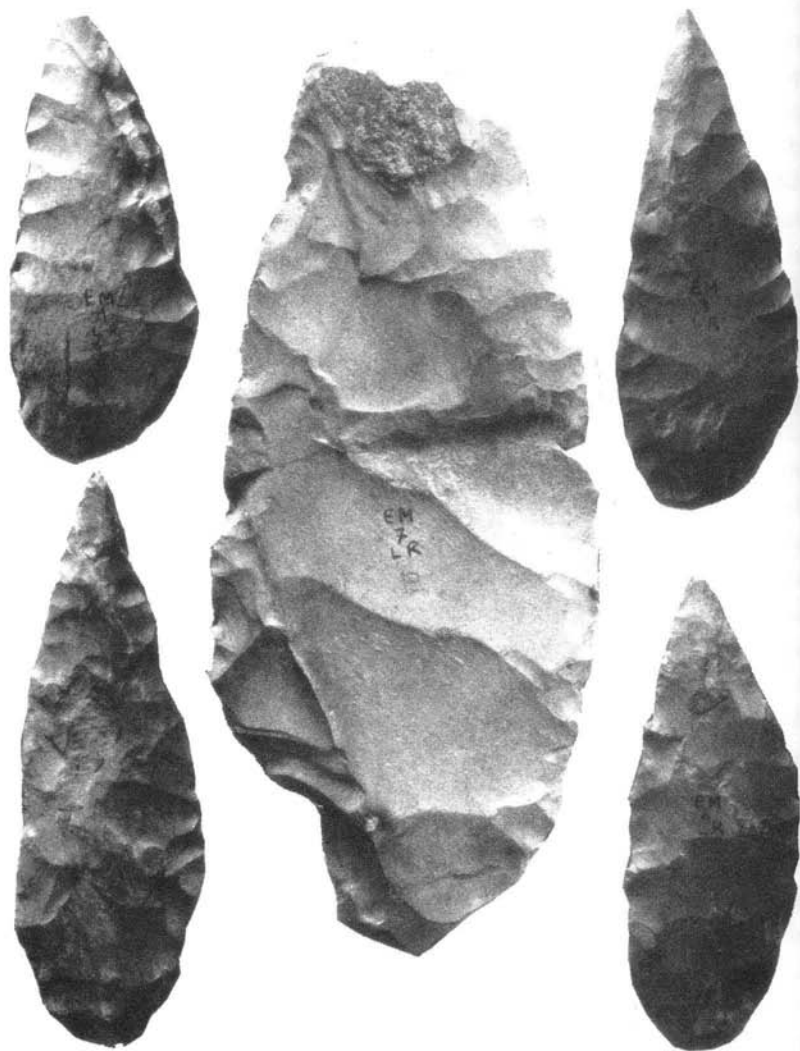
A insuspeitada presença humana, ao longo de boa parte do Paleolítico Superior, numa região onde, até à descoberta da arte rupestre do vale do Côa, aquela era totalmente desconhecida, descreditou definitivamente a hipótese, defendida por diversos autores ainda nos inícios da década de 1990, de o interior centro-peninsular se encontrar despovoado, devido às condições climáticas adversas da época do pleniglaciário. Com efeito, conhecem-se actualmente dezenas de sítios de ar livre associados ao complexo do Côa, de idades absolutas situadas culturalmente entre o Gravettense Inicial e o final do Magdalenense, intervalo cronológico que coincide em absoluto com o correspondente aos estilos artísticos ali documentados, nas centenas



Mu

de painéis decorados actualmente conhecidos. A demonstração desta realidade, porém, só foi possível mediante os cuidados trabalhos de prospecção e de escavação decorrentes e viabilizados pela grande importância da arte do Côa, e pela mediatização que, desde a sua descoberta, a ela se associou. Se tal realidade propiciasse análogos trabalhos noutras regiões do País, certamente que os resultados conduziriam a uma outra situação da actualmente conhecida: é o caso de recentes descobertas de Paleolítico Superior tanto no trecho litoral entre Mondego e Douro, como na bacia do Guadiana e mesmo no Algarve (Vala, em Silves, é uma das diversas estações publicadas recentemente), em parte dos casos devido a trabalhos de

50 Folhas de loureiro do Solutrense Médio do Monte da Fainha (Évoramonte). Seg. G. Zbyszewski, M. Leitão e O. da Veiga Ferreira. Comprimento da maior: 15,6 cm.

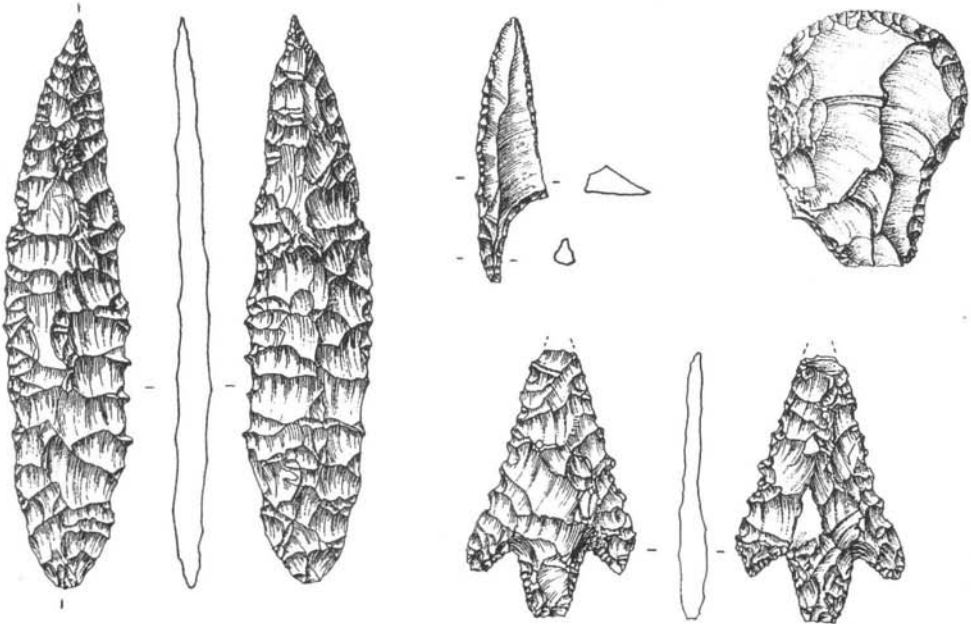
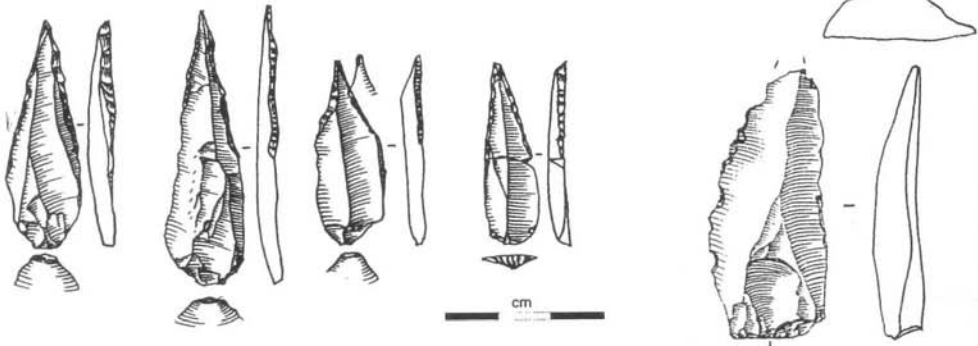
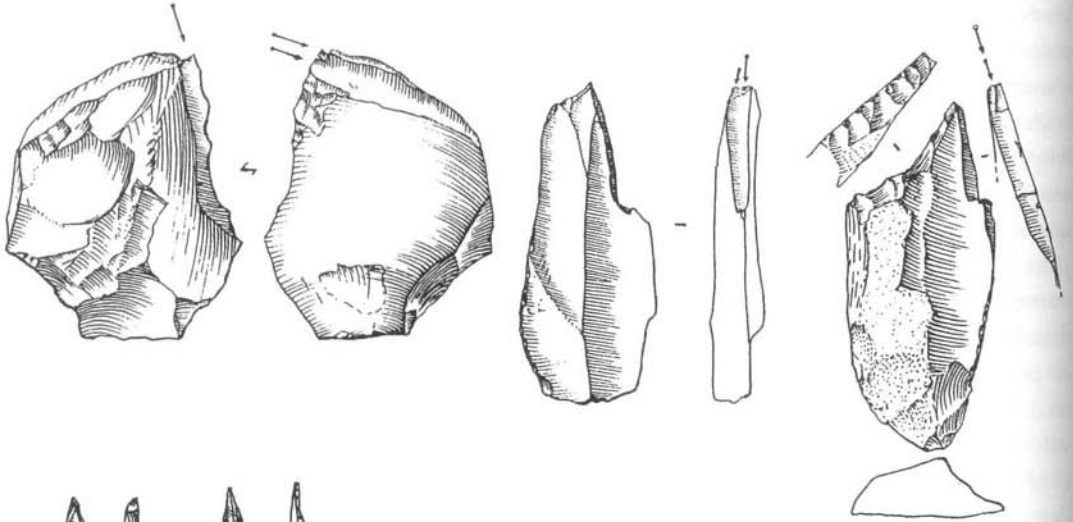


acompanhamento de grandes obras públicas. Alguns testemunhos, por ora excepcionais, sugerem, com efeito, tal conclusão: é o caso do conjunto de belas folhas bifaciais do Solutrense Médio, recolhidas acidentalmente em Monte da Fainha, perto de Évoramonte, Alto Alentejo, que poderão relacionar-se com esconderijo ou com uma sepultura, visto ocorrerem concentradas, em área circunscrita, ainda que não rigorosamente conhecida; com efeito, trabalhos arqueológicos recentemente desenvolvidos na zona do achado, não conduziram a outras quaisquer descobertas significativas. No estado actual das descobertas que, como se torna evidente, não revela a realidade efectiva da presença humana, existindo largas zonas onde ela ainda não foi reconhecida, por falta de investigações e outras, talvez supervalorizadas, pela razão oposta, a verdade é que são já algumas as evidências arqueológicas que permitem traçar uma flutuação demográfica, pelo menos ao nível do Centro e Norte do País; assim, segundo A. Marks, o início do Paleolítico Superior (Aurignacense) encontra-se pobremente representado, ao passo que, a partir do Gravettense e, sobretudo, no Solutrense, se observa a multiplicação, devida, quer a uma efectiva explosão demográfica da anterior pequena população residente quer a uma efectiva colonização dos territórios do Ocidente peninsular por populações recém-chegadas. Este panorama foi precisado por N. Bicho, ao apresentar uma útil e importante síntese sobre os conhecimentos actuais do Paleolítico Superior português, afinal ensaio que está na descendência directa de um outro, publicado em 1965 por J. Roche. Segundo o referido autor, dos cinco sítios que documentariam em Portugal, para J. Zilhão, a presença de um Aurignacense tardio, entre cerca de 28 000 BP e 26 000 BP, nenhum se pode considerar como seguro: com efeito, os argumentos por este último apresentados são discutidos caso a caso e, aparentemente, desmontados sem excepção, para todas as ocorrências em apreço: Grutas do Pego do Diabo e das Salemas (Loures); Escoural (Montemor-o-Novo); e os sítios de ar livre de Vascas e de Vale de Porcos (Rio Maior); mas, como a própria marcha dos acontecimentos ultrapassa a actualidade das próprias discussões em curso, já no presente ano se publicou um novo sítio de ar livre, Chainça, Rio Maior, o qual foi atribuído ao Aurignacense. Ao contrário dos anteriores, escavados por iniciativa de Manuel Heleno, há pelo menos 40 anos, o sítio de Chainça, escavado modernamente, constitui um acampamento residencial onde eram talhados artefactos de quartzo e de quartzito e reciclados artefactos de sílex, denotando exploração eficaz das matérias-primas num contexto de elevada mobilidade do povoamento. Isto significa que, não obstante os argumentos aduzidos por N. Bicho

50

51

52/53



serem, aparentemente, convincentes, o modelo global para o Aurignacense português, apresentado por J. Zilhão, não deixa de fazer sentido, persistindo como hipótese de trabalho ainda válida, aliás corroborada pelos resultados do estudo tecnológico da indústria de Chaiça, semelhante aos conjuntos de Vale de Porcos e de Vascas. Deve dizer-se que a posição de N. Bicho não é única, já que A. Marks perfilhou ideias idênticas: para este último, a escassez de sítios aurignacenses e do Gravettense Inicial, cronologicamente situados entre 28 000 e 25 000 BP, dever-se-ia a uma ausência de ocupação efectiva do território, ainda eventualmente habitado por populações neandertais residuais. Deste modo, teria apenas sido a partir de 25 000 BP que, oriundas da cornija cantábrica, se teriam aqui estabelecido, com carácter residente, as primeiras populações modernas. João Zilhão contrapôs, muito recentemente, a esta ideia argumentos de ordem geológica: assim a raridade de sítios do início do Paleolítico Superior português dever-se-ia a razões de ordem geológica, designadamente a forte erosão verificada em torno de 25 000 BP (assinalada pelo Autor na região de Rio Maior), relacionada com um aumento da aridez e o encaixe da rede hidrográfica resultante do abaixamento do nível marinho (explicado pela aproximação do pleniglaciário).

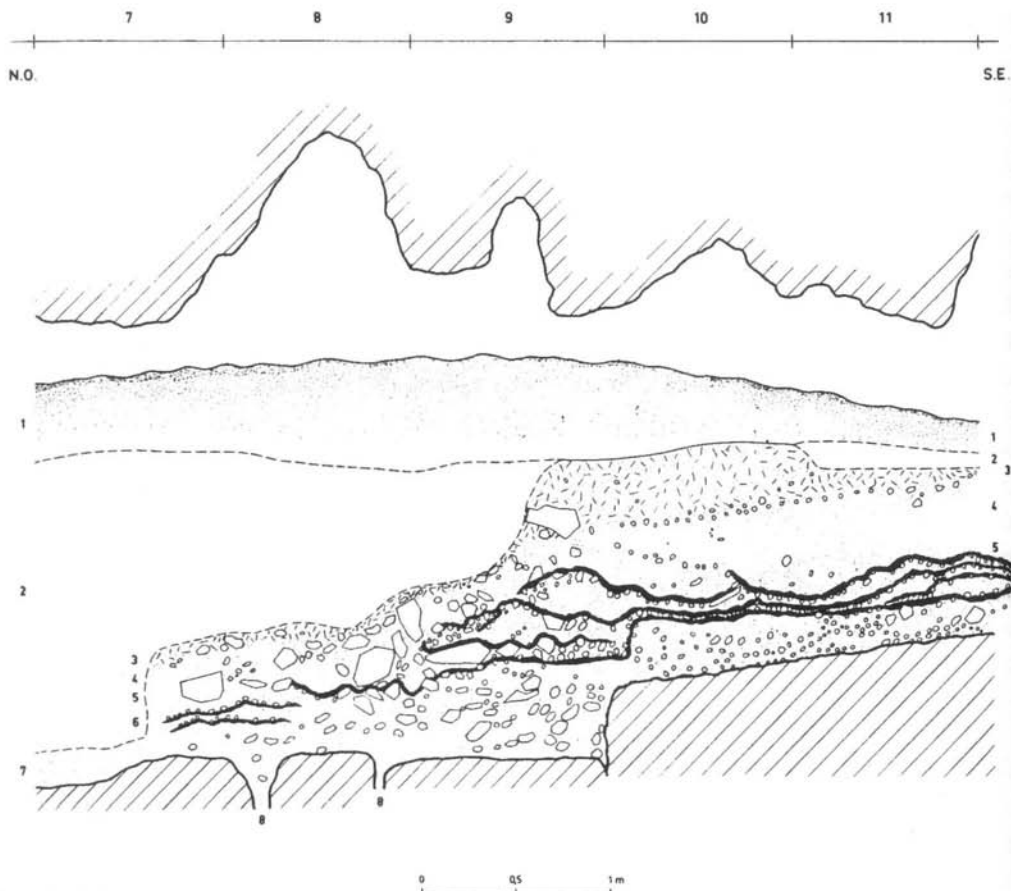
L. G. Straus e colaboradores, corroborando as ideias de A. Marks, admitiram também que o povoamento efectivo do actual território português se teria apenas verificado no Solutense, época em que admitem a ocorrência de uma verdadeira explosão demográfica, com a ocupação de vastas zonas do interior peninsular anteriormente abandonadas. Mas é, ainda, João Zilhão que critica fundadamente tal modelo, com base em dois argumentos decisivos: primeiro, as dezenas de sítios do vale do Côa aí estão para demonstrarem a falta de solidez deste modelo; segundo, os cálculos de Straus basearam-se unicamente em estações de gruta; assim, os depósitos mais modernos, naturalmente, não só por se encontrarem mais acessíveis, são os mais fácil e frequentemente identificados. Enfim, em Portugal, onde a maioria das estações do Paleolítico Superior são de ar livre, a extrapolação de tal conclusão (aliás, forçada) não seria, por maioria de razão, aplicável.

Sem dúvida que o Paleolítico Superior é o grande período cronocultural da Arqueologia portuguesa que mais novidades revelou, nos últimos 15 anos, por ser também aquele que mais carecido se encontrava de investigação adequada. A síntese, já referida, de N. Bicho é, sob este ponto de vista, eloquente: em 1980 não se dispunha de nenhuma datação publicada para o período entre 35 000 e 9000 BP; actualmente, existem cerca de 120 datações respeitantes àquele intervalo. Deste



51 Indústrias do Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa. Em cima: buris do Aurignacense, de Vascas (Rio Maior); ao centro: pontas de tipo de Casal do Felipe, do Gravettense/Proto-Solutense, de Fonte Santa (Torres Novas); em baixo: indústrias do Solutense – folha de loureiro, ponta de pedúnculo lateral e ponta de pedúnculo e aletas da gruta do Caldeirão (Tomar) e raspadeira de Vale Almoinha (Torres Vedras). Seg. J. Zilhão.

52 Entrada da gruta das Salemas, Loures, no decurso das escavações ali efectuadas em 1960. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



53 Gruta das Salemas (Loures). Corte estratigráfico longitudinal entre as secções 7 e 11: 1 – Terras negras correspondentes à instalação de uma necrópole neolítica; 2 e 3 – depósitos de remeximento; 4 – terras acinzentadas, Solutrense Superior; 5 – zona de fogueiras, Solutrense Superior; 6 – terras cinzento-anegradas, Solutrense Superior; 7 – terras amarelo-avermelhadas, Perigordense; 8 – mistura de terra rossa e argilas castanhas colmatando as fissuras, Paleolítico (Médio?). Seg. J. Roche e O. da Veiga Ferreira.

modo, é hoje possível, em traços gerais, delinear o quadro paleodemográfico do nosso território respeitante ao Paleolítico Superior.

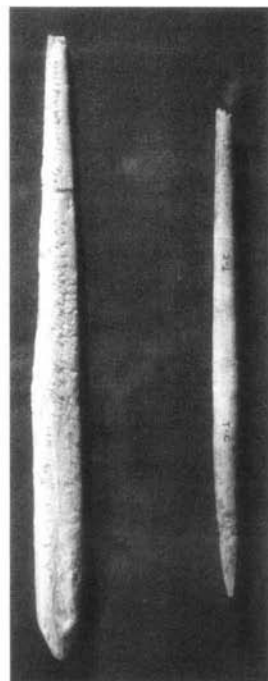
O Aurignacense encontra-se datado na Gruta do Pego do Diabo (Loures) cerca de 28 000 BP, correspondendo-lhe lamelas do tipo Dufour, subtipo Dufour, as quais, segundo João Zilhão, não ocorrem a não ser no Aurignacense. Foi tal conclusão que o levou a integrar neste período outras ocupações, supra-referidas (Grutas das Salemas e do Escoural).

No Gravettense Inicial (seis sítios conhecidos, entre 27 000 e 25 000 BP), segundo Nuno Bicho, a presença humana parece circunscrever-se às zonas altas de bacias fluviais e ricas de sílex. Tal quadro evolui no Gravettense Final (dezoito sítios ou níveis arqueológicos, entre 24 000 e 22 000 BP), em que parece dar-se uma difusão populacional, entre o Douro e o Tejo, a maioria acampamentos de ar livre, implantados em zonas baixas de vales abertos, diferindo do tipo de implantação anterior, concomitantes com a ocupação da

faixa costeira actual (que não correspondia, naturalmente, à da época, situada nalguns casos várias dezenas de km para além do litoral actual). Verificar-se-ia, assim, efectivo acréscimo na população residente – com todas as reservas já anteriormente apontadas a tal conclusão – o qual se acentuaria no Proto-Solutrense (entre 22 000/21 500 e cerca de 21 000 BP). Segundo João Zilhão, a transição do Gravettense para o Solutrense, encontrar-se-ia documentada na Estremadura portuguesa pela ponta de Vale Comprido, que poderia constituir um primeiro protótipo da ponta de face plana com retoque invasor.

Os 14 sítios conhecidos dessa época de transição, indicam uma quase duplicação por milénio desde o Gravettense Final; a ocupação de grutas, então intensificada – pese embora possa ser mais aparente do que real esta realidade, face aos argumentos anteriormente apresentados –, poderia relacionar-se, no entanto, com degradação climática, no sentido da deterioração geral que culminou no Pleniglaciário, pouco tempo volvido. Sucede-se o Solutrense Médio, até cerca de 20 000 BP, a que correspondem 14 sítios, sendo 10 grutas ou abrigos. Nesta época ainda não seriam utilizadas as características pontas «à cran», ou de pedúnculo lateral, as quais só aparecerão no Solutrense Superior.

No Alentejo, encontra-se pela primeira vez documentada uma presença do Paleolítico Superior, através do já referido conjunto de folhas bifaciais de Monte da Fainha, do Solutrense Médio, que corrobora a expansão da população da época por domínios geograficamente cada vez mais diversificados. É neste âmbito de distribuição geográfica, progressivamente alargada, que, no Solutrense Superior (com término cerca de 17 500 BP), ocorrem peças de cunho levantino, na Estremadura (Grutas das Salemas, do Caldeirão e da Casa da Moura, entre outras), utilizadas como zagaias ou mesmo, como as anteriores, como pontas de dardo sem esquecer as verdadeiras zagaias de osso reconhecidas em diferentes grutas da Estremadura, com destaque para a bela peça realizada num osso peniano de urso, proveniente da Gruta das Salemas, talvez mais antiga (Gravettense). Pequenas pontas pedunculadas, que seriam por certo utilizadas como pontas de flecha (presentes na Gruta das Salemas e na Gruta da Ponte da Lage, em Oeiras), mostram como o armamento, progressivamente, se especializou e aligeirou, conclusão que é reforçada pelas características microlíticas dos conjuntos do Magdalenense português. Tais peças continuam a acompanhar, porém, exemplares de grande tamanho e de requintado talhe bifacial, de que é exemplo, entre outras, a bela folha de loureiro longilínea das Grutas de Cascais, recolhida no decurso das escavações ali efectuadas por iniciativa de Carlos Ribeiro.



54 Duas zagaias da gruta das Salemas (Loures), a da esquerda realizada sobre osso peniano de urso atribuível ao Gravettense, a da direita reportável ao Solutrense.

Foto de M. Leitão.

Arquivo O. da Veiga Ferreira.

Comprimento da maior:

179,5 mm. Museu Geol.

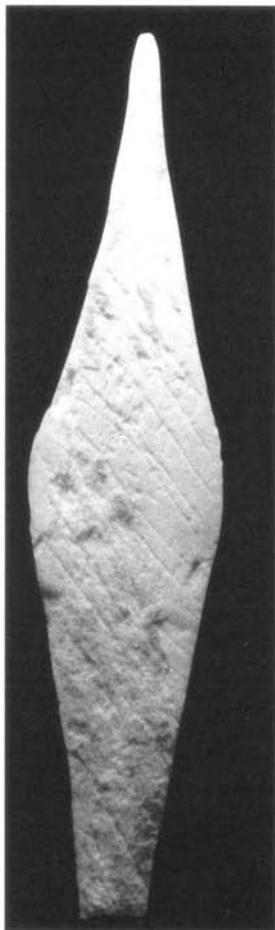
54 G. do INETI.

55

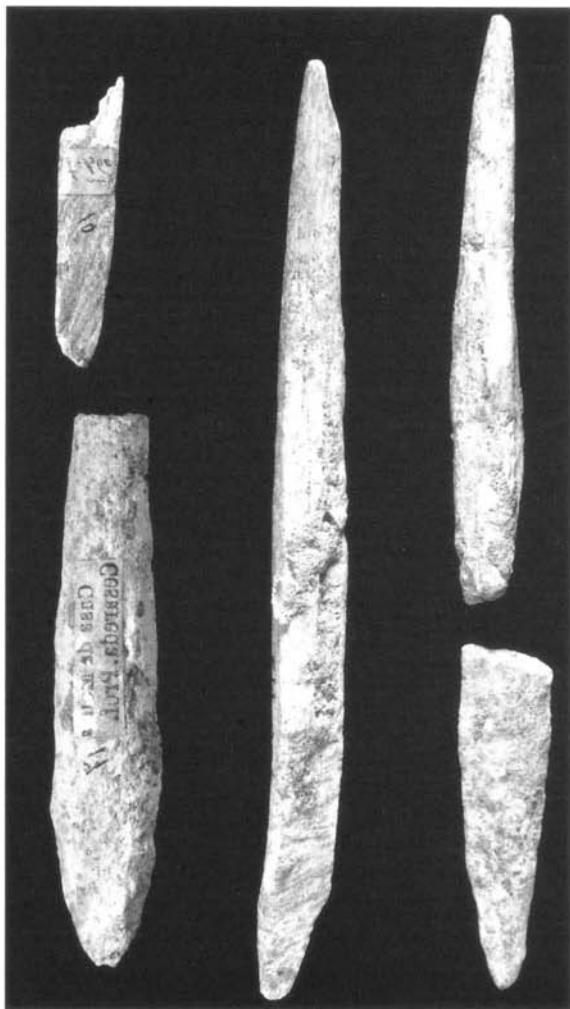
56

57

58/59

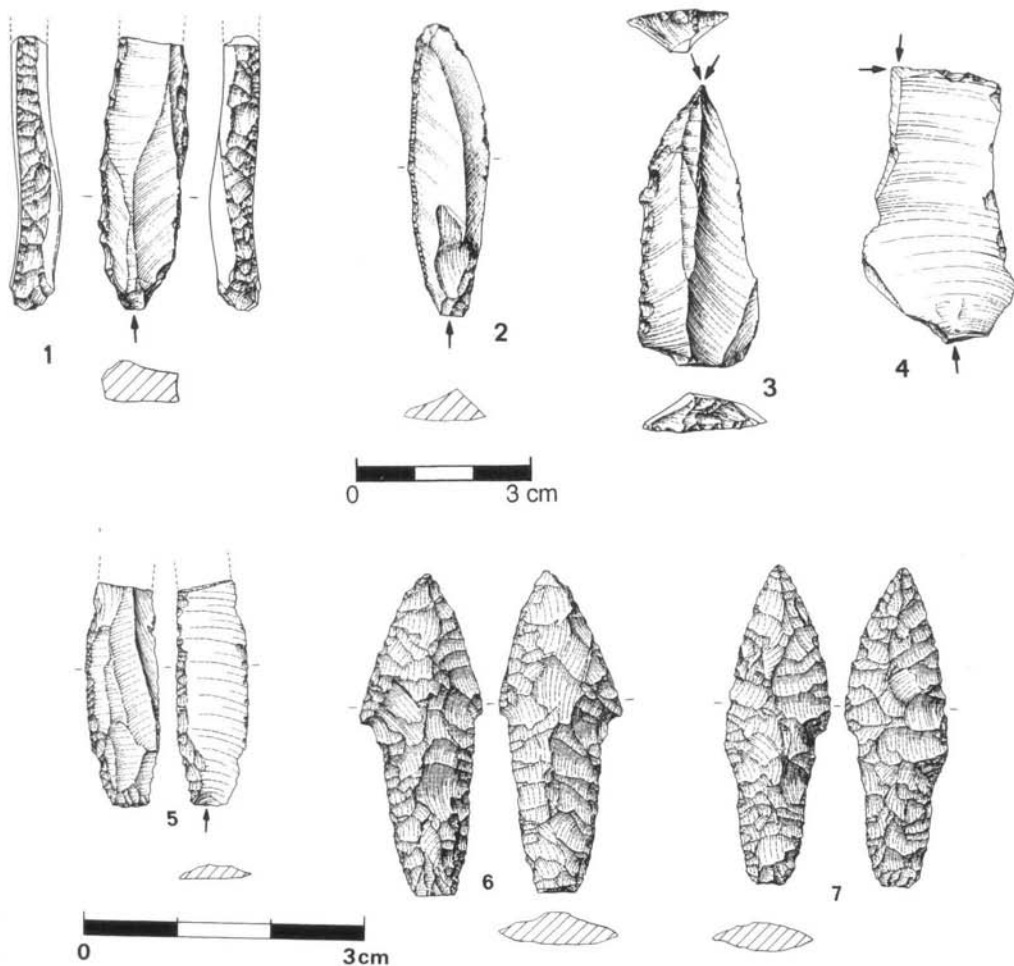


55 Ponta dupla de osso, do Solutrense da Lapa da Rainha (Vimeiro, Torres Vedras), de secção convexo-côncava, com a face côncava munida de conjunto de incisões oblíquas, de características decorativas. Foto de J. L. Cardoso. Comp. máx. - 6,6 cm.



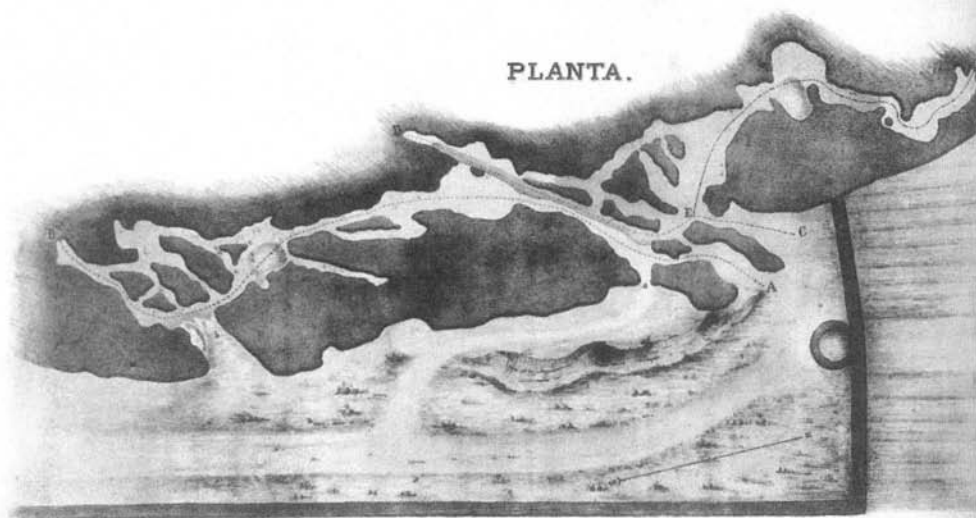
56 Conjunto de zagaia, inteiras ou fragmentadas, do Paleolítico Superior (Gravettense?), da gruta da Casa da Moura, Óbidos. Note-se, em duas, a existência de um bisel proximal afeiçoado e estriado (fotos de C. Ladeira). Comprimento da maior: 14,3 cm.

Entre os conjuntos magdalenenses, são particularmente abundantes os do Magdalenense Superior (12 500-11 000 BP), com 13 ocupações distribuídas entre o Tejo e o Douro, abundância que ainda mais se acentua no Magdalenense Final (11 000-9000 BP), no decurso do qual, pela primeira vez, se encontra documentada a quase total ocupação do território português, do Douro ao Algarve, correspondente a grande diversidade de ambientes e de altitudes. Nesta última região, onde o Paleolítico Superior era ainda desconhecido até há bem pouco tempo, mercê de trabalhos arqueológicos de emergência e, sobretudo, de prospecções metódicas conduzidas por Nuno Bicho, às quais se sucederam já algumas escavações, nos locais considerados mais prometedores. Assim, dos trabalhos até ao presente realizados por aquele arqueólogo no barlavento algarvio, destaca-se o sítio de Vale

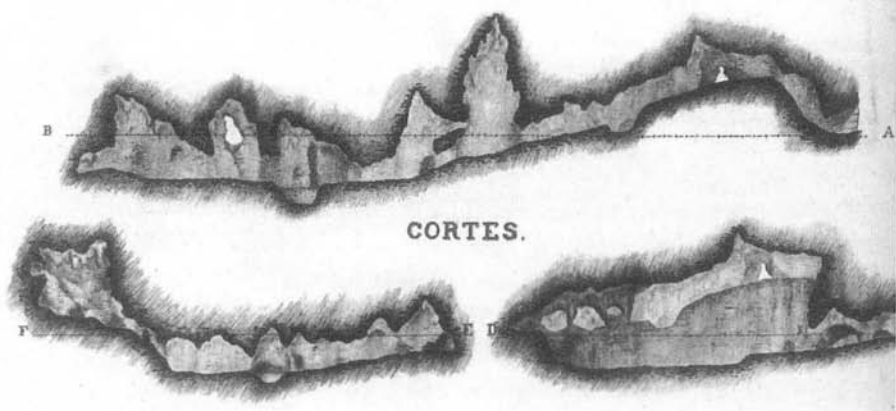


57 Indústrias do Paleolítico Superior da Gruta da Ponte da Lage (Oeiras). 1 – ponta de La Gravette, facturada na extremidade distal; 2 – lâmina finamente retocada; 3 e 4 – buris diedros, de ângulo (4) e numa extremidade (3); 5 – lamela Dufour; 6 – ponta de seta solutense; 7 – ponta de seta solutense da Gruta das Salemas, estreitamente afim da anterior. Seg. J. L. Cardoso. *Museu Geológico do INETI.*

de Boi (Vila do Bispo), que forneceu uma sequência do Gravettense, Solutense e Magdalenense; e em Albufeira, o sítio da Praia da Galé, com Magdalenense, sobreposto a um nível do Paleolítico Médio, já anteriormente referido. A pressão demográfica teria sido, deste modo, a responsável pela aludida diversificação, viabilizada pela adopção de equipamento de caça leve a transportável, conforme se referiu, adequado a extensas movimentações. Claro está que estes modelos são indissociáveis de condicionantes de ordem natural, designadamente climática, que em cada época determinaram a maior ou menor



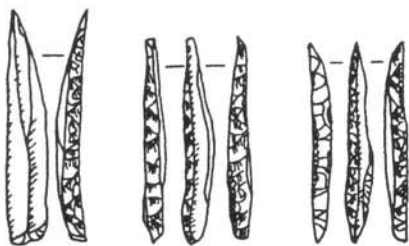
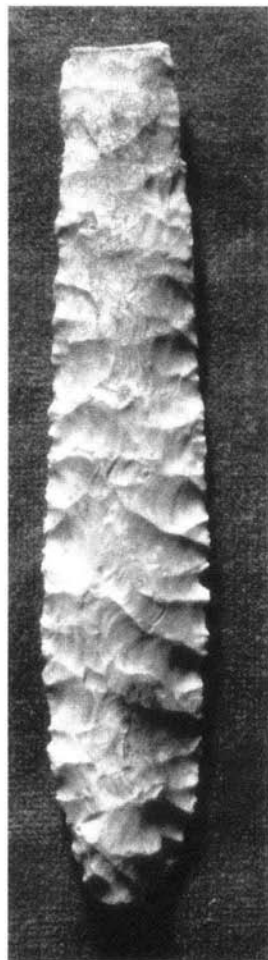
ESCALA 1:250



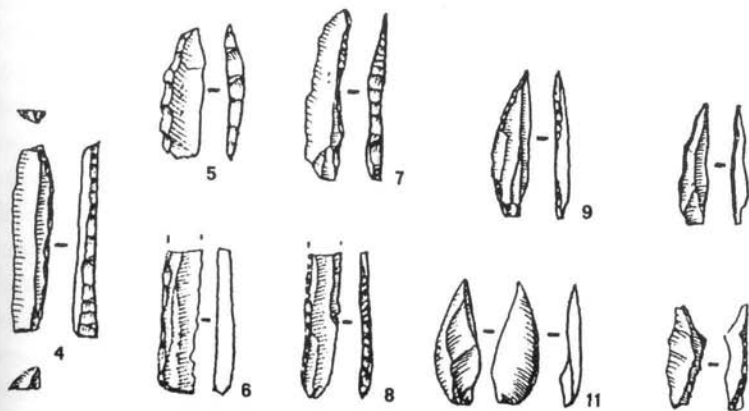
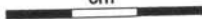
58 Vista, planta e cortes das Grutas do Poço Velho (Cascais), actualmente na área urbana da cidade de Cascais, onde se recolheu ponta de salgueiro solutrense da Fig. seguinte. Seg. C. Ribeiro.

abundância de recursos cinegéticos ou outros; mas o seu conhecimento, no que concerne ao espaço geográfico hoje português, é ainda muito fragmentário e impreciso, além de ser de avaliação problemática, visto envolver múltiplas variáveis. Por exemplo, um período de degradação climática poderá ter favorecido a economia baseada na caça de um qualquer período do Paleolítico Superior, ao contrário do que, à primeira vista se poderia supor, visto com ela ter desaparecido a floresta, dando lugar a vastas pradarias estépicas, onde os herbívoros, como os cavalos e auroques, encontrariam adequadas condições de pastoreio.

As estruturas funerárias do Paleolítico Superior, muito mal conhecidas, exceptuando-se o caso mediático, recentemente dado a conhecer, do chamado «menino do Lapedo» (concelho de Leiria), remete-nos para o mundo das primeiras manifestações mágico-simbólicas do homem moderno. Datada em cerca de 24 500 BP, foi nele vislumbrado uma mistura genética de neandertais com população moderna, ficando por esclarecer, caso se confirme tal conclusão, quem



cm



59 Folha de salgueiro  
solutrense de sílex, muito  
estreita e alongada,  
cuidadosamente retocada a  
partir dos dois bordos laterais,  
em ambas as faces, das grutas  
do Poço Velho, Cascais.

Foto de M. Leitão.

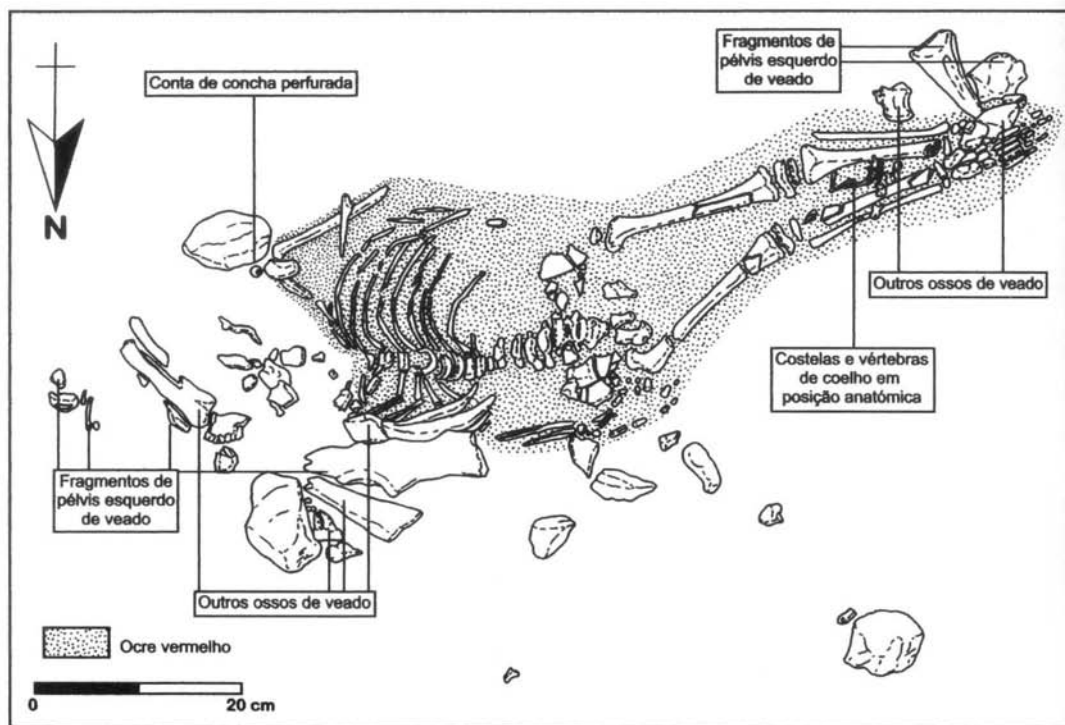
Arquivo O. da Veiga Ferreira.  
Comprimento - 9,9 cm. *Museu  
Geológico do INETI.*

60 Indústrias do  
Magdalenense da  
Estremadura Portuguesa:  
armaduras microlíticas de  
Cabeço de Porto Marinho  
(Rio Maior) e da Lapa do  
Suão (Bombarral),  
respectivamente em cima  
e em baixo. Seg. J. Zilhão.

eram estes últimos: se ainda aurignacenses ou já gravettenses, possibilidade mais conforme à cronologia do último, situável cerca de 25 000 BP. Persiste, em todo o caso, um problema essencial ainda por resolver: se a continuidade antropológica entre neandertais e modernos é uma hipótese a reter, a descontinuidade tecno-tipológica verificada entre as indústrias mustierenses e aurignacenses – associadas, no território português, respectivamente ao primeiro e ao segundo dos referidos grupos humanos – é total; como compaginar, então, esta realidade dual, no caso efectivamente de ela ter existido?

61 O achado deste esqueleto na base de um abrigo sob rocha no vale do Lapedo, no sítio do Lagar Velho (Leiria) pertencente a um menino com cerca de 5 anos, foi seguido de imediata escavação e ulterior publicação por João Zilhão no final de 1998. A importância da descoberta é evidente, já que corresponde, até agora, ao único esqueleto, aproximadamente completo, escavado na Península Ibérica pertencente ao Paleolítico Superior. Apenas faltava, em bom estado de conservação, o crânio, disperso e fracturado em cerca de 200 fragmentos. Foi possível reconstituir, ao menos em parte, o ritual funerário: o corpo teria sido envolvido em uma pele, por sua vez embebida em ocre vermelho, coloração que se conservou na zona em que o cadáver foi depositado,

61 A sepultura da criança do Lagar Velho (Leiria). Seg. J. Zilhão, modificado.



um covacho pouco fundo aberto nos sedimentos da base; antes da deposição, ter-se-ia acendido pequena fogueira ritual, feita de um só ramo de pinheiro silvestre (*Pinus silvestris*) na zona depois ocupada pelas pernas. Parte do espaço ocupado por este foi delimitado por nacos de carne de veado, cujos restos se distinguem dos provenientes da camada inferior, por se apresentarem com superfícies frescas, ao contrário daqueles. Seriam, pois, conjuntamente com porção de coelho, depositada entre as pernas – e, portanto, no interior da pele – testemunho de oferendas rituais de comida.

Uma concha de *Littorina obtusata* perfurada, foi encontrada junto ao peçoço, devendo pertencer a colar; elementos análogos conhecem-se de numerosos sítios do Paleolítico Superior do nosso território. Junto aos fragmentos cranianos, recolheram-se quatro caninos de veado perfurados, fazendo crer num ornamento da cabeça, como outros recolhidos nas mesmas condições na Itália e Morávia, assinalados por João Zilhão. Todos os elementos apontavam para uma integração cultural da sepultura no Paleolítico Superior; em especial, o uso de ocre vermelho indicava o Gravettense, hipótese que foi confirmada pelas datas de radiocarbono obtidas: para o carvão da fogueira,  $24\ 860 \pm 200$  BP; para os restos de veado directamente associados à estrutura funerária,  $24\ 660 \pm 260$  BP e  $24\ 520 \pm 240$  BP; enfim, uma vértebra de coelho nas mesmas condições, deu o resultado de  $23\ 920 \pm 220$  BP; no conjunto, são as datas do ramo vegetal incarbonizado e da vértebra de coelho as mais úteis, situando a idade da deposição entre 24 000 e 25 000 BP. Tendo em atenção a inserção cultural do conjunto no Gravettense, é a data de radiocarbono obtida no resto vegetal que mais se lhe aproxima, situando o evento entre 24 500 e 25 300 BP.

A descoberta, assim descrita, já seria de extremo interesse; mas esta ainda foi acrescida pelos autores ao terem admitido a existência, no decorrer do estudo antropológico entretanto realizado, de caracteres mistos, uns ainda particulares do morfotipo neandertaliano, outras só presentes nos primeiros homens modernos; a ser assim, a existência deste indivíduo, obriga a repensar, caso se confirmem de forma indiscutível tais observações, os mecanismos de substituição até ao presente admitidos dos neandertais pelas populações modernas. Como defende João Zilhão e colaboradores, os neandertais não teriam simplesmente desaparecido sem descendentes, mas sim absorvidos no seio dos novos grupos que, a partir de 30 000 BP começaram estender-se pelos territórios peninsulares ainda por ocupar: assim, fizeram parte integrante do património genético dos nossos antepassados directos. Naturalmente, existem ainda muitos aspectos a esclarecer, mesmo na hipótese de esta teoria estar certa: por que razão foram os imigrantes

1 e 10  
/u

a absorver as populações neandertais e não o contrário? E por que razão foi neste extremo ocidente sem saída do continente europeu que tal fenómeno parece ter-se verificado mais intensamente do que em outras regiões do mesmo continente?

É provável que uma razão para explicar esta última situação resida na extrema modernidade da chegada dos primeiros homens modernos à parte meridional da Península Ibérica, como parece denunciar as datas obtidas para o «menino do Lapedo»: mas tudo o que a mais por ora disser, não obstante se tratar de assunto aliciante, poderá não passar de engenhosas explicações, com recurso a argumentos científicos que, embora plausíveis, ainda aguardam a necessária confirmação.

Quanto às manifestações artísticas do Paleolítico Superior, merece destaque adequado, mesmo em obra de síntese como esta, o vale do Côa, por se tratar do único sítio arqueológico português já classificado como Património Mundial da Humanidade pela UNESCO, as quais remetem, naturalmente, para o mundo mágico-simbólico dos caçadores recolectores do final do Plistocénico.

I\* O rio Côa é um afluente da margem esquerda do rio Douro, correndo, nos cerca de dezassete km do seu percurso onde se situam as estações de arte rupestre, no sentido de Sul para Norte, executadas em superfícies rochosas naturais ao ar livre, como os cavalos de Mazouco (Freixo de Espada à Cinta), anteriormente dados a conhecer e reportáveis ao Solutrense Superior/Magdalenense Antigo. Embora os estudos ainda estejam longe de concluídos, aceita-se provisoriamente, a sua integração em vasto intervalo, do Gravettense ao Magdalenense. Mais pormenorizadamente, é de admitir, de acordo com a mais recente síntese dedicada ao Paleolítico Superior português (2001) de João Zilhão, a existência de dois momentos mais importantes da ocupação do vale, com base nos acampamentos de ar livre até agora identificados: o primeiro, situar-se-ia entre 22 000 e 20 000 BP; o segundo, entre 12 000 e 10 000 BP. Mas esta situação revelará, mais do quaisquer picos de ocupação humana do vale, uma realidade geológico-erosiva, em função de processos de conservação diferencial, que tiveram um papel determinante. Tal realidade, aliás, não é exclusiva do vale do Côa. Assim, conforme sublinha o autor referido, enquanto se conhecem cerca de vinte sítios de ar livre atribuídos ao Gravettense, ao Proto-Solutrense ou ao Magdalenense, conhecem-se apenas dois com testemunhos solutrenses, o período que, segundo L. G. Straus e colaboradores, representaria uma verdadeira explosão demográfica...

O vale do Côa constituiria, pois, vasto santuário natural, em estreita ligação com as suas características geomorfológicas, onde a natureza

---

\* Os números romanos referem-se às ilustrações do anexo nas páginas 401 e seguintes.

(água, rochas) e os animais representados – dos quais poderia depender a própria sobrevivência humana – faziam parte de uma realidade única, pertencente ao universo cognitivo do Homem paleolítico do qual apenas poderemos tecer conjecturas. A verdade é que o vale do Côa continuou, através dos tempos, a provocar sentimentos semelhantes, que justificaram representações sucessivas que, pelas respectivas características técnico-estilísticas, foram atribuídas ao Epipaleolítico/Neolítico Antigo, Calcolítico, Idade do Bronze, Idade do Ferro e Época Moderna e Contemporânea. Contudo, não estará tal realidade distorcida (inflacionada), relativamente à própria região, em consequência, simplesmente, de um plano de trabalho meticulosamente concretizado numa área circunscrita e bem delimitada decorrente de circunstâncias específicas (cartografia arqueológica de pormenor relacionada com o estudo de impacto ambiental de um grande empreendimento hidroeléctrico)? A recente descoberta dos já aludidos acampamentos de ar livre paleolíticos na região, os quais, não fossem as prospecções aturadas, jamais seriam descobertos, parece reforçar tal hipótese; por outras palavras: é possível que o interior do território reserve potenciais surpresas, caso seja objecto de trabalhos de campo com pormenor idêntico aos efectuados no Côa, onde anteriormente se desconhecia qualquer manifestação paleolítica. Aliás, as descobertas já efectuadas nestes últimos anos, mostram que assim é: segundo João Zilhão, em 2001 aquelas poderiam ser inventariadas do seguinte modo, demonstrando, ao mesmo tempo, o carácter generalizado da arte rupestre paleolítica, ao contrário do que se admitia há escassos anos, quando aquela era considerada excepcional, senão mesmo duvidosa:

- Sampaio (Milhão, Bragança): duas rochas com auroques a picotado de estilo idêntico aos da fase mais antiga do Côa;
- Pousadouro (Grijó de Parada, Bragança): grande painel com cavalos picotados de estilo idêntico aos da fase mais antiga do Côa, associados a gravuras de traço fino;
- Fraga Escrevida (Paradinha Nova, Bragança): grande auroque picotado identificado sob motivos esquemáticos da Pré-História recente, conhecidos de há muito;
- Ribeira da Sardinha (Moncorvo): um painel com um grande auroque picotado;
- Mazouco (Freixo de Espada à Cinta): um painel com um cavalo picotado completo e outras figuras incompletas, dado a conhecer nos inícios da década de 1980 por V. Oliveira Jorge e colaboradores;
- Vale do Ocreza (Mação): um painel com um grande cavalo a

picotado de estilo paleolítico num contexto de arte rupestre mais recente;

– Vale do Guadiana: apesar de a arte deste complexo só recentemente ter sido objecto de estudos aturados, até ao presente, do lado português, não foi dado público conhecimento de manifestações paleolíticas, ao contrário do lado espanhol, onde se identificou um painel com algumas gravuras a traço fino de estilo paleolítico na estação de Molino de Manzanares.

Um estudo recente da autoria de A. M. Baptista veio sistematizar os principais períodos de produção de arte rupestre no vale do Côa, actualmente representada por vinte e quatro sítios, a que correspondem cento e sessenta e quatro painéis decorados; por outro lado, a descoberta, na estação de Fariseu, de níveis arqueológicos paleolíticos recobrando superfícies de rochas gravadas, foi a contraprova – se tal fosse necessário – da efectiva idade paleolítica das gravuras, aqui acompanhadas dos primeiros objectos de arte móvel encontrados: duas placas de xisto com pequenas figuras zoomorfas estilizadas.

No conjunto, recorrendo às classificações crono-estilísticas disponíveis, o Gravettense é o período melhor representado, tanto ao nível das representações rupestres (que já integravam todo o bestiário típico do Côa), como ao nível dos testemunhos da presença humana, denunciada pelas escavações dos acampamentos correlativos. O estudo sistemático evidenciou três momentos principais na produção artística: para além do Gravettense, assinalou-se o Solutrense Superior e o Magdalenense Final. À última fase, podem atribuir-se duas representações de figuras humanas, como a do painel 2 da ribeira de Piscos, em sintonia com a cronologia atribuída a este tipo de representações da arte franco-cantábrica.

A existência, na rocha 6 da estação de Faia, de auroques ainda com vestígios de pintura, sugere que a larga maioria senão a totalidade das gravuras eram depois pintadas; esta conclusão é-nos indicada não só pelo caso referido, mas também porque a recente reapreciação de algumas pinturas da Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo), adiante referidas, parece terem sido antecedidas de um esquisso, por gravação (incisão), idêntica a algumas das gravuras do Côa.

- II Entre os sítios mais importantes contam-se os de Penascosa/Quinta da Barca, situados frente a frente; a fácil acessibilidade ao rio e a proximidade de praias fluviais faz crer que se trataria de uma arte essencialmente doméstica, directamente relacionada com os locais habitados, ao menos em certas épocas do ano, pelas populações paleolíticas. Porém, outros sítios de difícil acessibilidade, como o da

ribeira de Piscos, onde se encontraram grandes auroques com mais de 2 m de comprimento, teriam uma função de sinalização e/ou de marcadores de territórios cujo significado exacto, como bem assinalou João Zilhão, não é possível conhecer.

Nas representações artísticas, de carácter zoomórfico, para além de certos motivos excepcionais, como a figura humana, já referida ou a de peixes (na Canada do Inferno ou na Penascosa) dominam os grandes ungulados: auroque, cavalo, cabra-montês e veado; a ausência de espécies de características nitidamente frias, como a rena, o bisonte ou o mamute não espanta, visto estas também não fazerem parte do registo paleontológico coevo do território português; por outro lado, a idêntica ausência de espécies como o rinoceronte, o leão das cavernas ou o leopardo pode explicar-se pelo facto de já então não fazerem parte do registo faunístico da região: é, com efeito, possível que tais espécies se tenham extinto, desde a degradação climática observada a partir do final do Mustierense, cerca de 28 000 BP, de acordo, igualmente, com as informações paleontológicas conhecidas. Enfim, a não representação de animais que certamente povoariam a região naquela época, como a hiena das cavernas, o urso, o lobo, o lince e outros, deve-se, naturalmente, a causas de ordem simbólica, impossíveis de esclarecer.

As técnicas de execução integram dois grandes grupos, o picotado e o inciso e ainda a abrasão e a raspagem, muitas vezes associadas na mesma figura ou conjuntos de figuras.

Muito embora ainda se esteja longe de um conhecimento completo da totalidade das figuras representadas em cada sítio do vale e, por conseguinte, de se possuir uma visão de conjunto da globalidade da arte paleolítica do Côa, apesar do já significativo trabalho desenvolvido, parece que os núcleos mais importantes exibem um comportamento não homogéneo no tocante tanto aos tipos de representações dominantes como às técnicas de produção das mesmas.

Assim, tomando como exemplo um dos dois sítios mais importantes, o da Canada do Inferno, das cerca de 40 rochas inventariadas como possuindo interesse artístico, apenas foram levantadas em pormenor 21 – certamente as mais interessantes – as quais, no conjunto exibem as seguintes características:

- equídeos, 29 ex., dos quais 16 a picotado e 13 incisos (incluídos a técnica da raspagem);
- bovíneos, 43 ex., com 29 a picotado;
- cervídeos, 17 ex., com apenas 1 a picotado;
- capríneos (cabra-montês), 21 ex., com 3 a picotado;
- peixes, 1 ex., a incisão;
- indeterminados, 35 ex., dos quais 12 a picotado.

No total das 146 figuras zoomórficas, 66 apresentam-se executadas pela técnica do picotado, um número um pouco superior às realizadas por incisão e raspagem; dominam os bovíneos (auroques), logo seguidos pelos equídeos, ambos maioritariamente executados por picotado; ao contrário, os dois grupos menos frequentes, são maioritariamente realizados por incisão/raspagem.

Esta situação, no entanto, não é extensível, como bem assinala o autor referido e seus colaboradores, à Penascosa, outro núcleo maior do vale do Côa: ali, as gravuras obtidas por picotagem são duas vezes mais frequentes que as produzidas por incisão ou abrasão, dominando, ao contrário do verificado no núcleo da Canada do Inferno, os capríneos, seguido pelos grupos dos equídeos, bovíneos, e cervídeos, em percentagens idênticas. Tais razões só poderão vir a ser esclarecidas quando se dispuser de uma informação completa e sistematizada, ao menos sobre os conjuntos mais importantes, o que ainda está longe de se verificar.

De qualquer modo, para além da sua extraordinária riqueza iconográfica e qualidade técnica e artística, uma característica pode ser desde já realçada como particular à arte do Côa: é o facto de se ter recorrido, nalguns casos, à técnica da justaposição, sobre o mesmo corpo, de duas, às vezes três cabeças, de modo a conferir às representações a ideia de movimento, aplicada, por exemplo, a cenas de acasalamento, de cavalos e, menos frequentemente, de auroques. Outras vezes, trata-se de reproduzir o movimento da cabeça e pescoço ao voltar-se para trás, observável em representações de cabras-monteses, auroques e veados.

v No concernente às manifestações artísticas do Paleolítico Superior, o primeiro e, por muitos anos, único exemplo de arte paleolítica corresponde à Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo), o sítio mais ocidental pertencente à chamada arte parietal franco-cantábrica. Ali foram identificadas pinturas a vermelho e a negro de diversas espécies de grandes mamíferos e gravuras feitas por sulcos finos representando diversos motivos, uns zoomórficos, outros limitados a símbolos mais ou menos geometrizados e abstractos.

O estudo estilístico destas representações permitiu reconhecer diversas fases de utilização da gruta como santuário, sem jamais ter constituído lugar de permanência prolongada, o que é corroborado pela raridade dos artefactos correlativos encontrados, resumindo-se a escassas peças solutrenses (fragmento de folha de loureiro e duas pontas de zagaia) a que se somam algumas peças mais antigas (lamelas Dufour); recentemente, estas últimas peças foram reportadas ao

Aurignacense, já que pertencem, segundo João Zilhão, ao subtipo específico do Aurignacense.

Seja como for, o achado de materiais líticos aurignacenses nada teria de especial, visto a maioria das pinturas, a negro e vermelho, de carácter esquemétrico e zoomórfico, poderem integrar-se no Estilo II de A. Leroi-Gourhan e, deste modo, incluírem-se no Gravettense ou no Proto-Solutrense. M. Farinha dos Santos situou a maioria das representações gravadas dentro do Estilo III, especialmente pequenas de cabeças de animais e figuras abstractas, incluindo tectiformes, a traço fino, remontando, desta forma, ao Solutrense Superior/Magdalense. É de destacar, especialmente, uma cabeça de bovídeo, que não se afasta muito, do ponto de vista estilístico, das cabeças pintadas já conhecidas desde 1964 e um par de cabeças de equídeo, atribuídas por Farinha dos Santos, em 1967, com reservas a uma égua e sua cria. Com efeito, o mesmo autor e seus colaboradores, em 1980, estudando novos motivos entretanto identificados, não só confirma aquela hipótese, mas admite mesmo que ela corresponde a uma representação do tema clássico da «maternidade», tal é a evidente conotação que se desprende das duas figuras, onde uma, a maior, domina nitidamente a outra, dando a impressão de a proteger. Uma recente análise de M. García e colaboradores, levou à verificação que algumas pinturas, de um cavalo e de um auroque, a negro, foram antecedidas por incisão fina, que deste modo serviu de guia à aplicação da pintura; igual técnica, como atrás se referiu, teria também sido utilizada no Côa.

VI

Enfim, a arte móvel paleolítica encontra-se apenas representada por testemunhos muito pobres, nos quais se integram os adornos com predomínio para os elementos de colar feitos em pequenas conchas perfuradas, para além das duas placas de xisto do Côa, atrás referidas, e de uma outra sobre seixo, da Gruta do Caldeirão. Do mesmo modo, o tipo físico é desconhecido, mesmo nos seus contornos mais gerais, apesar de ser portuguesa a mais antiga descoberta de um crânio do Paleolítico Superior: trata-se de exemplar recolhido por Nery Delgado na Gruta da Casa da Moura e por este publicado três anos antes da célebre descoberta de Cro-Magnon.

Depois de um notável início, nos meados do século XIX, o progresso dos conhecimentos do Paleolítico Superior na última década foi, repete-se, espectacular – mercê dos trabalhos, iniciativa e condições criadas sobretudo por João Zilhão. Tal facto aponta para a certeza de a totalidade do nosso território se encontrar ocupada no decurso do Paleolítico Superior: no interior alentejano, à Gruta do Escoural, somam-se as descobertas do vale médio do Guadiana, também

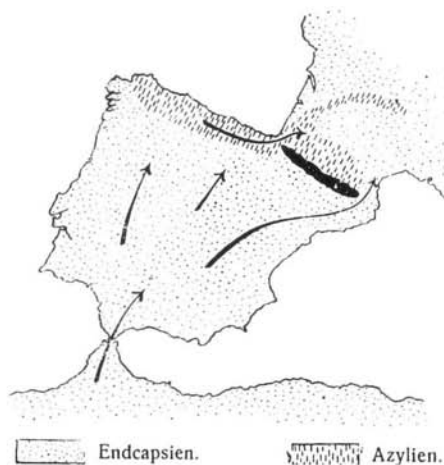
recentemente publicadas, que apontam para sucessivas presenças humanas do Gravettense, Solutrense e Magdalenense. A aparente raridade de achados, deve-se, em conclusão, como se verifica pelos casos apontados, mais à ausência de prospecções e escavações aturadas, do que à efectiva ausência de testemunhos desta época no território português.

## O FIM DOS TEMPOS PLISTOCÉNICOS E O INÍCIO DO HOLOCÉNIO

LC

*Caçadores-recolectores do tardi-glaciário e do pós-glaciário.  
Estações do litoral e do interior. A formação dos concheiros mesolíticos  
dos grandes estuários flandrianos do Tejo e do Sado: quotidiano  
e bases de subsistência. Organização social e rituais funerários.*

Durante muito tempo, julgou-se que toda a metade meridional da Península Ibérica tivesse sido palco, durante o Mesolítico, da ocupação por parte de bandos de origem norte-africana, portadores da cultura capsense. Entre os defensores desta hipótese, contou-se H. Obermeier e P. Bosch-Gimpera. Em Portugal, o problema só foi resolvido a partir de 1937, no seguimento das importantes escavações realizadas em numerosas estações da região de Rio Maior sob a direcção de Manuel Heleno. Estes trabalhos não só conduziram à identificação das principais etapas tecno-industriais do Paleolítico Superior, idênticas às conhecidas na Europa Ocidental, mas também à identificação de níveis selados do Epipaleolítico/Mesolítico, que consubstanciavam a transição entre as indústrias do Paleolítico Superior Final e as do Neolítico Antigo; é o caso da estratigrafia identificada no Abrigo



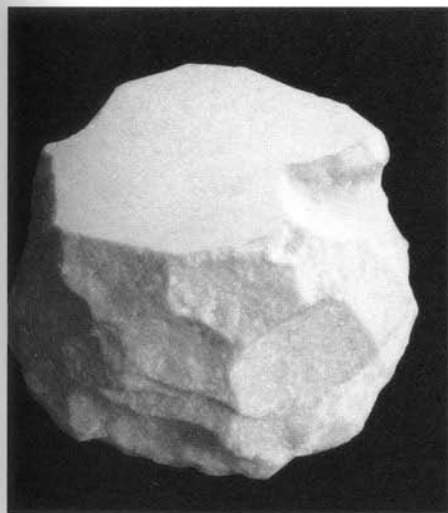
62 A hipotética transposição pelas populações finicapsenses (tardenoisenses) do estreito de Gibraltar e sua penetração na Península Ibérica, segundo H. Obermeier.

Grande das Bocas (Rio Maior). Estas e outras descobertas concorreram para afastar definitivamente do campo das hipóteses plausíveis, as pretensas influências africanas das indústrias mesolíticas dos concheiros de Muge, ao mesmo tempo que H. Vallois demonstrava a raiz antropológica europeia das respectivas populações, contrariando as pretensas origens africanas que lhes tinham sido atribuídas por Mendes Corrêa, chegando, mesmo, ao ponto de criar uma nova designação científica, aliás não conforme às regras da nomenclatura, como já antes se referiu, o *Homo afer taganus*.

A dinâmica do povoamento e a economia destas comunidades só se poderá compreender no quadro das profundas transformações ambientais verificadas nos tempos pós-glaciários. Entre as mais importantes de tais modificações, avulta a variação do nível marinho, na dependência do qual se formaram estabelecimentos humanos, tanto ao longo da costa actual, como no interior dos grandes estuários do Tejo e do Sado: são os clássicos «concheiros».

Com efeito, findo o período mais frio da última glaciação, deu-se início à ascensão do nível marinho a qual foi, de início, lenta. Há cerca de 16 000 anos, o nível marinho estabilizou em torno da batimétrica -100 m, ali permanecendo cerca de 3000 anos. Porém, entre 13 000 e 11 000 anos antes do presente, observaram-se importantes modificações climáticas e no regime de circulação das correntes oceânicas. Segundo Alveirinho Dias e colaboradores, a corrente do Golfo, penetrando até ao mar de Barrents, promoveria a rápida fusão dos gelos defronte da frente atlântica europeia e, ao mesmo tempo, o recuo da frente polar, anteriormente instalada defronte da Península Ibérica, para o Atlântico Norte-Occidental.

As temperaturas das águas oceânicas defronte do litoral português seriam, então, próximas das actuais, acompanhando a evolução climática no sentido do aquecimento, de que resultou a fusão dos gelos no hemisfério norte, acompanhado da subida do nível marinho, então verificada, para a batimétrica -40 m. Ou seja: em apenas 2000 anos entre cerca de 13 000 e 11 000 anos atrás, o mar subiu cerca de 60 m, invadindo bruscamente vastos territórios até então emersos e certamente objecto de ocupação e exploração por parte de numerosos grupos de caçadores-recolectores. É fácil imaginar os profundos impactes que o referido fenómeno induziu na vivência de tais populações, obrigadas a alterar drasticamente, e em curto período de tempo, o seu próprio quotidiano. É provável, pois, que ao longo da plataforma continental hoje imersa existam numerosas estações arqueológicas do final do Paleolítico, visto a linha de costa ultrapassar para ocidente, nalguns sectores, mais de 50 km para além da actualmente existente.



63 Seixo raspador espesso de contorno subcircular, talhado por levantamentos imbricados e subverticais em toda a periferia, de técnica languedocense. Vale da Fonte, Belver (Gavião). Foto de J. L. Cardoso. Diâmetro máximo 6,9 cm.

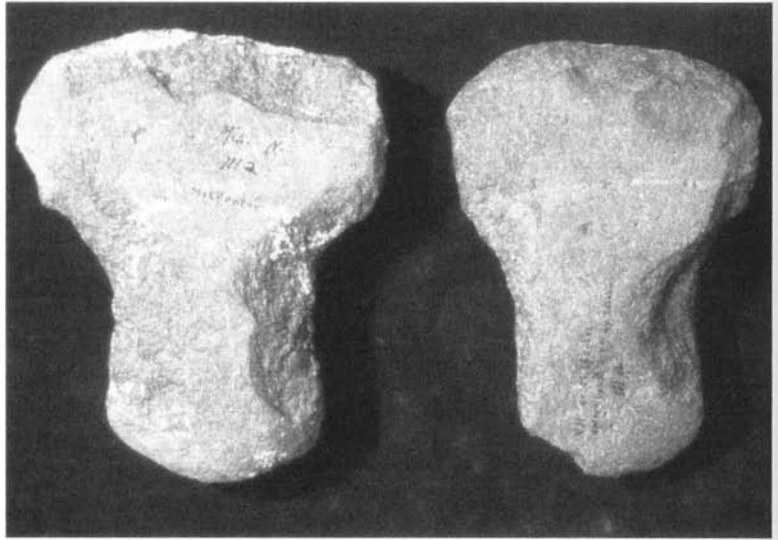
A subida continuou pelos tempos pós-glaciários. Cerca de 10 000 anos atrás, o contínuo aquecimento climático, responsável pelo quase desaparecimento de glaciares do território europeu, explica o prosseguimento da subida do nível marinho. Há 8000 anos, imediatamente antes do início da fixação humana mesolítica nos vales do Tejo e do Sado, o mar encontrava-se ainda à cota -20 m e a subida continuou, até se estabilizar em torno da cota actual, atingida cerca de 5000 anos atrás. Devido à ausência do assoreamento, a penetração da água marinha far-se-ia sentir muito para montante do limite actual, nos cursos inferiores do Tejo e do Sado, como se demonstra pela presença de espécies de moluscos de maior salinidade que a verificada actualmente em cada uma daquelas zonas. Por outro lado, a presença de crustáceos actualmente só conhecidos no litoral algarvio, como o caranguejo *Gelasimus tangeri*, indica que a temperatura era, igualmente, superior à actualmente ali observada. Os concheiros reuniam, pois, as condições ideais para uma subsistência sem grandes sobressaltos, decorrendo o quotidiano entre a pesca, a recollecção de moluscos e a caça, actividade que não deve ser menosprezada face à abundância dos restos malacológicos que, naturalmente, caracterizam os concheiros, a qual, nalguns casos, atingiu mesmo significativa importância.

Tal não significa, contudo, que a população apenas se sediasse em tais locais. Com efeito, noutras sectores do interior do país, têm sido registadas numerosas estações de superfície ou relacionadas com as coberturas detriticas mais modernas, de origem flúvio-dunar, caracterizadas por uma abundantíssima indústria de base macrolítica, associada a uma indústria de lascas de quartzito de características

64 Machados mirenses de Vila Nova de Milfontes, de grauvaque, os primeiros que ali se recolheram, estando na origem da definição tipológica correspondente. Foto de M. Leitão.

Arquivo O. da Veiga Ferreira. Comprimento do exemplar da esquerda: 15,0 cm.

Museu Geológico do INETI.



64

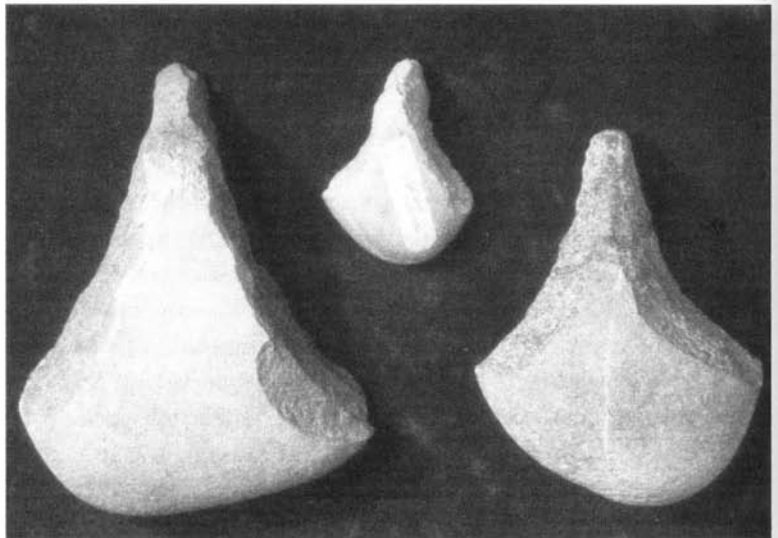
65

tecnó-tipológicas pouco conhecidas. Trata-se do Languedocense. No litoral baixo-alentejano, são inúmeros os sítios correlacionáveis com tais indústrias, destacando-se um tipo especial de artefacto, o machado mirenses (do estuário do Mira, zona muito rica em achados) confeccionado em seixos achatados ou placas de grauvaque, cuja ocorrência se prolonga, embora de forma muito menos acentuada, pelo litoral meridional do Algarve, até Vila Real de Santo António. Alguns picos, oriundos deste vasto trecho litoral, existentes também em estações do Baixo Tejo (região de Muge e de Salvaterra de Magos),

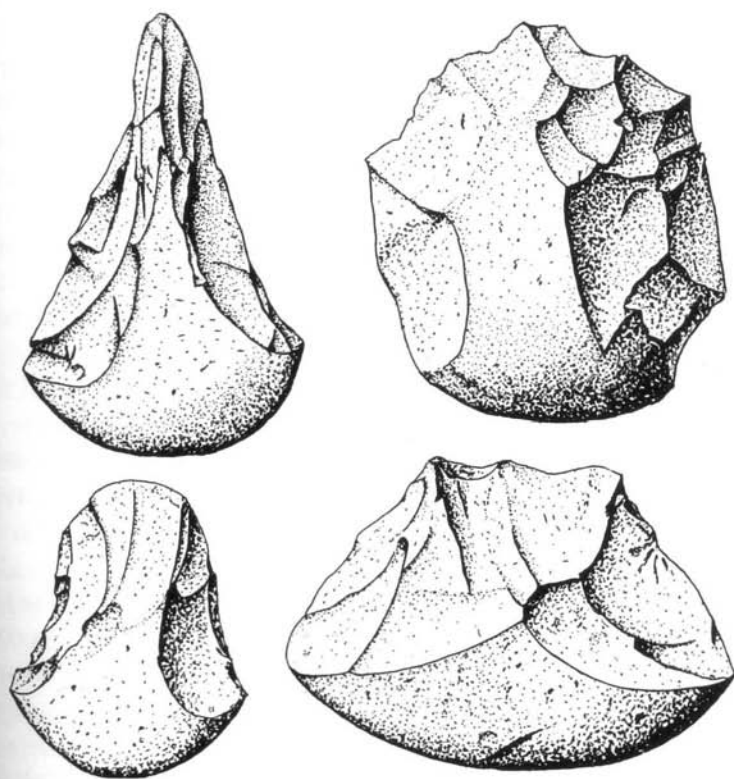
65 À esquerda e à direita, picos epipaleolíticos de grauvaque de Vila Nova de Milfontes, análogos aos picos do litoral minhoto. Ao centro, pequeno pico de quartzito de Vale de Água Mor (Muge). Foto de M. Leitão.

Arquivo O. da Veiga Ferreira. Comprimento do exemplar da direita: 12,4 cm.

Museu Geológico do INETI.



suportaram a hipótese de poderem relacionar-se com as abundantes indústrias macrolíticas do litoral minhoto, onde tal artefacto ocupa lugar de destaque: trata-se do Ancoreense, definido por Rui de Serpa Pinto, com base em peças recolhidas na região costeira de Vila Praia de Âncora. Recente síntese de José Meireles sobre tais conjuntos líticos, levou à hipótese, muito discutível, de os picos testemunharem evolução *in loco*, a partir dos bifaces acheulenses, localmente presentes, assumindo predomínio absoluto nos conjuntos ancorenses, cuja cronologia foi situada na fase fria do final do último período glaciário, cujo máximo



66 Indústrias macrolíticas do litoral minhoto do final do Paleolítico ou dos inícios do pós-glaciário. Exemplos recolhidos na estação de Carreço (Viana do Castelo). Seg. H. Breuil e colaboradores. Largura máxima da última peça: 13,5 cm. Museu Geológico do INETI.

se verificou cerca de 19 000/18 000 BP (pleniglaciário würmiano), o que não é novidade de maior, visto já E. Jalhay ter admitido, há muito, a origem paleolítica das referidas indústrias, hipótese que foi, depois, reforçada por H. Breuil e G. Zbyszewski, ao estudarem a estação de Carreço (Viana do Castelo).

A assimilação deste tipo particular de artefacto ter-se-á prolongado pelo pós-glaciário. Admitindo-se uma evolução local para as indústrias

67 Localização das principais jazidas do Holocénico Inicial identificadas no litoral da Estremadura. 1. Vale Frade; 2. Toledo; 3. Ponta da Vigia; 4. Cabeço do Curral; 5. Pinhal da Fonte; 6. São Julião; 7. Magoito. Seg. A. C. Araújo.

68 Adornos sobre concha do concheiro epipaleolítico de Toledo (Lourinhã).  
1. *Monodonta lineata*;  
2. *Nassarius reticulatus*;  
3. *Cerastoderma edule*;  
4. *Theodoxus fluviatilis*;  
5. placa de percebe (*Scalpellum scalpellum*) perfurada. Seg. A. C. Araújo (tamanho natural).

tardi-e pós-glaciárias de base macrolítica do litoral minhoto a partir do Acheulense, não haverá razão para negar a legitimidade da mesma hipótese, aplicada às indústrias languedocenses dos vales do Tejo, Guadiana e do litoral algarvio e baixo-alentejano. Aquela foi pela primeira vez colocada por Mendes Corrêa para o vale do Tejo; posteriormente, viria a ser seguida por A. Viana, H. Breuil e G. Zbyszewski. Deste modo, o Languedocense entendido como técnica aplicada à confecção de um conjunto específico de artefactos, atravessaria todo o Paleolítico Médio e Superior clássico. Negada por alguns arqueólogos, na década de 1980, tal possibilidade, mas não a dominância tardia, pós-glaciária e epipaleolítica, da larga maioria dos conjuntos conhecidos pela referida designação, deve concluir-se que aqueles traduzem e corporizam não uma cultura arqueológica bem definida e devidamente localizada no tempo, como se impõe ao próprio conceito de «cultura», mas simplesmente um tecno-complexo industrial de larga diacronia: ainda em pleno Neolítico se talhavam peças de tipologia languedocense, estratigraficamente documentadas em estações alto-alentejanas.

Qual a relação destas indústrias macrolíticas com a formação dos concheiros mesolíticos? A sua quase ausência, nos concheiros do vale do Tejo, levou Mendes Corrêa a admitir uma maior modernidade destes. Com efeito, a escavação, por Luís Raposo, da estação de Palheirões do Alegra (Odemira) veio demonstrar a coexistência das indústrias languedocenses clássicas da costa sudoeste, com artefactos leptolíticos de sílex, de características magdalenenses. Carvões obtidos em estruturas de combustão ali detectadas, deram as datações de  $8400 \pm 70$  BP e  $8802 \pm 100$  BP. Mais para sul, já no concelho de Vila do Bispo, foram recentemente identificados e parcialmente escavados por N. Bicho três sítios, na zona do Barranco das Quebradas, remontando ao Epipaleolítico, com datações entre cerca de 10 000 e 8000 anos BP. Estes resultados, juntamente com o obtido em outra estação do vale do Guadiana, a Barca do Xarez de Baixo (Reguengos de Monsaraz), com predomínio da macro-utensilagem de quartzito de características languedocenses, igualmente datada pelo radiocarbono em  $8640 \pm 50$  BP, vem demonstrar a inserção do tecnocomplexo languedocense no conjunto das indústrias epipaleolíticas, cujo apogeu foi, como parece pode concluir-se, anterior ao desenvolvimento dos concheiros do Tejo e do Sado. Porém, outras hipóteses são possíveis: nos concheiros dominariam tarefas de recolocção, com utilização de artefactos muito distintos dos necessários para a execução de trabalhos pesados, como o corte e abate de árvores, actividade invocada para justificar a grande abundância de machados mirenses na região de Vila do Bispo; a sua quase ausência nos concheiros encontraria, desta

forma, explicação plausível. Deste modo, no estado actual dos nossos conhecimentos, é lícito admitir que as indústrias languedocenses correspondam à componente macrolítica de conjuntos mais complexos, os quais, quando completos, incluem peças de características ou tradição finipaleolítica. Esta conclusão não é, naturalmente, incompatível com a existência em épocas anteriores (Paleolítico Médio e Superior) e mais tardias (Mesolítico, Neolítico) de uma componente macrolítica, mais ou menos acentuada, observável em algumas estações portuguesas. Porém, nestes casos, não será lícita a utilização do termo «indústrias languedocenses», limitadas aos tempos imediatamente pós-glaciários, embora desprovidas de significado cultural específico, como atrás se referiu. A utilização do termo fica, assim, circunscrita a um conjunto de formas características, aparentemente associadas a outras, de manufactura mais expedita, sem se esquecer uma realidade menos evidente, a da associação a peças leptolíticas, incluindo artefactos sobre lascas de quartzito, frequentemente omitidos, por, na maioria dos casos, se tratar de recolhas superficiais, que não poderiam contemplar a recolha de peças que, pelas dimensões, só uma escavação cuidada poderia proporcionar. Assim, as indústrias languedocenses são, apenas, a expressão da componente macrolítica de conjuntos industriais seguramente mais vastos e complexos, cujas características globais estão ainda longe de serem adequadamente conhecidas.

São também conhecidas presenças do Epipaleolítico (Mesolítico Antigo) no litoral da Estremadura, inseríveis, como as duas estações supra-referidas (Palheirões do Alegria e Barca do Xarez de Baixo), nas fases climáticas Pré-Boreal e início do Boreal; é o caso da Ponta de Vigia, São Julião, Magoito, Cabeço do Curral Velho e Toledo (Lourinhã); muitas outras existirão, ao longo do litoral actual, mas cobertas pelas dunas modernas; tais estações documentam um quotidiano de numerosos grupos acantonados ao longo da linha da costa ou a pequena distância dela, em que a caça de animais de grande porte, dominante no decurso do Paleolítico Superior – indicada não só pelos restos faunísticos mas também pela panóplia artefactual



1



2



3



4



5

67

68

– teria sido menos importante do que anteriormente: agora, o que predomina é a recollecção de moluscos, facilmente obtidos nas rochas e nos trechos arenosos da costa. Este fenómeno parece também ser observável no litoral cantábrico, no decurso do Paleolítico Superior; em Portugal, os primeiros indícios remontam ao Magdalenense Final. A continuidade é, pois, uma evidência recorrente ao longo de diversas épocas, mesmo as que se consideram como de charneira. No caso vertente, ao nível meramente tipológico, certos tipos específicos de artefactos parecem comprová-la; é o caso das pequenas raspadeiras unguiformes cuja presença, detectada no Magdalenense da Estremadura, continua a verificar-se nos tempos epipaleolíticos: é o que mostram os exemplares recolhidos na estação litoral da Ponta da Vigia (Torres Vedras) e na Penha Verde (Sintra), estação alcançada na encosta setentrional da serra de Sintra.

69

Alguns autores relacionam a crescente procura de recursos aquáticos com um aumento da pressão demográfica sobre os recursos, exemplificado nos níveis magdalenenses da Lapa do Suão (Bombarral) com ostras, mexilhões, lapas e amêijoas, que não ocorrem, por exemplo, nos níveis mustierenses da vizinha Gruta Nova da Columbeira. Desta forma, pode concluir-se que, na dieta alimentar, a carne foi sendo progressivamente substituída pela recollecção de moluscos. Com efeito, na região, encontra-se documentada a exploração dos recursos aquáticos em pleno Paleolítico Superior, segundo N. Bicho e colaboradores: é o caso da Lapa do Picareiro (Torres Novas), onde o consumo de peixes fluviais (Clupeídeos) foi uma realidade no decurso do Gravettense, intensificando-se a utilização daqueles, com a inclusão de moluscos, no Magdalenense.

Na época, o clima seria tendencialmente temperado (Pré-Boreal), passando progressivamente a quente e seco (no Boreal).

Assim sendo, o recurso a formas de subsistência aparentemente menos elaboradas tanto no tardi- como logo no início do pós-glaciário, longe de traduzir qualquer retrocesso, admitido por alguns no passado, correspondeu, ao contrário, a uma inteligente adaptação a novas condições impostas pela evolução dos biótopos. A nova estratégia de captação de recursos parece ter-se tão arraigadamente afirmado que, por vezes, é de difícil explicação; é o caso da Gruta de Aljustrel, também conhecida por gruta do Casal do Papagaio (Fátima), situada a cerca de 400 m de altitude e a cerca de 35 km do litoral ou da área estuarina mais próxima, na qual o essencial de alimentação era constituído por moluscos de águas marinhas ou salobras, cujos restos formavam espesso concheiro. A datação obtida para uma amostra de conchas da parte média do depósito deu o resultado de  $9710 \pm 70$  BP



69 Minúscula raspadeira unguiforme do nível epipaleolítico da estação pré-histórica da Penha Verde (Sintra). Foto de J. L. Cardoso. Comp. máx. 2,1 cm.

Moderna

ascendendo outra, mais ~~antiga~~, a  $9650 \pm 90$  BP, estatisticamente idêntica à obtida no Magoito e em S. Julião, mostrando um quotidiano essencialmente semelhante ao conhecido, na mesma época, pelos grupos litorais. A simples ocorrência de moluscos a uma tão grande distância do mar que, evidentemente, serviram como alimento, em detrimento da fauna caçada, mostra a rapidez com que deveriam efectuar-se as deslocações na época, bem como o seu carácter continuado e frequente.

Porém, a captura de grandes mamíferos continuou a praticar-se, como mostram os restos de veado e javali frequentemente encontrados nos concheiros do Mesolítico Recente dos vales do Tejo e Sado, denotando um ambiente marcadamente florestal, associados a espécie de maior porte (boi selvagem) a qual, conjuntamente com o cavalo, é característica de espaços abertos. A história destas acumulações é longa e rica, fazendo delas, hoje, estações clássicas da Pré-História europeia. As mais conhecidas são as dos afluentes da margem esquerda do curso inferior do Tejo (ribeiras de Muge e de Magos). Com efeito, tendo as primeiras evidências da sua existência sido detectadas por Carlos Ribeiro, em 1863, no vale da ribeira de Magos, bem como no situado imediatamente a montante, o da ribeira de Muge, ambas tributárias da margem esquerda do Tejo, logo em 1865 se publicou uma bem documentada monografia arqueológica – que constituiu o primeiro trabalho desta índole produzido em Portugal – dedicada ao concheiro do Cabeço da Arruda, da autoria de F. Pereira da Costa.

70

✓

De entre a fauna mamalógica reconhecida nos concheiros mesolíticos de Muge, importa sublinhar a presença do cão doméstico, já indicada nos trabalhos pioneiros de Carlos Ribeiro e de F. de Paula e Oliveira. Primeiro mamífero domesticado, foi identificado tanto em concheiros do Tejo como do Sado. Merece especial destaque um esqueleto completo, recolhido nas explorações do século XIX num dos concheiros da ribeira de Magos, o qual até ao presente se manteve inédito. Objecto de datação pelo radiocarbono, o resultado confirmou a sua idade mesolítica.

VII

talvez

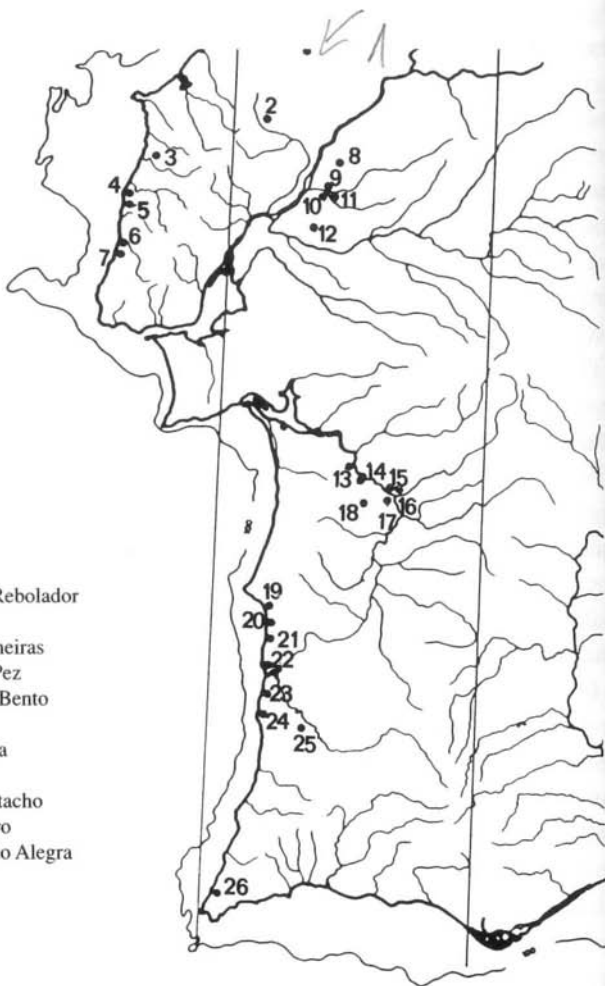
71

Poderá ser mais aparente do que real o domínio de moluscos na alimentação de tais populações, tendo em consideração o seu baixo valor calórico. Com efeito, os resultados das análises de isótopos estáveis sobre ossos humanos de um destes concheiros – o da Moita do Sebastião – sugere uma dieta mista, constituída em partes idênticas por alimentos de origem terrestre e aquática, indicando uma economia de largo espectro. Seja como for, os moluscos estuarinos, constituindo um recurso quase permanentemente disponível ao longo de todo o ano, foram poderoso elemento de fixação das populações a um dado território, convidando à sua progressiva sedentarização.

Os concheiros do vale do Sado, descobertos apenas na década de 1930 por Lerenio Antunes Barradas, são pior conhecidos; segundo a informação disponível, há concheiros onde a fauna de moluscos é quase ou mesmo exclusiva (Poças de São Bento, Arapouco e Cabeço do Rebolador), enquanto noutros abundam restos de veado e de javali; os primeiros seriam ocupados, sobretudo, nos meses mais quentes. Segundo J. Arnaud, o desenvolvimento dos concheiros ao longo do Baixo Sado denunciaria uma estratégia de exploração de recursos de âmbito regional ao longo de todo o ano, ainda que em estreita dependência dos recursos naturais potencialmente captáveis na região envolvente, de características ecológicas distintas face à área de Muge. Com efeito, a maior abundância de grandes bovídeos nesta última faz crer numa cobertura vegetal diferente.

70 Distribuição geográfica das estações com ocupações mesolíticas da Estremadura, vales do Tejo e do Sado e litoral vicentino/Costa Sudoeste. Seg. Gonzalez Morales e J. M. Arnaud.

- |                            |                          |
|----------------------------|--------------------------|
| 1. Gruta do Casal Papagaio | 14. Cabeço do Rebolador  |
| 2. Areeiro III             | 15. Amoreiras            |
| 3. Toledo                  | 16. Vale de Romeiras     |
| 4. Curral Velho            | 17. Cabeço do Pez        |
| 5. Ponta da Vigia          | 18. Poças de S. Bento    |
| 6. S. Julião               | 19. Vale Marin           |
| 7. Magoito                 | 20. Samouqueira          |
| 8. Fonte da Moça           | 21. Vidigal              |
| 9. Cabeço da Arruda        | 22. Pedra do Patacho     |
| 10. Moita do Sebastião     | 23. Medo Tojeiro         |
| 11. Cabeço da Amoreira     | 24. Palheiros do Alegria |
| 12. Cova da Onça           | 25. Fiais                |
| 13. Arapouco               | 26. Castelejo            |





71 Crânio inédito de cão doméstico, recolhido juntamente com a parte restante do esqueleto num dos concheiros, mesolítico da ribeira de Magos, no século XIX. Evidencia fracturas intencionais, tanto na mandíbula como na calote craniana. Foi datado por iniciativa de J. L. Cardoso e de J. M. Rolão pelo radiocarbono no intervalo, para cerca de 95% de probabilidade, de 6010-5850 a. C., o que confirma a idade mesolítica. Comp. máx. 20,3 cm. O cão foi o primeiro animal doméstico e a presença deste exemplar, representado pela totalidade do seu esqueleto mostra que não foi consumido pela comunidade com a qual coabitava. Foto de J. L. Cardoso (Coleção do Instituto Geológico e Mineiro).

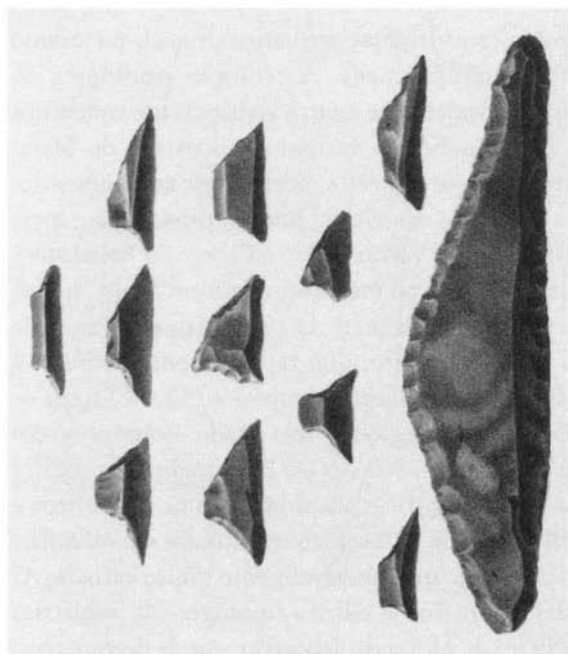
Assim, ter-se-iam organizado acampamentos-base, representados, a montante, pelo concheiro do Cabeço do Pez, no qual dominaria a fauna caçada, no Outono e Inverno, enquanto a jusante, outro acampamento-base, corporizaria a ocupação do vale no decurso da Primavera e Verão, onde as actividades de recolção de moluscos estuarinos, com larga predominância de *Cardium edule* (ao contrário do verificado nos concheiros do vale do Tejo, em que domina largamente a *Scrobicularia plana*), teriam maior importância. Tais diferenças, de índole sazonal, poderão ter reflexo ao nível da indústria lítica, da qual muito pouco ainda se sabe: com efeito, é marcada a heterogeneidade tipológica verificada entre sítios situados no mesmo vale e globalmente contemporâneos. A evolução tipológica do instrumental microlítico é semelhante tanto à verificada nos concheiros de Muge, como à dos concheiros da costa sudoeste e do Mira: inicialmente predominantes, os trapézios cedem lugar aos segmentos, nas etapas finais da ocupação dos sítios; porém, uma análise mais detalhada de alguns deles (Fiais, Várzea da Mó e Cabeço do Rebolador), permite colocar sérias reservas a tal evolução, como em Muge, que se afigura demasiado simplista e linear. O concheiro das Poças de São Bento revelou a A. C. Araújo, que recentemente estudou a indústria lítica, nítida predominância de trapézios (35,9%) sobre os triângulos (6,7%). Em ambas as regiões – Tejo e Sado –, cuja ocupação se pode globalmente situar entre 7300 e 6000 BP, a tradição paleolítica do talhe do sílex já não é significativa: dominam os micrólitos e geométricos de uso diversificado, que seriam encastrados em utensílios de morfologia mal conhecida, mas provavelmente muito variada. As diferenças verificadas por J. Roche entre a tipologia das indústrias microlíticas do concheiro da Moita do Sebastião – onde dominariam

73/72/VIII

75/X/74/IX

78/77/76

os trapézios – e do concheiro do Cabeço da Amoreira – com predominância de triângulos – teriam significado cronológico, pela ordem indicada. Assim, o modelo evolutivo para as indústrias dos concheiros de Muge proposto por este autor baseou-se na estrutura e transformações das associações microlíticas presentes em cada concheiro. Porém, datações publicadas em 1988, vieram contrariar esta sucessão, demasiado simplista, devendo as diferenças tipológicas aludidas ter origem noutra ordem de argumentos, talvez decorrentes do carácter funcional especializado de cada um dos locais. Acresce que a pretensa substituição de trapézios por triângulos é contrariada pela realidade observada no concheiro do Cabeço da Arruda o qual, apesar de ser em grande parte contemporâneo do concheiro do Cabeço da Amoreira e mais tardio que os níveis basais (os únicos datados) do concheiro da Moita do Sebastião, mostrou uma nítida dominância de trapézios sobre os triângulos. Estudo de pormenor das colecções líticas das escavações dos pequenos concheiros da Várzea da Mó e do Cabeço do Rebolador (escavados sob a direcção de M. Heleno por pessoal do Museu Nacional de Arqueologia), permitiu o desenvolvimento de comparações alargadas, tanto com outros concheiros vizinhos do vale do Sado, como com os concheiros do Tejo e, mesmo do litoral baixo-alentejano: Grégor Marchand foi, assim, levado a concluir que as diferenças verificáveis nas indústrias líticas, nos concheiros das três



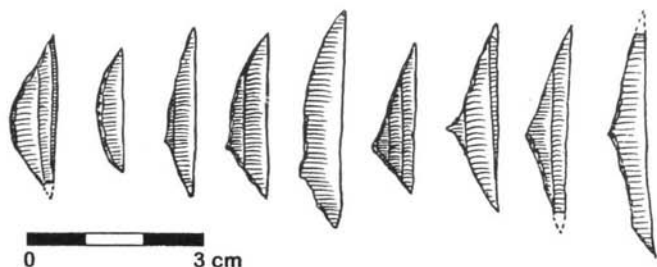
72 Indústrias microlíticas do concheiro do Cabeço da Arruda e grande lâmina de sílex castanho-avermelhado retocada. Seg. C. Ribeiro, comprimento da lâmina: 10,9 cm.



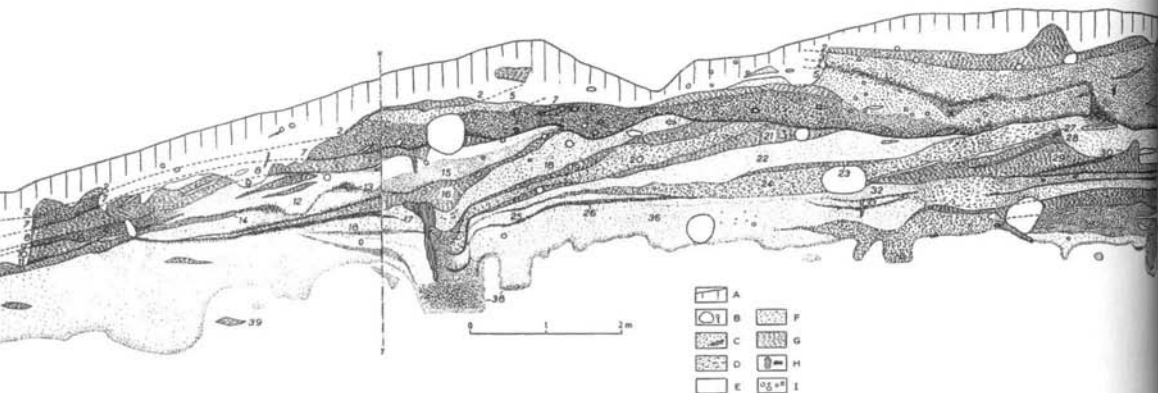
73 Foto da área escavada em 1964 no concheiro do Cabeço da Arruda (pormenor). Arquivo O. da Veiga Ferreira.

regiões referidas se deveriam imputar, sobretudo, à diacronia das respectivas ocupações, sendo certo, no entanto, que as indústrias dos concheiros do vale do Sado diferem nalguns aspectos, que enuncia, das dos seus homólogos do vale do Tejo; acresce que a tais diferenças não veriam estranhas as limitações impostas pela qualidade do sílex disponível em ambas as regiões, em especial no menor tamanho das peças do Sado e no grau e tipo de exploração dos núcleos. Segundo o mesmo autor, tendo presente que J. Vierra demonstrou que a evolução da tipologia das armaduras é independente da funcionalidade dos sítios, obedecendo a mudanças lentas e longas, importaria sobretudo valorizar, na interpretação das diferenças tipológicas observadas entre os diferentes concheiros da mesma região ou entre concheiros de diferentes regiões, a respectiva cronologia absoluta; para tal, exemplifica com a situação do concheiro do Cabeço da Amoreira, face aos seus dois homólogos mais conhecidos, a Moita do Sebastião e o Cabeço da Arruda: a tipologia das armaduras no primeiro, diferente da

79

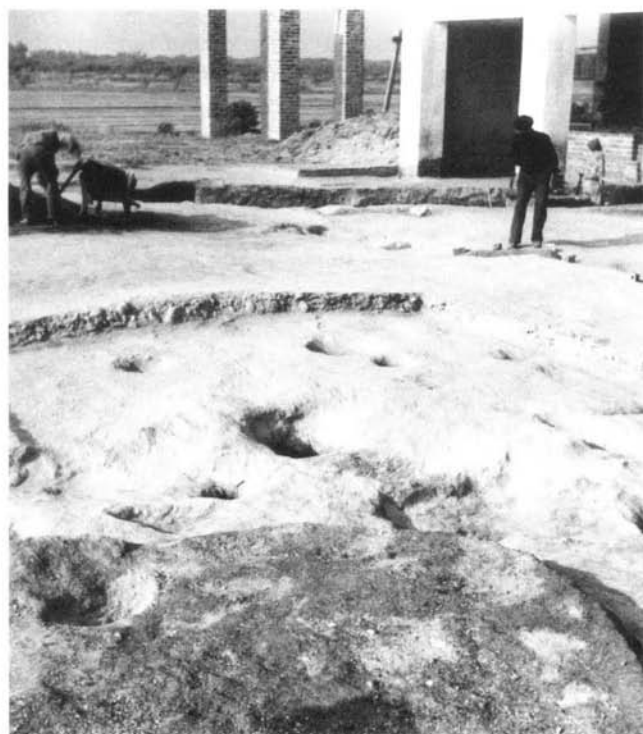


74 Geométricos do sílex do concheiro do Cabeço da Amoreira (Salvaterra de Magos). Trata-se dos chamados «triângulos de Muge», na maioria dos casos (com exceção das peças 1, 2 e 6, a contar da esquerda). Seg. R. de Serpa Pinto.

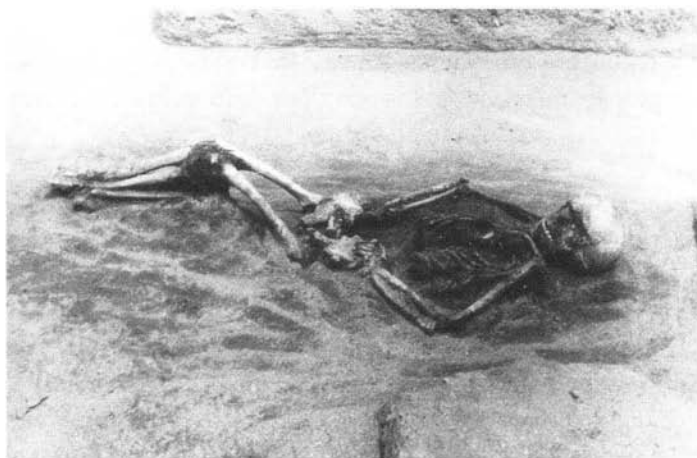
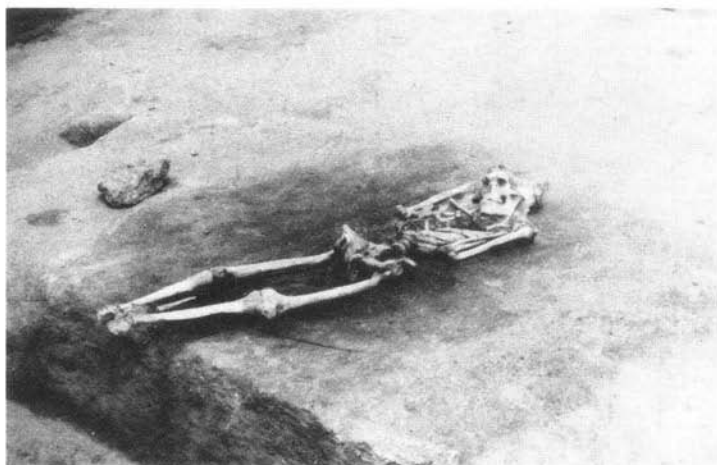


75 Trecho do corte estratigráfico realizado no concheiro do Cabeço da Amoreira, Muge. Legenda: A – terras superficiais ou de remeximento; B – tocas, raízes; C – terras carbonosas, fogueira; D – mistura de terras carbonosas e de conchas esmagadas; E – camadas arenosas; F – mistura de areias e de conchas esmagadas; G – leitões de conchas; H – cordões e nódulos brechóides; I – seixos rolados. Seg. J. Roche.

76 Escavações no concheiro da Moita do Sebastião de 1954. Em primeiro plano, o fundo de cabana, com fossas e buracos de poste escavados na camada basal (foto de 1/6/1954). Arquivo O. da Veiga Ferreira.

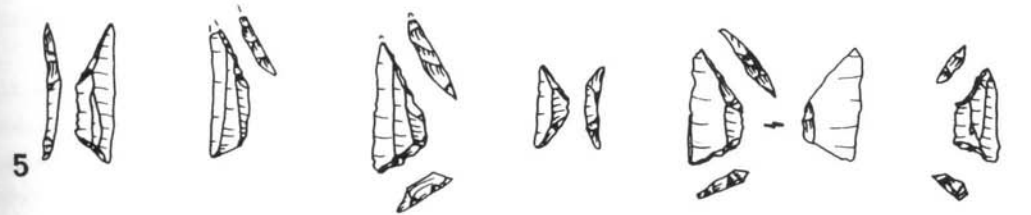
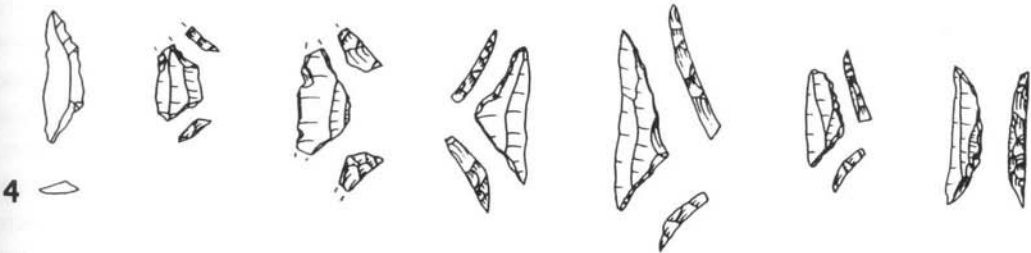
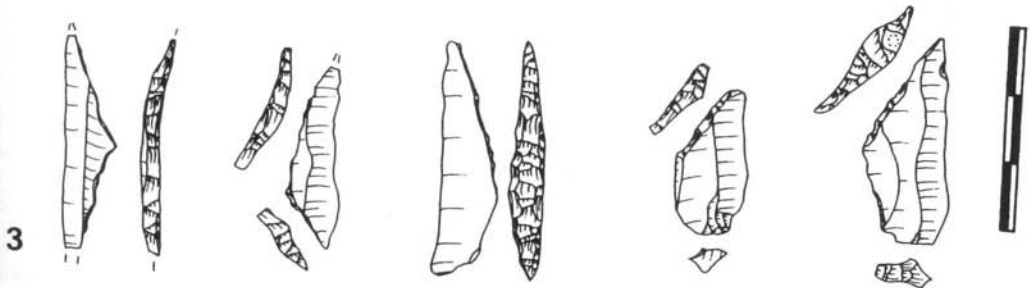
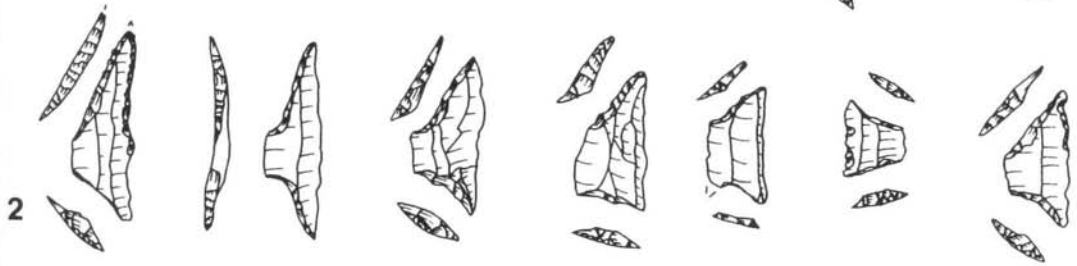
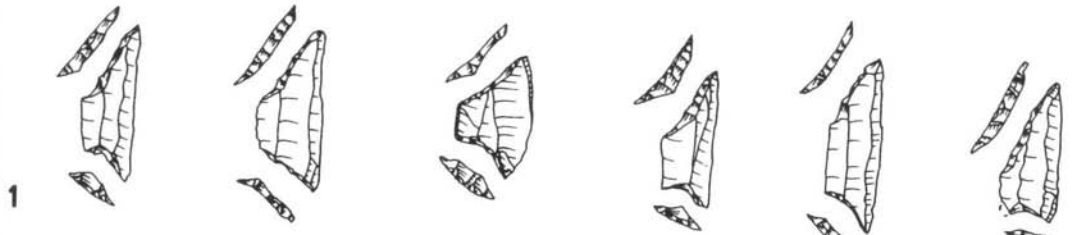


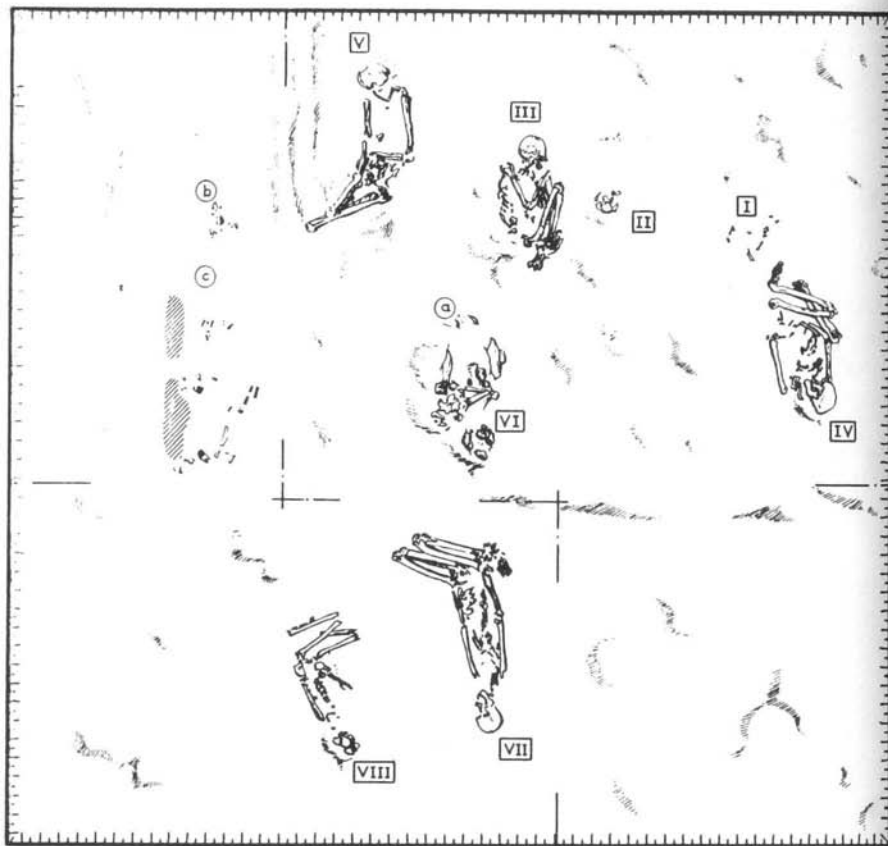
globalmente observada nos outros dois, deverá explicar-se por tal via, pois, como sublinha, seria impossível as respectivas populações, separadas apenas por escassos 1,5 a 3 km umas das outras, se ignorassem durante dezenas de anos. Do cruzamento dos elementos cronométricos com os tipológicos evidenciados em cada local, foi levado a considerar a existência, no Mesolítico tardio português, de três fases sucessivas, a saber:



77 Em cima: vista parcial das escavações no concheiro da Moita do Sebastião de 1953, vendo-se os esqueletos n.º 5, 9, 12 e 15. Ao centro: esqueleto 5. Em baixo: esqueleto 15 (fotos de 14/5/1953). Fotos de Carlos Teixeira. Arquivo O. da Veiga Ferreira.







80 Planta da área escavada do concheiro do Cabeço das Amoreiras, Alcácer do Sal. Seg. M. Farinha dos Santos.

particularidades levam a admitir que a ocupação do Cabeço da Amoreira corresponde a uma fase intermédia na história dos concheiros do Tejo, apesar da tipologia peculiar da sua indústria não ser caso isolado, visto os triângulos em espinha ocorrerem em Forno da Telha (Rio Maior) e, de forma, mais geral, noutras estações peninsulares, como em La Cocina, no Levante peninsular. Assinala-se que no Cabeço da Amoreira, a fraca evolução tipológica conjugada com a potência da estratigrafia indica uma ocupação intensiva durante um curto intervalo de tempo, associada a fraca mobilidade, realidade talvez extensiva aos restantes concheiros.

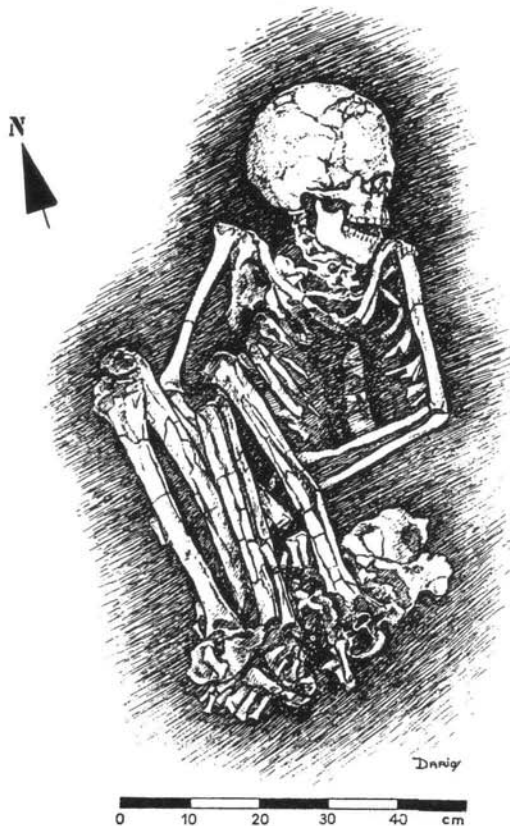
Enfim, a Fase 3, corresponde do ponto de vista tipológico, ao desenvolvimento dos segmentos e dos trapézios em detrimento dos triângulos, com aparente predomínio dos primeiros sobre os segundos, nas fases finais de ocupação dos concheiros, conclusão reforçada pela realidade observada no concheiro do Cabeço das Amoreiras, o mais recente do Vale do Sado (4950 - 4750 a.C.).

10

Nesta derradeira fase da vida dos concheiros de Mesolítico Tardio português, situável entre 5600 e 5000 a. C., verifica-se nítido declínio da presença humana na região de Muge, enquanto, tanto no vale do Sado como nos concheiros do Alentejo litoral ela se reforça. No entanto, não se observam diferenças significativas na tipologia dos geométricos dos conjuntos do Tejo e do Sado. Dominam globalmente os segmentos e os trapézios, observando-se fraca presença de triângulos assimétricos, embora se observem diferenças menores na tipologia, devidas em parte, às limitações impostas pela qualidade e tamanho das massas de sílex originais. Por exemplo, as peças com «encoches» (ditas «encoches» de Montbani), raras no Sado e no Alentejo, são uma consequência directa de ausência de lâminas nos conjuntos líticos devido às aludidas limitações da matéria-prima.

Assim sendo, as diferenças observáveis entre a região de Muge, por um lado e as estações do Sado e do Alentejo litoral, por outro, seriam de atribuir, segundo a hipótese de G. Marchand, mais à diacronia dos dois conjuntos do que às diferenças culturais das respectivas

✓



81 Esqueleto do concheiro de Vale de Romeiras, Alcácer do Sal. Seg. J. L. S. Machado.

populações, contrária às concepções até agora vigentes postulando uma contemporaneidade no referido povoamento. Assim sendo, esta última fase encontrar-se-ia sobretudo representada no Sado e no litoral alentejano (concheiros da Várzea da Mó, Cabeço do Rebolador, Poças de São Bento, no Sado e Fiais e Vidigal, no litoral alentejano).

82 Não obstante predominar uma seriação horizontal em 3 fases evolutivas no seio de uma única periodização existem algumas diferenças de ordem cultural que se não podem ignorar entre os concheiros do Tejo e do Sado; assim, nos primeiros, predomina a deposição dos corpos em decúbito dorsal, eventualmente com pernas e braços flectidos, enquanto no Sado é característica a posição fetal.

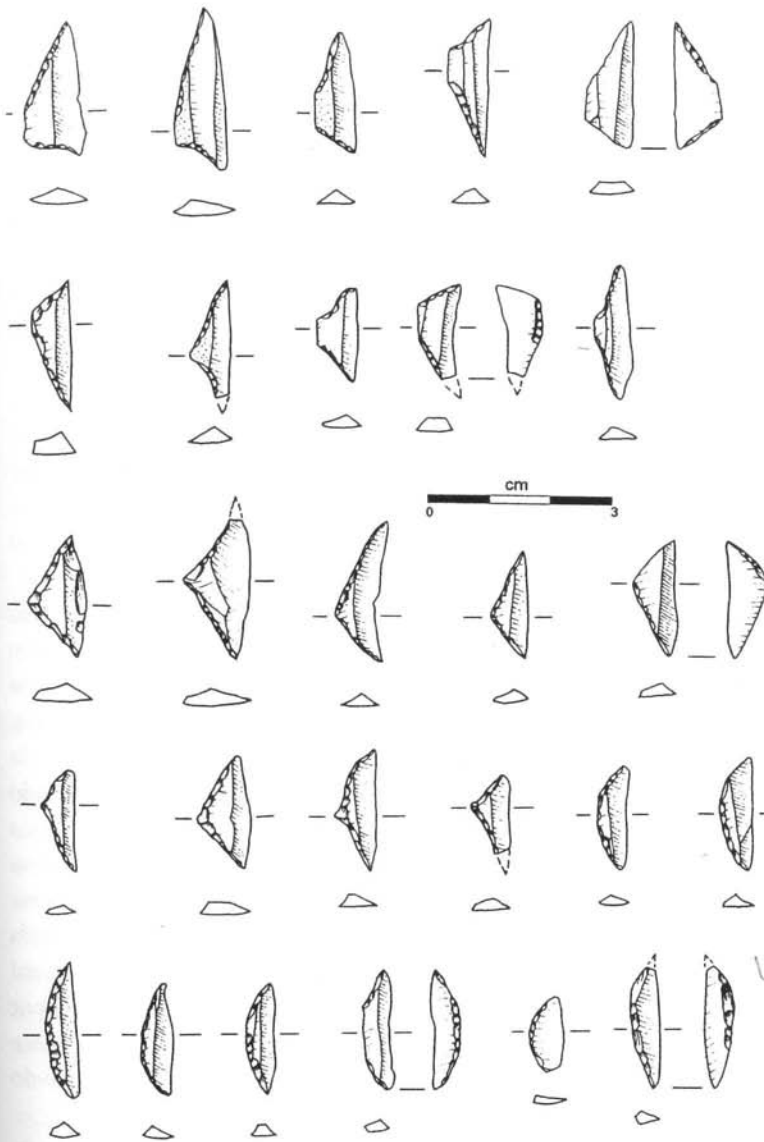
81 Sendo certo que a última fase dos concheiros do Sado e do litoral alentejano (incluindo, eventualmente, neste conjunto o Cabeço de Arruda) se prolongou até finais do VI milénio a. C., importa averiguar o impacto que a convivência com os grupos já neolitizados da Estremadura e, também possivelmente do litoral alentejano teve, a partir de meados do referido milénio com as populações sediadas nos concheiros. Poderá ser dessa realidade que tenha resultado o abandono dos concheiros do Tejo, em benefício da expansão dos seus ocupantes por territórios mais dispersos, já entregues a uma economia neolítica de produção, de tipo itinerante de corte/queimada, que só mais tarde teria influenciado os habitantes dos concheiros do Sado. Mas, para que tal modelo tenha plena aceitação, seria necessário conhecer com maior detalhe as modalidades de ocupação verificadas no concheiro do Cabeço da Arruda, onde as últimas ocupações são já cronologicamente neolíticas (esqueleto N, datado de 5380 – 5235 a. C.).

✓

18

H VI

Aceitando a existência, com G. Marchand, de uma ruptura na organização económica e social das comunidades de caçadores-recolectores do sul de Portugal ainda na primeira metade do VI milénio a. C., resta porém em aberto a questão do modo como se processou a efectiva neolitização das populações mesolíticas. Esta e outras questões serão, nesta obra, objecto de discussão no capítulo que se segue. O microlitismo, no Mesolítico, terá sido a resposta imposta pelas novas condições que determinaram a sobrevivência, baseada na caça e na recolção; trata-se de fenómeno em evidente continuidade com as indústrias fini-paleolíticas do Magdalenense, explicado pela própria distribuição irregular dos recursos cinegéticos, cuja captura impunha grande mobilidade dentro de uma crescente estabilidade do povoamento, obrigando parte da população sediada nos concheiros, servindo como acampamentos-base, a uma árdua tarefa de caça e recolção na envolvência, cada vez mais afastada, da área residencial respectiva. É este modelo que parece melhor explicar o



82 Indústrias microlíticas (geométricos) do concheiro de Poças de S. Bento, Alcácer do Sal. Seg. A. C. Araújo.

povoamento das áreas dos fundos estuarinos do Tejo e do Sado no final do Mesolítico, cujas condições naturais são favoráveis ao desenvolvimento de comunidades tendencialmente sedentárias; os três concheiros do vale do Tejo mais expressivos seriam sempre habitados ao longo de todo o ano, enquanto outros locais, secundários, conheciam apenas ocupações episódicas e sazonais.

O povoamento da faixa litoral actual da Estremadura no Mesolítico tardio mostra continuidade com o período anterior, embora o registo

conhecido actualmente pareça sugerir uma crescente preferência pela fixação no fundo do estuário do Tejo (região de Muge e Magos), o qual, constituiu na época o maior pólo de povoamento à escala regional. A atracção centrípeta exercida por tal área nuclear, é denunciada pela raridade do povoamento mesolítico tardio na sua envolvente. Dos escassos sítios conhecidos do Mesolítico tardio coevos dos concheiros de Muge, avulta o concheiro do Forno da Telha (Rio Maior), que revela, igualmente, uma economia de largo espectro e onde a recollecção litoral – a par da caça de grandes mamíferos – detinha significativo papel, apesar da distância que separava a estação do litoral, na época muito superior à actual, que já é significativa.

A colecção ali reunida é caracterizada por micrólitos geométricos, especialmente triângulos com espinha dorsal, apresentando semelhanças com as indústrias do Cabeço da Amoreira (Muge). Deste modo, é admissível a relação funcional entre ambas as regiões, no decurso do Mesolítico tardio entre cerca de 7500 BP e cerca de 6500 BP, mas centrada na segunda.

Deste modo, a tendência para o despovoamento do maciço calcário estremenho no decurso do Mesolítico teria permitido, segundo João Zilhão, uma mais fácil, precoce e rápida fixação das primeiras comunidades neolíticas, ali supostamente chegadas por via marítima. Porém, tal despovoamento poderá ser mais aparente do que real, em resultado da pouca atenção que, a nível de prospecção aturada do terreno, tem sido dispensada à região. Prova disso mesmo é a existência de uma ocupação mesolítica na Gruta da Buraca Grande, em plena serra de Sicó (Pombal) a qual, por certo, não se poderá considerar ocorrência isolada. O nível 3 forneceu uma indústria lítica constituída por raspadeiras sobre lasca e sobre lâmina, lamelas de retoque marginal e núcleos, enquadrado do ponto de vista da cronologia absoluta por cinco datações de radiocarbono, cujos extremos são 7906-7668 e 9842-9497 BP, situando a respectiva presença humana no início do período Atlântico.

No litoral meridional, as estações a sul do rio Mira, até Vila do Bispo, documentam evolução idêntica à observada a norte do cabo da Roca. Nos primeiros tempos mesolíticos, as fortes transformações paleoecológicas sofridas no próprio ambiente terão afectado as bases de subsistência de tais comunidades e, eventualmente, a sua própria estrutura social. Prova disso é a estação do semáforo de Milfontes (Pedra do Paracho), datada ainda do tardi-glaciário ( $10\ 400 \pm 90$  BP), onde a forte especialização das bases de subsistência nos é sugerida pela total exclusividade de restos malacológicos. Porém, a escassez de sítios dificulta a definição do quadro geral de estratégia de captação/

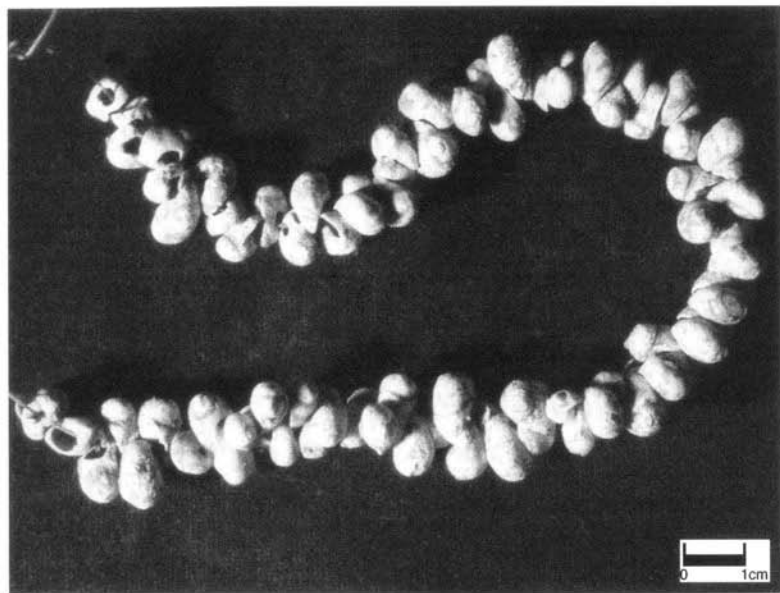
/exploração de recursos: esta estação corresponderá sem dúvida a um acampamento sazonal de um grupo de grande mobilidade, explicando-se deste modo a especialização da recolha das espécies localmente disponíveis (mexilhão e lapas), com paralelos ligeiramente mais tardios, como a estação dos Palheirões do Alegria, já mencionada, a qual, apesar da extensão e do número de artefactos recolhidos (cerca de 33 000) poderá corresponder a sítio recorrentemente ocupado, como indicam as datas disponíveis e o padrão de distribuição das estruturas de combustão identificadas.

Configura-se, na costa sudoeste, uma estratégia de exploração dos recursos baseada na dicotomia caça/recolocção e a manutenção de acampamentos-base ocupados em continuidade no decurso do ano, já denunciada nos concheiros do Tejo e do Sado. Assim, no concheiro mesolítico do Castelejo, cerca de 15 km a Norte do cabo de S. Vicente, constituído por uma massa compacta de fragmentos malacológicos, cuja formação foi coeva dos níveis mais antigos dos concheiros dos vales do Tejo e do Sado (duas datações de radiocarbono deram o resultado de  $7450 \pm 90$  BP e  $7620 \pm 100$  BP, correspondentes ao início do período climático Atlântico, durante o qual o mar continuou o seu movimento de rápida ascensão), dominou a recolocção de recursos marinhos. Ao contrário, o concheiro de Fiais, perto do rio Mira, cerca de 2 km a Sudoeste de Odemira, mais moderno do que aquele (entre aproximadamente 7000 e 6000 BP), é caracterizado pela abundância de restos de mamíferos exclusivamente caçados (com domínio do veado, a que corresponde mais de 70% dos restos, mas onde também se encontram presentes outras espécies, como o grande boi selvagem – auroque), relacionados com uma área especializada na preparação das peças capturadas, a que não será estranha a posição da estação, de interface com o interior do território, numa época em que o nível do mar terá atingido posição próxima da actual. A assinalável variedade de recursos consumidos – marinhos, estuarinos e terrestres – sugere ocupação durante todo o ano, constituindo o local um acampamento-base, prenunciador da estratégia desenvolvida logo no início do Neolítico Antigo regional. Com efeito, o sítio de Fiais representa um sistema de povoamento que integraria o concheiro de Vidigal, a Norte do rio Mira e a 1 km da costa, cuja cronologia se sobrepõe à dos mais antigos sítios neolíticos da região ( $6640 \pm 90$  BP e  $6030 \pm 180$  BP); segundo os elementos ali reunidos, a pesca seria efectuada na parte mais quente do ano – como indicam os anéis de crescimento das vértebras de peixe – enquanto a caça seria dominante no Outono e Inverno; assim sendo, haveria lugar a dois tipos de assentamentos: acampamentos sazonais na orla costeira litoral do Sul do País, onde a

recolecção dominava, e acampamentos mais importantes, constituindo estações-base, ocupada durante todo o ano, em zonas mais interiores, nas quais a caça grossa era praticada com intensidade.

A estratégia que presidiu à ocupação dos sítios mais importantes e permanentes coloca, por outro lado, a questão da organização social da época, baseada numa matriz cultural comum (tipos de sepulturas, aproveitamento dos recursos naturais, etc...), cujos contornos carecem ainda de adequada caracterização (um ou mais bandos, vivendo pacificamente?). A demografia destas populações é também mal conhecida.

No caso dos concheiros do vale do Tejo, sabe-se o número total de esqueletos encontrados em cada um deles – que, no conjunto ascendem a cerca de 300 indivíduos – bem como as balizas cronológicas respectivas: mas nada nos autoriza a afastar a hipótese de enterramentos no exterior da área habitada, aliás mais do que prováveis, visto os níveis médios e superiores das referidas acumulações não os conterem e que fariam alterar os quantitativos referidos para valores muito superiores. Avaliações baseadas no número de indivíduos por cada cabana são tão ou mais falaciosas do que os cálculos baseados nos números anteriores, visto desconhecermos o número de cabanas existentes e a sua evolução no tempo: J. Roche nas escavações que dirigiu no Cabeço da Arruda e no Cabeço da Amoreira privilegiou, infelizmente, a execução de cortes estratigráficos, em detrimento das escavações em área, apenas realizadas no concheiro da Moita do Sebastião, por força das circunstâncias (destruição de uma vasta área do concheiro pela implantação de uma estrutura agrícola moderna, quase até à base do concheiro). Tal situação explica que tenha sido aquele o único sítio onde foi possível isolar diversas estruturas habitacionais, com destaque para um recinto murado, constituído por pequenos blocos, para além de numerosas estruturas negativas, interpretadas como buracos de poste, no qual caso definiriam uma cabana de planta sub-rectangular; outras estruturas negativas, de maiores dimensões, foram interpretadas como «fossas de cozinha», visto conterem muitos moluscos ainda fechados. O armazenamento social de alimentos, por certo por um curto período de tempo seria, assim, uma realidade – denotando prática que mais se acentuou logo no começo do Neolítico Antigo que é plausível relacionar com uma ocupação estável dos concheiros, em consonância com outros indicadores arqueológicos. De referir que, nalguns casos, os escavadores também se depararam com leitos de conchas por abrir, servindo de «cama» às deposições mortuárias, prática acompanhada do uso do ocre vermelho, dando-nos uma pálida ideia dos rituais então adoptados.



83 Contas perfuradas de *Neritina fluviatilis*, servindo como elementos de adorno, do concheiro da Moita do Sebastião. Foto de M. Leitão. Arquivo O. da Veiga Ferreira. Salienta-se que a utilização deste molusco como adereço era largamente dominante sobre outras espécies no concheiro em apreço utilizadas para o mesmo fim, tendo-se ali recolhido, na totalidade, 553 exemplares.

Museu Geológico do  
INETI.

Estar-se-ia, em todo o caso, perante uma sociedade igualitária de raiz tribal. Esta realidade social não é incompatível, porém, com a existência de conflitos desencadeados entre comunidades rivais, circunstancialmente disputando um mesmo território. Com efeito, em épocas semelhantes, tais situações seriam uma realidade noutras regiões da Península Ibérica conforme se pode deduzir das admiráveis pinturas rupestres do Levante (Molino de las Fuentes, Minateda, Combate de Les Dogues, etc.) incluindo mesmo cenas que, sem dificuldade, se poderiam interpretar como de execução de inimigos derrotados (Cova Remigia).

A análise levada a cabo em restos ósseos humanos dos concheiros do Cabeço da Arruda e da Moita do Sebastião por A. Santinho Cunha e M. Telles Antunes, mostrou que seriam frequentes as lesões traumáticas por impacto de objectos perfurantes e contundentes, as quais levaram à morte, em muitos casos, concluindo que a prática da alta violência, no vivo, era habitual, provocando-lhe geralmente a morte.

Embora a generalização das fracturas detectadas à violência aludida possa ser abusiva, já que é lícito duvidar de o esmagamento de alguns crânios se dever a causas intencionais e não, simplesmente, ao peso das terras, a verdade é que aquela não pode ser ignorada, ao menos nalguns casos. Os autores identificaram, ainda, um conjunto de práticas rituais, como o escalpe e a ablação lingual, com base nas marcas de corte observadas nas superfícies ósseas.

Merecedor de destaque é, ainda, um símbolo em estrela, desenhado no parietal de uma calote craniana do Cabeço da Arruda; os traços de coloração vermelho-escuro podem ter resultado de cortes no couro cabeludo, atingindo a superfície do osso, que absorveu o sangue derramado. Estas e outras observações evidenciam a complexidade que poderiam revestir as cerimónias fúnebres nestas comunidades, longe de suspeitadas apenas num primeiro relance, atendendo à simplicidade das sepulturas e respectivos espólios.

O desenvolvimento de estudos de análise do microespaço, talvez permita concluir pela coexistência de bandos, eventualmente diferentes, mas com raízes comuns, em um mesmo território: por exemplo o Cabeço da Amoreira fica defronte do Cabeço da Arruda e a curta distância da Moita do Sebastião, realidade que terá certamente explicação social, sendo certo que os três conheceram presenças humanas sincrónicas, tanto quanto permitem indicar as análises pelo radiocarbono. Análises de ADN, actualmente em curso, poderão, eventualmente, responder à importante questão das relações familiares, por certo existentes, entre os habitantes dos concheiros em causa. Teria, talvez, interesse, como sugeriu J. M. Rolão, averiguar sistematicamente a presença dos três ornamentos mais frequentes nos concheiros, feitos de conchas perfuradas de *Neritina fluviatilis*, *Cypraea* (83 *Trivia*) *europaea* e *Nassa reticulata*: a eventual variação detectada nos quantitativos em cada um dos sítios poderia apontar, por exemplo, afinidades parentais, servindo tais conchas como «marcadores de origem» dos seus detentores; esta hipótese merece ser aprofundada, sendo certo que os contextos funerários estremenhos do Neolítico Antigo exibem características aparentemente diferentes, a este nível: as tão abundantes conchas de *C. europaea* nos concheiros, não ocorrem naqueles, surgindo, em contrapartida, outros ornamentos malacológicos, como as contas recortadas de *Glycymeris glycymeris*, presentes tanto na Gruta do Caldeirão como na Lapa do Suão, igualmente utilizadas como elementos de colar, depois de recortadas em porções de contorno elipsoidal.

III PARTE

*Origem e Desenvolvimento das  
Sociedades Camponesas*

A III Parte desta obra refere-se à origem e desenvolvimento das sociedades camponesas, entre meados do VI milénio a.C. e os finais do IV/inícios do III milénio a.C. A diversidade e quantidade da informação arqueológica aumenta exponencialmente, quando comparada à da parte anterior. Esta situação impõe alguma disciplina na definição de objectivos, procurando separar o que «é mais importante» daquilo que é meramente acessório, na perspectiva do autor. Crê-se necessário que se retenham os seguintes objectivos principais:

– os diversos modelos desenvolvidos para explicar o fenómeno da neolitização no território português. A discussão deverá recorrer: à cronologia absoluta e distribuição geográfica das ocorrências; às características de implantação dos sítios habitados e seu significado (sazonal ou permanente), face às dos sítios mesolíticos existentes nos mesmos biótopos; e ao respectivo registo arqueológico, com destaque especial para a tipologia, técnicas e padrões decorativos das cerâmicas, que têm sido valorizadas no estabelecimento de sequências cronológico-culturais (diferenciação entre o Neolítico Antigo Cardial e o Neolítico Antigo Evolucionado). O restante registo material não pode ignorar-se: importa conhecer os padrões tecno-tipológicos da indústria lítica (de modo a caracterizar a continuidade/substituição das indústrias mesolíticas antecedentes, além da existência de diferenças regionais com incidências culturais), bem como a utensilagem de pedra polida (utilizada na desflorestação e no amanho da terra) ou os ecofactos, relacionados com a prática da agricultura (presença de sementes), além da presença de animais domésticos, que são conhecidos logo desde os primórdios do Neolítico;

– as transformações sociais decorrentes da adopção progressiva de uma agricultura permanente, substituído a agricultura incipiente, ou itinerante, dos primeiros tempos neolíticos, culminando com a adopção de inovações tecnológicas ainda no final do IV milénio a.C. – a chamada «Revolução dos Produtos Secundários» – e que conduziu ao incremento da sedentarização das populações em torno dos locais habitados, circundados por territórios que foram sendo, progressivamente, objecto

de investimentos colectivos cada vez maiores, por deles depender, de forma também crescente, o sustento de toda a comunidade;

– a compreensão da emergência e plena afirmação do fenómeno megalítico. A abordagem deste assunto passa, por um lado, pela análise cruzada da própria evolução do sistema de povoamento, resultante de aspectos económicos: a crescente complexidade social e o aumento demográfico é susceptível de se relacionar com o tamanho dos dólmenes e com a diversidade e significado dos espólios funerários respectivos. Trata-se de compreender a própria diferenciação social emergente, a qual, naturalmente, revestiu aspectos particulares nas diversas áreas geográficas do actual território português. Importa, neste particular, que se tenha adquirido uma noção geral das características da evolução arquitectónica dolménica nas áreas onde o fenómeno se encontra estudado, em particular no Baixo Alentejo litoral; no Alto Alentejo, especialmente na rica região de Évora – Reguengos de Monsaraz; na Beira Baixa e na Beira Alta; e na região do Douro Litoral (serra da Aboboreira, Amarante), sem esquecer outros núcleos dolménicos (Alto Algarve Oriental (Tavira, Alcoutim); Monchique; Coruche/Montemor-o-Novo, Arraiolos/Pavia, Ponte de Sor; Elvas; Crato-Nisa; Beira Litoral (distrito de Aveiro); Alto Minho e diversas áreas transmontanas, entre outras.

Importa igualmente atender ao megalitismo não funerário (menires isolados e cromeleques), no universo simbólico das sociedades camponesas, seu significado e distribuição geográfica das principais ocorrências. Daquele universo também fazem parte outro tipo de sepulcros, como as grutas naturais e artificiais (sobretudo na Estremadura), cujo conhecimento, incluindo os espólios funerários, importa também ter presente. Alguns rituais funerários foram reconstituídos com base no registo material: tumulações primárias e secundárias, rituais de descarnação dos cadáveres e utilização do ocre vermelho, cujas principais ocorrências devem ser conhecidas. A arte destas sociedades, em rápida evolução, pode revestir, também, diversas facetas: santuários ao ar livre (Côa e Tejo), arte megalítica (menires e estelas-menir), insculturas e pinturas em santuários rupestres: deve o aluno preocupar-se em ter de cada um destes temas uma noção geral quanto às características e natureza dos elementos representados e seu provável significado, a cronologia absoluta e a respectiva distribuição geográfica.

## O NEOLÍTICO ANTIGO

*A neolitização do território português no quadro dos modelos explicativos existentes. O quadro geográfico e cronológico. O sistema de povoamento e de exploração dos recursos e respectivos territórios. As necrópoles.*

É o padrão de ocupação definido no final do Mesolítico que se vai afirmar plenamente entre as primeiras sociedades camponesas, do Neolítico Antigo, cuja organização social e características do povoamento evidenciam nítida continuidade com as suas imediatas predecessoras mesolíticas. Para a análise dos modelos de transição possíveis, assumem particular interesse os elementos recolhidos no litoral alentejano e algarvio. Como se processou, então, a neolitização, e quais a natureza e importância dos influxos exógenos que a determinaram?

A maneira como se processou a ocupação/exploração humana de dada região, constituiu uma resposta às condicionantes naturais e ecológicas específicas nela existentes, ditada pela tecnologia disponível para, com um mínimo de trabalho, poder alcançar os recursos necessários à sobrevivência. Os ritmos de adopção de novas tecnologias foram determinados, pois, pela própria necessidade. Assim se poderá melhor compreender o modelo dito de evolução «em mosaico», no qual se admite a coexistência de comunidades em estádios de desenvolvimento distintos – neste caso ao nível da produção de alimentos (agrícolas e animais) – sem que seja necessário admitir uma significativa interacção, pois esta só se justificaria caso a comunidade dita menos evoluída sentisse necessidade de adoptar, no quadro da economia de esforço referido, as inovações disponíveis pela mais «progressiva». Com efeito, em alguns dos concheiros do vale do Sado (Amoreiras), cuja cronologia absoluta não difere globalmente da cronologia dos concheiros do vale do Tejo, foram encontrados, desde a base de sequência, cerâmicas impressas com decoração cardial, em níveis datados de entre cerca  $6400 \pm 75$  BP e  $6000 \pm 75$  BP, a partir de conchas de moluscos estuarinos; a confirmar-se esta situação, seríamos levados a admitir a existência de comunidades já neolíticas

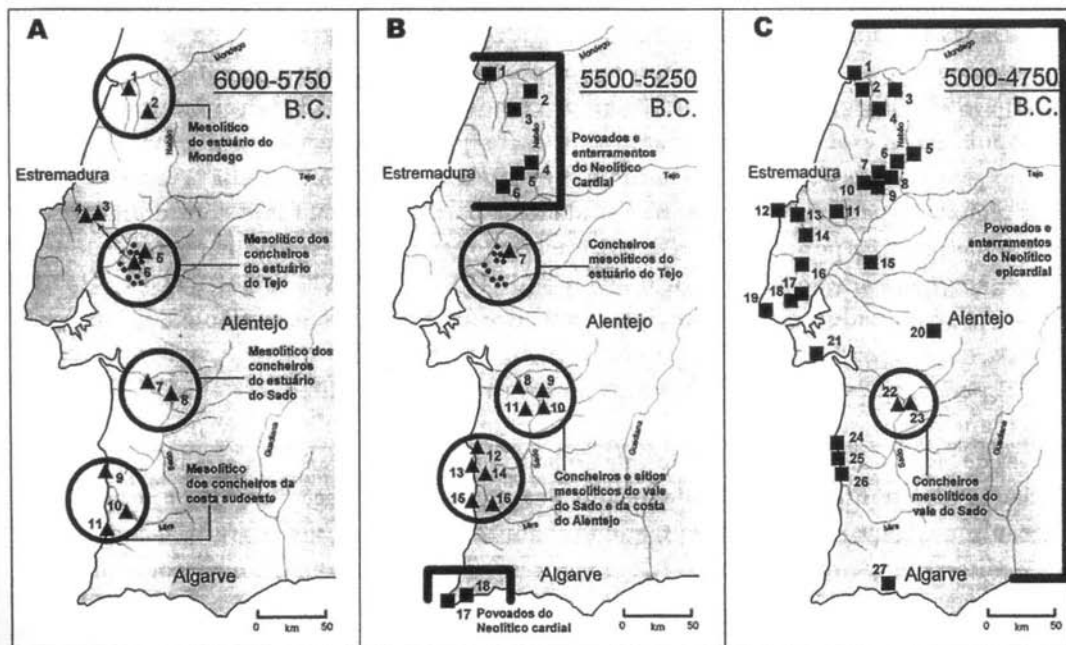
/a

que, de forma pontual e muito circunstancial, entraram em contacto com as populações mesolíticas do referido concheiro.

Também nos níveis médios e superiores do concheiro mesolítico do Cabeço do Pez, ainda no vale do Sado, de cronologia absoluta idêntica, se encontraram cerâmicas, mais recentes que as anteriores, do Neolítico Antigo Evolucionado, enquanto a indústria lítica mantém a tradição mesolítica. Mas, atendendo aos métodos de escavação que privilegiaram a decapagem por níveis horizontais artificiais, não existem certezas da efectiva associação estratigráfica de tais cerâmicas aos contextos mesolíticos com que foram relacionados. Da mesma forma, os níveis superiores dos concheiros do vale do Tejo deram algumas cerâmicas neolíticas, também tipologicamente inseríveis no Neolítico Antigo Evolucionado, embora aqui se possa tratar de materiais intrusivos, que nada têm a ver com a ocupação mesolítica.

Em contrapartida, a neolitização de toda a faixa litoral alentejana e algarvia, particularmente esta última, iniciou-se muito antes, em meados do VI milénio a.C. Aqui teria sido adoptada por grupos cujas características de sedentarização, acompanhada por uma dinâmica de intensificação económica de recollecção em especial de recursos aquáticos, talvez resultante de um desequilíbrio demográfico (como se viu, já esboçado no Paleolítico Superior Final) requereram, por manifesta necessidade, novas tecnologias de produção. A este modelo (essencialmente de J. Soares e C. Tavares da Silva), que dá primazia à dinâmica das populações locais, elas próprias protagonistas da sua própria transformação de caçadores-recolectores para produtores de alimentos, mediante a apropriação de novas tecnologias através de um processo de difusão a longa distância, suportado por sistemas de interacção «em mosaico», dispensa a presença de populações exógenas em tal processo: as próprias inovações como a domesticação de animais (com excepção do cão, presente tanto nos concheiros do vale do Tejo como nos do vale do Sado) e de plantas, associada à produção de peças de pedra polida e à cerâmica, foram apropriadas localmente, sem necessidade da presença directa de grupos humanos responsáveis pela sua introdução. A este modelo, foi recentemente contraposto um outro (por J. Zilhão), que considera essencial em tal processo a presença de grupos forâneos, portadores das referidas inovações e artefactos, o chamado «pacote neolítico».

Vale a pena recuar um pouco no tempo, para melhor se enquadrar a discussão da questão, na actualidade, e os termos em que esta se tem efectuado: a primeira síntese dedicada ao Neolítico Antigo português, da autoria de J. Guilaine e O. da Veiga Ferreira (1970), admitia um horizonte muito antigo, documentado pelos materiais com decoração



cardial (Neolítico Antigo Cardial), a que se sucederia outro horizonte, do qual as cerâmicas cardiais já não faziam parte, por terem, entretanto, sido substituídas por recipientes com decorações impressas, incisas e plásticas, que em parte já ocorriam anteriormente (Epicardial, Neolítico Antigo Evolucionado), consubstanciado no por eles designado «Horizonte da Furninha». Porém, trata-se de conjunto artificial, onde se incluíram peças de épocas muito diversas, visto a ocupação da referida cavidade se ter verificado em sucessivas etapas neolíticas. Seja como for, este modelo tinha a vantagem de ser claro e de, sobretudo, se poder conectar facilmente com a realidade circum-mediterrânea. Depois dos primeiros modelos que procuraram explicar a transição do Mesolítico para o Neolítico no Sul de Portugal, da autoria de J. Soares e C. Tavares da Silva a que já se fez referência, por um lado, e de J. Arnaud, por outro, a década de 1990 conheceu um avanço muito significativo desta questão, não só por via dos novos materiais e respectivos contextos, oriundos de diversas áreas geográficas, onde, nalguns casos, a sua presença era antes totalmente desconhecida, mas ainda graças às datações absolutas entretanto obtidas. É nesta última etapa que se integra o modelo difusionista de João Zilhão.

Assim, a cronologia apontada por aquele autor, de 5600-5400 a.C. para o início do processo de neolitização na Estremadura, resultou, sobretudo, das cronologias obtidas para três grutas-chave da

84 A transição do Mesolítico ao Neolítico, na Estremadura e sul de Portugal. Seg. J. Zilhão.

Estremadura: a do Almonda, a do Caldeirão e o Abrigo da Pena d'Água, nalguns casos com importantes conjuntos cardiais associados a animais domésticos (ovinos/caprinos, e boi doméstico) contemporâneos dos últimos ocupantes dos concheiros do Cabeço da Amoreira e do Cabeço da Arruda (Mesolítico Final). Com efeito, a cronologia absoluta para a ocupação dos concheiros do vale do Tejo, situa-se entre cerca de 6200 e 5000 anos a. C., existindo, deste modo, quase 500 anos de coexistência em áreas adjacentes, mas com contactos nulos, ou quase, de populações de economia e tradições culturais neolíticas e mesolíticas, que conviveram lado a lado sem interagirem, como se denota por pormenores que, de outra forma, não teriam razão de existir: trata-se das diferenças observadas por A. F. de Carvalho ao nível da tecnologia e da tipologia da indústria de pedra lascada, entre as estações do Neolítico Antigo do maciço calcário e a existente nos concheiros.

A introdução do «pacote neolítico» ficar-se-ia a dever à presença directa de pequenos grupos (que o autor inicialmente circunscreve à região central do maciço calcário estremenho), expressos entre outros, pelas três estações referidas, os quais, depois de algumas centenas de anos, mediante processo de interacção finalmente desencadeado com os grupos mesolíticos sediados no fundo dos estuários do Tejo, estão na origem da subsequente expansão do fenómeno neolítico pelo interior do território hoje português. A teoria do «enclave neolítico» estremenho foi, depois alargada por J. Zilhão à região do Baixo Alentejo e Algarve, mas a mesma poderia aplicar-se à região calcária a norte da Figueira da Foz, onde, nos inícios do século XX, António dos Santos Rocha escavou as estações de Várzea do Lírio e de Junqueira. Desconhecem-se as modalidades em que eventualmente se efectuou a interacção entre grupos mesolíticos e neolíticos; esta é apenas nítida no Sul do território português, embora não seja clara a época em que se deu: se, apenas em princípios do V milénio a. C., como indica o espólio cerâmico encontrado no concheiro do Cabeço das Amoreiras (vale do Sado); ou, pelo contrário, muito antes, remontando meados do VI milénio a. C., se se aceitar que as datações obtidas para o extenso povoado litoral de Vale Pincel I (Sines) se reportam, efectivamente, à ocupação neolítica ali detectada por C. Tavares da Silva e J. Soares e por estes proposta, com a legitimidade conferida pela autoria da própria escavação lhes pertencer.

15 18  
85  
Seja como for, a existência de duas linhas culturais distintas aparecem-nos ainda mais marcadas que na Estremadura. Neste contexto, assume particular importância a estação do Neolítico Antigo Cardial de Cabranosa, perto de Sagres. Uma data ali obtida, coloca a referida ocupação entre 5579 e 5325 anos a. C.; este resultado, se é

explícito quanto à cronologia do início da neolitização na região, nada nos diz, porém, do modo como se desenvolveu o processo. O estudo feito do conjunto recolhido na Cabranosa mostra-nos que, cerca dos meados do ~~V~~ milénio a. C. existiria uma assinalável fixação da população ao seu território: efectuava-se uma agricultura incipiente, em solos arenosos (como mostram os sachos de pedra polida encontrados), acompanhada do pastoreio de animais domésticos (rebanhos de ovinos/caprinos), sendo a dieta complementada por recollecção de recursos litorais (moluscos, etc...), enquanto, em acampamentos sazonais, sobre a costa, era aquela prática que dominava. Trata-se, portanto, de modo de vida expresso por um padrão demográfico que pouco difere do mesolítico, a não ser pela introdução dos meios de produção, incluindo animais domésticos, também presentes na outra estação de habitat da mesma época e região (Padrão), os quais se afirmaram num curto período de tempo.

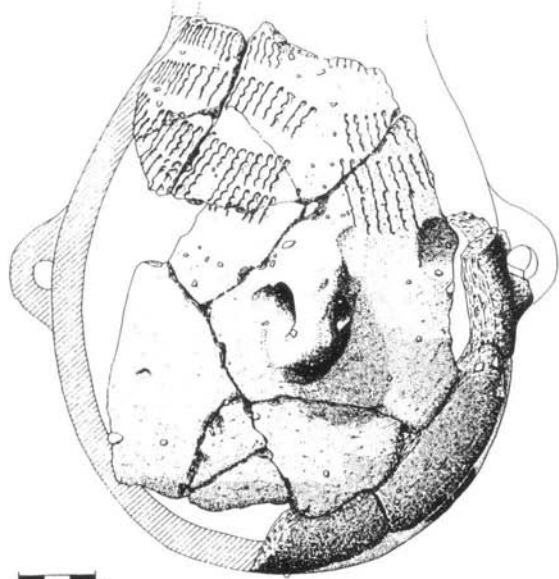
As diferenças essenciais apontadas têm expressão na cultura material, a qual serve de suporte para compreender a origem das populações sediadas na Cabranosa. Assim, considerando as tipologias das cerâmicas encontradas, os paralelos mais próximos não são os que se encontram

/VI

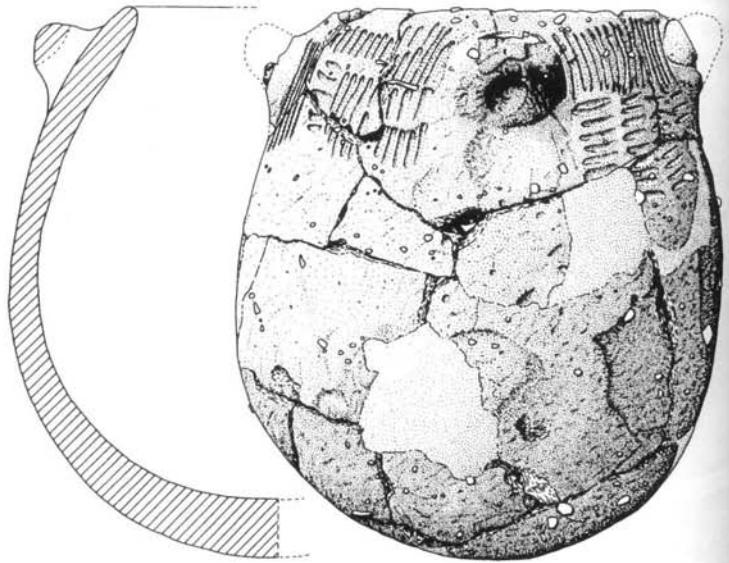
85 Vista parcial da estação do Neolítico Antigo de Cabranosa, Vila do Bispo, implantado em dunas móveis. Foto de J. Norton.

1a





0 3 cm



86 Vasos cardiais da  
estação do Neolítico  
Antigo Cardial de Cabranosa,  
Sagres. Seg. J. L. Cardoso,  
A. F. Carvalho e J. Norton.

Museu Nacional de  
Arqueologia.

- 86 a menor distância, tanto no Baixo Alentejo litoral, como na Andaluzia Ocidental, mas sim as cerâmicas cardiais levantinas ou da Andaluzia Oriental (Grutas de l'Or e de La Sarsa; e Gruta de Carigüela), cujas ocupações se situam entre 5800 e 5100 a.C., abarcando a cronologia da estação algarvia (presença de formas compósitas, decorações em largas zonas das superfícies dos vasos, percentagens significativas de decorações cardiais e exuberância dos motivos decorativos). Também
- 87

ao nível do talhe da pedra se assinalam diferenças entre as duas estações neolíticas do litoral algarvio e as mesolíticas da costa alentejana: naquelas está presente o talhe por pressão e percussão indirecta e o recurso ao tratamento térmico, que assinalam diferenças significativas no tocante à tecnologia lítica. Assim sendo, é aceitável a existência de populações portadoras das novas tecnologias, que, progredindo rapidamente, ao longo do litoral, teriam promovido interacção com as mesolíticas do domínio imediatamente mais a Norte. A Cabranosa é, por ora, o único sítio do litoral português dos primórdios do Neolítico Antigo, remontando aos inícios da segunda metade do VI milénio a.C., onde se documentou a associação pedra polida (= agricultura) + cardial + animais domésticos e onde se demonstrou uma forte descontinuidade face às características da utensilagem lítica do Mesolítico do litoral alentejano. Deste modo, é aceitável a existência, conforme a proposta de João Zilhão, de dois grupos social e culturalmente distintos, na segunda metade do VI milénio a.C. no Sul do País: um, com uma economia mesolítica estrita de caça-pesca-recolecção, sediado no litoral alentejano e no curso inferior dos rios Mira e Sado; outro, já neolítico, sediado no litoral algarvio, cujo foco de difusão se pode situar na região valenciana, aonde também se situará a origem das cerâmicas cardiais das grutas do maciço calcário estremenho (vasos de estilo tardio), região que corresponderia a um outro foco de instalação *ex novo* de comunidades neolíticas no território português.

88

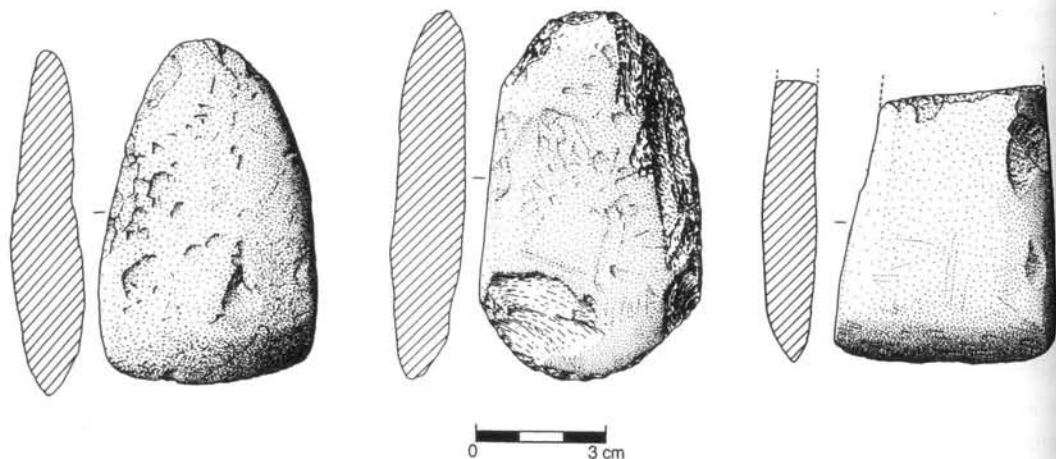
89

Ao perfilar-se a necessidade de existir um mecanismo difusor do «pacote neolítico», com evidente origem mediterrânea, para explicar a génese do Neolítico Antigo no território português importa, naturalmente, caracterizar as modalidades de tal difusão, a começar pela velocidade de progressão desta. Um recente estudo de João Zilhão,

87 Pormenor da decoração cardial, observado em um dos fragmentos do vaso da Fig. 86 da estação do Neolítico Antigo Cardial de Cabranosa (Vila do Bispo). Foto de M. Leitão. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

Museu Nacional de Arqueologia.





88 Pequenos sachos de pedra polida, fabricados em rochas locais, da estação do Neolítico Antigo Cardial de Cabranosa (Vila do Bispo), dos exemplares mais antigos, recolhidos em território português. Seg. J. L. Cardoso, A. F. de Carvalho e J. Norton.

Museu Nacional de Arqueologia.

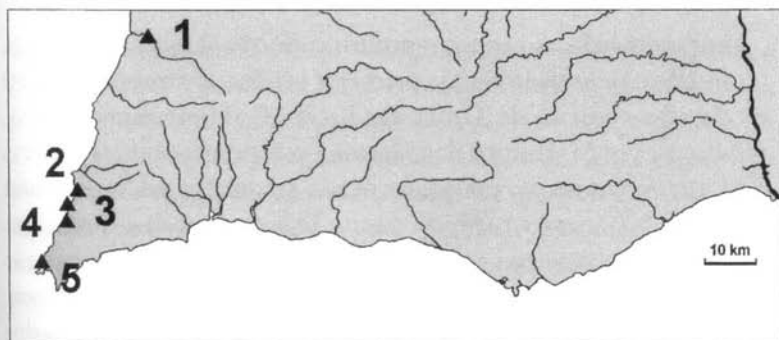
tomando como ponto de partida as datas de radiocarbono correspondentes a amostras de «vida curta» (troncos de arbustos incarbonizados, conchas e ossos) associados a materiais característicos do Neolítico Antigo, demonstraram que a cronologia deste era estatisticamente idêntica desde o Mediterrâneo Central a Portugal, ascendendo o seu início a cerca de 5400 cal. a. C. A rapidez da difusão, que a semelhança de datas faz supor, quadra-se na hipótese daquela se ter efectuado por via marítima, não sendo necessário mais do que seis gerações para cobrir a referida distância: o espaço entre o golfo de Génova e o estuário do Mondego, cerca de 2000 km teria sido coberto em não mais de 100/200 anos à razão de 10/20 km por ano.

A já aludida semelhança estilística entre as cerâmicas cardiais do litoral algarvio, como as recolhidas na Cabranosa, Sagres, e as valencianas, referidas por J. L. Cardoso e A. F. de Carvalho, são extensivas, como se disse, também à região da Estremadura: aqui, conhecem-se exemplares cardiais de acentuado barroquismo, como os recolhidos na Gruta do Almonda (Galeria da Cisterna) em tudo semelhantes a exemplares da Gruta de l'Or (Valência), representantes dessas primeiras populações neolíticas exógenas fixadas no maciço calcário do litoral centro do País. Tal realidade foi confirmada pelas datações pelo radiocarbono obtidas em ambas as grutas, que deram resultados análogos, em torno de 5400 cal. BP. Estes resultados estão em concordância com os cálculos apresentados por João Zilhão; tendo presentes as equações de Ammerman e de Cavali-Sforza, e admitindo uma taxa de crescimento anual de população de 1%, poder-se-ia estimar em 10 km/ano a razão da dispersão, a que corresponderia 60 000 km<sup>2</sup> por geração, 30 vezes superiores ao registo etnográfico conhecido.

HAC

Assim, a área correspondente à faixa litoral com 40-50 km de largura, onde se integram a quase totalidade das estações do Neolítico Antigo com cerâmicas cardiais do território português, do cabo Nao ao Mondego, corresponde precisamente a cerca de 60 000 km<sup>2</sup>, área que poderia, de acordo com a estimativa exposta, ser coberta – devido à baixa densidade de população autóctone – em apenas uma geração, podendo recorrer-se à via marítima para o efeito: é isso que indica a evidente analogia das cerâmicas decoradas observadas entre ambas as regiões extremas.

A ocupação de novos territórios far-se-ia mediante a colonização de locais propícios até então despovoados, idênticos aos de origem, sendo protagonizada por pequenos núcleos de pastores/agricultores, como os identificados na costa meridional do Algarve (Cabranosa), e no maciço calcário estremenho, até ao Mondego. Com efeito, para além de outras diferenças no registo material face à tecnologia mesolítica preexistente, como o pré-aquecimento do sílex ou a existência de artefactos de pedra polida, a presença de animais domésticos (ovelha, boi) em conjuntos do Neolítico Antigo pode, em parte, explicar as diferenças alimentares das populações neolíticas face às das suas antecessoras mesolíticas: as análises isotópicas sobre

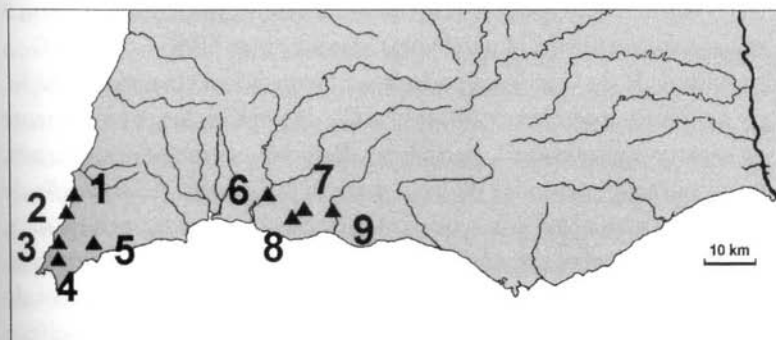


89 Em cima: Sítios do Mesolítico do Algarve:

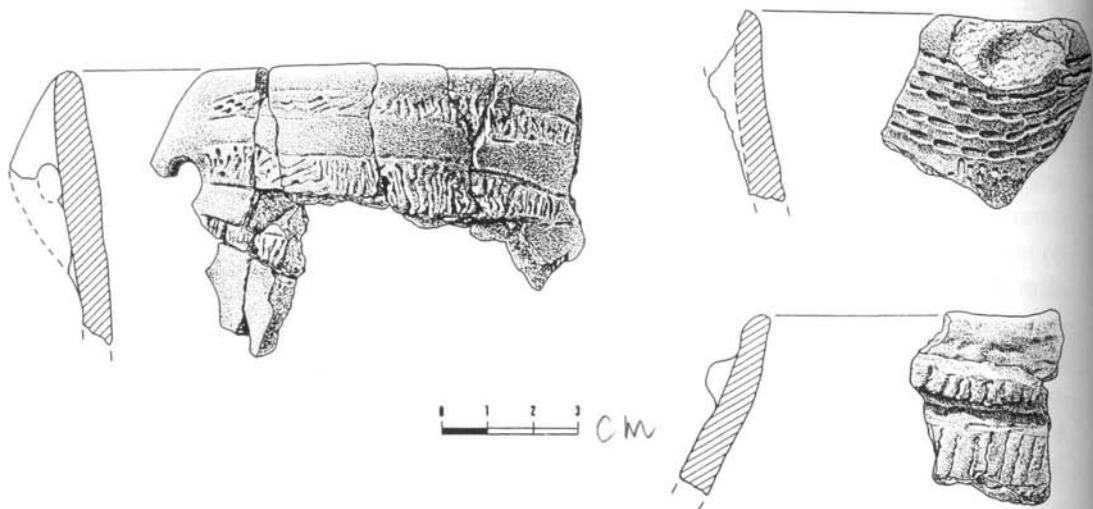
- 1 – Montes de Baixo;
- 2 – Praia do Vale Figueira;
- 3 – Barranco das Quebradas I e II;
- 4 – Castelejo;
- 5 – Armação Nova/Rocha das Gaivotas. Seg. A. F. de Carvalho e J. L. Cardoso.

Em baixo: Sítios do Neolítico Antigo do Algarve:

- 1 – Barranco das Quebradas I e II;
- 2 – Castelejo;
- 3 – Vale Santo I;
- 4 – Cabranosa;
- 5 – Padrão;
- 6 – Gruta de Ibn Amar;
- 7 – Areias das Almas;
- 8 – Caramujeira;
- 9 – Ribeira de Alcantarilha. Seg. A. F. de Carvalho e J. L. Cardoso.



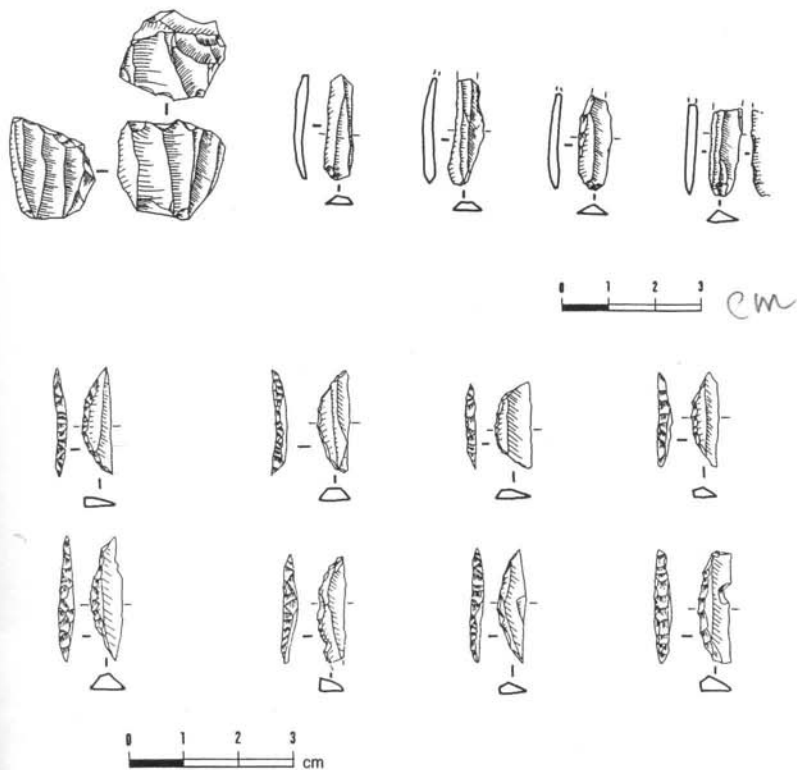
ossos humanos mostraram que, enquanto nestas, a componente aquática detinha uma importância de cerca de 50%, naquelas, a alimentação era exclusivamente de origem terrestre (conquanto as análises disponíveis se reportem, sobretudo, a domínios não ribeirinhos).



90 Cerâmicas do Neolítico Antigo do sítio da Valada do Mato (Évora), incisas (à esquerda) e impressas (à direita), com as variantes puncionada arrastada, em cima, e cardial, em baixo. Seg. M. Diniz.

90

Por outro lado, as presenças neolíticas de cronologia muito antiga no interior alentejano – cuja primeira evidência remonta a 1970 (cerâmicas cardiais da Gruta do Escoural, Montemor-o-Novo, publicadas por M. Farinha dos Santos) – coloca como hipótese óbvia a progressão dos grupos portadores de tais materiais a partir do litoral adjacente, ou mesmo a partir do vale do Tejo, recorrendo aos afluentes da sua margem esquerda, por natureza vias privilegiadas de circulação no decurso de toda a Pré-História; em alternativa, é admissível invocar uma outra via de penetração, especialmente aplicável aos achados que recentemente se têm efectuado no Alentejo Oriental, como a estação da Valada do Mato (Évora), datada entre 5040 e 4790 a. C.; a proximidade do Guadiana poderia ter favorecido a chegada e fixação, no primeiro quartel do v milénio a. C., de populações já plenamente de carácter agro-pastoril, portadoras de cerâmicas incisas e impressas, eventualmente oriundas da Estremadura espanhola. A instalação de tais elementos alógenos – que importaria relacionar, por um lado, com as populações dos concheiros do vale do Sado e, por outro lado, com os construtores dos mais antigos monumentos megalíticos do Alto Alentejo – seria facilitada pelo aparente despovoamento mesolítico



91 Indústrias microlíticas do sítio do Neolítico Antigo de Valada do Mato (Évora). Seg. M. Diniz.

do Alentejo Oriental, muito embora, como assinalou M. Diniz, a produção da utensilagem lítica recorra a técnicas «mesolíticas», predominando indústrias microlíticas, com trapézios e crescentes de sílex. Porém, as comparações não são evidentes, nem tão-pouco o Neolítico Antigo de ambos os lados da fronteira se encontra suficientemente conhecido para permitir considerações mais sustentadas. As cerâmicas apresentam, outrossim, estreitas semelhanças com cerâmicas impressas e incisas (incluindo a técnica de «boquique», caracterizada pelo puncionamento arrastado) da Estremadura, por vezes (mas raramente) associadas às decorações cardiais. Com efeito, a raridade, ou mesmo a ausência de cerâmicas cardiais em estações estremenhas, substituídas por outras técnicas decorativas em parte contemporâneas, tem aparente comprovação na datação obtida na Gruta do Correio-Mor sobre restos humanos, correspondente ao terceiro quartel do VI milénio a. C., compatível com os numerosos fragmentos do Neolítico Antigo (alguns com decoração «boquique») mas nenhum com a técnica cardinal, apesar da data ser semelhante à série da Gruta do Caldeirão (5434-5325 a. C.); idêntico comentário é válido para o habitat de São Pedro de Canaferrim, em plena serra de Sintra, com

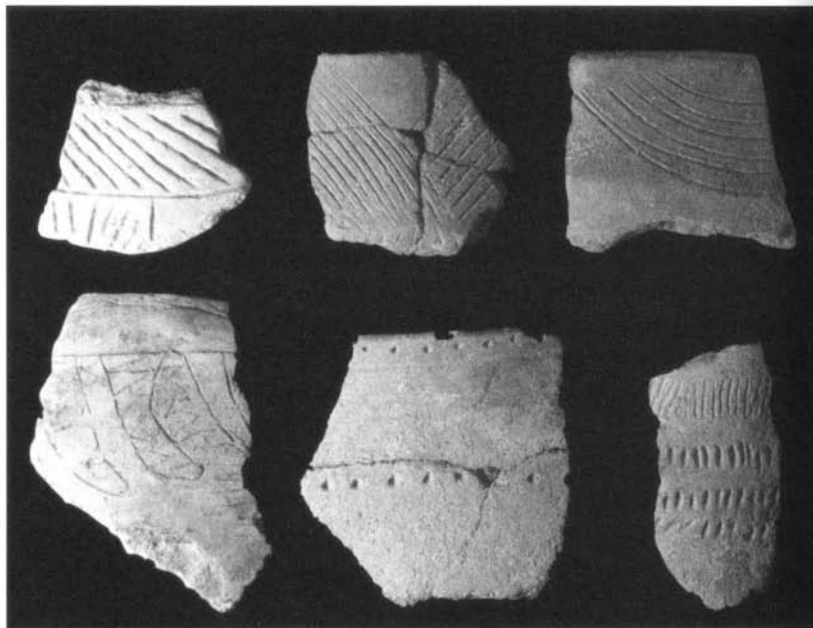
91

92

92 Cerâmicas incisas e impressas do Neolítico Antigo Evolucionado da gruta do Correio-Mor (Loures). Foto de J. L. Cardoso.

Largura máx. do exemplar do centro, em baixo: 6,6 cm.

Museu Nacional de Arqueologia.



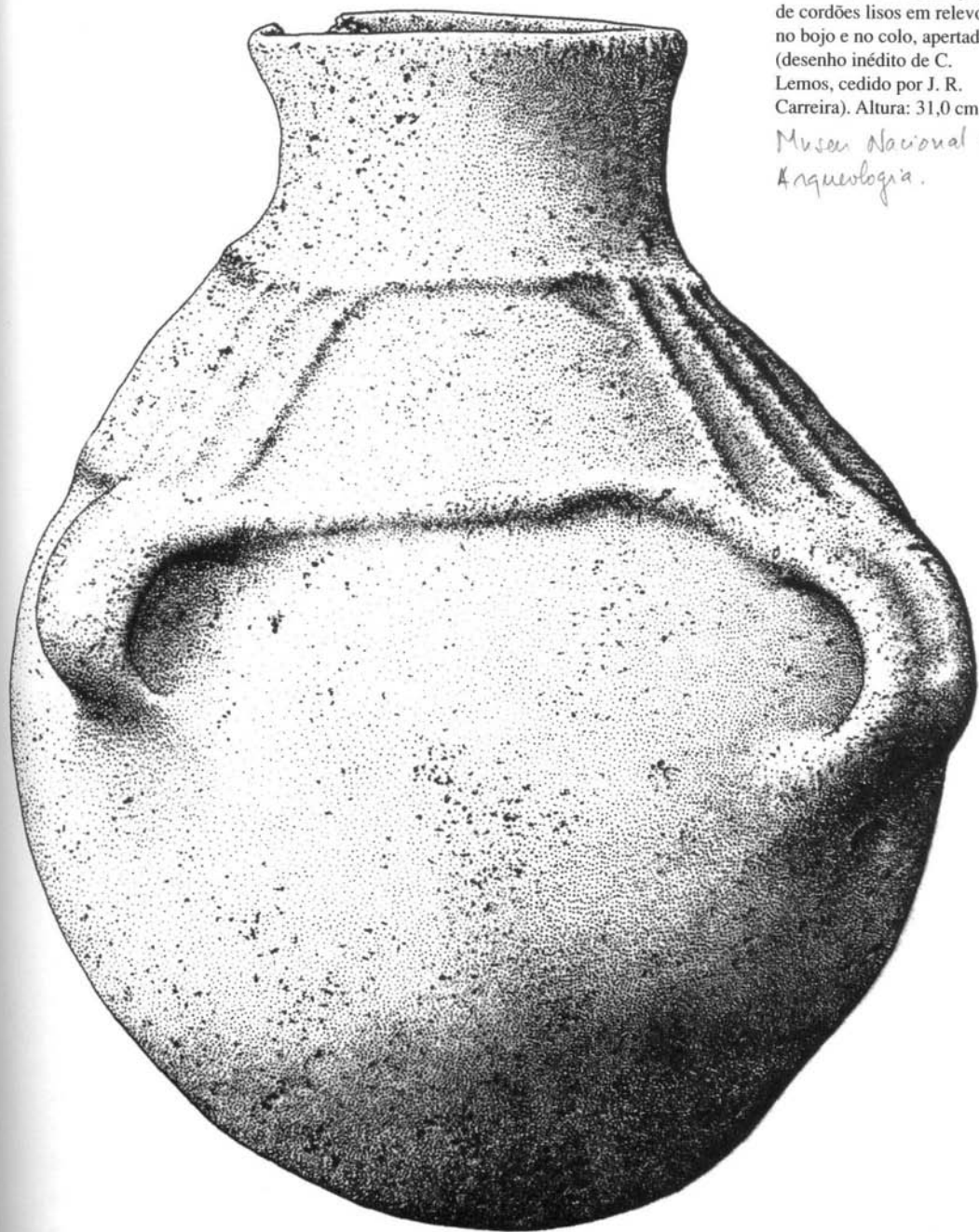
datas um pouco mais modernas (5200-4830 e 5060-4780 a. C.); nessa época já se exploravam os recursos da montanha, e não apenas os resultantes da ocupação agro-pastoril dos vales adjacentes.

Os achados de grandes vasos intactos, do Neolítico Antigo, com decorações cardiais ou não, frequentemente desprovidos de contexto, tanto se podem relacionar com povoados em zonas abertas, de solos arenosos, como com deposições rituais, não se afastando a hipótese de acompanharem deposições funerárias; é o caso do vaso de Santarém, com decorações cardiais e, entre outros, dos vasos de São Julião (Torres Vedras) e de Santiago do Cacém, este último decorado por motivos plásticos (cordões em relevo). Noutros casos, como na gruta sepulcral da Lapa do Fumo (Sesimbra), dois vasos encontravam-se metidos em nichos laterais da cavidade, sem contexto estratigráfico. O mesmo talvez se possa admitir para o célebre vaso da Gruta da Furninha (Peniche), dado o seu excelente estado de conservação; este vaso, tal como os dois anteriores, exibe decoração incisa/arrastada de métopas em espiga, característica do Neolítico Antigo Evolucionado, embora tal padrão decorativo tenha sobrevivido até o Neolítico Final da Estremadura, conforme mostram os fragmentos recolhidos no povoado do Alto de São Francisco (Palmela), cuja única ocupação remonta ao Neolítico Final.

Considerando o conjunto de informação disponível, parece mais lógico e aceitável o modelo que postula a expansão de portadores dos

93 Vaso do Neolítico Antigo Evolucionado de Santiago do Cacém, com decoração de cordões lisos em relevo no bojo e no colo, apertado (desenho inédito de C. Lemos, cedido por J. R. Carreira). Altura: 31,0 cm.

*Museu Nacional de Arqueologia.*

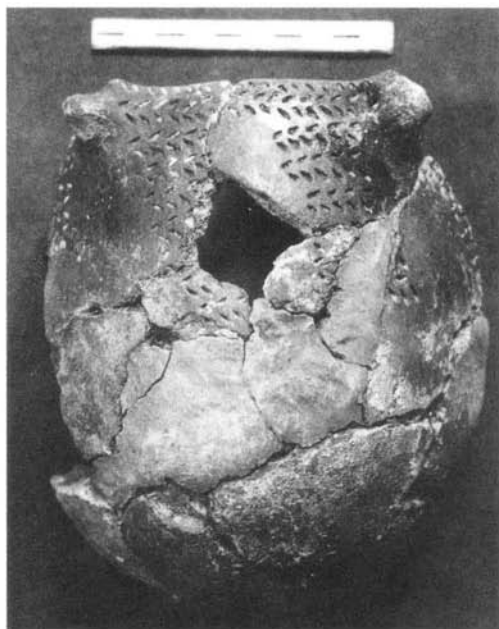
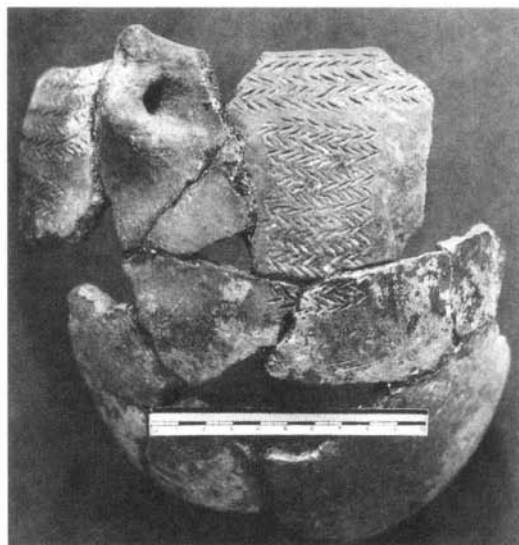


94 Vaso do Neolítico  
Antigo Evolucionado  
da Gruta da Furninha  
(Peniche).

Seg. J. F. N. Delgado, 1884.  
Altura: 25,3 cm.

*Museu Geológico do*  
INETI.



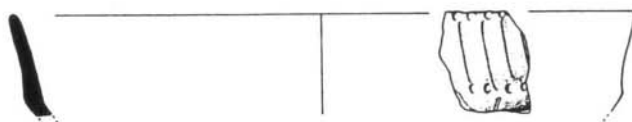
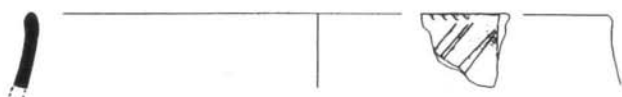


novos meios de produção e dos artefactos com eles mais directamente relacionados – pedra polida e cerâmica – no Neolítico Antigo, e no território português, desde o Mediterrâneo, ao longo da costa e, a partir do litoral alentejano e estremenho, para o interior, aproveitando as fáceis vias de penetração oferecidas pelos cursos de água, sem esquecer que outra via, igualmente possível, mas ainda longe de demonstrada por falta de elementos, poderia também corresponder à expansão a partir do litoral mediterrâneo, pelo interior dos territórios andaluz e estremenho, até ao actual Alentejo.

Os recentes achados de habitats do Neolítico Antigo no Baixo Côa (Quebradas, Quinta da Torrinha), e do Alto Douro (Prazo), região onde as cerâmicas cardiais não chegaram, tal como o verificado em todo o Nordeste Peninsular, que se somam aos resultados que já eram conhecidos no Nordeste Transmontano, condizem, deste modo, com o modelo de neolitização ora preconizado. Tal como terá acontecido no Alentejo Oriental, perto do Guadiana, os grupos portadores do «pacote neolítico» ter-se-iam instalado num território quase desabitado, tendo presente a actual informação, que apenas aponta um único sítio eventualmente mesolítico na região: trata-se do nível basal, acerâmico, da estação do Prazo (Freixo de Numão) cujo estudo ainda decorre, situável na transição do VII para o VI milénio a.C. Esta encontrar-se-ia desocupada à data do estabelecimento das primeiras comunidades neolíticas, representadas, entre outras, pelas estações

95 Dois vasos globulares, do Neolítico Antigo Evolucionado, recolhidos em nicho da Lapa do Fumo, gruta natural do concelho de Sesimbra, com decorações impressas e incisas (fotos de E. da Cunha Serrão).

*Museu Municipal de Sesimbra.*

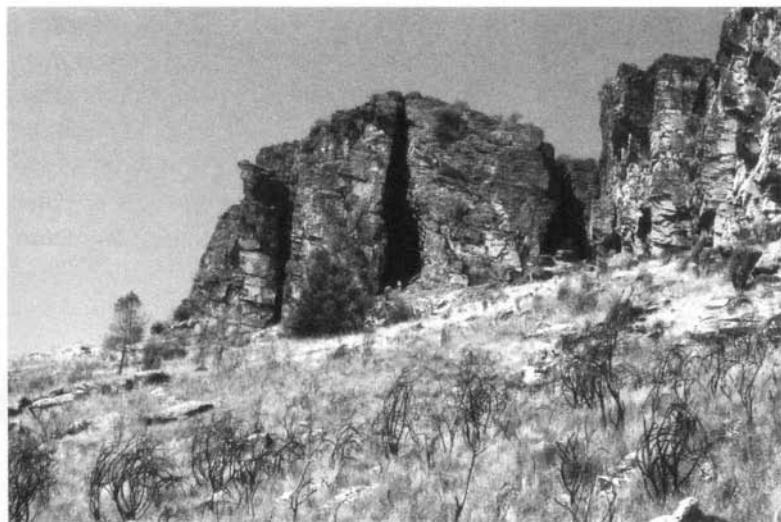


96 Cerâmicas com decorações incisas e impressas da Fraga d'Aia, São João da Pesqueira, do Neolítico Antigo. Seg. M. J. Sanches.

- 96 transmontanas de Fraga d'Aia (São João da Pesqueira) e Buraco da  
 97 Pala (Mirandela). Esta última estação foi datada pelo radiocarbono nos finais do VI milénio/inícios do V milénio a. C. (as duas datas mais antigas para 95% da confiança correspondem aos intervalos de 4798-4627 e 5051-4363 a. C.) e é notável, por ser a única onde o cultivo de uma planta domesticada – o trigo – se encontra documentado directamente no Neolítico Antigo de Portugal.

Do ponto de vista económico-social, estas comunidades dos finais do VI milénio a. C. e da primeira metade do milénio seguinte, tal como as suas congéneres do centro e sul do País, ainda se encontrariam muito dependentes da caça e recolção, muito embora o verdadeiro depósito de cereais encontrado no Buraco da Pala indicie um processo de sedentarização em franca e rápida afirmação.

Se atendermos à cronologia indicada para o início do Neolítico



97 O Buraco da Pala, Mirandela, com sucessivas ocupações do Neolítico e do Calcolítico (foto de M. J. Sanches). Trata-se de profunda fenda vertical, voltada a sudeste, existente na escarpa quartzítica.

Antigo na Estremadura e Sul de Portugal (inícios da 2.<sup>a</sup> metade do VI milénio a. C.) e à correspondente para a região cantábrica (cerca de 4100 a. C.) conclui-se que é altamente provável que a neolitização da área interior norte se tenha verificado a partir do sul, desde os primórdios do V milénio a. C., como tem sido referido por vários autores ao longo da década de 1990 (M. J. Sanches, A. F. de Carvalho), estendendo-se para montante, pela bacia do Douro, já em território espanhol. O último dos autores referidos, que recentemente estudou dois sítios do Baixo Côa – Quebradas e Quinta da Torrinha – admite uma ligação da bacia do Alto Douro espanhol à do Ebro, na qual se conhecem cerâmicas cardiais muito antigas, como explicação alternativa para a origem meridional do processo de neolitização na região, reforçado pelas similitudes da arte rupestre de estilo subnaturalista recentemente encontrada na região: Faia (Vila Nova de Foz Côa) e Fraga d'Aia (São João da Pesqueira), evocando a arte subnaturalista de estilo levantino. Estar-se-ia, assim, perante um processo de colonização análogo ao que explicaria, no sul do País, estações como Valada do Mato: a chegada de grupos humanos, nos inícios ou primeira metade do V milénio a. C., que rapidamente se afirmaram nas respectivas regiões, libertos de quaisquer processos de interacção com populações preexistentes.

XI/98

O mesmo se terá verificado, por maioria da razão, no interior beirão (bacia do Alto Mondego), onde o início do processo de neolitização foi fixado, por António Valera, no decurso da 1.<sup>a</sup> metade do V milénio a. C. São já várias as estações reportáveis a tal época, como a da Quinta do Soito, Penedo da Penha I e Buraco da Moura de São Romão; em

99

173

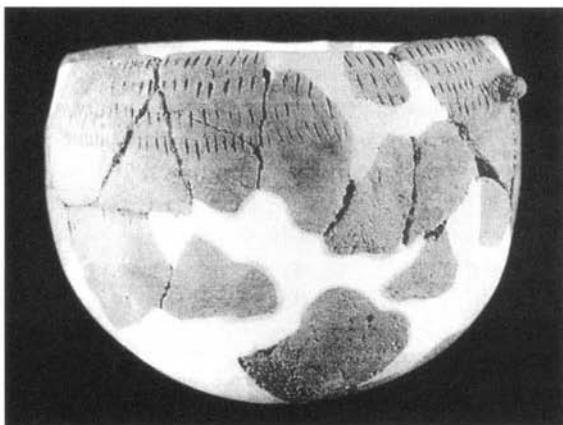
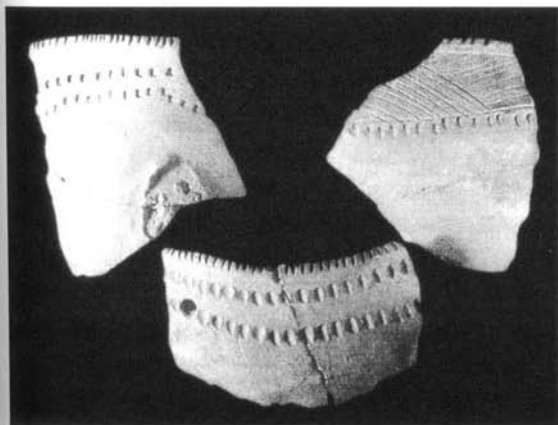
todas se encontram representadas cerâmicas com decorações impressas, por vezes com o bordo denteado. Salienta-se que os conjuntos mais recentes da região, do Neolítico Pleno/Final, não exibem decorações.

O achado de cerâmicas decoradas claramente inseríveis no Neolítico Antigo Evolucionado no povoado de altura do Monte do Frade (Penamacor), com evidentes analogias com os conjuntos que, de norte a sul do País, têm vindo a ser descobertos, são mais um elemento importante para a aceitação do rápido povoamento de vastos espaços interiores, até então despovoados ou muito fracamente ocupados, sendo mais uma evidência de que os aparentes «vazios» de ocupação relativos ao Neolítico Antigo ou de tradição antiga existentes no interior do actual território português, se devem sobretudo reportar a lacunas de investigação, mais do que à falta de efectiva presença humana.

Assim sendo, é de admitir que, nos finais da V milénio a. C., todo o território se encontrava já ocupado por grupos pouco numerosos de pastores e agricultores, tendo, como unidade fundamental a família, deslocando-se com alguma mobilidade em territórios bem conhecidos. Nestes termos, só o reforço ou, pelo menos, a manutenção de fortes laços de parentesco intracomunitários, poderiam assegurar o êxito da

98 Pinturas rupestres no abrigo de Fraga d'Aia (São João da Pesqueira), datáveis do Neolítico Antigo, de estilo naturalista a subsquemático. Seg. V. O. Jorge e colaboradores. A escala representa 20 cm.





exploração agro-pecuária de um determinado território numa actividade que exigiria, de início, a utilização de amplos espaços, com a conseqüente movimentação constante de elementos de uma mesma comunidade. Tais grupos ocupariam, naturalmente, as áreas onde uma horticultura / agricultura incipiente de subsistência, fosse mais favorável, associada ao pastoreio: ovinos, caprinos e bovinos eram já animais domésticos no decurso do Neolítico Antigo, como indicam os escassos elementos arqueozoológicos disponíveis.

A realidade funerária do início do Neolítico Antigo é pior conhecida, especialmente nas regiões onde não se dispunha de grutas naturais: é provável que os mortos fossem, ao menos em parte, sepultados em fossas desprovidas de *tumuli*, ou covachos. A sepultura de Vale das Lages (Alenquer), explorada por Mendes Corrêa na década de 1920, bem como as destruídas sepulturas adjacentes ao povoado das Salemas (Loures), poderão integrar-se neste tipo; por outro lado, a utilização de grutas naturais de origem cársica, do maciço calcário estremenho, como necrópoles colectivas, torna-se frequente: é o caso, para além da Gruta do Caldeirão (Tomar), das Grutas da Casa da Moura (Óbidos), do Almonda (Torres Novas), brigo Grande das Bocas e Senhora da Luz (Rio Maior), Furninha (Peniche) e Correio-Mor (Loures), entre outras.

99 Cerâmicas do Neolítico Antigo da Beira Alta. À esquerda: do Buraco da Moura de São Romão; à direita: do Penedo da Penha. Seg. A. C. Valera & J. C. Senna-Martinez.

## A CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA AGRO-PASTORIL

*As comunidades do V aos inícios do III milénio a. C.  
A Revolução dos Produtos Secundários.  
Estratégias de ocupação do território no Neolítico Final.*

A consolidação do sistema agro-pastoril, que decorreu durante todo o IV milénio a. C., é assunto tratado no capítulo que se segue; o processo acelera-se a partir da 2.<sup>a</sup> metade do referido milénio. O investimento intensivo na preparação e exploração de campos agrícolas e de pastoreio, implicando a desflorestação de áreas significativas de entre as mais propícias a tais finalidades, justificou a crescente agregação da população e a sua fixação a territórios doravante considerados cada vez mais como «propriedades» de cada uma das comunidades que os exploravam. O investimento na preparação de terrenos encontra-se, por exemplo, reflectida nos resultados dos perfis polínicos executados nas turfeiras da serra da Estrela, os quais testemunham uma primeira degradação do coberto vegetal – que se expandiu rapidamente por todo o território no início do Holocénico – desde os finais do IV, inícios do III milénio a. C. Neste particular, importa salientar o achado de um machado de anfibolito, acompanhado de elementos de mós manuais, junto à Lagoa Comprida, por A. Gonzalez, os quais atestam a presença humana, certamente sazonal, a altitudes da ordem dos 1500 m, desde o Neolítico Final, realidade que confirma os resultados das análises polínicas supra-referidas. Ademais, para as montanhas ocidentais do Centro do País, dados recentes apontam para um início do impacto antrópico devido à pastorícia talvez ainda no decurso do V milénio a. C. A agricultura de corte e queimada teve, sem dúvida, impacte negativo muito grande e generalizado nos biótopos naturais até então conservados.

No início deste processo, que remontará ao final do Neolítico Antigo, os povoados exibem um padrão de distribuição semelhante ao verificado em geral nos inícios Neolítico Antigo, caracterizado pela instalação em zonas abertas, de encosta ou no interior de amplos vales, sem condições naturais de defesa, a tal ponto que a dificuldade



100 Estrutura de combustão, constituída por empedrado de seixos de quartzito, posta a descoberto no povoado do Neolítico Final de Cabeço da Velha, Vila Velha de Ródão. Foto de J. L. Cardoso.

100

de destrinça dos que pertencem a uma ou a outra das épocas é aumentada pela própria natureza dos espólios correspondentes. Já no Neolítico Final, tanto na Estremadura, como no interior do País, os povoados tendem a implantar-se em zonas elevadas, ou planálticas. Nas Beiras, são muito escassos os núcleos até agora escavados deste período, a que se faz corresponder a afirmação do fenómeno megalítico, com destaque para o do Cabeço da Velha (Fratel) e o do Ameal VI (Oliveira do Conde); na região de Chaves-Vila Pouca de Aguiar e de Mirandela, merecem referência os povoados, já objecto de escavação, de Barrocal Alto, Castelo de Aguiar e Vinha da Soutilha, a par da ocupação de abrigos e grutas, com carácter provavelmente sazonal por comunidades agro-pastoris e recolectoras, como o Buraco da Pala (Mirandela), que continua a ser uma das estações mais importantes da região.

No Alto Alentejo e no Baixo Alentejo litoral, a situação é análoga; tal como no Norte, o início da construção e rápida difusão de monumentos megalíticos não é acompanhada pelo conhecimento dos correspondentes povoados, os quais só na década de 1980 começaram a ser localizados, mercê de trabalhos metódicos de prospecção. Assim, identificaram-se diversos sítios das fases iniciais do megalitismo

regional, nenhum deles fortificado: são povoados de curta duração e em zonas planas, integráveis no Neolítico Antigo Evolucionado/Neolítico Médio, como o povoado de Salema (Santiago do Cacém) e os de Pipas (Reguengos de Monsaraz) e Valada do Mato (Évora), entre outros.

Este padrão de povoamento evolui no Neolítico Final, elegendo-se outeiros, dominando os campos adjacentes, ainda que na própria região de Reguengos continuem a existir povoados planos datados do Neolítico Final, como Areias 15: o polimorfismo dos núcleos habitados era uma realidade, aliás herdada do Neolítico Antigo. Tal realidade, porém, não poderá obscurecer a crescente concentração do povoamento, por força do desenvolvimento do sistema produtivo, situação tão expressivamente definida por A. Leroi-Gourhan: «O agricultor sedentário constrói o mundo em círculos concêntricos em torno do seu celeiro.»

O provável aumento da população poderá encontrar-se conotado com melhorias tecnológicas introduzidas no sistema produtivo: é o caso do aproveitamento da força de tração animal, talvez a componente mais expressiva da «Revolução dos Produtos Secundários», aplicada tanto ao transporte, sem que tal requeresse a existência de veículos e, muito menos de rodas, como à lavoura de solos pesados, de alta aptidão agrícola (especialmente cerealífera), assim pela primeira vez tornada

101 Povoado do Moinho da Fonte do Sol (Palmela), ocupado pela primeira vez no Neolítico Final, aproveitando pequena colina, das muitas existentes na região. Foto de C. Tavares da Silva. Seg. J. L. Cardoso.



102 Vista do concheiro de Malhada Alta (Grândola), em segundo plano, dominando a planície aluvionar moderna. Foto de C. Tavares da Silva. Seg. J. L. Cardoso.



101 possível. Com efeito, a presença de abundantes restos de bovídeos domésticos, em povoados do Neolítico Final, com destaque para o de Leceia (Oeiras), ilustra, a par de outros argumentos, tal possibilidade. Com efeito, tanto na região alto-alentejana (povoado do Marco dos Albardeiros, Reguengos de Monsaraz) como na baixo-alentejana (povoado do Cabeço da Mina, Torrão), ou ainda na Estremadura (povoados do Moinho da Fonte do Sol e do Alto de São Francisco, Palmela, para além do de Leceia) se comprovou a existência de sítios implantados em colinas, denunciando a procura do domínio visual

103 Pormenor da Fig. 102, observando-se o nível arqueológico no topo de sequência arenosa do concheiro, formando pequena península sobre a planície aluvionar moderna. Foto de C. Tavares da Silva. Seg. J. L. Cardoso.





dos territórios envolventes, a par de adequadas condições defensivas, o que sugere a existência de bens que careciam de protecção, preocupação que, anteriormente, se apresentava pouco relevante; tal não significa, no entanto, que só os sítios de altura e defensáveis fossem ocupados nesta fase: o povoado da Parede (Cascais), situado, como outros do Neolítico Final, numa zona plana, aí está, para desmentir generalizações apressadas.

Por outro lado, convém não esquecer que a intensificação da produção não apagou práticas recorrentes de pura recollecção: tal é o caso dos concheiros de Comporta (Grândola), que indicam uma ocupação sazonal daquele trecho litoral, então francamente aberto ao oceano (ao contrário do que hoje se verifica), ocupados desde o Neolítico Médio até os primórdios do Calcolítico, com particular incidência no Neolítico Final. É provável que a população de tais

104 Pequenas estatuetas de lagomorfos, de osso, de necrópoles neolíticas da Estremadura. Todos os exemplares estão em tamanho natural, com excepção de dois (o do canto superior esquerdo e o de n.º 40311), que estão a  $\frac{2}{3}$ .  
Seg. O. da Veiga Ferreira.

102

103



105 Escultura de suíno em barro, reconstituída, recolhida no nível do Neolítico Final do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras. Seg. J. L. Cardoso.

locais ocupasse, fora do Verão ou inícios do Outono, sítios da margem oposta do estuário do Sado, dedicando-se ali à pastorícia e à agricultura.

A intensificação da produção, tornada seguramente possível já no Neolítico Final, conduziu à acumulação de excedentes em cada comunidade, aplicados desde cedo a construções cada vez mais monumentais (os dólmenes), de carácter funerário, as quais serão objecto de análise ulterior.

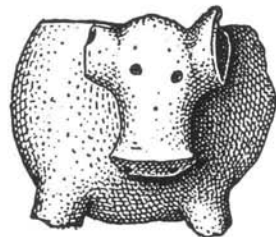
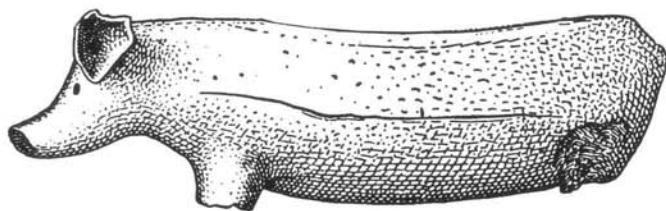
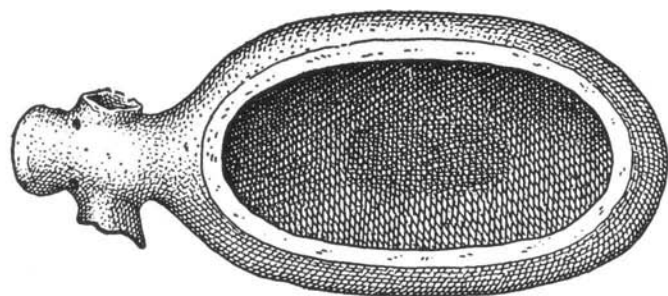
De forma permanente e irreversível, as comunidades humanas, crescentemente sedentarizadas, passariam a depender do sucesso das suas colheitas. Como em muitas outras culturas agrárias da bacia do Mediterrâneo, emergem, então, numerosos símbolos ligados à fertilidade, desde santuários a pequenos artefactos, usados como amuletos pessoais, passando por outras representações, utilizadas certamente em altares domésticos. De todas as situações referidas se conhecem exemplos em Portugal. É o caso, respectivamente, do

XII santuário exterior do Escoural (Montemor-o-Novo), cujas gravuras são anteriores à implantação do povoado calcolítico fortificado que

XIII sobre as mesmas assentou; por conseguinte, é provável que se integrem no Neolítico Final; ali dominam bucrâneos, representação que não deixa dúvidas quanto ao importante papel na economia de produção neolítica desempenhada pelo boi doméstico, como já anteriormente se referiu. Por outro lado, também do Neolítico Final, tornam-se frequentes os amuletos propiciatórios da fertilidade, constituídos por

106 Vaso ritual representando  
suídeo, do Neolítico Final da  
gruta do Carvalhal, Alcobaça.  
Seg. E. Cartailhac.  
Comp. máximo 17,8 cm.

Museu Geológico do  
INETI.



pequenas figurinhas de osso ou de minerais diversos, com furos para  
suspensão, representando lagomorfos (lebres, coelhos), animais cuja  
alta taxa de reprodução é bem conhecida. Enfim, nesse mesmo sentido  
se devem interpretar as belas estatuetas de terracota maciças,  
representando suídeos, recolhidas no nível do Neolítico Final do  
povoado pré-histórico de Leceia, a par de recipientes rituais, como os  
da Gruta do Carvalhal (Turquel, Alcobaça) e o do povoado de Olelas  
(Sintra), este último já calcolítico e de calcário, utilizados provavel-  
mente em altares no interior dos povoados.

104

105

106

## O MEGALITISMO NO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

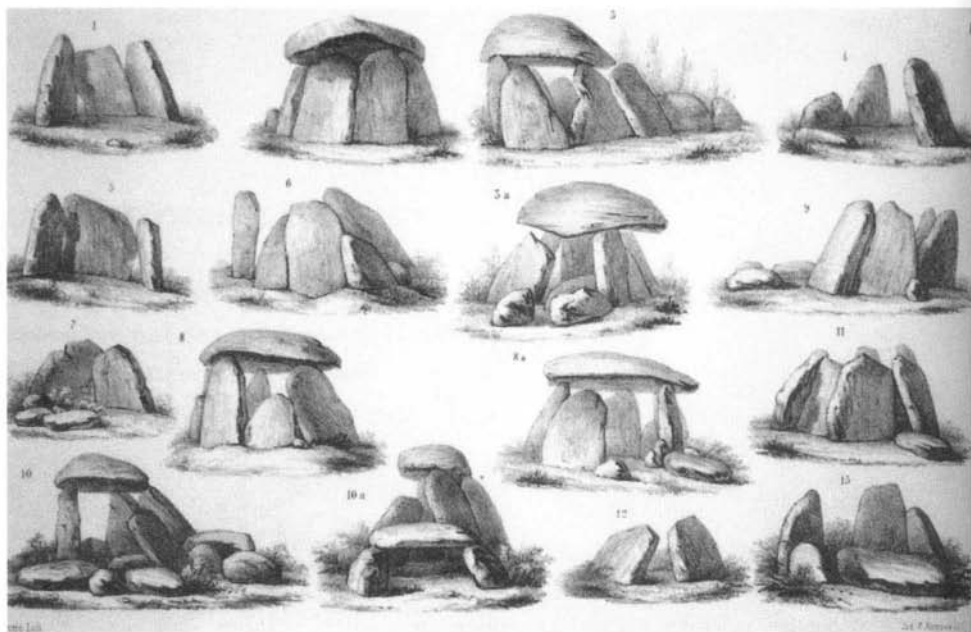
*A emergência do «fenómeno» megalítico e o seu significado.  
A evolução do megalitismo no Sul, no Centro e no Norte  
no quadro económico-social vigente. A religião e a arte.*

O fenómeno megalítico é, sem dúvida, o tema da nossa pré-história que tem merecido maior número de publicações: a ele se refere, significativamente, uma das primeiras monografias editadas sobre esta temática a nível europeu, pela Comissão Geológica de Portugal, da autoria de Pereira da Costa (1868), além de outros estudos do mesmo autor que, infelizmente, não chegaram a publicar-se. 107

Como já no princípio desta obra se referiu, em 1733, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença apresentou à Academia Real da História Portuguesa uma comunicação onde considerou tal tipo de monumentos como altares, sugerindo a sua inventariação, no que foi atendido, pois logo no ano seguinte o padre Afonso da Madre de Deus Guerreiro deu conhecimento à referida Academia de um inventário de 315 dólmenes, que infelizmente se perdeu.

A distribuição dos monumentos megalíticos, de carácter funerário ou não, na Península Ibérica, evidencia, por um lado, a importância ímpar da frente ocidental atlântica da mesma e, por outro, a existência de nítidos núcleos megalíticos regionais, correspondendo a outras tantas manifestações com especificidade cultural, o que salienta a dificuldade de interpretar, de forma una e global, o fenómeno megalítico, caracterizado, como é, por notável riqueza e diversidade nas suas manifestações próprias. 108/109

Depois de um período difusionista, que marcou profundamente a pré-história europeia, na sequência dos trabalhos de Gordon Childe, correspondente à 1.ª metade do século XX e que teve o seu ponto mais alto, no concernente a temática em apreço, no estudo de Glyn Daniel (1941) que via o chamado «Lusitanian Group» como sucedâneo ocidental e degenerado das *tholoi* micénicas da Idade do Bronze, os 110



107 Reprodução, muito reduzida, de uma folha litografada inédita, com monumentos megalíticos destinada à ilustração de monografia, da autoria de F. A. Pereira da Costa, que estaria a preparar aquando da extinção da 2.ª Comissão Geologica de Portugal, em 1868.

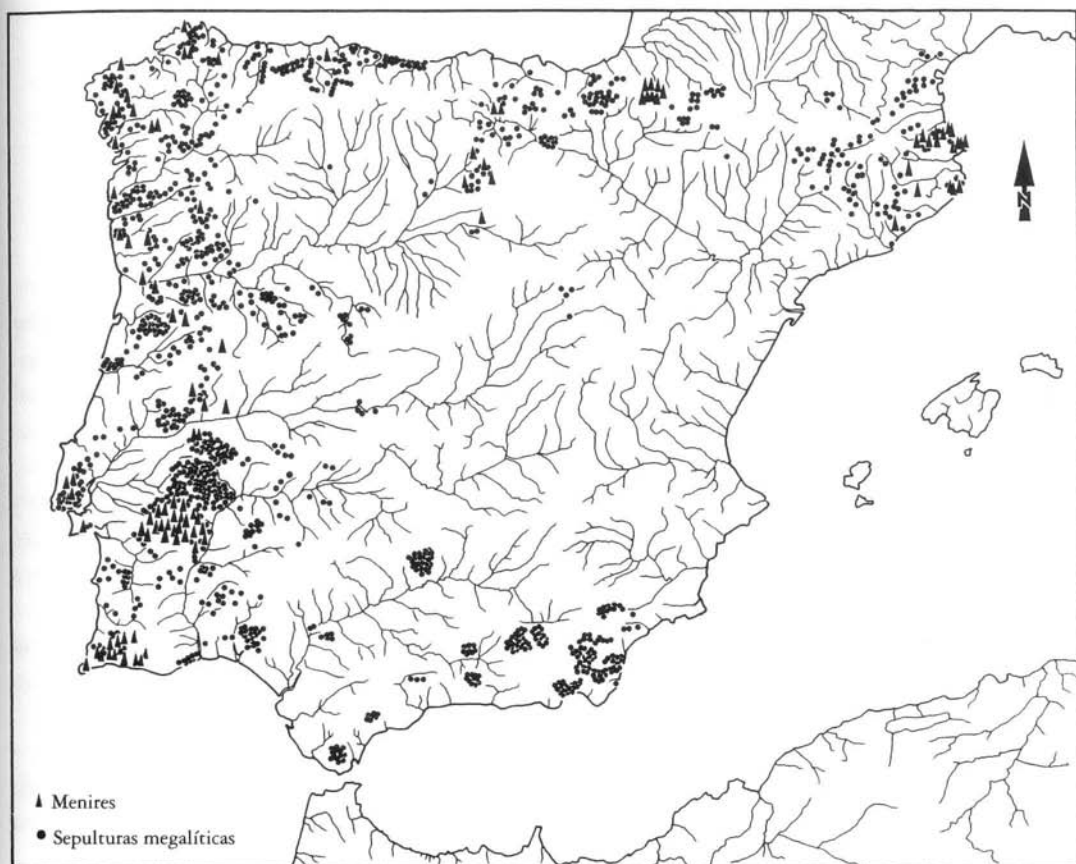
trabalhos de G. e V. Leisner, no concelho de Reguengos de Monsaraz permitiram questionar tal modelo com bases estritamente arqueológicas e empíricas e recolhidas de escavações em território português (a revolução do  $^{14}\text{C}$  viria depois). Com efeito, as características da arquitectura dolménica ali observada sugeriu-lhes evolução estritamente regional.

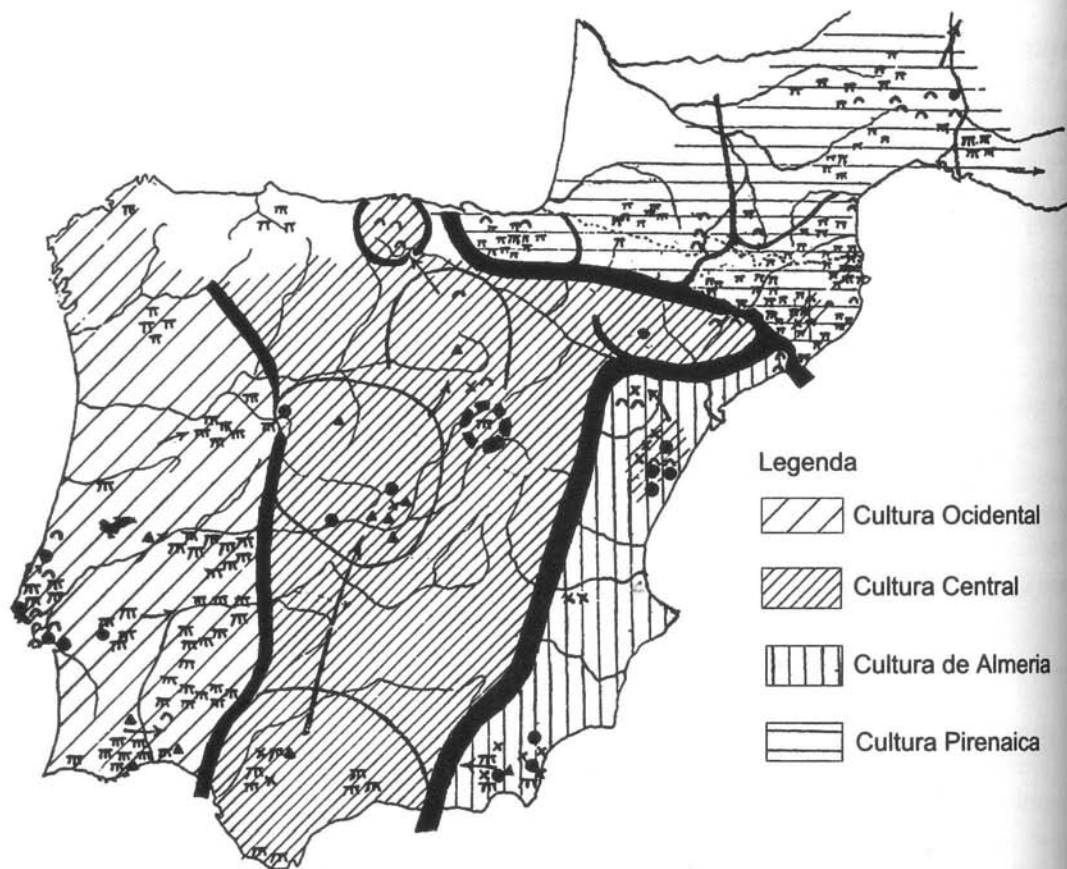
Convém situar a posição de G. e V. Leisner na sua época. Muito antes, em 1927, já o eminente pré-historiador catalão P. Bosch-Gimpera, tinha contrariado a teoria orientalista criada por Gordon Childe, ao afirmar as raízes ocidentais do fenómeno megalítico, baseado na abundância e originalidade dos monumentos do actual território português. Certamente que a Gordon Childe não teriam sido indiferentes as arquitecturas dolménicas da fachada ocidental da Península Ibérica. Em particular, as características das antas de Pavia, publicadas poucos anos antes (1921) por V. Correia, evocavam nitidamente o mesmo princípio expresso pelas *tholoi* do Mediterrâneo Oriental: uma câmara subcircular, a que se acedia por um corredor longo, dela muito bem diferenciado. Mas foram essas mesmas características peculiares e, por conseguinte, originais, que terão levado o arqueólogo catalão a situar o foco original do megalitismo, a partir do qual se processou a sua irradiação, no Norte do País. Já antes, H. Schmidt tinha declarado que o verdadeiro foco da civilização calcólica da Europa Ocidental se situava na Península Ibérica e que, a ter

existido algum movimento difusionista, ele teria sido de sentido contrário ao proposto pelos defensores da doutrina orientalista. Esta posição foi acompanhada por Nils Åberg na sua síntese sobre o Calcolítico da Península Ibérica, publicada em 1921. Para os defensores da doutrina ocidentalista, ter-se-ia verificado uma evolução local da cista megalítica, ou dos «pequenos dólmenes», para as antas de corredor, incluindo as *tholoi*, as quais, deste modo, seriam uma invenção peninsular.

Deste modo, a posição dos Leisner, na época em que pela primeira vez a apresentaram (1951), já não era inteiramente nova na Arqueologia peninsular; o mesmo se verificava no âmbito da investigação portuguesa. Com efeito, Manuel Heleno havia, muito antes e de forma independente, chegado à mesma conclusão, por via dos dez anos de escavações empreendidas em dólmenes da região de Montemor-o-Novo – Arraiolos – Mora, embora jamais os tivesse apresentado, a não ser nas suas aulas da disciplina de Arqueologia da

108 Distribuição geográfica na Península Ibérica de menires e sepulturas megalíticas. Seg. P. Kalb.





109 As culturas pré-históricas peninsulares no decurso do Neolítico como eram entendidas na década de 1920 por P. Bosch-Gimpera. Note-se a particular concentração de megálitos, característicos da «Cultura Ocidental».

Faculdade de Letras de Lisboa. Assim, na primeira página do Caderno de Campo n.º 28, relativo às escavações das antas do Ciborro, efectuadas em Setembro e Outubro de 1936, refere o seguinte (transcrição nossa, antes de o espólio em causa ter sido adquirido pelo Museu Nacional de Arqueologia, em 1998, por gentileza do seu anterior proprietário, J. R. Carreira):

«O estudo das antas do Deserto, adiante estudadas, parece levar à conclusão que a arquitectura das antas evoluiu do seguinte modo:

I – Antas de forma de caixa, irregulares, sem ou com pouca cerâmica, sílices semilunares e trapezoidais irregulares.

II – Antas do mesmo tipo mais alongadas, estranguladas ou divididas em dois compartimentos (colectivas). A par deste subsistema os tipos mais antigos ou pequenos. Daqui uma dupla evolução:

A) As grandes passam às de câmara e corredor.

B) As pequenas, só as com câmara, que se alarga e sob a infl. das cabanas se arredonda, sucedendo o mesmo ao tipo que evoluciona para as de corredor e átrio redondo.»



110 Modelo difusionista, de G. E. Daniel, de 1941, explicativo da difusão geográfica europeia dos sepulcros megalíticos de corredor e câmara, a partir das tholoi cretenses.

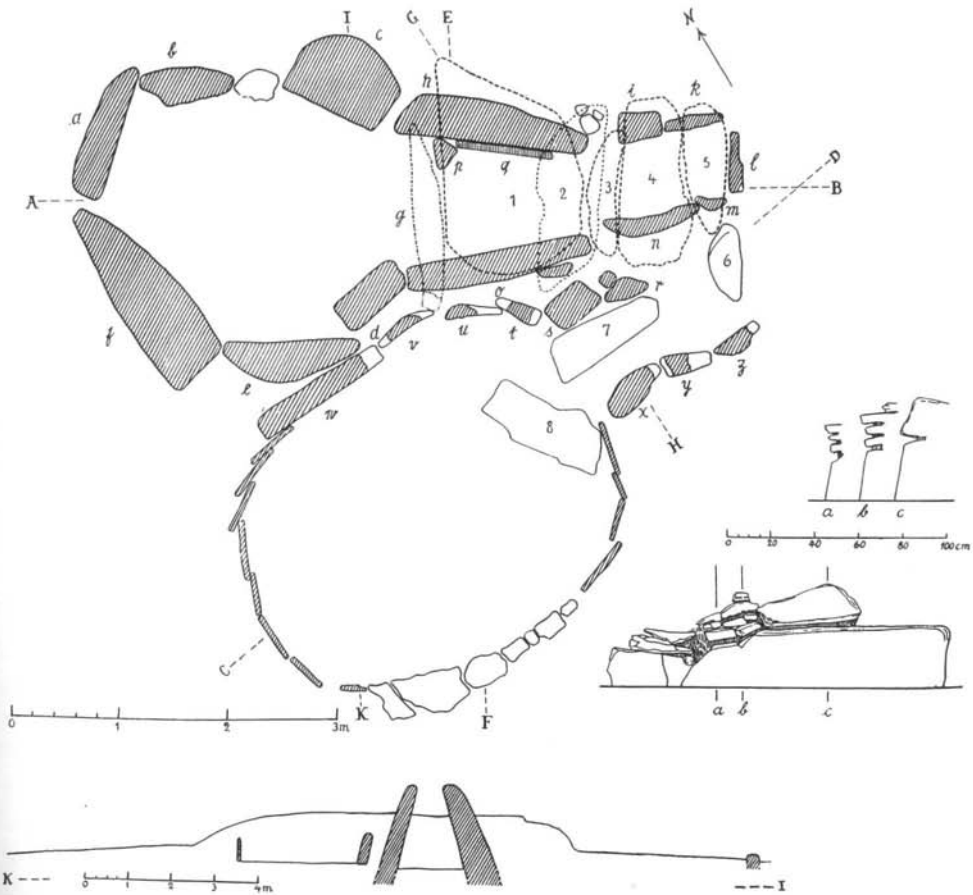
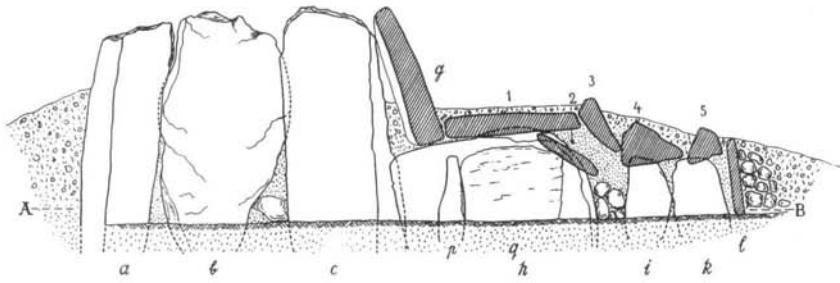
Estas considerações de Manuel Heleno mostram que o Autor atribuía uma cronologia mais antiga às pequenas antas fechadas, antiguidade que era sublinhada pelo arcaísmo do espólio correspondente. Por outro lado, a evolução arquitectónica far-se-ia dos sepulcros mais simples e de menor tamanho, para os maiores e mais complexos (e não o contrário, como era suposto pelos defensores da doutrina orientalista). Tal evolução seria, enfim, tributária da arquitectura doméstica, consubstanciada pela cabana de planta circular que, mais tarde, teria inspirado a adopção das câmaras circulares precedidas de corredor, nos sepulcros da fase plena do megalitismo alentejano.

Esta interpretação evolutiva encontrava-se subjacente à convicção de que a génese do fenómeno megalítico se situava no Alentejo, irradiando daí para outras regiões, onde teria também conhecido expressão notável, como a Grã-Bretanha e a Irlanda. Tal era, pois, segundo o testemunho de Irisalva Moita, a posição de Manuel Heleno perante os seus alunos da Faculdade de Letras de Lisboa, como, aliás, confirmámos pela consulta dos apontamentos do próprio.

Para Irisalva Moita, continuadora de Manuel Heleno nas explorações dos dólmenes alentejanos, a emergência destes seria, também, o resultado de uma evolução local. Assim, a tese orientalista, abraçada de imediato por grandes arqueólogos peninsulares, como J. M. Santa-Olalla e Martín Almagro Basch, não se aplicaria à realidade por si observada no Alto Alentejo. Em 1954, em resultado das escavações realizadas em dólmenes da região de Mora e Pavia, subdividiu tais monumentos em dois grandes grupos, com significado cronológico e cultural específico. Assim, o «Grupo primitivo» integraria dólmenes de câmara simples, desprovidos de corredor, e sepulturas cistóides fechadas, contendo micrólitos trapezoidais, machados grosseiros e cerâmicas lisas, enquanto o «Grupo evoluído» seria representado por dólmenes de corredor bem diferenciado, com ou sem átrio de entrada, contendo pontas de seta, escassos micrólitos, alabardas, punhais, placas de xisto, «báculos» e machados de bom acabamento, além de cerâmicas lisas mais abundantes que as do grupo anterior.

Tendo presentes as características tipológicas dos dois grupos, torna-se evidente que o segundo seria, de facto, posterior ao primeiro, razão pela qual a autora foi também levada a rejeitar a doutrina orientalista, segundo a qual os dólmenes mais simples seriam uma degenerescência dos mais complexos. Estas observações, com quase meio século, permanecem, no essencial, actuais: as investigações recentes vieram, mesmo, confirmá-las, conferindo-lhes a credibilidade que, na época, não conseguiram alcançar em absoluto. É, assim, natural, que, em obra de síntese como esta, sejam destacadas com a importância, já histórica, que merecem.

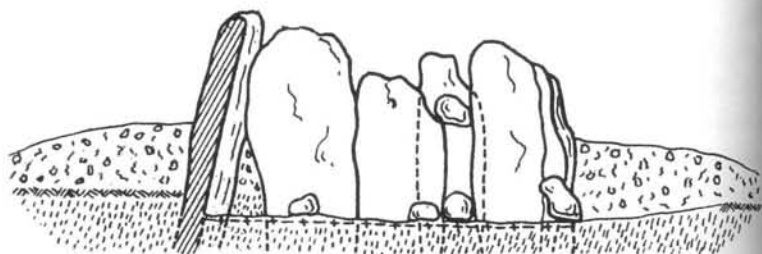
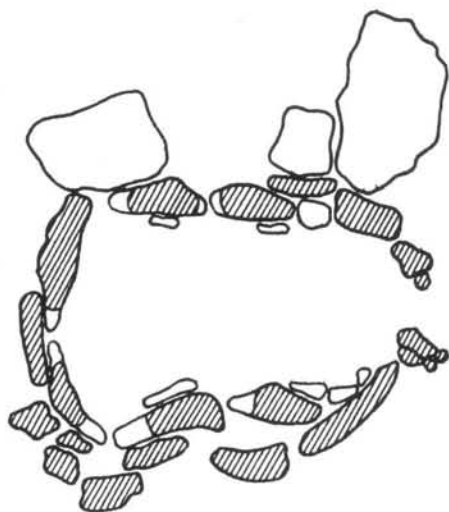
Foram, porém, os Leisner, pelo prestígio internacional que detinham e pela profundidade das explorações realizadas, que maior impacto tiveram, na época. Assim, na região de Reguengos de Monsaraz, com base nas dezenas de dólmenes explorados, chegaram à conclusão que as cistas ou os «pequenos dólmenes», de carácter individual e espólio primitivo (apenas micrólitos e machados picotados), representavam uma verdadeira cultura neolítica, anterior à correspondente às *tholoi*. Estas últimas seriam na região verdadeiramente intrusivas e tardias, como tiveram a oportunidade de verificar em dois casos: assim, tanto à Anta 2 da Comenda, como à da Farisoa, se aglutinaram, mais tarde, duas *tholoi*, escavadas nos respectivos *tumuli*. Para os Leisner, a interacção desta nova tecnologia construtiva com a arquitectura dos monumentos neolíticos mais antigos teria resultado num novo tipo de monumento, o dólmen de corredor. Embora esta hipótese esteja actualmente afastada de todo, na época ele teve o mérito de, primeiro, confirmar a existência de um



megalitismo autóctone neolítico e, depois, de ter conferido às *tholoi* uma alta antiguidade, visto naquela perspectiva, terem coexistido (e interagido) com os dólmenes neolíticos autóctones. As consequências desta tão alta antiguidade não se fizeram esperar: Stuart Pigott, numa recensão à obra dos autores alemães, foi levado a admitir que a filiação das *tholoi* do Mediterrâneo Oriental se deveria procurar nas suas congêneres peninsulares e não o contrário, na senda do que, apenas

111 Planta, alçado e cortes da Anta 2 da Comenda, ao lado da qual se edificou ulteriormente uma sepultura do tipo *tholos*. Seg. G. e V. Leisner.

✓



112 Planta e alçado da Anta 3 do Azinhal, Coruche. Seg. G. e V. Leisner.

pela análise do espólio, já Leite de Vasconcellos, Estácio da Veiga e Santos Rocha haviam concluído... mas sem repercussões internacionais, apesar da notoriedade dos autores.

A perspectiva da emergência de o megalitismo resultar de uma evolução local, protagonizada pelas comunidades tardo-mesolíticas, tem vindo, efectivamente, a ser defendida modernamente por C. Tavares da Silva e J. Soares, no concernente ao Sul do País, admitindo uma fase protomegalítica, representada por monumentos de pequenas dimensões e fechados, destinados originalmente a apenas uma tumulação, considerados como ponto de partida para a crescente afirmação do fenómeno megalítico, com origem no Neolítico Antigo Evolucionado do Sul do País: assim, valorizam a sepultura do Marco Branco, Santiago do Cacém, conotável com o povoado de Salema, a apenas 200 m de distância. Tais monumentos, definidos por esteios que não ultrapassavam 1,5 m de altura, possuíam planta sub-retangular a elipsoisal, com comprimentos da ordem de 2 m, exibindo larga distribuição geográfica no centro de Portugal [Anta 6 do Couto

da Espanhola (Rosmaninhal, Idanha-a-Nova)] e sobretudo no Sul, onde de há muito se encontra justamente salientada a grande antiguidade de tais sepulcros, por G. e V. Leisner, tomando como exemplo a Anta 3 do Azinhal, Ciborro (Coruche), bem como de outras existentes na mesma zona, tanto pelas suas características arquitectónicas como pelo espólio correspondente: presença de micrólitos de tradição mesolítica; ausência de pontas de seta; e machados de tipologia primitiva, pequenos, de secção subcircular e de polimento restrito aos gumes. Entretanto, foram dados a conhecer outros pequenos monumentos protomegalíticos deste tipo, como a Sepultura 2 do Cabeço do Torrão (Elvas).

112/113

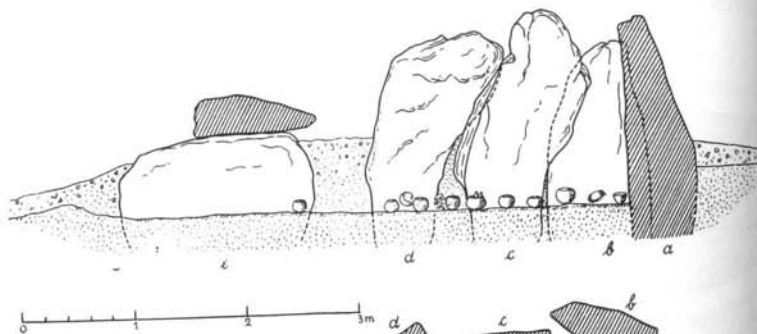
Tal adopção seria decorrente da necessidade de reforçar a identidade colectiva de cada comunidade, que já poucas afinidades tinha com a organização em «bandos», característica das sociedades caçadoras e recolectoras, mas sim estruturada na família, ou, de uma forma mais geral, nas relações de parentesco. Estas seriam, pois, expressas, através da construção de sepulturas individuais, destinadas apenas aos membros mais destacados da comunidade, a cuja memória seria prestada homenagem por todos os seus elementos, promovendo-se, assim, o aumento da coesão interna na qual se passou a alicerçar o próprio quotidiano e sistema económico produtivo de carácter doméstico. O monumento protomegalítico surge, deste modo, como uma resposta à necessidade de reforçar os laços de solidariedade interna



113 Pequena anta do Ciborro, Coruche. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

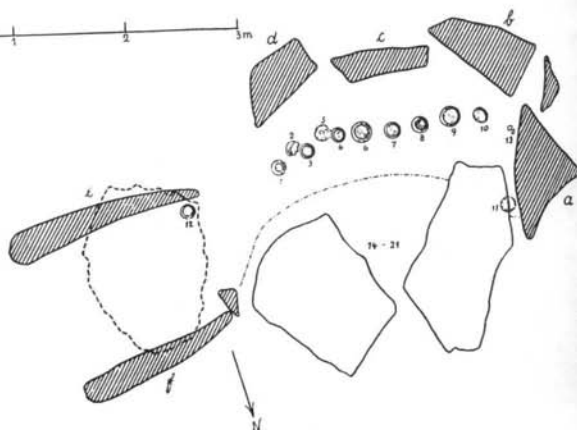
de comunidades em franca evolução para um modo de produção do qual dependia, em última instância, a sua própria sobrevivência. Sem dúvida que marcada vida sedentária vigorava já no decurso do Mesolítico Final, dos vales do Tejo e do Sado; mas a estratégia de subsistência, consubstanciada na caça-pesca-recoleção dispensava o cultivo e valorização dos laços de coesão internos: os mortos não eram mercedores de tratamento funerário especial, sendo sepultados perto do espaço doméstico, em covachos abertos na sua periferia imediata, denunciando a ausência de quaisquer preocupações no culto dos antepassados, que doravante passaram a ser elementos de referência incontornável a cada uma das comunidades. A emergência das sociedades camponesas, e do novo e revolucionário modo de produção de alimentos (a agricultura, ainda que exercida de forma itinerante, de sacho e queimada, implicava a existência de povoados de curta duração), encontra-se, assim, associada ao culto dos antepassados, daqueles que maior destaque assumiram na comunidade, nos quais todos os seus membros se reviam e com eles se identificavam. O bando, entidade sociológica que caracterizou o Mesolítico, já não se aplica à nova realidade neolítica, que exigiu um sistema de relações parentais (tribo/família) cada vez mais estruturado e hierarquizado, devendo cada indivíduo em relação ao grupo, responsabilidades e obrigações

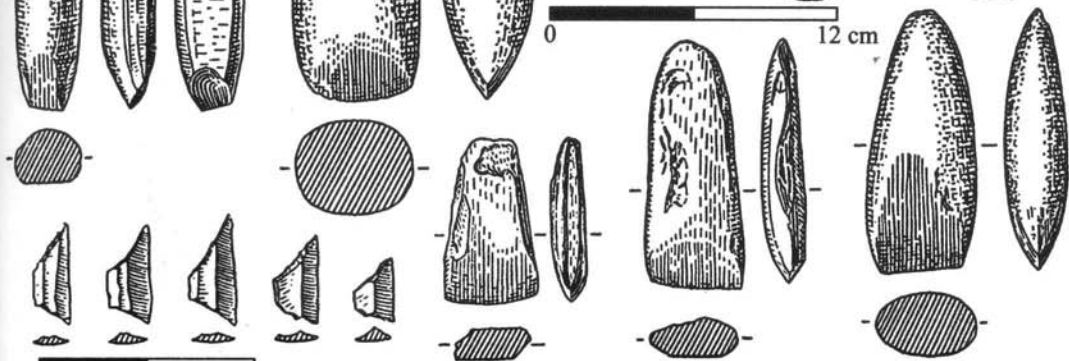
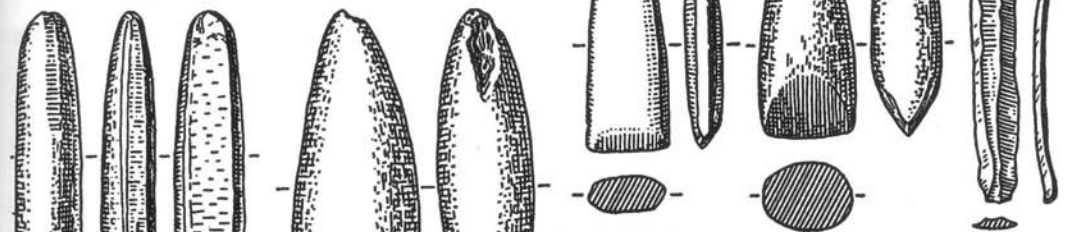
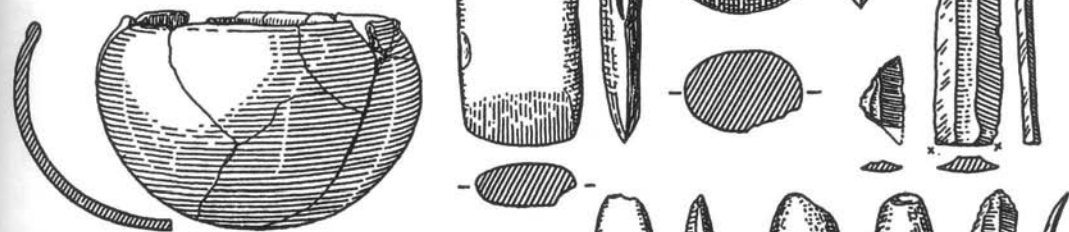
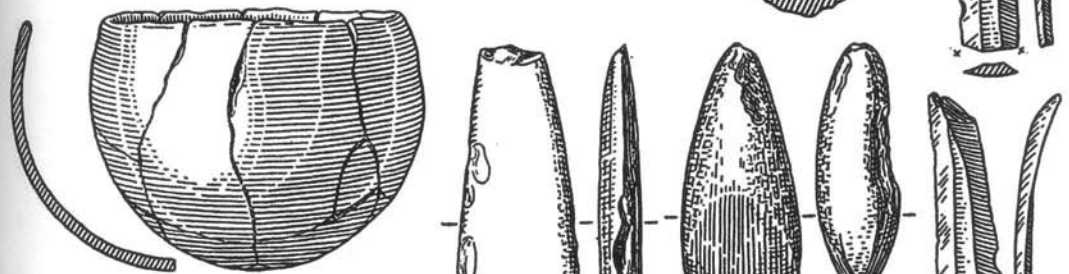
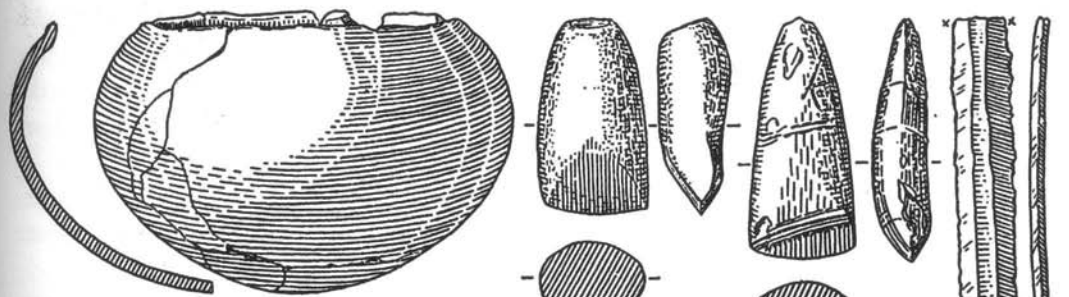
114 Planta e alçado da Anta 1 do Poço da Gateira, Reguengos de Monsaraz, com alinhamento de recipientes cerâmicos colocados ritualmente. Seg. G. e V. Leisner. Trata-se de monumento com corredor curto (átrio), correspondente à fase de afirmação do megalitismo regional, no Neolítico Médio, em meados do V milénio a. C.



115 Espólio do Neolítico Médio da Anta 1 do Poço da Gateira, Reguengos de Monsaraz. Seg. G. e V. Leisner.

Museu Nacional de Arqueologia.





0 6 cm

0 12 cm

que, anteriormente, se não encontravam, pelo menos, tão bem definidas. Claro está que esta mudança, embora espontaneamente manifestada por via da dinâmica de evolução interna de cada uma das comunidades então existentes, não foi uniformemente adoptada em todo o espaço geográfico actualmente português.

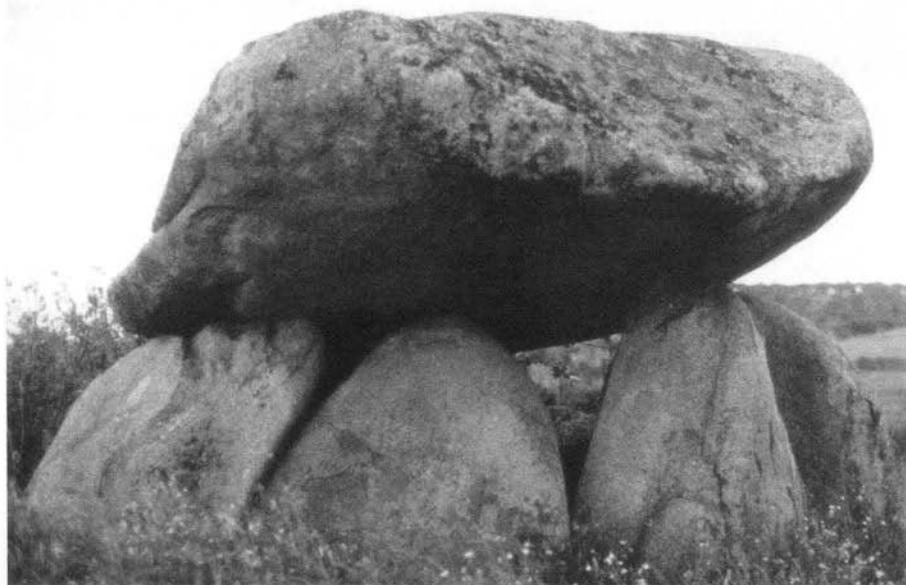
A génese do sistema de produção agro-pastoril determinou, assim, a afirmação do «fenómeno» megalítico, no Sul do País, na 1.ª metade do v milénio a. C.

114 ✓ Um dos exemplos mais expressivos da fase seguinte, correspondente ao desenvolvimento e consolidação das primeiras sociedades agrárias, já no Neolítico Médio – é a Anta 1 do Poço da Gateira (Reguengos de Monsaraz), monumento de câmara alongada e corredor curto com uma única ocupação, datada por TL em 4510 ± 360 a. C., ou seja, talvez dois ou três séculos mais moderno que os monumentos protomegalíticos acabados de referir.

Os rituais de enterramento individual em pequenas sepulturas megalíticas fechadas (situáveis até cerca de 4500 a. C. no sul e cerca de 4000 a. C. noutras regiões) as quais, uma vez concluídas, já não permitiam reutilização, a menos que fossem deliberadamente violadas, foram sendo, deste modo, paulatinamente substituídos por outros, nos quais já não era apenas a figura prestigiada do ancião ou dos elementos mais proeminentes de cada comunidade que era venerada, mas sim um número alargado de membros desta. Tais tumulações, feitas em dólmenes colectivos abertos, ou seja, munidos de corredor e entrada que permitiam múltiplas utilizações, passariam pela manipulação dos ossos das anteriores deposições, como relíquias ou simplesmente como meros restos já desprovidos de significado. O aumento do tamanho dos dólmenes, transformados em verdadeiras sepulturas colectivas a partir do Neolítico Médio, em meados do v milénio a. C. pode, deste modo, ser interpretado como sintoma de comunidades agro-pastoris cada vez mais numerosas, cuja coesão interna continuava a ser necessária ao sucesso de uma economia agro-pastoril crescentemente exigente e complexa.

Corredores

115 Os pares de machados e enxós que acompanhavam os doze indivíduos depositados de cócoras, encostados aos esteios da Anta 1 do Poço da Gateira (Reguengos de Monsaraz), como se disse relacionada com a fase média do megalitismo meridional, exprimem a importância que as actividades de deflorestação, trabalho da madeira e a horticultura («enxós», mais provavelmente sachos) detinham na economia da comunidade megalítica que naquele monumento, de cronologia recuada, tumulou os seus mortos. Por outro lado, a aparente ausência de ideoartefactos, ou objectos de prestígio, parece indicar



uma sociedade ainda igualitária, mas cuja diferenciação iria ser rapidamente afirmada.

Ao mesmo tempo, no Neolítico Final do sul, também situado na segunda metade do IV milénio a. C., ou seja, mais de mil anos depois da construção dos monumentos megalíticos de corredor curto como a Anta 1 do Poço da Gateira, albergando, no máximo, uma ou duas dezenas de cadáveres, surgem as grandes antas de câmara poligonal e corredor longo, podendo atingir dez ou mais metros de comprimento e receber centenas de deposições constituindo então notáveis marcas na paisagem. Foram sem dúvida, espaços de pesada carga simbólica, usados recorrentemente por centenas de anos, até o Calcolítico, sendo contemporâneos da construção das primeiras tholoi, estruturas funerárias oriundas de outro universo simbólico/cultural, que nada tem a ver com o domínio socioeconómico e cognitivo das sociedades agrárias neolíticas. Que se tratava de um mundo em rápida mudança, disso não restam dúvidas: o motor económico introduziu, em pouco tempo, talvez apenas nos últimos duzentos e cinquenta anos do IV milénio a. C., modificações profundas nos modos de produção. O notável conjunto de bucrâneos insculturados nos rochedos do santuário exterior do Escoural (Montemor-o-Novo), já referidos, documentam a importância efectiva dos grandes bovídeos domésticos na economia da época, designadamente através da utilização da sua força de tracção, talvez utilizada na atrelagem de carros e arados. Foi, então, possível, pela primeira vez, o amanho de solos mais produtivos que os cultivados até então, apenas com o recurso a sachos e à força humana.

116 Anta Grande da Herdade da Ordem, Avis. Notar o grande e maciço bloco que serve de chapéu. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

116

utilização até o Calcolítico

excedentes  
de mão  
de obra  
propícios à  
construção  
dos grandes  
monumentos  
dolmênicos

O crescimento demográfico que se teria verificado, por via das referidas melhorias no sistema produtivo, conduziu, assim, ao aumento da mão-de-obra disponível, que deste modo potenciou a criação de excedentes de produção, tornados pela primeira vez possíveis. Tais excedentes de mão-de-obra proporcionaram a construção de imponentes sepulcros megalíticos, como a Anta Grande do Zambujeiro (Évora), que corporizam, no Sul, os derradeiros monumentos megalíticos, verdadeiros hinos ao esforço colectivo das comunidades que os contruíram, servindo como pólos agregadores da sua coesão interna e expressão externa do seu evidente sucesso. A existência neste monumento, como noutros congêneres, de um átrio exterior, é indício da evidente monumentalização conferida à enorme colina artificial ali construída: espaço sagrado, cujo interior só seria talvez acessível a alguns membros da comunidade, diferenciados, deste modo, da maioria dos que não transporiam, por impedimentos que nos ultrapassam, o átrio externo do monumento. Como observou V. O. Jorge, não é na fase de plena consolidação do poder que mais surgem as arquitecturas monumentais, mas antes naquela em que aquele tem necessidade de se legitimar. Sendo assim, os grandes dólmenes do sul seriam testemunho de uma fase de afirmação das elites, não se estranhando que os espólios exumados reflectam tal realidade. A quantidade de habitantes, que então possuía o actual Alto Alentejo, encontra-se expressivamente evidenciada pelos mais de duzentos indivíduos tumulados na Anta Grande do Olival da Pega (OP1), o qual seria idêntico ao de muitas outras antas alentejanas de dimensões comparáveis. A tais tumulações correspondia o número extraordinário de 355 vasos cerâmicos e de 134 placas de xisto.

117 É deste modo que se pode interpretar a proliferação de artefactos  
relacionados com o sagrado, expressivos do prestígio granjeado por  
118 alguns elementos mais proeminentes daquelas sociedades, talvez já  
socialmente destacados pela linhagem a que pertenciam; a expressão  
de tal diferenciação encontra-se corporizada, entre alguns elementos  
mais frequentes, com destaque para as numerosas placas de xisto com  
119 decoração gravada, além dos célebres «báculos», também de xisto,  
facilmente relacionáveis com símbolos de comando. Estes elementos  
120 configuram diferenciações sociais intracomunitárias, ainda não  
evidentes nas práticas funerárias, a menos que as grandes antas do  
Neolítico Final apenas se destinassem às elites de uma sociedade em  
rápida evolução. No entanto, o elevado número de tumulações,  
contraria, numa primeira análise, tal hipótese; mas há que admitir  
uma região povoada por milhares de pessoas, durante centenas de  
anos, para imediatamente ter de reconhecer aquela possibilidade. Em

alternativa, admitindo-se ainda a prevalência dos modelos de uma sociedade igualitária, onde todos eram tumulados nos dólmenes, nem todos, porém, teriam idênticas distinções na morte, consubstanciadas pelos referidos elementos de prestígio, de que só alguns foram acompanhados. As convicções mágico-religiosas pontuavam o quotidiano e a vida além da morte; os dólmenes desta fase de apogeu orientam, via de regra, os seus corredores para o quadrante do nascer do Sol, na crença de um renascimento para o qual os defuntos teriam de se encontrar preparados, sendo por isso acompanhados de oferendas funerárias constituídas por objectos para uso quotidiano e mágico-simbólicos, protectores do defunto que, não raro, significavam a sua purificação (presença de cristais de quartzo hialino, em bruto ou trabalhados em núcleos, prontos a ser utilizados). As cerimónias funerárias eram, em certos casos, acompanhadas de rituais de fogo e de ocre vermelho, também interpretados como ritos de purificação (do sangue, do corpo, do espírito e, também, do ar, que seria irrespirável no interior de tais espaços fechados).

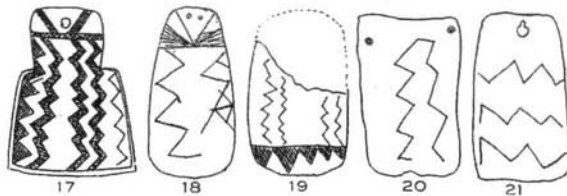
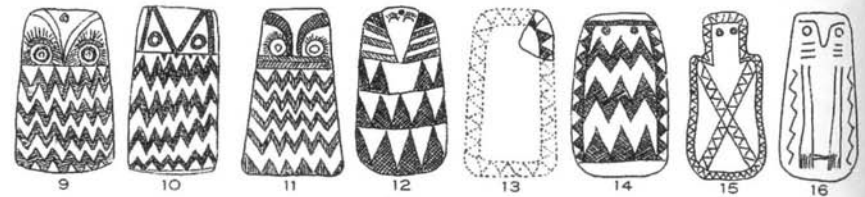
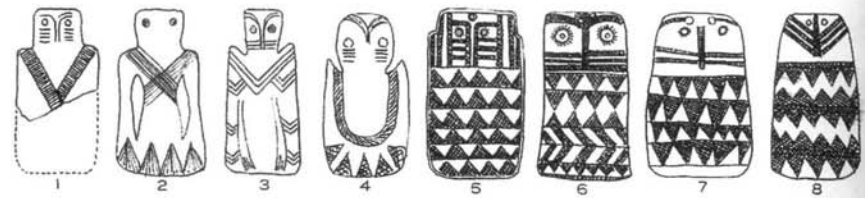
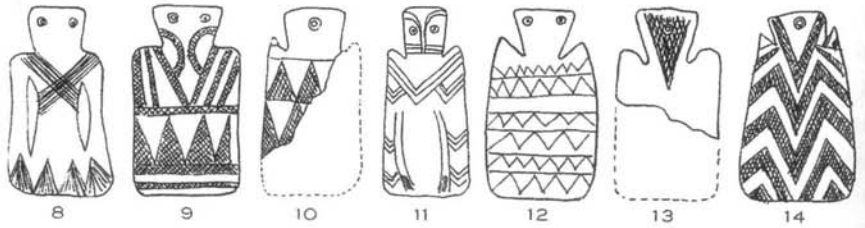
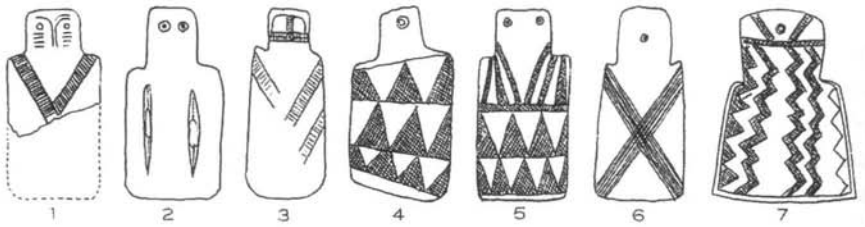
Tais rituais foram estendidos às necrópoles em grutas naturais, suas contemporâneas, do Maciço Calcário Estremenho. O caso mais conhecido foi descrito na Lapa do Fumo (Sesimbra) por E. da Cunha

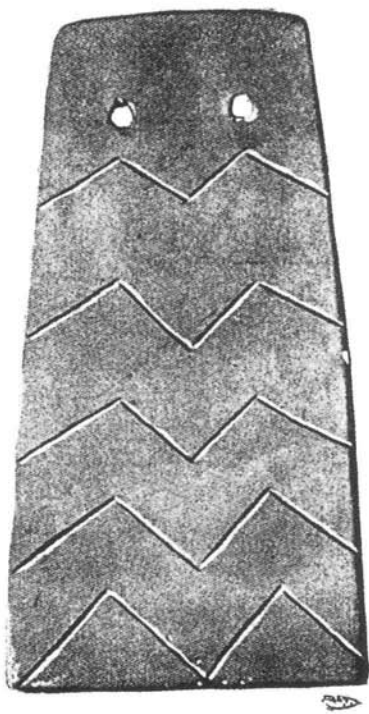
*1 cristais de quartzo hialino*

117 Placas de xisto funerárias do nível inferior do dólmen de Montum (Melides, Santiago do Cacém). Arquivo O. da Veiga Ferreira (foto de M. Leitão). Comp. máx. da placa da direita: 16,5 cm.

*Museu Geológico da U. L. (NETA).*







Serrão e G. Marques: sobre o chão da gruta, previamente regularizado com barro, atearam-se pequenas fogueiras, em torno de uma área onde se amontoaram ossos humanos soltos, por vezes já fracturados, o que explica em alguns deles marcas de fogo; seguiu-se a deposição de oferendas, que já não evidenciam tal acção. Por fim, o conjunto foi abundantemente polvilhado com ocre vermelho, que cobriu e empastou ossos, carvões e artefactos.

Trata-se, evidentemente, de uma acumulação secundária, datada pelo radiocarbono entre 3325-2920 a. C. (para um intervalo de cerca de 95% de confiança), compatível com a cronologia do Neolítico Final da Estremadura.

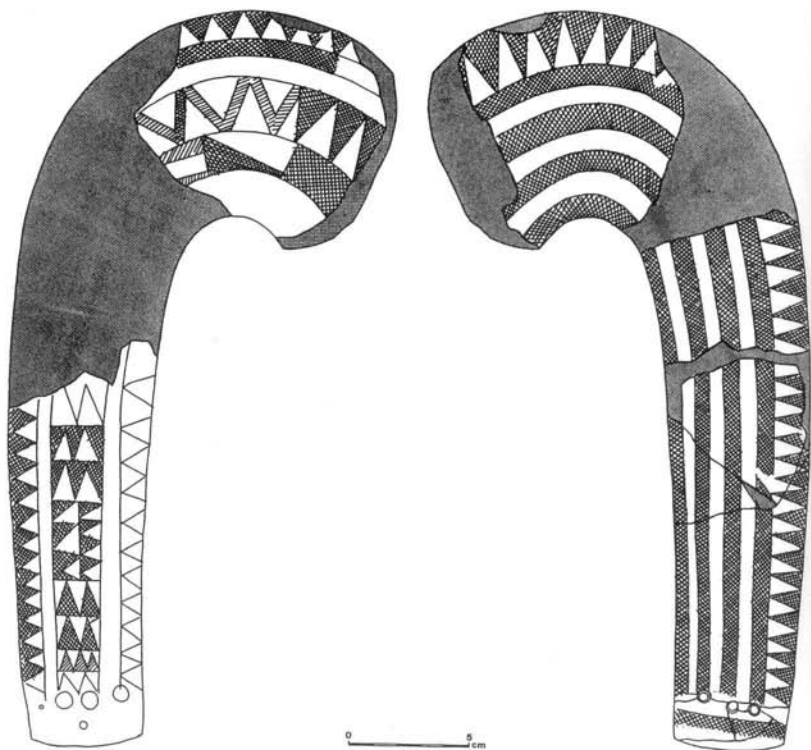
Noutras grutas naturais estremenhas identificaram-se práticas funerárias reportáveis, como a anterior, ao Neolítico Final, que merecem igualmente ser mencionadas: é o caso da necrópole colectiva da Gruta da Furninha (Peniche), explorada em 1879 por Nery Delgado. Os despojos humanos encontraram-se todos desarticulados, nalguns casos mesmo evidenciando alguma arrumação por partes anatómicas; muitos deles apresentavam fracturas antigas e, nalguns casos, marcas de fogo: estavam, deste modo, reunidas as condições para se aceitar a antropofagia, no desconhecimento então existente dos antigos rituais funerários, tema que constituiu um dos mais

118 Ensaio de classificação tipológica das placas líticas do território português. Seg. L. Albuquerque e Castro.

119 Placa funerária de arenito de uma anta do concelho de Montemor-o-Novo. Seg. O. da Veiga Ferreira. Reduzida a cerca de 50%.

Museu Nacional de Arqueologia.

✓  
119- Placa funerária de arenito de uma anta do Espadanal, Estremoz. Seg. O. da Veiga Ferreira. Museu Nacional de Arqueologia.



120 Báculo de xisto com decoração geométrica incisa nas duas faces, da gruta natural da Casa da Moura, Óbidos. A ocorrência destas peças, no Neolítico Final da Estremadura, foi a consequência das influências culturais intensas então verificadas na região, oriundas do Alto Alentejo. Seg. J. R. Carreira e J. L. Cardoso.

Museu Geológico do INETI.

polémicos e longamente discutidos na IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Lisboa em Setembro de 1880. Anos depois (1889), também Santos Rocha identificou em dólmenes da serra da Boa Viagem, cabo Mondego (Figueira da Foz), os mesmos rituais de fogo, extensivos actualmente a monumentos megalíticos de diversas áreas do país, atestando a prática generalizada: é o caso do dólmen do Picoto do Vasco (Vila Nova de Paiva), onde as altas temperaturas atingidas no interior do monumento conduziram mesmo à vitrificação das rochas da respectiva estrutura.

Estar-se-ia, pois, perante uma prática funerária mais ou menos generalizada, em que os corpos eram primeiramente descarnados, por exposição ao ar ou mesmo com a ajuda de facas, sendo depois os ossos depositados em verdadeiros ossários, cerimónia acompanhada por rituais de fogo, situação que tem paralelos subactuais na Pérsia, justamente referidos por F. Adolfo Coelho, numa bem fundamentada crítica, publicada em 1889 a F. Martins Sarmento, a propósito da obra deste último *Os Lusitanos*.

A sequência arquitectónica dolménica definida no Alto Alentejo tem equivalente na rica região megalítica, ainda quase totalmente



121 Anta 2 do Couto da Espanhola (Idanha-a-Nova), monumento de câmara poligonal e corredor longo, correspondente ao apogeu do megalitismo regional, atingido no Neolítico Final. Seg. J. L. Cardoso, J. C. Caninas e F. Henriques.

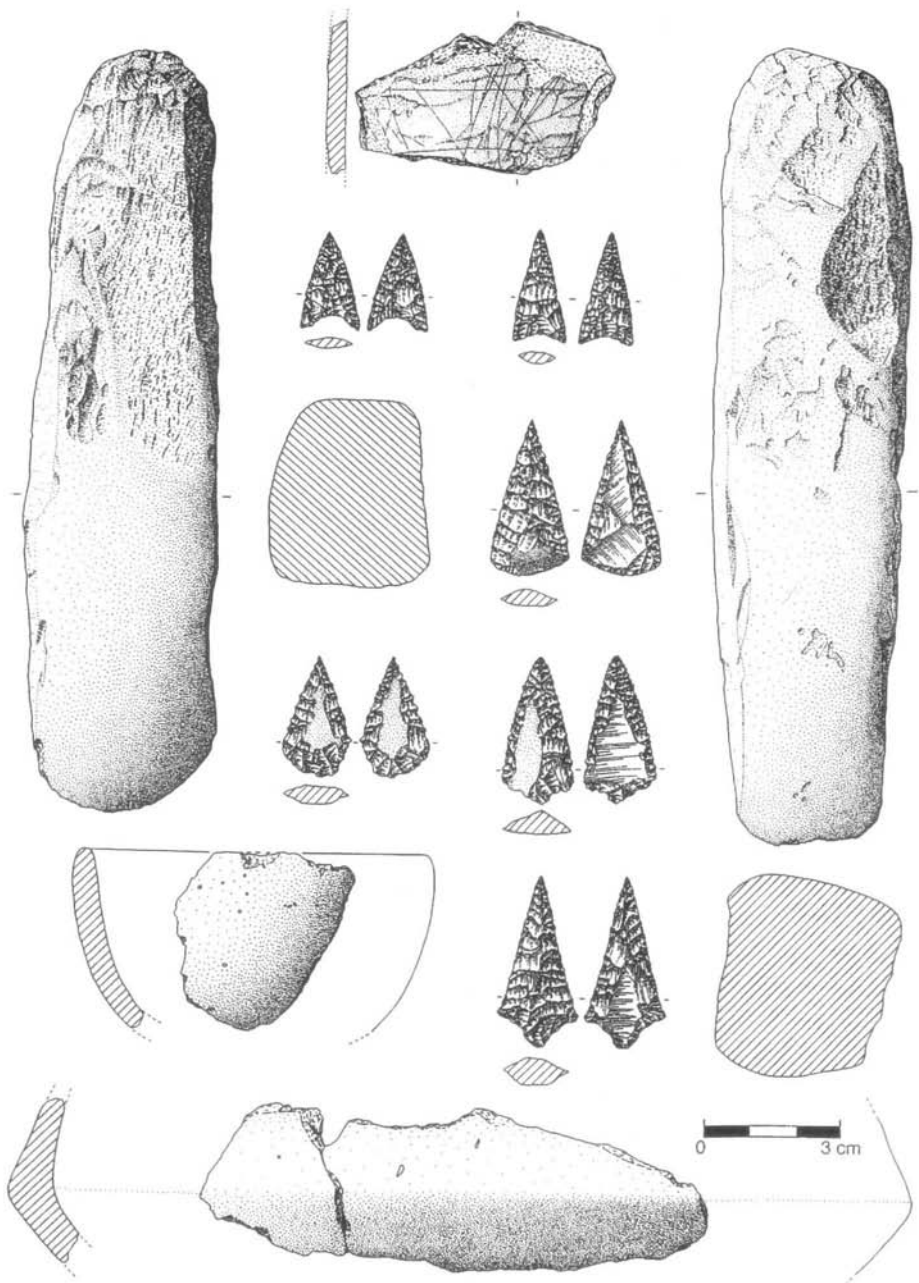
por explorar, no sul da Beira Interior, não obstante os monumentos serem aqui de pequenas dimensões, impostas pelas rochas disponíveis para a respectiva construção (xistos e grauvaques), ao contrário dos grandes dólmenes de granito alentejanos; tal como ali, a evolução arquitectónica é confirmada pelo registo artefactual: as pontas de seta, tal como as placas de xisto só surgem, com efeito, nos monumentos mais evoluídos, de câmaras poligonais e corredores longos, do Neolítico Final, como a Anta 2 do Couto da Espanhola (Idanha-a-Nova), ao passo que aos pequenos sepulcros de planta fechada elipsoidal, como a Anta 6 do Couto da Espanhola, situada a escassas centenas de metros da anterior, correspondem espólios primitivos (crescentes e outros micrólitos, incluindo lamelas e machados de secção subcircular, apenas polidos no gume).

121/122

123/124

H f

Importa sublinhar o facto de ~~que~~ não ser o tamanho dos monumentos que deve ser utilizado para o estabelecimento da sua cronologia, mas sim a respectiva arquitectura. Assim, podemos ter pequenas antas de longos corredores, que inequivocamente devem também inscrever-se no Neolítico Final. As condicionantes impostas pela matéria-prima disponível foram, aliás, bem evidenciadas por Jorge de Oliveira na região de Nisa/Marvão/Castelo de Vide, onde as peque-



125 nas antas de xisto são, segundo o autor, coevas dos grandes monumentos de granito, separados pela linha divisória dos respectivos afloramentos geológicos, que constituem fronteira nítida, como já Victor S. Gonçalves bem evidenciou na região de Reguengos de Monsaraz.

127/126

Mais para Norte, no núcleo megalítico da serra da Aboboreira,

Amarante, a fase mais antiga do megalitismo encontra-se também representada, segundo D. Cruz, por dólmenes simples, provavelmente fechados, desprovidos de corredor, cronologicamente situáveis entre 4700 e 3700 a. C., com espólio muito primitivo, equiparável ao dos monumentos arcaicos alentejanos e da Beira Baixa. S. Oliveira Jorge resumiu recentemente a evolução ali observada do seguinte modo: no decurso da 2.<sup>a</sup> metade do V milénio a. C., construíram-se dólmenes de câmaras fechadas, passando a monumentos de câmaras abertas, com ou sem corredor, ao longo do milénio seguinte, especialmente na sua 1.<sup>a</sup> metade, por vezes de grandes dimensões, como é o caso de Chã de Parada 1; por fim, já no final do IV milénio a. C. ou inícios do III, edificaram-se pequenos dólmenes, em torno dos maiores da fase anterior e deles parcialmente sincrónicos. Esta evolução não pressupõe, naturalmente, uma substituição linear da arquitectura dos monumentos megalíticos; mas faz corresponder, em concordância com V. Oliveira Jorge, o apogeu do fenómeno megalítico regional à segunda metade do V milénio/primeira metade do IV milénio a. C. Este autor, conquanto defenda a realidade polimórfica das manifestações da Aboboreira – citando como exemplo mamoas adjacentes e

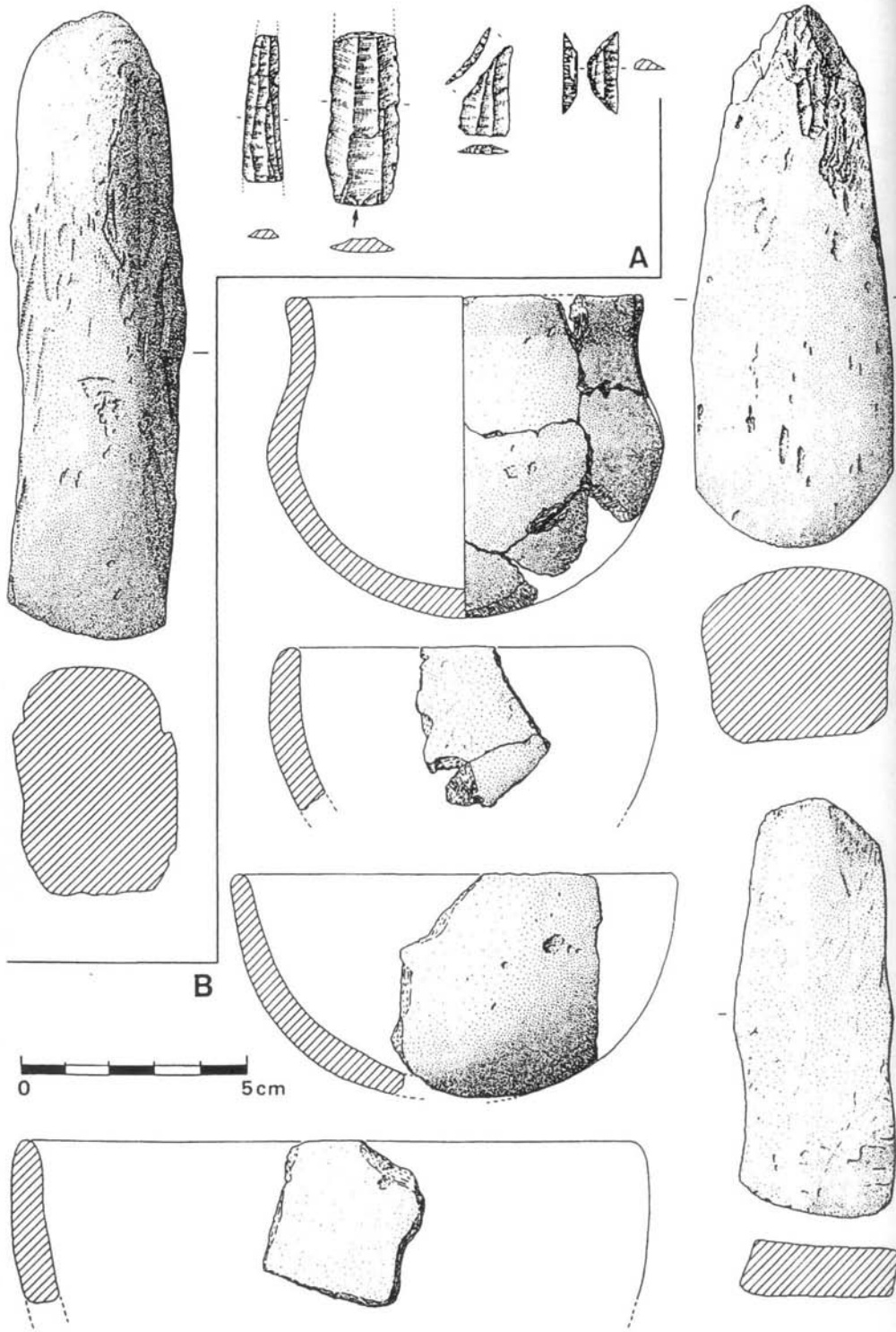
S. Oliveira Jorge

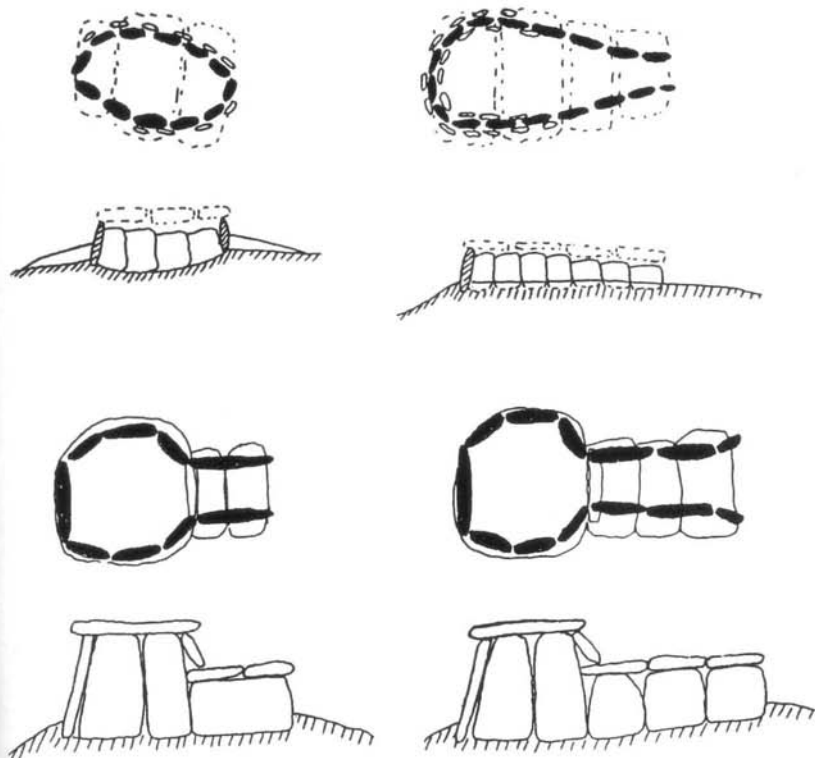
(2000)

122 Espólio recolhido no corredor da Anta 2 do Couto da Espanhola (Idanha-a-Nova). Neolítico Final. Note-se a semelhança das pontas de seta com exemplares da Estremadura. Seg. J. L. Cardoso, J. C. Caninas e F. Henriques.

123 Vista geral, ao centro, da Anta 6 do Couto da Espanhola (Idanha-a-Nova); trata-se de uma pequena estrutura primitiva de planta elipsoidal no centro do *cairn* que a cobria, constituído predominantemente por blocos de quartzo leitoso (foto de J. L. Cardoso).








sincrónicas, umas contendo dólmenes, outras cobrindo apenas fossas, como em Chã de Santinhos – aceita situar o único monumento com corredor – o já referido dólmen de Chã de Parada 1 em fase tardia, já situável na primeira metade do IV milénio a. C. No norte do País, com efeito, a utilização/reutilização de dólmenes não se estendeu, em geral, para além do Neolítico Final.

Na Beira Alta, o momento inicial do megalitismo foi associado à construção do dólmen de Carapito 1 («Horizonte» de Carapito/Pramelas); trata-se de monumento de grandes dimensões, de câmara poligonal sem corredor; alguns dos esteios encontram-se pintados, com destaque para os motivos astrais, simbologia que remete para o Neolítico Final. Mas uma datação de radiocarbono de alta precisão, obtida por D. Cruz e R. Vilaça sobre madeira incarbonizada recolhida no chão primitivo da câmara, e por isso relacionada com a primeira utilização do monumento, deu o resultado, para um intervalo de confiança de cerca de 95%, entre 4031 e 3813 anos a. C., cronologia que remete para etapa média do megalitismo regional, com espólio ainda de cunho arcaizante: observa-se a associação de indústrias microlíticas e materiais arcaicos de pedra polida, sobretudo machados

124 Espólio das duas fases de ocupação da anta 6 do Couto da Espanhola (Idanha-a-Nova), monumento megalítico de tipologia primitiva (câmara elipsoidal fechada). Seg. J. L. Cardoso, J. C. Caninas e F. Henriques.

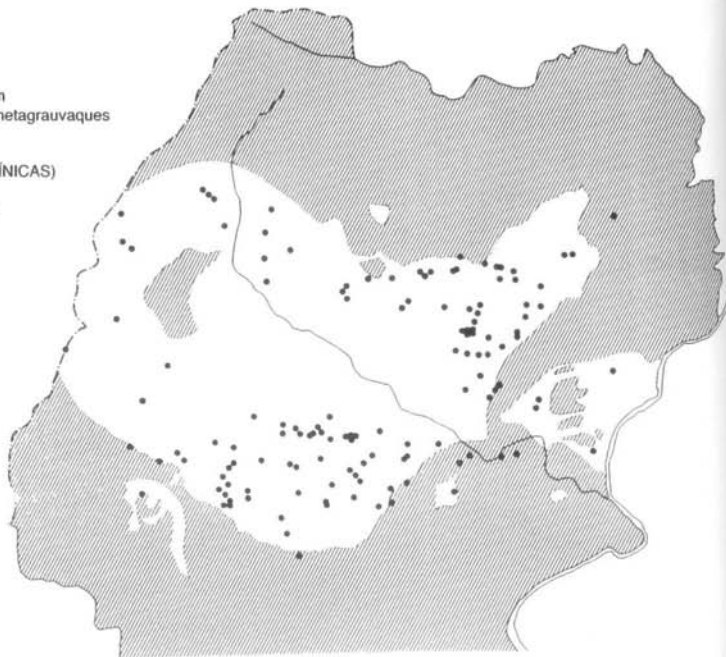
125 Tipologia esquemática dos dólmenes da bacia do Sever, seg. J. de Oliveira. Em cima, monumentos fechados ou abertos, de xisto; em baixo, monumentos providos de corredor curto (átrio) ou longo e de câmaras poligonais, de granito.

**SUBSTRATO HERCÍNICO**

 xistos, xistos luzentes com  
quartzito de exsudação e metagrauvaques

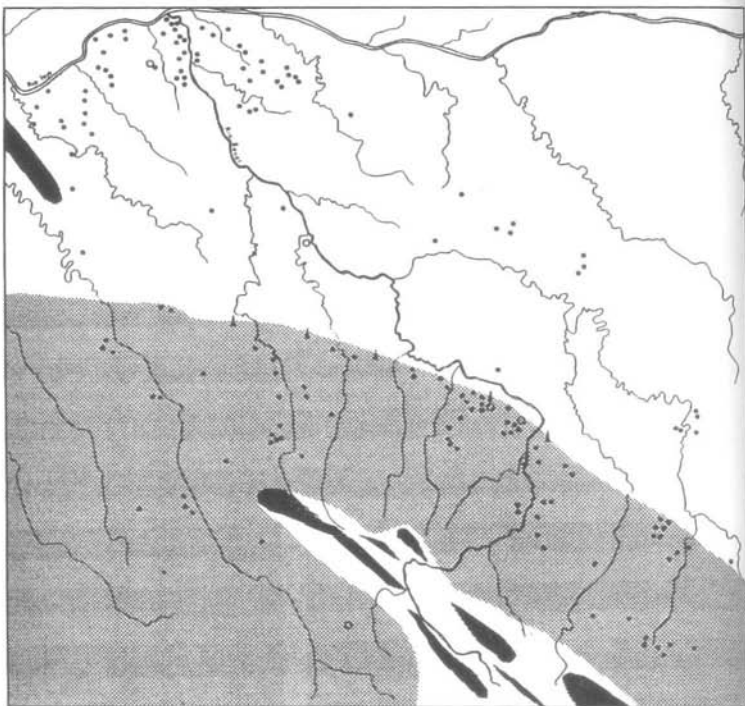
**ROCHAS INTRUSIVAS (HERCÍNICAS)**


 granitos e quartzodioritos

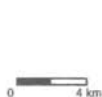





126 Dependência da distribuição dos monumentos dolmênicos face à natureza geológica dos terrenos: na região de Reguengos de Monsaraz. Observa-se uma perfeita coincidência entre os afloramentos de granitos e quartzodioritos e a ocorrência de megálitos. Seg. V. S. Gonçalves.

127 Outro exemplo de dependência da distribuição de monumentos megalíticos face às condições geológicas regionais: o caso da bacia hidrográfica do rio Sever, Alto Alentejo. Seg. J. de Oliveira. A concentração de monumentos define, de forma evidente, o limite entre os granitos e os xistos. A ocorrência de dólmenes, de forma insistente, na parte mais setentrional da carta, relaciona-se com o vale do Tejo e, provavelmente, com o grande complexo de arte rupestre ali existente.



- 1  Xistos
- 2  Granitos
- 3  Quartzitos



-  Sepultura megalítica
-  menir
-  habitat

e ausência de pontas de seta, que só surgem nos monumentos mais complexos do Neolítico Final («Horizonte» de Moinhos de Vento/Ameal), de J. C. de Senna-Martinez, equiparáveis aos da mesma época do Alentejo, substituindo as indústrias microlíticas que então tendem a escassear. Aliás, outros monumentos da Beira Alta, de arquitectura ainda mais evoluída, como Antelas (Oliveira de Frades), também provido de pinturas nos esteios da câmara deus, igualmente, apenas materiais arcaicos, sendo, no caso, quase exclusivos, os trapézios.

161

162

Mas o primeiro ensaio de faseamento da arquitectura megalítica da Beira Alta deveu-se a Irisalva Moita. Reportando-se aos monumentos de granito ou gneisse, que a Autora tinha certamente a noção que eram de épocas diferentes dos seus congéneres de xisto ou de grauwaque, de menores dimensões, apresentou a seguinte sistematização:

128

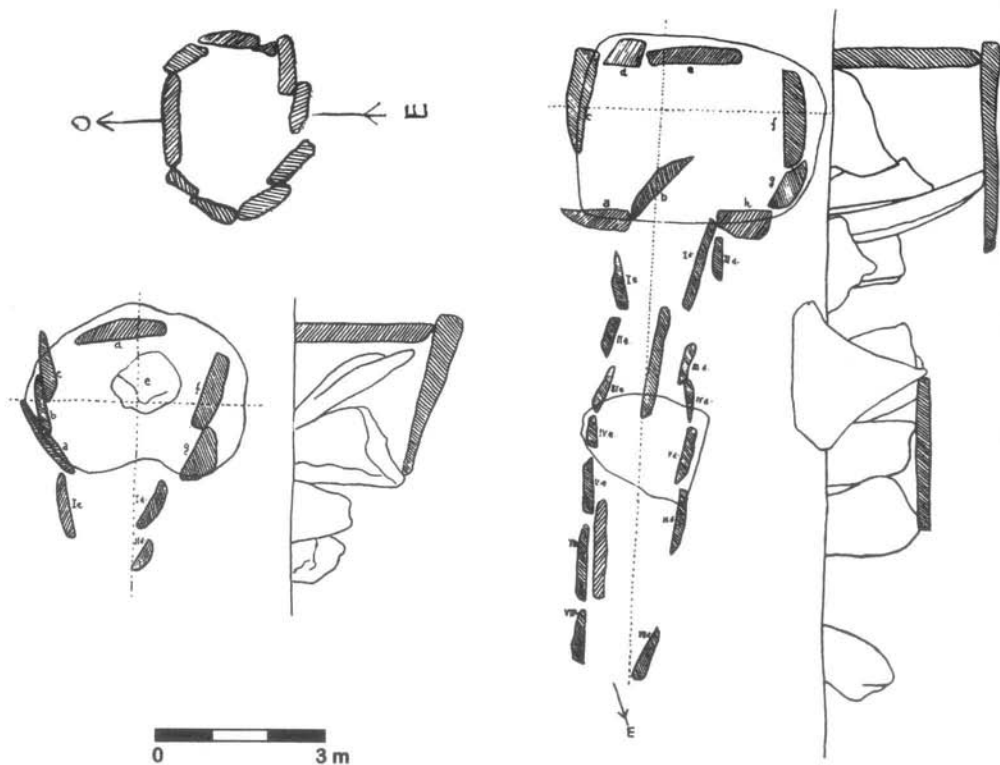
1) «Antelas», sem corredor diferenciado, predominantes nos concelhos beirões ocidentais (Viseu, Tondela, Vouzela, São Pedro do Sul, Oliveira de Frades, Sever do Vouga e Aveiro);

2) Câmaras poligonais mais ou menos circulares, com entrada marcada mas sem corredor, correspondente a grupo pouco numeroso; são exemplo a Pedra de Arca do Espírito Santo, Caramulo, Carapito e os pequenos dólmenes da região de Queiriga;

3) Câmaras poligonais com corredor diferenciado, variando o número de esteios da câmara entre 5 e 9, com duas variantes:  
a) com corredor desenvolvido, com exemplos em Antelas, Orca do Tanque, Pedralta, Mamaltar, Lapa do Repilau, Lapa da Orca (Oliveira do Conde), Pedra da Orca (Juncais) e Casa da Orca da Cunha Baixa. São monumentos de grandes dimensões com chapéu espesso cobrindo a câmara;

b) com corredor curto ou incipiente. São exemplo: Orca de Corgas da Matança, Orca de Forles, Orca de Moinhos de Rua, e outros. É a variante mais numerosa e considerada pela Autora a mais característica da Beira. Pode considerar-se uma forma intermédia entre o grande dólmen de câmara poligonal e corredor longo e o pequeno dólmen desprovido de corredor, dominante no Noroeste peninsular.

Irisalva Moita assinala ainda neste estudo publicado em 1966, a situação algo contraditória de os grandes monumentos apresentarem, por vezes, espólio de tipologia mais arcaizante que o presente nos monumentos de menores dimensões, citando o caso do dólmen pintado de Antelas e a Orca da Cunha Baixa, sem no entanto deixar de referir que a acentuada pobreza dos mobiliários é característica dos pequenos monumentos sem corredor, das «antelas» e dos dólmenes de corredor



128 Plantas de dólmenes da Beira Alta. À esquerda, de cima para baixo: mamoiinha do Senhor do Pedrão (Viseu), dólmen de câmara fechada; Orca de Forles (Sátão), dólmen com corredor curto (átrio); à direita, dólmen da Casa da Orca (Mangualde), de câmara sub-rectangular e corredor longo. Seg. I. Moita.

curto ou incipiente. Espólios mais ricos são a exceção e, sempre, particulares aos grandes dólmenes (Orca do Tanque, Pedra da Orca de Queiriga e poucos mais).

É na fase inicial do fenómeno megalítico regional, no decurso da segunda metade do V milénio a. C./1.ª metade do IV milénio a. C., que se inscrevem os povoados abertos de Ameal, Murganho 2 e de Quinta Nova, correspondentes a implantações de curta duração, em sítios abertos e que nada os faz destacar da paisagem envolvente. Embora evidenciando uma agricultura rudimentar, e portanto um grau de fixação a um dado local ou território ainda incipiente, a existência de estruturas de armazenamento no povoado do Ameal, situável na segunda metade do IV milénio a. C., também justificadas dada a torrefacção da bolota (silos), segundo J. C. de Senna-Martinez, faz crer que a economia destas comunidades estaria a evoluir rapidamente. Com efeito, tais estruturas, denunciando a acumulação de bens de consumo doméstico (neste caso sobreproduto da exploração silvícola), permitem admitir a sedentarização destas populações e portanto a passagem de uma territorialidade difusa a um outro padrão de

ocupação/exploração do espaço, cujos contornos se encontrariam progressivamente melhor delimitados, inerentes à sedentarização e ~~portanto~~ à apropriação dos recursos existentes por parte das comunidades respectivas. No entanto, no caso, por serem produtos exclusivamente de recolção os armazenados, pode persistir a dúvida de se estar perante um tipo de economia de características ainda pouco sedentarizadas, no qual a delimitação territorial era ainda desconhecida.

↳ deste modo

No norte da Beira Alta, mercê de um programa sistemático de datações destinado tanto a conhecer a época de construção/utilização, como de encerramento das sepulturas dolménicas da região, conduzido por Domingos J. Cruz, foi possível afirmar que a construção dos grandes monumentos cessou em meados do IV milénio a. C., tendo, uns, conhecido um curto período de utilização, enquanto outros se mantiveram em uso até finais do referido milénio, altura em que foram definitivamente encerrados. Esta parece ser, também, a época em que, no Alentejo, se procedeu de igual forma. Tal não significa, porém, que tais monumentos tenham perdido a sua carga simbólica e funerária: embora os rituais possam ter mudado, os *tumuli* continuaram, um pouco por todo o centro e norte do País a serem objecto de reutilização tardia, como locais de inumações singulares: na própria região da Beira Alta, é de referir o dólmen dos Moinhos de Vento, com um pequeno *tumulus* na periferia do original, que forneceu um espólio muito rico, ainda situável em meados do IV milénio a. C. Verifica-se, assim, um momento de profundas mudanças ao nível dos rituais funerários na região em apreço, com o abandono das sepulturas colectivas e a emergência das estruturas de tendência individual, as quais se afirmarão no decurso do III milénio a. C., tanto nesta como em outras regiões, num fenómeno que expressa o desinvestimento na construção dos grandes monumentos funerários, concomitante com o esforço colectivo doravante canalizado para a edificação de povoados fortificados.



depósito ritual  
de machados

Em Trás-os-Montes, dominam dólmenes de câmara simples e de pequenas dimensões, enquanto noutras regiões já se construía dólmenes de corredor, cujos exemplares mais antigos parecem ser de facto os alentejanos. Porém, deve assinalar-se a ausência de tais monumentos em vastas áreas do leste transmontano em que só existem mamoas não megalíticas e outras mesmo em que não são conhecidos, não se devendo tal facto a lacunas da investigação, como a região da Beira Transmontana.

129



Trás-os-Montes

Conhecem-se, no entanto, monumentos de grandes dimensões e de tipologia «clássica», como é o caso do dólmen de Fonte Coberta (Alijó), constituído por uma câmara poligonal de sete esteios, que

130

129 Tipologia dos monumentos dolmênicos do norte de Portugal.

À esquerda: dólmenes de corredor clássicos: 1.

Vilarinho da Castanheira, Carrazeda de Ansiães; 2.

Chã das Arcas 4, Carrazedo de Alvão; 3. Chã de Parada 1,

Aboboreira, Baião; 4.

Lamoso, Paços de Ferreira.

À direita, em cima: dólmenes de corredor e câmara

indiferenciados: 1. Barrosa, Âncora, Caminha; 2. Santa Marta, Penafiel.

À direita, em baixo: dólmenes com vestibulo: 1. Fonte

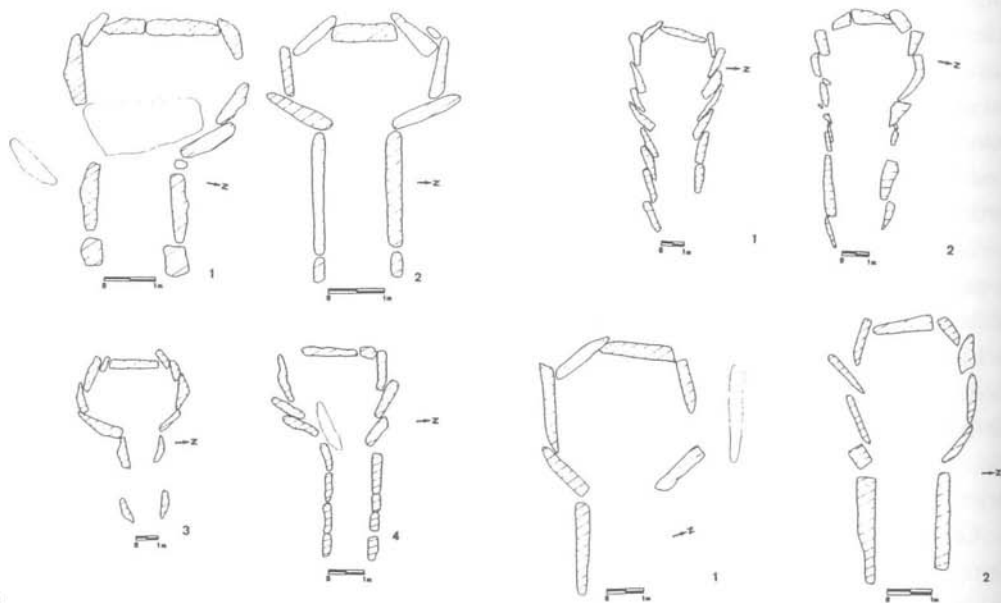
Coberta da Chã de Alijó

(Alijó); 2. Zedes, Carrazeda de Ansiães. Seg. V. O. Jorge.

suportam a laje de cobertura (chapéu) e por um corredor curto (átrio ou vestibulo), definido de cada lado por um longo esteio, mais baixos que os de câmara, como é habitual. Embora seja Monumento Nacional e tenha sido objecto de publicação em finais do século XIX, e citado frequentemente desde então na bibliografia arqueológica, o monumento ainda não se encontrava totalmente explorado. Com efeito, uma recente intervenção, conducente à sua merecida valorização, proporcionou a recolha de numeroso espólio lítico, integrando micrólitos geométricos diversos e pontas de seta de base triangular, inscrevendo a utilização do monumento nos finais do IV milénio a.C., no decurso do Neolítico Final, como seria de esperar, atendendo às suas características arquitectónicas.

De destacar a presença, neste megálito, de alguns esteios pintados e insculturados com «fossettes» ou gravuras lineares. Infelizmente, os motivos pintados encontram-se incompletos ou em muito mau estado, sendo, por isso, de difícil interpretação. Seja como for, a sua ocorrência, com paralelos noutros dólmenes da região, como Madorras – igualmente um dólmen de câmara e corredor – faz estender à região transmontana, como outras manifestações entretanto identificadas por Maria de Jesus Sanches, a arte megalítica, tão exuberantemente representada em monumentos da Beira Alta.

Os dólmenes, sejam isolados, agrupados em núcleos (com distâncias < 100 m) ou constituindo conjuntos de ordem superior, integrando





130 Dólmen de câmara e vestíbulo de Fonte Coberta da Chã de Alijó (foto de M. J. Sanches).

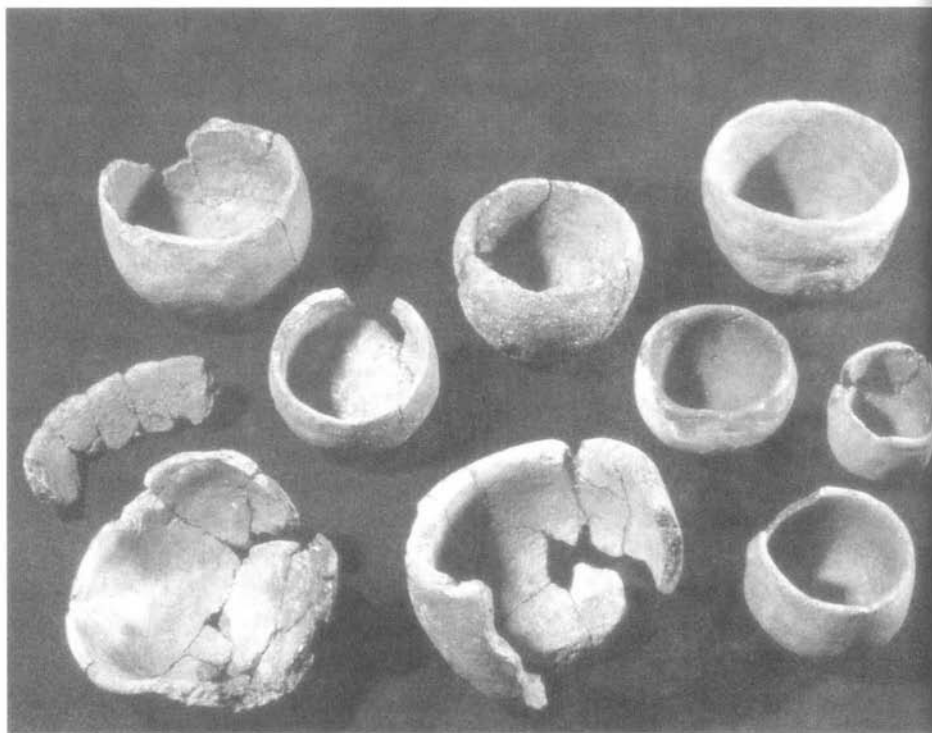
vários núcleos, correspondem invariavelmente a monumentos na paisagem: destinavam-se a ser vistos, com o seu *tumulus* por vezes revestido de quartzo leitoso (regiões de Nisa e do Tejo Internacional), acentuando a sua presença no terreno mesmo em casos de estruturas de pequena dimensão, como a Anta do Poço do Chibo (Idanha-a-Nova). O padrão da sua distribuição, tendo em conta acidentes de ordem natural e a geomorfologia, tanto a nível local, regional, ou mesmo transregional, ainda não foi objecto de estudo aturado, nem tal poderia ser feito com a qualidade requerida, atendendo ao facto de vastas regiões do País ainda serem pouco conhecidas, como é o caso do distrito de Castelo Branco: só para se ter ideia da situação, numa área delimitada pelo Tejo, o Pônsul, e o Erges, de quatro monumentos, inventariados por G. e V. Leisner, em 1956, passou-se para mais de 80, mercê de trabalhos sistemáticos de terreno desenvolvidos desde inícios da década de 1980, que importa estender a outras regiões do País, ainda muito incipientemente conhecidas.

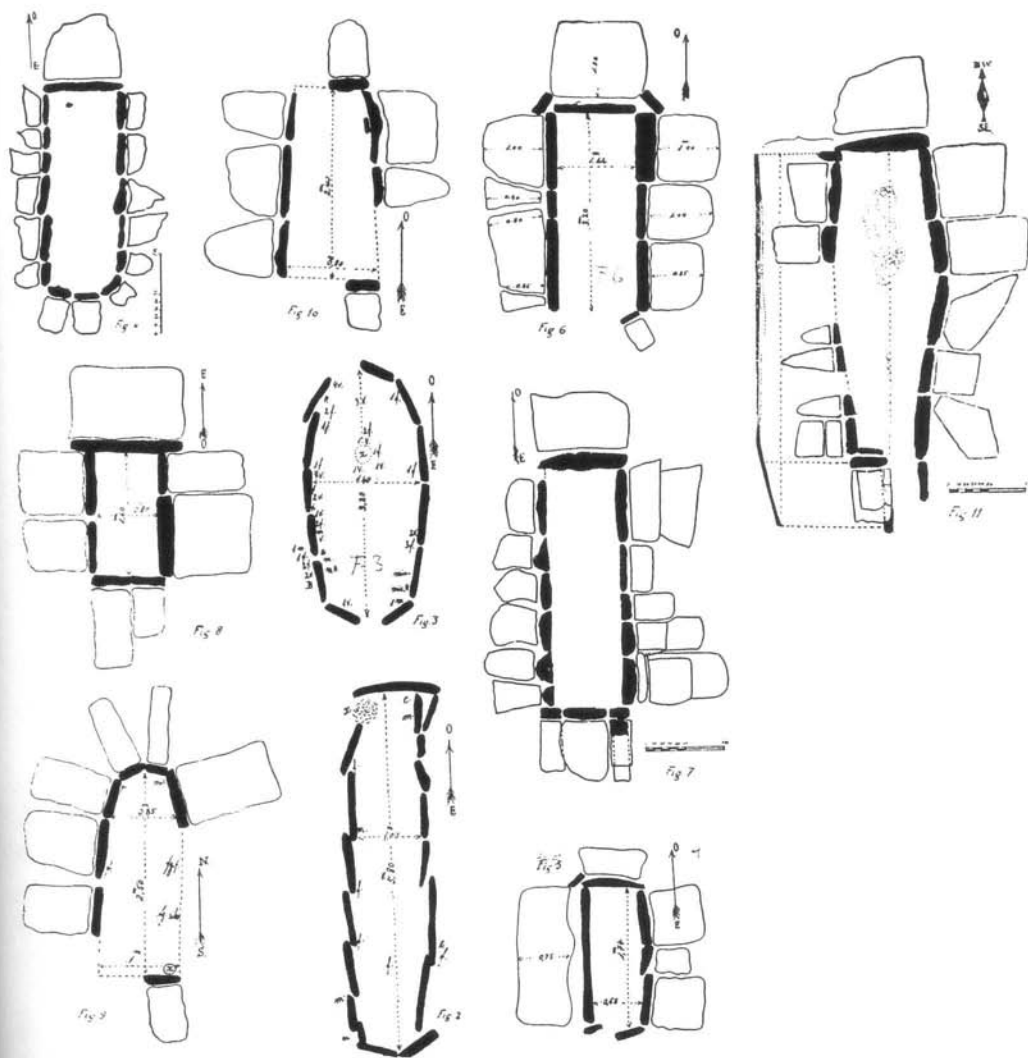
Não custa aceitar que, sobretudo os dólmenes de maiores dimensões, do apogeu do megalitismo, constituíssem referências territoriais das comunidades que os construíram e utilizaram, as quais teriam uma (ainda) razoável mobilidade; sem dúvida, a sua construção requereu mobilização de mão-de-obra numerosa e devidamente coordenada; por isso, V. Oliveira Jorge admitiu, sublinhando o que atrás se disse a tal respeito, que tais sepulcros espelhariam o início do processo de diferenciação social, não só de desigualdade entre grupos (com emergência de alguns ligados aos túmulos mais importantes), mas de desigualdade entre membros do mesmo grupo. Esta realidade coloca assim a questão da existência de monumentos destinados a linhagens, de importância distinta, consoante o seu estatuto na

131 Vista geral do dólmen da Pedra Branca (Montum, Melides) correspondente à fase de apogeu do megalitismo alentejano: monumentos de câmara poligonal e corredor bem diferenciado. Arquivo O. da Veiga Ferreira (foto de M. Leitão).



132 Conjunto de recipientes lisos, de «tipo dolménico», do nível inferior do dólmen de Pedra Branca (Montum, Melides). Arquivo O. da Veiga Ferreira (foto de M. Leitão).  
*Museu Geológico do INETI.*



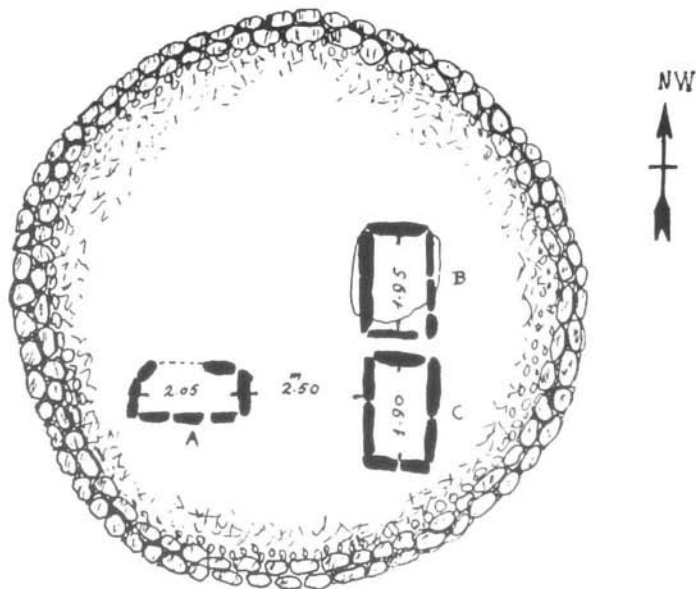


estrutura tribal a que pertenciam, e também a questão do polimorfismo poder eventualmente ter a ver com tal realidade social. Contudo, mais importante que as dimensões, ou mesmo a arquitectura (o polimorfismo é sempre uma alternativa, à falta de datações absolutas fiáveis...), é o conteúdo artefactual, que pode fornecer pistas significativas, cruzando os critérios de ausência (sempre discutíveis) com os de presença, baseados em certos marcadores culturais previamente definidos. Relativizar a importância desta evidência, ou seja, procurar contornar as diferenças na tipologia dos espólios, com argumentos de ausência é sempre recurso fácil e cómodo, mas naturalmente acientífico, que nega a própria fundamentação da análise arqueológica.

133 Sepulturas megalíticas cistóides das necrópoles de Monchique. Seg. A. Viana, O. da Veiga Ferreira e J. Formosinho.

134 Necrópole do Buço Preto ou Esgravatadoiro. Planta do tumulus que encerrava três sepulturas cistóides.

A sepultura B continha contas pequenas. A sepultura A continha machados, enxós e duas lâminas de sílex, além de fragmentos cerâmicos. Seg. A. Viana, O. da Veiga Ferreira e J. Formosinho.



*O Megalitismo  
foi o x-y por suas  
das pequenas  
das de sílex e de  
sílex de sílex*

132/131

133

135/134

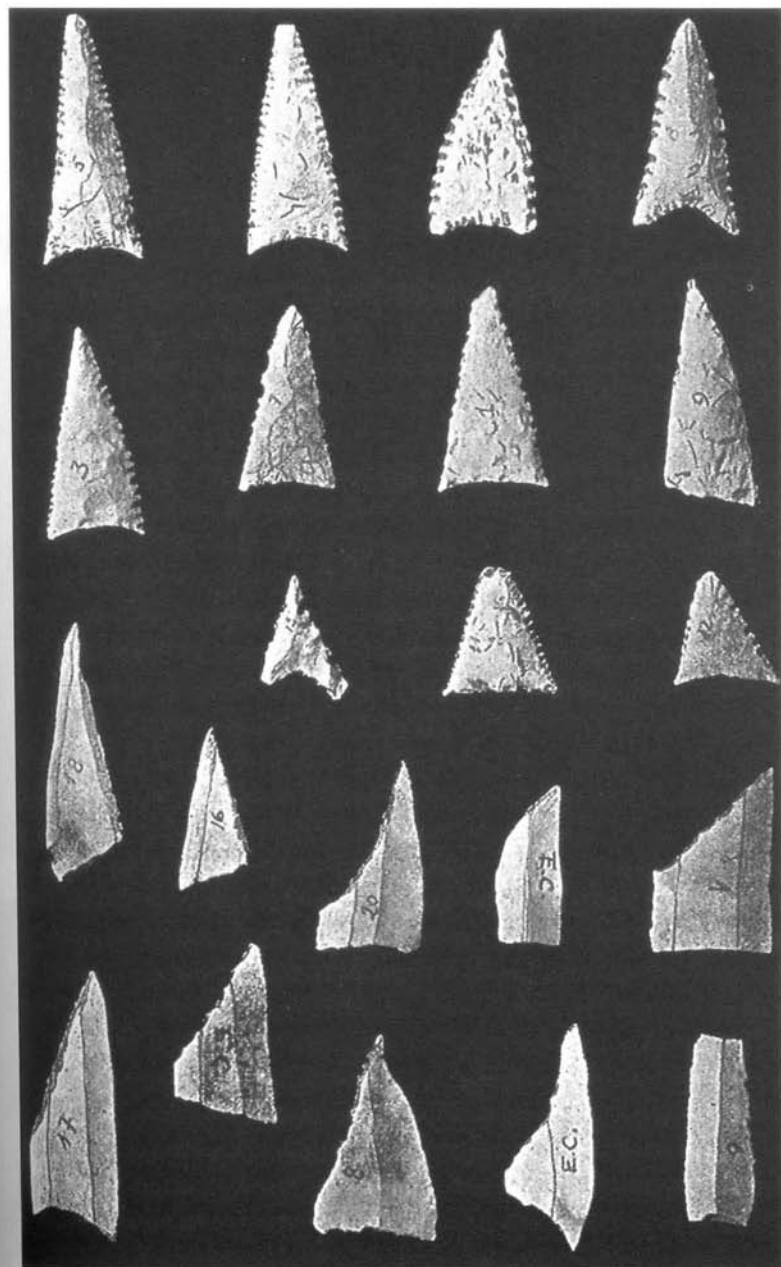
Com alguns particularismos locais, o «fenómeno» megalítico respeitou evolução relativamente coerente à escala do território português, do Algarve à região norte, admitindo-se que os pequenos monumentos alentejanos antecedam e estejam na origem dos restantes. Na própria região do Alentejo litoral de onde se teriam difundido os monumentos mais antigos (fase protomegalítica), os mais modernos, com efeito, correspondem a dólmenes de câmara poligonal e corredor bem diferenciado, de que é exemplo o dólmen de Pedra Branca, Montum (Melides, Santiago do Cacém).

Excepção notável a este panorama geral, válido à escala do território português, foi identificada por J. Formosinho, A. Viana e O. da Veiga Ferreira na região das Caldas de Monchique, onde se assistiu, a partir do Neolítico Médio, ao desenvolvimento de necrópoles (Palmeira, Buço Preto e outras) constituídas por sepulcros cistóides, mais ou menos alongados, a que só com algum abuso se poderá dar o nome de «megalíticos», com apogeu no Neolítico Final e eventual sobrevivência no Calcolítico.

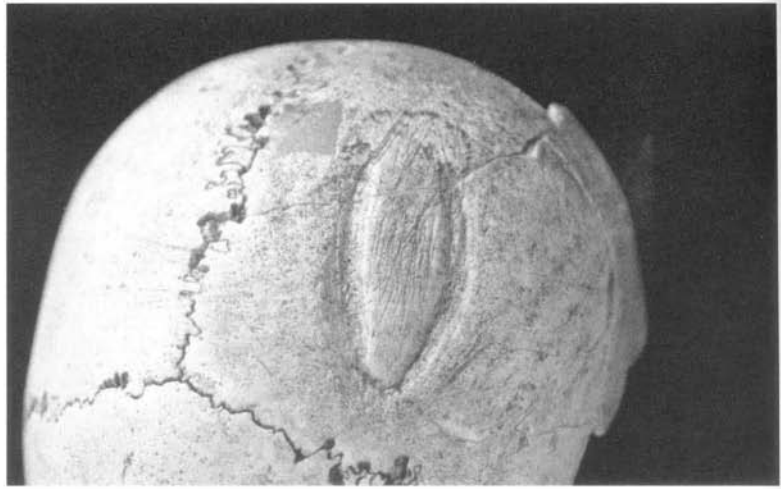
Salvaguardando tais particularismos, estaríamos na situação referida por Victor S. Gonçalves segundo a qual o megalitismo seria a expressão própria de grupos humanos em idêntico estágio de desenvolvimento, devendo ser encarado como fenómeno estrutural generalizado das sociedades camponesas, podendo ter-se afirmado independentemente em vários domínios geográficos: esta justificação aplica-se, por exemplo,

à maior antiguidade dos monumentos bretões, comparativamente aos considerados mais recuados do nosso território (pese a falta de elementos de cronologia absoluta credíveis no que a Portugal diz respeito).

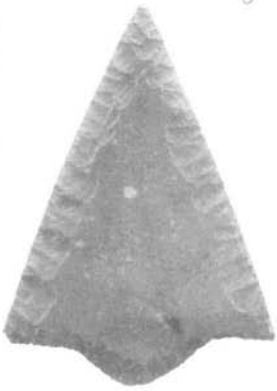
Nos finais do IV milénio a.C., a par das derradeiras grandes sepulturas megalíticas do Sul, emerge, no centro e norte do País, um



135 Pontas de seta e geométricos das necrópoles de Monchique (sepulturas 6 e 7 do Buço Preto e 1 de Eira Cavada). Seg. A. Viana, O. da Veiga Ferreira e J. Formosinho. Tamanho natural.



136 Pormenor de crânio humano neolítico com marcas de trepanação (*ante* ou *post-mortem*?), que não chegou a concluir-se, da gruta da Casa da Moura, Óbidos. Arquivo O. da Veiga Ferreira (foto de M. Leitão).



137 Alabarda de sílex cinzento-rosado, finamente retocada a partir da periferia depois do polimento de ambas as faces, da gruta funerária da Casa da Moura. Neolítico Final.

Comp. 13,0 cm. Arquivo O. da Veiga Ferreira (foto de M. Leitão).

Museu Geológico do INETI.

novo ciclo tendente para a inumação individual: trata-se de túmulos pequenos e baixos, de tipo cista de planta sub-rectangular a poligonal, cuja construção se prolongou por todo o III milénio a.C., acompanhando a reutilização dos monumentos anteriores, fenómeno observado por todo o território, não só no decurso do Calcolítico, mas também nas Idades do Bronze e do Ferro. Cronologicamente já calcolítica, esta fase corresponde, no Sul, à construção de sepulturas de falsa cúpula – totalmente desconhecidas no centro e norte do País – e à emergência do «fenómeno» campaniforme, ao qual se encontra associada a construção de sepulcros cistóides, aspectos que serão adiante tratados. O III milénio a.C. corresponde, pois, e de um modo generalizado a todo o actual território português, a uma época em que já não se construían dólmenes, no sentido estrito do termo. O quotidiano passou a centrar-se em torno do grande povoado, por vezes monumentalizado, sem esquecer os santuários rupestres, correspondentes à componente espiritual que pontuava o quotidiano dos vivos.

Por seu turno, «megalitismo de grutas», foi uma expressão utilizada na década de 1970 por Victor S. Gonçalves, relativa à tumulação em grutas da Estremadura, onde abundam no maciço calcário, constituindo por vezes vastas necrópoles com origem no Neolítico Antigo, revestindo rituais funerários idênticos aos processados no interior das antas, designadamente o recurso ao uso de «ocre vermelho», os quais já foram acima referidos. Este tipo de necrópoles só excepcionalmente ocorre noutros pontos do País, como no Alentejo (Gruta do Escoural, Montemor-o-Novo), ou em Trás-os-Montes (Lorga de Dine, Vinhais), em consequência da existência de faixas calcárias paleozóicas. A sua



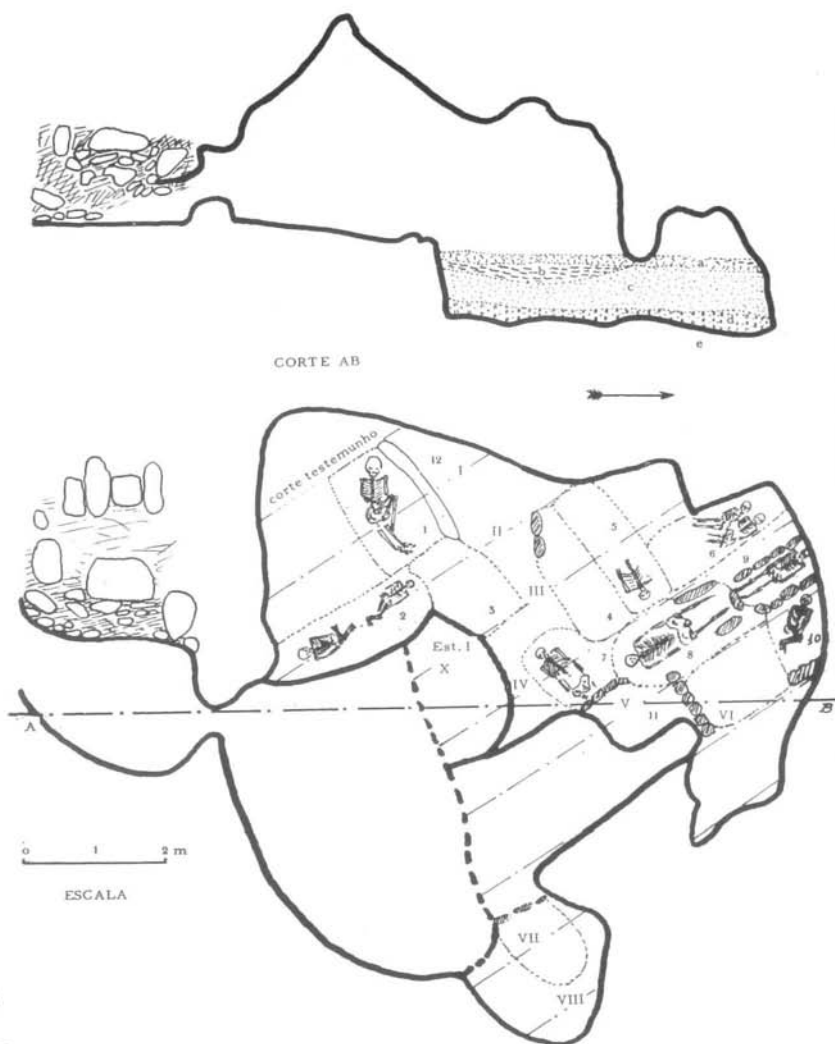
138 Conjunto funerário da gruta natural do Lugar do Canto, Alcanede, com espólio pertencente a uma tumulação atribuível à transição do Neolítico Médio para o Neolítico Final datada pelo radiocarbono para cerca de 95% de probabilidade entre 4046 - 3752 a. C. (datação até ao presente inédita). Destaca-se os elementos de adorno, com contas de colar executadas em conchas de *Dentalium* sp., incluindo um exemplar completo e dois braceletes recortados em valvas de *Glycymeris glycymeris* (foto de M. Leitão).



139 Calote craniana da necrópole do Neolítico Final da gruta do Escoural, depositada ritualmente em pequeno nicho lateral (Montemor-o-Novo). Arquivo M. Farinha dos Santos. Escala em dm.



140 Pormenor de placa estalagmítica da gruta do Escoural correspondendo a deposições funerárias do Neolítico Final, realizadas no chão da cavidade. Observa-se a particularidade de, sob a espessa camada calcítica, se reconhecer, ao centro, uma taça colocada no interior de outra de maiores dimensões, costume recorrente, do Neolítico Final, ao final do Calcolítico. Arquivo M. Farinha dos Santos. Escala em cm.



141 Planta e corte da necrópole em gruta natural neolítica e calcolítica da Lapa do Bugio, Sesimbra. Seg. R. Monteiro, G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira.

137/136

138

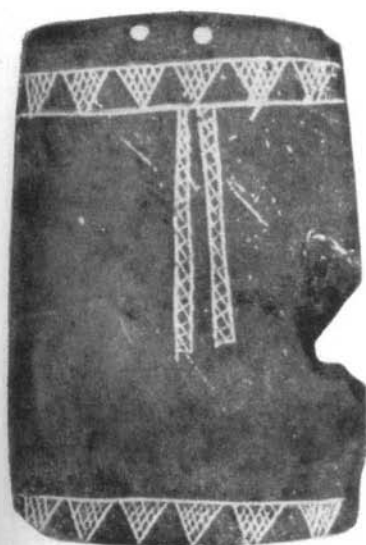
✓ cronologia situa-se, em geral, na 2.<sup>a</sup> metade do IV milénio a. C. (Neolítico Final). Nas largas dezenas de ocorrências estremenas conhecidas, com destaque para a Lapa do Fumo e a Lapa do Bugio (Sesimbra), a Gruta da Casa de Moura (Óbidos), a Gruta do Correio-Mor (Loures), a Lapa da Galinha (Alcanena), o Algar do Bom Santo (Cadaval), a Gruta do Lugar do Canto (Alcanede) ou as grutas da região de Alcobça, efectuaram-se milhares de tumulações, a que se encontram associados espólios semelhantes aos alentejanos, avultando as características placas de xisto, presentes em quase todos os sítios referidos, prova mais do que evidente da importância dos fluxos culturais então recebidos na Estremadura do interior do território.

As tumulações foram feitas tanto à superfície (deposições), como no Algar do Bom Santo (Cadaval), na Gruta do Lugar do Canto (Alcanede) ou na do Escoural (Montemor-o-Novo), como em pequenos covachos, por vezes delimitados por pequenas pedras, como na Lapa do Bugio (Sesimbra). Nesta última, identificou-se ainda um ossuário, correspondente à acumulação de despojos humanos de tumulações anteriores.

Os elementos do espólio funerário de origem alentejana surgem na Estremadura por um processo de interacção, envolvendo permutas em larga escala, sem exigirem contudo a presença directa de populações

139/140

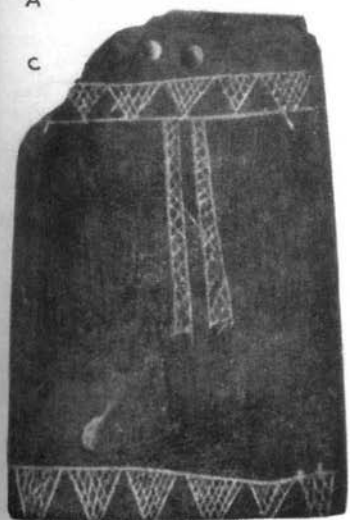
141



A



B

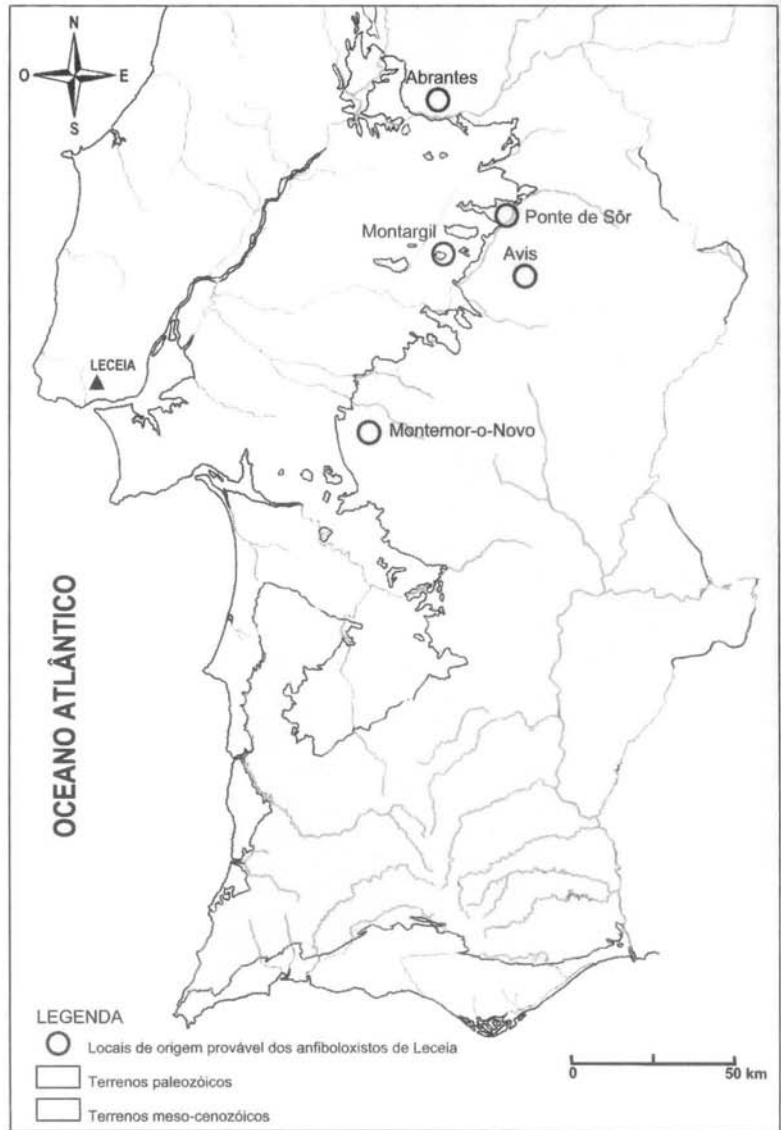


C



D

142 Comparação entre uma placa de xisto gravada em ambas as faces encontrada em Chelas, Lisboa (em baixo), com uma outra proveniente da sepultura circular n.º 20, Jerez de la Frontera, Huelva. A semelhança entre ambas é evidente, denotando uma produção ou origem comum. Altura da placa de Chelas: 9,0 cm. Seg. G. Zbyszewski.



143 Fontes de abastecimento mais prováveis das rochas anfíbolíticas utilizadas no fabrico de diversos utensílios de pedra polida recolhidos no povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras.

Seg. J. L. Cardoso e A. de Barros e Carvalhosa.

142

do interior, ou vice-versa, a qual, todavia, foi possível em pequena escala, ao nível dos indivíduos que viajavam e garantiam os contactos: só assim se explica a notável semelhança entre artefactos peculiares, feitos pelo mesmo artífice ou copiados dos outros, como é o caso de duas placas de xisto estranhamente idênticas, uma recolhida em Chelas (Lisboa), outra oriunda de Huelva, como bem sublinhou há já muitos anos G. Zbyszewski.

De qualquer modo, a ideia com que se fica é a de que, até ao fim do Neolítico, as populações detinham uma razoável mobilidade, facto



que é evidenciado no registo arqueológico pelo contraste entre o «peso» do registo funerário face ao habitacional. Tal facto poderá explicar-se em parte pela existência, desde o Neolítico Antigo, na Estremadura, de trocas comerciais que garantiam o aprovisionamento de rochas duras existentes no interior alentejano (anfíbolitos), necessárias à manufactura de artefactos do quotidiano (machados, enxós, etc.). O incremento da presença por toda a Estremadura destas rochas, a partir no Neolítico Final, objecto de recente caracterização por J. L. Cardoso e A. de Barros e Carvalhosa no povoado pré-histórico de Leceia onde, a par de outros sítios calcolíticos estremenhos, constituem mais de 70% dos artefactos de pedra polida, são um testemunho dessa interacção, só explicável pela existência de importantes redes de troca, cujos motivos são conhecidos; com efeito, a presença, no Alto Alentejo, do sílex da Estremadura, é explicável por idêntico mecanismo, mas de sentido inverso, extensível também às Beiras; a intensificação económica que a partir do Neolítico Final envolveu, pois, redes de intercâmbios a larga escala, as quais se intensificaram mais tarde, no decurso do Calcolítico e da Idade do Bronze.

Os diversos dólmenes da Baixa Estremadura, em particular os da península de Lisboa, foram construídos com grandes ortóstatos de calcário do Mesozóico, exibindo particularidades arquitectónicas dignas de nota, face aos seus congéneres do Alentejo: por um lado, é frequente a planta do tipo «galeria coberta», bem exemplificada no dólmen de Monte Abraão (Belas, Sintra), com espólio característico

144 Dólmen do Monte Abraão, Sintra. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

143

144

do Neolítico Final; por outro, verifica-se frequentemente o rebaixamento do solo dos monumentos, obtido pelo escavamento do substrato geológico, solução plenamente adoptada em outros sepulcros do Neolítico Final (os hipogeus, grutas artificiais escavadas na rocha, quase exclusivas da região da Baixa Estremadura): é o caso do dólmen de Casinhos (Loures).

145

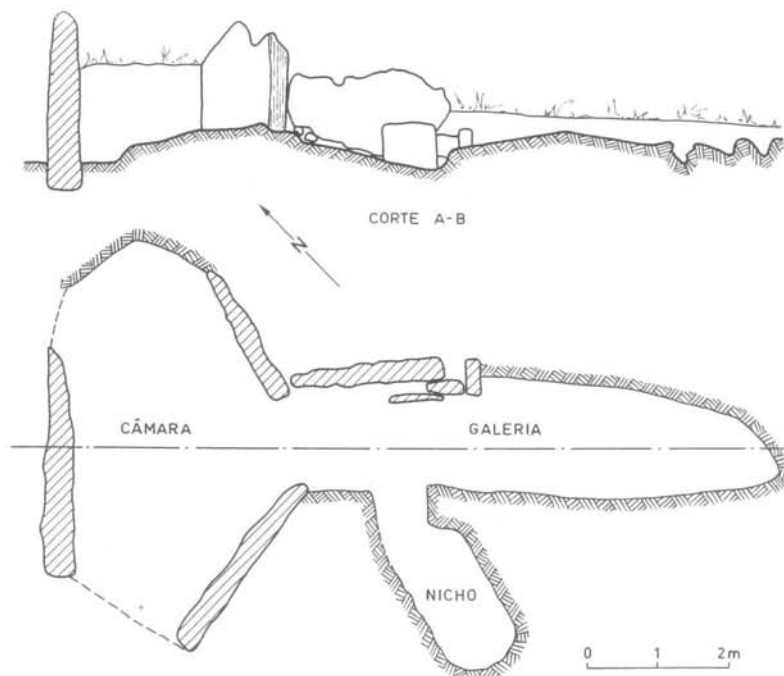
147/146

148

149

As grutas artificiais ou hipogeus, ocorrem frequentemente em grupos de quatro (Quinta do Anjo (Palmela), Carenque (Amadora), São Pedro do Estoril e Alapraia (Cascais), são os conjuntos melhor conhecidos). Estes sepulcros estremenhos, de tipologia relativamente uniforme, ainda não foram adequadamente relacionados com os seus congéneres mediterrâneos, de maior diversidade arquitectónica, com os quais exibem evidentes semelhanças. A sua distribuição litoral reforça, com efeito, tais relações, com ocorrências conhecidas nas ilhas de Malta e da Sicília, integráveis na mesma faixa cronológica e etapa cultural.

145 Monumento dolménico de Casinhos (Loures), associando a utilização de ortóstatos à escavação parcial na rocha, como outros monumentos congéneres da região de Lisboa. Seg. V. Leisner, G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira.





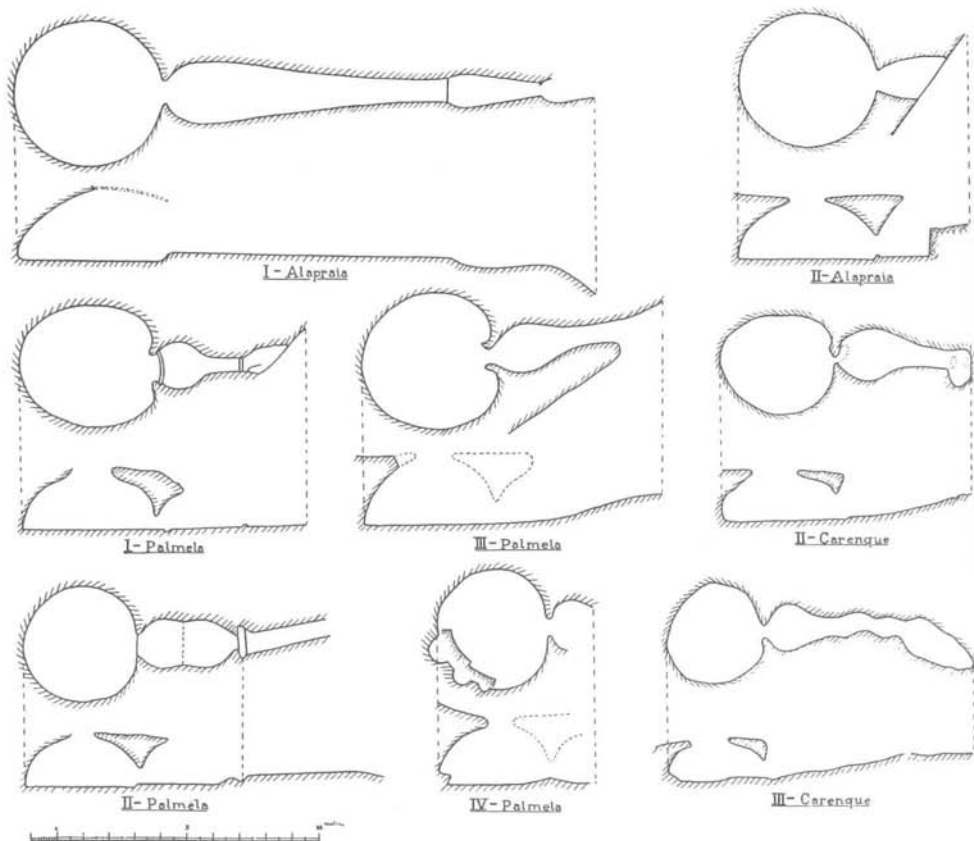
146 Gruta I da Quinta do Anjo, Palmela, vista da entrada. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

147 Gruta II de Carenque (Amadora), observando-se a entrada, o corredor e, em baixo, a passagem para a câmara, cuja clarabóia corresponde ao local onde se encontra o indivíduo sentado. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

148 Vista parcial da gruta I de Alapraia (Cascais), observando-se em primeiro plano o corredor e, ao fundo, a passagem para a câmara sepulcral, transformada modernamente, aquando da reutilização do monumento como curral. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

Aproveitando ao máximo o mesmo afloramento geológico, escolhido por razões de escavabilidade (o que poderá explicar a orientação variável dos corredores, como se verifica no conjunto da Quinta do Anjo), os materiais mais antigos que neles se encontram, correspondentes ao espólio dos fundadores, insere-se no Neolítico Final (3509-3147 a.C.) conclusão reforçada pelas escassas datas de radiocarbono disponíveis, com destaque para a obtida no hipogeu, já desaparecido, do Monte do Castelo (Leceia,

✓  
HF



149 Plantas e cortes dos principais conjuntos de grutas artificiais (hipogeus) do território português. Seg. E. Jalhay e A. do Paço.

Monte Canelas  
✓

Oeiras), relacionável com os primeiros habitantes do povoado pré-histórico de Leceia, ou as obtidas por AMS, sobre alfinetes de cabeça canelada postiça, da câmara ocidental do monumento da Praia das Maças (Sintra), na verdade uma gruta artificial complexa com a câmara principal coberta por falsa cúpula e uma câmara lateral totalmente escavada na rocha, provavelmente coeva da maior e em comunicação com aquela.

No Algarve, a recente escavação do hipogeu do Monte Canelas, Alcalar (Portimão), dirigida por R. Parreira, revelou monumento de outro tipo, ainda que com paralelo no da Praia das Maças: possui duas criptas sepulcrais, uma delas comunicando com o exterior através de uma rampa de acesso. Foi correlacionado com o único dólmen da necrópole alcalarense, considerado o mais antigo do conjunto, atribuível ao Neolítico Final (trata-se de monumento de corredor longo). A presença conjunta de um monumento megalítico e de um hipogeu confere ao local uma importância ímpar, no Neolítico Final, explicando, assim, a preferência que lhe continuou a ser dada como zona sepulcral no decurso do Calcolítico, altura em que foi celebrizado pela construção de várias *tholoi*.

A escavação do hipogeu de Monte Canelas revelou a deposição de mais de 70 indivíduos, mas é crível que o seu número tenha sido superior, atendendo à destruição parcial do monumento. Identificaram-se dois níveis de tumulações, o mais recente datado pelo  $^{14}\text{C}$  em 3379-2881 a. C., para um intervalo de confiança de cerca de 95%, confirmando a sua construção no decurso do Neolítico Final.

O recurso a várias fórmulas coevas de tumulação, por vezes presentes na mesma necrópole – como é demonstrado pelo exemplo citado –, umas mais ostentatórias, outras deliberadamente discretas, é uma realidade ainda não cabalmente explicada, extensível também à Estremadura e Norte de Portugal (avultando, nesta região, o exemplo supracitado da necrópole megalítica da serra da Aboboreira, em Amarante).

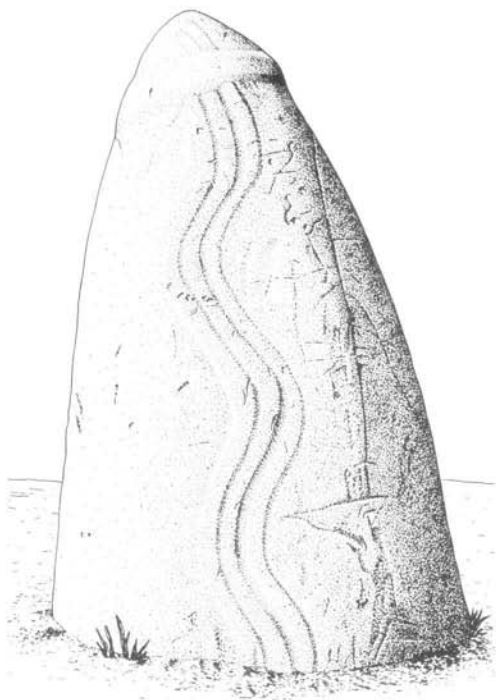
Enfim, há ainda a referir diversas necrópoles hipogeias mal conhecidas, provavelmente em poço ou silo simples, atribuíveis ao Neolítico Final, igualmente escavadas em rochas brandas, cujo exemplo mais setentrional (Lapas, Torres Novas), ocorre isolado; de facto, tal tipo de sepulcros é quase exclusivo do Algarve, onde Estácio da Veiga escavou alguns, com destaque para os túmulos de Aljezur, abertos em rochas brandas carbonatadas do Miocénico, ali aflorante.

Outra manifestação ritual das sociedades neolíticas encontra-se corporizada por outro tipo de megálitos, estes de características não funerárias: são os menires, por vezes agrupados (em geral em cromeleques), implantados em zonas planas ou em pequenos cabeços e com distribuição por todo o território português, com especial incidência no Alto Alentejo (distrito de Évora) e no Algarve Ocidental (concelhos de Lagoa e de Vila do Bispo). Menires e cromeleques poderiam constituir lugares de reunião de populações de origem comum, normalmente dispersas por vastos territórios onde praticariam uma agricultura extensiva, ainda de marcada mobilidade.

A cronologia do início da construção destes monumentos, apareçam isolados ou em grupo, é ainda mal conhecida. Por se tratar de estruturas monolíticas, implantadas em geral em sítios desprovidos de estratigrafia vertical, que remeta inquestionavelmente para uma dada época a sua erecção, têm-se desenvolvido teorias, nem sempre concordantes, a tal respeito. A associação espacial de menires e cromeleques, no concelho de Évora, como os investigados recentemente por Manuel Calado (cromeleque de Vale Maria do Meio, entre outros), a cerâmicas decoradas do Neolítico Antigo Evolucionado conduziram este arqueólogo a admitir que os menires em causa remontariam àquela época; a idêntica conclusão se poderia chegar na notável região menírica do litoral do Algarve ocidental, com base em pressupostos do mesmo

150/151

150 Grande menir fálco da Caramujeira (Lagoa) de calcário duro. Observe-se a banda vertical de sulcos ondulados, a partir de glande peniana, representando o sêmen fertilizador da terra. Desenho inédito de B. Ferreira.



151 Menir do Vale da Lama (Silves). Seg. G. Zbyszewski e colaboradores. Observe-se a cadeia de motivos em alto relevo, talvez símbolos sexuais femininos, condizentes com o formato ovóide do megálito.



152 Menir fálco de Padrão, Vila do Bispo, feito de bloco de calcário duro, totalmente afeiçoado. Foto de J. L. Cardoso.

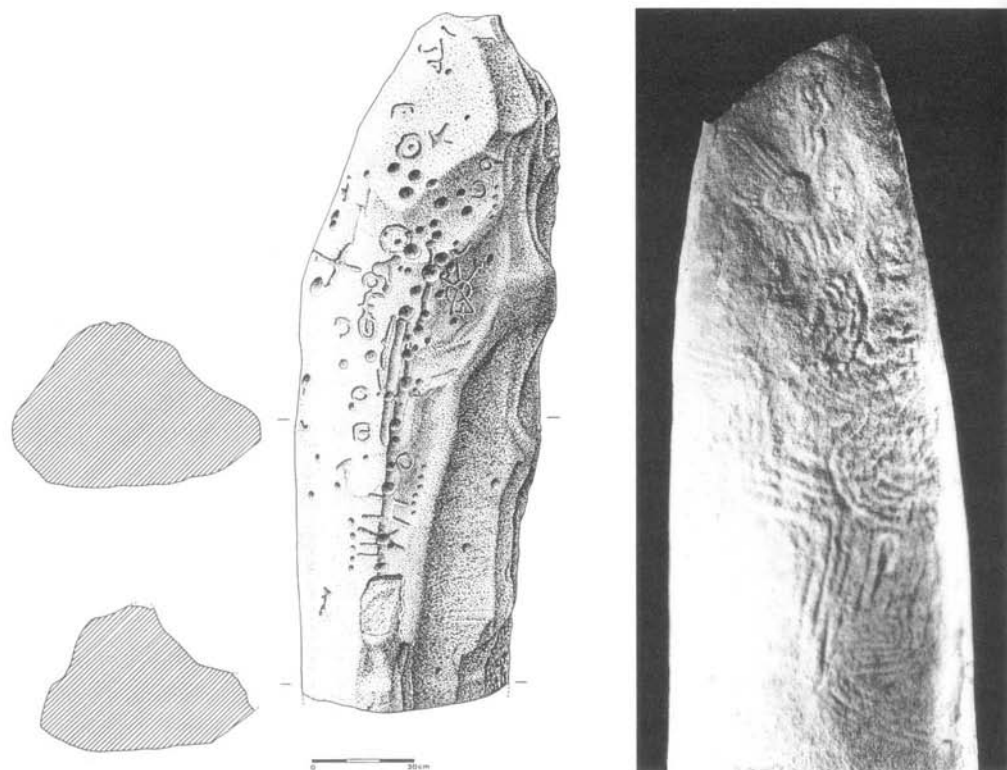


tipo (como é o caso dos menires do Padrão, Areias das Almas e Caramujeira). Num dos casos, o menir do Padrão (Vila do Bispo) encontrava-se a pouca distância de uma estrutura de combustão, já referida, cuja datação aponta para o Neolítico Antigo: mas, como é óbvio, tal estrutura poderá ser muito mais antiga que o menir, nada indicando que se encontre funcionalmente associada a este. Na Caramujeira, um dos menires encontrava-se, segundo M. V. Gomes, selado por uma camada arqueológica do Neolítico Final, conferindo-lhe um limite cronológico *ante quem*.

Enfim, as datações absolutas, naturalmente, valem o que valer a segurança estratigráfica dos respectivos contextos: o único caso até ao presente objecto de datação directa é a fundação do grande menir da Meada (Castelo de Vide), cuja cronologia, com base em carvões considerados fiáveis, remeteu para cerca de meados do V milénio a. C. ( $6022 \pm 40$ BP), data que é compatível com o Neolítico Médio.

Porém, a atentarmos às datas, tão ou mais recuadas do que aquela, também obtidas por Jorge de Oliveira para carvões recolhidos em dólmenes da mesma região, alguns deles inquestionavelmente reportáveis à fase de apogeu do megalitismo, do Neolítico Final, não poderemos deixar de questionar a validade da referida datação.

Tal significa que, embora possível, ainda se não pode atribuir com segurança, com base nos argumentos aduzidos, a cronologia do fenómeno menírico como remontando ao Neolítico Antigo Evolucionado, sem negar que, especialmente os pequenos bétilos (a aceitar tal designação), como os encontrados no povoado de Vale Pincel I (escavações de J. Soares e C. Tavares da Silva) sejam efectivamente de tal época. Já o mesmo não se poderá dizer dos grandes monumentos, que consideramos mais tardios, e que pontuariam paisagens e territórios, servindo como elemento agregador e memorial colectivo de grupos mais ou menos homogéneos, mas com uma matriz cultural comum. Referimo-nos, naturalmente ao Neolítico Final, época que correspondeu, como atrás se referiu, à construção das grandes antas alentejanas. Embora as provas arqueológicas directas sejam ainda escassas, merecem destaque os resultados recentemente obtidos no conjunto dos menires do Lavajo (Alcoutim), escavados sob direcção do autor. No primeiro conjunto explorado, identificaram-se três grandes menires de grauvaque; o maior e único intacto, de formato nitidamente fálico, apresenta numa das faces, alinhamentos de «fossettes», escavadas ao longo de sulcos que percorrem longitudinalmente o grande menir, para além de representações antropomórficas esquemáticas e círculos, também observados noutra menir.



153

A temática decorativa insere estes monólitos no Neolítico Final. Em cerro contíguo, do outro lado do «barranco», apenas separado do primeiro núcleo megalítico por escassos 250 m, identificaram-se outros quatro menires, estes de forma estelar, apenas afeiçoados por picotagem, cuja fundação foi identificada e escavada. Trata-se de um sulco aberto nos xistos paleozóicos, calçado por lascas de grauvaque de modo a assegurar a fixação dos menires. Ali se recolheram diversos artefactos, depositados ritualmente aquando da erecção dos monólitos, cuja tipologia indica também o Neolítico Final: entre eles, destaca-se uma bela placa de grauvaque lisa, com furo de suspensão e decoração limitada a um sulco periférico, com paralelos em monumentos dolménicos do apogeu do megalitismo alentejano (Anta Grande da Comenda da Igreja, Montemor-o-Novo). A ocorrência simultânea de artefactos de sílex e de anfibólito, mostra que o abastecimento em tais matérias-primas, inexistentes na zona, seria garantido pelo comércio transregional, tanto com o interior baixo-alentejano (onde se conhecem anfibólitos na Zona de Ossa/Morena), como com o barrocal algarvio (onde se conhecem nódulos de sílex nos calcários jurássicos que percorrem longitudinalmente toda a província).

O conjunto de menires do Lavajo, os primeiros a serem encontrados em todo o Sotavento Algarvio constituíam certamente marcos de carácter simbólico e talvez também servindo como limites de territórios, cuja demarcação começou seguramente a processar-se no Neolítico Final. A este propósito, cabe referir algumas antas, situadas junto a menires (Anta da Granja de São Pedro, Idanha-a-Nova; Anta Grande do Zambujeiro, Évora, entre outras), que poderão interpretar-se como reforço do marco territorial constituído por tais monumentos, alguns deles até à época actual (limites de freguesias, na sequência de marcadores dos domínios das antigas ordens militares).

O carácter fálico, frequentemente explícito em numerosos menires, como no menir de Outeiro (Reguengos de Monsaraz), no qual se chegou a escavar a abertura do canal uretral, confere a estes monólitos o estatuto de elementos masculinos, conotáveis com a fertilização da terra, da qual dependia, em última instância, o sucesso destas comunidades, progressivamente sedentárias e, deste modo, cada vez mais dela dependentes. Também os grandes menires fálicos de calcário do Barlavento Algarvio ostentam linhas onduladas verticais, associadas à fertilização da terra, enquanto outros, de formato ovóide, exibem cadeias de motivos ovulares, igualmente em alto relevo, que poderão ser conotáveis com representações vulvares, as quais não têm paralelo nos motivos insculturados dos menires alentejanos.

Para o estabelecimento de uma cronologia absoluta e adequada integração cultural dos menires alentejanos, importa proceder à interpretação cruzada de: a) argumentos extrínsecos, com base nas temáticas neles insculturadas; b) argumentos intrínsecos, relacionados com as causas da sua própria construção e dos meios que foi possível mobilizar para tal efeito. Tenha-se ainda em conta casos de reaproveitamento com transformações, em épocas tardias de tais monumentos por vezes em estelas (por adelgaçamento), o que aumenta ainda mais as dificuldades de estabelecer a sua integração cultural original.

No primeiro grupo de argumentos conta-se o «báculo», símbolo de mando, neles recorrentemente representado, que é compatível com os artefactos rituais de xisto morfológicamente idênticos recolhidos nas necrópoles do Neolítico Final da Estremadura e Alentejo. Por outro lado, a preparação, transporte (por vezes de vários km) e a fixação de elementos de dimensões assinaláveis como estes, implicava a existência de uma sociedade suficientemente organizada, ainda desconhecida no Neolítico Antigo. Também a dependência da fertilidade da terra, alusiva aos seus sucessos agrícolas (revelada pelo seu carácter fálico, ou feminino, em alguns do Barlavento Algarvio), parece mais forte do que seria de esperar em grupos do início do

153 Grande menir de grauvaque de Lavajo I (Alcoutim), com numerosas insculturas de carácter geométrico, atribuíveis a data de erecção do menir, no Neolítico Final. Seg. J. L. Cardoso e colaboradores.

~~Nota: o menir foi reposicionado no terreno de forma incorrecta, pelo que o topo corresponde à parte primitivamente enterrada.~~

XIV

154 Fotografia nocturna do menir de Belhoa (Reguengos de Monsaraz), com motivos geométricos em ziguezague insculturados, um báculo (em baixo, à direita) e um símbolo astral radiado (no topo). Arquivo M. Farinha dos Santos.

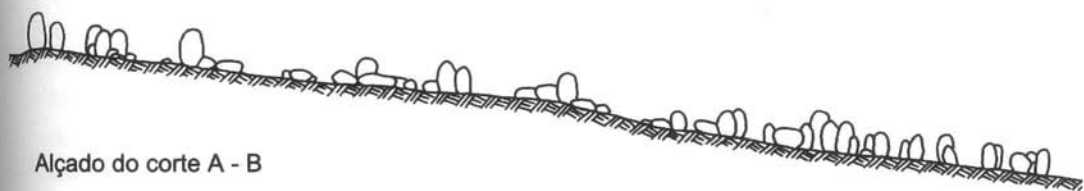
154

Neolítico, ainda pouco praticantes da agricultura e tenuamente fixados aos territórios que tais monumentos supostamente delimitam. A este propósito, importa referir que a implantação dos menires mais notáveis da rica região de Reguengos de Monsaraz, marcariam, efectivamente, para Victor S. Gonçalves, territórios de solos particularmente férteis, onde alguns deles se situam, sendo a sua visibilidade e impacto simbólico evidentes.

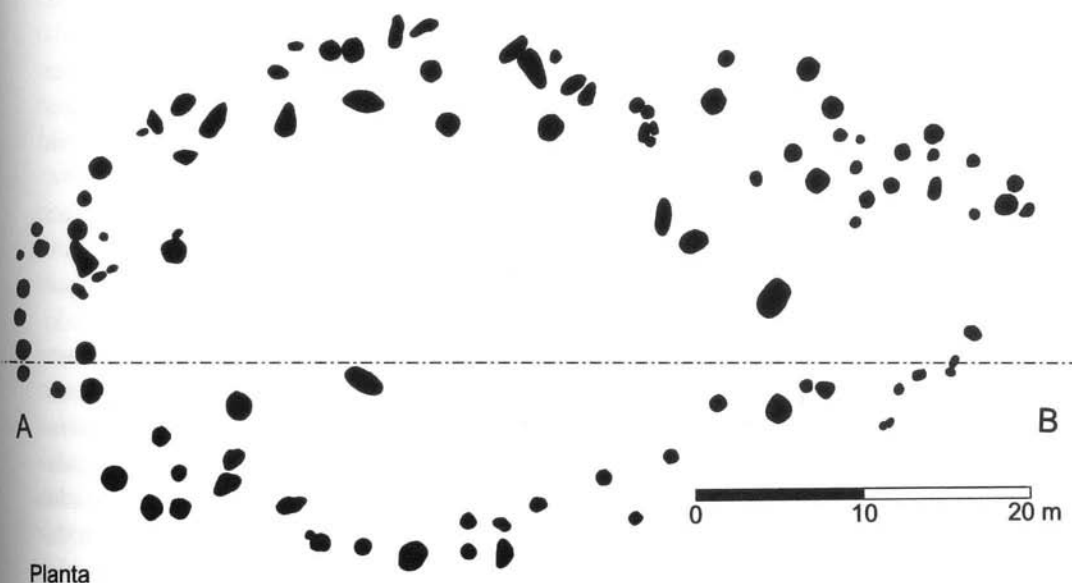
A simbologia patente nos menires decorados é, pois, uma via para a definição da respectiva cronologia e integração cultural. No caso dos grandes menires alentejanos, e em especial dos menires decorados, crê-se defensável, no estado actual dos conhecimentos, atribuí-los ao Neolítico Final, com base nos argumentos supra-aduzidos. Esta hipótese teve reforço importante através do recente estudo iconográfico da estela-menir do Monte da Ribeira (Reguengos de Monsaraz). O que aquele monumento evidencia, é a representação antropomórfica, tanto volumétrica como gráfica da figura do «chefe», que transparece, ataviado com os atributos do seu poder, expressos ou de forma implícita a que não falta a representação de machados e do báculo. Tal realidade, reflectindo a existência de uma sociedade já hierarquizada, só é compatível com fase avançada do Neolítico, que Victor S. Gonçalves situou na segunda metade do IV milénio a.C. salientando-se a articulação entre a implantação destes menires e a fertilidade dos terrenos adjacentes, como convinha a uma sociedade agro-pastoril, já distante da economia de produção incipiente que caracterizou os primeiros tempos neolíticos. Tais monólitos serviam, pois, como marcadores de propriedade, por parte das comunidades que ocupavam os povoados adjacentes, com os quais, nalguns casos e segundo o autor citado, foi possível estabelecer relação, na região de Reguengos de Monsaraz. No mesmo sentido concorrem as observações de M. V. Gomes no concernente ao Barlavento Algarvio, ao admitir que os grandes monólitos, de carácter marcadamente público, e especialmente os fálicos, associados ao acto de fecundação da terra, expressariam uma etapa avançada do Neolítico. Uma das evidências mais frisantes da conotação entre menires e práticas agrárias, ou pelo menos a produção de alimentos (o que não é, naturalmente, o mesmo) é o menir de Cegonhas (Rosmaninhal, Idanha-a-Nova), correspondente a reutilização de um dormente de grande mó, fixada verticalmente no terreno, numa afirmação da dificuldade actualmente sentida em separar o profano do sagrado, na época pré-histórica: neste caso, trata-se de um artefacto de carácter nitidamente doméstico, associado a uma prática do quotidiano (a produção de alimentos), certamente na época com uma carga simbólica ou ritual bem marcada. No mesmo sentido concorre

a utilização, que é frequente, de elementos de mós manuais (dormentes e moventes) na estruturação de espaços sagrados, conferindo-lhes funções propiciatórias. M. V. Gomes chega mesmo a referir a descoberta de um dormente colocado com a superfície de trabalho encostada ao menir 1 do cromeleque de Amantes 1 (Vila do Bispo), para além de ter verificado que outros elementos de moagem integravam as estruturas de sustentação, tanto de menires algarvios (Courela do Castanheiro, Bensafrim), como alto-alentejanos (cromeleque dos Almendres, Évora). Note-se, aliás, que a fertilidade masculina, representada pelos aludidos monólitos fálicos, era acompanhada por culto da fertilidade feminina, como transparece dos menires oróides do Barlavento Algarvio, com representações sexuais femininas (vulvas em relevo), já atrás mencionadas. Nesse sentido concorrem também as estatuetas de barro maciço, de grande qualidade plástica, representando porcas, animal tradicionalmente fecundo, provenientes da camada do Neolítico Final do povoado de Leceia, a par de outras representações zoomórficas coevas (lagomorfos).

155 Planta e corte topográfico do local de implantação do cromeleque dos Almendres (Évora).  
Seg. H. L. Pina, modificado.



Alçado do corte A - B



Claro está que a existência, inquestionável, de grandes menires no Neolítico Final não é incompatível com a possibilidade de alguns remontarem a momentos neolíticos anteriores: refiram-se, designadamente, alguns dos pequenos menires do Barlavento Algarvio, em Areias das Almas e Caramujeira (Lagoa). Nesta última localidade, segundo M. V. Gomes, um pequeno menir assentava em pavimento de argila selado por camada arqueológica que integrava algumas estruturas de combustão e materiais do Neolítico Antigo. Porém, salvo casos excepcionais, como os referidos, importa ser prudente: como bem assinalou Victor S. Gonçalves, entre outros, a dificuldade de datação de qualquer menir, com base em critérios de associação estratigráfica de materiais supostamente coevos, é comparável a querer encontrar, na actualidade, espólio significativo junto a um memorial religioso como os existentes à beira dos caminhos, ou a pretender datar, pelo mesmo critério, a implantação de um qualquer conjunto de marcos divisórios de propriedades...

XV Os cromeleques, constituindo recintos fechados, delimitados por menires, assumem no Alto Alentejo expressão monumental. Pode mesmo dizer-se que se tratariam das primeiras construções públicas do Ocidente Europeu, senão mesmo da Humanidade, cujo significado mais profundo (observatórios astronómicos?) está e estará, definitivamente, envolto em mistério. O conjunto mais soberbo é o cromeleque dos Almendres (Évora), um dos mais importantes e mais antigos monumentos no seu género em toda a Europa, sendo constituído por mais de uma centena de menires, de forma elipsoidal, o que motivou o nome local de «pedras talhas», dada a semelhança com as antigas talhas de barro onde fermentava o mosto. O recinto possui, actualmente, planta elipsoidal com o eixo maior orientado aproximadamente pelos azimutes epinociais, tendo sido utilizado, segundo M. V. Gomes, ao longo do V e do IV milénios a. C., até o Neolítico Final, altura em que alguns menires foram objecto de decoração incluindo «báculos», outras figuras solares radiadas, talvez integráveis numa derradeira fase de utilização do santuário, já no Calcolítico. Ainda no concelho de Évora são de referir dois outros importantes cromeleques: o cromeleque da Portela de Mogos, e o cromeleque de Vale Maria do Meio, afastado cerca de 1,4 km para ESE do primeiro. O primeiro possui a planta elipsoidal, sendo constituído actualmente por 40 monólitos; o eixo maior, de orientação aproximada N – S, é sublinhado por quatro menires, ocupando a maior posição central. Esta direcção é prolongada do lado nascente por outros menires, fora do recinto, constituindo alinhamento. O segundo, apresenta actualmente planta em arco de ferradura, constituída por cerca de 30 monólitos, alongado no sentido

155

nascente-poente, possuindo alguns menires insculturados com círculos, ferraduras e «báculos». A utilização de ambos os recintos teria inícios no V milénio a. C., e ter-se-ia prolongado até o Neolítico Final, tendo o primeiro conhecido nova ocupação no decurso da Idade do Bronze, época em que se terão adelgado os monólitos, assim transformados em estelas-menir, transformação que teria sido acompanhada de decorações antropomórficas em relevo.

Muitos outros recintos megalíticos se conhecem no Alto Alentejo, embora de dimensões mais modestas, quase que miniaturas dos três maiores supra-referidos; o caso mais expressivo é o do monumento do Monte das Figueiras (Pavia), ainda não explorado como merece.

XVI

O grande cromeleque do Xarez (Reguengos de Monsaraz), atingido pelo regolfo de Alqueva foi objecto de trabalhos recentes de reescavação e remobilização para outro local. Seria o único caso até ao presente dado a conhecer em que a planta do recinto definiria um quadrilátero, em torno de um grande menir central, de morfologia fálica. Ainda que tal planta decorra de reconstituição efectuada na década de 1970 por J. Pires Gonçalves, visto boa parte dos menires, de pequenas dimensões, se encontrarem tombados e deslocados pelos trabalhos agrícolas, à data das descobertas, nos finais da década de 1960/inícios da década seguinte, a recente reescavação do recinto, dirigida por M. V. Gomes no âmbito da minimização dos impactes arqueológicos decorrentes da construção do complexo de Alqueva, terá confirmado o critério adoptado na reconstituição do recinto. Assim, a parte central deste seria ocupada por um grande menir fálico, cercado por cerca de cinquenta menires, alguns deles ainda conservando as respectivas coroas de sustentação.

XVII

As orientações astronómicas destes grandes monumentos públicos erigidos especialmente no sul do actual território português ainda não se encontram devidamente justificadas. Mas a própria temática exibida por alguns menires alentejanos – corpos radiados, linhas onduladas e outras representações abstractas – exemplarmente patentes no menir de Belhoa (Reguengos de Monsaraz), reforça a conotação destes monumentos com cultos astrais.

154

No decurso do Neolítico Final/Calcolítico Inicial, outros símbolos emergirão, no Sul do território português, agora sobretudo relacionados com o culto da divindade feminina, a omnipresente deusa-mãe calcolítica: foi então que alguns menires teriam sofrido mutilações intencionais, referidas por alguns autores, embora estas devam ser encaradas com a máxima reserva, visto ser obviamente difícil a sua distinção de fracturas meramente acidentais, ou das produzidas em épocas muito posteriores. O culto masculino, representado pelos menires



XIV

156

XIX



157

XX

XXI

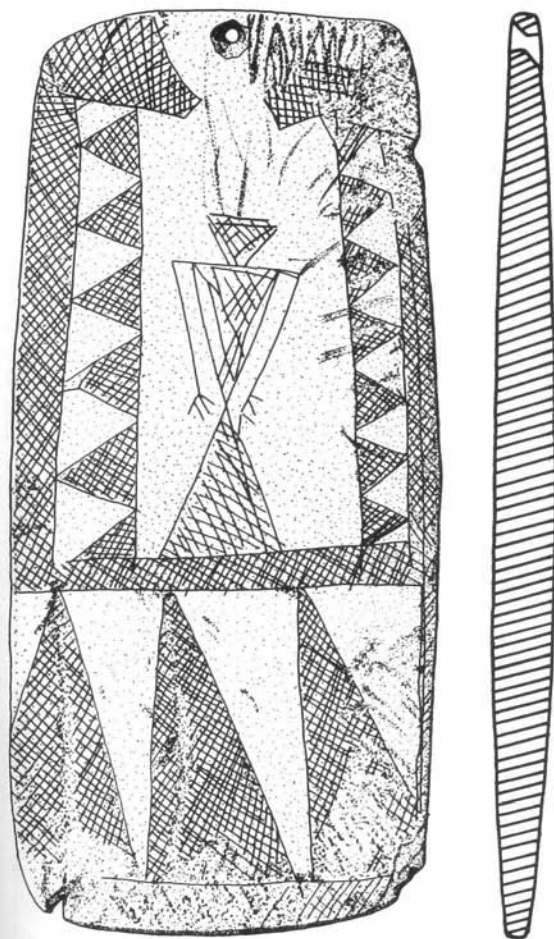
XXII

XXIII

XXIV

do Neolítico Final, especialmente evidente nos de carácter fálico, como o extraordinário menir do Outeiro (Reguengos de Monsaraz), ostentando na extremidade a representação do meato uretral, encontra, nos ídolos almerienses, que ocorrem nas grandes antas alentejanas e nas sepulturas colectivas estremenhas, a representação do «Jovem Deus» das mitologias mediterrâneas, segundo Victor S. Gonçalves, o seu equivalente. Tais peças, recortadas em plaquitas de xisto ou de osso, surgem por vezes acompanhadas por símbolos de fertilidade, como os pequenos lagomorfos, de contorno recortado; são comuns à região de Almeria, como a própria designação indica. Na verdade, o Alentejo constituía então vasta área de circulação e comunicação entre a Andaluzia e regiões peninsulares mais ocidentais como a Estremadura, dando também passagem para o centro e norte do País; prova desses contactos é a existência do ídolo almeriense pintado nos esteios de dólmenes da Beira Alta (Pedralta, Viseu) ou mesmo mais setentrionais (Pedra Coberta, La Coruña), comparáveis aos painéis rupestres pintados da Sierra Morena. A este propósito, merece referência o achado de um ídolo almeriense num contexto conotado com a reutilização da Orca de Corgas da Matança (Fornos de Algodres), referido por António Valera, bem como duas placas de xisto da Lapa do Bugio (Sesimbra), que ostentam a representação do referido ídolo, cuja importância foi devidamente assinalada por Victor S. Gonçalves, num caso «aprisionado» em cartela, ela própria com contorno antropomórfico (será a deusa-mãe?) que ocupa toda a zona central da placa.

A arte rupestre do vale do Tejo (observada num sector sobretudo a montante da barragem de Fratel), da qual cerca de 80% se encontra hoje submersa nas águas da albufeira, engloba entre 20 000 a 30 000 insculpturas, das quais as mais antigas poderão ascender ao Neolítico Antigo. Ali, não transparece a preocupação de garantir boas colheitas ou a expressão da importância dos animais domésticos no quotidiano; ao contrário, como tudo leva a crer, os milhares de figuras pertencentes à fase neolítica (ou Fase I, de A. M. Baptista) que é subnaturalista, representam essencialmente animais selvagens (cervídeos e capríneos, sobretudo, com corpos de perfil, por vezes em atitudes de cópula ou de pré-acasalamento). A Fase II, conotável com a afirmação do megalitismo regional, com apogeu cerca de meados ou início da segunda metade do IV milénio a. C., é caracterizada por representações antropomórficas esquemáticas, por vezes associadas a figuras solares e ainda por cenas de caça, incluindo figuras esquemáticas de homens, animais e cães domésticos. Mais tarde, até talvez o Bronze Pleno, observa-se a proliferação de insculpturas de tipo geométrico (a ascensão do geometrismo é clara nas fases mais avançadas do complexo).



156 Plaquetas antropomórficas recortadas, de osso, do dólmen de Monte Abraão (em cima) e do depósito funerário de Samarra (em baixo), ambos no aro de Sintra. Arquivo O. da Veiga Ferreira. Comp. do primeiro exemplar: 7,0 cm. *Museu Geológico do INETI.*

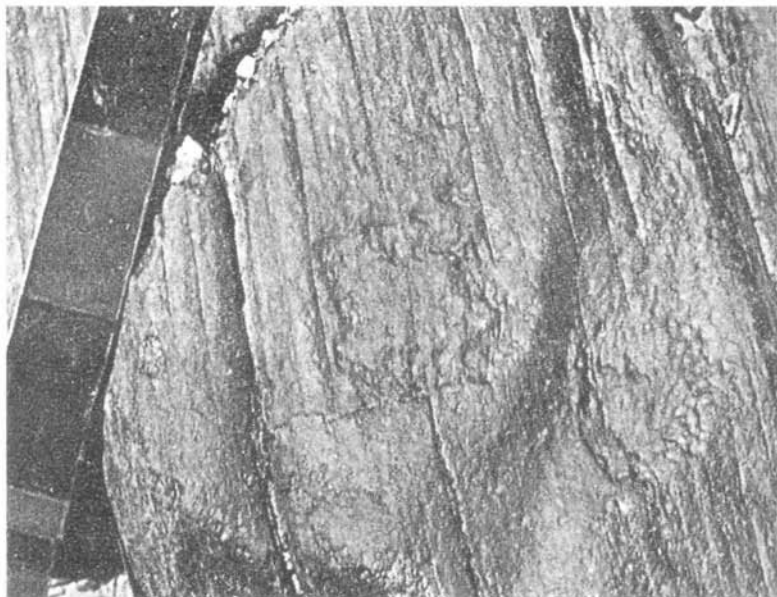
157 Placa de xisto cinzento-azulado da gruta natural sepulcral da Lapa do Bugio, Sesimbra, exibindo na zona central a representação de um ídolo almeriense, com braços e mãos. Trata-se de um exemplar único no seu género. Seg. J. L. Cardoso. Altura máxima: 18,0 cm.

*Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal.*

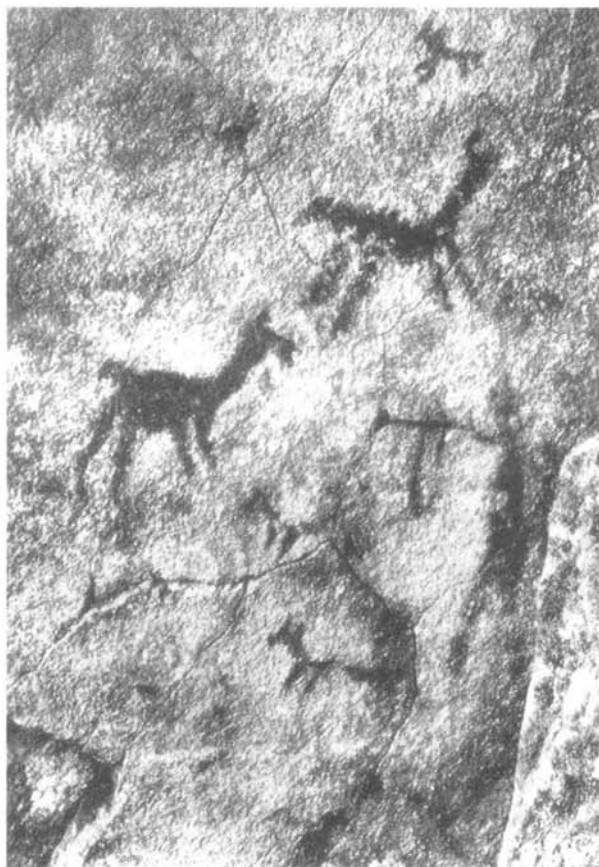
A arte rupestre do vale do Tejo tem equivalente no vale do Guadiana; motivos esquemáticos ou geométricos (circunferências produzidas a picotado) e outros, subesquemáticos, que remetem, tal como no Tejo, para intervalo dos finais do IV aos finais do III milénio eram de há muito conhecidas; porém, só a minimização de impactes arqueológicos, decorrentes da construção do complexo de Alqueva, obrigou ao seu estudo sistemático, que só pecou por tardio. 158

Podemos reconhecer, em consequência, nos vários km de painéis insculturados das margens rochosas do Tejo, a importância da caça para as populações já neolitizadas, incluindo o veado e o cavalo, animais que, em determinadas épocas do ano ali acorriam, certamente não desligada de rituais próprios, aliás sugeridos pela envolvência especial conferida pelo rio e pelas imponentes Portas de Ródão, lugar de referência e de sugestivo simbolismo, ao longo de milhares de anos.

158 Gravuras esquemáticas (circunferências a picotado) da margem direita do Guadiana, de há muito conhecidas mas só recentemente avaliadas na sua efectiva importância científica. Seg. A. M. Baptista e M. Martins. Escala em cm. (divisórias menores).



159 Cena de caça pintada num dos esteios da câmara da Orca de Juncais (Sátão), observando-se um caçador, armado de arco com flecha de corte transversal e ajudado por cães, apontando para uma corça. Seg. G. Leisner.

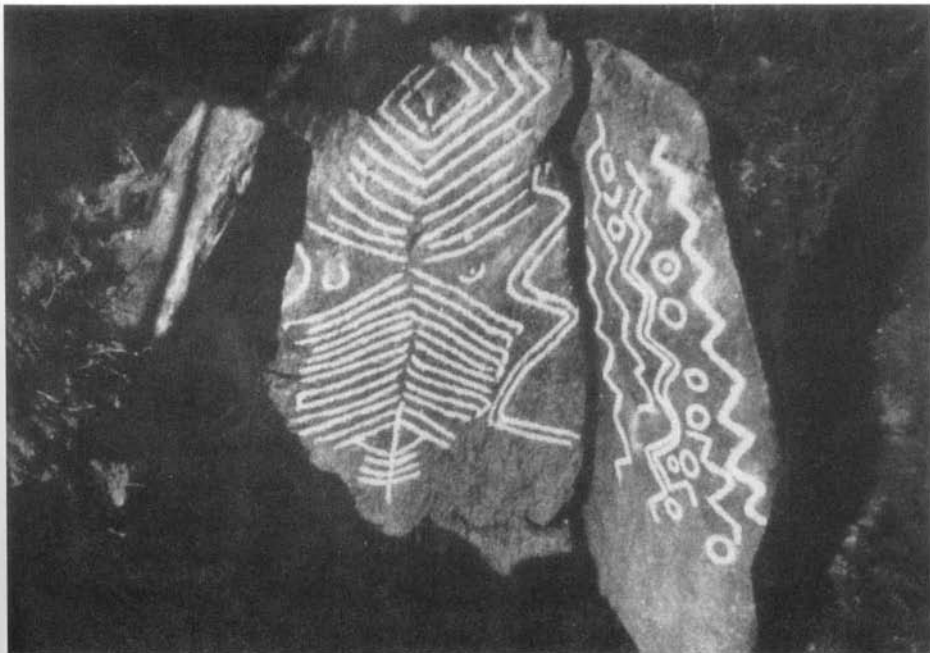


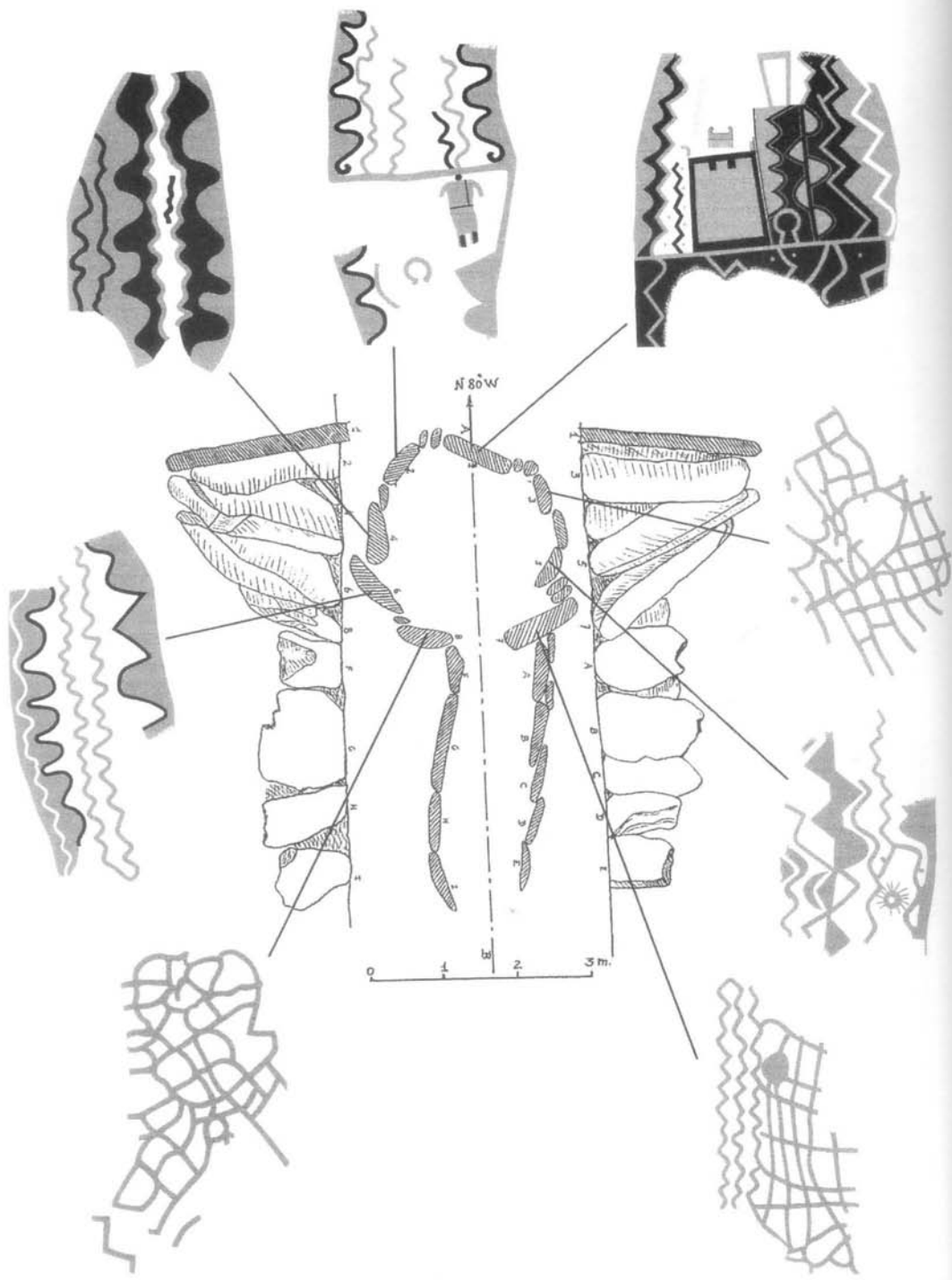
Cenas de caça pintadas foram reconhecidas, por outro lado, em esteios de dólmenes beirões, dos quais o exemplo mais conhecido é o da Orca de Juncais (Sátão), incluindo homens, cães e cervídeos. Raramente se apresentam insculturados, por picotagem ou abrasão, como se observa no vale do Tejo e, quando tal acontece, avultam os serpentiformes, ziguezagues e figuras geométricas, bem documentados na Orca 2 de Chão Redond (Sever do Vouga), com afinidades estilísticas com os motivos dos dólmenes irlandeses. A arte megalítica pintada na face interna de esteios de numerosos dólmenes da Beira Alta, também presente mais a norte (região transmontana) e no Alto Alentejo (escavações inéditas de Manuel Heleno em dólmenes da região de Arraiolos) inclui, ainda, muitos motivos geométricos (com destaque para os astrais, presentes em Antelas e Carapito 1, entre outros dólmenes) e abstractos, ou de significado desconhecido, como o que E. Shee Twohig designou como «the Thing», interpretável como a representação de um machado, ou com outro, que aparenta ser uma pele de animal esticada. Estes dólmenes inscrevem-se na fase de apogeu do megalitismo das correspondentes regiões, situável nos finais do IV/inícios do III milénio a. C. Nessa altura, tais monumentos, de grandes dimensões, parecem reforçar a sua carga simbólica através da profusão das decorações que ostentam, de que o exemplo mais espectacular é o dólmen de Antelas (Oliveira de Frades), o que poderá correlacionar-

159

160

160 Orca 2 do Chão Redondo (Sever do Vouga) exibindo decorações geométricas insculturadas, semelhantes às dos monumentos megalíticos irlandeses, seus congéneres. Arquivo M. Farinha dos Santos.





-se com o aumento da complexidade social das próprias comunidades que os construíram, no Neolítico Final. Os oito esteios decorados da câmara do monumento, transformam-na em verdadeiro espaço sagrado, por certo só acessível a uns poucos elementos da comunidade que o construíram e utilizaram.

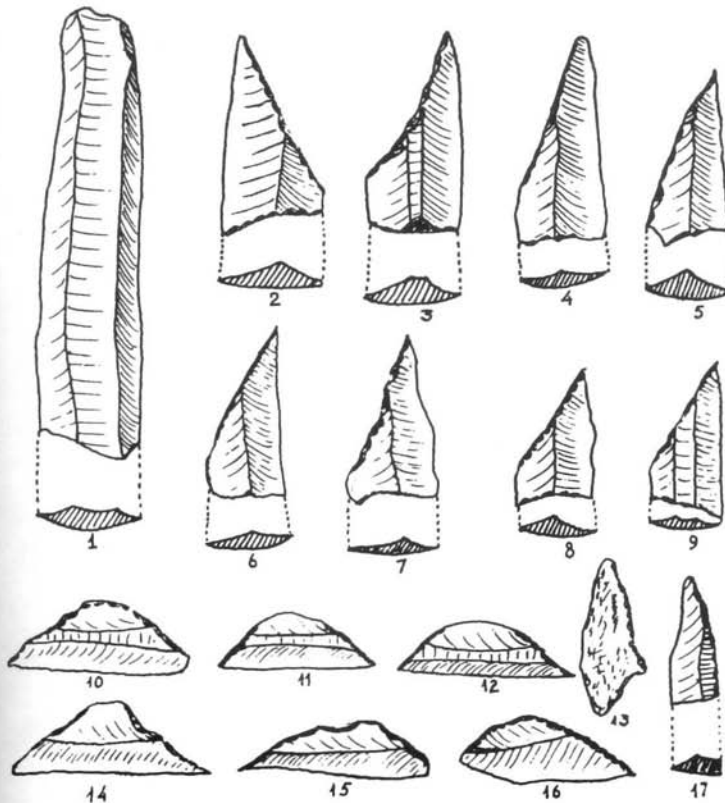
A arte subesquemática ou já plenamente esquemática e geométrica presente na última fase do complexo rupestre do vale do Tejo, tem paralelo nos numerosos painéis rupestres de diversos abrigos sob rocha que, de Trás-os-Montes (Penas Róias, Cachão da Rapa, Pala Pinta) ao Alentejo (abrigo de Valdejunco, Nossa Senhora da Esperança, abrigo Pinho Monteiro, Arronches) se dispersam, de forma discreta, pelas cristas rochosas quartzíticas, e que se podem inserir globalmente ao longo dos últimos séculos do IV milénio a.C. ou já no milénio seguinte, encontrando-se, em boa parte, ainda por investigar. Estas ocorrências remetem, em geral, para uma fase mais avançada da arte pré-histórica do ocidente peninsular, situável entre o Neolítico Final e o final do Calcolítico, senão mesmo, segundo alguns autores, com sobrevivências na Idade do Bronze, especialmente as figuras geométricas como os

161/162

XXV/163

XXVI/164

XXVII



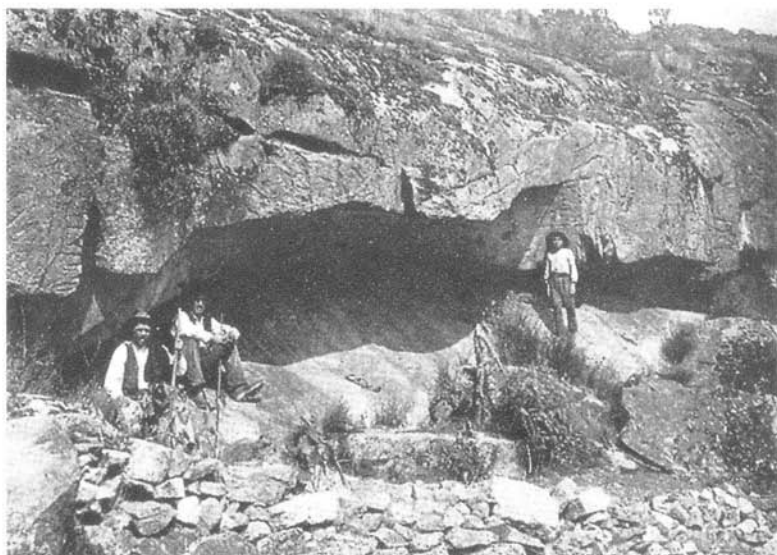
161 Planta, alçados e reprodução dos esteios pintados do dólmen de Antelas (Oliveira de Frades). A negro, pinturas a negro; a «grise», pinturas a vermelho. Seg. L. de Albuquerque e Castro, O. da Veiga Ferreira e A. Viana, modificado.

162 Indústrias de sílex recolhidas no dólmen de Antelas (Oliveira de Frades). Notar o carácter arcaico dos artefactos, de onde estão ausentes as pontas de seta, não obstante a arquitectura evoluída do monumento e a sua evidente importância simbólica. Seg. L. de Albuquerque e Castro, O. da Veiga Ferreira e A. Viana.

círculos e as linhas. A este propósito, importa referir que, na estação do Cachão do Algarve, do complexo do vale do Tejo, a associação da circunferência a uma figura humana, da qual constitui o ventre, foi interpretada, por A. M. Baptista, como sendo possivelmente feminina, o que coloca a questão simbólica associada a tal motivo, quando este ocorre isolado. Aquele autor indica, para a última fase estilística da rocha 155 da estação de Fratel, onde tal motivo geométrico se encontra presente, uma cronologia do Bronze Pleno o que, naturalmente, não pode ser generalizado, mesmo a outras rochas do mesmo complexo rupestre. Assim, em 1978 aquele arqueólogo, com M. Martins, discutindo o faseamento das insculturas da vizinha estação de São Simão, integraram as centenas de circunferências ali identificadas na Fase III a qual, conjuntamente com a fase anterior, foi situada na época da cultura megalítica alentejana, anterior, pois, à Idade do Bronze. Com efeito, a iconografia da chamada «arte megalítica», patente em megálitos, estações de ar livre e abrigos sob rocha, não ultrapassará o terceiro milénio a.C., situando-se, deste modo, na imediata antecedência da arte esquemática do Noroeste peninsular.

Parece claro que a arte rupestre galaico-portuguesa, situável no início da Idade do Bronze, corresponde ao desenvolvimento de um *continuum*, cujas origens próximas se podem encontrar no ciclo artístico megalítico, como já em 1951 E. Mac White tinha assinalado. No mesmo sentido vai a apreciação de Martín Almagro, feita em 1966, de as estelas insculturadas «extremeñas», da Idade do Bronze, terem a sua origem imediata na arte esquemática megalítica; e, com efeito,

163 Abrigo de Pala Pinta, Carlão (Alijó). Seg. J. R. dos Santos Júnior.





no estado actual dos nossos conhecimentos, tal convicção parece mais forte do que nunca, sendo ilustrada pela clara continuidade observável entre as estelas-menir diademadas calcólicas da região extremeña e do interior de Portugal e as suas congéneres da Idade do Bronze, com dispersão geográfica semelhante, a ponto de ser problemática a separação entre umas e outras.

164 Pinturas a ocre numa das paredes do abrigo de Valdejunco (Arronches), evidenciando-se numerosos antropomorfos esquemáticos atribuíveis ao Calcólítico. Seg. H. Breuil.

IV PARTE

*As Sociedades Complexas do  
Calcolítico e da Idade do Bronze*

A IV e última Parte desta obra, trata da sucessão cultural registada em território português desde o Calcolítico ao fim do Bronze Final e é, de todas, a mais curta em termos temporais: de inícios do III milénio a.C. a cerca de inícios do século VIII a.C. Embora corresponda apenas a um intervalo temporal de aproximadamente dois mil anos, é o que, no registo da nossa Pré-História, se afigura, de longe, mais rico de informação, com o desenvolvimento e fixação de regionalismos culturais, que cunharam identidades próprias, tanto no Norte como no Sul, as quais determinaram a respectiva evolução regional subsequente, já no âmbito da Proto-História. A percepção geral desta evolução, bem como as suas determinantes é o primeiro, e talvez mais importante, objectivo desta derradeira parte da obra. Podem apontar-se como objectivos principais, os seguintes:

- a génese dos povoados fortificados calcolíticos, em resultado da crescente intensificação económica e da especialização das produções
- a Revolução dos Produtos Secundários (RPS) decorreu ao longo de boa parte do III milénio a.C. – a par do crescimento demográfico, que determinou por seu turno a competição intergrupos, com a consequente necessidade de fortificação;

- a monumentalização de alguns dos sítios habitados como expressão da coesão social da respectiva comunidade – acompanhada do crescente apagamento das necrópoles na paisagem – e da emergência de diferenciações inter e intra-comunitárias, indício de diferenciação social em crescente afirmação decorrentes do processo de desenvolvimento económico complexo, característico do Calcolítico;

- as arquitecturas defensivas do III milénio a.C.: exemplos mais importantes no território português, distribuição geográfica, características principais, semelhanças e diferenças; neste âmbito, importa conhecer as diversas teorias explicativas para o seu surgimento, desde o modelo difusionista e orientalista vigente em Portugal (dos anos 40 aos anos 70), passando pela indigenista (anos 80), até às formas difusionistas mitigadas, de expressão regional, dos finais da década de 80 e da de 90, seus principais defensores e argumentos invocados;

– a fissão do modelo de sociedade calcolítica caracterizada pela concentração da população em sítios fortificados ou pelo menos implantados predominantemente em locais altos e defensáveis;

– os moldes em que se processou a acentuação das influências mediterrâneas no decurso do Calcolítico (em especial na metade meridional do território): a generalização do comércio transregional calcolítico e a intensificação e especialização das produções, no quadro da Revolução dos Produtos Secundários [RPS] (exploração de jazidas cupríferas) como veículo de difusão de novas técnicas (metalurgia), matérias-primas exógenas (marfim) e artefactos ideotécnicos de características até então desconhecidas (generalização do culto da divindade feminina e correspondentes expressões simbólicas) e difusão, de sul para norte, de novas arquitecturas funerárias (*tholoi*), sem esquecer as características das tumulações calcolíticas de outras zonas do País;

– sobre o Campaniforme, fenómeno cultural com identidade própria da fase plena e tardia do Calcolítico, devem abordar-se as características e cronologia da sua emergência, tanto na Estremadura (um dos pólos mais importantes, a nível europeu) no quadro da sociedade calcolítica preexistente: tipo de povoamento e de necrópoles, relações existentes com as comunidades de tradição cultural anterior; faseamento interno do «fenómeno», com base nas diferenças do registo material (em particular a tipologia das cerâmicas); e principais tipos artefactuais que o integram. Numa perspectiva mais alargada, deverá proceder-se à integração dos conhecimentos reunidos em Portugal à escala peninsular e oeste-europeia, realidade de que fazem parte essencial. O campaniforme deverá ser entendido como uma expressão material específica, associada a um novo tipo de povoamento, que resultou do generalizado abandono dos sítios fortificados edificados no início do Calcolítico. Neste sentido, corresponde a período de transição para a Idade do Bronze (Bronze Inicial): existem argumentos, com base no registo arqueológico (jóias de ouro, artefactos de prestígio) favoráveis ao incremento do processo de diferenciação social, que deverão ser conhecidos e susceptíveis de suportarem uma abordagem coerente;

– o registo arqueológico do Bronze Pleno configura a existência de acentuados regionalismos, apesar de similitudes do sistema de povoamento, que indicia realidades socioeconómicas comparáveis. Importa conhecer as principais características do tipo de povoamento e a organização social subjacente, tanto no Norte como no Sul, no quadro de uma exploração agro-pastoril cada vez mais aperfeiçoada e no âmbito da exploração dos jazigos de cobre e estanho, nestes últimos só então iniciada; o respectivo comércio transregional emergente

explica-se, sobretudo, por esta complementaridade de interesses e necessidades. As necrópoles, particularmente conhecidas no Sul, onde corporizam as duas fases do Bronze do Sudoeste, deverão ser conhecidas quanto à respectiva organização arquitectónica e espólios, na perspectiva social, para a qual também concorre a caracterização das chamadas estelas de tipo alentejano. Enfim, para além dos grandes santuários de ar livre conhecidos (Tejo e Côa), que continuam a ser frequentados no decurso da Idade do Bronze, avulta a expressiva arte rupestre galaico-portuguesa, cujos principais sítios, morfologia das representações e seu significado deverão ser conhecidos.

O Bronze Final é dominado pela plena afirmação do comércio transregional atlântico-mediterrâneo, favorecido pela própria realidade geográfica do território português. Importa conhecer os testemunhos materiais desse período e as respectivas balizas cronológicas: Assim, deverão os leitores ficar familiarizados com as produções de carácter atlântico (armas, objectos utilitários e respectivas tipologias e com as de cunho mediterrâneo (com destaque para objectos de indumentária e de carácter cultural), cujo comércio e difusão, no território português, foi suportado pela existência solidariedades económicas, baseadas em prováveis pactos formalmente estabelecidos entre comunidades vizinhas, cujos territórios, de norte a sul do País, se apresentariam cada vez melhor delimitados. A respectiva economia deverá por isso ser objecto da análise, na qual, embora de base agro-pastoril (com importância evidente na Estremadura), a exploração mineira assumiu importância crescente. Neste contexto, importa compreender as especificidades dos três grandes domínios geográficos – o Norte (incluído o interior centro), a Estremadura (até ao Mondego, na perspectiva geográfica de O. Ribeiro) e o Sul – possuindo cada um deles características próprias. O reforço e consolidação das elites então verificada, necessárias para a boa gestão de grandes povoados muralhados que despontam no Bronze Final do Sul (e também, pela mesma altura, no Centro e Norte do País) torna-se deste modo uma realidade que deverá ser compreendida no quadro da própria evolução social da época. Também a existência de outros testemunhos arqueológicos são concorrentes para a percepção da realidade social: as jóias auríferas, tornadas então frequentes, deixam transparecer influências a um tempo atlânticas e mediterrâneas, por vezes reunidas numa única peça (técnicas e tipologias decorativas), que devem ser conhecidas; as armas são igualmente testemunho da afirmação das elites guerreiras, encontrando-se representadas por peças de diferente tipologia (que deve ser conhecida), para além de figurarem nas estelas de tipo «extremeño». O significado funerário-ritual destes monu-

mentos é outro objectivo importante, bem como o conhecimento da respectiva distribuição geográfica e faseamento interno, com base na evolução iconográfico-simbólica e na sua cronologia absoluta. As diversas práticas funerárias, embora representadas por escassas ocorrências, revelam influências continentais (cremação e campos de urnas) e mediterrâneas (sepultura de falsa cúpula da Roça do Casal do Meio), que traduzem uma realidade cultural complexa, recebendo influxos de diversas áreas geográficas em simultâneo: é, no essencial, a compreensão global desta realidade, a um tempo económica, social e cultural, coroando um longo processo de diferenciação social, por um lado e, por outro, de intensificação económica e interacção cultural, que lhe está subjacente, que o leitor deverá ter presente, ao concluir esta obra.

Leituras mais aprofundadas, com base na bibliografia indicada, serão sempre possíveis, à semelhança dos materiais que constituem as restantes partes do livro.

## O MODELO DE POVOAMENTO CALCOLÍTICO DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS

*Os povoados fortificados no quadro do aprofundamento da intensificação económica e da especialização das produções: desigualdade, tensão e diferenciação sociais inter e intracomunitárias. Os intercâmbios transregionais, a génese da metalurgia do cobre e o movimento de populações.*

O processo de intensificação económica, verificado ainda no decurso do Neolítico Final com a adopção de novas tecnologias, torna-se evidente no decurso do III milénio a. C., em todo o território hoje português. Com efeito, a já aludida revolução tecnológica operada nos meios de produção (a chamada «Revolução dos Produtos Secundários»), conduziu a aumentos de produtividade até então jamais atingidos. Verifica-se, então, a plena apropriação das melhores terras, por parte de comunidades que nelas crescentemente investiram, e das quais passou a depender, de forma cada vez mais decisiva e irreversível, o seu sustento.

Prova disso são as espécies vegetais, então já plenamente cultivadas, como as identificadas em Vila Nova de São Pedro, através de numerosos restos incarbonizados, com destaque para a fava (*Vicia faba* ssp. *celtica nana*); o trigo (*Triticum sphaerococcum* ssp. *globiforme*); a cevada (*Hordeum* sp.) que, a par da bolota, seriam panificáveis. Recolheu-se, ainda, um importante conjunto de sementes de linho (*Linum humile*) o qual, por si só, atesta a produção têxtil no povoado, a qual certamente adquiriu importância acrescida no Calcolítico Pleno, época a que deverão reportar-se os numerosos elementos de tear, vulgo pesos de tear, de cerâmica, de formato paralelepípedo, com quatro furos nos respectivos cantos.

O acréscimo da produção então verificado é, a um tempo, o efeito imediato da plena utilização das novas tecnologias, mas também a causa do armazenamento dos excedentes assim proporcionado, tornado necessário, dado o clima de competição então gerado, com a sua consequente protecção, por parte de cada uma das comunidades que

os acumularam: assim se explicam os povoados fortificados, desde os primórdios do Calcolítico. Por outras palavras: verifica-se uma dinâmica de causa-efeito, em cadeia, de início provocada pelas melhorias introduzidas no sistema produtivo, com largas consequências no plano económico e social, repercutidas ao longo de todo o III milénio a. C.

Crê-se que esta situação é suficiente para explicar, por si só, a génese de muitos povoados fortificados, que vemos multiplicarem-se pela paisagem, de norte a sul do território português, no decurso da 1.<sup>a</sup> metade daquele milénio, consequência de uma bem-sucedida economia agro-pastoril, então plenamente consolidada, cujo sucesso determinou uma explosão demográfica na origem da qual se podem apontar muitos dos desequilíbrios sociais de imediato verificados. Nestas condições, o povoado passou a ser o único pólo agregador estável da vida económica e social: nele confluía o esforço colectivo da comunidade, mobilizando energias que antes tinham sido investidas na construção dos grandes sepulcros megalíticos. Nasceram assim no alto das elevações ou em plataformas já naturalmente defendidas, de norte a sul do País, povoados fortificados, que evidenciam a instabilidade social então vivida. De forma compreensível, foram as próprias melhorias nos sistemas de produção, que estiveram no surgimento de potenciais situações de conflito, tão bem expressas pela concentração da população em lugares fortificados.

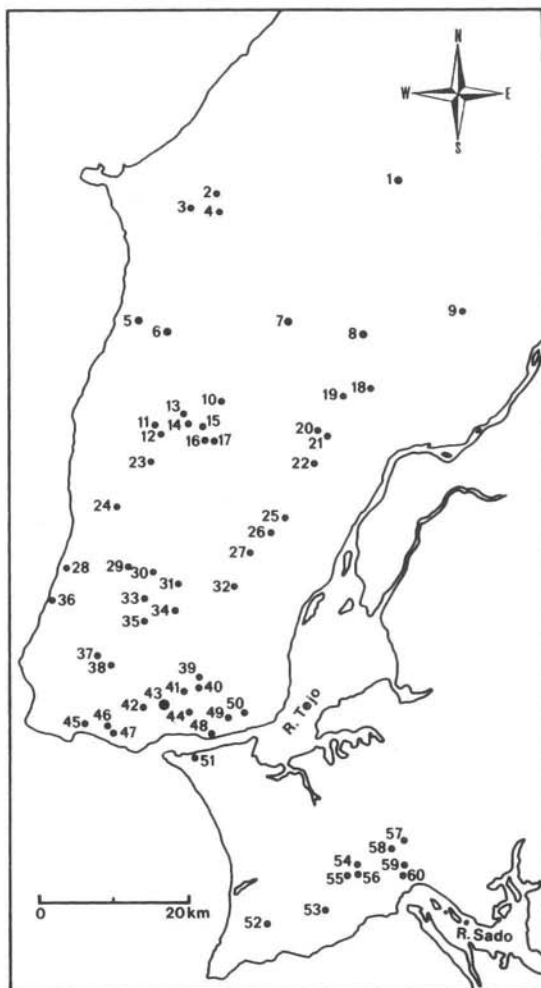
Na Estremadura, o domínio geográfico até ao presente melhor investigado, são três os sítios mais notáveis, que testemunham tal evidência, através dos imponentes dispositivos defensivos postos a descoberto pelas escavações ali efectuadas, de entre os mais de sessenta conhecidos, na maioria desprovidos de estruturas defensivas, mas tão-só aproveitando as defesas naturais conferidas pela topografia: trata-se dos povoados de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), Zambujal (Torres Vedras) e Leceia (Oeiras), todos com áreas construídas superiores a 10 000 metros quadrados.

Se aplicarmos cálculos demográficos idênticos aos utilizados no estudo dos povoados pré-históricos do Egeu, chegaríamos a um número entre 200 e 300 habitantes, no apogeu da ocupação dos sítios referidos. Para alimentar uma população tão numerosa, não bastaria a componente produzida, de carne e de farináceos e vegetais; era evidente a necessidade de recorrer a outras fontes alimentares, como a caça, a pesca e a recollecção, que constituíam componentes importantes da dieta alimentar nos três sítios referidos, conforme se deduz dos restos ali encontrados em quantidades apreciáveis. Importa, neste âmbito, salientar a importância da fauna não doméstica, pelo elevado nível de

165

166

172/171/170/169/168/167



165 Principais povoados calcolíticos da Estremadura portuguesa, segundo J. L. Cardoso.

LEGENDA:

- |                           |                          |   |   |
|---------------------------|--------------------------|---|---|
| 1. São Martinho           | 16: Penedo               | 32. Salemas                             | 47. Parede                                  |
| 2. Outeiro de São Mamede  | 17: Boiaca               | 33. Alto do Montijo                     | 48. Casa Pia                                |
| 3. Columbeira             | 18: São Mateus           | 34. Oulelas                             | 49. Montes Claros                           |
| 4: Outeiro da Assenta     | 19: Achada               | 35. Cortegaça                           | 50. V. Pouca e Sete Moinhos                 |
| 5: Masseira               | 20. Matacães             | 36. Magoito                             | 51. Alpena                                  |
| 6: Pico Agudo             | 21. Ota                  | 37. Penha Verde                         | 52. Outeiro                                 |
| 7: Pragança               | 22. Pedra do Ouro        | 38. Seteais                             | 53. Porto de Cambas                         |
| 8: Outeiro do Cabeço      | 23. Vespeiro             | 39. Serra das Éguas                     | 54. Malhadas                                |
| 9: Vila Nova de São Pedro | 24. Sarreira             | 40. Esparg. e M. <sup>o</sup> do Penedo | 55. Extremidade NE da serra de S. Francisco |
| 10: Fórnea                | 25. Cabeço da Ribaldeira | 41. Serra das Baútas                    | 56. M. da Fonte do Sol                      |
| 11: Zambujal              | 26. Quinta d'Além        | 42. Talaíde                             | 57. Casal da Cerca                          |
| 12: Varatojo              | 27. Socorro              | 43. Leceia                              | 58. Chibanes                                |
| 13: Charrino              | 28. Pedranta             | 44. Carnaxide                           | 59. Pedrão                                  |
| 14: Barro                 | 29. Monte do Cartaxo     | 45. Estoril                             | 60. Rotura                                  |
| 15: Portuqueira           | 30. Penedo de Lexim      | 46. Murtal                              |   |
|                           | 31. Negrais              |   |   |



calorias correspondente: são abundantes os restos de javali, de veado e mesmo de auroque, animais que, especialmente o último, são incompatíveis com pequenas surtidas cinegéticas em torno do povoado. Ao contrário: a sua captura requereria, por certo, expedições de caça de vários dias, plenamente justificadas numa perspectiva estritamente prática, dada a grande quantidade de carne que um único animal poderia proporcionar. Assim sendo, o acesso a estes recursos requeria o domínio efectivo dos respectivos territórios, e não apenas dos pequenos campos agricultados em torno dos povoados; estar-se-ia, então, já longe da economia agro-pastoril, mais ou menos itinerante, das comunidades que até ao Neolítico Final ocuparam o território. Se estas se reviam nos grandes monumentos funerários, nos menires e nos cromeleques, assumidos como expressão da sua identidade, é lícito admitir que as populações calcolíticas tenham transferido tal expressão para os povoados fortificados, como símbolo de prestígio, concorrendo para a coesão social do grupo residente, funcionando também como marcadores da paisagem e dos territórios que lhes

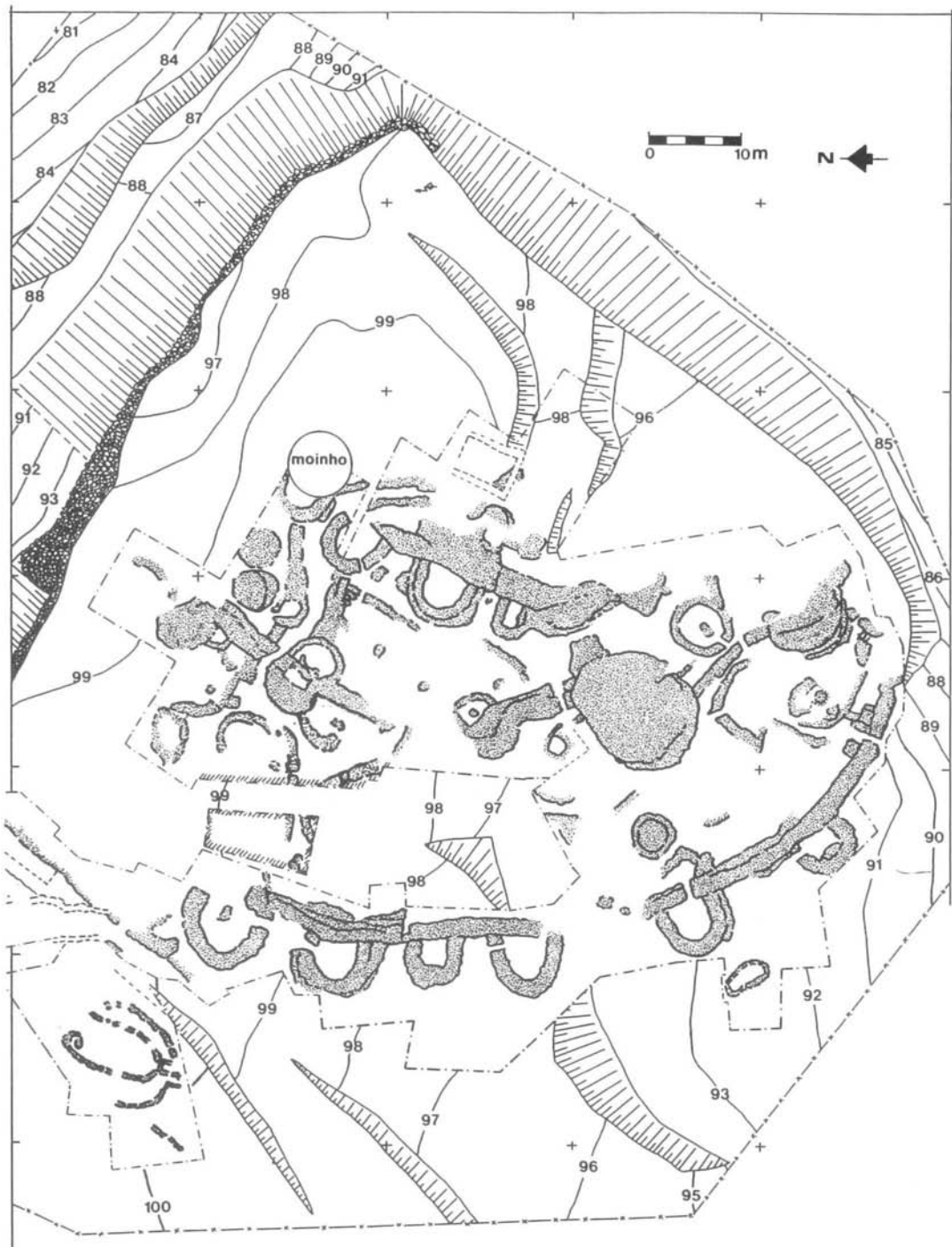
166 Vista parcial da fortificação interna de Vila Nova de São Pedro, Azambuja, com dois bastiões maciços de contorno arredondado, solidários com a muralha, ao centro. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

167 Vista aérea das escavações realizadas no povoado calcolítico fortificado do Zambujal (Torres Vedras) sob a direcção de E. Sangmeister e H. Schubart. Arquivo de M. Farinha dos Santos (foto do Instituto Arqueológico Alemão, delegação de Madrid).

168 Vista da entrada da linha defensiva interna do povoado calcolítico fortificado do Zambujal (Torres Vedras). Arquivo M. Farinha dos Santos.

169 Pormenor de torre oca, de planta circular, da linha defensiva interna do povoado calcolítico fortificado do Zambujal (Torres Vedras). Foto Instituto Arqueológico Alemão, Delegação de Madrid.





170 Leceia (1983-2001) – planta geral simplificada da área escavada. Seg. J. L. Cardoso.



171 Vista parcial da segunda linha defensiva, do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Observa-se, em primeiro plano, um bastião maciço de planta semicircular, adossado a muralha, a qual, do lado esquerdo daquele, se encontra munida de uma entrada. Seg. J. L. Cardoso.

estavam adstritos. Deste modo, as populações, ao substituírem o esforço construtivo colectivo investido no grande monumento megalítico, pela fortificação dos lugares habitados, estavam, ainda que motivadas por razões objectivas imediatas, a reforçar os seus laços identitários, ligando-os à pertença de um determinado território, sentimento incontornável por parte de quem dependesse, cada vez mais, do seu uso e exploração, para a sua própria sobrevivência.

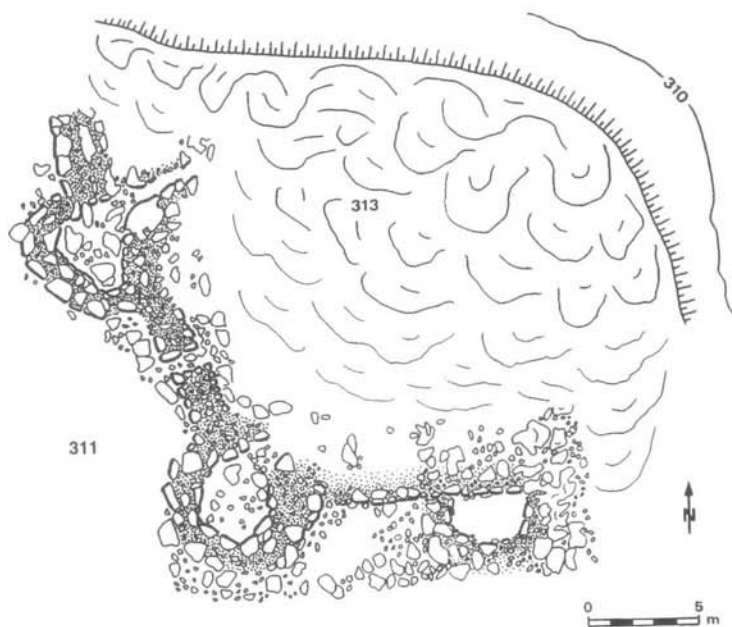
Esta sociedade já pouco teria a ver com as comunidades tribais estritamente ligadas por laços de sangue, que se mantiveram até ao Neolítico Final. Agora, ainda que a raiz seja aquela, existiriam já diferenças intracomunitárias, baseadas em linhagens de prestígio diferenciado, as quais ainda mais se acentuavam entre comunidades distintas, como, uma vez mais, nos indica a presença destas fortificações. Com efeito, as suas efectivas funções defensivas evidenciam-se por sucessivas adaptações na sua arquitectura original (reforços, acrescentos e modificações das estruturas preexistentes), tendentes a melhorar a sua eficácia, revelada também na sua própria concepção, traduzida pela criteriosa disposição dos elementos defensivos



172 Vista parcial de um dos bastiões da terceira linha defensiva (a mais interna) do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), observando-se um reforço ulterior da estrutura, através do adossamento, do lado externo, de uma fiada de grandes blocos calcários. Seg. J. L. Cardoso.

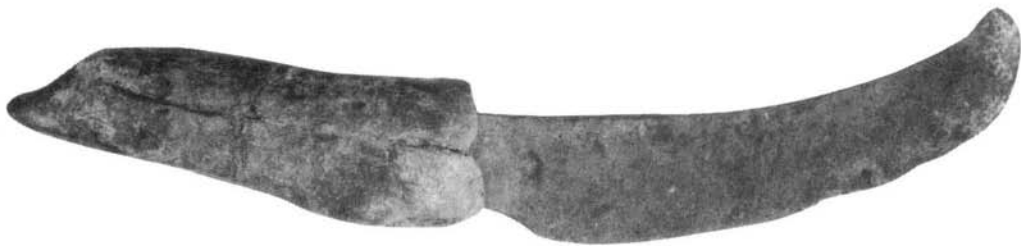
no terreno. Às duas funções referidas não é incompatível uma terceira, delas decorrente, a de constituírem, pela imponência que revelavam, eficazes elementos de dissuasão, face a qualquer grupo potencialmente hostil. Por outras palavras: a monumentalidade que frequentemente assumem tinha, antes de mais, um efeito prático, concreto, indissociável do respeito, ou temor que seguramente inspiravam as comunidades rivais. Esta realidade não é incompatível com a grande diversidade de soluções arquitectónicas encontradas, pelo contrário: as pequenas dimensões e simplicidade arquitectónica de alguns destes recintos muralhados, como Monte da Tumba (Alcácer do Sal) ou Santa Justa (Alcoutim), levou Victor S. Gonçalves a designá-los, sugestivamente, por «quintas fortificadas». Na Estremadura, a par das grandes fortificações referidas, também se identificaram outras de menores dimensões, de que são exemplo as de Olelas (Sintra) e de Sesimbra: em ambas, uma linha muralhada, reforçada externamente por bastiões semicirculares, envolvia a acrópole do povoado, constituída, nos dois casos, por eminência rochosa.

173



173 Planta da pequena acrópole, fortificada por uma linha muralhada munida de bastiões de planta curvilínea, do povoado pré-histórico de Olelas, Sintra, do Calcolítico Inicial da Estremadura. Seg. J. L. M. Gonçalves.

Tradicionalmente consideradas adstritas à Estremadura, as fortificações calcolíticas foram aqui consideradas como expressão da célebre «teoria das colónias», perfilhada por E. Sangmeister e H. Schubart, arqueólogos alemães que escavaram, entre 1964 e 1973,



o povoado pré-histórico do Zambujal (Torres Vedras). Trata-se de doutrina difusionista que postulava a origem oriental destas construções, no decurso do Calcolítico, com base nas semelhanças que deteriam com as homólogas do Mediterrâneo Oriental.

De que do Oriente vinha a Luz (no sentido de civilização), do Neolítico em diante, foi uma teoria defendida por Gordon Childe, desde a década de 1920. Tal ideia foi partilhada, entre nós, por E. Jalhay, na década de 1940, a propósito de alguns objectos recolhidos no povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), como os alfinetes de cabeça maciça torneada, de osso, nas quais vislumbrava analogias com peças homólogas do Egipto pré-dinástico, tal como em outras peças, com destaque para uma bela faca curva de ~~cobre~~, e as pontas de seta e lâminas de retoque cobridor, produzido por pressão orientada, dito «retoque egípcio». A mesma teoria foi retomada nas décadas seguintes (1950, 1960 e 1970) por H. N. Savory, B. Blance, V. Leisner, E. Sangmeister e H. Schubart acrescentando-lhe, para além da pretensa similitude de alguns artefactos, os paralelismos arquitectónicos vislumbrados nos dispositivos defensivos peninsulares, fazendo uso de muralhas, torres e bastiões, a alguns da Costa da Anatólia e Egeu, como Mersin, na península anatólica e Chalandriani, na ilha de Syros.

Porém, o «fenómeno» da fortificação, no decurso do Calcolítico, recorrendo a soluções arquitectónicas idênticas, observa-se também não só noutras regiões interiores do País, como também noutros países (e portanto noutros contextos culturais): é o caso do sudeste de Espanha (El Barranquete Los Millares) como também do sul de França (Lébus e Boussargues). Com efeito, na década de 1980, assistiu-se à descoberta de estações análogas, no interior do País, que viriam definitivamente a inviabilizar aquela teoria, aliás entretanto posta em causa por dois argumentos decisivos:

- 1) o facto de não se ter encontrado nas escavações realizadas em quaisquer destas pretensas «colónias» nenhum objecto que se possa aceitar como indiscutivelmente importado (além do

174 Faca curva, de ~~cobre~~<sup>bronze</sup>,  
encabada em punho  
de osso, do povoado  
calcolítico de Vila Nova  
de São Pedro, Azambuja.  
Arquivo O. da Veiga  
Ferreira. Comprimento  
máximo: 23,6 cm.

Museu Arqueológico  
do Carmo.

XXVIII

174

H Bronze

marfim, que se integra nas permutas de matérias-primas a longa distância, embora a sua real importância seja reduzida, visto muitas peças atribuídas a esta substância serem, na verdade, de osso); e, mais importante,

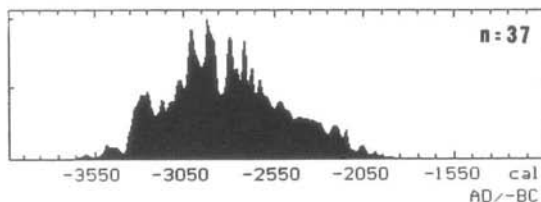
2) o facto de, em nenhum caso, se poder relacionar a sua construção com prospectores, metalurgistas e comerciantes de minérios de cobre, afinal o motivo invocado para a presença de tão longínquos navegadores nesta finisterra do mediterrâneo, visto a adopção da metalurgia ser ulterior à fundação de tais sítios, como se verificou naqueles onde se dispõe de registo estratigráfico conhecido (Vila Nova de São Pedro e, sobretudo, Leceia).

Acresce, ainda, que no Mediterrâneo Oriental, existe cobre, como é o caso da própria ilha de Chipre, cujo nome significa justamente «cobre», não se justificando, neste contexto, tão longínquas navegações para obter minério que se poderia recolher muito mais próximo.

Em consequência de tais constatações, novos modelos foram procurados: ao modelo difusionista extremo aludido, opôs-se teoria de sinal contrário (o chamado modelo indigenista), tendo como principal defensor, em Portugal, C. Tavares da Silva. Com efeito, não se encontrando inquestionáveis peças importadas – e mesmo que estas ocorressem a sua presença poderia ser facilmente explicada por outros mecanismos, que não o da presença directa de «colonizadores» – a génese e desenvolvimento destas fortificações passou a privilegiar mecanismos de dinâmica interna, inerentes à evolução económica e social do Calcolítico peninsular. Entretanto, ainda na década de 1980, desenvolveu-se modelo difusionista de âmbito geográfico mais

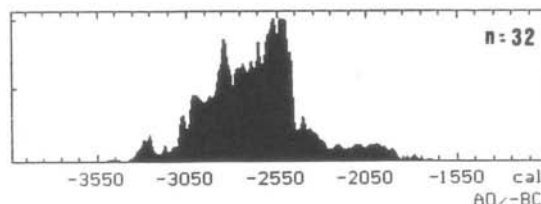
175 Distribuição de probabilidades dos conjuntos de datas calibradas correspondentes a povoados calcolíticos do sul de Portugal e do baixo Tejo e Sado. À esquerda: intervalos cronológicos correspondentes, respectivamente, a 50%, a 95% e a 98% de probabilidades. Seg. A. M. Monge Soares.

0.50	[ -3039, -2610 ]
0.95	[ -3362, -2156 ]
0.98	[ -3474, -2062 ]



1. SUL

0.50	[ -2856, -2521 ]
0.95	[ -3247, -1996 ]
0.98	[ -3296, -1914 ]



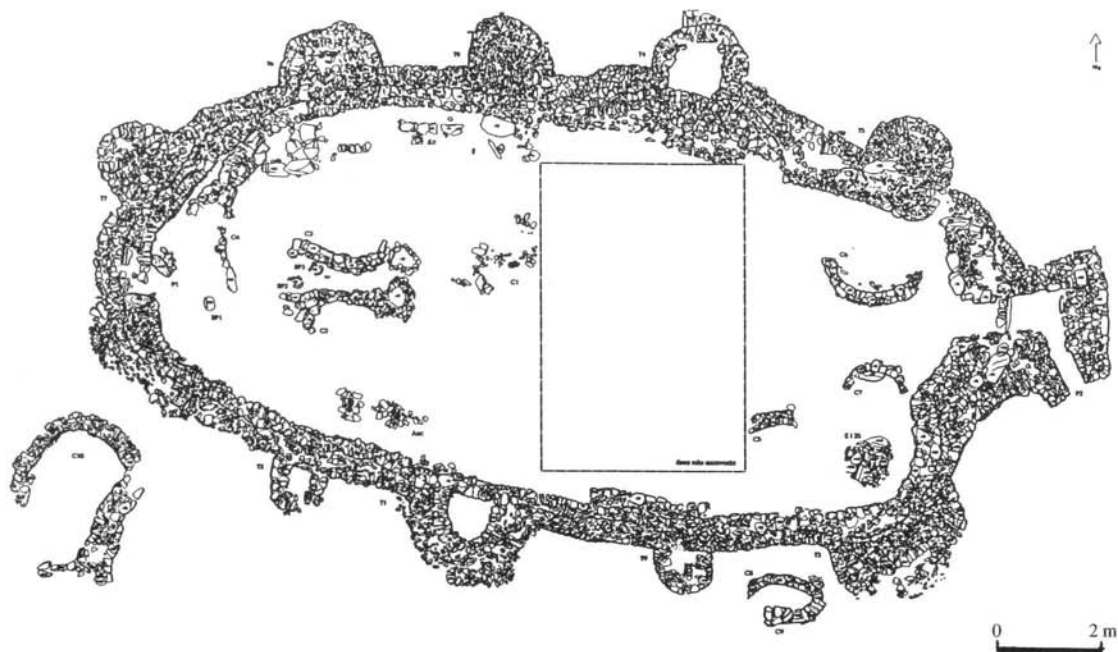
2. TEJO E SADO

circunscrito, a qual foi associada a dois submodelos explicativos para a calcolitização do território hoje português:

O primeiro daqueles submodelos, da autoria de Victor S. Gonçalves, postulou a difusão do Calcolítico por fenómenos de colonização interna, designada por «enxameamento», a qual foi inspirada no estudo do povoamento calcolítico do Alto Algarve Oriental: o desequilíbrio negativo entre população e os recursos potencialmente disponíveis numa dada região, poderia, segundo esta teoria, ter conduzido à fragmentação dos grandes povoados, gerando migrações que conduziram à ocupação das terras mais desfavorecidas, ainda despovoadas. Deste modo, confere-se às pressões demográficas o papel de motor na colonização de novos territórios. As novas tecnologias associadas à revolução dos produtos secundários poderiam ter obviado a várias dificuldades na nova fixação de tais «colonos», aliás desde logo inseridos numa rede transregional de trocas de matérias-primas.

O segundo de tais submodelos, proposto por R. Parreira, privilegiou, na explicação da génese e difusão do Calcolítico no território português, a existência de contactos comerciais a média e longa distância (o marfim parece comprová-los nestas etapas iniciais do Calcolítico, oriundo por certo do norte de África), servindo como «motor» da difusão de novas técnicas e processos produtivos. Com efeito, o sul

176 Planta do pequeno povoado fortificado calcolítico do Cerro de Santa Justa, Alcoutim. O segmento corresponde a 2 m. Este é um dos raros sítios fortificados do território português potencialmente correlacionável com ocorrências cupríferas, então objecto de exploração. Seg. V. S. Gonçalves.



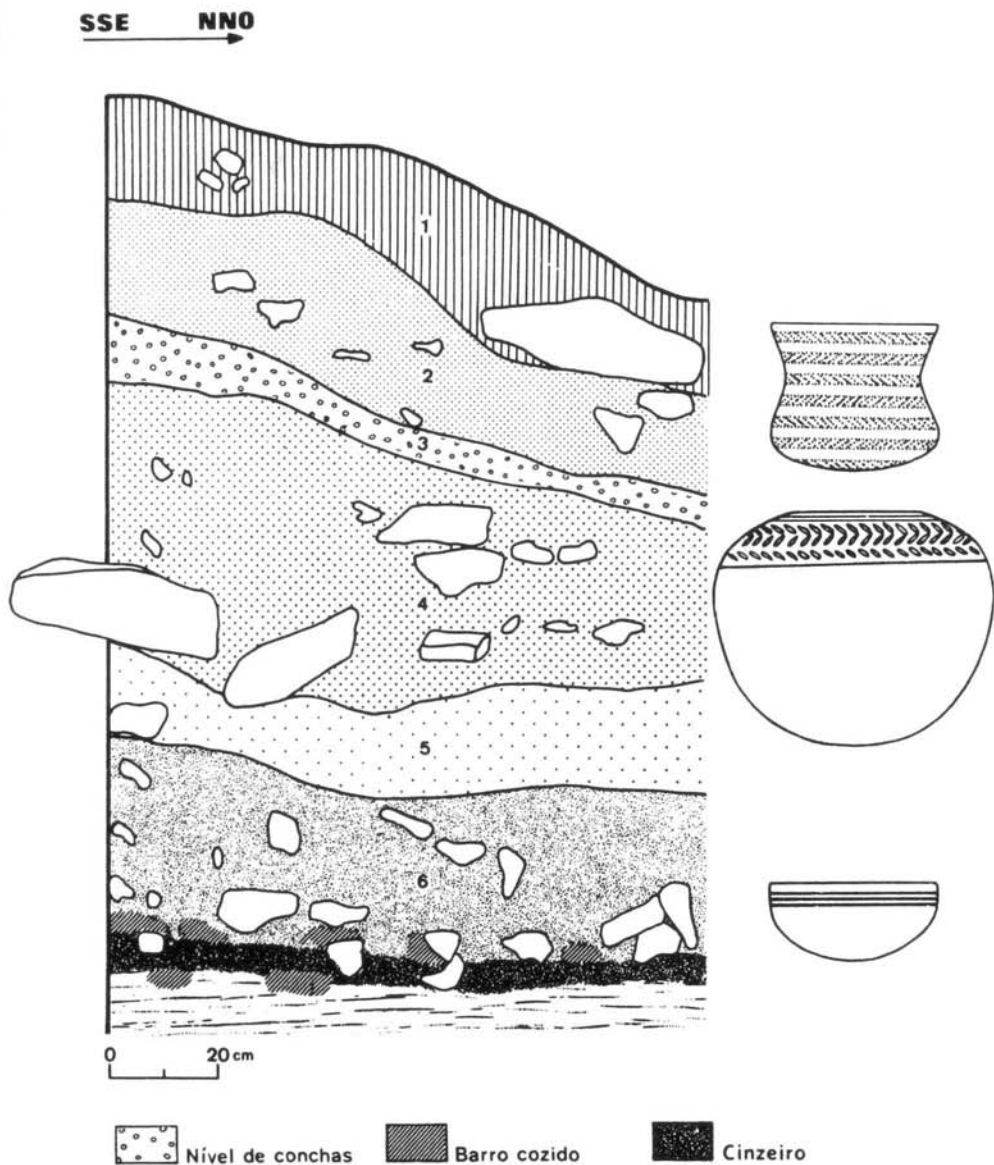
peninsular, directamente exposto às influências mediterrâneas, parece ter conhecido o cobre em época anterior ao seu pleno uso na

175 Estremadura, de acordo com as datações absolutas até ao presente obtidas para os povoados fortificados do sul de Portugal, como os de Santa Justa (Alcoutim), Monte da Tumba (Alcácer do Sal), Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz), comparativamente às da Estremadura, sobretudo de Leceia (Oeiras) e do Zambujal (Torres Vedras). Seja como for, a presença do cobre não desempenhou papel estruturante no povoamento, economia e sociedade do Calcolítico: se

176 alguns casos se pode relacionar directamente a sua presença com um ou outro povoado (caso de Santa Justa, Alcoutim), o facto de o seu uso se ter generalizado tardiamente na Estremadura e, por acréscimo, no Norte, onde a sua presença, no Calcolítico antecampaniforme, é muito pouco evidente, corrobora tal conclusão. Em seu reforço, podem invocar-se alguns resultados obtidos na região meridional da Beira Baixa: ali, não obstante a tardia introdução da metalurgia do cobre, a qual, segundo o registo disponível, não se encontra documentada em nenhum dos povoados escavados – apesar de se conhecerem filões cupríferos próximos de Vila Velha de Ródão, explorados nos séculos XIX e XX – aqueles, por vezes, apresentam-se fortificados: é o caso do povoado da Charneca de Fratel (Vila Velha de Ródão), no qual se identificou, na limitada área explorada, um troço de muralha e uma entrada, flanqueada por bastião, em tudo idêntico aos seus congéneres estremenhos. Na verdade, a Beira-Baixa comportou-se, pelo menos desde o Calcolítico, como uma zona onde se cruzaram estímulos culturais setentrionais e meridionais, como aliás a sua própria posição geográfica já sugeria.

Na Estremadura, os momentos iniciais do Calcolítico, situados logo no começo do III milénio a. C., caracterizam-se, em especial, pela tipologia do espólio, cerâmico, o elemento de mais rápida mudança e, por isso, considerado como verdadeiro «fóssil estratigráfico». Nas fases mais antigas das três fortificações mais importantes da região, atrás referidas, quando o cobre ainda não era utilizado, as cerâmicas

XXIX caracterizam-se pelos chamados «copos» canelados; trata-se de recipientes de excelente acabamento, com superfícies duras, bem cosidas e brilhantes, de paredes finas, decorados em geral por ténues caneluras; a sua excelente cozedura e acabamento e, sobretudo, a técnica e os padrões decorativos que ostentam, sugeriram, primeiro a B. Blance, e, depois, a outros arqueólogos das décadas de 1950 a 1970, a hipótese de corresponderem a influências do Mediterrâneo Oriental, particularmente às célebres píxides do Egeu; mas já anteriormente vimos que a referência a tais analogias, aliás discutíveis, têm,



presentemente, apenas interesse histórico. Na transição para o Calcolítico Pleno, fase que em Leceia pôde ser datada um pouco antes de meados do III milénio a. C., tais recipientes tendem a desaparecer por completo; os espólios são então caracterizados por cerâmicas mais grosseiras, como os grandes vasos esféricos («de provisões»), decorados no bojo pelos característicos motivos impressos em «folha de acácia» e «crucífera», cuja vigência acompanhou o declínio dos povoados fortificados onde ocorrem, sendo coevas das primeiras cerâmicas

177 Perfil estratigráfico do povoado pré-histórico da Rotura, Setúbal. Fase I (nível 6) – taças caneladas; fase II (níveis 3-5) – cerâmica decorada por «folhas de acácia»; fase III (níveis 1 e 2) – cerâmica campaniforme. Seg. O. da Veiga Ferreira e C. Tavares da Silva (adaptado).

campaniformes, conjunto em cuja origem não se podem situar nenhum dos grupos cerâmicos anteriores.

O «fenómeno» de fortificação, rapidamente generalizado a todo o território português foi, sobretudo, e pelo que atrás ficou dito, a consequência mais visível da luta pela posse das melhores terras, exceptuando-se, talvez, as zonas de marcas características mineiras, como as existentes ao longo do vale do Guadiana; a situação referida é extensível ao Centro e Norte de Portugal, onde o número de povoados fortificados escavados é ainda bastante escasso, apesar de serem quase desconhecidos há duas décadas. Na bacia do Alto Mondego, avulta o Castro de Santiago (Fornos de Algodres), povoado fortificado calcolítico onde se evidenciou uma bem definida cadeia operatória na preparação de machados de rochas duras, a partir de lingotes de anfibolito em bruto, que se pode interpretar no âmbito do processo de intensificação produtivo, no qual o comércio transregional de tais bens de consumo se inseriam. Para além do referido povoado, outros foram reconhecidos naquela região, mercê dos recentes trabalhos de António Valera e J. C. de Senna-Martinez. É o caso dos povoados calcolíticos de altura do Castelejo e da Fraga da Pena, este último com consideráveis investimentos ao nível das estruturas defensivas, edificadas em torno da imponente acumulação de penedos graníticos que coroam o cume da elevação, constituindo notável *thor* granítico.

Mais ao Norte, na região transmontana, a separação entre os povoados do Neolítico Final e do Calcolítico é puramente cronológica,

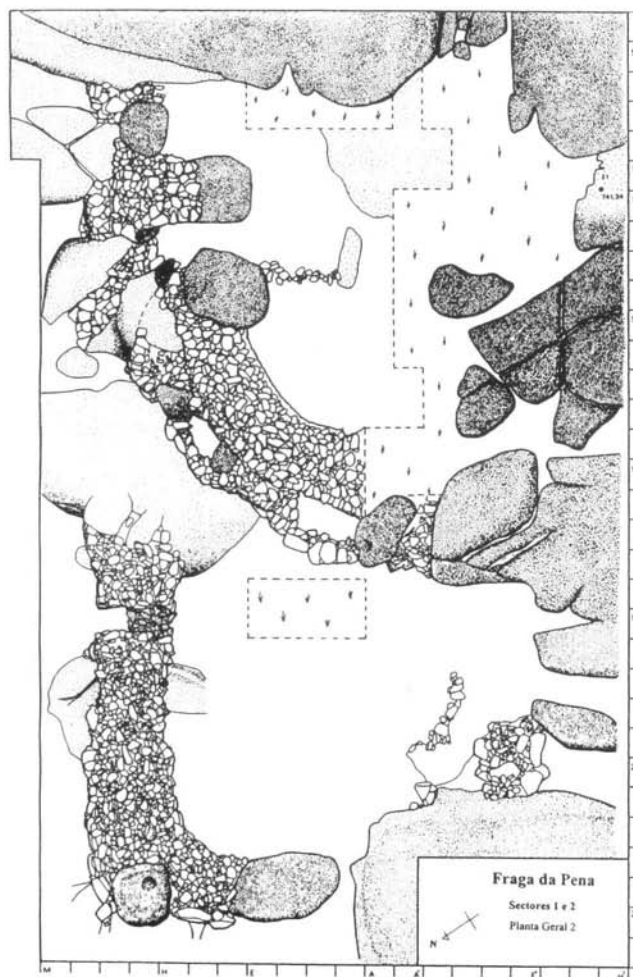
179  
180

178 Pormenor do solo de uma habitação do Calcolítico Pleno do povoado pré-histórico de Leceia, (Oeiras), observando-se, *in situ*, um grande vaso esférico, dito «de provisões», decorado por impressão, em torno da abertura, com os motivos característicos em «folha de acácia» e «crucífera».  
Seg J. L. Cardoso.

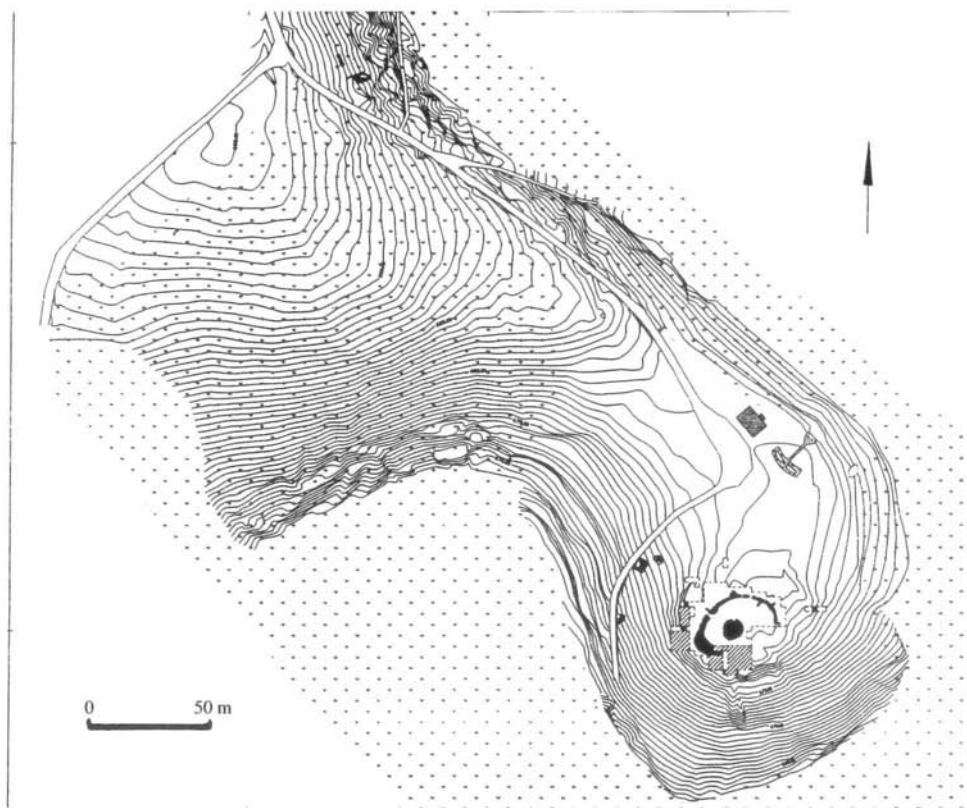




179 O sítio fortificado de Fraga da Pena (Fornos de Algodres), observando-se dois recintos muralhados em primeiro plano, envolvendo parcialmente o imponente relevo (*thor*) granítico.  
Seg. A. C. Valera.



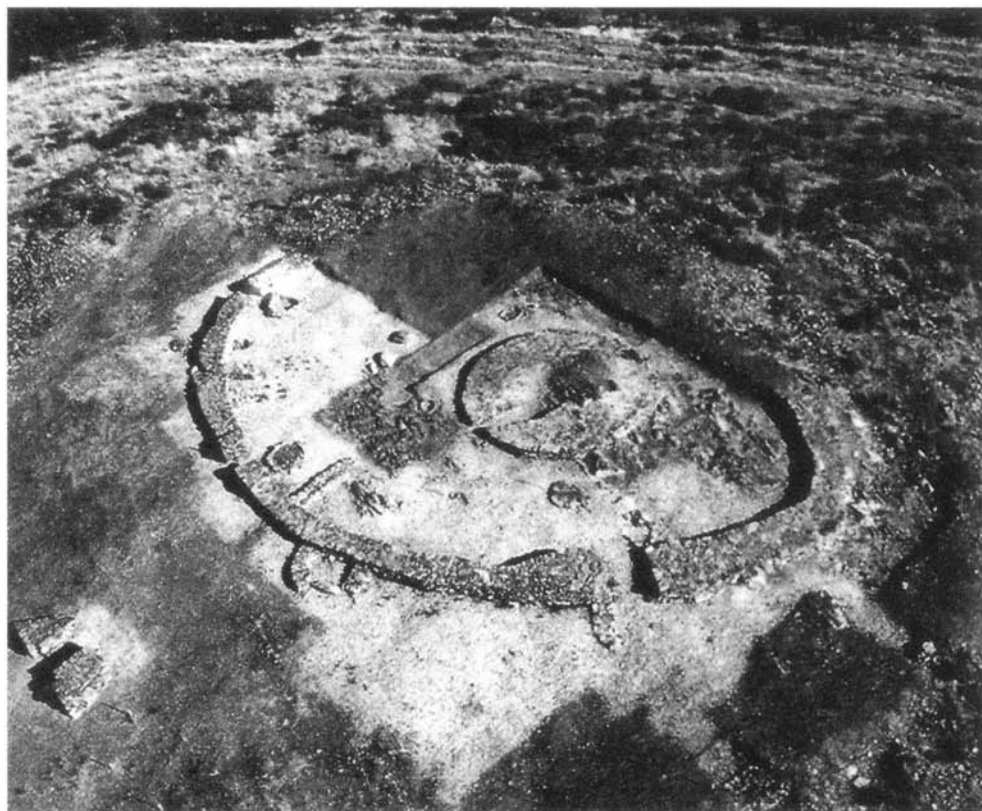
180 Recintos fortificados calcólicos de Fraga da Pena, Fornos de Algodres.  
Seg. A. C. Valera.



181 Povoado fortificado, do Calcolítico e da Idade do Bronze de Castelo Velho, Freixo de Numão. Observa-se a localização do sítio, num remate de esporão, voltado a Sul. A negro, as estruturas arqueológicas postas a descoberto. Seg. S. O. Jorge. O segmento corresponde a 50 m.

182/181  
183  
185/184

tendo sido arbitrariamente situada no fim do IV milénio a. C. São de destacar os povoados da região de Chaves – Vila Pouca de Aguiar estudados por S. Oliveira Jorge, nos quais a cerâmica decorada atinge 80%, aumentando o seu barroquismo à medida que os indicadores de intensificação económica se tornam mais nítidos. O povoado da Vinha da Soutilha (Chaves), já atrás referido, remonta ao Neolítico Final: trata-se de sítio aberto, extenso, claramente permanente, antecedendo, no Calcolítico, a emergência de povoados fortificados, implantados em elevações com boas condições defensivas: é o caso do Castelo Velho (Freixo de Numão), a que se poderia juntar o povoado do Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) e o Crasto de Palheiros (Murça). Sem embargo, trata-se de sítios que sugerem um povoamento estável e já hierarquizado, a par do processo de intensificação da produção agro-pastoril que caracterizou a vida económica destas comunidades. No decurso do III milénio a. C., era efectiva a ocupação geral do espaço transmontano, expressa por uma complexa rede de povoamento, com a consequente territorialização e fragmentação da «paisagem agrícola». São exemplos de sítios com



182 Fotografia aérea do recinto muralhado de Castelo Velho (Freixo de Numão). Seg. S. O. Jorge.

ocupações no decurso do referido milénio (culturalmente calcolíticas), os povoados transmontanos de Vinha da Soutilha, Pastoria, Cemitério dos Mouros, Barrocal Alto II e São Lourenço, para além de outros, considerados menos importantes por M. J. Sanches. A aludida estabilidade é ainda indicada pela longa duração de algumas das referidas ocupações: no caso do povoado do Castelo Velho, ela prolongou-se desde os inícios do III milénio a. C. até cerca de 1300 a. C. O mesmo fenómeno de fortificação foi observado em outros povoados da altura, também calcolíticos, do nordeste transmontano por M. J. Sanches (povoados do Cemitério dos Mouros, do Barrocal Alto II e do Crasto de Palheiros, este último no concelho de Murça).

O povoado do Castelo Velho foi ulteriormente interpretado por S. Oliveira Jorge como sítio monumentalizado. E o mesmo conceito, ainda que mitigado, foi aplicado por António Valera ao povoado da Fraga da Pena (Fornos de Algodres), já de si implantado em lugar especial, para explicar a pretensa escassez de peças de cunho marcadamente funcional, como os elementos de moagem, a pedra polida ou os «pesos de tear». No entanto, repita-se, os conceitos de

186

183 Vista parcial da área escavada no povoado calcolítico do Castanheiro do Vento, Vila Nova de Foz Côa, em 2000. Em primeiro plano, um bastião de planta circular. escavações de V. O. Jorge, J. Muralha, L. S. Pereira e A. S. Coixão. (foto de L. S. Pereira).



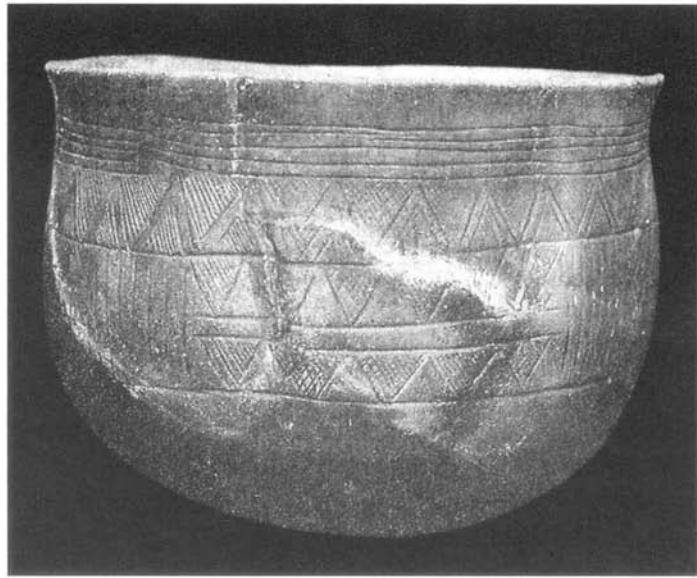
sítio monumentalizado e o de sítio habitado (povoado) não são incompatíveis: o próprio Castelo Velho assim o sugere, ao fornecer numerosos traços da actividade doméstica e até testemunhos da sua especialização, reflexo do fenómeno de intensificação calcolítica ali verificada (com efeito, as actividades de tecelagem, de moagem e de armazenamento encontram-se bem documentadas). Ali, como nos grandes povoados calcolíticos estremenhos, a monumentalização do sítio é uma realidade que, até prova segura do contrário, decorre directamente da necessidade da sua fortificação, sendo portanto compatível com o carácter essencialmente prático do dispositivo defensivo, talvez uma «quinta fortificada» dada a sua pequena dimensão, para utilizar expressão já anteriormente referida.

Do norte ao sul do país, existem povoados fortificados de características muito diferenciadas, respeitando diversas soluções arquitectónicas, quase sempre em estreita articulação com as imposições geomorfológicas dos respectivos sítios e onde o esforço construtivo foi muito desigual, o que pressupõe, de facto, motivações ou constrangimentos diferentes, por parte de quem os construiu, no quadro dos condicionalismos supra-referidos.

Ao atribuir-se aos povoados fortificados um papel aglutinador do povoamento, não parece lícito esquecer a grande maioria de sítios que não o eram, embora, preferencialmente, se localizassem em sítios altos e defensáveis, situação que se encontra bem representada na Estremadura. É evidente a existência de uma grande diversidade de implantações, onde sítios de planura, como a Parede (Cascais), continuam a ser ocupados, denotando uma realidade socioeconómica cujo verdadeiro significado é dificultado pela evidente desigualdade de informação disponível entre as diferentes regiões do país, apesar das descobertas e explorações dos últimos anos. Aliás, os povoados abertos poderiam articular-se funcionalmente com os seus homólogos fortificados, embora seja difícil de entrever as modalidades que tais conexões poderiam revestir: isso mesmo foi referido por António Valera, para a bacia do Alto Mondego. Ali, no decurso do III milénio a. C., verificou-se a existência de povoamento estável, de carácter contínuo, com ocupação humana intensa, incompatível com sazonalidade (caso do povoado da Malhada), em locais abertos e sem condições naturais de defesa, junto dos solos mais férteis, coexistindo com sítios de altura e fortificados, edificados nos inícios daquele milénio (Castelejo, Castro de Santiago). Nestes últimos, os indícios de sedentarização são evidentes, embora situados em zonas de solos esqueléticos ou pedregosos: não custa, assim, estabelecer conexões de complementaridade entre os dois tipos de implantação.

184 Foto aérea do morro do Crasto de Palheiros, Murça, obtida no decurso das escavações (foto de M. J. Sanches e T. Mota). Nota-se a escarpa rochosa, voltada a Sul (lado direito da foto), a plataforma superior rodeada por um potente talude pétreo e a plataforma inferior, rodeada por novo talude, que circunda o povoado-monumento.

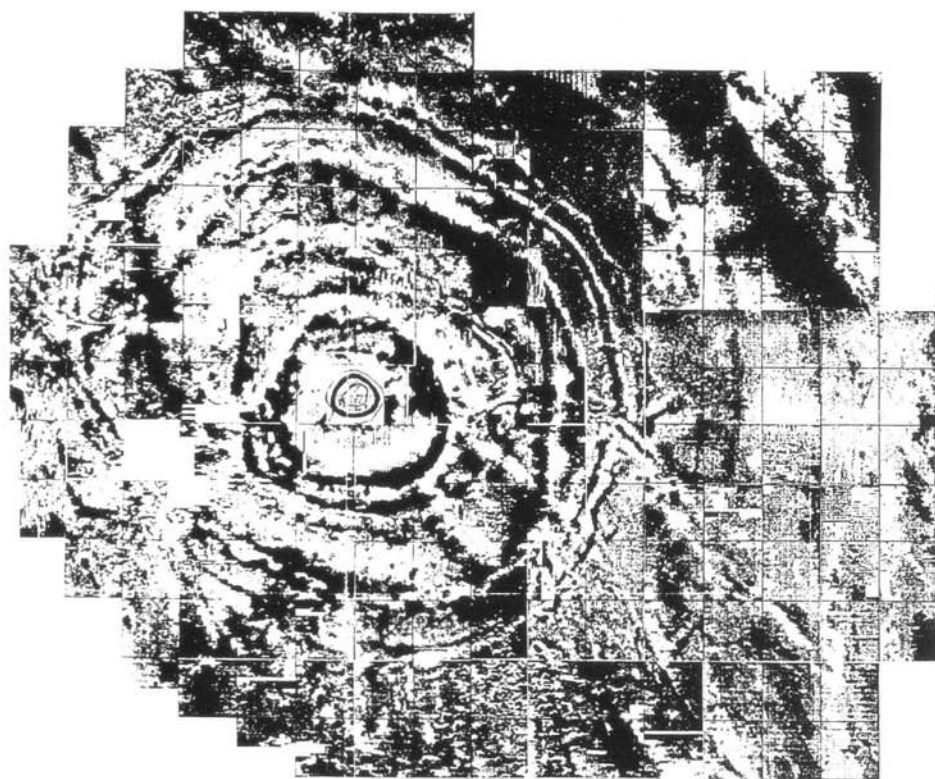
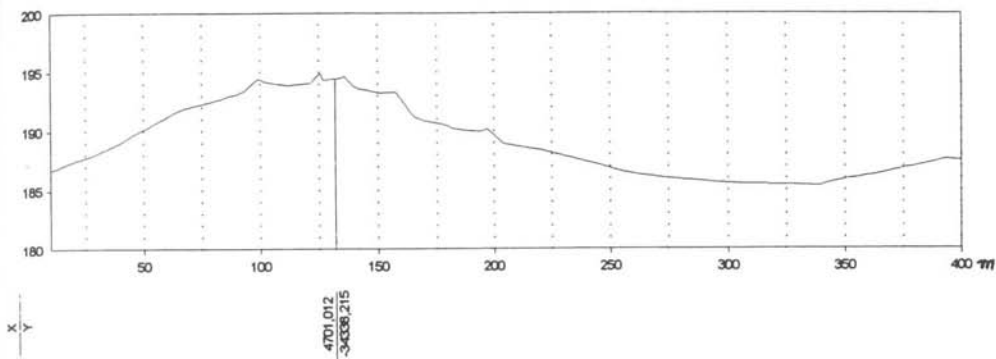
18/ Estrutura de combustão doméstica da camada calcolítica da ocupação inferior do Crasto de Palheiros, Murça (foto de M. J. Sanches). /5



186 Vasos com decoração geométrica incisa do «tipo Penha», comuns nos povoados calcolíticos do Norte de Portugal. Povoado da Penha, Guimarães. Seg. E. Mac White.



Face à monumentalidade que atingem as estruturas defensivas nalguns sítios de cumeeada, noutros, a implantação daquelas parece querer «diluir-se» no terreno. É o caso dos recintos delimitados por fossos, que recentemente têm vindo a ser assinalados no Alto Alentejo, o maior dos quais assume carácter multifuncional (visto no seu interior se ter encontrado uma sepultura do tipo *tholos*): trata-se do povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz), com cerca de 16 ha,



defendido por várias linhas de fossos. No povoado do Monte da Ponte (Évora), as estruturas de terra (fossos e taludes) encontram-se associadas a outras, de alvenaria, constituindo muralhas e bastiões. A prospecção geofísica evidenciou diversas linhas de defesa concêntricas, confirmadas por sondagens arqueológicas, integrando vários bastiões.

Um dos casos extremos da extensão de terreno ocupada é fornecido pelo povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), implantado em vasta zona plana, com uma área entre 50 e 100 ha e onde se pode

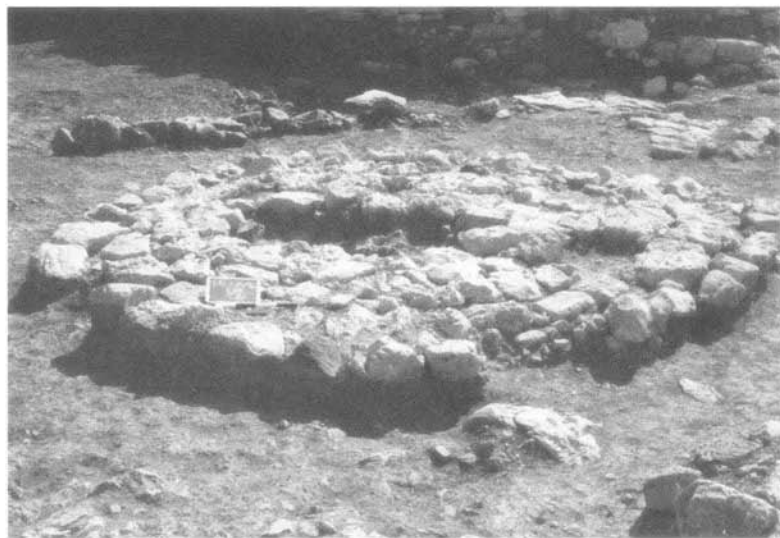
187 Povoado fortificado calcólico do Monte da Ponte, Évora. Magnetograma em forma de *plot* de treze escalões de cinzento. Observa-se a nitidez com que se destacam as estruturas defensivas, constituídas por muralhas de pedra e de terra e respectivos fossos. Seg. Ph. Kabb e M. Höck.



188 Estruturas habitacionais do povoado calcolítico de Alcalar, Portimão, escavadas por Rui Parreira. Em primeiro plano: silo; em segundo plano: canal de condução de água, que alimentava bacia circular; todas as estruturas se encontram escavadas nos calcários margosos que constituem o substrato geológico local. Foto de J. L. Cardoso.



189 Vista parcial da casa n.º 2 do povoado calcolítico de Penha Verde, Sintra, observando-se, em primeiro plano, a entrada e, em segundo plano, o recinto habitacional propriamente dito, de planta circular. Notar a técnica construtiva, de pequenas lajes calcárias sobrepostas semelhante à utilizada nas *tholoi* da região. Seg. G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira.



recolher, à superfície, material abundantíssimo. A situação descrita é similar à do povoado de La Pijotilla (Badajoz) com área aproximada de 100 ha, escavado por V. Hurtado e, tal como aquele, implantado em mancha de solos de alta produtividade agrícola, ocupando vasta zona aplanada. Aqui, o espaço encontrava-se defendido, de um dos lados, por um conjunto de fortins, dispostos em linha circundante de relevos. As grandes dimensões destes sítios explicam a existência de áreas especializadas ou funcionalmente bem diferenciadas (de carácter doméstico, ritual ou funerário). Outro exemplo ainda em estudo, é o do grande povoado de Alcalar, em plataforma sobranceira à notável necrópole publicada no século XIX por Estácio da Veiga. A prospecção geofísica indicou a existência de fossos de planta sinuosa, em parte já confirmados pelas escavações, as quais também puseram à vista um pequeno tanque, com caleira alimentadora; tal testemunho é o primeiro deste tipo a ser identificado em Portugal, demonstrando o grau de especialização atingido pelas comunidades calcolíticas do Sul peninsular na gestão e aproveitamento parcimonioso de um recurso já então escasso: a água.

O III milénio a.C. conheceu, pois, um forte incremento na intensificação económica, por via não só do aumento das produções, mas também da sua especialização e diversificação. Nos grandes povoados calcolíticos, para além de diversas estruturas habitacionais, por vezes construídas à maneira das *tholoi* da região, de que são exemplo uma grande casa de planta circular de Leceia (Oeiras) e as casas do povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra), foram detectadas áreas especializadas em determinadas actividades produtivas: em Leceia, escavou-se uma cabana de contorno elipsoidal irregular, contendo no interior cerca de dezena e meia de elementos de mós manuais, indicando a prática, em regime intensivo, da moagem. Esta actividade encontrar-se-ia forçosamente expressa por outros indicadores no espaço intramuros, infelizmente de identificação muito esporádica. É o caso dos «empedrados», formando vastas superfícies regulares, de planta circular, interpretados como o embasamento de eiras, representados por três exemplares em Leceia, ou a existência de estruturas de armazenamento, como as encontradas por A. C. Oliveira no povoado do Cabeço da Malhoeira (Penamacor). Também os elementos de tear (placas de barro paralelipédicas ou «crescentes», com perfurações nas extremidades ou nos ângulos), são aparentemente desconhecidos mesmo no Neolítico Final, tornando-se apenas frequentes apenas no Calcolítico Pleno, tanto no norte como no centro ou no sul do País, o mesmo acontecendo com os recipientes de paredes perfuradas, tradicionalmente considerados como cinchos para o fabrico do queijo;

190 Leceia. Lajeado de planta circular, atribuído ao embasamento de eira (Estrutura EM). Calcolítico Inicial. Seg. J. L. Cardoso.

188

189

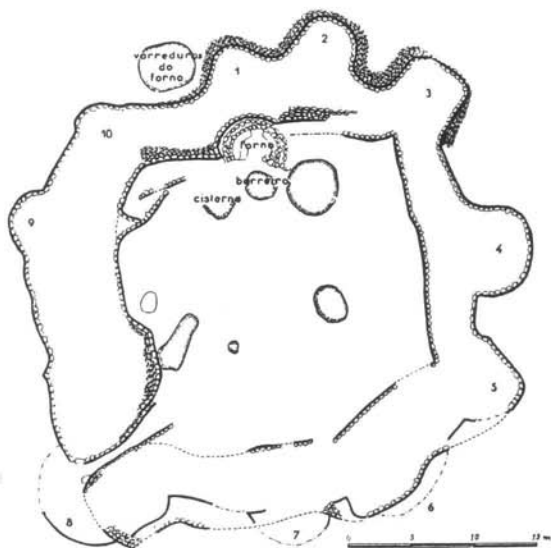
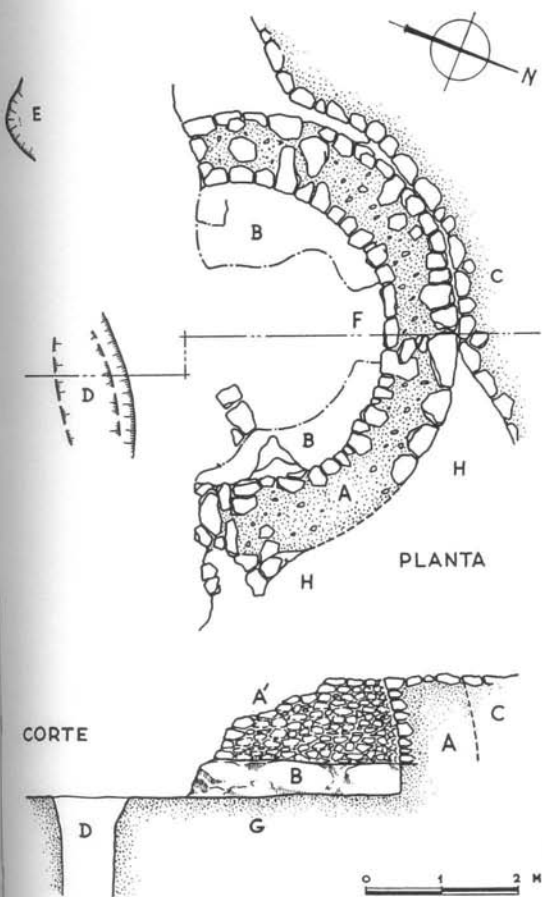
190

191 pode assim concluir-se que a diversificação das produções, incluindo a indústria oleira, desenvolvida no interior dos povoados, como bem demonstra um forno de cozer cerâmica identificado na fortificação interna de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), foi uma constante ao longo de todo o milénio, tal como o verificado noutras áreas culturais do actual território português.

193/192 Expressiva desta realidade é também a aparente generalização da metalurgia do cobre na Estremadura, a qual apenas aparece documentada cerca de meados do III milénio a. C., 200 a 300 anos depois da verificada nos povoados calcolíticos do Sudoeste, com destaque para o de Santa Justa (Alcoutim), com base nas datas de radiocarbono actualmente disponíveis. Trata-se de espaço de tempo que, contudo, se nos afigura demasiado longo e que poderá, apenas, reflectir os conhecimentos limitados actualmente disponíveis sobre o assunto. Sem dúvida que a escassez de cobre disponível na região estremenha e, por acréscimo, no Norte, condicionou a quantidade de peças produzidas. Para a sua confecção, os artífices tiveram de recorrer a minérios importados, certamente do Alentejo; é significativa a descoberta, em Vila Nova de São Pedro, de uma acumulação de cerca de 13,5 kg de mineral com incrustações de malaquite por tratar, assinada por A. do Paço e E. Jalhay. Em alternativa, os minérios eram tratados na própria zona de extracção, em povoados especializados ou simples oficinas, de modo a reduzir-se as dificuldades do transporte: é significativa a descoberta, em Leceia, de vários pequenos lingotes de cobre puro, alguns deles com marcas de extracção de pedaços, ulteriormente transformados por martelagem, a quente ou a frio, em diversos instrumentos, em geral de pequenas dimensões – justamente aqueles cujas funções os seus equivalentes líticos ou ósseos desempenhavam de forma menos satisfatória – como sovelas, furadores, escopros, anzóis. Seja como for, pode concluir-se que foram aspectos económicos que objectivamente possibilitaram processos de interacção cultural entre populações de fundo cultural distinto, vigentes desde o Neolítico Final, tão bem expressos pelos artefactos de carácter simbólico-sagrado, como as placas de xisto, que ocorrem com abundância na Estremadura.

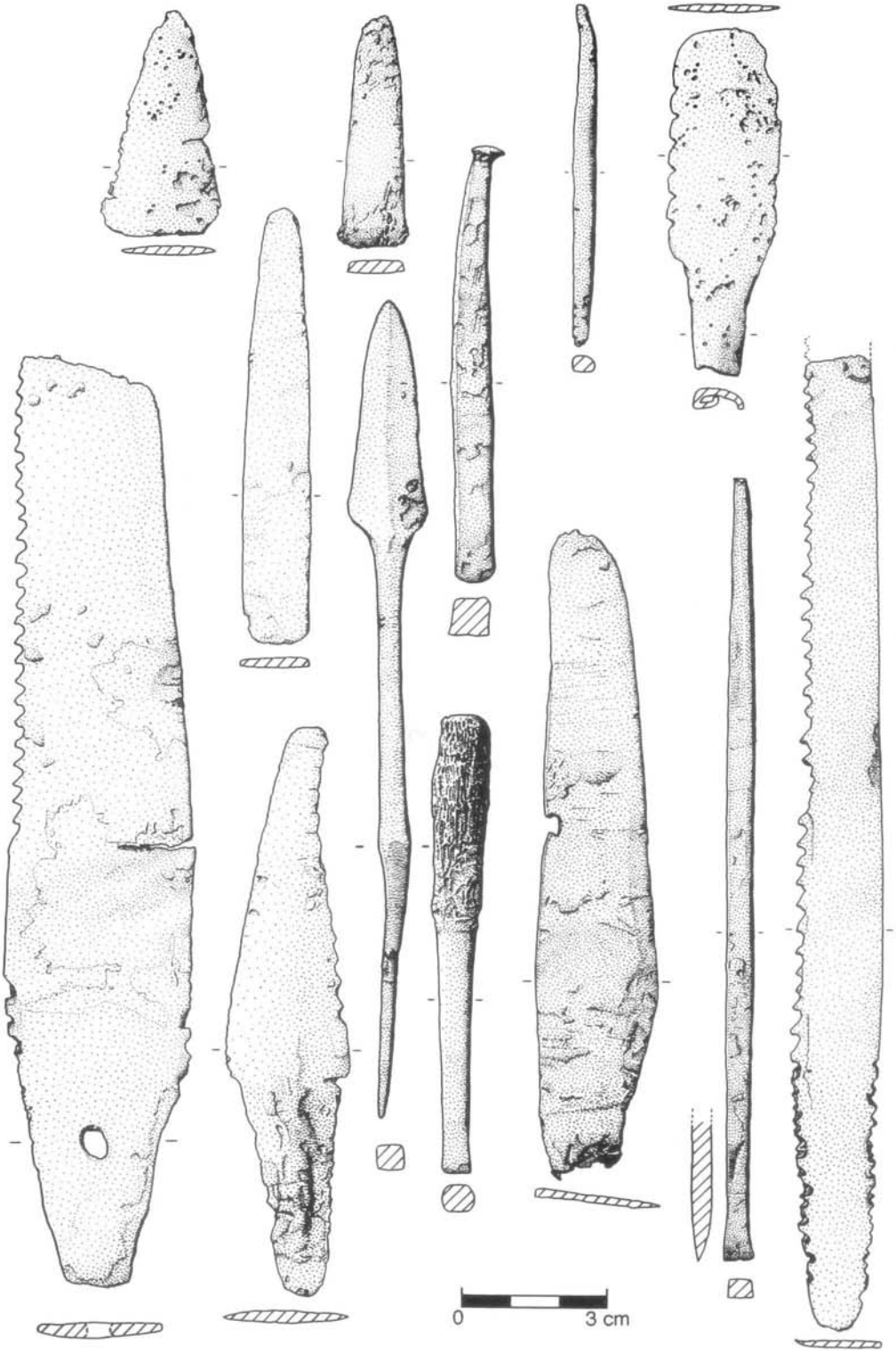
XXXI

Também os habitantes da Beira Baixa e da Beira Alta, regiões pobres de sílex, se viram obrigados a estabelecer permutas com os seus contemporâneos da orla calcária ocidental, até à região do cabo Mondego, onde ocorre tal matéria-prima sob a forma de nódulos. E o mesmo se poderia dizer para outras regiões do País, que evidenciam, embora mais tenuemente, relações culturais Norte-Sul, por certo também veiculadas por trocas comerciais: para além das



provas materiais já referidas, exercidas ao nível da superestrutura mágico-simbólica, no decurso do Neolítico, poder-se-ia acrescentar, como evidente testemunho das influências meridionais no Calcolítico do Norte de Portugal, um belo vaso com as características representações oculadas radiadas, típicas do Calcolítico do Sudoeste peninsular, achado no povoado de São Lourenço (Chaves); inversamente, as influências setentrionais no Calcolítico da Estremadura e mesmo do Sudoeste, encontram-se expressas pelas decorações das cerâmicas feitas a pente, originando sulcos sinuosos na superfície dos recipientes, muito abundantes na olaria do Calcolítico do Norte de Portugal e na parte setentrional da Beira Alta, onde possuem antecedentes que remontam ao Neolítico Antigo, de onde se expandiram, rapidamente, para sul. Assim, na Beira Baixa, foram registados fragmentos cerâmicos com decoração penteada no povoado calcolítico do Cabeço da Malhoeira (Penamacor), e diversas ocorrências ainda mais meridionais, tanto na

191 Forno de cerâmica encontrado no interior da fortificação central do povoado calcolítico de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). À esquerda: planta e alçado da estrutura; à direita: localização do forno, da cisterna, do barreiro e das varreduras, despejadas para o lado externo do recinto fortificado. Seg. A. do Paço.

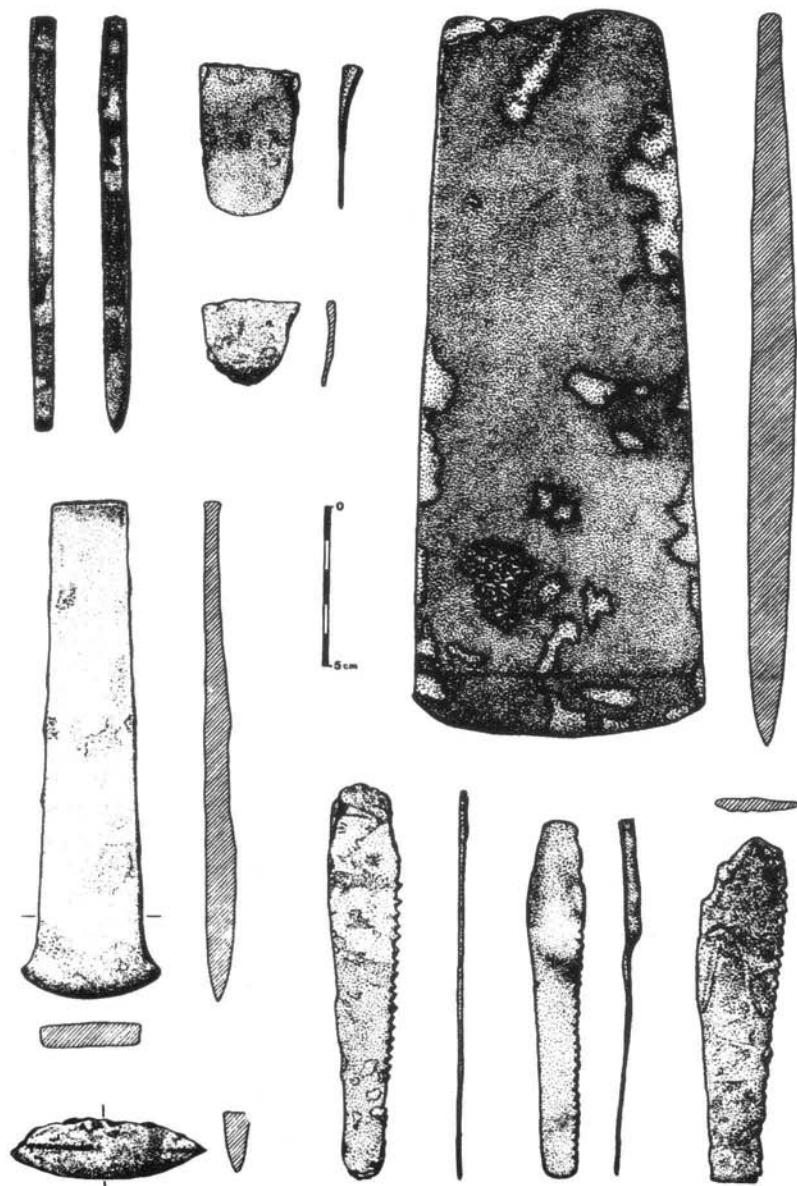


Estremadura – povoados calcolíticos de Pragança (Cadaval), Penha Verde (Sintra) e Leceia (Oeiras) – como no Alto Alentejo: é o caso do povoado do Pombal (Monforte). De referir, ainda, a existência de cerâmicas profusamente decoradas no Calcolítico do Norte de Portugal, ditas do «tipo Penha» comparáveis a exemplares calcolíticos da Estremadura. Vê-se, assim, que o Calcolítico no território português

192 Artefactos de cobre de um conjunto do Calcolítico Final (campaniforme), originalmente maior, encontrado em zona restrita do povoado calcolítico do Outeiro de S. Bernardo (Moura).

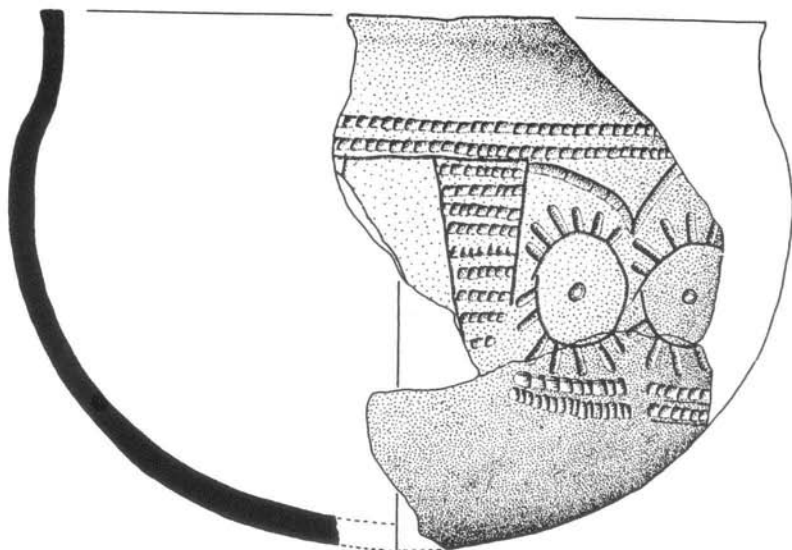
Seg. J. L. Cardoso, A. M. Monge Soares e M. F. Araújo. *Museu*

Nacional de Arqueologia



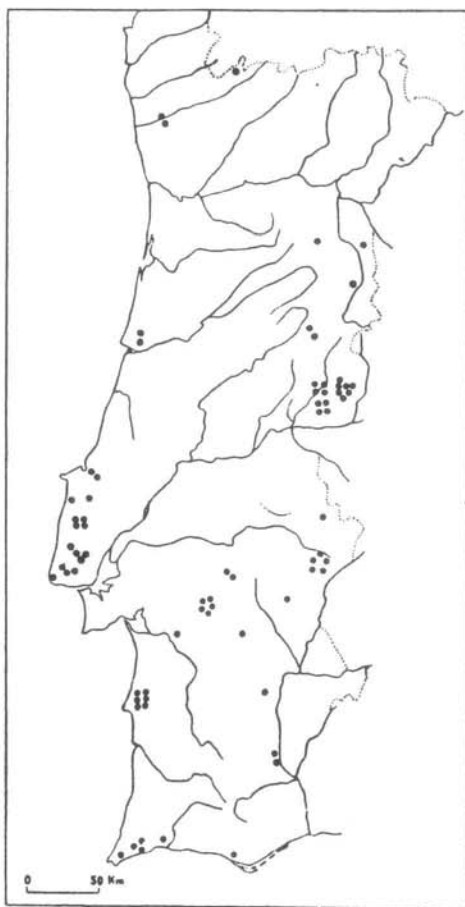
193 Utensilagem de cobre do povoado calcolítico fortificado do Monte da Tumba (Alcácer do Sal). Seg. C. Tavares da Silva e J. Soares.

*Museu de Arqueologia e Etnografia da Assembleia Distrital de Setúbal.*  
277



194 Vaso com decoração simbólica, afim da patenteada em peças do Sul peninsular, do povoado calcólico de São Lourenço (Chaves).  
Seg. S. O. Jorge.

195 Distribuição dos objectos de fibrolite no território português.  
Seg. O. da Veiga Ferreira, 1953.  
Trata-se de rocha desconhecida no território português, ao menos em massas susceptíveis de transformação em artefactos de pedra polida, produzidas no Neolítico e Calcolítico, situação que ilustra a generalização dos intercâmbios transregionais então vigentes não só de matérias-primas, mas também de peças sumptuárias, como as produzidas nesta rocha.



foi uma época caracterizada por um surto económico sem precedentes, que propiciou o desenvolvimento de vastos fenómenos de interacção, tanto Norte-Sul como Este-Oeste, muito para além do circunscrito espaço geográfico regional. Outro exemplo é a ampla distribuição, no Neolítico Final, de artefactos de fibrolite pelo território português, rocha ultrametamórfica que nele não se encontra disponível, ao menos em massas susceptíveis de poderem ser utilizadas para a confecção de tais artefactos. A sua presença generalizada constitui, pois, mais uma prova expressiva da profundidade atingida pelas redes de troca a nível alargado, as quais se reforçaram e especializaram no decurso do Calcolítico. Foi, assim, possível o contacto entre populações de tradições culturais muito distintas, numa perspectiva de complementaridade económica, precursora daquela que, mais tarde, definitivamente se impôs e que constitui um dos traços fundamentais da Idade do Bronze.

195

## SÍMBOLOS DO SAGRADO, ESTRUTURAS E RITUAIS FUNERÁRIOS DO CALCOLÍTICO

O capítulo seguinte trata das estruturas e rituais funerários calcolíticos, bem como dos artefactos relacionados com tais manifestações. No sul e Estremadura, a arquitectura funerária calcolítica é documentada por um novo tipo de monumento, a *tholos*, cuja origem meridional foi já assinalada em 1954 por O. da Veiga Ferreira e A. Viana. Estes autores relacionaram a progressão, para norte, destes monumentos, com a dos prospectores e metalurgistas do cobre, oriundos da Andaluzia. Esse estudo documenta as primeiras *tholoi* descobertas na região baixo-alentejana, cuja escavação então se iniciava e onde actualmente se conhecem cerca de vinte. Trata-se de um tipo de sepulcro de corredor cuja câmara se apresenta coberta por falsa cúpula, sob *tumulus*, de construção muito mais leve que a dos dólmenes, requerendo um menor esforço construtivo, que se reflectia, por seu turno, na menor monumentalidade face aos grandes túmulos megalíticos do período imediatamente anterior (os quais, contudo, continuaram a ser utilizados).

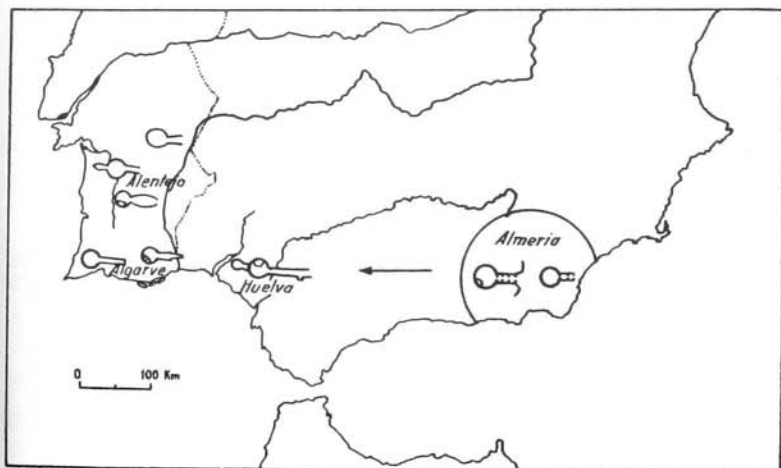
196/197

198

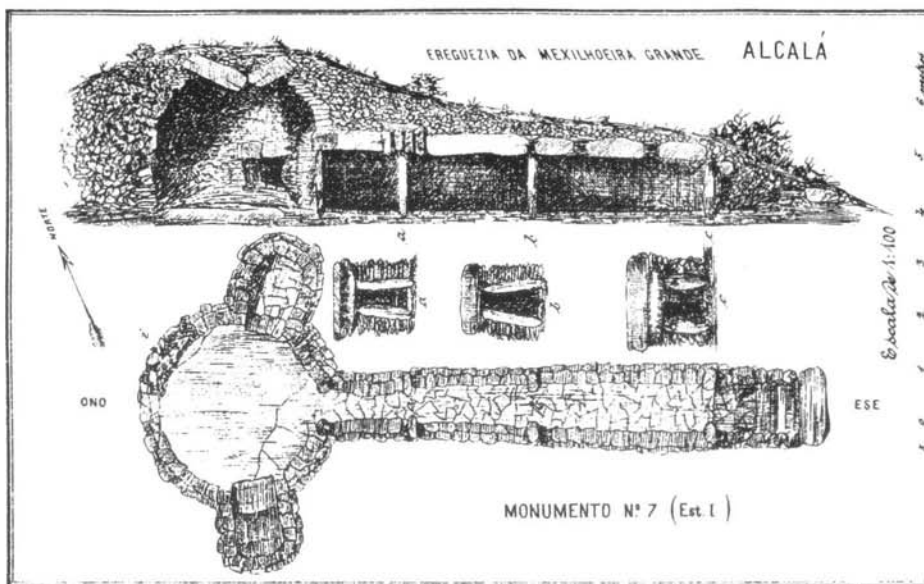
199/XXXII

XXXIII

200/201

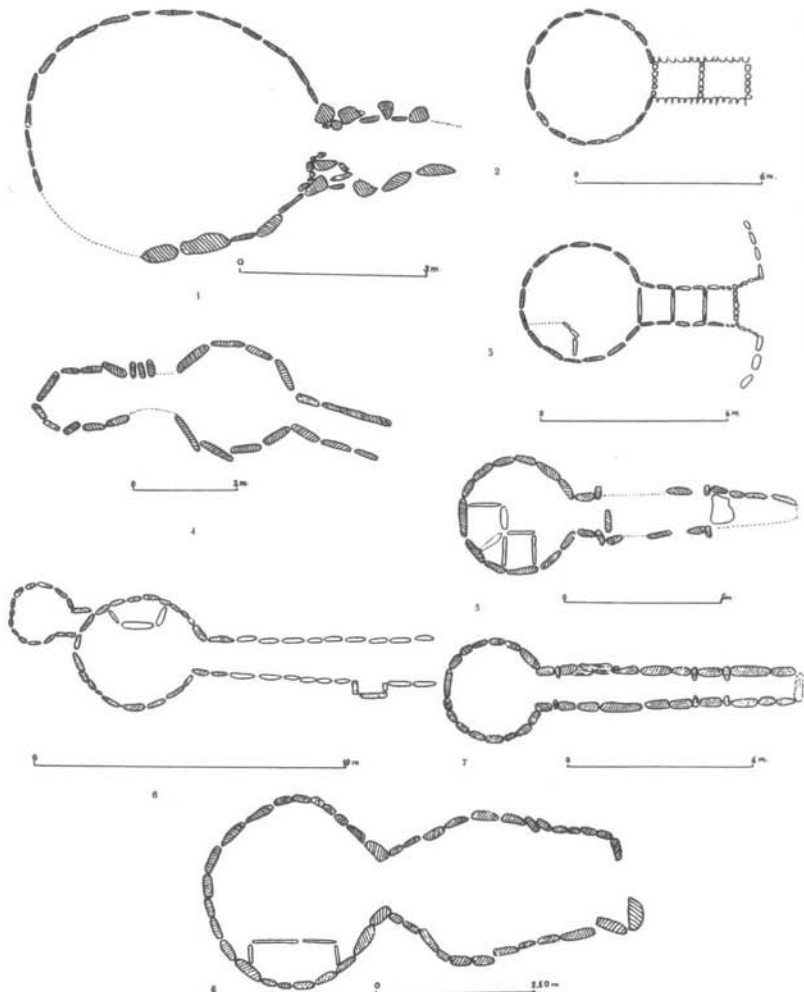


196 Expansão dos sepulcros de falsa cúpula do tipo *tholos*, a partir do centro cultural inicial. Seg. A. Viana, R. Freire de Andrade e O. da Veiga Ferreira.

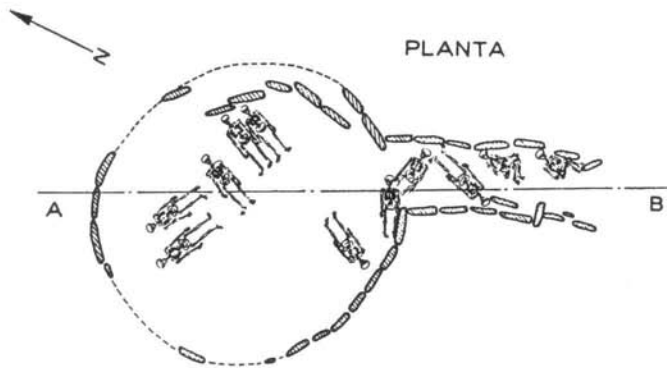


197 *Tholos* (sepultura n.º 7)  
da necrópole  
de Alcalar, Portimão.  
Seg. J. P. M. Estácio da Veiga.

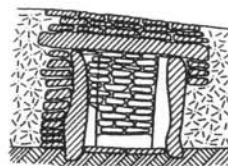
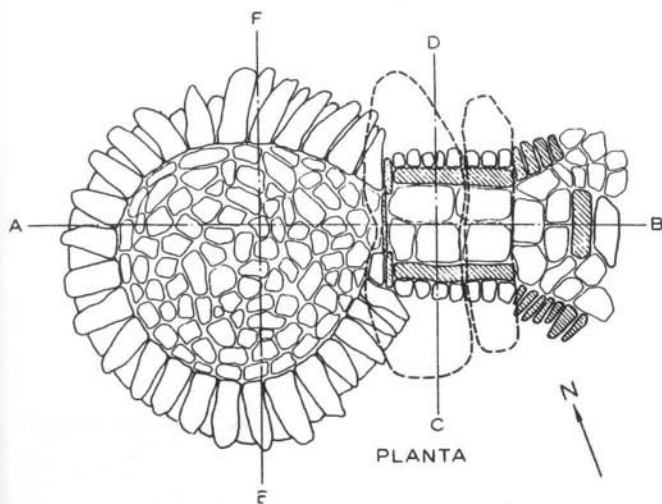
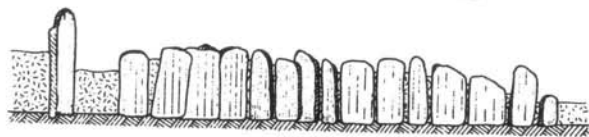
198 Sepulcros de falsa  
cúpula do tipo *tholos*  
do sul peninsular.  
1- Farisoa (Reguengos  
de Monsaraz);  
2- Rambla de Los Pozicos  
(Almería);  
3- Los Millares 38 (Almería);  
4- Lousal (Grândola);  
5- Marcela (Tavira);  
6- Huelva (Huelva);  
7- Alcalar 6 (Portimão);  
8- Monte Velho (Ourique).  
Seg. A. Viana, R. Freire  
de Andrade e O. da Veiga  
Ferreira.



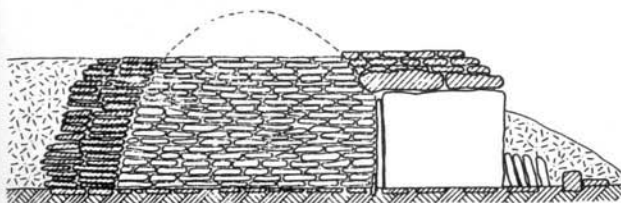
199 Dois sepulcros do tipo *tholos* de Baixo Alentejo.  
 1- Malha Ferro; 2- Cerro do Gatão (Ourique).  
 Seg. A. Viana, O. da Veiga Ferreira e R. Freire de Andrade e A. Viana, R. Freire de Andrade e O. da Veiga Ferreira.



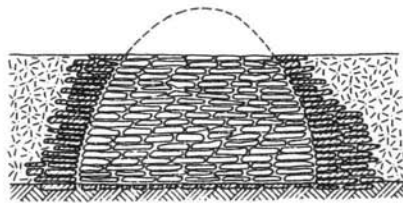
CORTE AB



CORTE C-D



CORTE A-B



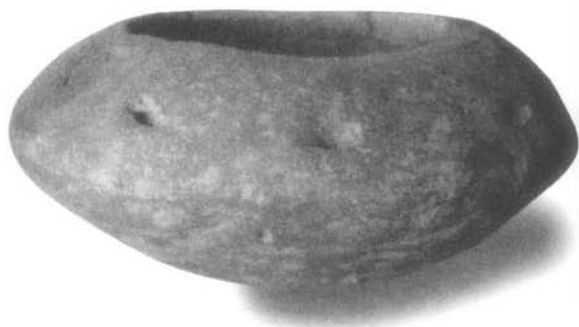
CORTE E-F





200 Pequenos vasos fechados da *tholos* do Monte Velho (Ourique), com múltiplos furos para suspensão, provavelmente utilizados como lucernas. Calcolítico Inicial. O da esquerda tem paralelos em exemplares da anta do Curral da Castelhana (Alcoutim), nas *tholoi* do Olival da Pega 2b (Reguengos de Monsaraz) e do Monte do Outeiro (Aljustrel). O da direita possui analogias com exemplares de Torre de Frades e Aljezur, Folha das Barradas (Sintra), Carenque (Amadora) e Eira Pedrinha (Condeixa-a-Nova). Altura do exemplar da esquerda: 8,6 cm.

Arquivo O. da Veiga Ferreira. *Museu Geológico do INETI.*



201 O monumento do tipo *tholos* do Monte das Pereiras (Aljustrel). Seg. O. da Veiga Ferreira, R. F. de Andrade e A. Serralheiro.



Testemunhando o valor simbólico dos locais já ocupados por alguns destes grandes dólmenes, certas *tholoi* da rica região megalítica de Reguengos, foram construídas lateralmente, no montículo tumular daqueles (Comenda 2 b; Farisoa 1 b e Olival da Pega 2 b). Olival da Pega 2 b, *tholos* arquitetonicamente semelhante à de Huerta Montero, Badajoz, cuidadosamente explorada sob a direcção de Victor S. Gonçalves, foi utilizada no decurso da 1.ª metade do III milénio a. C.; revelou duas grandes fases de utilização, a que correspondem sete camadas de deposições funerárias. Das dezenas de deposições integráveis na fase mais antiga, duas foram individualizadas com segurança; uma

202

*Alguns dos m*

202 Monumentos funerários de falsa cúpula, do tipo *tholos*, explorados no Sul de Portugal. Seg. G. Zbyszewski e O. da Veiga Ferreira, actualizado.





delas corresponderá ao «fundador» do sepulcro. No conjunto, assinala-se a presença de fogos rituais, fogos de higienização ou mesmo a cremação parcial dos corpos ou dos ossos, como o verificado em alguns dólmenes e grutas naturais do Neolítico Final, tendo presentes as intensas marcas de calor evidenciadas pelos ossos e também no espólio arqueológico, o qual parece evidenciar diferenças, face ao da anta a que se encontra geminado.

Como refere Victor S. Gonçalves, trata-se de um fenómeno complexo de substituição, mesclado de inovação e de continuidade face a elementos preexistentes, de que resultou mudança, adoptada a diferentes ritmos: nalguns casos da mesma região (*tholos* de Santiago do Escoural), directamente relacionada com o povoado calcolítico fortificado do mesmo nome, encontraram-se numerosas placas de xisto, características do apogeu do megalitismo alentejano que demonstram, a par da continuidade de utilização das antas, o carácter lento da evolução/substituição observada ao nível dos espólios funerários. Por outro lado, a *tholos* mais setentrional até ao presente reconhecida em Portugal é a de Paimogo (Lourinhã), muito semelhante à da Tituaría (Mafra); assim sendo, na parte restante do território, afastada a hipótese de continuação da construção ou mesmo da simples reutilização dos dólmenes [os quais, como atrás se referiu, foram objecto de generalizado e intencional encerramento («condenação») em finais do IV milénio a. C.], importa averiguar quais as estruturas tumulares que os substituíram no decurso do III milénio a. C.; à derradeira fase de construção de monumentos dolménicos, podem reportar-se exemplares de arquitectura evoluída, do tipo «galeria coberta», de que existem diversos exemplos no Minho litoral, a baixa altitude, como o dólmen de Eireira (Afife) ou o de Barrosa (Vila Praia de Âncora).

O faseamento arquitectónico funerário proposto por D. Cruz ou por S. Oliveira Jorge para o centro e norte do País requeria, para ser mais sólido, mais e melhores dados de cronologia absoluta, por ora muito limitados. De acordo com os referidos autores, são reportáveis à fase tardia do megalitismo nortenho, sepulturas que, de megalíticas pouco ou nada já têm, de tendência cistóide, construídas sob *tumuli*, sempre de pequenas dimensões, as quais podem atingir a 2.<sup>a</sup> metade do III milénio a. C., prolongando-se depois pelo Bronze Inicial e Pleno, até meados do II milénio a. C. Tais monumentos encontrar-se-iam representados na fase final da evolução da necrópole polinucleada da serra da Aboboreira (Amarante), embora também se conheçam noutras zonas setentrionais de Portugal, como em Trás-os-Montes, de que são exemplos a mamoa do Barreiro (Mogadouro) e a cista do Vale da Cerva

203 Sepultura de falsa cúpula de Paimogo, Lourinhã, em curso de escavação (Outubro de 1971).

Trata-se da ocorrência mais setentrional deste tipo de sepulcros. Observem-se os dois grandes blocos que definem a entrada do corredor, em último plano. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

204 *Tholos* da Tituaría (Moinhos da Casela, Mafra). Vista, em primeiro plano, da entrada do corredor, aberto para paisagem de relevos suaves, intensamente cultivados. Seg. J. L. Cardoso e colaboradores.

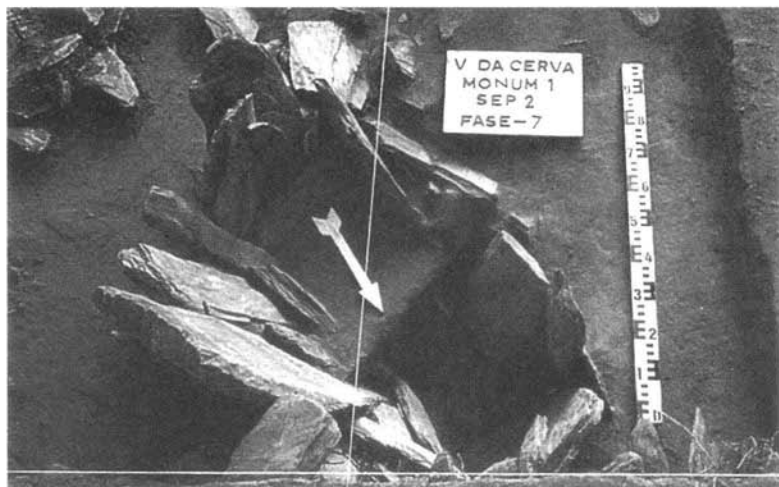
203

204

205

287

205 Sepultura cistóide  
n.º 2 do monumento n.º 1  
de Vale da Cerca (Vila Nova  
de Foz Côa). Seg. D. J. Cruz.



(Pocinho, Vila Nova de Foz Côa). Esta última, corresponde a estrutura individual na qual foi inumado um adulto, acompanhado, numa outra cista individual, de uma criança, ambas delimitadas por estrutura circular. A cronologia absoluta, determinada pelo radiocarbono, deu o resultado, publicado por D. Cruz, de 2880-2500 a. C., sendo pois compatível com o Calcolítico. Estes monumentos serão cronologicamente próximos das simples fossas sob pequenos *tumuli*, cuja frequência na região centro e norte é muito maior do que o volume e importância dos trabalhos arqueológicos dedicados até ao presente a tal tipo de sepulcros, aliás de localização pouco evidente no terreno.

Os monumentos deste tipo situados no distrito de Aveiro e na parte ocidental do distrito de Viseu, têm sido objecto de estudo sistemático por Fernando A. Pereira da Silva, de que resultaram já diversas sínteses, mostrando que a construção de tais sepulcros – alguns dos quais também já não se poderão designar de «megalíticos» – se efectuou no decurso do Calcolítico e primórdios da Idade do Bronze.

206 Tal como no Alto Alentejo, também na Estremadura se observa,  
207 talvez ainda de forma mais nítida, a diferença entre os materiais dos  
dólmenes da região – que, frequentemente, assumem arquitecturas  
especiais, devido à natureza dos materiais localmente disponíveis,  
representados por lajes calcárias de idade jurássica e cretácica – e os  
que integram os espólios funerários das *tholoi*. Caso particular, já atrás  
referido, foi observado na Praia das Maças (Sintra): uma gruta artificial  
parcialmente escavada no terreno, possuindo uma câmara secundária,  
foi revestida por pequenos blocos lajiformes que cobriram, segundo  
a técnica da falsa cúpula, a câmara principal do monumento, apoiados

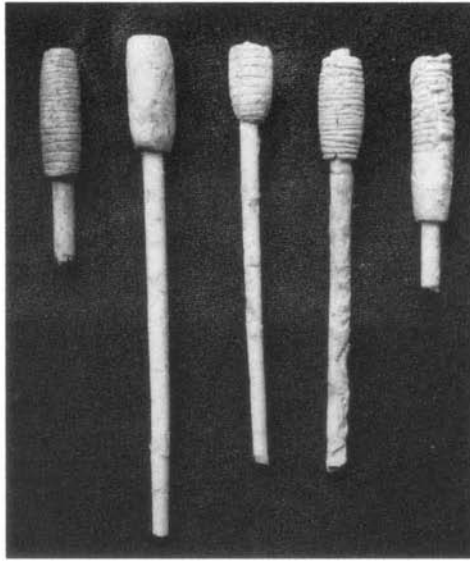


206 Vista geral do monumento funerário da Praia das Maças (Sintra), depois das últimas escavações, que puseram a descoberto a parte proximal do corredor (em primeiro plano). Em segundo plano, observa-se a câmara do sepulcro, revestida a lajes dispostas horizontalmente, à maneira das *tholoi*; note-se, porém, que o monumento se encontra escavado no afloramento geológico (calcários e margas do Cretácico), transformando-o num misto de hipogeu, ou gruta artificial, cujo carácter se encontra mais evidenciado na câmara ocidental existente de um dos lados da câmara principal do monumento.  
Seg. J. L. M. Gonçalves.



207 Vista parcial do interior da câmara principal do monumento da Praia das Maças (Sintra), observando-se o revestimento da parede por pequenas lajes, formando falsa cúpula e, ao centro, a passagem para a câmara ocidental, escavada na rocha.  
Arquivo O. da Veiga Ferreira.

208 Alfinetes de cabelo de cabeça amovível, lisa ou decorada por linhas incisadas, de osso, recolhidos na câmara ocidental, escavada na rocha, do monumento da Praia das Maças. Comprimento do exemplar da esquerda: 5,0 cm. Foto de M. Leitão. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



Museu Geológico do  
INETI.

208

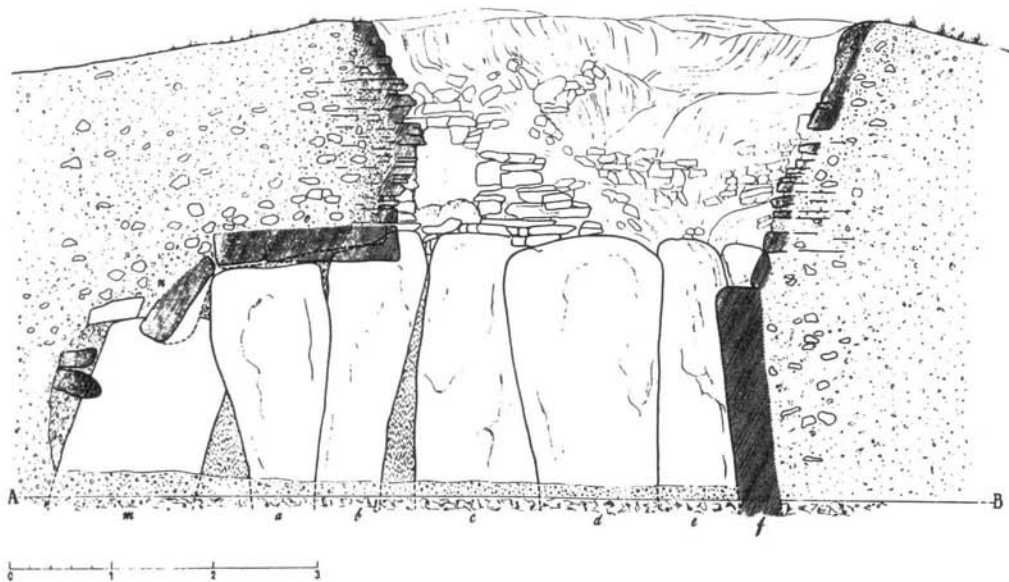
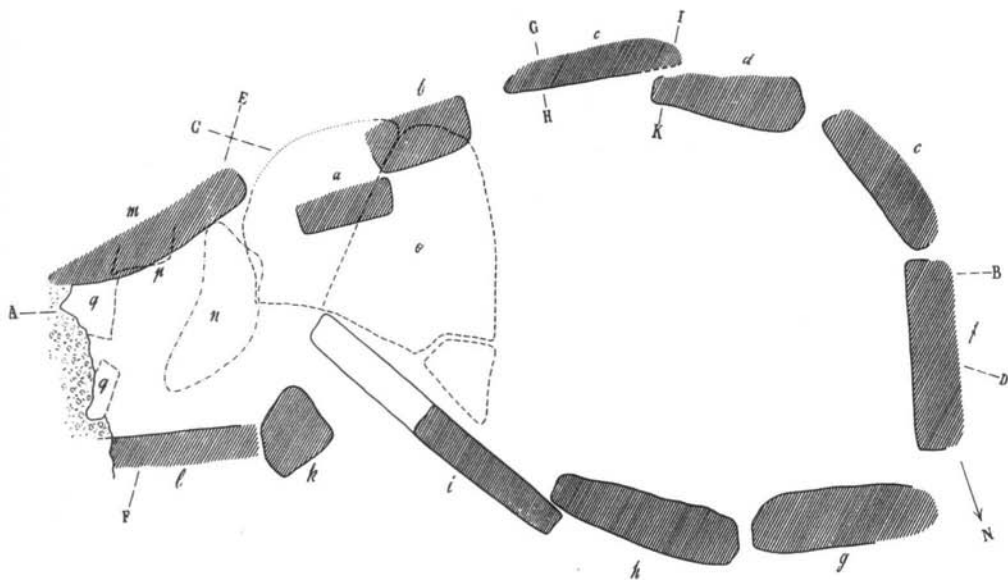
em pilar central de madeira, cujos restos se identificaram na parte central do chão da câmara; embora tenha sido salientada a diferença artefactual entre os conteúdos dos dois sectores do monumento (evidenciada, por exemplo, pela concentração de alfinetes de cabeça canelada postiça na câmara ocidental), a construção de todo o monumento, com base na tipologia do espólio recolhido nos diversos sectores que o integram, pode inscrever-se no Neolítico Final regional: deste modo, é de admitir que a construção das *tholoi* estremenhas tenha resultado de uma evolução com raízes ainda no Neolítico Final regional. Assim sendo, as substituições, mesmo as de carácter arquitectónico mais flagrantes, poderão não ser o reflexo de verdadeiras rupturas culturais. O mesmo se teria verificado no Alto Alentejo: assim, o dólmen principal de Vale de Rodrigo (Évora) possui a câmara coberta por uma falsa cúpula, feita como nas *tholoi*, reforça a ideia de que as substituições tecnológicas conheceram gradações, longe de serem abruptas.

209

210

212

Entre as novidades, avultam as peças de calcário, cujo significado mágico-simbólico é evidente. As mais frequentes têm formato cilíndrico, representando a deusa calcolítica, e os seus variados atributos – com a gravação de olhos solares, sobrancelhas, nariz, tatuagens faciais, toucado – nítidos nas peças algarvias, que são mais barrocas – e, excepcionalmente, o triângulo púbico, presente em exemplar recolhido no povoado pré-histórico de Leceia. Nestas peças, não custa admitir influências mediterrâneas, a começar pela própria matéria-prima em que são confeccionadas, cuja preferência, até então



209 Planta e corte do monumento dolmênico de Vale de Rodrigo (Évora) evidenciando as suas características mistas, com cobertura da câmara em falsa cúpula, como as *tholoi* calcólicas. Seg. G. Leisner.

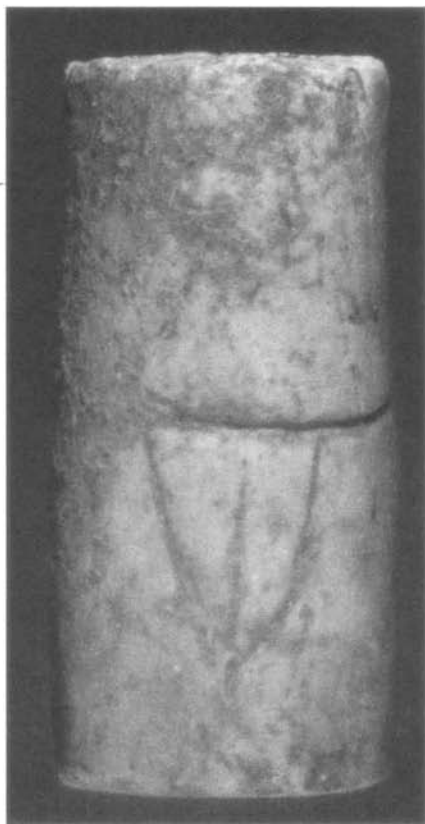
210 Conjunto de ídolos calcolíticos, de calcário subcristalino de Pêra, Silves, de evidentes afinidades almerienses. Arquivo O. da Veiga Ferreira (foto de M. Leitão).

Altura do exemplar central, munido de dois mamilos simbólicos, visíveis na figura: 13,0 cm. *Museu Nacional de Arqueologia.*



211 Primeira falange de equídeo da Lapa da Bugalheira (Torres Novas), afeiçãoada por polimento e decorada por incisão, com dupla representação oculada e radiada e as características «tatuagens faciais», que se prolongam pela face oposta. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

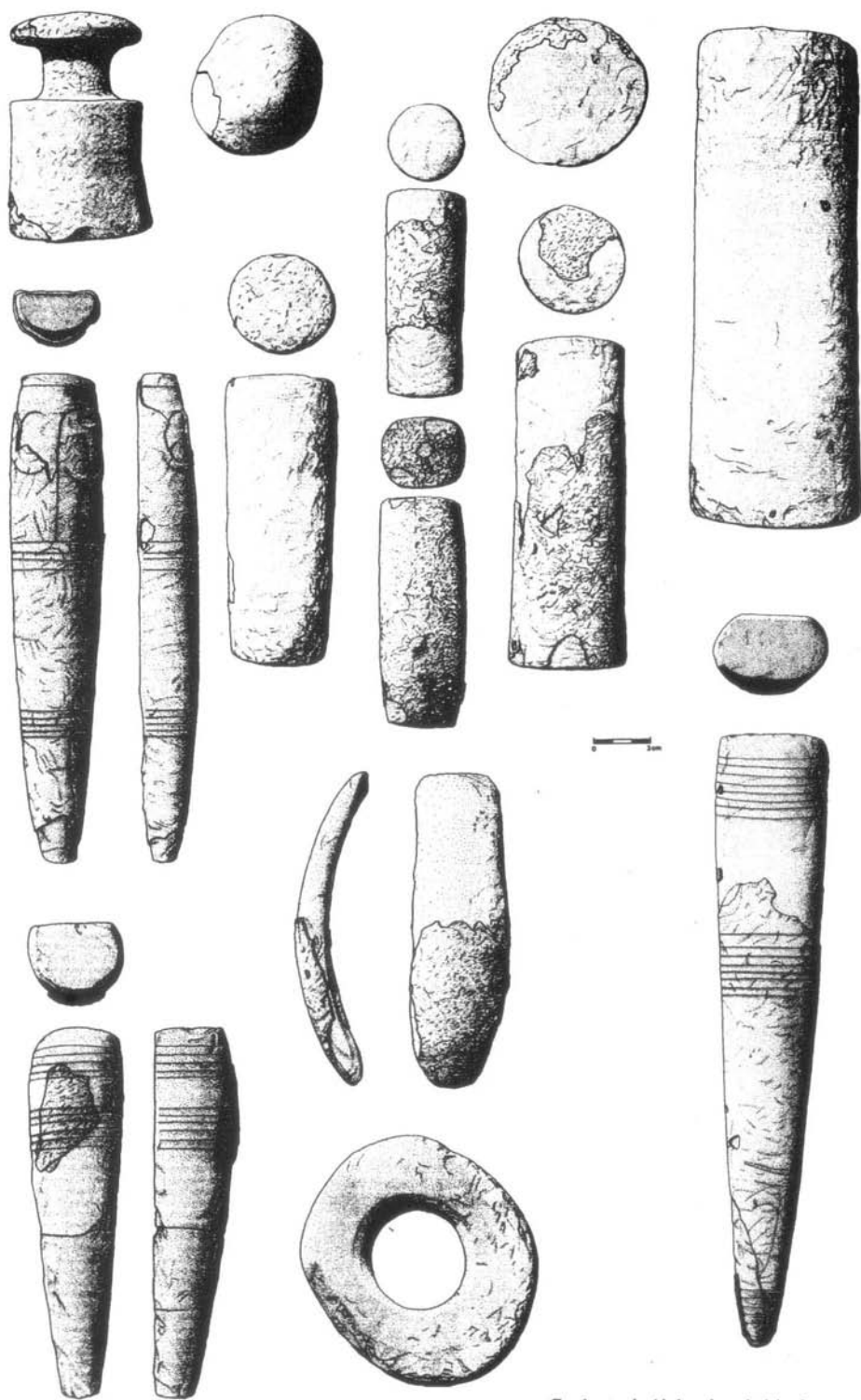
Faz parte de um conjunto que integra outro exemplar decorado e cerca de dez lisos, encontrados agrupados num dos lados da cavidade, talvez constituindo pequeno altar. Altura: 7,0 cm. *Museu Geológico do INETI.*



212 Pequeno ídolo cilíndrico de calcário marmóreo, ostentando na parte inferior representação genital feminina, por incisão. Calcolítico Pleno de Leceia. Comprimento máximo: 3,3 cm. Seg. J. L. Cardoso. Torna-se evidente a conotação desta peça com a deusa calcolítica alusiva da fertilidade, a qual foi representada de muitas formas, e em diversas matérias-primas.



213 Em cima: aspecto da escavação do que restava da gruta natural do Correio-Mor (Loures) onde se encontrou um conjunto de ídolos de calcário formando originalmente pequeno altar, visível na parte central da escavação. Ao centro e em baixo: aspectos da exploração do referido conjunto. Seg. J. L. Cardoso, M. Leitão, J. Norton, T. North e O. da Veiga Ferreira.



214 Conjunto de ídolos de calcário do santuário ou altar rupestre da gruta natural do Correio-Mor (Loures). Seg. J. L. Cardoso, M. Leitão, J. Norton, T. North e O. da Veiga Ferreira. *Museu Nacional de Arqueologia.*

desconhecida, não obstante a vulgaridade desta rocha na região, é sugestiva da aludida inspiração exógena, muito embora existam outras, em osso – falanges de equídeo – e até em cerâmica, sob a forma de recipientes rituais. A sua ocorrência estende-se a grutas naturais e artificiais, mostrando a reutilização deste tipo de sepulcros, no decurso do Calcolítico. Uma das ocorrências mais notáveis identificou-se na gruta natural do Correio-Mor (Loures), representada por onze ídolos, os quais deveriam integrar um pequeno santuário ou altar rupestre.

211/215

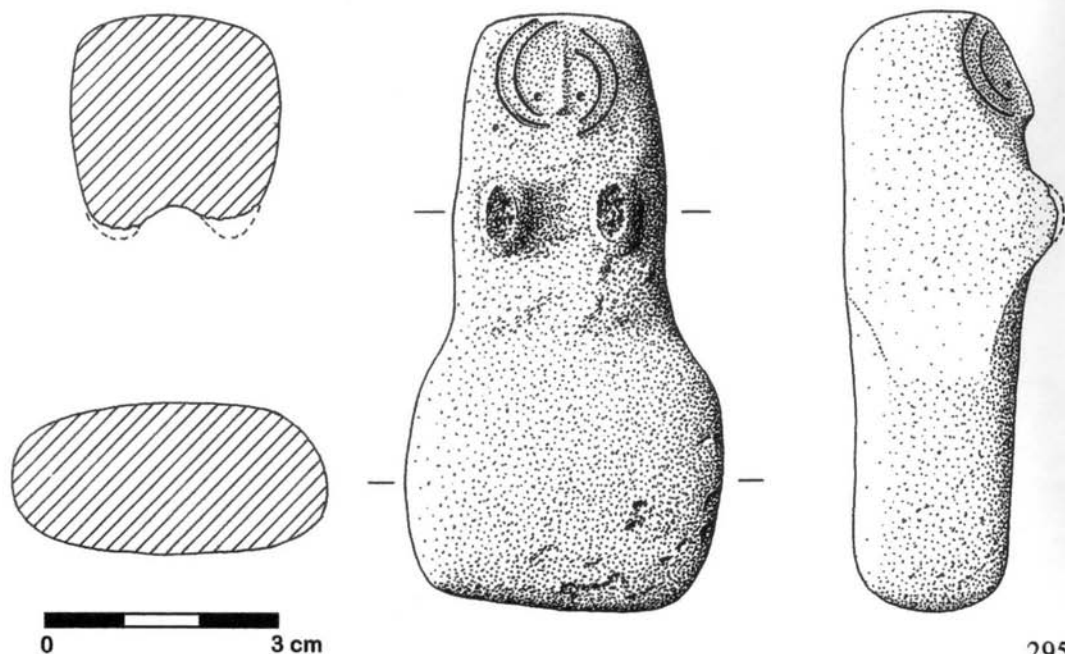
216/217/218/219/220

213/214

No Alentejo e Beira Interior, são conhecidos pequenos monólitos, com a representação da face (olhos, nariz), do toucado (diadema?) e do vestuário e adornos (Crato; Nossa Senhora da Esperança, Arronches; e Rosmaninhal, Idanha-a-Nova), com equivalentes no ídolo pintado do abrigo de Peña-Tú (Astúrias) atribuído por Juan Cabré a divindade funerária feminina e na estela de Tabuyo del Monte (León); estes pequenos monólitos são comparáveis a diversas estelas-menires, por vezes de assinaláveis dimensões, conhecidas no Norte do País; um dos conjuntos mais significativos corresponderia a provável recinto encontrado em Cabeço da Mina (Vila Flor), considerado por S. Oliveira Jorge de idade calcolítica e inspiração mediterrânica; algumas exibem evidentes semelhanças com a estátua-menir do Alto da Escrita (Tabuaço, Viseu), sugerindo a sua expansão para territórios mais

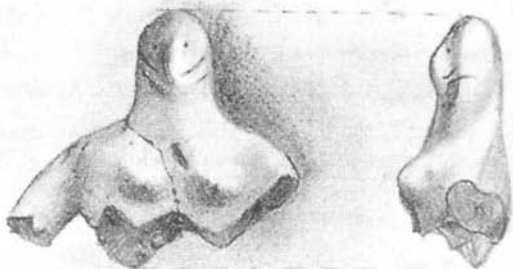
221/222

215 Figura de barro representando a divindade calcolítica feminina, recolhida no povoado da Pedra de Ouro, Alenquer. Seg. A. do Paço, modificada.

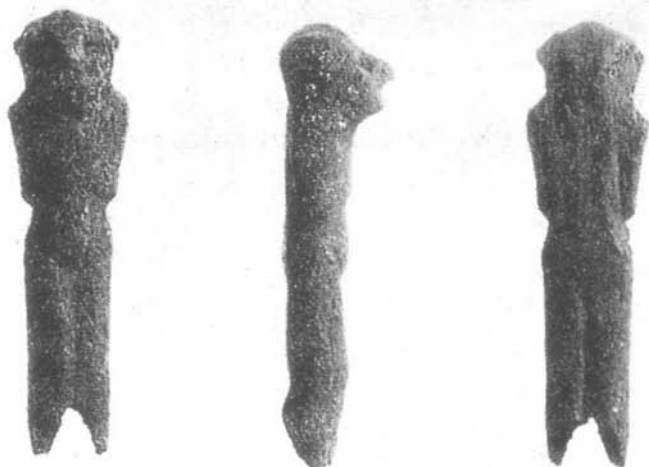


216 Estatuetas antropomórficas do povoado calcolítico fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja). Ao lado: representação de barro de personagem feminina, comparável à da Fig. anterior.

Em baixo, representação de personagem masculina de osso. Seg. A. do Paço e E. Jalhay. Tamanho natural. Museu Arqueológico do Carmo



*A1 feminina*



217 Ídolo de calcário, com representação antropomórfica e um crescente na parte média, em alto relevo. Calcolítico. Sepultura de Folha das Barradas (Sintra). Arquivo O. da Veiga Ferreira. Altura máx.: 24,4 cm. (foto de M. Leitão).

*Museu Geológico do INETI.*

meridionais. Outro recinto de estelas mais meridional que os supra-referidos, situável também no III milénio a.C., é o de Corujeira (Fornos de Algodres), implantado em pequeno cabeço; as estelas, de granito, apresentam-se insculturadas por sulcos, dispersos de forma aleatória ou constituindo figuras geométricas, aproximando-se deste modo do recinto de São Cristóvão (Resende), implantado em plataforma da serra de Montemuro, a mais de 1100 m de altitude. Dado a conhecer por E. J. L. da Silva, trata-se de monumento de planta oval, constituído por várias dezenas de pequenos monólitos, com outros, no espaço interior, os quais, segundo o autor, relacionar-se-ão com orientações astronómicas.

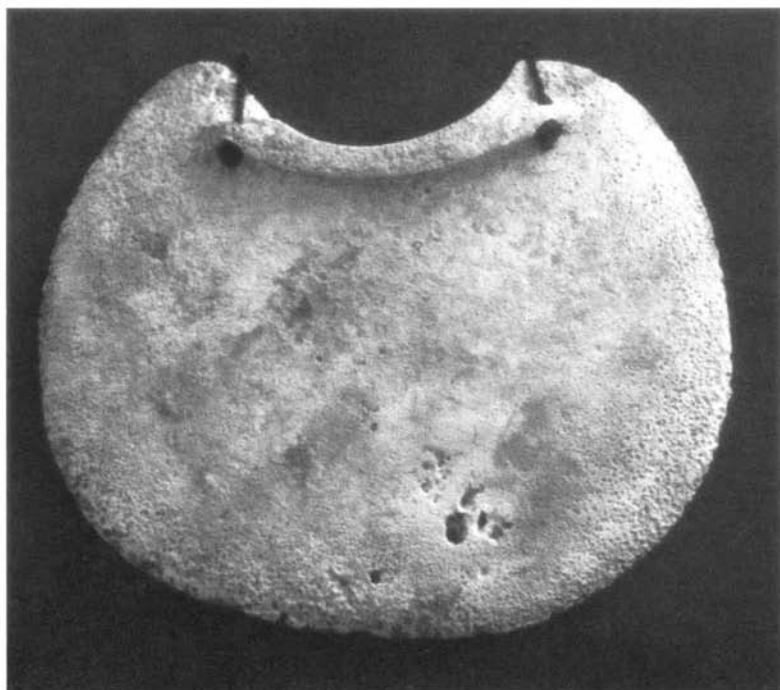
A representação de figuras diademadas e com ornamentos (colares), presentes nalgumas estelas-menir desta região, como a encontrada em A-de-Moura (Guarda) têm, provavelmente, larga diacronia, já que as mais recentes parecem integrar o conjunto das estelas ditas «extremeñas», assim chamadas por serem características da Estremadura espanhola, do Bronze Final. Mas tão grande diacronia carece de confirmação; com efeito, peças com evidente homogeneidade iconográfica como estas, dificilmente poderiam manter-se por tão dilatado intervalo temporal, superior a um milénio (entre finais do III milénio e inícios do I milénio a.C.), no decurso do qual se



223

218 «Ídolo-Pinha» de calcário, da necrópole calcolítica (*tholoi*) de São Martinho de Sintra. Arquivo O. da Veiga Ferreira. Comp. máx.: 14,6 cm.

Museu Nacional de Arqueologia.



219 Placa de calcário, com gola e orifícios de suspensão (peitoral ou gorjal?). *Tholos* de Paimogo, Lourinhã. Arquivo O. da Veiga Ferreira. Largura máx.: 20,5 cm.

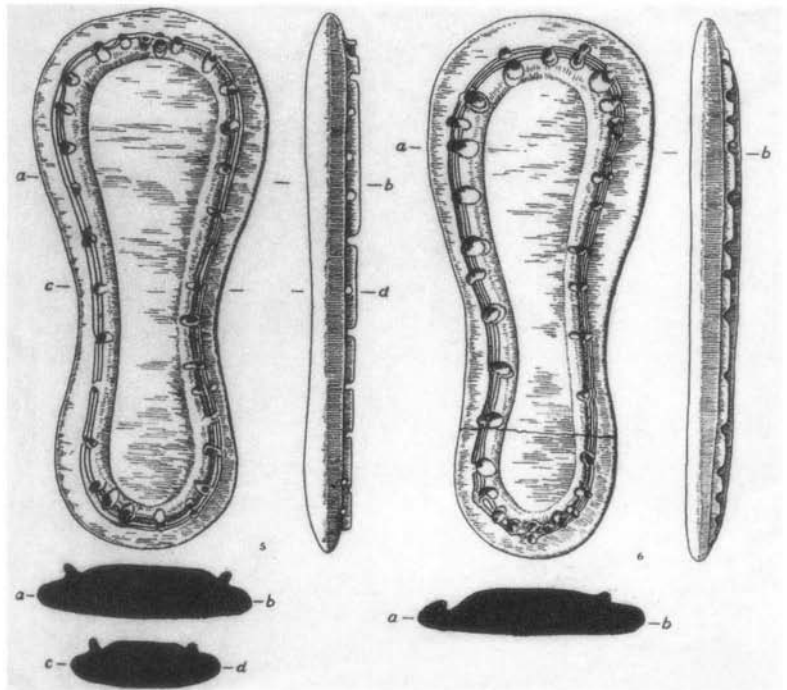
Museu Municipal de Torres Vedras.

observaram profundas transformações na estrutura social, com inevitáveis reflexos na sua cultura material e nas manifestações particulares da superestrutura ideológica e religiosa, na qual tais monumentos, naturalmente, se inserem. Infelizmente, poucos destes monumentos se podem relacionar inquestionavelmente com contextos bem datados, ainda que correspondam, em geral, a características funerárias. Tão-pouco se encontra esclarecida qual a natureza da figura representada, que exhibe, como se referiu, uma assinalada homogeneidade iconográfica, tanto nos exemplares conhecidos em Portugal como nos da Estremadura Espanhola. O facto de possuírem o que aparentam ser objectos de adorno, representados por múltiplos segmentos de circunferência, em torno do pescoço, não é suficiente para lhes conferir significado feminino. Seja como for, tais dúvidas e incertezas justificam a realização de um estudo de conjunto, que proporcione uma apreciação global dos múltiplos achados feitos nos últimos anos, apenas objecto de publicação específica ou de simples notas de descoberta. Com efeito, o estabelecimento da cronologia destes monumentos é tarefa ingrata, visto só ser possível com base na tipologia dos mesmos, na ausência de qualquer contexto estratigráfico a que se possam associar.

No Sul de Portugal, a transformação de alguns menires dos

220 Par de sandálias votivas,  
de calcário, da gruta artificial  
de Alapraia II (Cascais).  
Comp. máx.: 21,0 cm.  
Seg. A. do Paço e E. Jalhay.

Museu Condor de Cas-  
tro Guimarães (Cas-  
cais).





221 Uma das várias estelas calcólicas insculturadas ou lisas, de granito (como a representada) ou de xisto, encontradas no Cabeço da Mina, Vila Flor, no decurso da surriba dos campos (foto de M. J. Sanches).

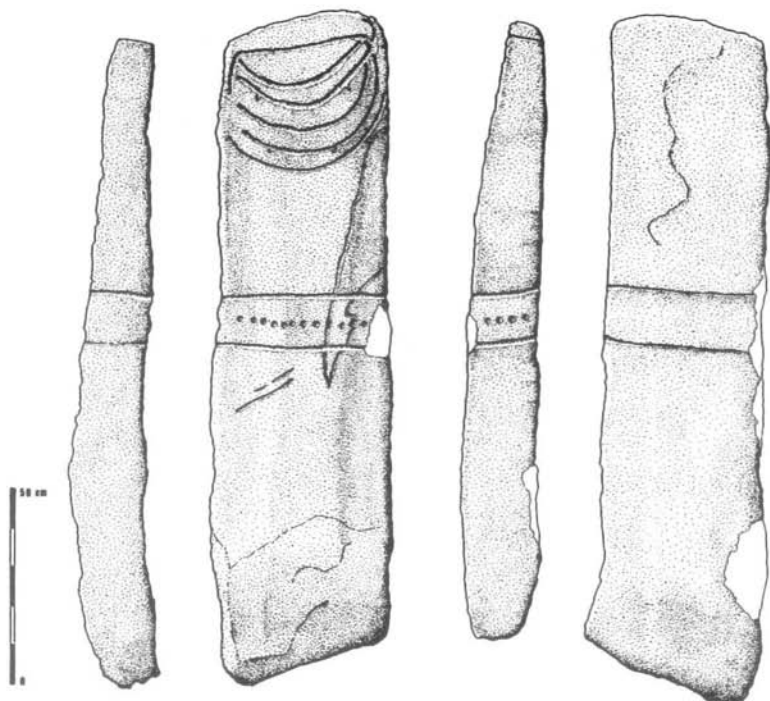
cromeleques dos Almendres ou da Portela de Mogos (Évora) em estelas, acompanhada de representação da face, mostra evidentes semelhanças com os monumentos referidos e, como estes, inscrever-se-á no Neolítico Final ou no Calcolítico. Não se deixa de sublinhar a semelhança entre o programa decorativo exibido por estes monólitos e algumas estelas-menir supra-referidas, como a da Fig. 222.

Em suma: existe sequência entre os pequenos monólitos com representação humana, atribuíveis ao Calcolítico, como o de Arronches e o de Crato – ambos, aliás, com evidentes analogias com a representação calcólica pintada na caverna asturiana de Peña Tú – e as estelas insculturadas com figuras diademadas, cujo exemplo paradigmático é a estela da Granja de Toniñuelo (Badajoz), já pertencente ao tipo das estelas estremeñas da Idade do Bronze Final.

Sejam ou não de carácter funerário, os correspondentes sítios funcionariam como marcadores territoriais, inerentes a populações

) não - é Calcólica

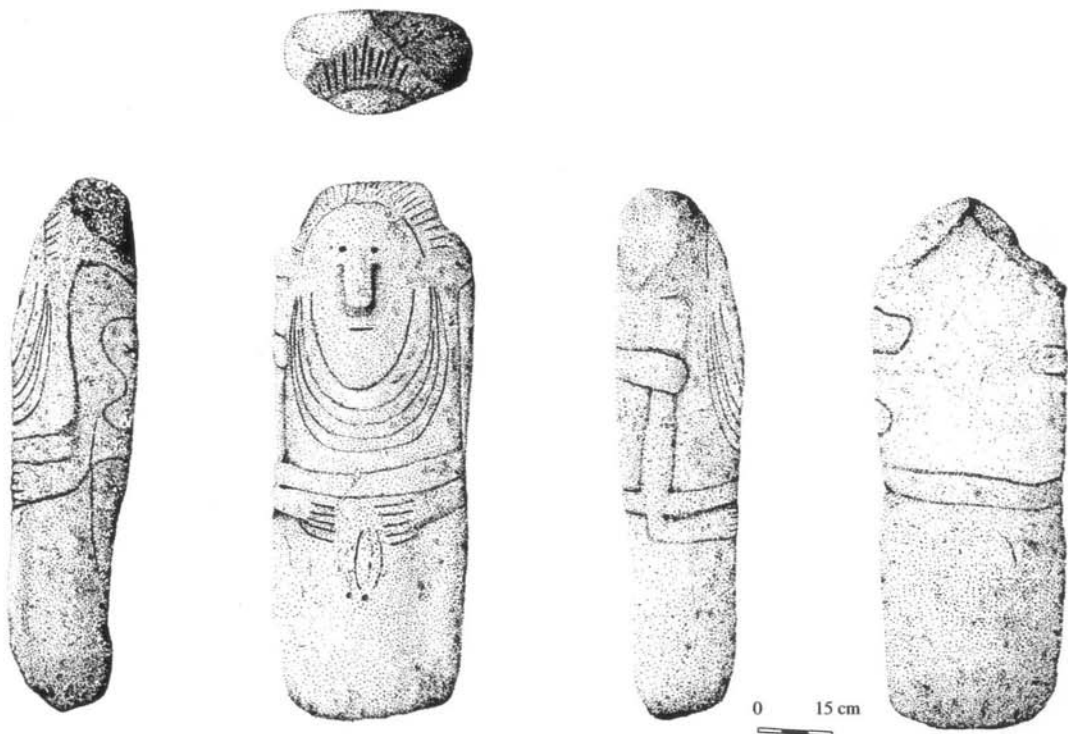
222 Estela-Menir do Alto da Escrita (Tabuaço, Viseu), vista dos quatro lados. Seg. P. S. de Carvalho e colaboradores. Altura máx.: 166 cm.



em processo de diferenciação social, sediadas sedentariamente em povoados de altura permanentes e por vezes fortificados, como os supramencionados, os quais, como na Estremadura, desaparecem quase por completo do registo arqueológico no Bronze Antigo e Médio.

Sendo a situação normal, a dicotomia entre povoados e necrópoles calcólicas nem sempre se verifica: é o caso das inumações efectuadas na área habitada do povoado do Castelo Velho (Freixo de Numão), as quais têm o seu paralelo mais próximo nos enterramentos observados no interior de diversos povoados calcólicos andaluzes, bem como no caso da *tholos* encontrada em plena área habitacional do vasto povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz), já antes referida.

Seja como for, são raros os casos em que foi possível correlacionar os povoados com as respectivas necrópoles. Além dos casos, evidentes, do povoado e da necrópole de Alcalar (Portimão) e da *tholos* e do povoado do Escoural (Montemor-o-Novo), atrás referidos, existem outros, menos evidentes, como o da relação entre o povoado do Monte da Ponte (Évora), sem dúvida um local principal de fixação e numerosas antas, que se espalham à sua volta, cuja utilização – e, nalguns casos, construção – não custa atribuir ao Calcólico. É o caso do sepulcro de Vale de Rodrigo 1, de tipologia megalítica, mas com uma cobertura



da câmara em falsa cúpula, à maneira das *tholoi*, das quais se poderá considerar o predecessor; trata-se de um evidente fenómeno de continuidade, já anteriormente objecto de discussão.

Outro caso de aparente continuidade merece destaque, até pela importância que detém no âmbito da historiografia arqueológica portuguesa: trata-se da vasta necrópole de Alcalar (Portimão), celebrizada por Estácio da Veiga, integrando um dólmen e uma gruta artificial, do Neolítico Final, considerados os antecessores imediatos de várias *tholoi*, algumas de arquitectura complexa (presença de nichos laterais). O povoado principal, cuja importância já atrás se sublinhou, situa-se num outeiro vizinho. Esta evidente relação espacial entre povoados e necrópoles, que nalguns casos se sobrepõe, torna fluida a fronteira entre o mundo dos vivos e o dos mortos: para a mentalidade de então, ambas as realidades seriam dificilmente separáveis, afigurando-se complementares.

Ainda uma referência a um aspecto que poderá ter, a confirmar-se, incidências rituais/simbólicas: trata-se da preferência dada a determinados tipos petrográficos na construção de alguns monumentos dolménicos: os únicos casos estudados em pormenor até ao presente em Portugal são os monumentos dolménicos de Vale de Rodrigo

223 Estela-menir diademada e com colar de A-de-Moura (Guarda), correspondendo a exemplar de transição dos pequenos monumentos calcolíticos para as estelas da Idade do Bronze, podendo ainda inscrever-se entre os primeiros. Com efeito, a posição dos braços e das mãos lembra a adoptada em algumas placas antropomórficas do Neolítico Final ou do Calcólítico Inicial do Sul da Beira Baixa e do Alto Alentejo.  
Seg. M. D. O. Silva.

(Évora), que evidenciariam, na sua constituição, rochas trazidas de diversos locais, por vezes de vários kms de distância, até aos sítios de construção dos monumentos. Claro está que estes dados requerem confirmação noutros casos, visto que também existem exemplos do aproveitamento das rochas disponíveis localmente, situação aliás mais lógica e natural, desde que tais rochas servissem aos fins práticos pretendidos: é disso exemplo os tonalitos de que são feitos a maioria dos menires do cromeleque da Portela de Mogos (Évora), existentes no próprio local de construção do monumento.

## O «FENÓMENO» CAMPANIFORME

*Aspectos económicos e da organização social:  
povoados e rituais funerários. Cronologia absoluta.*

O capítulo que se segue é integralmente dedicado ao «fenómeno» campaniforme no território português. Tradicionalmente, fazia-se corresponder a eclosão do fenómeno campaniforme na Estremadura – a área melhor conhecida e onde o número das ocorrências é maior – à última etapa do Calcolítico, no final do III milénio a. C.; em tal época, a reutilização frequente de monumentos funerários anteriores, proporcionou a recolha de peças hoje clássicas da arqueologia europeia, cuja nomenclatura tipológica por vezes recorreu ao sítio epónimo português onde pela primeira vez foram caracterizadas: as grutas artificiais da Quinta do Anjo, em Palmela («Pontas Palmela», «Taças Palmela»). Porém, a execução de programa de datações absolutas no decurso dos anos 90, conduzido por J. L. Cardoso e A. M. Monge Soares, demonstrou que a plena afirmação dos materiais campaniformes – documentada arqueologicamente por numerosos artefactos típicos, com destaque para as cerâmicas, facilmente individualizáveis tanto pela forma como pela técnica e temática decorativas das restantes – ascendia a cerca de quinhentos anos antes, tendo-se generalizado antes de meados do III milénio a. C. Nesse sentido apontavam, também, os elementos indicados por J. C. de Senna-Martinez para a bacia do Alto Mondego (Beira Alta), situando as primeiras manifestações campaniformes em meados do III milénio a. C.

As datações mais recuadas das presenças campaniformes, tanto na Estremadura, com no Alentejo (povoado de Porto Torrão, Ferreira do Alentejo) remontam, pois, ainda à 1.ª metade do III a. C., indicando serem as populações portadoras de tais cerâmicas contemporâneas das do horizonte do Calcolítico Pleno estremenho definido pelas cerâmicas com decoração em «folha de acácia».

Os campaniformes com decoração cordada («à la cordelette»), tradicionalmente considerados os mais recuados, no conjunto das cerâmicas campaniformes, encontram-se apenas vestigialmente representados no actual território português sendo, de igual modo, muito raros em Espanha. Apenas se conhecem dois vasos campaniformes cordados, um oriundo das escavações realizadas por J. Arnaud no povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), de fundo plano, e por ele publicado, outro proveniente das conduzidas por S. Oliveira Jorge no povoado do Castelo Velho (Freixo de Numão) e por ela recentemente publicado; embora distintos quanto às características das impressões (simples no primeiro, duplas ou entrançadas no segundo), atestam a chegada ao Ocidente peninsular, ainda que de forma excepcional, de uma técnica certamente exógena, aqui chegada por via continental – de acordo com a localização geográfica dos exemplares respectivos – ao contrário do verificado com a difusão dos campaniformes do «estilo internacional», adiante referidos, feita por via marítima.

No Zambujal, recolheram-se cerâmicas campaniformes de forma crescente, da base para o topo da sucessão estratigráfica, segundo M. Kunst, verificando-se a sua nítida coexistência com as cerâmicas do grupo «folha de acácia», tal como já anteriormente tinha sido assinalado no povoado da Rotura (Setúbal), demonstrando inequivocamente a sua presença antes de meados do III milénio a. C. na Estremadura.

Quanto ao significado ou impacte que esta associação artefactual pudesse ter tido na sociedade da época, muitas têm sido as propostas defendidas por diversos arqueólogos, desde a década de 1920. Às doutrinas difusionistas extremas, que faziam corresponder qualquer modificação observada na cultura material, à migração efectiva de populações portadoras de tais mudanças ou novidades, sucedeu-se movimento de sinal contrário, mais ou menos generalizado, a partir da década de 1980. Nestas condições, como interpretar a abundante presença das cerâmicas campaniformes no território português, as quais não têm antecedentes locais, sendo, ao contrário, um produto totalmente novo e exógeno? Crê-se que um dos sítios-chave para a discussão actualizada deste assunto é o povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras), que contraria o papel de «prestígio» ou «simbólico» que alguns autores lhes têm recentemente atribuído.

Em Leceia, enquanto no interior da fortificação calcolítica, construída cerca de 2800 a.C., as cerâmicas campaniformes permaneceram quase desconhecidas, ocorrendo apenas na parte superior da camada correspondente ao Calcolítico Pleno e mesmo assim em



224 Vista geral da cabana EN, de época campaniforme, posta a descoberto no povoado de Leceia, Oeiras, definida por alinhamento de grandes blocos, constituindo recinto de contorno elipsoidal. Seg. J. L. Cardoso.

escassa quantidade, na zona extramuros, escavaram-se duas cabanas, onde tais cerâmicas eram exclusivas, apesar de serem contemporâneas da ocupação do Calcolítico Pleno da área intramuros, como se concluiu por duas datas de radiocarbono relativas a cada uma delas.

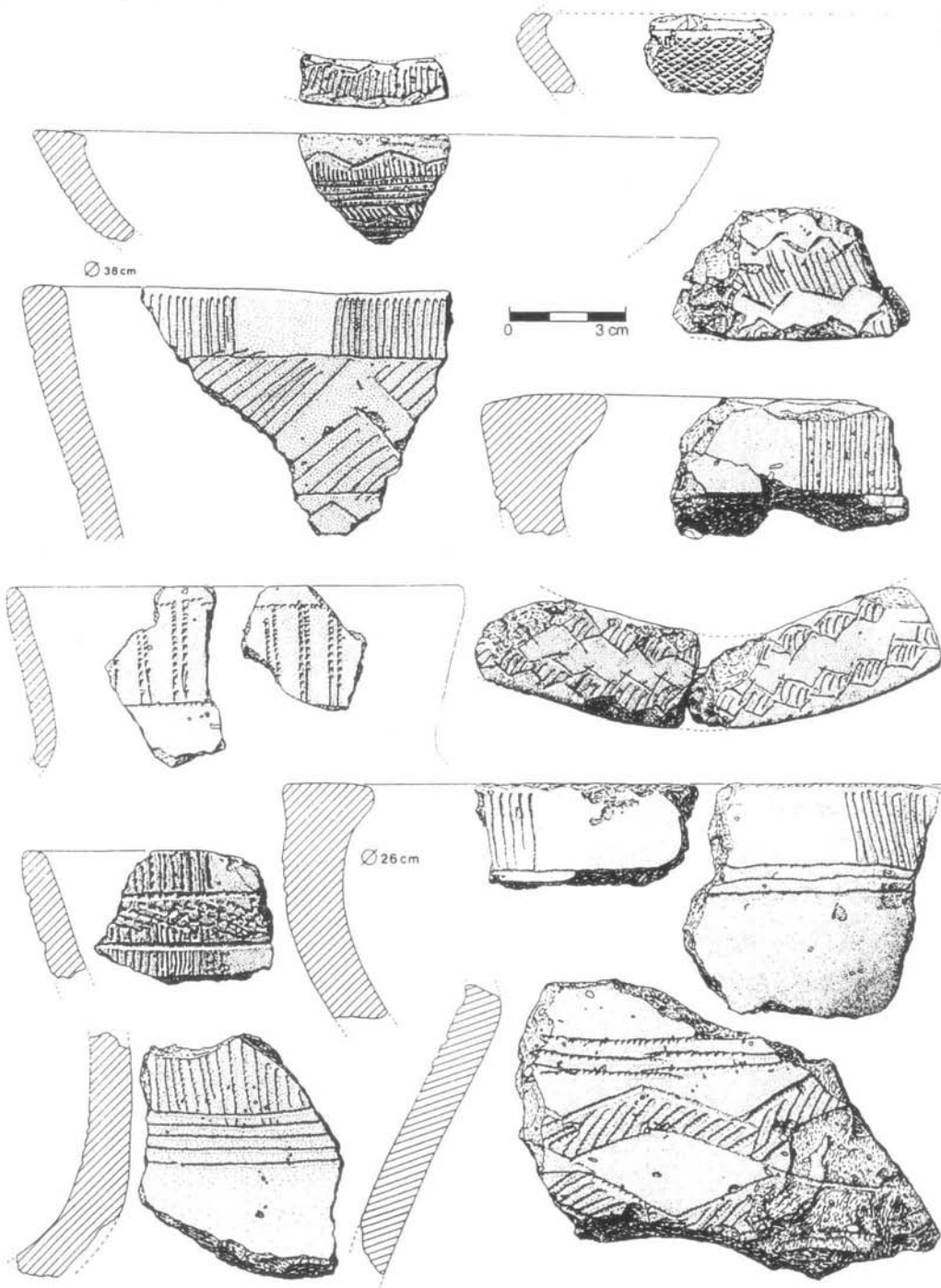
224/225

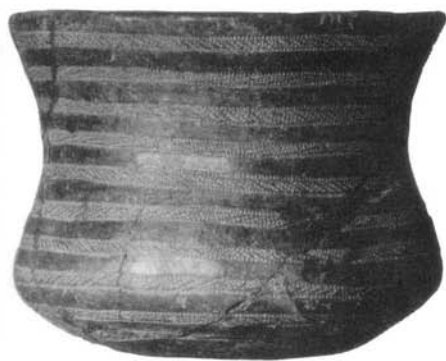
Deste modo, pode colocar-se a hipótese da coexistência de dois grupos de raízes culturais distintas, no decurso do Calcolítico estremeno, conforme os elementos recolhidos em Leceia: um, mais estável e sedentário, ocupando ainda o interior da fortificação num momento em que esta já se encontrava em franco declínio; outro, mais móvel, usando em grande quantidade cerâmicas campaniformes, circunstancialmente atraídos ao local, pela concentração de pessoas e de bens na área intramuros.

Esta realidade permite, deste modo, recolocar a questão do estatuto social e cultural subjacente às cerâmicas campaniformes, depois de resolvida a questão da cronologia absoluta. Deste modo, não se crê que tais cerâmicas possam considerar-se bens de prestígio só pelo facto de se encontrarem particularmente decoradas ou exibirem acabamento cuidado. Sem dúvida que os primeiros impulsos se encontram representados por vasos campaniformes de «estilo marítimo», típicos do chamado Grupo Internacional, cuja distribuição ultrapassa largamente o território português, os quais, repita-se, não detêm quaisquer analogias com a tipologia das cerâmicas calcolíticas estremenhas imediatamente anteriores.

226

Estes recipientes atingiram na Bretanha importância idêntica, podendo, deste modo, deter significado especial e ter sido objecto de troca à escala local ou de âmbito geográfico mais alargado. Isto mesmo





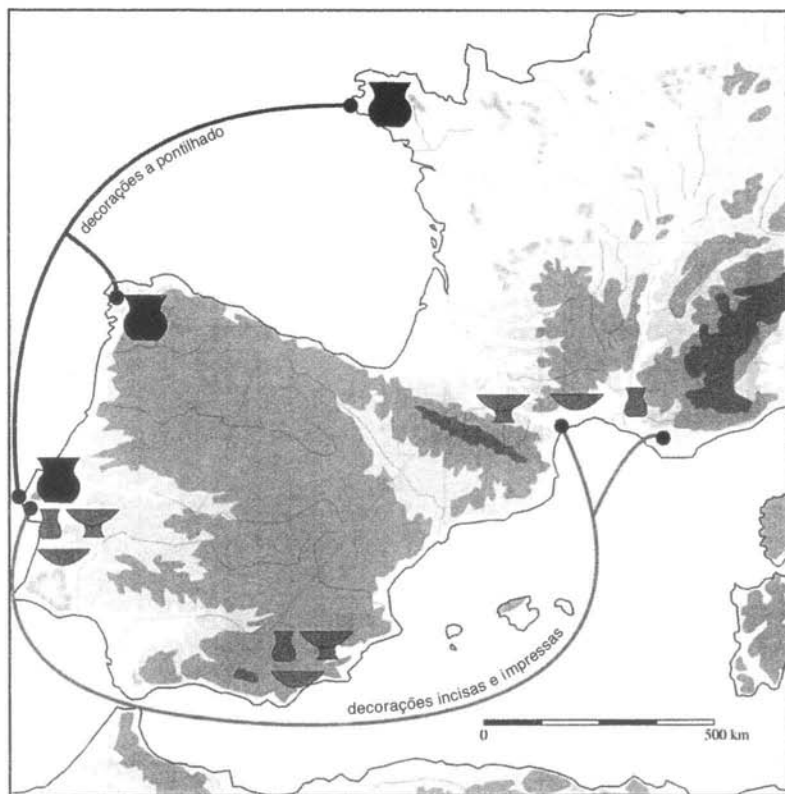
226 Conjunto de vasos campaniformes do Grupo Internacional, de estações da Baixa Estremadura decorados a pontilhado. Em cima, à esquerda: vaso «marítimo» típico da Gruta II de Alapraia, Cascais, com decoração de bandas preenchidas alternadamente, do tipo «herring bone». Diâmetro da abertura: 13,0 cm.

Em cima, à direita: vaso com decoração geométrica, concentrada em duas zonas, de tipologia mais evoluída, da Gruta III da Quinta do Anjo, Palmela. Diâmetro da abertura: 12,8 cm.

Em baixo: vaso idêntico ao primeiro, da Gruta I de São Pedro do Estoril (Cascais), mas de pasta mais grosseira, acabamento das superfícies e decoração menos perfeita, evidenciando a regionalização de produções em múltiplos centros oleiros desde cedo constituídos. Diâmetro da abertura: 12,2 cm. Arquivo

O. da Veiga Ferreira. Museu Gondar de Castro Guimarães (Cascais) e Museu Geológico do INETI (vaso em cima, à direita).

é sugerido pelos resultados das análises químicas e mineralógicas efectuadas em fragmentos do povoado da Fraga da Pena (Fornos de Algodres), que provaram não terem os vasos campaniformes marítimos sido produzidos localmente, ao contrário das restantes cerâmicas. Com efeito, as evidentes semelhanças entre os vasos bretões e os da fachada ocidental da Península Ibérica, só podem ser explicadas por deslocamentos populacionais, por via marítima (não seriam tanto os vasos que viajavam, mas sim quem os fabricava), provavelmente nos dois sentidos, como recentemente foi defendido por Laure Salanova, a que se seguiria a cópia generalizada dos protótipos importados (desconhecendo-se o local onde estes primeiramente surgiram: na região da Baixa Estremadura ou na Bretanha?). É ainda a navegação



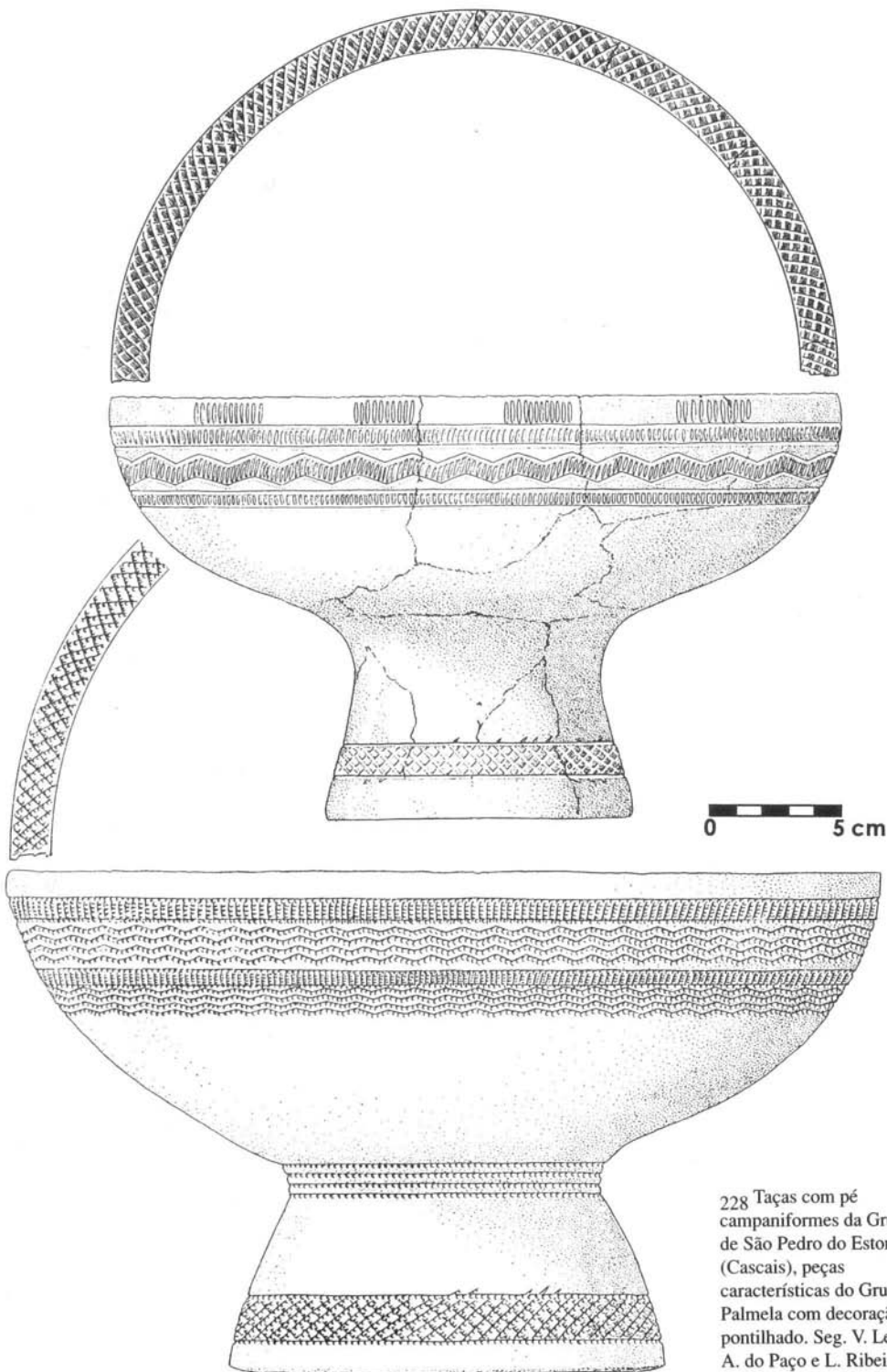
227 As duas correntes de difusão dos vasos campaniformes entre Portugal e a França: a negro, a corrente atlântica; a cinzento, a corrente mediterrânea. Seg. L. Salanova, modificado.

229/228

de cabotagem que permite explicar as diversas ocorrências de cerâmicas campaniformes no litoral do Marrocos Atlântico, onde poderiam ser permutados por marfim ou ouro.

As cerâmicas campaniformes, dispersaram-se rapidamente por toda a região da Baixa Estremadura, podendo entrever-se fortes similitudes estilísticas entre diversos tipos, alguns de características muito específicas como as taças de pé, com paralelos no conjunto de El-Acebuchal (Carmona) fabricadas localmente: trata-se do Grupo de Palmela e do Grupo Inciso. Estes dois grupos tipológicos, cuja distribuição geográfica, a partir da Baixa Estremadura, se desenvolve até ao Mediterrâneo, demonstra o papel de charneira que, já nos últimos tempos calcolíticos era assumido pela Estremadura, nas suas relações com o domínio norte-atlântico e o domínio sul-mediterrâneo.

Aqueles dois grupos cerâmicos afiguram-se, de facto, mais recentes que o Grupo Internacional, mas exibem larga sobreposição cronológica com aquele, conforme é demonstrado pelas coexistências observadas, com destaque para a cabana FM de Leceia, onde ocorrem conjuntamente, não obstante a curta vida útil da estrutura habitacional correspondente.



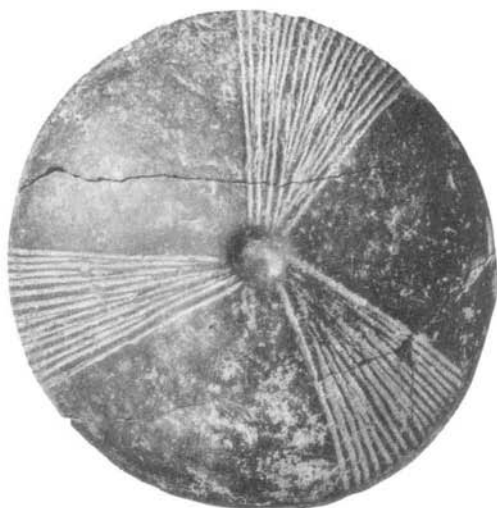
228 Taças com pé campaniformes da Gruta I de São Pedro do Estoril (Cascais), peças características do Grupo de Palmela com decoração a pontilhado. Seg. V. Leisner, A. do Paço e L. Ribeiro.



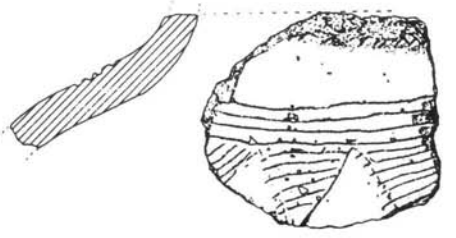
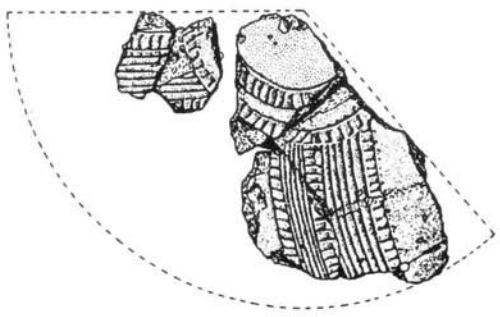
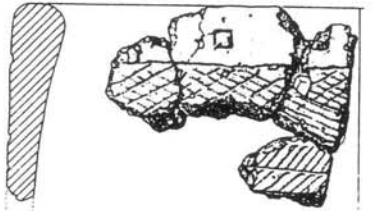
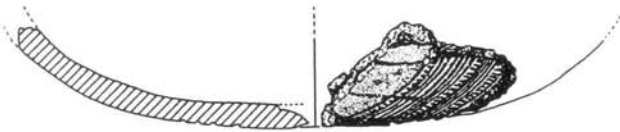
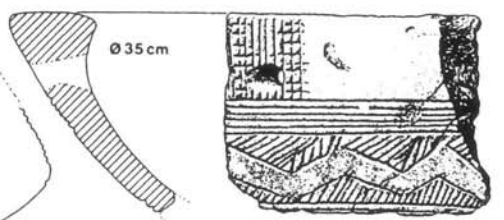
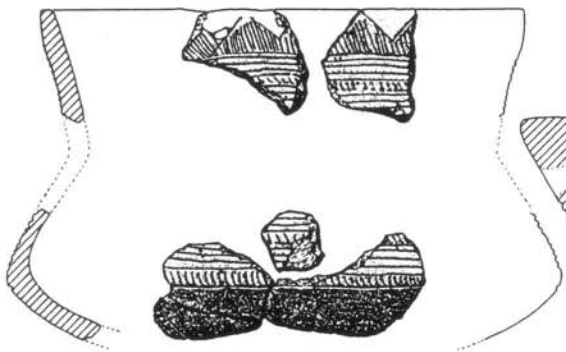
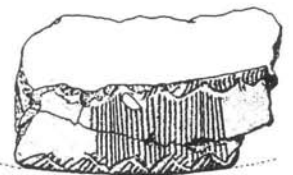
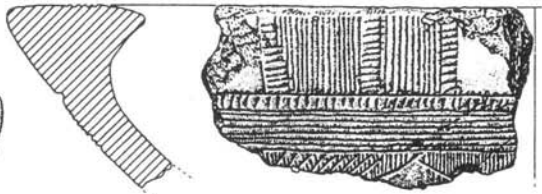
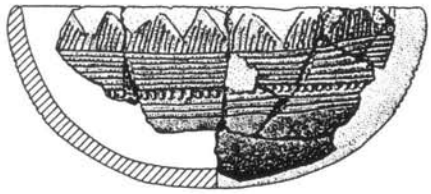
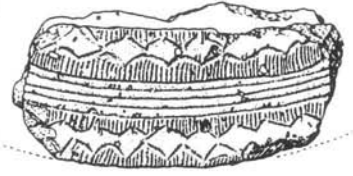
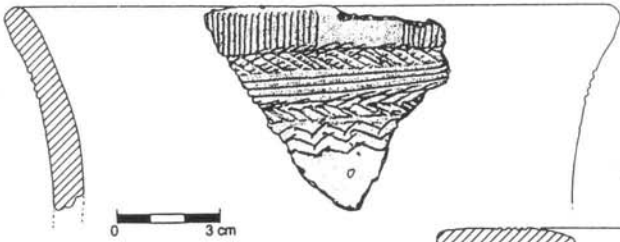
229 Caçoila com decoração incisa característica do «Grupo Inciso» da Gruta II da necrópole de Alapraia, Cascais. Diâmetro da abertura: 15,7 cm. Arquivo O. da Veiga Ferreira.

230 Cerâmicas campaniformes tardias (Grupo Inciso) do pequeno núcleo habitacional de Monte do Castelo, Oeiras. Seg. J. L. Cardoso.

Museu Conde de Castro Guimarães (Cascais).



Nessa época, situável em meados do III milénio a. C., decorria na Estremadura outro fenómeno: a ruptura do sistema económico-social baseado em grandes povoados fortificados, onde até então se concentrava boa parte da população. É isso que explica o facto de as cerâmicas campaniformes ocorrerem invariavelmente nos níveis de declínio das antigas fortalezas calcolíticas. Assim sendo, a plena afirmação das cerâmicas campaniformes em povoados abertos, foi favorecida pelo processo de fissão das comunidades sediadas nos locais fortificados a partir de meados do III milénio a. C., por via de fenómeno ainda mal conhecido: aceita-se que a competição, levada ao extremo, entre cada uma daquelas comunidades, pela posse das melhores terras, tenha resultado de um aumento demográfico, que as melhorias de produção, viabilizadas pelas inovações tecnológicas, já não podiam sustentar. Daí a provável sobreexploração dos territórios, cada vez mais circunscritos, em torno de cada sítio, com a consequente exaustão (atendendo aos recursos tecnológicos disponíveis na época). Assim sendo, a desagregação das grandes comunidades calcolíticas em pequenos grupos de raiz familiar foi a resposta encontrada para otimizar a exploração e produção de recursos dos quais dependia, mais do que nunca, o sucesso do seu próprio crescimento. Esta hipótese – que na essência consubstancia a teoria do «enxameamento», de Victor S. Gonçalves já apresentada, mas difere dela por pressupor o declínio e abandono dos sítios anteriormente ocupados e não apenas a geração de novos locais habitados – adapta-se bem à realidade do terreno observada na Baixa Estremadura, a Sul do paralelo de Torres Vedras. Os pequenos «casais agrícolas» campaniformes, de época





231 Povoado de Malhadas (Palmela) pela primeira vez ocupado no decurso do Calcolítico Final (campaniforme), correspondendo a pequena colina, entre outras idênticas existentes na região. Foto C. Tavares da Silva. Seg. J. L. Cardoso.

230 tardia, da Baixa Estremadura, do final do Calcolítico, onde domina largamente a cerâmica campaniforme incisa – como é o caso, entre outros, do sítio do Monte do Castelo (Oeiras) – implantados em zonas abertas, de alta aptidão agrícola, ou no topo de pequenos outeiros (caso do Alto do Montijo, Sintra, e dos núcleos de Malhadas, então 231 pela primeira vez ocupado e da Fonte do Sol, então reocupado, ambos na região de Palmela). Tais populações mantêm o regime de agricultura intensiva e extensiva, como é atestado pelos materiais recolhidos (mós, elementos de foice sobre lâmina), a par da criação de gado (bovinos e ovinos encontram-se documentados), actividades que requeriam a ocupação permanente dos respectivos territórios e um grau de especialização tão elevado como o anteriormente atingido, ao contrário do que poderia sugerir uma interpretação mais superficial da realidade arqueológica imediata. Que a agricultura cerealífera se especializou, conduzindo ao armazenamento de significativo volume de excedentes, 232 é-nos indicado pelo silo de Verdelha dos Ruivos (Vila Franca de Xira), cuja integração no campaniforme é apoiada pela sua adjacência à gruta sepulcral do mesmo nome, onde tal presença é exclusiva, conotável com povoado existente nas proximidades. De facto, não há quaisquer indícios de regressão económica face ao período anterior, como ingenuamente seríamos levados a supor com base apenas no declínio verificado dos grandes povoados fortificados. Aliás, a riqueza do registo arqueológico sem precedentes, evidenciada em Leceia na camada do Calcolítico Pleno, mostra que é falacioso conotar linearmente o fenómeno da fortificação com o sucesso económico das respectivas



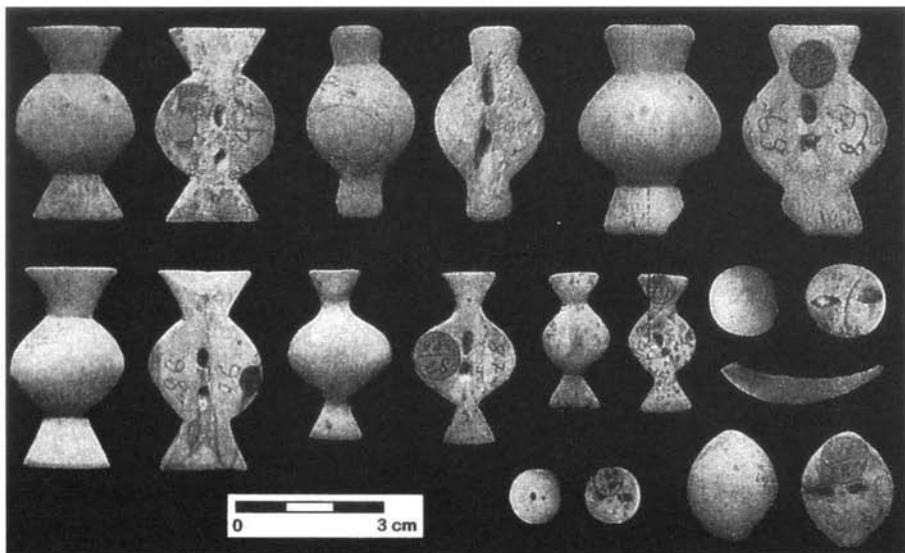
232 Silo pré-histórico seccionado pela frente da exploração de pedreira de Verdelha dos Ruivos, Vialonga. Arquivo O. da Veiga Ferreira. É provavelmente de época campaniforme, dada a proximidade com a gruta sepulcral onde tal presença era exclusiva.

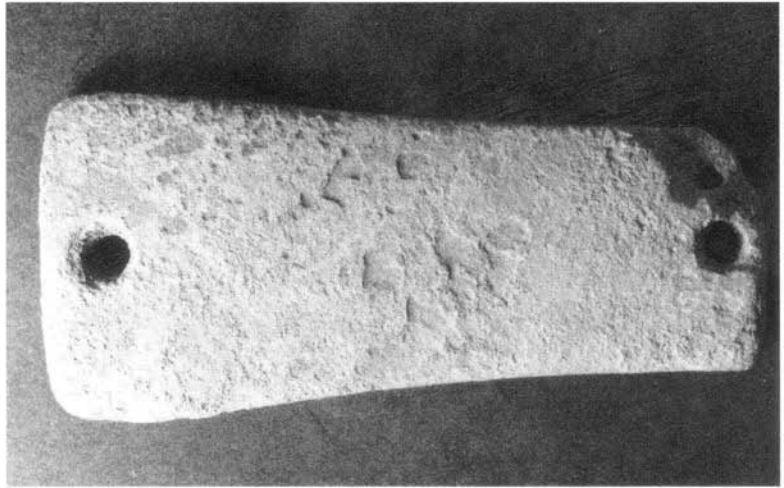
comunidades, visto tal camada corresponder a fase de declínio definitivo da fortificação, com a retracção do espaço habitado em torno do seu núcleo primitivo, ocupado desde o Calcolítico Inicial. O acréscimo de produtos valiosos, só possíveis de obter por troca, como o cobre, tornou-se ainda mais frequente, nesses últimos momentos da ocupação da fortificação, acompanhando a circulação de produtos manufacturados e standardizados (pontas Palmela, botões de osso tipo «tartaruga», braçais de arqueiro). Tal realidade é acentuada pela

233 Botões de osso de tipologia campaniforme da Gruta I de São Pedro do Estoril (Cascais). Seg. V. Leisner, A. do Paço e L. Ribeiro. *Museu Grande de Castro Guimarães (Cascais)*.

233

234





234 Braçal votivo de arqueiro de época campaniforme, de arenito micáceo, da Gruta do Correio-Mor (Loures).  
Inédito, foto de J. L. Cardoso.

Comp. máx.: 6,6 cm. *Museu Nacional de Arqueologia.*

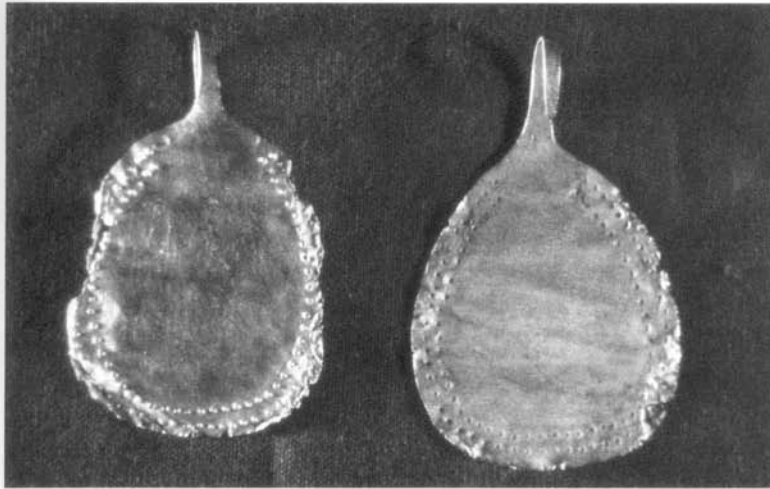
236/235

presença de objectos sumptuários de ouro, cuja presença é, pela primeira vez, indiscutível (espirais, brincos, contas, alfinetes e diademas em folha de ouro), os quais configuram a emergência de elites, culminando, deste modo, longo processo de diferenciação social, esboçado pelo menos desde inícios do Calcolítico. O poder deixou de residir no grupo, como acontecia anteriormente, para passar a estar, cada vez mais, e de forma irreversível, nas mãos de elites que, por definição, são minoritárias face ao todo comunitário; é discutível, porém, se este modelo dispensaria a presença de sítios fortificados, os quais, nalguns casos, continuam ocupados, ainda que residualmente, como os três mais importantes da região estremenha. Seja como for, a emergência de elites cuja componente guerreira é uma realidade encontra-se documentada, para além das grandes pontas Palmela (de dardo?), no final do Campaniforme, pela ocorrência crescente da adaga de lingueta, por vezes de grandes dimensões, como o belo exemplar da Quinta da Romeira (Torres Novas). Tais adagas evoluem, mais tarde, para as

235 Conjunto de espirais de ouro, da Gruta I de São Pedro do Estoril, uma delas ainda com a respectiva falange, denotando a sua utilização como anéis. Seg. V. Leisner,

A. do Paço e L. Ribeiro. *Museu Cond. de Castro Guimarães (Carcais).* 237





236 Par de brincos de ouro, com decoração repuxada a punção sobre chapa batida, da gruta artificial de Ermegeira, Torres Vedras.

Altura do exemplar da direita: 56 mm. Arquivo

M. Farinha dos Santos. *Museu Nacional de Arqueologia*.

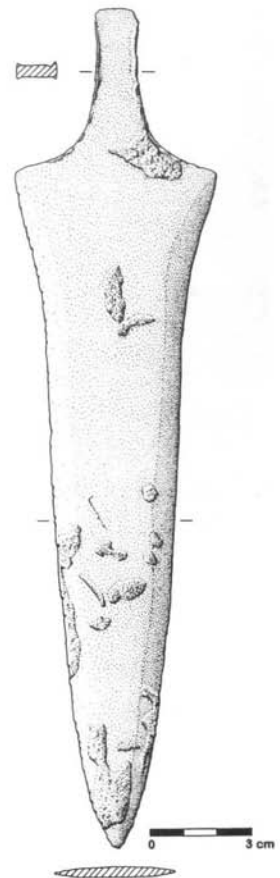
237 Adaga campaniforme da Quinta da Romeira (Torres Novas). Desenho inédito de H. Figueiredo, gentilmente

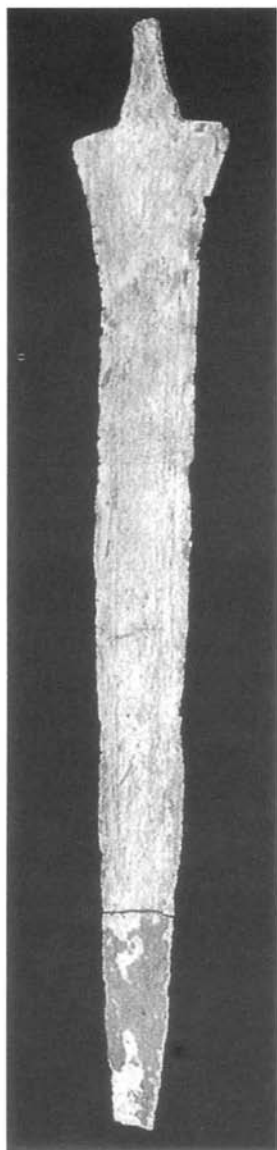
cedido por J. R. Carreira. *Museu Nacional de Arqueologia*.

primeiras espadas curtas, também munidas de lingueta, como a de Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres), para a qual se apontaram afinidades com exemplares da Breatanha; e tal não deve causar surpresa, dadas as evidentes afinidades atlânticas de um dos fluxos campaniformes, atrás referidos. Trata-se de peças ostentatórias, usadas por um segmento em gestação, no seio de uma sociedade que integrava, também, agricultores, pastores, artesãos e comerciantes: assim se corporizou, paulatinamente, transição para a Idade do Bronze, cuja centralização do poder foi uma realidade cada vez mais incontornável. Assim se ultrapassou, também, um momento de crise, a que conduziu o clima a que alguns chamaram de guerra endémica, protagonizado pelas comunidades calcolíticas pré-campaniformes, entricheiradas e concentradas em povoados fortificados, guerreando-se mutuamente, até ao limite do possível.

A transição para o novo modelo organizacional, já plenamente da Idade do Bronze, que requereu a emergência de centros de poder de expressão alargada, onde, doravante, se pudessem negociar os conflitos numa base económica, sem que fosse necessário levá-los à prática, foi corporizada pelas comunidades campaniformes, que representam um dos momentos de mudança mais ignotos e complexos da Pré-História portuguesa: a ausência de grandes centros populacionais não impediu, como as evidências arqueológicas actualmente disponíveis parecem mostrar, a paulatina afirmação de elites, fenómeno de diferenciação social que só culminaria, no Bronze Final, com as primeiras sociedades estratificadas, através de um processo no qual a circulação de pessoas teria de estar à partida assegurado. Assim se explicaria a evidente uniformidade, numa perspectiva alargada, dos

238





238 Espada de cobre de tradição campaniforme de Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres). Seg. A. C. Valera. Comp. máx. 56,0 cm. A tipologia desta peça evoca paralelos conhecidos de ambos os lados do Canal da Mancha. Museu Arqueológico do Carmo.

316

espólios encontrados, sem apagar certos regionalismos, como a taça Palmela, produzida até aos derradeiros momentos, numa área em torno dos estuários do Tejo e do Sado. Os escassos exemplares conhecidos tanto na região da Figueira da Foz, como ainda mais a norte (mamoia 1 da Chã de Carvalhal, Aboboreira, Amarante), só sublinham a incidência geográfica daquele tipo de recipientes.

No final do III milénio a. C., em todo o território português, exceptuando o Algarve, se encontravam mais ou menos disseminadas populações portadoras da panóplia campaniforme. Mesmo regiões como o sul da Beira Baixa, aquela foi ali recentemente identificada, justificando a afirmação, sempre presente, da pouca fiabilidade dos critérios baseados na ausência, a qual, em geral, decorre sobretudo do estado incipiente da investigação arqueológica. Com efeito, no povoado calcolítico do Monte do Trigo (Idanha-a-Nova), identificaram-se fragmentos de vasos «marítimos» (Grupo Internacional), com decoração de bandas interiormente preenchidas («herringbone»), pela técnica do pontilhado, as quais indicam influências da Estremadura, enquanto, na pequena cista secundária de planta sub-rectangular, aberta no *tumulus* da anta 5 do Amieiro (Rosmaninhal, Idanha-a-Nova), se recolheu pequeno fragmento de caçoila decorada pela técnica pseudo-excisa, reveladora, por seu turno de contributos mesetenhos, onde são frequentes recipientes ostentando tal técnica (Grupo de Ciempozuelos). Aliás, as influências da Meseta estenderam-se também ao Alto Alentejo, como se verifica pela tipologia da bela caçoila com decoração interior, recolhida no corredor da anta 1 das Casas do Canal (Estremoz), correspondendo também a uma tumulação tardia ali realizada.

No entanto, é a Baixa Estremadura (áreas adjacentes ao Tejo e ao Sado) que oferece a larga maioria de materiais campaniformes: é desta região que provêm cerca de 75% dos vasos clássicos, ditos «marítimos» e também é nela que se pode encontrar a maior quantidade e diversidade ao nível de estilos regionais, representados pelo Grupo de Palmela, que só esporadicamente ocorre no Sul e no Norte, o mesmo se podendo dizer do Grupo Inciso.

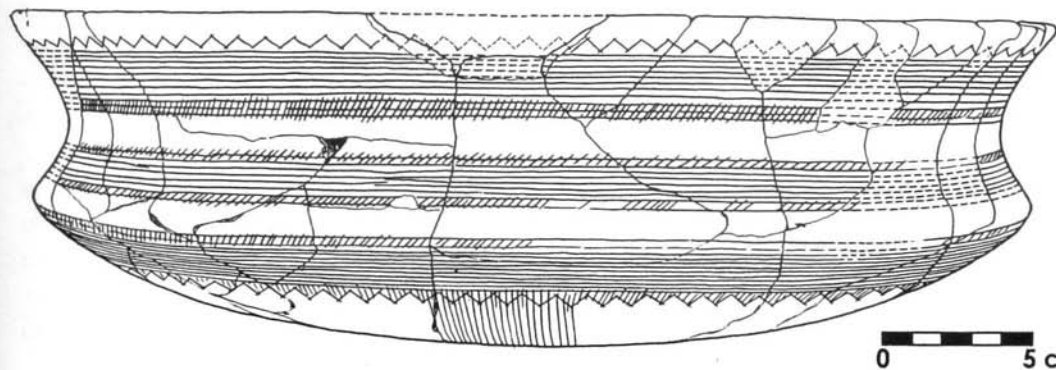
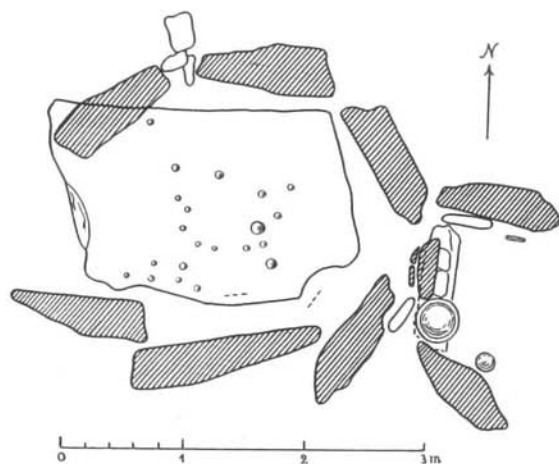
Fora da área estremenha, o povoamento campaniforme é muito discreto. No Alentejo litoral, o pequeno conjunto inciso tardio de Vale Vistoso (Sines), por certo correspondente a sítio de ocupação sazonal, tem equivalente em sítios do Baixo Alentejo, como Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), Aljustrel e Outeiro de São Bernardo (Moura), cujos espólios também integram ou são mesmos dominados pela cerâmica decorada pela técnica incisa, tal como se verifica em povoados do Alto Alentejo, como o dos Perdigões, em Reguengos de

Monsaraz, e o de Pombal, em Monforte, estes, haverá que juntar outros sítios de carácter habitacional, com destaque para os recentemente identificados no vale do Guadiana, com campaniformes de «estilo marítimo», com decoração a pontilhado: é o caso do povoado do Porto das Carretas (escavações de C. Tavares da Silva e J. Soares), que se vêm juntar a um fragmento com decoração a pontilhado do povoado, já atrás referido, com dispositivo de fossos circulares do Monte da Ponte – Évora (escavações de F. Kalb e colaboradores).

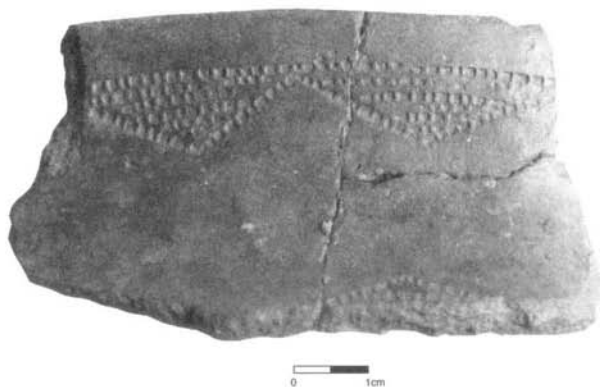
Nas Beiras, os sítios habitacionais com materiais campaniformes são também muito escassos; para além dos já mencionados povoado do Monte do Trigo, no alto de um cabeço, o qual forneceu alguns fragmentos de vasos «marítimos» e da Fraga da Pena, este implantado numa pequena plataforma entre imponentes rochedos, salienta-se, mais a Norte, o Crasto de Palheiros (Murça), igualmente alcandorado em notável elevação rochosa, cuja ocupação campaniforme foi datada na 1.<sup>a</sup> metade do III milénio a. C. Do nível superior do povoado de Pastoria, Chaves, provêm fragmentos de campaniformes «marítimos»),

239 Planta da anta das Casas do Canal, Estremoz, com indicação, na zona do átrio e junto à pedra de fecho da passagem desta para a câmara, de uma grande caçoila baixa campaniforme de estilo Ciempozuelos, representada abaixo, acompanhada de um vaso campaniforme liso; ambos podem corresponder a uma tumulação aproveitando o que ainda restava do monumento dolménico. Notar a existência de inúmeras covinhas na face superior da grande laje de cobertura da câmara. Seg. G. e V. Leisner.

240



240 Fragmento de bordo de recipiente campaniforme com decoração a pontilhado recolhido na camada de ocupação calcolítica da plataforma superior do Crasto de Palheiros, Murça, datada pelo radiocarbono entre 2800-2500 a. C. A escala corresponde a 1 cm. Foto cedida por M. J. Sanches.



a par de sítios especializados, como o Buraco da Pala (Mirandela), onde se recolheram imitações de cerâmicas campaniformes datadas de 2800-2500 a. C.; este sítio, que continuou, desde o Neolítico Antigo, a ser utilizado como celeiro, ilustra bem o processo de intensificação calcolítica, embora só possa ser cabalmente compreendido se integrado na rede de povoamento e de intercâmbio regional à época existente no interior centro e norte do País, que se vai fortalecendo ao longo do III milénio a. C., dando passagem, como na Estremadura, ao Bronze Pleno. O povoado do Tapado da Caldeira (Baião) também forneceu cerâmicas campaniformes do estilo Ciempozuelos, associados a estilos decorativos regionais.

XXXIV

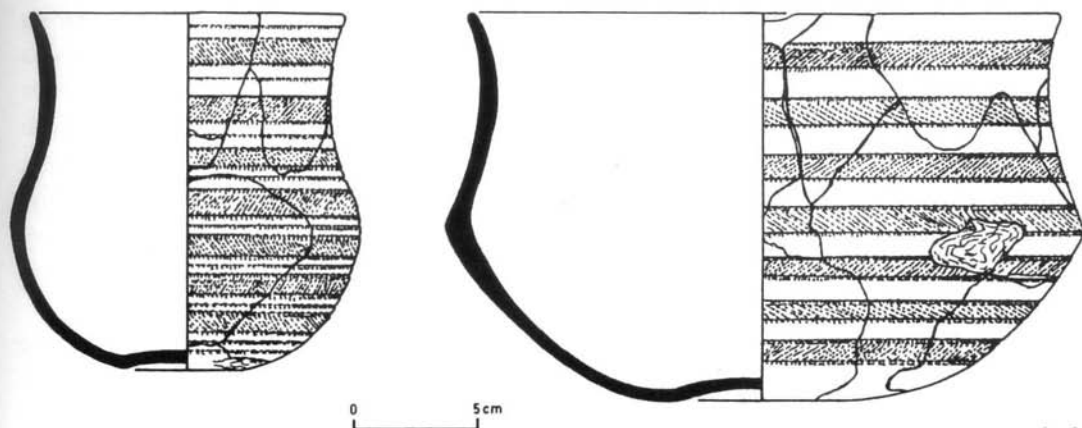
As sepulturas campaniformes são, tal como as anteriores, de difícil correlação com os povoados; aproveitaram-se, frequentemente, necrópoles colectivas preexistentes: uma diferença, porém, as distingue daquelas: o seu carácter individual. Um exemplo flagrante desta realidade é fornecido pelo dólmen da Pedra Branca, Montum (Melides), na câmara do qual se isolaram duas tumulações campaniformes, acompanhadas das respectivas oferendas, avultando vasos de tipologia tardia (caçoilas de carena, com decoração incisa), acompanhados de braçais de arqueiro, pontas Palmela evoluídas e vasos campaniformes incisos ou lisos. Na Baixa Estremadura, além de dólmenes, as populações portadoras de materiais campaniformes reutilizaram grutas naturais, hipogeus e *tholoi*, com tal intensidade que outrora se admitiu que tais monumentos tivessem sido obra sua. Com efeito, são escassos os exemplos de necrópoles desta época. Um dos raros exemplos é o da Gruta da Verdinha dos Ruivos (Vila Franca de Xira) descoberta acidentalmente pela lavra da pedreira: ali se aproveitou, pela primeira vez, uma pequena gruta natural, na qual as sepulturas se encontravam delimitadas por pequenas lajes. As quatro datações obtidas para este conjunto, de espólio campaniforme homogéneo e tardio, situam-no

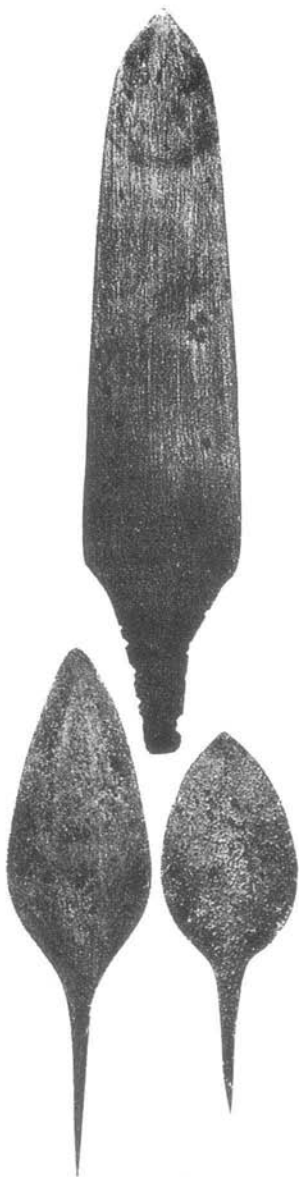
nos meados do III milénio a. C. Nas Beiras, Douro Litoral e Minho, observa-se frequentemente o reaproveitamento de dólmenes (especialmente os de grandes dimensões), no interior dos quais se efectuaram enterramentos campaniformes individuais, como se verificou nas Orcas de Castenairas (Vila Nova de Paiva), de Seixas (Moimenta da Beira) e do Outeiro do Rato (Carregal do Sal), entre outras ocorrências.

241

O facto de nos conjuntos sepulcrais mais setentrionais predominarem as cerâmicas campaniformes do «tipo marítimo», com decoração de bandas a pontilhado não deverá ser entendido como sinónimo de antiguidade de tais conjuntos, no conjunto das cerâmicas campaniformes, situação apenas legítima na área estremenha: com efeito, ali, a aplicação dos motivos e técnica decorativa peculiares aos vasos «marítimos» da Estremadura a formas por vezes já tipologicamente da Idade do Bronze, não deixa dúvidas quanto à sobrevivência tardia de cerâmicas deste grupo em região onde as cerâmicas do Grupo Palmela, ou do Grupo Inciso, são excepcionais: é o caso da mamoa 1 da Chã de Carvalhal, pertencente à grande necrópole da serra da Aboboreira (Amarante), da qual constitui um dos seus derradeiros sepulcros. Trata-se de pequena sepultura rectangular fechada, cistóide, da época campaniforme, de onde provêm cerâmicas incisas, incluindo, como já se referiu, a taça Palmela, excepcional em latitudes tão elevadas, associadas a fragmentos de vaso «marítimo» clássico. Ali se recolheram, também, dois conjuntos depositados ritualmente sob o *tumulus*, constituídos respectivamente por dois punhais de lingueta e cinco pontas Palmela evoluídas, todas de cobre arsenical. Outra excepção ao domínio absoluto do Grupo internacional (=complexo «marítimo») no Norte do País, em sepulturas campaniformes – na

241 Materiais do «enterramento campaniforme» do corredor da Orca de Seixas (Moimenta da Beira), decorados por bandas do tipo «herringbone», recorrendo à técnica a pontilhado. Seg. J. C. de Senna-Martinez.





242 Espólio da sepultura epicampaniforme de Montelavar (Sintra). Seg. A. M. Nogueira e G. Zhyzewski. Comprimento do punhal de lingueta: 15,4 cm.

Museu Geológico do  
INETI.

242

sua maioria reaproveitando monumentos dolménicos anteriores – é constituído pela mamoa nº 2 de Outeiro de Ante (Aboboreira, Baião), onde A. H. B. Gonçalves encontrou fragmentos decorados a pontilhado integráveis no complexo «marítimo» e no de Ciempozuelos. Do mesmo modo, o dólmen com corredor de Madorra I (Sabrosa) forneceu exemplares incluíveis, segundo S. Oliveira Jorge, nos complexos «marítimo», de Palmela e de Ciempozuelos. São exemplos que se somam, entre outros, já no centro do País, à cista campaniforme periférica do *tumulus* da Anta 5 do Amieiro (Rosmaninhal, Idanha-a-Nova), já referida atrás. Deste modo, as redes de povoamento vigente em finais do III milénio a. C. fazem do campaniforme um período de transição do Calcolítico para a Idade do Bronze, qualquer que seja a região do País considerada.

Na discussão da difícil questão do «fenómeno» campaniforme dever-se-á ter sempre presente uma aproximação económica e social da realidade material. Deste modo, muitas questões permanecem ainda por responder, designadamente a razão da ausência de testemunhos campaniformes no Algarve – não obstante ser esta uma região potencialmente propícia – bem como de processos que conduziram à presença (vestigial quase sempre) de cerâmicas campaniformes em regiões interiores – Trás-os-Montes, Beiras e Alentejo – sejam de fabrico local ou «itens» de circulação transregional. Só a continuação dos estudos sistemáticos, incluindo análises químicas e mineralógicas das pastas cerâmicas e sua comparação com produções locais poderá conduzir a resultados conclusivos, como os obtidos no povoado de altura de Fraga da Pena (Fornos de Algodres) já referidos.

Também os mecanismos de transição para o Bronze Inicial, corporizada pelos derradeiros momentos campaniformes (ou epicampaniformes, visto já não ocorrerem as tão características cerâmicas decoradas que estiveram na própria origem da designação) são ainda pouco conhecidos; crê-se que a presença campaniforme, na Estremadura e Sul do País, tenha dado lugar a novas expressões da cultura material, já inseríveis na Idade do Bronze, nos momentos imediatamente anteriores ao final do III milénio a. C. Esta conclusão é corroborada pela datação obtida no povoado de Catujal (Loures), cujo intervalo para 95% de confiança é de 2028-1752 a. C.. O espólio recolhido exhibe estreitas afinidades com o do Bronze Pleno do Sudoeste, sendo, pois, de uma fase claramente ulterior às últimas cerâmicas campaniformes.

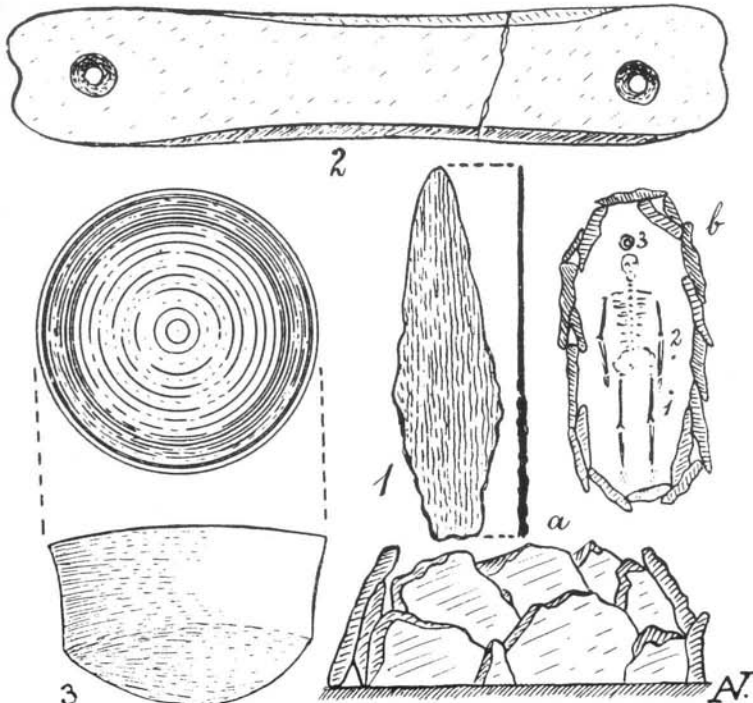
Este curto período de transição (que se poderá designar por Bronze Inicial) é corporizado na Estremadura pelo Horizonte de Montelavar, definido apenas no sítio epónimo; tratava-se de uma sepultura cistóide

onde se recolheu um punhal de lingueta e duas pontas Palmela; a cerâmica, aparentemente, não constava do conjunto. Situação idêntica foi registada perto de Ferradeira (Faro), onde H. Schubart, a partir de uma sepultura cistóide de planta sub-rectangular, explorada muito antes, contendo um indivíduo depositado em decúbito dorsal, acompanhado de taça de carena baixa lisa (tipologicamente da Idade do Bronze), um braçal de arqueiro e um pequeno punhal de cobre, de lingueta definiu o seu Horizonte de Ferradeira. Esta sepultura tem provável equivalente noutras, a maioria ainda por escavar, do Alto Algarve Oriental (região de Alcoutim). A única até ao presente objecto de exploração, Cerro do Malhão, em Martim Longo (Alcoutim), revelou uma cista envolta por lajeado, o que indica a ausência de *tumulus*; embora violada, forneceu um machado intacto de anfíbolito e uma ponta de seta curta, de base cavada, de tipologia claramente calcolítica.

Estas sepulturas, cujas características e espólio foram comparadas por H. Schubart a outras, do Baixo Alentejo (Vila Nova de Milfontes, Odemira, Aljezur e Aljustrel), por vezes com base apenas em semelhanças tipológicas, visto corresponderem a peças descontextualizadas, consubstanciaria uma realidade cronológico-cultural, que o referido arqueólogo admitiu prolongar-se pelo Sudoeste espanhol; seria, deste modo, o equivalente meridional do Horizonte de

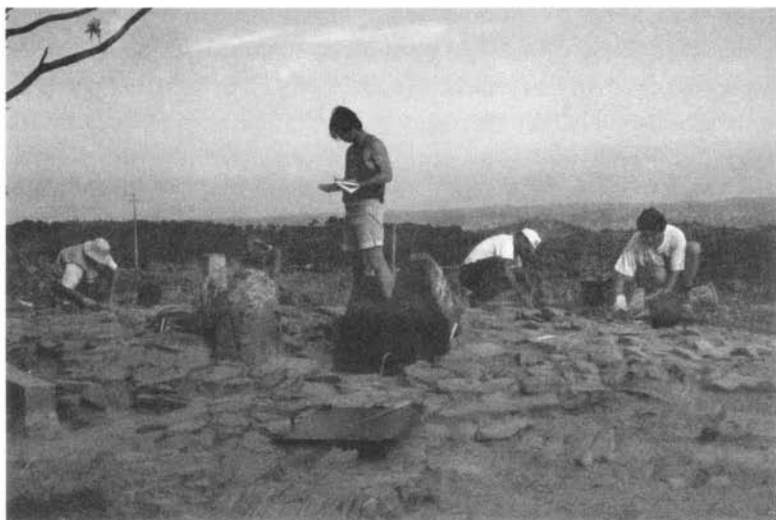
243

244



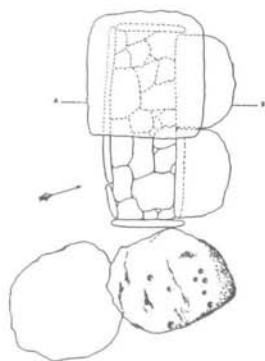
243 Planta de sepultura de Ferradeira, Faro, com indicação da posição do esqueleto e dos objectos que o acompanhavam, desenhados a diferentes escalas. Seg. Lyster Franco e A. Viana.

244 Vista da escavação da cista megalítica calcolítica do Cerro do Malhão, Alcoutim, possuindo um lajeado a toda a volta da caixa tumular, originalmente emergente do solo (foto de J. L. Cardoso).



245 Sepultura cistóide alongada da Quinta da Água Branca, Vila Nova de Cerveira. Notar o fundo lajeado e a existência de uma laje decorada com covinhas. Seg. J. Fortes.

247/246/245



248

Montelavar. Ali, merece destaque o rico conteúdo da cista de Motilla (Córdoba) muito semelhante à da cista constituída por uma caixa subrectangular com chão lajeado e coberta de lajes, aparentemente desprovida de *tumulus* da Quinta da Água Branca (Vila Nova de Cerveira) situada, não obstante, do lado oposto da Península: de ambas provêm adagas longas, ou espadas curtas providas de lingueta, de cobre, de evidente filiação campaniforme, pontas Palmela e diademas em folhas de ouro batido, encontrando-se ausente o espólio cerâmico. Esta notável homogeneidade de arquitecturas e de conteúdos, em áreas geograficamente tão afastadas e distintas só se compreende se se aceitar que a excessiva compartimentação do espaço, típica da sociedade calcolítica, teria dado lugar a intensa circulação inter-regional, que se efectuaria livremente, propiciada por um tipo de ocupação e sobretudo de gestão dos territórios por parte das comunidades que os ocupavam (assim se compreende o chamado «pacote» campaniforme, constituído pelos elementos estandardizados supracitados).

No norte de Portugal, a sepultura da Quinta da Água Branca tem paralelo, entre outras, nas cistas sob *tumuli* de Chã de Arefe (Barcelos), embora contrastem pela pobreza do espólio, apenas com cerâmica lisa para além de elementos do «pacote» campaniforme, como pontas Palmela evoluídas e braçais de arqueiro, que corporizam etapa inicial da Idade do Bronze, de expressão transregional, de finais do III ou inícios do II milénio a. C.

A Orca de Lenteiros (Vila Nova de Paiva), uma cista grande sob *tumulus* poderá ser um dos muitos equivalentes beirões das cistas

supramencionadas minhotas, a par de muitos outros monumentos sob *tumuli*, cujas câmaras assumem configuração cistóide, com exemplos perto do litoral, em Outeiro de Gregos e Meninas do Crasto 4 (Baião), Anta ou Antela da Portelagem (Esposende) ou no interior transmontano como os monumentos de Lomba de Coimbra (Montalegre) ou da Portela do Gorgurão (Boticas). Nestes derradeiros monumentos do Calcolítico ou da transição para a Idade do Bronze, imperou a simplicidade arquitectónica tumular.

Tais sepulcros, com efeito, já não se poderão considerar campaniformes, visto o tipo de cerâmica que caracteriza e justifica tal designação ter sido entretanto substituído por cerâmicas lisas, tipologicamente já da Idade do Bronze, as quais nem sempre fazem parte dos espólios funerários. A esta época pertencerá também a cista da Lameira Travessa (Vila Nova de Paiva), cujos *tumulus*, de pequena altura, recobria estrutura de planta sub-rectangular. O único objecto recolhido foi um machado de pedra polida de pequenas dimensões, de tipologia muito evoluída, sob as terras do *tumulus*. Neste particular, esta sepultura aproxima-se da de Chã de Carvalhal, onde as oferendas, de tipo colectivo, também jaziam enterradas sob o *tumulus* do monumento.

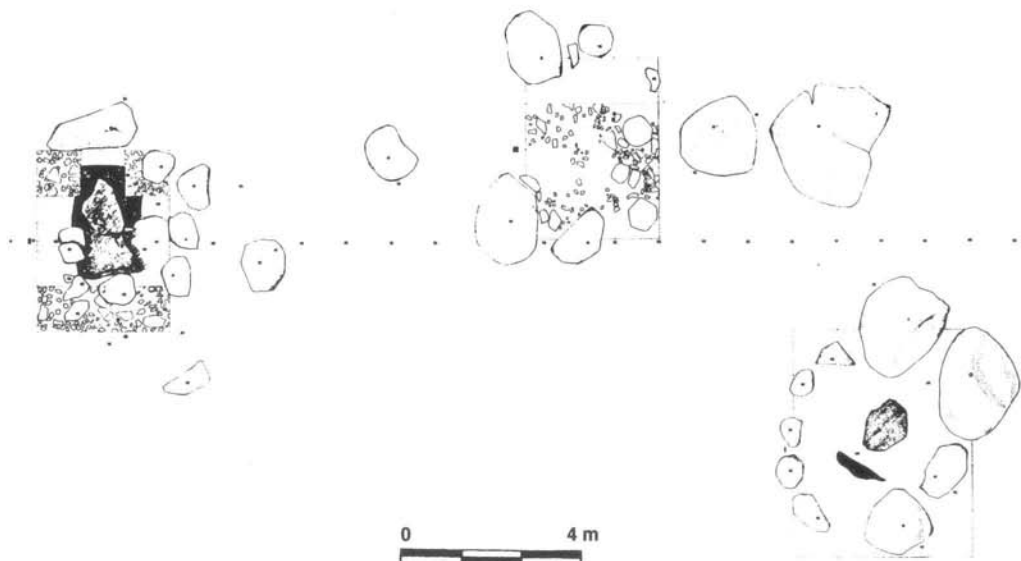
Entretanto, surge uma novidade: a adopção da cremação dos corpos, representada pela sepultura da serra da Muna (Viseu) correspondente a *tumulus* de pedras sobre fossa natural, onde se efectuou incineração *in situ*, cuja datação (2130-1970 a. C.) a situa no início da Idade do Bronze na região.



246 Adaga de cobre arsenical da sepultura de Quinta da Água Branca, Vila Nova de Cerveira. Seg. J. Fortes. Comp. máx.: 39,0 cm. Museu Nacional de Arqueologia



247 Tiara de ouro martelado da sepultura da Quinta da Água Branca (Vila Nova de Cerveira), com decoração repuxada e incisa. Altura da peça: 4,8 cm. Arquivo M. Farinha dos Santos. Museu Nacional de Arqueologia



248 Necrópole de cistas do Bronze Inicial de Chã de Arefe, Barcelos. Em cima: planta das três sepulturas, cercadas por blocos graníticos de diferentes dimensões. Em baixo: espólio recolhido, de tradição campaniforme. Seg. A. Coelho Ferreira da Silva e colaboradores.

Verifica-se, deste modo, uma transição paulatina para o tipo de sepulcros do Bronze Pleno, tanto no norte como no sul, realidade que é acompanhada pelo padrão de povoamento, cuja principal característica é a aparente «penumbra visual» onde os sítios habitados se instalam.

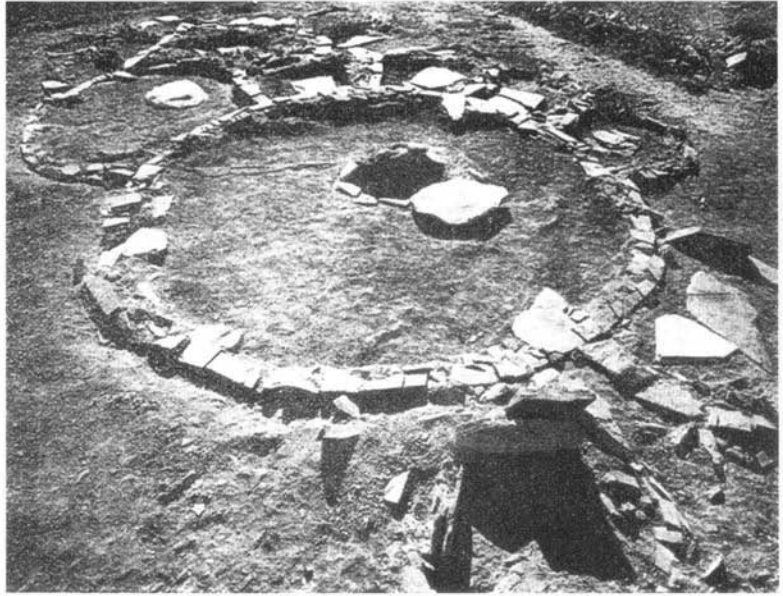
## O BRONZE PLENO

*A acentuação das dissimetrias regionais. O Bronze do Sudoeste e o Bronze Pleno do centro e norte. Territórios, exploração de recursos e organização social. A arte galaico-portuguesa.*

O presente capítulo é dedicado às manifestações do Bronze Pleno no território português. Esta designação carece de precisão: com efeito, há muito que se verificou que o clássico faseamento tripartido da Idade do Bronze da Europa Ocidental não se poderia aplicar ao Ocidente peninsular. Admitindo que a etapa inicial da Idade do Bronze seja caracterizada por elementos de forte tradição campaniforme, como os referidos, ao Bronze Pleno corresponderiam manifestações que abarcam quase toda a primeira metade do II milénio a. C., prolongando-se até aos inícios do século XIII a. C., altura em que se verifica a emergência do Bronze Final.

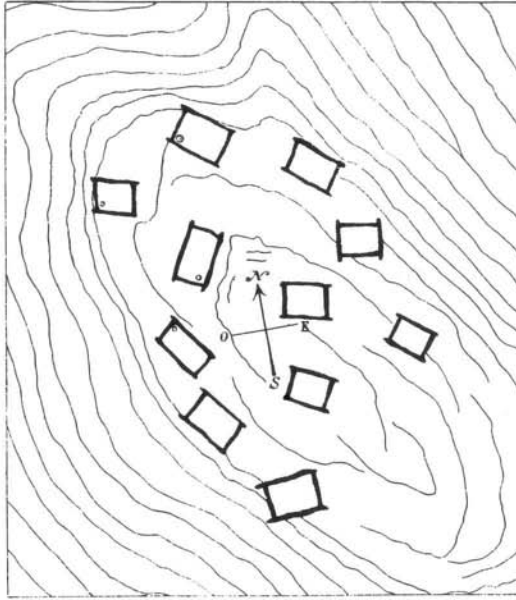
O sul do País encontrava-se então em processo de rápida diferenciação social: porém, tal como já se observava no final do Calcolítico, os povoados permanecem na «penumbra», consequência de um novo sistema de produção então adoptado e não de qualquer desarticulação da estrutura social a qual, como se viu, parece, ao contrário, ter saído reforçada.

Na primeira fase do Bronze do Sudoeste (=Bronze I do Sudoeste), cujo limite inferior remonta ao início do II milénio a. C., atingindo o limite mais recente os inícios da sua segunda metade, observa-se a emergência de necrópoles de cistas individuais de inumação, agregadas em conjuntos complexos, com o cadáver em posição fetal, e em decúbito lateral. A fase mais antiga dessas necrópoles, que abarcam o Alto Alentejo, o Baixo Alentejo e o Algarve, é exemplificada pela de Atalaia (Ourique), cuja organização interna é evidente, desenvolvendo-se as cistas mais tardias em torno de uma central, de maiores dimensões, a do «fundador». Esta organização é também



249 Necrópole de cistas  
de Atalaia, Monumento IV.  
Seg. H. Schubart.

observável em necrópoles mais tardias, embora de características arquitectónicas distintas (do Bronze II do Sudoeste) como a de Provença (Sines), ou a de Santa Vitória (Beja), nas quais o ritual funerário é semelhante ao anterior, embora alguns materiais cerâmicos não pareçam ocorrer nas necrópoles mais antigas, como as taças de tipo «Santa Vitória» ou os vasos bojudos («garrafas»), com cuidadas decorações gomadas em relevo no bojo. Ao nível das estruturas tumulares, nota-se que os contornos dos recintos envolventes das cistas, anteriormente circulares, passam a sub-retangulares; é o caso das necrópoles de Provença e de Quitéria (Sines) e da necrópole de Alfarrobeira (São Bartolomeu de Messines). Noutros casos, frequentes no Algarve, de Monchique a Vila Real de Santo António e Castro Marim, ao que parece, as cistas eram mesmo desprovidas de *tumuli*. Na referida região, detectaram-se curiosos rituais funerários: assim, na necrópole de Alcaria do Pocinho (Vila Real de Santo António), Estácio da Veiga recolheu um crânio deposto em taça carenada, indício de que aquele foi separado do corpo por decapitação, em vida ou depois da morte. Reconheceram-se outros interessantes rituais relacionados com as necrópoles de cistas do Bronze do Sudoeste: um dos que parece ter tido assinalável distribuição, já que foi registado na necrópole de Talho do Chaparrinho (Serpa) e na de Alfarrobeira (São Bartolomeu de Messines) consiste na deposição de terras oriundas dos povoados nas coberturas tumulares; tal é, com efeito, comprovado, nos dois casos referidos – a que certamente muitos outros se poderiam somar, caso



250 Necrópole de cistas da Idade do Bronze de Côte do Guadiana, Castro Marim. Seg. Estácio da Veiga.

tivesse havido o cuidado de proceder a análise das terras dos *tumuli* – pela existência de pequenos fragmentos de cerâmica, com fracturas antigas, denunciando aquela origem. Outra prática ritual, observada na sepultura da Herdade do Montinho (Vale de Vargo, Serpa), consistiu na impermeabilização da cista por matéria gordurosa, extraída possivelmente de suínos, conforme demonstrou a análise por espectrometria e infravermelhos por cromatografia em fase gasosa.

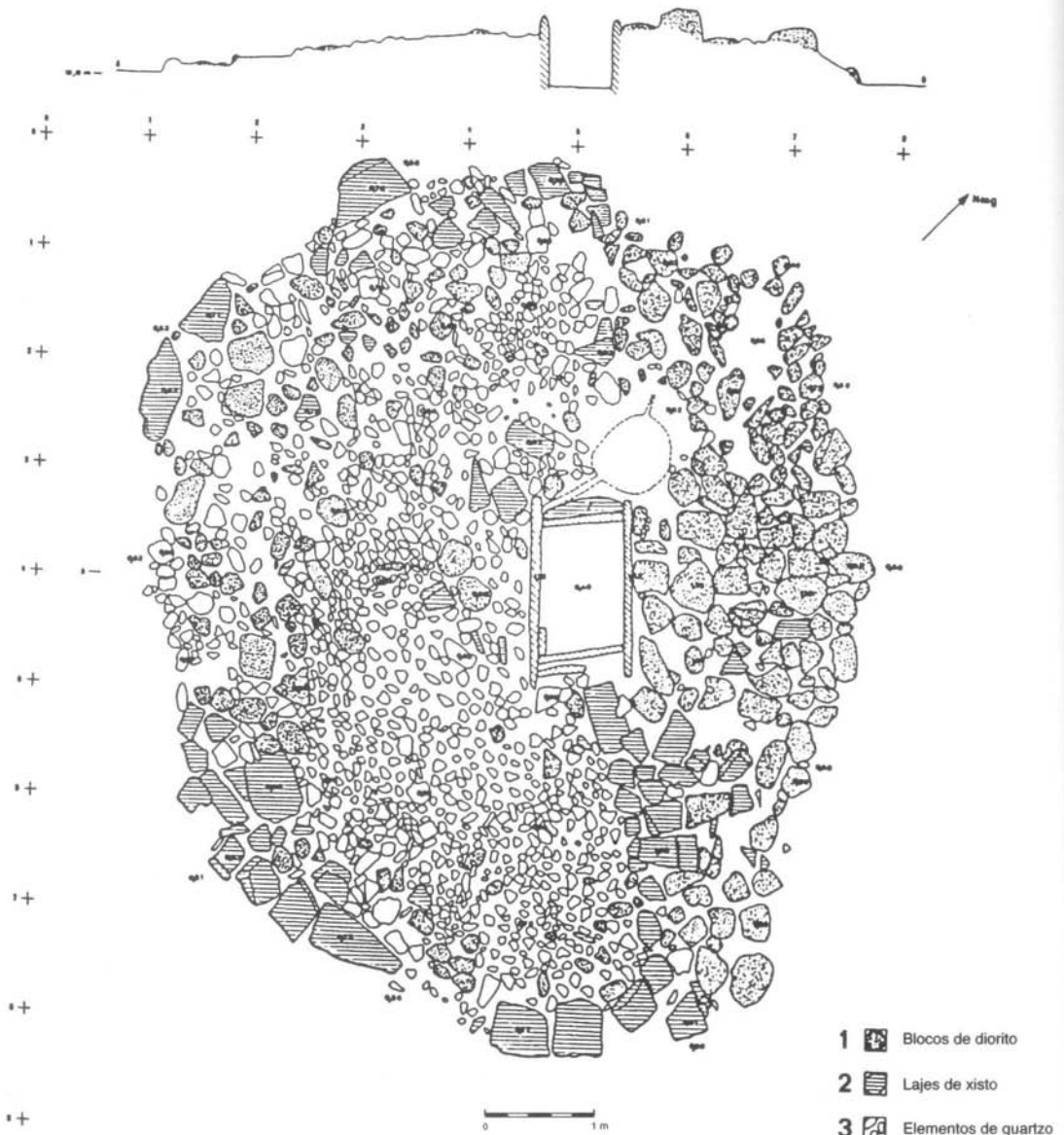
As influências argáricas directas são evidentes, mas raras (patentes na sepultura de Belmeque, Serpa) e os conjuntos metálicos respectivos evocam nítidas influências mediterrânicas (punhais de rebites).

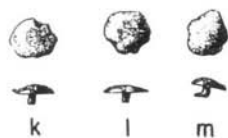
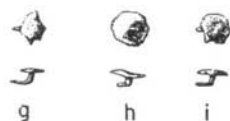
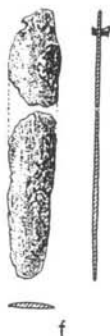
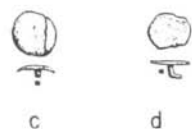
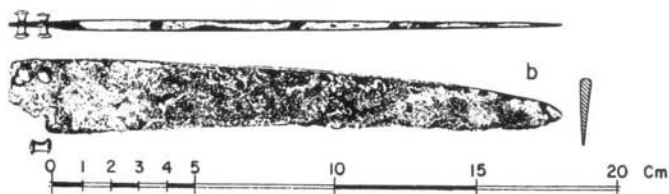
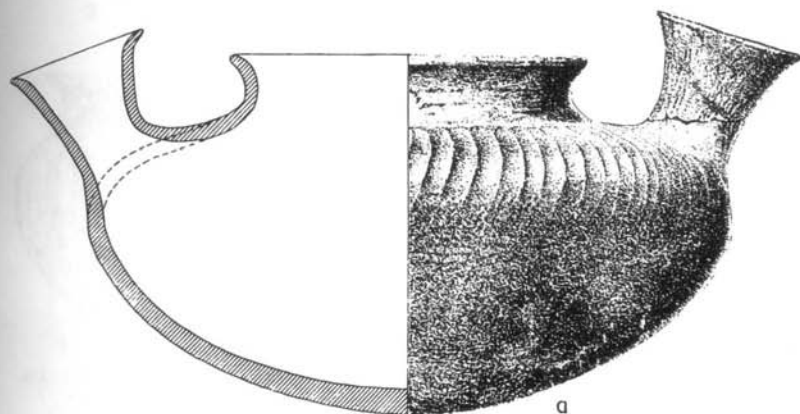
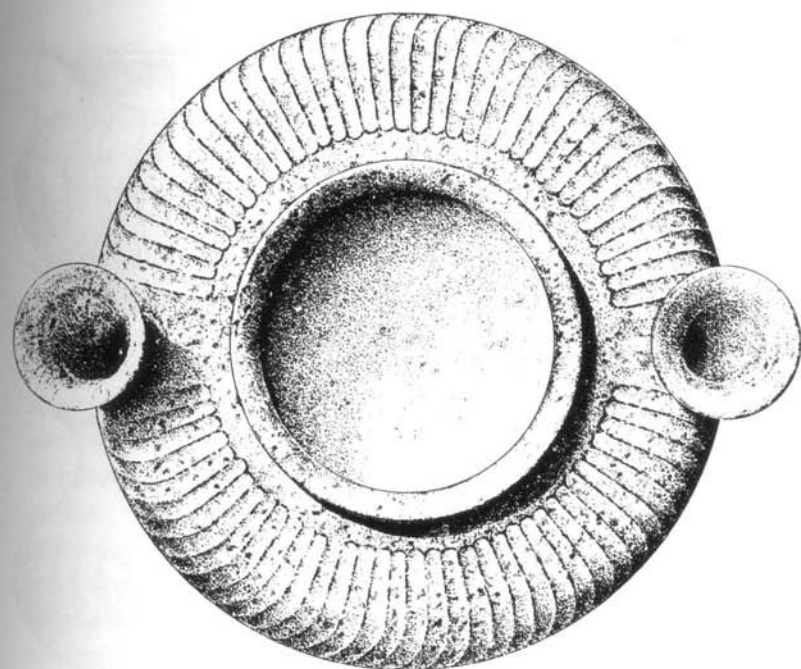
251 Recipientes cerâmicos usados ritualmente em necrópoles de cistas do Bronze Pleno do Sudoeste. À esquerda, taça carenada contendo um crânio humano ritualmente depositado no seu interior. À direita, esférico coberto por valva de *Pecten maximus* contendo um fragmento craniano. Necrópole de Alcaria do Pocinho, Vila Real de Santo António. Diâmetro do maior recipiente: 22,4 cm. Seg. Estácio da Veiga.



252 Planta e corte da sepultura 2 do Talho do Chaparrinho, Serpa, do Bronze do Sudoeste, observando-se a cista no centro da estrutura tumular, de planta subcircular. Seg. A. M. Monge Soares.

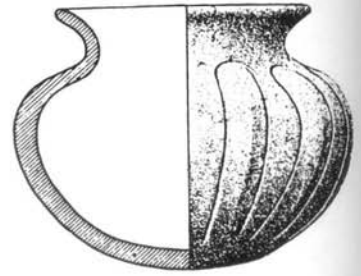
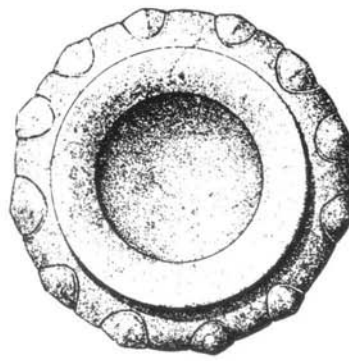
A sepultura de Belmeque corresponde a um tipo muito peculiar, sem outros paralelos no território português, condizente com as características exógenas do respectivo espólio. Trata-se de uma pequena gruta artificial escavada em talude de calcários brandos, cuja entrada se encontrava selada por uma laje colocada de cutelo. No interior, inumaram-se dois adultos, um dos quais do sexo masculino. A ausência de ossos do crânio faz supor que ambos teriam sido decapitados em



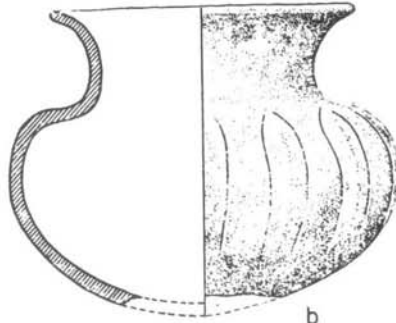


vida, a menos que os crânios tivessem sido separados depois da morte e utilizados como relíquias em depósito ritual, aspecto com paralelos em necrópoles do Sotavento Algarvio, a que anteriormente se fez referência, bem como em necrópoles argáricas da província de Granada. Identificaram-se, também, dois rádios e dois cúbitos esquerdo de

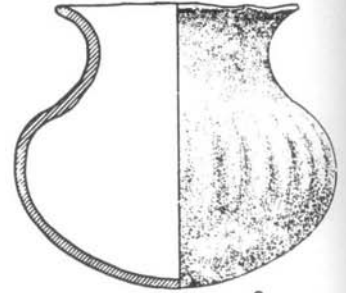
253 Espólio da sepultura I de Belmeque (Serpa). Seg. H. Schubart.



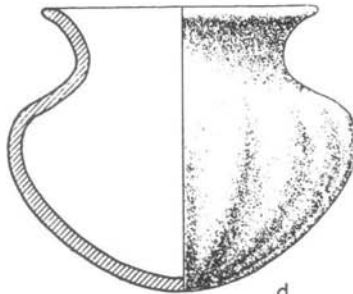
a



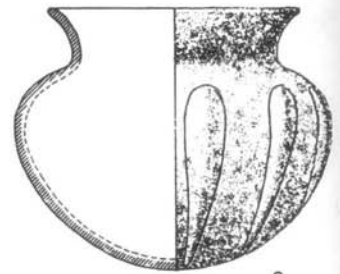
b



c



d



e



254 Vasos bojudos («garrafas») com decoração de gomos nervurados, no bojo, característicos da fase mais tardia do Bronze Pleno do Sudoeste (ou Bronze Meridional Português). a) Vidigal, Portimão; b) c) Bensafirim, Lagos; d) Mós, Beja; e) Peral, Évora. Seg. H. Schubart.

253

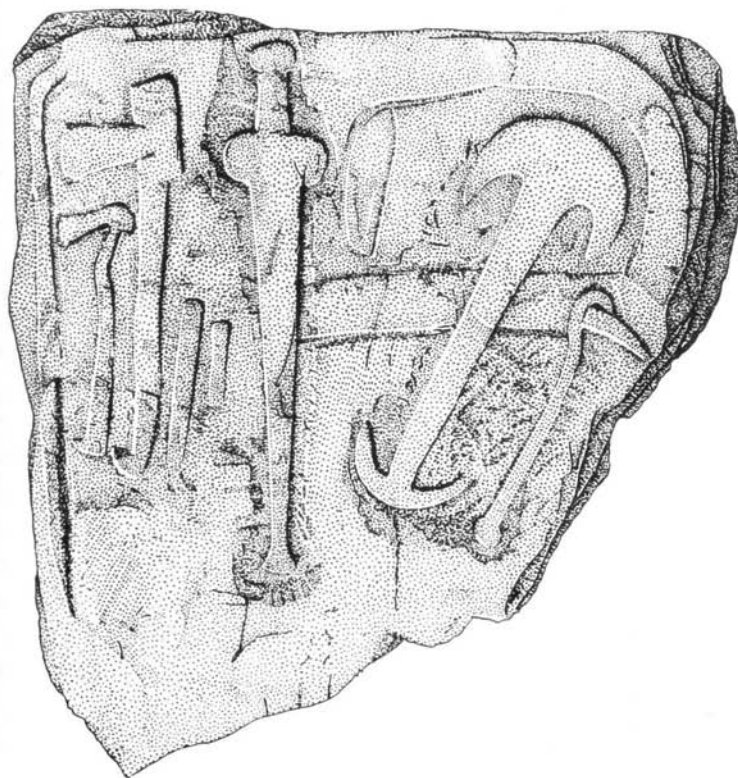
bovídeo, sem dúvida oferendas rituais, sem paralelos em outras sepulturas da mesma época. A excepcional riqueza do espólio de Belmeque atesta a importância dos indivíduos ali sepultados. Recolheu-se um recipiente finamente decorado por brunimento, único no seu género; no concernente ao espólio metálico, deve sublinhar-se a existência de uma faca de bronze com rebites de *electrum*, e dois punhais com rebites de prata, sendo um de cobre e outro de bronze, além de numerosas aplicações de prata (tachas), as quais se encontrariam aplicadas na indumentária envergada por uma ou ambas as personagens ali tumuladas (cinturões?). É de sublinhar a presença

das duas peças de bronze, a atestar que a metalurgia desta liga se iniciou no Sul peninsular – pese embora nada indicar que sejam peças de fabrico local, bem ao contrário –, no Bronze Pleno, tal como o verificado no norte do actual território português.

Esta notável riqueza contrasta com a realidade geralmente observada nas necrópoles coevas; os espólios mais ricos (os objectos metálicos, quase sempre punhais estão circunscritos às personagens masculinas), sugere diferenciação social, na sequência da emergência de um segmento guerreiro observado desde o campaniforme. É também deste modo – recorrendo à explicação da existência de diferenciações sociais intracomunitárias – que se podem interpretar as chamadas «estelas alentejanas» – na verdade as tampas das sepulturas das personagens de maior destaque – com representação de armas, avultando espadas, punhais e machados, nalguns casos de nítida raiz mediterrânica, podendo mesmo reportar-se segundo alguns autores a protótipos micénicos, como a observada na Estela de Assento (Santa Vitória, Beja), a qual inclui um machado de olhal vertical (alvado), também com paralelos orientais. Merecem referência própria uma série de

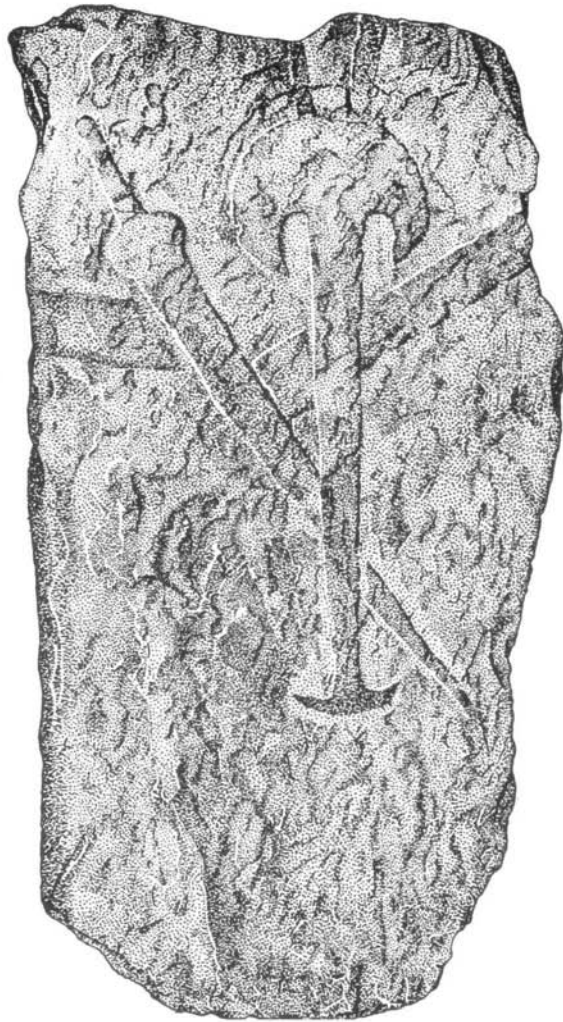
254

255



255 Tampa de sepultura do Bronze do Sudoeste, de Assento (Beja), porventura o exemplar mais rico do ponto de vista iconográfico, com a representação de numerosos artefactos, de carácter utilitário, guerreiro e religioso. Destaca-se a representação de uma espada, ao centro, com empunhadura cilíndrica com pomo terminal, um objecto ancoriforme (ver figura seguinte) e, do lado esquerdo, um pequeno machado, talvez de combate, de olhal vertical (alvado), considerado uma das primeiras peças deste tipo da Península Ibérica, de influência ou origem mediterrânea. Seg. M. Almagro Basch. Largura máx.: 96 cm.

256 Tampa de sepultura do Bronze do Sudoeste da Herdade da Defesa (Santiago do Cacém) com representação de uma espada, suspensa do cinturão respectivo e de enigmática figura ancoriforme igualmente suspensa na vertical, que é recorrente em tais tampas, conotável com objecto de culto. Seg. M. Almagro Basch. Altura máx.: 116 cm.



símbolos ou peças não identificadas, mas ligados ao exercício do poder: é o caso dos ancoriformes, simples ou duplos, presentes em diversas estelas, como as reproduzidas nas Figs. 255 e 256. A recorrente representação de tais símbolos, associados frequentemente a espadas, evidencia a posição de destaque do inumado na estrutura social: tal associação encontra-se exemplarmente expressa, entre muitos outros exemplos, na estela da Herdade da Defesa (Santiago do Cacém). Tais símbolos ocorrem também em monólitos de morfologia afim das estelas-menires, que teriam colocação vertical no terreno, também associados inquestionavelmente a necrópoles, como é o caso do exemplar da necrópole de Alfarrobeira (São Bartolomeu de Messines), publicado por M. V. Gomes.

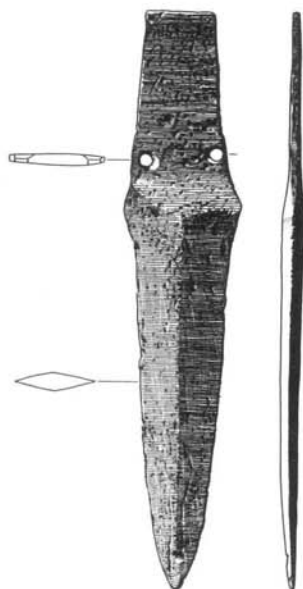
As espadas insculturadas nas impropriamente chamadas «estelas alentejanas», já que, como se referiu, constituem – até pelo formato tabular – tampas de sepulturas cistóides, foram objecto de um trabalho de conjunto de M. Almagro Gorbea, nas quais inventariou 10 exemplares. De um modo geral obedecem a um modelo único (tipo II), com uma folha longa triangular, grossa, encabamento arredondado, com punho cilíndrico, rematado por pomos torneados ou esferoidais. A forte concentração da representação de espadas no Bronze do Sudoeste, a despeito da raridade dos exemplares correspondentes, é indício da importância do segmento guerreiro, no seio da sociedade de então e a forte influência mediterrânica, acentuada pela posição geográfica do território transtagano.

Aliás, a espada argária do Fuente Alamo (Almería), também do tipo II, apareceu associada a oito contas de vidro segmentadas azuis, verdes e brancas, situáveis entre 1450 e 1400 a.C. sendo indícios de influências do Mediterrâneo Oriental, também evidenciadas por contas de pasta vítrea azuis e amarelas na necrópole do Bronze do Sudoeste de Atalaia (Ourique).

Em resumo, no decurso do Bronze Pleno do Sul, as necrópoles colectivas evoluem arquitectonicamente (as plantas dos recintos colectivos tornam-se preferencialmente quadrangulares), aumentando a diversidade dos espólios, mas mantendo a metalurgia a tradição calcolítica do cobre arsenical. É o caso dos punhais e das alabardas, de diversa morfologia, também representadas em estelas-menir de carácter funerário, do Bronze II do Sudoeste, como a da necrópole de Passadeiras (São Bartolomeu de Messines), associada a uma espada e a um ancoriforme, representados nas outras faces do monólito.

As comunidades correspondentes viviam em povoados abertos, não destacados na paisagem, como o povoado do Pessegueiro (Sines), ao lado do qual se desenvolveu a respectiva necrópole. Ali se reconheceu uma única cabana, de planta rectangular, feita de materiais perecíveis, salvo o respectivo embasamento, que era constituído por alvenaria muito irregular.

Tais populações mantinham trocas comerciais indirectas de produtos exógenos de luxo: só assim se compreende a ocorrência das aludidas contas de pasta vítrea na necrópole de Atalaia (Ourique), publicadas por H. Schubart, de origem provavelmente micénica, situáveis em meados do II milénio a.C., com paralelos na Baixa Andaluzia. De facto, no vale do Guadalquivir detectaram-se também contas de pasta vítrea e materiais cerâmicos da mesma origem e outras evidências, mais profundas, daquelas influências, que se faziam sentir ao nível da superestrutura religiosa das elites, aculturadas a modelos



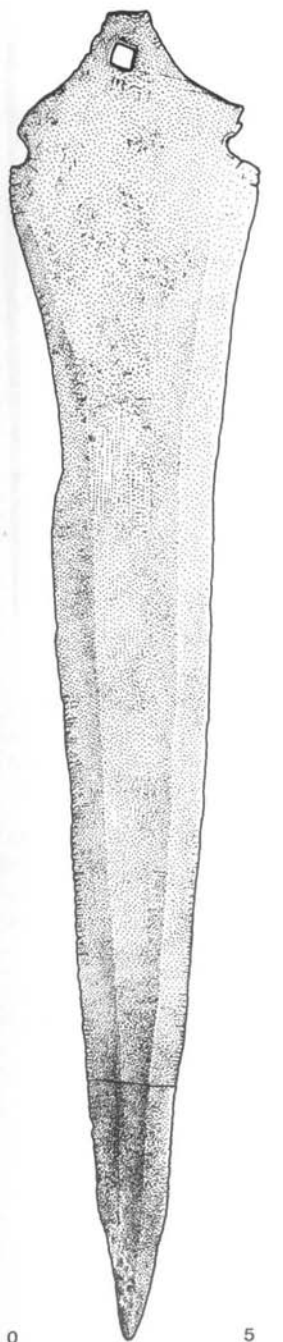
257 Alabarda de cobre, do Bronze Pleno do Sudoeste do Monte do Castelo, Faro (desenho inédito de C. Lemos, cedido por J. R. Carreira). Comprimento máximo: 21,5 cm. *Museu Nacional de Arqueologia.*

orientais (de que seriam exemplo os altares de «cornos», referidos por J. C. Martín de la Cruz).

Materiais cerâmicos encontrados na referida região, possuem origem comprovadamente em Micenas-Berbatí, e datam seguramente de entre finais do século XIV a meados do século XIII a. C. Seriam, pois, as primeiras provas directas peninsulares da importação de materiais cerâmicos de origem rigorosamente determinada, antecedentes imediatos dos produtos fenícios, só generalizados na Península Ibérica a partir dos séculos IX/VII a. C.

Eram populações vivendo essencialmente da agro-pastorícia. É lícito admitir uma organização social não muito diferente da vigente no campaniforme, com a existência de elementos mais destacados (guerreiros) no seio destas pequenas comunidades, interagindo num sistema em «mosaico» com mútuas influências exercidas por «capilaridade», mantendo-se independentes entre si, e dirigidas por chefes locais. No Sul, ainda não se identificou nenhum povoado de altura do Bronze Pleno. São, porém, conhecidos na Andaluzia Ocidental, onde a cultura do Bronze do Sudoeste também se estendeu. Importa, no entanto, sublinhar que a sua presença não é indispensável ao modelo sociocultural proposto, em estreita continuidade com o do Calcolítico Final/Bronze Antigo. Em certa medida, é um tempo de não fortificação, mediado entre o Calcolítico e o Bronze Final.

A cronologia do Bronze do Sudoeste, perspectivada nas sequências culturais do Sudoeste peninsular conheceu uma profunda modificação desde o trabalho de síntese de H. Schubart, datado de 1975. Com efeito, as datações de radiocarbono efectuadas ulteriormente, vieram situar, tanto em Espanha como em Portugal, a primeira fase desta Cultura ao longo de toda a primeira metade do II milénio a. C. Em Portugal, ainda recentemente esta cronologia foi confirmada, com alta precisão, pela datação de fibras de linho, por AMS, correspondentes a tecido encontrado numa cista da necrópole de Bugalhos (Serpa), escavada por A. M. Monge Soares, a qual, para um intervalo de 95% de probabilidade, deu o resultado de 1880-1642 a. C. A fase mais tardia (II) do Bronze do Sudoeste, com base nos elementos cronométricos publicados por J. Soares e C. Tavares da Silva, situa-se na viragem da primeira para a segunda metade do II milénio a. C. (Belmeque: 1630-1400 a. C.; sep. 16 do mon. II do Pessegueiro: 1679-1442 a. C., para 95% de probabilidade). Trata-se, pois, de uma cultura do Bronze Pleno, que antecedeu as manifestações do Bronze Final, ao contrário do admitido por H. Schubart em 1975; neste contexto, as «estelas» decoradas alentejanas, do Bronze II do Sudoeste, ter-se-iam



258 Adaga de rebites e lingueta incipiente do Bronze Pleno, mas ainda de cobre arsenical, proveniente de Óbidos. Desenho inédito de H. Figueiredo, cedido por J. R. Carreira.

Museu Nacional de  
Arqueologia.

prolongado, com outra iconografia, pelo Bronze Final. Uma vez mais, é a continuidade, sem rupturas bruscas, ou evidenciadas pela Arqueologia, que transparece do registo material disponível.

Os elementos reunidos na Estremadura dão também razão a este modelo. Ao nível artefactual, algumas armas, ainda de cobre arsenical, situam-se na filiação das suas antecessoras campaniformes: é o caso da adaga de lingueta incipiente, mas já rebitada – o que constitui uma novidade – de Óbidos.

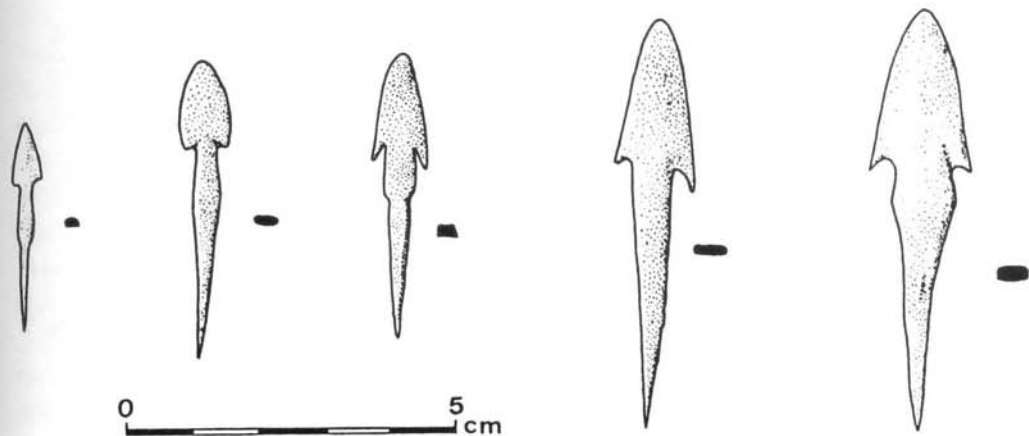
Embora sejam conhecidos povoados do Bronze Pleno, em locais de altura pela primeira vez ocupados (Catujal, Loures), ou de plataforma a meia encosta (Agroal, Vila Nova de Ourém), datados do final do III/1.<sup>a</sup> metade do II milénio a. C., a larga maioria dos sítios detém elevada invisibilidade no terreno (como o verificado no Alentejo e Algarve), a ponto de os materiais reunidos na Estremadura deste período serem também quase só conhecidos através de contextos de gruta, relativamente frequentes. Este evidente «apagamento» na paisagem dos povoados, contrastando com os imponentes povoados fortificados calcolíticos, construídos «para serem vistos», pode dever-se, entre diversas causas objectivas, de carácter sociocultural, a uma eventual quebra demográfica, talvez provocada por degradação climática, observada no decurso da primeira metade do II milénio a. C. Com efeito, nessa época, verificou-se, no fértil vale do Guadalquivir, situação análoga, ali explicada por evolução climática no sentido da maior aridez.

Houve, porém, na Estremadura, grandes povoados fortificados calcolíticos que não foram totalmente abandonados até o Bronze Pleno, como denotam os achados metálicos ou cerâmicas, por vezes numerosas, dessa época: é o caso, entre outros, dos povoados de Vila

Estremadura

258

259 Pontas de seta de cobre arsenical da Idade do Bronze, de espigão e barbelas mais ou menos desenvolvidas do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior. Seg. J. R. Carreira. *Museu Nacional de Arqueologia.*



Nova de São Pedro (Azambuja) e do Zambujal (Torres Vedras). A frequência de tais peças (algumas já de bronze, como alguns escopros de secção quadrangular e de machados, de gume mais peltado que os seus antecedentes calcolíticos, ao contrário do que se verifica no sul peninsular, onde dominou o cobre arsenical até o Bronze Final), consubstancia o alargamento das redes de intercâmbios transregionais anteriormente existentes; tal é o caso da alabarda de Baútas (Amadora), de feição atlântica (com paralelos na Bretanha), mas ainda de cobre arsenical, ao mesmo tempo que outras armas, como as pontas de seta de espigão e barbelas encontradas no povoado do Zambujal (Torres



260 A estela de Longroiva (Meda, Guarda), observando-se ao centro figura humana com cerca de 2 m de altura, armada com arco e uma adaga, do seu lado esquerdo, e com uma alabarda de folha nervurada «tipo Carrapatas», do lado direito. Atente-se no possível toucado que lhe cobre a cabeça e na túnica, que desce abaixo dos joelhos. Arquivo M. Farinha dos Santos.

Vedras) ou em contextos funerários, como o Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior), a gruta natural da Cova da Moura (Torres Vedras) ou o dólmen do Alto da Toupeira (Loures) denunciam contactos meridionais. São peças tipologicamente da Idade do Bronze (prolongando-se até ao Bronze Final, mas então já de bronze), mas que, tal como as anteriores, são ainda de cobre. Tal como o exemplar recolhido na necrópole de cistas do Bronze I do Sudoeste da Vinha do Casão (Loulé), contrastando com os quatro exemplares de bronze, recolhidos por R. Vilaça em povoados do Bronze Final do sul da Beira Baixa, em cujas proximidades se detectaram jazidas de estanho. Assim, pode concluir-se que a tardia introdução da metalurgia do bronze na Estremadura e no sul se explicará, por um lado, pela forte tradição calcolítica regional, caracterizada por uma rica e diversificada panóplia artefactual de cobre arsenical; e, por outro, pela dificuldade de obtenção do estanho, a partir das minas da Beira Interior e do norte de Portugal, visto as respectivas redes de abastecimento ainda se não encontrarem devidamente organizadas; mas a situação estava a mudar rapidamente, como se conclui das escassas peças de bronze que começam, como se viu, a fazer parte dos espólios estremenhos. Estas observações concordam com o verificado na parte restante do território peninsular. O atraso na manufactura de ligas bronzíferas foi, pelo menos, de dois séculos relativamente ao Ocidente Europeu, devido à incipiência da exploração e distribuição do estanho neste extremo ocidental. Tal realidade explica a expansão da utilização do bronze, na Península Ibérica, de Norte para Sul, tendo apenas chegado ao Sudoeste no final do Bronze Pleno.

Nessa época, a Estremadura teria, progressivamente, assumido o papel de «placa giratória» no âmbito do comércio transregional, pondo em contacto o Norte Atlântico e o Sul Mediterrânico, papel que atinge plenamente no Bronze Final. É o que mostra a tipologia da alabarda de Baútas (Amadora), com equivalente nas grandes alabardas, também de cobre, do tipo Carrapatas do Norte de Portugal, adiante referidas mais pormenorizadamente; são todas de cobre, o que é interessante, por demonstrar a perduração desta metalurgia no Bronze Pleno, mesmo em regiões próximas de jazidas estaníferas. A representação de alabardas observa-se também na Beira Interior (estela de Longroiva) e na arte rupestre de ar livre dita do «Noroeste Peninsular» para a qual foi defendida, recentemente, cronologia «curta», na viragem do III para o II milénio a. C., ou seja, correspondente ao início do Bronze Pleno.

Importa referir ainda outras peças confeccionadas ainda de cobre, mas já do Bronze Pleno, como os punções losângulos recolhidos nas grutas da Casa de Moura (Óbidos), Abrigo Grande das Bocas (Rio



261 Vista do estuário do Tejo, com a serra da Arrábida em último plano, obtida do povoado do Bronze Pleno do Catujal (Loures). Foto de J. L. Cardoso.

- 261 Vista do estuário do Tejo, com a serra da Arrábida em último plano, obtida do povoado do Bronze Pleno do Catujal (Loures). Foto de J. L. Cardoso.
- Maior) e Cova da Moura (Tores Vedras), com paralelos no Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz), onde um exemplar se encontrou no interior de um vaso fechado, tetramamilado, característico do Bronze do Sudoeste. A presença de punções losânguicos, peça-tipo do Bronze Inicial/Pleno do «Midi» francês, vem reforçar as ligações da Estremadura e Alentejo com o Mediterrâneo, aliás já ilustradas pelas supra-referidas contas da necrópole da Atalaia. Com efeito, as estreitas analogias culturais do Bronze Pleno da Estremadura com o Bronze do Sudoeste é-nos fornecida pela tipologia da olaria doméstica; neste âmbito, importa salientar o espólio recuperado no povoado do Catujal (Loures), infelizmente já totalmente destruído, cuja estratigrafia evidenciava apenas uma ocupação. Trata-se de sítio implantado em esporão, debruçado sobre o estuário do Tejo, do qual se descortina vasto horizonte para Sul. Acompanhando recipientes de dimensões médias a grandes, destinados ao armazenamento, ocorrem outros, de menores dimensões, de filiação evidente no Bronze do Sudoeste, entre os quais taças de tipo Santa Vitória, com decoração incisa externa, e «garrafas» de colo apertado, decoradas por nervuras verticais; o paralelo mais próximo é o povoado do Pessegueiro (Sines), embora mais recente do que este, que uma datação pelo radiocarbono situou para uma probabilidade de 95% entre 2028 e 1752 a. C. Este resultado permite, deste modo, situar o início do Bronze Pleno na Estremadura no primeiro quartel do II milénio a. C.; outra conclusão a reter, é a da possibilidade de ser maior a antiguidade das taças de tipo Santa Vitória, as quais ocorreriam ainda na Fase I do Bronze do Sudoeste e não apenas na Fase II, como o admitido até agora.



As evidentes afinidades culturais do Bronze Pleno da Baixa Estremadura com o Bronze do Sudoeste, do qual se poderá considerar como a sua extensão mais setentrional, têm expressão em materiais esparsos que, ao longo do tempo, foram sendo assinalados na região: uma taça afim de exemplares argáricos, oriunda da Lapa do Suão (Bombarral); e uma garrafa de uma sepultura encontrada do lado externo da muralha calcolítica do povoado da Pedra do Ouro (Alenquer), são exemplos que se somam a um vaso da Lapa da Rotura tetramamilado na carena, com paralelos em diversas necrópoles do Bronze do Sudoeste, com a do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz) e de Atalaia (Ourique); denotam uma realidade que, até o presente, não tinha sido devidamente valorizada e cuja importância será maior da que os esparsos materiais referidos deixam supor.

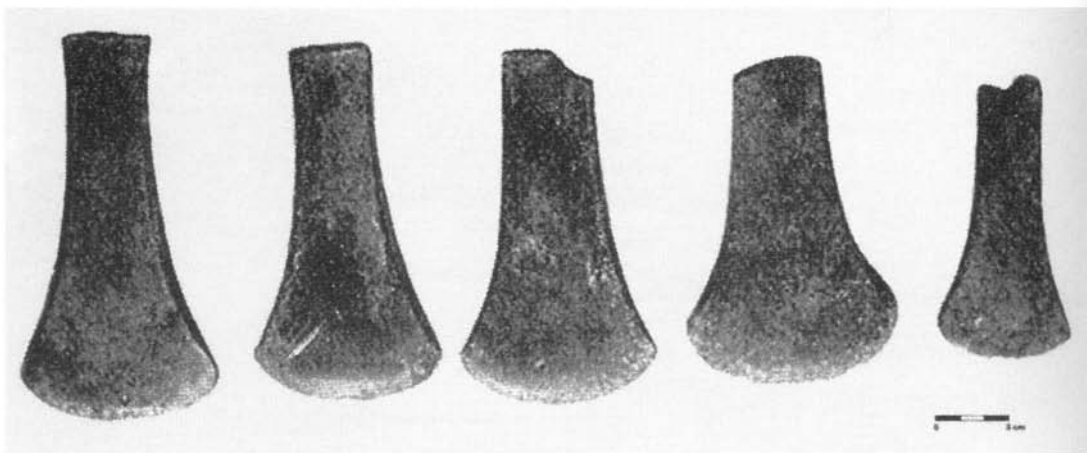
No Norte, a investigação do povoamento do Bronze Pleno foi retomada com vigor a partir dos finais da década de 1970 ainda que os dados, como bem assinalam vários autores, sejam de momento insuficientes para a desejada reconstituição do funcionamento das sociedades dos inícios do II milénio a. C. na área em causa, não sendo aceitável a existência de lacuna de povoamento em tal época. Foi, contudo, naquele espaço geográfico que, em território português, terão sido fabricados, pela primeira vez, artefactos de bronze. Trata-se de peças ainda de forte tradição calcolítica, como os machados planos, mas de gumes mais peltados do que aqueles, obtidos por martelagem a partir de lingotes fundidos, designados por machados tipo «Bujões/Barcelos». É interessante sublinhar que alguns destes machados ocorrem em contextos de ocultação (vulgo «depósitos» ou «esconderijos de fundidor»), prenunciando as ocorrências do Bronze

262 Taça do Bronze do Sudoeste finamente brunida, encontrada na Lapa do Suão (Bombarral). Seg. V. Côrtes e colaboradores.

262

↙ Norte

263



263 Os cinco machados de bronze do tipo «Bujões/Barcelos» do depósito de Agro Velho (Montalegre). Seg. C. Teixeira e M. C. C. Fernandes. Este conjunto indica que a metalurgia do bronze era já uma realidade nos finais da 1.ª metade do II milénio a. C., em consequência do estabelecimento de circuitos comerciais de índole transregional, então verificados. Corresponde a um dos depósitos mais antigos de peças metálicas (ocultações), prática que se acentuou no Bronze Final por todo o Ocidente Europeu.

Final com idênticas características: é o caso do conjunto de Agro Velho (Montalegre), constituído por cinco machados, encontrados a pouca profundidade, na encosta da colina epónima; um encontrava-se ao alto e os restantes empilhados uns sobre os outros, disposição que não deixa dúvidas quanto à natureza intencional da ocultação. Tal como no Sul, as informações disponíveis respeitam mais às necrópoles, ocorrendo, de forma frequente, as reutilizações de monumentos megalíticos. Noutros casos, construíram-se ou reutilizaram-se também sepulcros não megalíticos, os quais, tal como os povoados, são muito discretos na paisagem. Na região da Aboboreira (Amarante) é de mencionar a cista sob *tumulus* de Outeiro de Gregos I, já atrás mencionada, que continha uma espiral de prata (metal cujo uso só então se começa a difundir, mas apenas com base apenas na prata nativa, visto a copelação da prata só se ter iniciado no Bronze Final), jóia que se vem somar à recolhida no monumento similar de Meninas 4 (Aboboreira, Amarante), constituindo elementos de prestígio de circulação transregional.

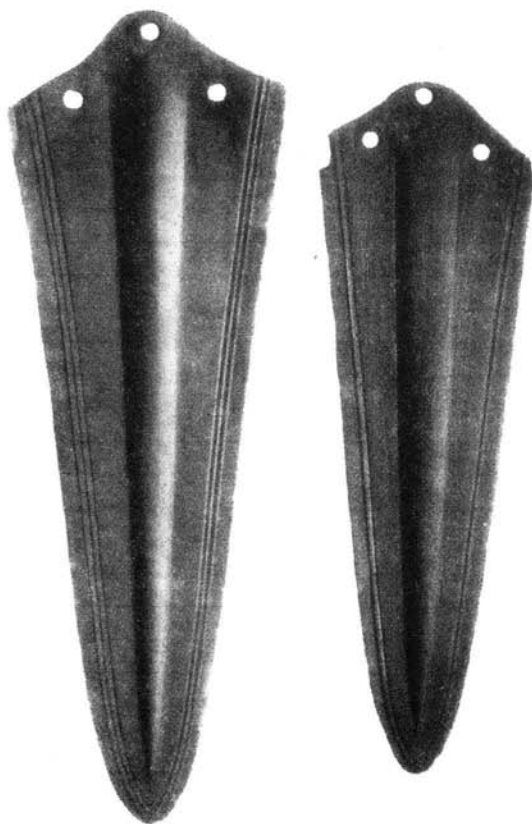
264

Aliás, é neste contexto de evidente afirmação social, directamente herdado dos últimos tempos calcólicos, que se explica a distribuição das grandes folhas nervuradas de alabarda do tipo «Carrapatas», peças de afinidades irlandesas, e, sublinha-se, ainda de cobre arsenical, que testemunham particularmente o crescente prestígio e importância da classe guerreira. Em Portugal, tais peças concentram-se na região transmontana (nove exemplares), a que se juntam, o exemplar de Baútas (Amadora), já referido e outro da gruta das Redondas (Alcobaça). Trata-se de peças que, como é hábito, se encontram em geral desprovidas de contexto, sendo imediatamente anteriores ou coevas dos primeiros artefactos nortenhos de bronze, os machados de

gume mais ou menos peltado do tipo Bujões/Barcelos, também com paralelos irlandeses evidentes.

Pode, pois, afirmar-se com segurança que os primórdios da metalurgia do bronze no norte e centro do País se caracterizou pela evidente influência atlântica dos produtos manufacturados. Aos artefactos referidos, poder-se-iam ainda juntar outros que confirmam tal afirmação, como as espadas, representadas pelo exemplar de S. Bartolomeu do Mar (Esposende), do tipo Ia de M. Almagro-Gorbea, possuindo marcado estrangulamento da lâmina perto da empunhadura, com fixação ao cabo por rebitagem, a qual evidencia afinidades ao tipo bretão de Tréboul-St. Brandan. A este exemplar, poder-se-ia somar outro, de tipologia diferente, proveniente de Castelo Bom (Beira Baixa), estudado por M. Almagro-Gorbea, situável tal como o anterior em meados do II milénio a. C. mas, ao contrário daquele, denotando influências meridionais, especialmente da região argárica. Assim sendo, a tipologia das raras espadas do Bronze Pleno conhecidas em território português, ainda de cobre arsenical, evocam as influências, a um tempo atlânticas e mediterrâneas, à semelhança do verificado

265



264 Alabardas do «tipo Carrapatas», de cobre arsenical, do sítio epónimo de Carrapatas (Macedo de Cavaleiros). Seg. M. L. Bártholo. Comp. máx. da maior: 34,8 cm.



265 Espada de folha triangular alongada e empunhadura rebitada, do Bronze Pleno, encontrada em Castelo Bom, Guarda. Comp. máx.: 72 cm. Seg. A. V. Rodrigues.

em outros grupos de artefactos metálicos. Naturalmente, trata-se de peças de prestígio, as quais, ao contrário das de uso corrente, teriam circulação geográfica alargada; assim sendo, peças idênticas poderiam fazer parte das panóplias de comunidades que, do ponto de vista cultural, poucas ou nenhuma afinidades teriam entre si.

No Minho, e em particular no vale do Cávado, a metalurgia do bronze ascenderá, tal como em toda a parte setentrional do território português, segundo Ana Bettencourt, ao segundo quartel do II milénio a. C., sendo acompanhada pelo fabrico de jóias de ouro aluvionar. Tais jóias atestam também, tal como as armas supracitadas, evidentes influências atlânticas: é o caso dos braceletes de ouro de Arnozela (Fafe) ou do bracelete decorado de Corvilho (Santo Tirso).

266 Deste modo, às peças referidas de bronze, somam-se as jóias auríferas, com destaque para as lúnulas e discos de Cabeceiras de Basto (Braga), também de nítida filiação atlântica (são igualmente evidentes as suas afinidades com exemplares irlandeses), para além de diversos braceletes maciços lisos e cadeias de elementos helicoidais, conhecidos tanto no norte como na Estremadura e no sul, que documentam a fácil circulação de bens de prestígio, que abasteciam as elites do Bronze Pleno e se prolongaram até ao Bronze Final. O prestígio dos chefes guerreiros, aparentemente transformados em personagens divinizadas,



como sugere a sua representação na estela de Longroiva (Guarda), teria equivalente no destaque concedido a algumas personagens femininas, como a representada na estátua-menir de Ermida (Ponte da Barca); com efeito, em ambas, é muito semelhante a representação do rosto. Na última, os seios encontram-se marcados por circunferências concêntricas, que poderão corresponder a brácteas de ouro, semelhantes aos discos de Cabeceiras de Basto, acabados de referir.

Assim, enquanto o sul testemunha a existência de ligações ao Mediterrâneo e o norte revela contactos preferenciais com o mundo atlântico, certas peças de luxo circulavam muito para além destes vastos espaços culturais e geográficos. Esta realidade só poderá explicar-se num contexto em que as populações, embora fixadas em territórios bem delimitados, mantinham estreitas trocas comerciais entre si, de vasto âmbito transregional, através de corredores principais de circulação, determinados por acidentes geomorfológicos principais.

Contudo, estas «permeabilidades», ou «solidariedades» interactivas, ditadas por equilíbrios formalmente estabelecidos (pactos intercomunitários), não explicam, por si só, a aparente «invisibilidade» dos sítios ocupados, já detectada no sul e na Estremadura. Relembre-se, a propósito, o que atrás ficou dito sobre a emergência da difusão de produtos a nível transregional, no final do Calcolítico, para se compreender o *continuum* evolutivo, aplicável à realidade económico-social do Bronze Pleno.

Com efeito, a malha fina da ocupação do território, inaugurada pelas populações portadoras das cerâmicas campaniformes, correspondente ao Bronze Pleno, é ainda mal conhecida, tanto no Norte como no Sul, mas admite-se que a exploração dos recursos naturais tenha então atingido alto grau de especialização agro-pastoril, acompanhado por evidente sedentarismo das populações. São de notar as intensas transformações da paisagem, confirmadas pelo registo polínico das turfeiras da serra da Estrela no decurso do II milénio a.C., com deflorestação acentuada, relacionável com o desenvolvimento da pastorícia. Por outro lado, a «penumbra» do povoamento estremenho, atrás referida e atribuída a eventuais causas climáticas, foi também verificada no fértil vale do Cávado por Ana Bettencourt: a aparente recessão demográfica ali observada, seria concordante com a situação que, de modo generalizado, caracterizaria o Noroeste peninsular, explicável por uma crescente desarborização, de carácter antrópico; esta conclusão encontra-se suportada pelos resultados polínicos, antracológicos e paleocarpológicos relativos ao povoado da Sola (Braga). Tal desarborização, por estar relacionada directamente com a expansão e intensificação da economia agro-pastoril, não pode ser, deste modo, sinónimo de despovoamento.

266 Lúnula e discos de ouro, de Cabeceiras de Basto (Braga), atribuíveis ao Bronze Pleno, com decoração martelada e repuxada. Diâmetro da lúnula: 16,2 cm. Arquivo M. Farinha dos Santos. *Museu Nacional de Arqueologia.*



267 Estátua-menir feminina, provavelmente do Bronze Pleno (em alternativa, poderá ser calcónica), de Ermida (Ponte da Barca). Seg. A. M. Baptista. Comprimento máximo: 1,5 m.

268 Rocha insculturada de Ardegães (Maia), seg. E. Shee Twohig, atribuível pela própria ao final do Calcolítico. Trata-se de uma rocha que se encontraria nos primórdios da arte esquemática galaico-portuguesa, gravada na superfície de afloramentos rochosos ou de grandes penedos, como no caso ilustrado.



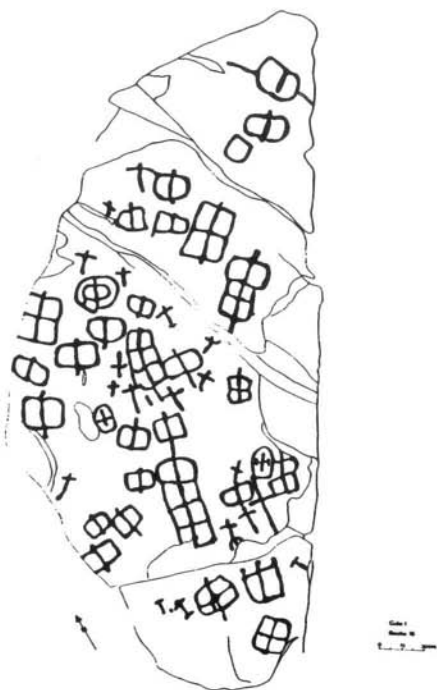
As análises polínicas realizadas no povoado pré-histórico de Canedotes (Vila Nova de Paiva), com uma ocupação importante do Bronze Final, mostraram que nos períodos anteriores já a acção humana se fazia sentir intensamente na região envolvente. Assim, no decurso da primeira metade do II milénio a. C., verifica-se grande extensão dos prados graminóides, assinalando-se, pela primeira vez, o pinheiro, próprio de ambientes mediterrâneos (pinheiro bravo / pinheiro manso).

Em conclusão: o sucesso da economia agro-pastoril, que então atingia o seu auge, a que se somou a emergência de um comércio transregional, estruturado em códigos formalmente aceites, dando resposta à cada vez maior afirmação de elites locais, não foi acompanhado pela monumentalização dos lugares habitados: estava-se já longe da fortificação como expressão da coesão social e do sucesso de um grupo, mas ainda mais distante da sua adopção, como expressão formal de legitimização do poder das elites, que, no decurso deste período, teriam encontrado outras formas de exteriorização (indumentária, jóias) para além daquelas expressões, definitivamente inacessíveis ao nosso conhecimento que, por certo, acompanharam a sua própria existência (rituais, ou outras práticas profano-religiosas).

268 Ainda uma última referência à arte rupestre galaico-portuguesa, em complemento das anteriores; tais manifestações serão situáveis, como atrás foi dito, na transição do III para o II milénio a. C., segundo a cronologia «curta» recentemente defendida. Trata-se, também, de uma arte não monumental, cobrindo por vezes vastas superfícies dos afloramentos rochosos, muitas vezes em sítios pouco evidentes ou de todo discretos, cuja localização poderá, não obstante, coincidir com

sítios de delimitação de territórios entre comunidades vizinhas, tornados por isso de referência obrigatória e apenas delas (ou de parte delas) conhecidos; aí residirá, talvez, a razão para a ausência de monumentalidade que evidenciam. Mas esta afirmação é apenas uma suposição, na falta de elementos que possibilitem uma discussão mais objectiva. De qualquer modo, a implantação topográfica que caracteriza muitos sítios de arte rupestre do centro e do norte do País, faz crer que não eram as características topográficas que os diferenciavam, mas sim o seu conteúdo intrínseco, de forte simbolismo, conferido pelas rochas decoradas. A ser assim, é admissível aceitar que o acesso a tais locais seria restrito apenas àqueles que, devido ao seu estatuto, a eles poderiam aceder. A condição de sítios sacralizados encontra-se bem expressa nos motivos representados, predominantemente figuras abstractas e geométricas (espirais, serpentiformes, cruciformes, círculos concêntricos, reticulados, ferraduras, para além das frequentes «cavinhas»), embora também ocorram armas (como as mencionadas alabardas), representações zoomórficas e até figuras antropomórficas esquemáticas, estas consideradas as mais antigas deste grupo artístico do Noroeste, de diacronia ainda pouco clara incluindo podomorfos, como os da Fraga das Passadas (Mogadouro). Com efeito, embora boa parte das manifestações artísticas se situe na Galiza e na vizinha região minhota – de que é exemplo o bem conhecido santuário do Gião,

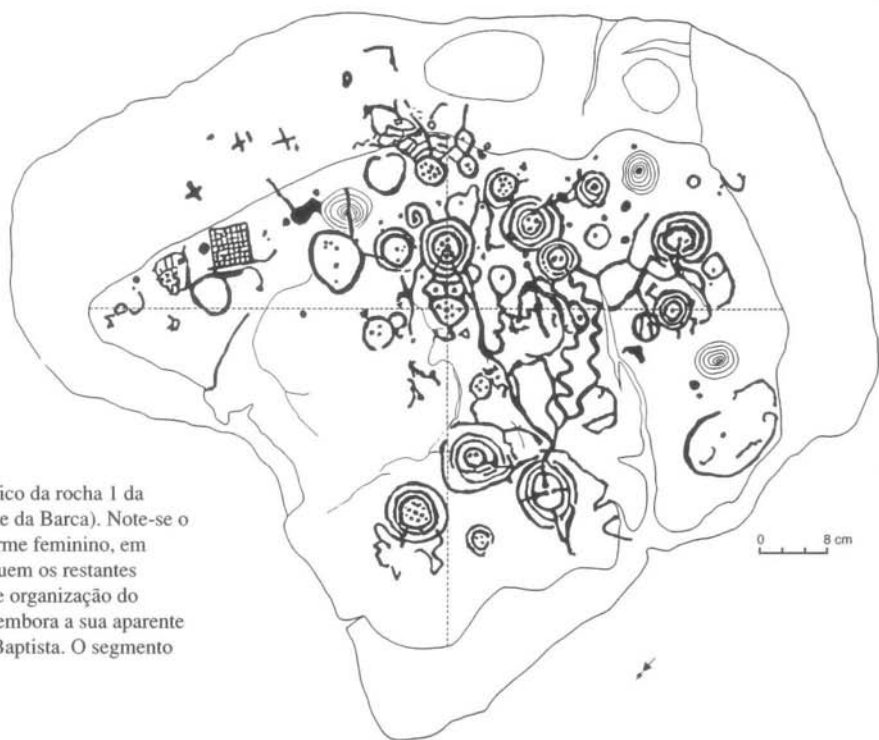
269/270



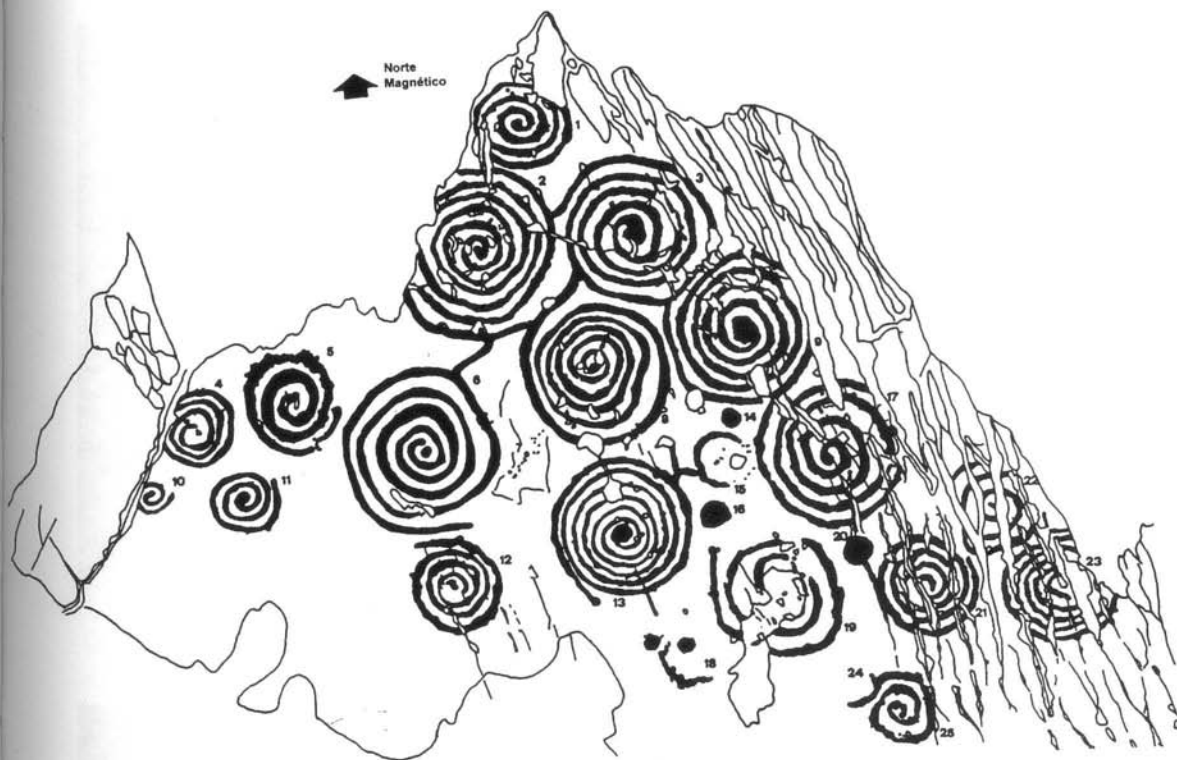
269 Rocha 15 do santuário rupestre do Gião (Arcos de Valdevez), com figuras de tipo reticulado e antropomorfos do tipo «fi». Seg. A. M. Baptista. O comprimento da escala corresponde a 30 cm.

Arcos de Valdevez – muitas das ocorrências espalham-se pela região interior, tanto em Trás-os-Montes como por toda a Beira Alta, em especial na bacia do Vouga; aqui, parecem verificar-se, de acordo com Celso Tavares da Silva, algumas diferenças de carácter temático face à região galaica, com base na maior presença de espirais, tão exuberantemente figuradas na «Pedra dos Pratos» (Castro Daire, Viseu).

Cabe também relembrar, a propósito, a frequente ocorrência de penedos com «cavinhas», de larga diacronia e vasta distribuição geográfica no País. Um caso particular são as superfícies externas insculturadas de esteios ou dos chapéus de monumentos dolmênicos, dos quais se conhecem diversos exemplos no País, especialmente no Alto Alentejo, ou em afloramentos próximo de monumentos megalíticos. Cabe questionar se tais elementos, no caso das antas, eram para ser vistos, como os figurados nos penedos. No caso afirmativo, naturalmente que teremos de admitir a sua menor antiguidade, visto tais insculturas só se poderem fazer depois da destruição do *tumulus* e, deste modo, associá-los ao ciclo galaico-



270 Levantamento gráfico da rocha I da Bouça do Colado (Ponte da Barca). Note-se o lugar central de idolíformo feminino, em torno do qual se distribuem os restantes motivos, numa evidente organização do espaço decorado, pese embora a sua aparente desordem. Seg. A. M. Baptista. O segmento corresponde a 60 cm.



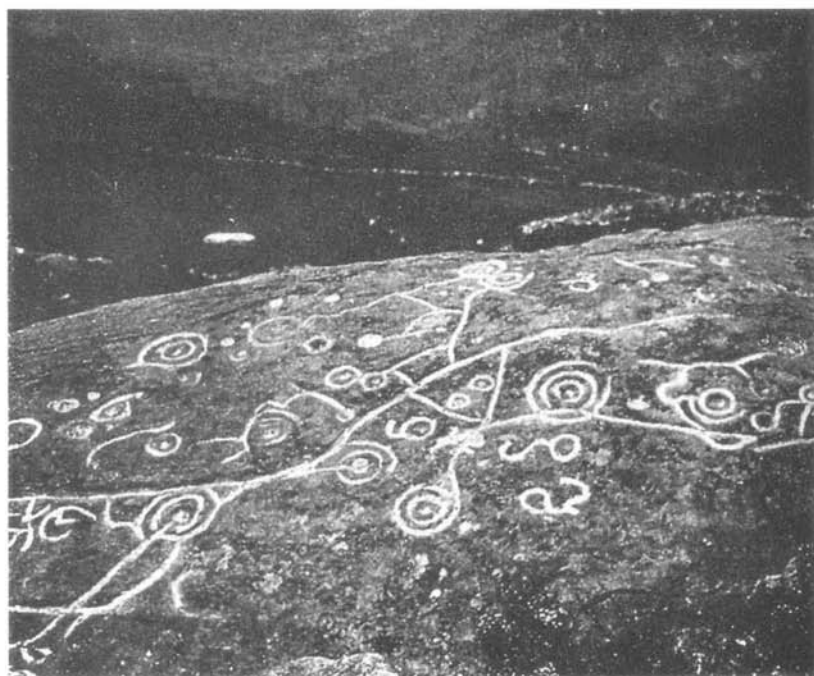
-português: as antas, despertando desde sempre a especial atenção ou mesmo veneração das comunidades primitivas, mesmo muito tempo depois da sua construção, podem ter continuado a funcionar como espaços sagrados, onde, para além de continuarem a receber tumulações em monumentos mais tardios, já na Idade do Bronze, como bem provam numerosos exemplos conhecidos por todo o País, poderiam constituir santuários, assim se explicando tais insculpturas. Mas estas poderiam ter, também, um significado oculto, próprias nestes casos para não serem vistas, como, entre outros casos, o machado gravado na base da estela-menir do Monte da Ribeira, Victor S. Gonçalves salientou. Sem dúvida que, nalguns casos, tais insculpturas podem relacionar-se directamente com a utilização primária dos monumentos: o grande menir do Lavajo (Alcoutim), já atrás referido, ostenta também «covichas» abaixo da zona que estaria visível, tal como a anta 2 do Olival de Pega que possui, no início do longo corredor, dois esteios-estela, dispostos de ambos os lados e profusamente decorados com centenas de tais elementos, entre muitos outros exemplos que poderiam ser apresentados.

271 A «Pedra dos Pratos», conjunto notável de espirais insculptadas em penedo da Beira Alta (Castro Daire).  
Seg. A. T. Santos.  
Redução aproximada: x 0,08.

272 Círculos concêntricos e radiados insculturados em afloramento rochoso. Outeiro dos Riscos (Vale de Cambra). Arquivo M. Farinha dos Santos.



273 Grande penedo insculturado, designado Fornos dos Moiros (Sever do Vouga). Seg. J. R. dos Santos Júnior.



## O BRONZE FINAL

*A estrutura do povoamento e a exploração dos territórios e dos recursos mineiros: o norte, o centro e o sul.*

*O território português, entre Atlântico e Mediterrâneo: aspectos económicos e culturais.*

*A plena afirmação da estratificação social: chefes e guerreiros. Rituais funerários.*

O Bronze Final corresponde ao último período da Pré-História. O intervalo cronológico situável entre o princípio do século XIII (ou mesmo o anterior) e os finais do século IX/inícios do século VIII a. C., é um dos mais ricos da Pré-História portuguesa: com o aumento da informação arqueológica, foi possível levar a pormenorização da reconstituição histórica a um nível até então desconhecido, nas suas duas mais importantes vertentes: a económica e a social, a que se soma a cultural (incluindo, naturalmente, a componente religiosa). Acresce o facto de, no Bronze Final, ser já possível o aproveitamento das fontes escritas disponíveis para o conhecimento da realidade da época, especialmente no concernente à Paletnologia dos povos antigos que ocuparam o território hoje português. Deste modo, o Bronze Final corresponde a uma fase de transição, da Pré-História para a Proto-História, justificando-se nesta última, sobretudo ao nível da análise das mencionadas fontes escritas, confrontando-as com a realidade arqueológica conhecida. Em tal domínio, têm avultado os trabalhos de Jorge de Alarcão. Nesta obra, o Bronze Final será abordado sob uma perspectiva estritamente arqueológica e apresentado de forma mais sucinta da que o volume de informação possibilitaria, não só pela razão apresentada, mas também para respeitar o critério adoptado nos capítulos anteriores, não o sobrecarregando e assim evitando que o conteúdo da obra resultasse pouco harmonioso.

Parece poder situar-se globalmente o fim do Bronze Pleno no território português na passagem do terceiro para o último quartel do II milénio a. C.: tais são as informações resultantes das escassas datações absolutas disponíveis. Nessa época, é possível admitir, no



274 Distribuição dos principais povoados do Bronze Final atlântico na Península Ibérica. Seg. A. Coffyn.

274 Ocidente peninsular, três grandes domínios de povoamento, em função da exploração dos recursos naturais ou da sua simples posição no território: o Norte e Centro Interior (Minho, Trás-os-Montes e Beiras) com numerosos jazigos de estanho, que em boa parte já seriam objecto de exploração; o Sul (Alentejo e Algarve), onde abundavam os jazigos de cobre, em especial ao longo da faixa piritosa, então pontuada por

«chapéus de ferro» constituídos por diversos elementos ou compostos entre os quais avultava o cobre nativo, para além do ouro e dos carbonatos de cobre (malaquites), também passíveis de exploração com os recursos tecnológicos da época; e, finalmente, a Estremadura, no sentido geográfico que lhe é conferido por Orlando Ribeiro, até o cabo Mondego, com uma ampla frente oceânica. Implantada entre esses dois grandes domínios, e fazendo a ligação entre ambos, constituía via privilegiada de acesso ao interior do território e ao escoamento de produtos dali oriundos através dos três principais vales que a atravessam, desde cedo constituídos em importantes vias de circulação e de comércio: a Norte, o Mondego; e, a Sul, o Tejo e o Sado.

Na região Entre Douro e Minho, na transição do II para o I milénio a. C., onde uma economia agro-pastoril se encontrava florescente e estabilizada desde o Bronze Pleno, o povoamento no Bronze Final parece dar continuidade ao vigente até então: dominam núcleos dispersos e abertos, sem preocupações defensivas, onde decorria, aparentemente, e sem sobressaltos de maior, intensa actividade agro-pastoril: os povoados de Bouça do Frade (Baião), onde se encontraram

275



275 Vista parcial das escavações no povoado da Bouça do Frade (Baião), observando-se em primeiro plano várias fossas abertas no saibro. Seg. S. O. Jorge.

estruturas subterrâneas de armazenamento, Monte Calvo e Lavra documentam tal realidade, embora não seja impossível admitir que tenham integrado territórios talvez mais vastos, administrados por populações sediadas em sítios altos e defensáveis como o Castelo de Matos. Com efeito, foi na região em apreço que teve início, no Bronze Final, a Cultura Castreja do Noroeste peninsular (Fase I A de

A. Coelho), com base nos testemunhos registados em diversos sítios. Trata-se de locais implantados, em geral, em esporões rochosos dominando vales fluviais, onde se desenvolveria a agricultura e a pecuária e por onde as produções mineiras (estanho e ouro), para além de outras mercadorias, poderiam ser escoadas ou comercializadas, constituindo-se assim em centros de importantes vias de circulação.

Tais povoados possuíam cabanas ovais ou circulares (São Julião e Vila Verde), cuja origem é ainda pouco clara (provavelmente meridional), nos quais se desenvolveriam actividades muito diversas, com destaque para a metalurgia; as datações existentes para alguns deles, com dispositivos de defesa já envolvendo muralhas de alvenaria (Coto da Pena, Caminha) ou fossos e taludes (São Julião, Vila Verde) indicam os finais do II milénio AC/inícios do milénio seguinte, sendo, deste modo, contemporâneos do povoado aberto da Bouça do Frade (Baião).

Ainda no Minho, ao longo do vale do Cávado, A. Bettencourt identificou, no Bronze Final, a coexistência de três tipos de implantação humana: em sítios de portela, dominando a comunicação com os vales, sediavam-se os povoados mais importantes, de carácter permanente; foram tais locais, frequentemente com manifestações de arte rupestre do «tipo galaico-portuguesa», que, nalguns casos, se afirmaram no decurso da Idade do Ferro. Trata-se, pois, de sítios que revelam a consolidação do processo de sedentarização das populações, em consequência directa de uma prática agro-pastoril cada vez mais complexa e intensiva. Um segundo e terceiro tipos de implantação dizem respeito a povoados de menor duração, sem continuidade pela Idade do Ferro, em zonas mais baixas, mais directamente relacionadas com os terrenos aluvionares dos fundos dos vales, de alta aptidão agrícola. Esta situação revela a existência, já nos finais da Idade do Bronze, de uma hierarquização do povoamento. Assim, os povoados de altura, deteriam um importante papel como pólos estruturantes da ocupação humana, tanto do ponto de vista económico e social, como ainda simbólico do poder neles sediado, ali se efectuando cerimónias religiosas, que hoje totalmente nos escapam, como parecem sugerir as manifestações de arte rupestre neles existentes: é o caso dos povoados de Falperra (Braga), Roriz (Barcelos), São Lourenço (Esposende) e São Julião (Vila Verde), entre outros. Era ali que se sediavam as elites, talvez já estruturadas em linhagens hereditárias. Ao mesmo tempo, nos povoados de implantação mais baixa, praticar-se-ia uma agricultura intensiva, conforme é comprovado pela existência de numerosas fossas abertas no saibro (Bouça do Frade, Baião), utilizadas como silos, o que denuncia, outrossim, assinalável tendência para a sedentarização, mesmo nestes povoados secundários.

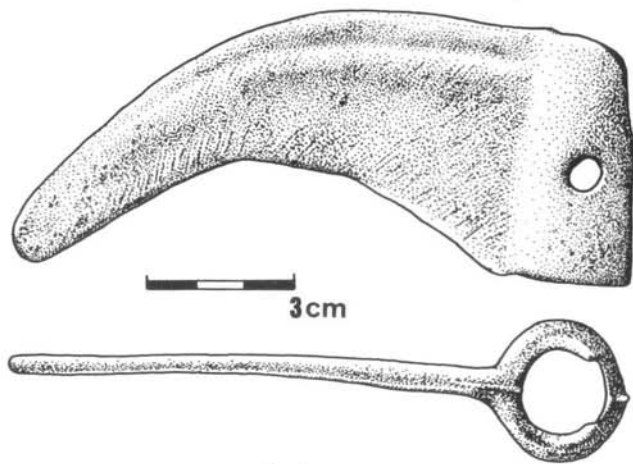


A existência de sítios altos e defensáveis, tem equivalente noutras áreas do interior, como é o caso dos povoados da Beira Baixa, estudados por R. Vilaça: povoados de Castelejo (Sabugal); Monte do Frade (Penamacor); Alegrios e Moreirinha (Idanha-a-Nova), globalmente situados, com base nos resultados das datações de radiocarbono efectuadas, entre os séculos XII/XI e IX a. C. No povoado do Monte do Frade, objecto de uma sua ulterior reinterpretação, a área construída na parte superior do monte ter-se-ia limitado a uma cabana, cercada de penedos, alguns deles com «fossettes» insculturadas. Muito embora estes motivos rupestres possuam longa cronologia, desde pelo menos o Neolítico Final, a sua presença foi relacionada no Bronze Final com o grupo humano que ocupou o local, talvez uma única família, dada a pequenez da área construída, que não ultrapassava os 126 m<sup>2</sup>, a qual deteria ascendência sobre o todo social, ocupando o sopé do monte; a ser assim, as referidas manifestações artísticas seriam expressão de práticas religiosas, cujo exercício seria reservado a uns poucos à semelhança do verificado no Bronze Pleno; é nítida a semelhança com a situação descrita por A. Bettencourt para os povoados de altura do vale do Cávado, também do Bronze Final.

Ainda que seja aliciante e, mesmo, lógica a possibilidade de a Cultura Castreja remontar ao Bronze Final, é, para S. Oliveira Jorge discutível que, de facto, o povoamento de altura que se vislumbra no Bronze Final esteja na origem da Cultura Castreja do Noroeste peninsular, a qual foi objecto de notável estudo de caracterização por

276 Vista parcial do povoado do Bronze Final de Moreirinha, Idanha-a-Nova, em curso de escavação (foto de R. Vilaça).

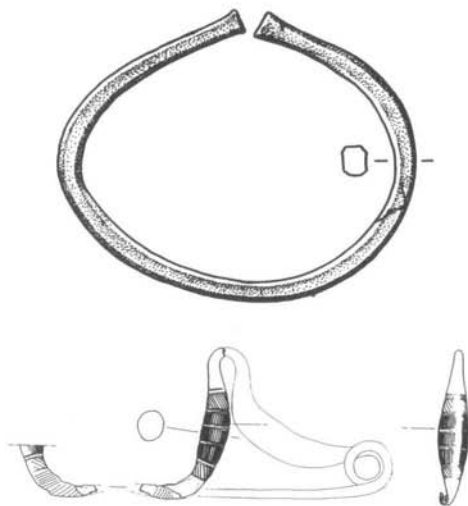
276



277 Conjunto metálico do povoado de Monte Catvo, Penedono. Este conjunto é expressivo da importância económica atingida pelas comunidades que ocuparam, no Bronze Final, o interior centro e norte do actual território português. Para além de uma pulseira inacabada, de ouro, as duas peças de bronze revelam bem a natureza dos contactos comerciais então vigentes: a foice de alvado é de filiação atlântica (Bretanha, Ilhas Britânicas), enquanto a fíbula de cotovelo tem origem ou, pelo menos, copiou, modelo siciliano (desenhos de H. Figueiredo, inéditos, cedidos por J. R. Carreira).

Museu Nacional de Arqueologia.

Airoso



Armando Coelho. Segundo a autora supracitada, não só tal estratégia se encontra documentada, especialmente no final do Bronze Final (Bronze Final II) em outras regiões, como a Estremadura e o Alentejo, como, na própria área geográfica correspondente, nem sempre os sítios continuaram ocupados na Idade do Ferro, ou foram-no noutros sectores dos correspondentes aos assentamentos do Bronze Final, como é o caso dos povoados de São Julião e de Barbudo. Outros sítios que aparentemente continuaram a ser habitados em continuidade (Coto da Pena, Caminha) podem ter sofrido transformações habitacionais, no decurso dos séculos VII/VI a. C., ainda difíceis de avaliar, dada a ausência de monografias detalhadas ao nível de cada povoado.

Deste modo, a ocupação de sítios altos, no final da Idade do Bronze, por todo o Norte e Centro Interior de Portugal, sugere a existência de elites com prestígio acumulado – bem expressas pelos achados do

H Airoso

povoado de Monte Calve (Penedono) – elites a quem competia o exercício de funções temporais e religiosas, e a manutenção da coesão e estabilidade sociais de cada uma destas comunidades, individualizadas entre si não só territorialmente mas também do ponto de vista cognitivo. Às elites referidas estaria reservada a posse e controlo da terra e das respectivas produções agro-pastoris, bem como das zonas de exploração mineira e das vias de circulação que permitiam a comercialização de tais matérias-primas, o que requeria, naturalmente, a existência de uma elite capaz de representar e fazer valer os direitos da comunidade, se necessário fosse, de forma violenta. Parece, no entanto, que o nível de conflitualidade era contido, como sugere a quase ausência de muralhas e de armas entre os espólios dos povoados; a baixa densidade de ocupação, deixando livres vastas áreas para a agricultura e pastoreio, repartidas pelos diversos núcleos, todos de pequenas dimensões, obviaram a situações de conflito efectivas.

277

No Monte do Frade, a possibilidade de ter sido apenas uma pequena elite familiar a ocupar o seu topo, é ainda sugerida pela ocorrência de uma faca de ferro, anterior à generalização do uso deste metal no Ocidente peninsular. À época, o ferro constituía certamente uma matéria de elevado custo, conferindo prestígio e estatuto aos seus possuidores. Facas curvas de ferro foram recolhidas no povoado da Moreirinha, também datado entre os séculos XII/XI e IX a.C., correspondendo, igualmente, a introduções exógenas e, repita-se, mais

278

278 Vista de estrutura de combustão (Lareira 2) posta a descoberto no povoado do Bronze Final do Monte do Frade, Penamacor (foto de R. Vilaça).



279 Olaria de sítios de habitat do Bronze Final da Beira Alta (tipo «Baiões/Santa Luzia»); 1 e 2: taças de carena média e fundo em *omphalus* do Cabeço da Sra. da Guia; 3: taça de carena média e fundo em *omphalus* com decoração incisa pós-cozedura do Cabeço do Crasto de São Romão; 4: panela com duas asas do Buraco da Moura de São Romão; 5: jarro de colo troncocónico e decoração incisa pós-cozedura do Buraco da Moura de São Romão; 6: púcaro do Cabeço do Crasto de São Romão; 7: jarro do Buraco da Moura de São Romão; 8: uma de ombro com decoração incisa pós-cozedura do Cabeço do Crasto de São Romão. Seg. J. C. Senna-Martinez.

a itens sócio-simbólicos do que a peças funcionais. Ao contrário das peças aludidas, nada há, no restante espólio que não indique produções locais, incluindo de peças de bronze, o que não significa ausência de trocas comerciais transregionais: a presença de cerâmicas de ornatos brunidos do tipo «Lapa do Fumo/Alpiarça», desde a região de Sabugal aos estuários do Tejo e do Sado, revela justamente o contrário, expressando as rotas de escoamento do estanho, aproveitando o vale do Tejo. Por outro lado, existem cerâmicas do tipo «Carambolo» nos povoados da Moreirinha e da Cachouça, as quais, embora excepcionais, revelam influências andaluzas, mas pela via continental, enquanto as cerâmicas, igualmente muito raras, do «tipo Baiões», presentes nos povoados de Alegrios e de Cachouça, indicam conotações com o mundo do Bronze Final da Beira Alta. Enfim, tal como o observado no Minho, também na Beira Baixa se encontraram cerâmicas do «tipo Cogotas», em Moreirinha e Monte do Frade, o que mostra a existência de relações com a região espanhola da Meseta, estendidas a toda a parte norte e centro do território português, no decurso do Bronze Final.

Na Beira Alta, caracterizou-se arqueologicamente um grupo com expressão cultural própria, sendo dele particular um determinado conjunto de formas e decorações cerâmicas.

279

Trata-se das cerâmicas ditas do «tipo Baiões/Santa Luzia», designação que integra um determinado conjunto de formas mais ou menos padronizadas de bom acabamento, com superfícies brunidas, lisas ou, mais raramente, decoradas. Admitiu-se que o sistema de povoamento respectivo se baseava em sítios de altura, a partir dos quais se administravam territórios com delimitações precisas. Estes eram atravessados por «corredores» de circulação transregional cuja importância foi salientada por J. C. de Senna-Martinez, por onde eram comerciados objectos de bronze, entre os quais adornos, destinados às elites locais, que cedo teriam estabelecido alianças políticas entre si (talvez fortalecidas por laços matrimoniais). Assim se terá viabilizado não só aquele comércio – com a obtenção das consequentes mais-valias – mas também favorecido a rápida adopção de novas tecnologias metalúrgicas, expressas na reprodução local de modelos metálicos exógenos. Tratava-se, pois, de um equilíbrio que a todos interessava, alicerçado em pactos de boa vizinhança e de solidariedades económicas, sem embargo da existência de um clima de competitividade, corporizado pelas elites, a que correspondia a necessidade do estabelecimento e manutenção dos aludidos pactos. O início do povoamento de altura pode, também aqui, situar-se ainda nos finais do II milénio a. C.: é o que indicam as datações absolutas disponíveis para os Castros de São Romão (Seia), Santa Luzia (Viseu) e Nossa



1



4



3



2



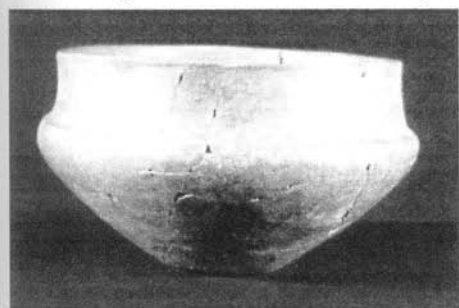
7



6



5



8

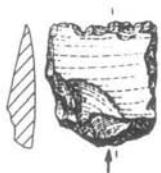
Senhora da Guia (Baiões, São Pedro do Sul), todos eles ainda provavelmente ocupados no decurso do século VIII a. C. Ter-se-ia verificado, nesta 2.<sup>a</sup> fase do Bronze Final, abarcando na região os séculos X a VIII a. C., intensificação do comércio transregional, sobretudo do estanho, para o Sul, o que terá conduzido à emergência de locais como os referidos, onde se coordenaria aquela actividade, de que o último dos castros referidos é expressivo exemplo.

Na Estremadura, desprovida de estanho e sendo o cobre muito escasso, quase inexistente, desenvolveu-se uma intensa especialização agro-pecuária, aliás comum às restantes áreas geográficas mencionadas, a qual não dispensou a continuidade das práticas de recolção, tanto de produtos florestais (glandes de *Quercus* sp.) como litorais, para além da caça e da pesca, cujos testemunhos são frequentes. É neste contexto

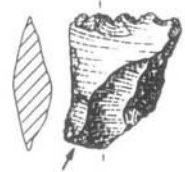
280 Vista parcial do embasamento de grande cabana de planta elipsoidal, constituído por blocos basálticos, exumada no povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (foto de J. L. Cardoso).



281 Elementos de foice de sílex, do povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças, Oeiras, seg. J. L. Cardoso e G. Cardoso, em baixo, e respectiva reconstituição, na página seguinte, com base em elementos homólogos recolhidos no povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda.



280



281



que se explica a presença de numerosos casais agrícolas ou de pequenos povoados dispersos na região em torno de Lisboa, ocupada por solos de alta aptidão cerealífera, intensamente praticada. Tal como no Norte, é possível que a génese destes povoados abertos seja anterior ou tenha acompanhado a emergência de sítios de altura: é o que sugere o resultado das cinco datações pelo radiocarbono do povoado aberto, implantado em encosta suave e adjacente ao estuário do Tejo, da Tapada da Ajuda, correspondentes ao início do Bronze Final, cerca de meados do século XIII a. C. A comunidade pacífica ali instalada, habitando casas de planta elipsoidal de alvenaria de blocos basálticos – com antecedentes locais, como se conclui pelas cabanas campaniformes de Leceia – dedicava-se à criação de animais domésticos (ovinos, bovinos e suínos), à intensa recolção e à pesca, no estuário do Tejo – como as suas antecessoras calcólicas – e, em menor escala, à caça do veado. Porém, a actividade principal era a produção intensiva e extensiva de cereais (por certo do trigo), expressivamente documentada pelas centenas de elementos de foices denticulados sobre lascas de sílex originalmente montados em cabos de madeira, igualmente abundantes noutros povoados do mesmo tipo da região, como o do Alto das Cabeças, em terrenos actualmente ocupados pelo Taguspark (Oeiras). O volume potencial de tais produções ultrapassaria em muito as necessidades domésticas da comunidade que ali vivia. Deste modo, a laboriosa actividade sedentária e pacífica desenvolvida na Tapada da Ajuda, paradigma dos numerosos locais situados nos arredores de Lisboa, em boa parte inventariados por G. Marques, só poderá ser devidamente compreendida se integrada numa estrutura socioeconómica organizada

à escala regional, ancorada em núcleos demográficos mais importantes, a partir dos quais se administrariam territórios bem delimitados: em um destes casos se integraria a Tapada da Ajuda, talvez no aro do importante povoado de altura do Bronze Final situado na colina do Castelo de S. Jorge, do qual ainda muito pouco se sabe.

Que este modelo de exploração intensiva da terra se prolongou, na região, até fase tardia do Bronze Final, é-nos indicado pelas datas de radiocarbono obtidas por L. Barros no casal agrícola da Quinta do Percevejo (Almada) indicando ocupação dos séculos XI/X a. C. Haveria, deste modo, uma estrutura de poder político emergente, no seio de cada conjunto de casais agrícolas ou de pequenos povoados abertos, unidos certamente por laços de parentesco. Assim sendo, a emergência de povoados de altura na região – fenómeno também observado nas restantes áreas culturais do País, marcando visualmente a paisagem – é indissociável da afirmação de centros de poder administrativo (que eram também de carácter económico) e da correspondente compartimentação do espaço geográfico em territórios devidamente delimitados. A correspondência de cada comunidade a um determinado território, cuja «cabeça» seria corporizada por um povoado de altura, fortificado ou não, servindo de referência visual e simbólica a toda a comunidade, poderá estar na origem de uma estrutura social que perdurou até à Romanização, sobretudo no Norte, com a sequente afirmação da Cultura Castreja. Com efeito, os aludidos territórios funcionavam não só como áreas de produção primárias, tanto de bens alimentares, como de manufactura e transformação de matérias-primas, mas ainda como espaços por onde circulavam os produtos comerciados, ao longo dos caminhos que os percorriam, alguns de origem seguramente muito antiga, calcolítica ou mesmo neolítica, mas que seriam doravante apropriados pelas comunidades sediadas nos referidos povoados de altura, ou das elites que as representavam; a emergência de elites, parece ser, efectivamente, uma realidade nova e incontornável do Bronze Final, sendo indispensável, como bem sublinhou J. de Alarcão, à gestão não só dos territórios, mas também dos centros demográficos de maiores dimensões, como alguns dos já então existentes tanto no Alto como no Baixo Alentejo (como o povoado de altura da Coroa do Frade, Évora, do qual, porém, muito pouco ainda se sabe). Na Estremadura, conquanto ainda não se tenha escavado nenhum grande povoado de altura do Bronze Final, a sua existência mantém-se em aberto (caso do Castelo da Amoreira, situado na região de Loures), para além de numerosos sítios de altura, com excelente visibilidade,

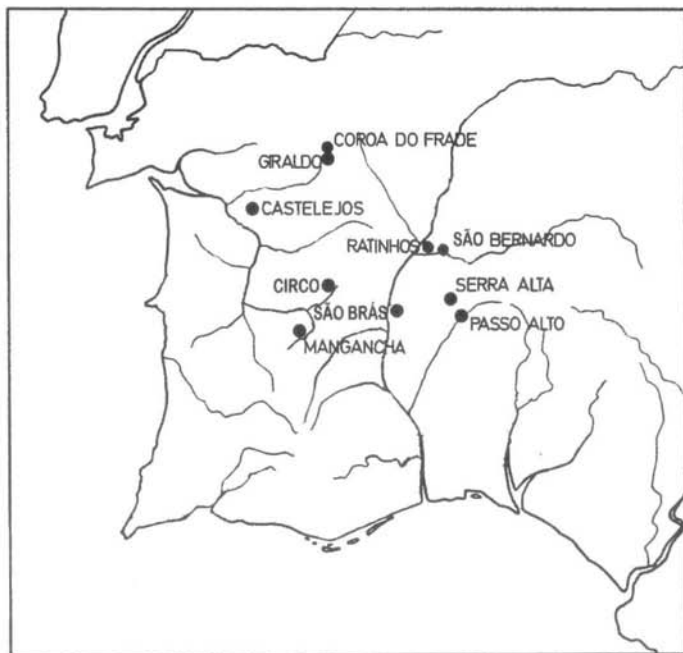
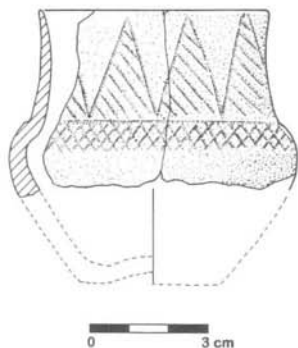


282

283/284

285/286

282 Povoados da altura do Bronze Final, do Sul de Portugal. Seg. H. Schubart, modificado.



283 Vaso com decoração de ornatos brunidos do Bronze Final do povoado de altura do Penedo do Lexim (Mafra). Seg. J. R. Carreira.

284 Vista do morro basáltico do Penedo do Lexim (Mafra) com ocupação do Calcolítico e do Bronze Final. Foto de J. L. Cardoso.

Monte da Pena (Torres Vedras). Pelo menos em cinco deles foram recolhidos fragmentos de cerâmicas finas, com ornatos brunidos, os quais, para além de se poderem associar ao quotidiano das elites, configuram uma etapa tardia do Bronze Final, situável entre os séculos XII/XI e IX a. C. (Bronze Final II), compatível com a cronologia dos povoados homólogos do Sul da Beira Interior, onde se recolheram, como atrás se disse, fragmentos destas cerâmicas. Com efeito, na



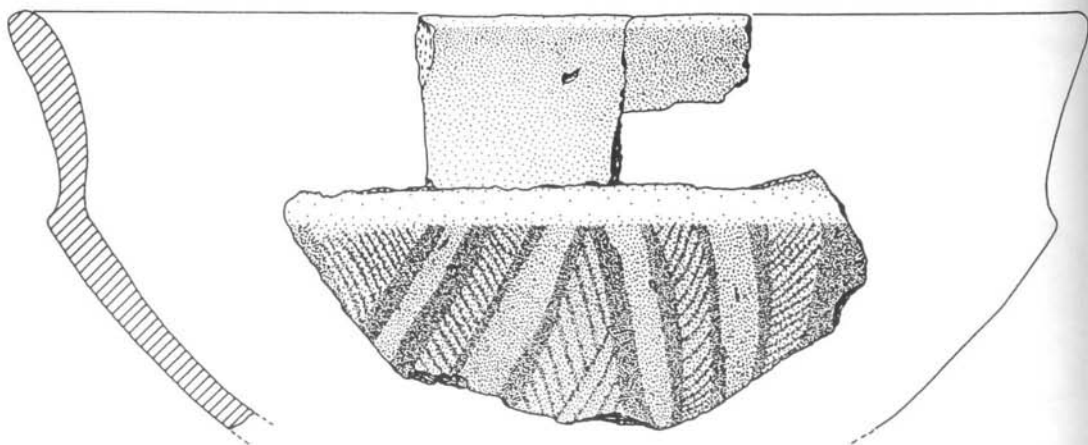


Tapada da Ajuda, o único povoado estremenho datado do início do Bronze Final (Bronze Final I), não se recolheu um único fragmento destas cerâmicas, apesar dos milhares de elementos compulsados.

A ausência de estanho e de cobre (ao menos em quantidades mínimas para ter algum interesse comercial), não impediu a Estremadura de os obter, por trocas comerciais, com o Norte e Centro, através do vale do Tejo, ou da navegação litoral e fluvial com o Alentejo, usando a via natural de circulação que é o Sado; da primeira provinha o estanho, enquanto a segunda fornecia o cobre, ambos provavelmente já reduzidos a lingotes. Com efeito, a prática de metalurgia nesta região encontra-se exemplarmente documentada pelo molde de foices de talão achado em Casal Rocanes, Cacém (Sintra); tais foices, designadas por foices de «tipo Rocanes», substituíram em fase tardia do Bronze Final (ao longo do século IX a. C.) as suas antecessoras de madeira e sílex, denunciando as melhorias introduzidas ao nível do sistema produtivo, cujos benefícios justificaram, por outro lado, os investimentos em tais equipamentos, de produção dispendiosa. No território português, foram até ao presente publicados 25 exemplares deste modelo, distribuídos pelo centro e sul do País, com apenas duas excepções, a norte do Douro, onde tal modelo era também fabricado, como se conclui pelo molde escavado em rocha granítica do castro de Álvora; deste modo, no território estremenho é fácil

285 Vista do Castelo dos Mouros, Sintra, onde se implantou um povoado, no Bronze Final. Foto tirada em 1976, da gare da estação da CP de Sintra, aquando da realização de sondagens naquela estação arqueológica. Seg. J. L. Cardoso.

287



286 Taça carenada com  
decoração de ornatos  
brunidos do povoado do  
Bronze Final do Castelo  
dos Mouros, Sintra.

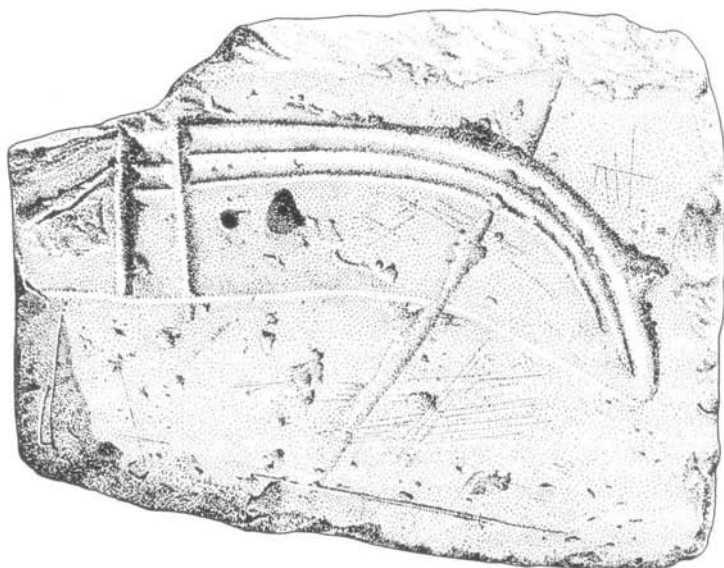
Seg. J. L. Cardoso. *Centro  
Cultural Rogor Gamero  
(Amadora).* 288

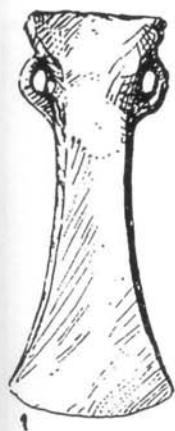
antever, nos excedentes de produção cerealífera e nas mais-valias decorrentes de posição estratégica desta região face ao comércio transregional do cobre e do estanho, as bases económicas suficientes para assegurar o abastecimento das populações residentes em cobre e em estanho, sob a forma de lingotes, ou dos próprios objectos manufacturados. Como exemplo, também da fase tardia do Bronze Final (II), é de referir a abundância de machados de bronze de alvado, cuja maior concentração se observa precisamente na área estremenha, tal como a dos machados unifaces de talão, segundo a distribuição apresentada tanto por L. Monteagudo, em 1977, como por A. Coffyn, em 1985.

289

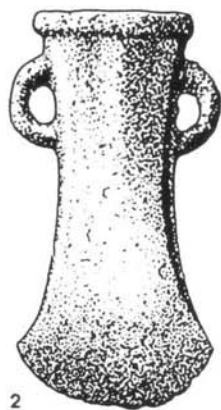
287 Molde uniface para a  
reprodução de foices de talão,  
do «tipo Rocanes», recolhido  
no local epónimo, Casal de  
Rocanes, Sintra (desenho  
inédito de H. Figueiredo,  
cedido por J. R. Carreira).

Comprimento máximo:  
21,2 cm. *Museu Nacional  
de Arqueologia.*

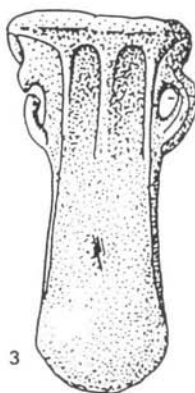




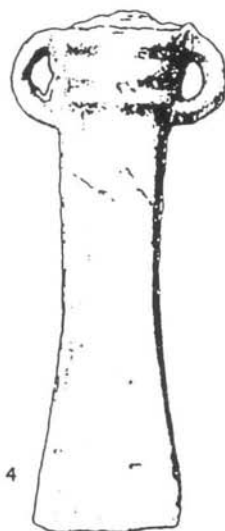
1



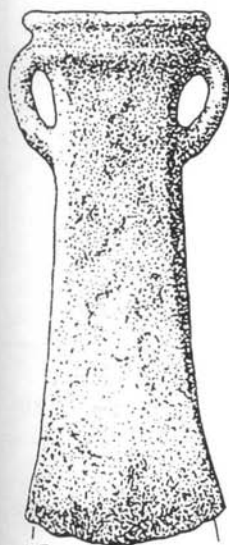
2



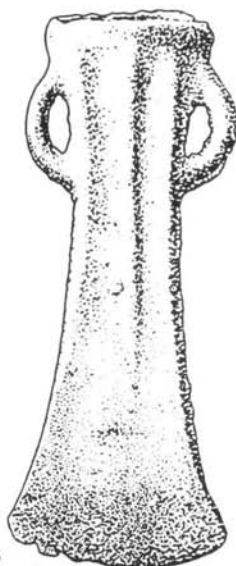
3



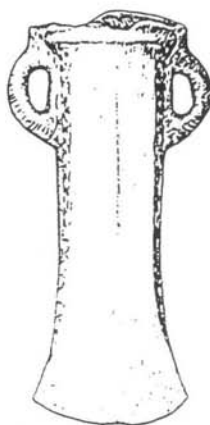
4



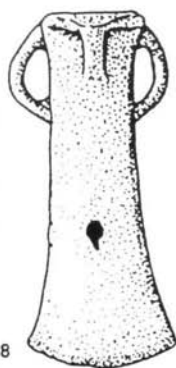
5



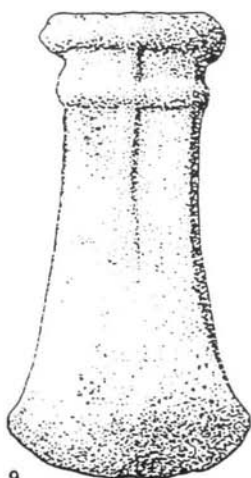
6



7



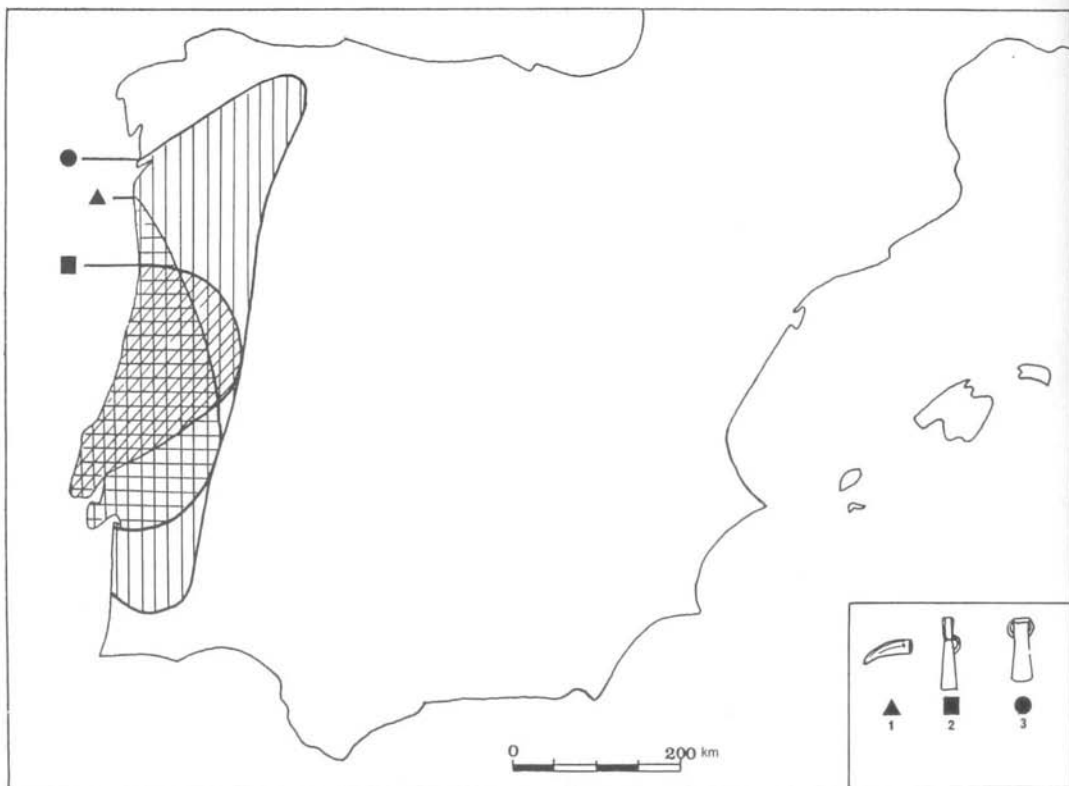
8



9

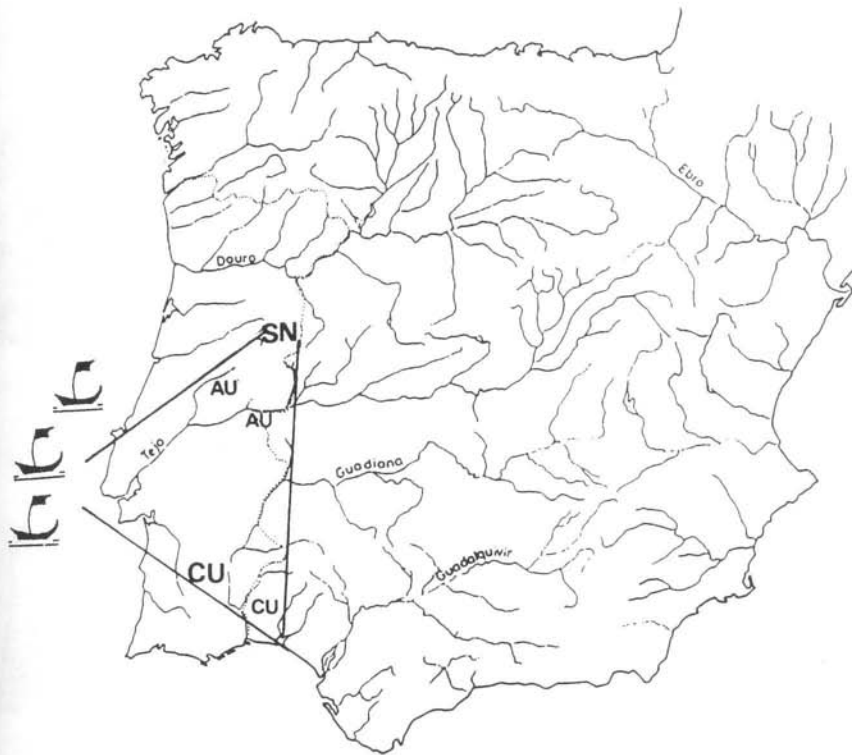
288 Machados de alvado da  
Baixa Estremadura do Bronze  
Final:

- 1: Pedreiras (Sesimbra);
  - 2: Arruda dos Vinhos;
  - 3: Castro da Ota (Alenquer);
  - 4: Penedo de Lexim (Mafra);
  - 5: Abrigada (Alenquer);
  - 6: Alfarim (Sesimbra);
  - 7: Cova da Moura (Torres  
Vedras);
  - 8: Cabeço de Moinhos  
(Mafra);
  - 9: Alfarim (Sesimbra).
- Seg. J. L. Cardoso,  
reproduzindo figuras de E. C.  
Serrão, L. Monteagudo  
e P. Kalb.



289 Distribuição geográfica dos artefactos característicos do Bronze Final atlântico da fachada ocidental peninsular. 1: foices de talão do tipo Rocanes; 2: machados de talão unifaces com um anel; 3: machados de alvado com dois anéis. Note-se que a única área onde coexistem simultaneamente os três tipos corresponde à actual Estremadura. Seg. A. Coffyn.

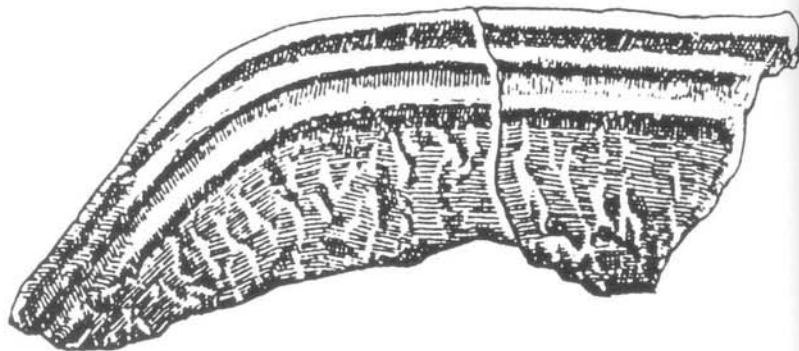
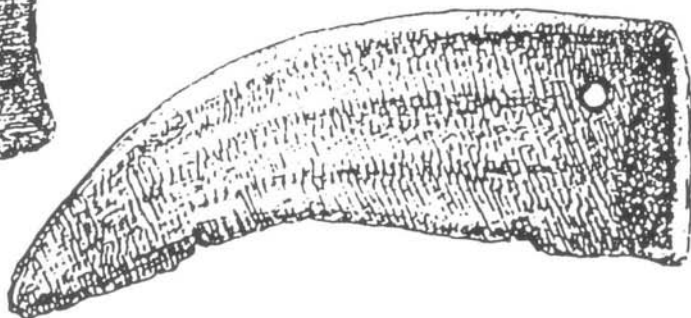
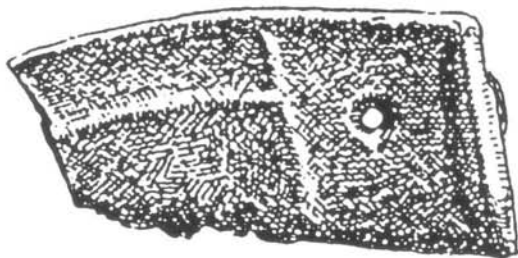
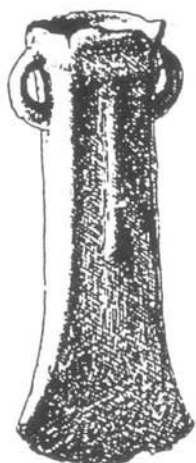
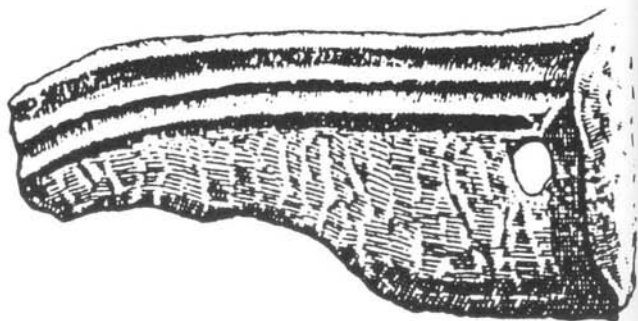
O mapa de distribuição apresentado por este último autor para os três tipos artefactuais referidos – foices do tipo Rocanes, machados de alvado de duas argolas e machados planos de talão com uma argola lateral – mostra que a única área em que coexistem, no Ocidente peninsular, é a Estremadura. Sejam ou não de fabrico local (apenas provado para as foices), a presença destes materiais, de produção dispendiosa, revela a capacidade económica atingida no Bronze Final II pelas populações residentes na Estremadura. Sem recursos naturais que justificassem a emergência de elites por simples processo de acumulação da riqueza, visto não se crer que os recursos potenciais de tipo agrícola tenham sido suficientes para tal, a génese e florescimento das elites estremenas do Bronze Final II só poderá ser eficazmente compreendida pela própria metalurgia do bronze e conseqüente comercialização dos produtos manufacturados: os detentores do poder actuariam como intermediários na circulação de tais bens – onde também se poderiam incluir os minérios de cobre e de estanho sob a forma de lingotes – arrecadando as mais-valias correspondentes da sua conseqüente comercialização, tanto a nível local como sobretudo no âmbito transregional e, até, extrapeninsular.



De facto, no quadro das solidariedades comerciais atlântico-mediterrâneas então estabelecidas, a importância da Estremadura decorre imediatamente da sua excepcional posição geográfica, servida por excelentes ancoradouros, a começar pelos existentes nas zonas vestibulares do Mondego, do Tejo e do Sado. Assim se explicam as numerosas peças encontradas em sítios do Mediterrâneo Central (Itália, Sardenha e Sicília), inventariadas por Lo Schiavo, de onde se destaca o célebre depósito do Monte Sa Idda (Sardenha), atribuível aos séculos X ou IX a. C., o qual incluía abundantes peças de modelo peninsular, muito provavelmente oriundas da Estremadura portuguesa. Aos argumentos aduzidos a favor do sucesso económico das populações estremenhas do final do Bronze Final, podem juntar-se os decorrentes da exploração de produtos de alta valia, disponíveis nos estuários do Tejo e do Sado e na zona oceânica a eles adjacente. Trata-se do sal, cuja exploração no Bronze Final, embora não se encontre demonstrada, seria provável, à semelhança do verificado no Sudeste peninsular e ainda do ouro aluvial, tanto nas praias modernas como nos depósitos sedimentares pliocénicos existentes de ambos os lados do estuário (em Oeiras, Almada e na Adiça), provavelmente explorado já no

290 Explicação, segundo o modelo locativo de Weber, do afluxo simultâneo do estanho e do cobre à Estremadura portuguesa, seguido da conseqüente metalurgia e ulterior exportação dos produtos manufacturados. Seg. R. Vilaça.

291



Calcolítico (caso do sítio campaniforme do Miradouro dos Capuchos, Almada). Aliás, nos referidos locais a exploração do ouro foi uma realidade (*al-madan* = a mina, em árabe), tanto na época medieval, como nos tempos modernos, conhecendo-se mesmo os quantitativos extraídos no decurso do primeiro quartel do século XIX, indicados pelo barão de Eschwege (1830). Com efeito, o sítio do Marcelo (Almada), situado perto da orla costeira, datado pelo radiocarbono nos séculos XI/X a.C. e IX a.C., foi atribuído por L. Barros a acampamento sazonal especializado no garimpo das areias auríferas. Ali se recolheu o que poderá ser uma copela e pilões de pedra, para o esmagamento do minério; também em abono desta actividade no local, a análise química revelou resíduos de ouro e de mercúrio no fundo de uma taça.

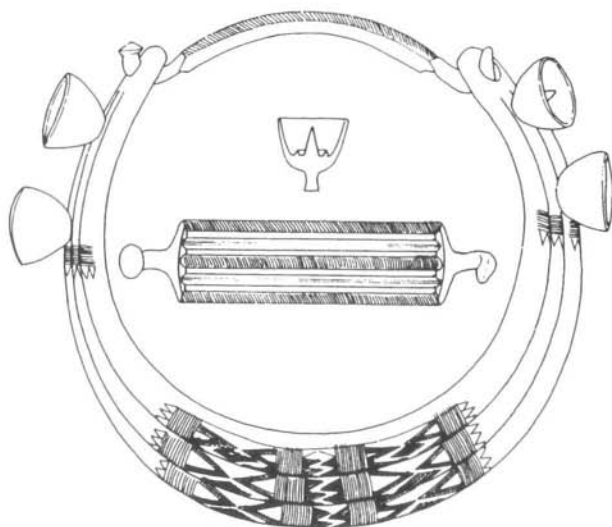
Com aquele ou outro ouro se fizeram jóias auríferas, outro indicador da existência de elites no Bronze Final II. O exemplo mais notável do território português é o colar do Casal de Santo Amaro, encontrado cerca de 2 km a Norte de Sintra, aparentemente numa sepultura de inumação, aproveitando o espaço formado por duas bancadas de calcário e coberta por lajes irregulares. A tipologia desta jóia, sem dúvida a mais notável peça de ourivesaria encontrada em território português – hoje no Museu Britânico – é única, agregando três elementos que, vistos isoladamente, poderão assimilar-se a colares simples maciços de ouro fundido, de secção circular, decorados por motivos geométricos incisos. Neste particular, possui paralelo evidente nos colares de Baiões (São Pedro do Sul) e em vários achados da Estremadura espanhola (colares do «tipo Baiões» ou «Sagrajas/Berzocana»). As extremidades dos três elementos referidos foram soldadas por fusão adicional, enquanto o respectivo fecho foi considerado como resultante de um reaproveitamento de bracelete do tipo «Villena/Estremoz» por B. Armbruster. Ambos os tipos de jóias são considerados de filiação atlântica, mais acentuada no caso dos colares, enquanto as quatro campânulas fixadas por rebitagem, a ambas as extremidades do aro central, são comparáveis aos terminais dos braceletes de Torre Vã (Ourique), cuja filiação mediterrânea é evidente. Assim sendo, o colar de Sintra afigura-se como a síntese de elementos de tecnologia e de tipologia muito diferentes, exprimindo exemplarmente a reunião de culturas de que a Estremadura foi palco, nos derradeiros momentos da Idade do Bronze. Está-se, por conseguinte, perante um processo em que tradições culturais diversas foram incorporadas de forma mais ou menos harmoniosa, dando lugar a uma realidade material nova. Assim sendo, esta como outras peças auríferas, como o bracelete de Cantonha (Guimarães), reflectem, em si mesmas, a originalidade

291 Bronzes do depósito do Bronze Final do Monte Sa Idda, Sardenha, de produção peninsular, provavelmente estremenha, ou de imitação local. Escalas diferentes. Seg. A. Taramelli.

292

293

367



292 Colar de ouro do Casal de Santo Amaro, Sintra, seg. P. Kalb. Trata-se da mais notável peça aurífera do Bronze Final encontrada em Portugal, constituída por três aros de ouro maciços, com decoração geométrica aberta a buril e um fecho amovível, feito talvez a partir de uma porção de bracelete do tipo «Villena/Estremoz». Museu

Britânico.

cultural e a pujança criativa das comunidades do Bronze Final do Ocidente peninsular, neste caso corporizadas por elementos reservados ao uso das respectivas elites.

A quantidade de ouro disponível e em circulação nesta época é expressivamente salientada pelo peso de 1264 g do colar de Sintra. O ouro abundava na Irlanda e também nas Astúrias, aqui sob a forma aluvial. Com efeito, A. Mederos Martín valorizou esta última região como fonte provável do tesouro de Villena (Alicante), que corresponde ao conjunto aurífero pré-histórico europeu mais importante de recipientes, tanto em número de peças, como em peso absoluto, logo a seguir ao recolhido em Micenas. Porém, a ausência de análises químicas sistemáticas dificulta a discussão desta questão, aumentada pela possibilidade de refusão de peças mais antigas, como bem assinalou A. Perea.

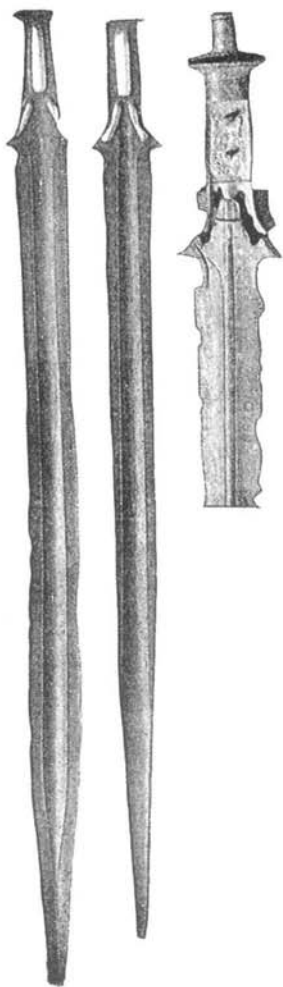
Apesar das reservas apontadas, os resultados das análises feitas a elevado número de jóias da Europa Atlântica, por Hartmann e Sangmeister, poderão servir de base para reflexão: um dos grupos auríferos isolados (Grupo N) na fachada ocidental peninsular é extremamente abundante na Dinamarca e na Irlanda, de onde poderia ser, consequentemente, originário. O fluxo aurífero de Norte para Sul encontraria, ainda, nalgumas peças do quotidiano, como as foices de bronze de alvado – de que se conhecem diversos exemplares em Portugal, com destaque para o conjunto recolhido no castro de Senhora

da Guia (Baiões) –, elemento abonatório, para além de outras peças, mais raras, como os espetos articulados de bronze, de tipo atlântico, encontrados tanto na Estremadura, como na Beira Interior; seguindo caminho inverso, podem invocar-se fluxos de Sul para Norte, com base nos achados de machados de alvado, de talão unifaces e do tipo «Reguengo Grande» (da localidade epónima do actual concelho de Lourinhã) na Bretanha, Inglaterra, Irlanda e Escócia. Aliás, uma das provas mais sugestivas dos contactos então estabelecidos entre o mundo norte-atlântico e o Portugal central é representada pela ocorrência de contas de âmbar do Báltico. Uma destas raras peças, publicada por L. Barros, provém do já referido sítio almadense da Quinta do Marcelo, de contexto datado do século IX a. C., embora, na falta de análise química, não se possa afirmar seguramente tal origem, podendo provir, em alternativa, do Mediterrâneo Oriental. A sua tipologia difere, porém, dos exemplares recolhidos no povoado de Moreirinha (Idanha-a-Nova), cuja análise química confirmou origem báltica. As outras ocorrências correspondem também a contas e provêm, igualmente, de povoados; no castro da Senhora da Guia (Baiões, São Pedro do Sul) encontrou-se mesmo um bloco de âmbar, que sugere transformação em contas no local, mais ao gosto das respectivas populações, o que explicaria a heterogeneidade tipológica de tais peças. A este produto de luxo, poder-se-iam juntar as contas de colar de pasta vítrea,



293 Bracelete de ouro maciço de Cantonha (Guimarães) associando tecnologias e decorações de raízes culturais distintas. Bronze Final.

Seg. M. Heleno. *Museu Nacional de Arqueologia.*

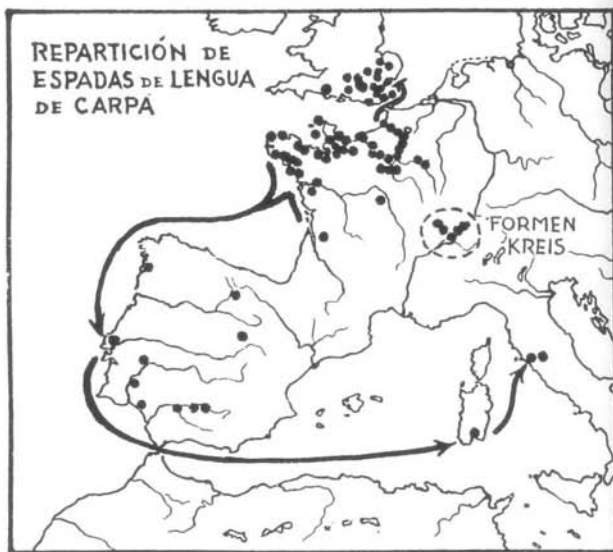


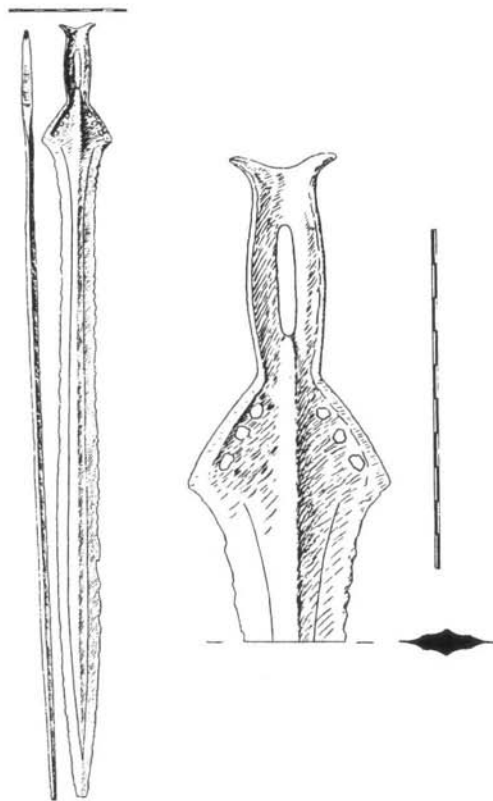
recolhidas no povoado da Cachouça (Idanha-a-Nova) anteriores à presença fenícia no litoral, dadas a conhecer também por R. Vilaça, que mostram a existência de outros produtos exógenos no Bronze Final, oriundos do Mediterrâneo, que acompanhariam as peças de ferro já referidas.

O sul configura estratégia de povoamento diferente à verificada no centro, no norte e na Estremadura; aqui, os povoados fortificados já identificados parecem relacionar-se, sobretudo, com a proximidade de importantes minas de cobre ou com a circulação, ao longo do Guadiana, do respectivo minério. Alguns dos povoados de altura alentejanos, vastos e com monumentais dispositivos defensivos da Idade do Ferro, configuram a presença de milhares de habitantes no fim do Bronze Final (é o caso de Coroa do Frade, Évora), tornando incontornável a existência de uma sociedade estratificada, na qual uma determinada elite detinha o poder, que só nesta fase avançada do Bronze Final plenamente se afirma, na sequência da longa evolução desde pelo menos o final do Calcolítico. No entanto, a recolocção litoral continuou a ser actividade importante, assumindo provavelmente um carácter mais vincadamente sazonal, documentada pelos sítios abertos de Cerradinha, junto à lagoa de Santo André (Santiago do Cacém) e de Pontes de Marchil, sobre a ria de Faro, entre outros. Verifica-se, pois, a existência de um polimorfismo no tocante às características dos sítios habitados, envolvendo povoados de diferentes dimensões e com distintas características de implantação geográfica, desde as praias litorais, passando por territórios abertos, a colinas e mesmo a elevações,

294 À esquerda: espadas em «língua de carpa», variante pistiliforme do Bronze Final de Safara (Moura). À direita: pormenor da empunhadura da espada «tipo Vénat» do depósito dos Fiéis de Deus (Bombarral). Seg. E. Mac White. Comp. da maior: 71 cm. *Museu Nacional de Arqueologia.*

295 Já em 1951 E. Mac White assinalava a existência de vastas trocas comerciais entre o norte atlântico e o sul mediterrânico, no caso ilustradas pela distribuição das espadas em «língua de carpa». Os achados foram, entretanto, aumentados, sem alterar, contudo, o quadro geral esboçado pelo autor.

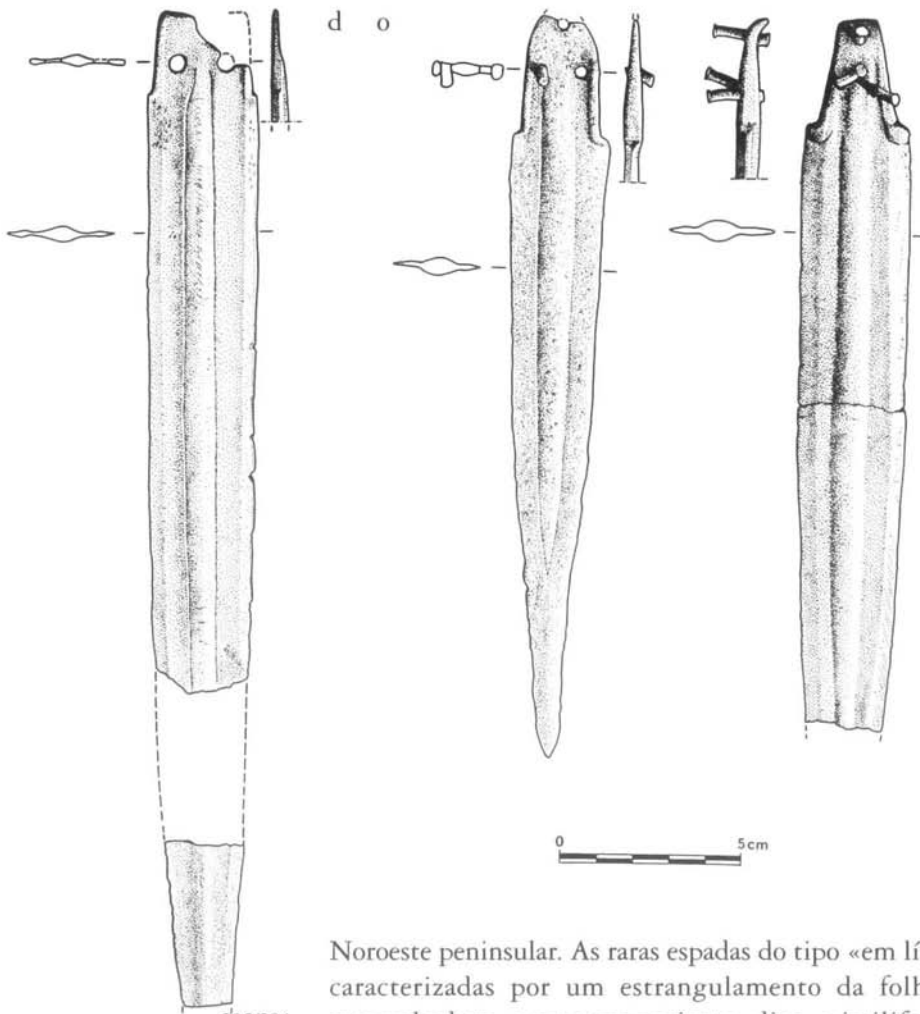




296 Espada em «língua de carpa» de Vilar Maior (Sabugal) e pormenor da empunhadura. Seg. J. de Castro Nunes. Escalas em cm.

defendidas naturalmente ou ainda com recurso a dispositivos construídos para o efeito, recorrendo a muralhas, aterros ou fossos, situação que, afinal, não difere substancialmente da identificada no centro e no norte.

Em conclusão do que se referiu, o Bronze Final é caracterizado pelo aumento notável do número e variedade tipológica das produções metalúrgicas, cuja tipologia fornece pistas não só para a reconstituição das origens das produções, mas também para o conhecimento das grandes vias de comércio transregional a elas associadas. É neste contexto que tem cabimento a expressão de «Bronze Atlântico», realidade de expressão cultural que não deve ser confundida com a expressão «Bronze Final», de natureza essencialmente cronológica. Porém a sobreposição dos dois conceitos é quase uma inevitabilidade, visto o primeiro se referir ao apogeu do comércio e circulação de objectos metálicos, o qual se verificou, precisamente, no Bronze Final. Deste modo, é usual admitir-se uma fase inicial, entre os séculos XIII e X a.C., no decurso da qual se afirmam as produções de carácter atlântico, mescladas com outras de índole marcadamente regional, como os machados de talão e duplo anel, característicos das regiões estaníferas



295/294

296

297

298

299

Noroeste peninsular. As raras espadas do tipo «em língua de carpa», caracterizadas por um estrangulamento da folha próximo da empunhadura, e uma sua variante, dita «pistiliforme», onde tal estrangulamento não existe, conhecidas em território português, documentam a integração do actual território português (afinal, uma estreita faixa entre o oceano e a vastidão do interior peninsular) numa complexa rede de intercâmbios entre elites, embora se conheçam armas de cunho mais regional, como os punhais de lingueta rebitada e nervurados do tipo «Porto de Mós», a somar aos artefactos do quotidiano já referidos.

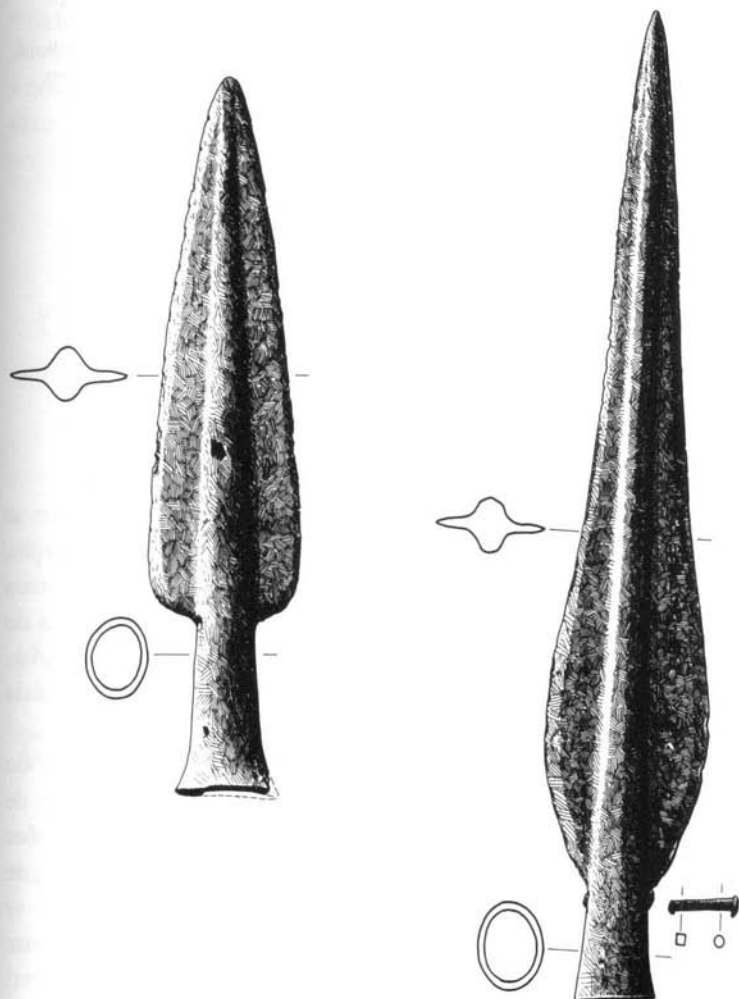
Ainda no domínio das armas, são de referir as pontas de lança, de alvado, as quais, conjuntamente com peças mais raras, como o capacete de crista pontiaguda proveniente do Castro de Avelãs (Bragança), os caldeirões de tipo irlandês de Caldelas (Amares), os espetos articulados como o recolhido no Monte da Costa Figueira (Paredes) ou, enfim, os ganchos para carne, com exemplares de Solveira (Montalegre) e do

Castro da Senhora da Guia (Baiões, São Pedro do Sul) são outras tantas peças que, sendo de clara filiação atlântica reforçam os laços identitários do Norte do território português com a Europa setentrional. Tratava-se de um processo de solidariedades fortemente interactivas, estabelecidas entre grupos autónomos, não ligados por quaisquer laços formais, a não ser aqueles que resultavam da partilha dos mesmos princípios no exercício do poder e dos objectos a ele associados: nesse sentido, será lícito admitir um fundo cultural comum, das Ilhas Britânicas ao Mediterrâneo, a que se pode aplicar a designação de «Bronze Final Atlântico», fazendo a síntese entre as duas realidades supra-referidas: a social e a material.

Este sistema de solidariedades foi justificado pelos interesses económicos, com mútuas vantagens para todos: a circulação de

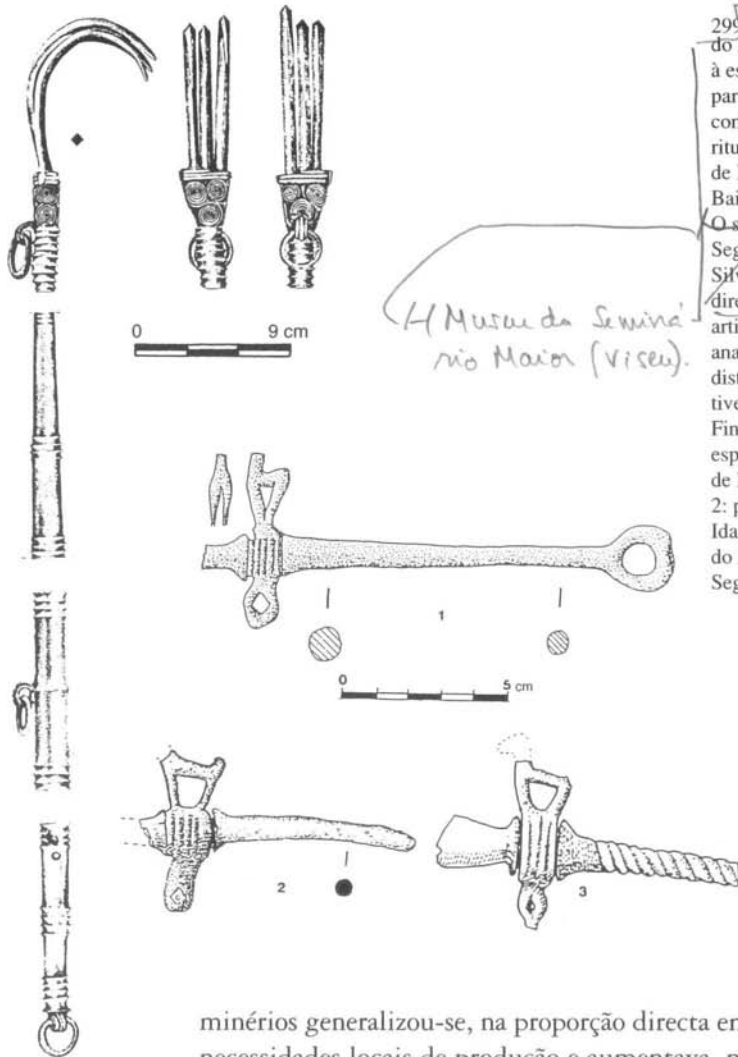
297 Punhais do tipo Porto de Mós, do Bronze Final, oriundos da região estremenha. À esquerda: da gruta das Lapas, Cadaval; ao centro: do Curral das Cabras, Columbeira, Bombarral; à direita: de Cesareda, Óbidos. Desenhos inéditos de Figueiredo, cedidos por J. R. Carreira.

Museu Nacional de Arqueologia.



298 Duas pontas de lança de bronze, de alvado, do Bronze Final. À esquerda, de Portimão; à direita, de Veiros (Estremoz). Desenhos inéditos de C. Lemos, cedidos por J. R. Carreira.

Comprimento da maior: 24,5 cm. Museu Nacional de Arqueologia.



299 Peças de origem atlântica do Bronze Final português: à esquerda: gancho de bronze para carne, utilizado na confecção de banquetes rituais, recolhido no castro de Nossa Senhora da Guia, Baiões, São Pedro do Sul. O segmento representa 9 cm. Seg. A. Coelho Ferreira da Silva e colaboradores; à direita: fragmentos de espetos articulados de bronze, cujas analogias evidenciam a larga distribuição geográfica que tiveram, no fim do Bronze Final, certas produções especializadas. 1: depósito de N. D. d'Or, Vienne; 2: povoado da Cachouça, Idanha-a-Nova; 3: depósito do Monte-Sa-Idda, Sardenha. Seg. A. Coffyn e H. Sion.

H Museu da Semina'rio Maior (Viseu).

minérios generalizou-se, na proporção directa em que se excediam as necessidades locais de produção e aumentava, na mesma proporção, a sua procura exógena. Esta situação, que caracterizou a fase mais recente do Bronze Final, explica o estabelecimento de permutas do estanho do Noroeste peninsular e da Cornualha, do cobre das Astúrias, do sul peninsular e da Irlanda, além do ouro, de obtenção mais disseminada.

No segundo momento do Bronze Final ou Bronze Final II, do século X até o século VIII a.C. (inclusive), sem abandono das redes de comércio anteriores, assistiu-se ao incremento das relações mediterrâneas acompanhada da explosiva produção metalúrgica, de uma grande diversidade (armas, utensílios, adornos). Relembre-se que estas eram conhecidas desde meados do II milénio a.C., no Bronze do Sudoeste onde algumas peças metálicas (punhais e espadas)

revelavam influências argárias. Não espanta, deste modo, que no território português se tenham generalizado, então, objectos de adorno destinados às elites, facilmente transportados, como as fíbulas de cotovelo, cuja origem cipriota é evidente, difundidas para Ocidente a partir das ilhas do Mediterrâneo central (Sicília, Sardenha) e rapidamente copiadas localmente: no território português, identificaram-se exemplares tanto no centro, como no sul de Portugal. Conhecem-se, também, alguns exemplares de fíbulas de cotovelo de modelo siciliano, provenientes do interior do território (Castelo de Arraiolos e Mondim da Beira).

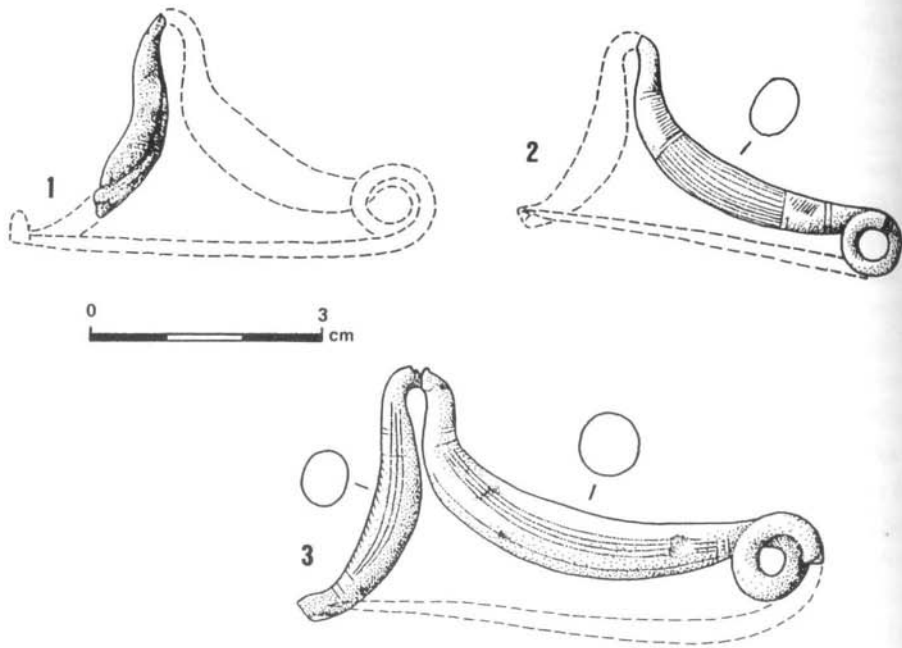
As fíbulas de cotovelo e as suas sucedâneas, de dupla mola, inscrevem-se efectivamente na indumentária das elites do Bronze Final II. O sítio da Quinta do Marcelo forneceu, em associação estratigráfica, um exemplar de cada tipo, segundo L. Barros. A fíbula de cotovelo ali encontrada corresponde ao modelo cipriota, possuindo, nos exemplares do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior) publicados por J. R. Carreira, e nos da ria de Huelva, os seus paralelos mais próximos. Tal como este último sítio, o da Quinta do Marcelo data do século IX a. C. Assim sendo, a fíbula de dupla mola dali oriunda afigura-se como um dos

300

301

300 Distribuição das fíbulas de cotovelo na Península Ibérica (estrelas negras - Tipo cipriota; estrelas brancas - Tipo siciliano): 1 - Ria de Huelva; 2 - El Coronil; 3 - Cerro de Los Infantes; 4 - Cerro de La Mora; 5 - Cerro de La encina; 7 - Peña Negra; 8 - Museu de Valência; 9 - Abrigo Grande das Bocas; 10 - El Berrueco; 11 - Mondim da Beira; 12 - San Román de La Hornija; 13 - Mansilla de Las Mulas; 14 - Alto de Yecla; 15 - Burgos; 16 - Arraiolos Seg. J. R. Carreira.





301 Fíbulas de cotovelo de tipo siciliano do território português: 1 - Castelo de Arraiolos; 2 e 3 - Mondim da Beira. Seg. J. R. Carreira.

Museu Nacional de Arqueologia.

exemplares peninsulares mais antigos; trata-se, com efeito, de modelo a que A. Coffyn atribuiu origem na zona mediterrânea da Península Ibérica, por evolução local das fíbulas de cotovelo.

O desenvolvimento dos povoados fortificados tanto no norte como no sul, no decurso do Bronze Final, acompanharia o movimento generalizado de reforço das elites, expresso pelas peças supra-referidas, entre outras, em torno da autoridade do chefe, de cariz guerreiro, mas também religioso.

Os objectos encontrados, tanto na Europa atlântica, como na bacia mediterrânea, demonstram que a circulação comercial se faria nos dois sentidos. Ao nível estritamente arqueológico, verifica-se, pelos exemplos referidos, que aos numerosos materiais de origem atlântica que têm sido encontrados no Mediterrâneo central, ou mesmo no Mediterrâneo oriental, como parece demonstrar o achado de espeto articulado em sepultura de Amathonte, Chipre, idêntico a exemplares portugueses, se contrapõe um testemunho incontornável da influência de sinal contrário, expressa por jóias como as supra-referidas ou artefactos de cariz simbólico ou religioso. É, ainda, o caso dos carros com rodas (de que se recolheram restos de vários exemplares) do Castro da Senhora da Guia, Baiões (São Pedro do Sul), considerados «votivos», mas que na realidade corresponderão a queimadores de essências. Trata-se de peças de origem claramente oriental, conforme se evidencia

302

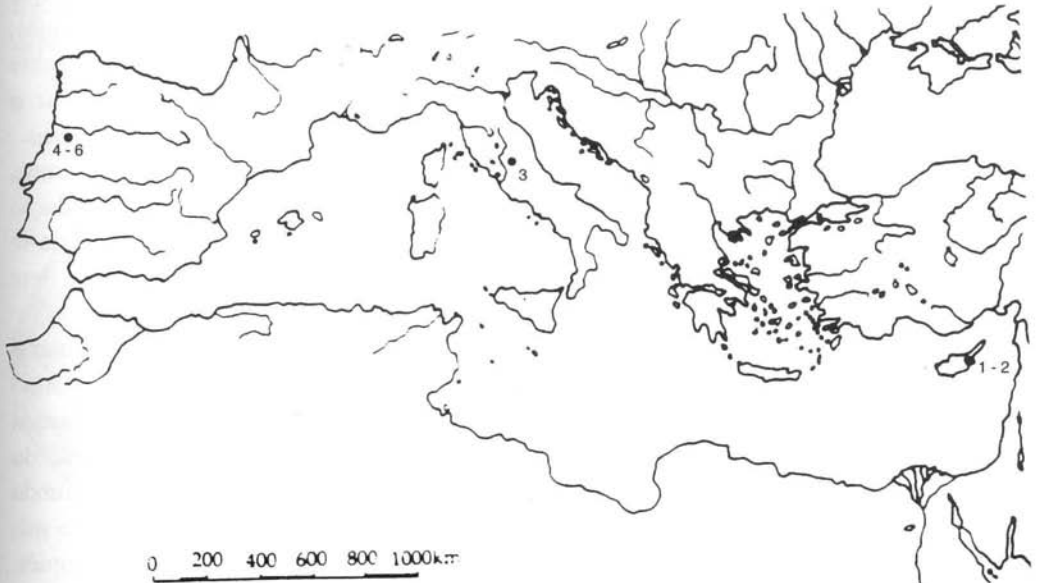
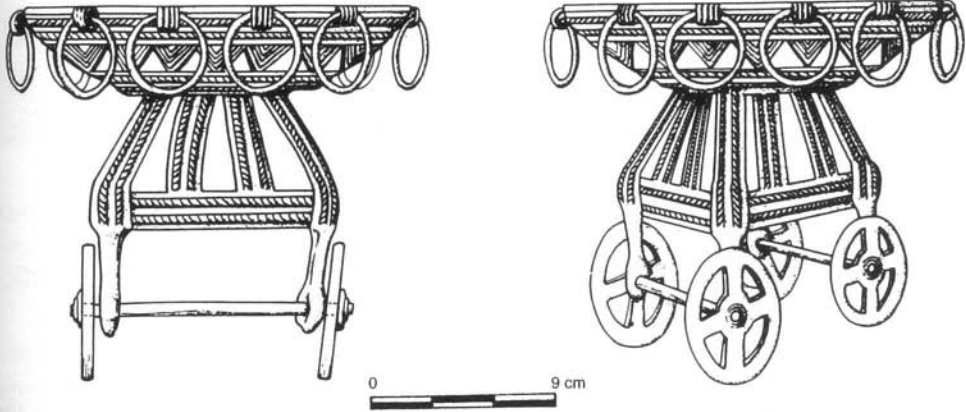
pela respectiva distribuição geográfica: apenas se encontram registadas três outras ocorrências, uma em Itália, as restantes em Chipre.

Estes materiais, só se afiguravam, naturalmente, acessíveis às elites do fim da Idade do Bronze que ocuparam a orla atlântica, de Portugal à Irlanda e ao litoral da Bretanha, francamente e mutuamente permeáveis a estímulos exógenos, de diversa origem e natureza.

Sendo certo que, nessa época, a importância mineira do Ocidente peninsular se baseava na presença complementar do cobre, a sul, e do estanho, a norte, as alianças firmadas pelas respectivas elites regionais terão, por certo, desempenhado papel de primordial importância na optimização de exploração dos recursos mineiros e no acréscimo das

302 Reconstituição do suporte com rodas (carro votivo) do Bronze Final do Castro de Nossa Senhora da Guia (Baiões, São Pedro do Sul), a partir de fragmentos de três exemplares recuperados. Seg. A. Coelho Ferreira da Silva. Em baixo: Distribuição geográfica dos exemplares conhecidos; 1 - 2 - Enkomi, Chipre; 3 - Contogliano, Itália; 4 - 6 - Nossa Senhora da Guia. Seg. A. Mederos - Martin & R. J. Harrison.

Museu do Seminário  
Maia (Viseu)





303 Dispersão dos braceletes do tipo «Villena/Estremoz» na Península Ibérica. Seg. A. Mederos- Martin.

produções, com o conseqüente escoamento dos produtos manufacturados. Assim, a troca de presentes entre as elites – a que estariam subjacentes acordos mais permanentes, como matrimónios, envolvendo a permuta de esposas, cujos dotes seriam preferencialmente constituídos por jóias de ouro – destinar-se-iam a garantir o funcionamento das vias comerciais e a estabilidade e coesão sociais.

303 A dispersão geográfica dos braceletes do tipo Villena/Estremoz, embora revelem filiação atlântica e sejam peças de provável produção regional foi interpretada como testemunho de tal realidade. Trata-se de peças de distribuição supra-regional, de Trás-os-Montes (bracelete de Chaves) ao Alentejo.

304 Datam desse curto período de transição para a Idade do Ferro outras jóias auríferas, expressivamente representadas pelo conjunto do Álamo (Moura), o qual revela em parte tecnologia orientalizante, patenteada em particular no colar, que é oco, embora ainda com decoração do tipo Sagrajas/Berzocana, enquanto o colar laminiforme evoca o mundo 305 continental de filiação cultural hallstática: uma vez mais, é o sul, mediterrâneo, a cruzar-se, no interior do actual território português,



304 Um dos colares de ouro do tesouro do Álamo (Moura), oco e com fecho amovível. Bronze Final. Seg. J. L. S. Machado. Diâmetro máx. 13,6 cm. A sua decoração filigranada e respectiva tecnologia evoca origem orientalizante.

*Museu Nacional de Arqueologia.*

com o mundo europeu continental. De qualquer modo, teríamos produções destinadas às elites, talvez obra de artífices forâneos, que adaptaram aos gostos locais as jóias fabricadas por novos métodos.

Por outro lado, a capacidade económica e organizacional das comunidades que então ocupavam o território português, é-nos revelada através do armazenamento e manufactura dos minérios oriundos de distintas áreas geográficas (ou ainda pelo seu reprocessamento dentro dos povoados, como comprovam os diversos depósitos de sucata bronzífera, destinada a refusão, usualmente

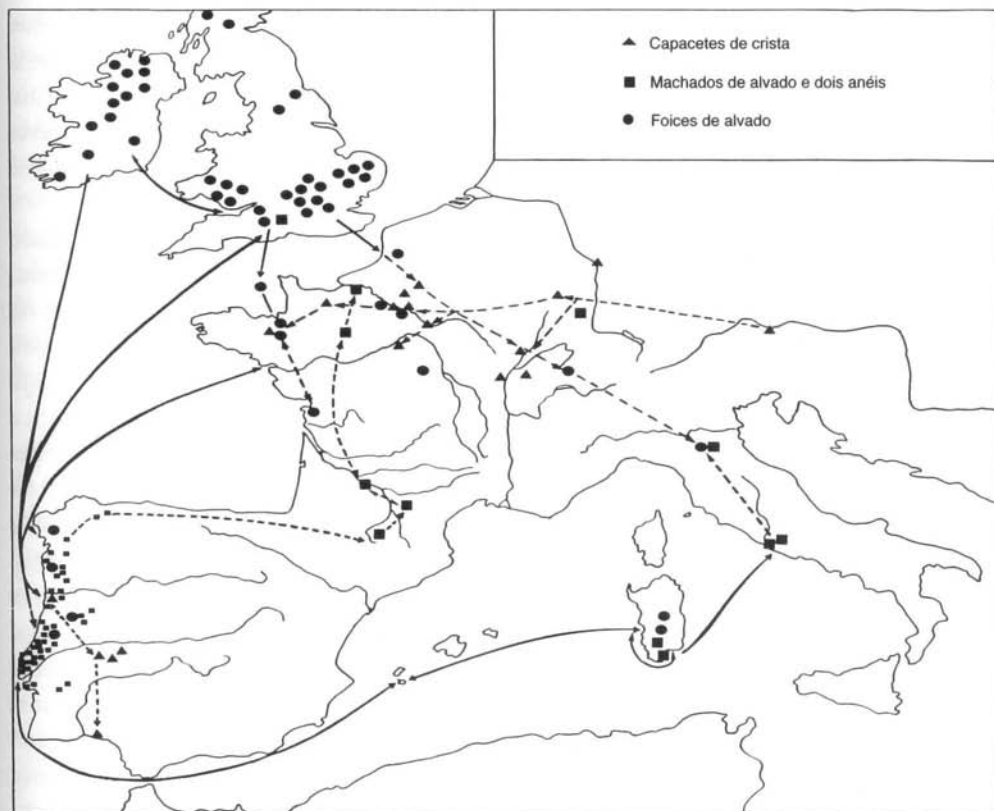


305 Colar laminiforme de ouro com decoração geométrica incisa e puncionada do tesouro do Álamo (Moura), munido de fecho amovível. Diâmetro máx.: 14,2 cm. Seg. M. Heleno.

Ao contrário da peça anterior evoca influências hallstáticas, de origem continental. *Museu Nacional de Arqueologia.*

considerados como «esconderijos de fundidor» de que é exemplo o conjunto recuperado no Castro da Senhora da Guia (Baiões). Foi a referida capacidade que viabilizou a abertura dos mercados mediterrâneos a produções atlânticas de carácter doméstico, como as encontradas e/ou manufacturadas na área estremenha (sobretudo de foices de tipo Rocanes e machados de alvado), as quais excederiam a procura local ou pelo menos eram mais rentáveis se colocadas noutros mercados, de maior dimensão. Assim se explicará, a partir de certa altura (séculos XI/X a. C., Bronze Final II), a extensão, àquela área geográfica, de um comércio que, de início, se afigurava essencialmente atlântico. Que tal comércio se encontrava firmemente controlado pelas elites, nas quais o segmento guerreiro deteria essencialmente um poder dissuasório – visto o nível de conflitos armados no Bronze Final da Península Ibérica ser muito baixo, em contraste flagrante com a abundância de armas – é evidência sublinhada pelas próprias características dos produtos obtidos por troca, já referidos, para além de outros, que não deixaram vestígios, como a importação de tecidos finos. As armas, cujos protótipos importados seriam rapidamente copiados localmente, como os escudos com chanfradura em V, são também evidências das influências mediterrâneas que, mescladas com as atlânticas, foram insensível e directamente adoptadas pelas elites do ocidente peninsular. Devem ainda referir-se, a este propósito, os objectos rituais de bronze. Salientam-se os utilizados no sofisticado ritual do banquete aristocrático, a começar pelos próprios caldeirões de bronze como os atrás referidos, utilizados na sua confecção, com inquestionáveis origens orientais, apesar de sua distribuição atlântica ser evidente. M. Almagro-Gorbea não hesita em relacioná-las com pactos de hospitalidade entre as elites, de inspiração sírio-palestiniana. Aliás, as próprias fíbulas de cotovelo supra-referidas teriam tal origem, com protótipos conhecidos nos séculos XI/X a. C. da fase Va do povoado de Meggido. Por outro lado, peças como os já aludidos ganchos para carne são, também, características de banquetes rituais orientais, tendo atingido a Irlanda, numa expressiva afirmação da profundidade, rapidez e extensão da difusão dos rituais e das liturgias adoptadas pelas elites nas respectivas regiões, por mais distantes que estivessem do fulcro original. Da mesma forma se deverão interpretar os fragmentos de carros votivos encontrados no Castro de Nossa Senhora da Guia (Baiões), entre outras peças.

Como referiu R. Vilaça, em 1995, baseada em C. Renfrew, «a troca destes bens [...] é feita num nível horizontal, isto é, entre iguais [...]». Assim se pode compreender a grande dispersão de determinados itens, essencialmente metálicos, de feição transeuropeia e inseríveis no que



Earle designou de «estilo de elite» ou «estilo internacional». É neste contexto de intensos e generalizados contactos comerciais – tanto por via marítima como terrestre – e da interacção cultural deles resultante, que se verifica a introdução de peças de ferro, como as pequenas facas dos povoados do Monte do Frade e da Moreirinha. A estas, no território português, devem somar-se os achados de uma lâmina de ferro de faca afalcatada no castro do Outeiro dos Castelos de Beijós (Viseu), em nível datado pelo radiocarbono entre 1310 e 1009 a. C. para 95% de probabilidade e, sobretudo, as três faquinhas de ferro de gume curvo recolhidas na Quinta do Marcelo, em contexto datado do século IX a. C. Tal como os seus congéneres da Beira Baixa, tais artefactos são precisamente os de tipologia mais frequente no Mediterrâneo Oriental, em Chipre e na Grécia, no período de transição Bronze/Ferro, no século XII a. C., conforme refere R. Vilaça. Para uma cabal integração cultural dos exemplares portugueses, tem interesse verificar que a introdução do ferro na Sardenha remonta ao século XIII a. C. e é imputada aos contactos então havidos com mercadores cipriotas: não custa, pois,

306 As correntes trans-europeias, no final do Bronze Final, vistas através de algumas produções de artefactos de bronze, seg. A. Coffyn, 1985. 1 - Capacetes de crista; 2 - machados de alvado e dois anéis; 3 - foices de alvado.

aceitar que tenham sido estes ou, mais provavelmente, os seus intermediários sardos nos contactos com o Ocidente, os responsáveis pela introdução do ferro na Península, em momento imediatamente anterior à presença fenícia. É no âmbito destes contactos que o notável monumento da Roça do Casal do Meio (Sesimbra) deve ser interpretado, não sendo de mais valorizar a sua importância.

XXXV

Trata-se de sepultura do tipo *tholos* com *dromos* de acesso vedado por *stomion*, à maneira oriental, cujos materiais apontam para os séculos XI/X a. C. Neste aspecto, avulta uma rara fíbula com enrolamento no arco, cujos paralelos mais próximos, as fíbulas sicilianas «ad occhio» ou cipriotas «de arco serpeggiante» da fase Pantalica II/III. Já K. Spindler e O. da Veiga Ferreira, os escavadores do monumento, a tinham assim relacionado. Esta rara peça soma-se à escassa coleção com distribuição geográfica pela Beira Alta (castros da Senhora da Guia, Castelo dos Mouros, São Romão e Santa Luzia) e extensão à

XXXVI

Meseta, como comprova exemplar do Cerro del Berruoco (Salamanca), entre outros, semelhante à distribuição geográfica dos braceletes auríferos do tipo «Villena/Estremoz» ou à das fíbulas de cotovelo já referidas. Assim sendo, os dois indivíduos tumulados na Roça do Casal

XXXVII

do Meio, poderão conotar-se com as elites regionais do Bronze Final II as quais, num processo de aculturação, teriam não apenas adoptado a indumentária e cuidados pessoais em voga no Mediterrâneo (presença de pinças depilatórias, para o cuidado da barba, atributo de estatuto social), mas também as próprias práticas rituais funerárias vigentes

XXXVIII

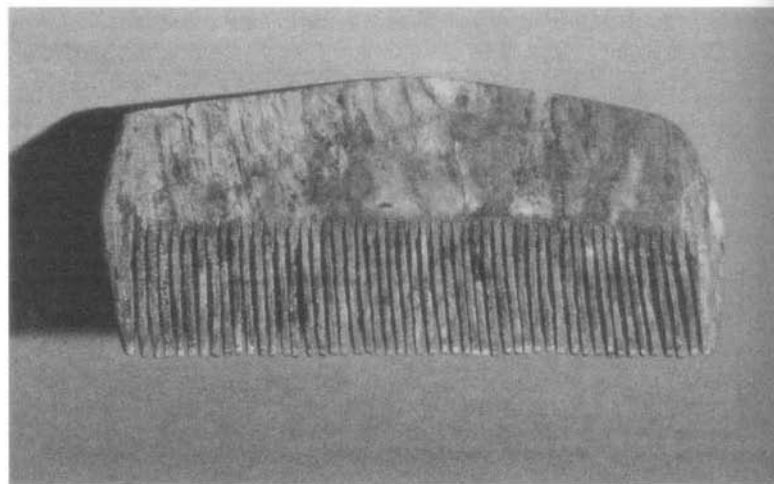
nessa área geográfica. Por outro lado, o achado de um pente de marfim – um dos raros artefactos desta matéria-prima, cronologicamente situados

307

entre os marfins argáricos e os marfins orientalizantes fenícios – vem

307 Pente de marfim do monumento do Bronze Final da Roça do Casal do Meio, Sesimbra. Arquivo de O. da Veiga Ferreira. Comprimento aproximado: 7,0 cm. Museu

Geológico do INETI.

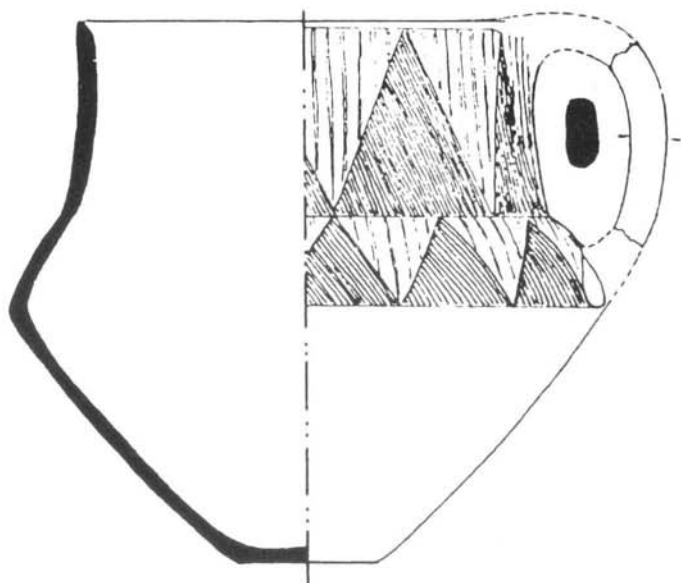


corporizar exemplarmente a fase dos contactos anteriores à presença fenícia directa, apenas documentada a partir dos finais do século IX a. C., somando-se aos braceletes de marfim do povoado de Peña Negra I (Alicante), datados em meados do século IX a. C. Em alternativa à hipótese de os dois indivíduos inumados na câmara do monumento serem membros da elite local aculturados aos costumes orientais, as características arquitectónicas do sepulcro, únicas na Península, justifica a alternativa, já defendida, de corresponderem a comerciantes oriundos do Mediterrâneo central, provavelmente da Sardenha, estabelecidos perto da foz do Sado, hipótese que corporizaria a presença directa e fixação no território português de elementos mediterrânicos anteriores à presença fenícia. Estar-se-ia, pois, perante evidência do chamado período pré-colonial, durante o qual navegadores e comerciantes oriundos do Mediterrâneo Central teriam frequentado o litoral da Estremadura, servindo de intermediários dos mercados situados no Mediterrâneo central e oriental. Com efeito, em plena Arrábida, C. Tavares da Silva e J. Soares identificaram um povoado de altura da mesma época, na encosta meridional da Arrábida, ainda não escavado – o Castelo dos Mouros – cujos habitantes poderiam estar relacionados com os personagens tumulados na Roça do Casal do Meio. Atendendo ao tipo de implantação dos dois sítios, é aliciante fazer corresponder ao povoado a função de sede da população indígena, onde se encontrariam as elites locais, que ali permutariam produtos de origem mediterrânea trazidos por aqueles.

As ligações de carácter comercial inauguradas entre o Ocidente peninsular e o Mediterrâneo Central, em época pré-colonial, ficaram prejudicadas a partir do momento em que os Fenícios passaram a controlar a região do estreito de Gibraltar, dominando assim o acesso ao Mediterrâneo. Mas as trocas comerciais não abrandaram; ao contrário, deve-se aos Fenícios o estabelecimento de diversas feitorias, a partir do século IX a. C., tanto na região do estreito, como noutras locais do litoral mediterrâneo e atlântico.

A partir delas se procedia, como anteriormente, à exportação, entre outros produtos, de matérias-primas metálicas – incluindo o estanho do Noroeste peninsular – servindo, ao mesmo tempo, como pólos difusores de objectos manufacturados, considerados de luxo (marfins, adornos, vidros, cerâmicas finas, etc.), muitas vezes produzidas localmente a partir de protótipos orientais.

As sepulturas do Bronze Final do território português, entre as quais o monumento da Roça do Casal do Meio se inscreve, repartem-se por dois grandes grupos: as de inumação e as de incineração. No primeiro caso, além do sepulcro referido, podem mencionar-se as



308 Vaso de colo cilíndrico, com decoração de ornatos brunidos que se estende à parte superior do brojo, munido de asa. Necrópole de Meijão, Alpiarça. Seg. G. Marques. Altura - 138 mm.

reutilizações de numerosas grutas do Maciço Calcário Estremenho. O único caso em que se recolheram ossos humanos (gruta da Marmota, Alcanena), aparentemente associados a espólio do Bronze Final, faz admitir a hipótese de, ao menos, parte das restantes cavidades com materiais homólogos, corresponderem mais a sítios de cerimoniais religiosos do que a necrópoles: é o caso da Lapa do Fumo (Sesimbra) de onde se estudaram, pela primeira vez, exemplares cerâmicos com a característica decoração geométrica de ornatos brunidos (cerâmica de tipo «Lapa do Fumo»), situável no Bronze Final II, também conhecidas por de tipo «Alpiarça», dado também se encontrarem bem representadas nas urnas das célebres necrópoles de incineração Tanchoal e de Meijão, estudadas por Mendes Corrêa em 1916. Este autor é taxativo quanto à existência, em Tanchoal, de restos ósseos calcinados e de cinzas, de mistura com braceletes de bronze lisos, semelhantes aos do tesouro do Casal dos Fiéis de Deus (Bombarral), pertencentes ao Bronze Final. As limpezas efectuadas ulteriormente na superfície dos recipientes por G. Marques revelaram que muitos deles possuíam decorações de «ornatos brunidos». Tal situação seria suficiente para situar as duas necrópoles no Bronze Final, a que se somam os vestígios recuperados no vizinho Cabeço da Bruxa, também atribuíveis a outra necrópole, muito destruída. Os seus escavadores, P. Kalb e M. Höck, admitiram, com efeito, uma cronologia adentro do Bronze Final, muito embora refiram a hipótese de as duas necrópoles exploradas por Mendes Corrêa serem já da Idade do Ferro. Compreende-se, deste modo, o alto

interesse que teria a datação pelo radiocarbono dos fragmentos ósseos recuperados em Meijão, a qual se efectivou recentemente, confirmando a atribuição da necrópole ao Bronze Final II, datando-a entre meados do século XI e inícios do século IX a. C.

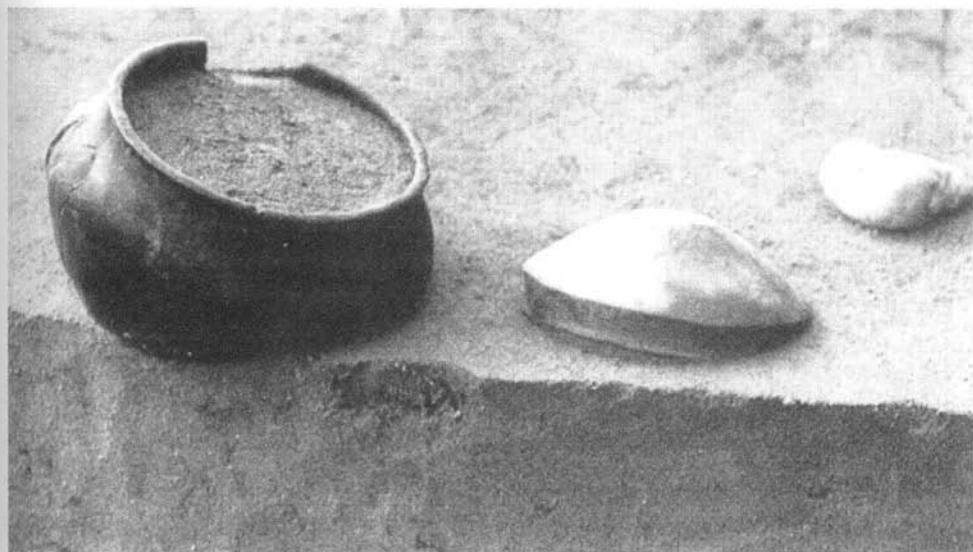
Deste modo, as referidas necrópoles, situadas em campo aberto, documentam uma importante ocorrência de «campos de urnas» no fim do Bronze Final, em pleno Ribatejo, extensão meridional/ocidental dos homólogos da Catalunha.

No Centro do País, documentou-se recentemente a prática de tumulações em fossas ou pequenas cistas, cobertas por *tumuli* baixos e de pequeno tamanho, em Casinha Derribada, Viseu. O intervalo cronológico obtido, correspondente a cerca de 95% de probabilidade, 1400-1150 a. C, situa esta necrópole entre o final do Bronze Médio e o Bronze Final I: de facto, a tipologia dos recipientes exumados tem afinidades com exemplares do Bronze Final. Parece evidenciar-se um certo polimorfismo das sepulturas (algumas podendo ser apenas fossas rituais) denunciando práticas religiosas complexas e diversificadas, onde poderiam coexistir inumações e incinerações. A respectiva população dispersava-se por casais agrícolas, talvez antecedentes da emergência dos povoados de altura da região, atrás referidos.

A falta de visibilidade no terreno destas necrópoles impediu, até época recente, a sua identificação e escavação, com excepção da necrópole de Paranho (Viseu) explorada na década de 1920 por José Coelho. Trata-se de recinto circular de pedras fincadas de pequena altura, delimitando espaço onde se implantaram seis cistas pequenas e

310

309 Necrópole do Cabeço da Bruxa, Alpiarça. Vista parcial da escavação. Seg. P. Kalb e M. Höck.



rectangulares no interior das quais se conservavam restos de ossos humanos previamente cremados, por vezes recolhidos em urnas. Datação radiocarbónica recentemente obtida indica os séculos XII-XI a. C, sendo portanto mais moderna que a necrópole de Casinha Derribada. É provável que esta necrópole, de carácter marcadamente familiar, evocando neste particular os núcleos funerários das necrópoles do Bronze do Sudoeste, se encontrasse, como aqueles, relacionada com um casal agrícola ou pequeno povoado do Bronze Final existente nas proximidades; desconhece-se, porém, quais as relações que estas pessoas manteriam com núcleos mais importantes, eventualmente fortificados.

311 Outra necrópole do Bronze Final da área de Viseu é a de Fonte da Malga, correspondente a um conjunto de *tumuli* baixos, constituídos por enrocamentos de planta circular, cobrindo cistas sub-rectangulares de pequenas dimensões. A necrópole do Pousadão, uma das várias identificadas em Pendilhe (Viseu) as quais se caracterizam por grande variabilidade, inscreve-se, também, do ponto de vista tipológico, no grupo descrito. Ocupa plataforma regular do alto vale do Paiva e é constituída por quatro *tumuli* de planta aproximadamente circular, muito baixos, distanciados de 16 m a 26 m entre si, não ultrapassando os 60 m a distância entre os monumentos mais periféricos. Alguns destes monumentos possuíam, na parte central, pequenas câmaras cistóides; outros, mais simples, eram apenas constituídos por fossas

310 Vista parcial da necrópole do Bronze Final da Casinha Derribada, Viseu, observando-se o Monumento 3, integrando uma fossa com vasos cerâmicos no seu interior (foto cedida por R. Vilaça).





abertas no substrato. Os escassos materiais cerâmicos são susceptíveis de se integrarem no Bronze Pleno ou no Bronze Final, talvez mais provavelmente no mineiro.

Da mesma forma se deve interpretar a necrópole da Senhora da Ouvida (Castro Daire) ocupando, como as anteriores, plataforma elevada, de topografia regular, cujos monumentos são evidenciados por acumulações de blocos de contorno circular, por vezes bem delimitados, que aparentemente não cobrem quaisquer estruturas arqueologicamente definíveis, o que bem evidencia a complexidade dos rituais (funerários ou não) do Bronze Final da Beira Alta e a dificuldade de reconstituir a finalidade e funcionalidade de alguns de tais monumentos, de inesperada diversidade, só eventualmente detectável por via de uma análise mais profunda.

Estas, como outras necrópoles da Beira Alta, têm correspondência em diversos povoados coevos reconhecidos na região: é exemplo o povoado de altura de Canedotes (Vila Nova de Paiva), ocupado duradouramente por cerca de 40 anos, no século XI/X a. C. (2790-2750 BP). As análises polínicas dos depósitos correspondentes a esta ocupação revelaram notório impacto das actividades humanas no meio natural envolvente, conotáveis com o pastoreio e a agricultura. Era, então, frequente, a prática de queimadas, o que conduziu à degradação do solo por erosão; ao mesmo tempo, assistia-se à regressão dos bosques

311 Necrópole da Fonte da Malga (Viseu). Vista parcial do Monumento 1, com uma cista quadrangular ao centro. Seg. P. Kalb e M. Höck.

312



312 Necrópole da Senhora da Ouvida (Casto Daire). Monumento 7. Seg. D. Cruz e R. Vilaça.

de azinheiras e carrascos, a par da recuperação dos sobreiros, amieiros e zimbros. Enfim, a abundância de grãos de cereais sugere que os campos agricultuados se situavam muito próximo do local habitado.

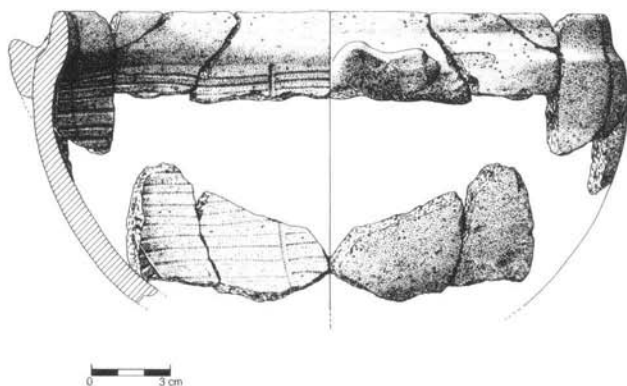
313 A prática da cremação encontra-se também documentada mais a Sul, no monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). Ali foram escavadas duas estruturas circulares, atribuíveis a fundos de cabana, no interior de uma das quais se encontrou, sob um empedrado de blocos de quartzo – rocha que também cobria os *tumuli*  
314 da Casinha Derribada – um grande vaso reaproveitado como urna, contendo restos humanos previamente cremados.

Pelos exemplos referidos, pode concluir-se que a cremação, neste último caso com deposição no subsolo das próprias habitações, a lembrar os túmulos domésticos argáricos, embora estes sejam mais antigos e de inumação, se praticou no centro/interior de Portugal no decurso no Bronze Final.

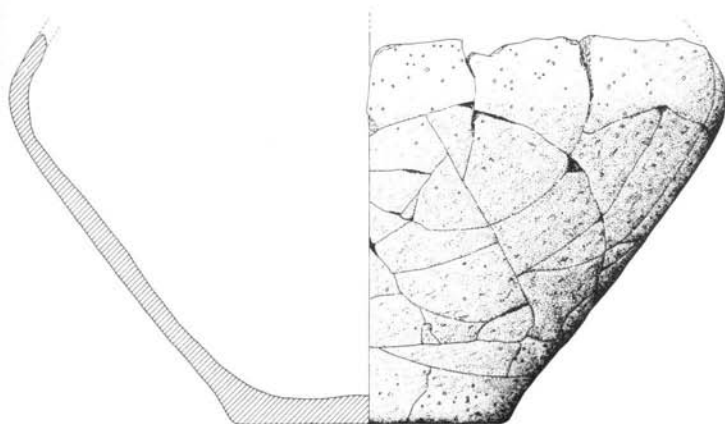
316/315 Esta realidade, que, articulada com os campos de urnas de Alpiarça, permite, como bem notou D. Cruz, admitir uma progressão continental até ao Ocidente peninsular, dos «Campos de Urnas» catalães dos finais da Idade do Bronze, transparece, na mesma época, nas fossas funerárias de cremação individual do Noroeste (Minho e Galiza), contendo vasos de forma peculiar, de largo bordo horizontal. Um dos contextos habitacionais em que tais recipientes ocorreram em abundância, associados, na última fase, a cerâmicas do «tipo Baiões» foi o da Bouça do Frade (Baiões), onde foram datados pelo radiocarbono entre o século XVIII e finais do século IX a. C.; no povoado de Sola (Braga), tais vasos remontam, à época mais recuada da Bouça



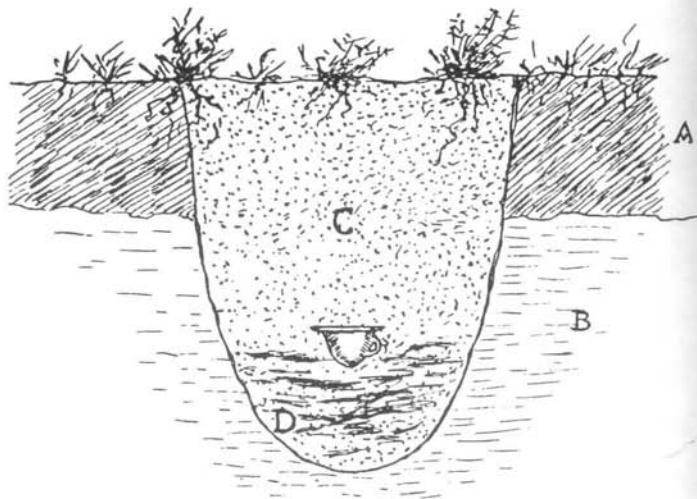
313 Uma das duas cabanas de planta circular do monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco), do Bronze Final; no interior, observam-se três «empedrados», um corresponde a buraco de poste estruturado. Os dois restantes cobriam urnas cinerárias, enterradas abaixo do chão primitivo da habitação. Seg. J. L. Cardoso, J. C. Caninas e F. Henriques.



314 Urna cinerária (em baixo) e recipiente provavelmente utilizado na sua cobertura, enterrados abaixo do pavimento primitivo da cabana do Bronze Final do monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco) da Fig. 313. Note-se que a urna, repleta de ossos humanos cremados, pertencentes a dois indivíduos, corresponde a recipiente reutilizado, encontrando-se incompleta em toda a parte superior. Seg. J. L. Cardoso, J. C. Caminas e F. Henriques.



315 Corte esquemático de uma das sepulturas da necrópole de Caldelas, indicando-se a posição do vaso de largo bordo horizontal. A: camada superior, de terra vegetal; B: saibro; C: terra escura; D: níveis lenticulares de cinzas e de carvão. Seg. M. Cardozo.



317

do Frade, visto situarem-se, também pelo radiocarbono, no segundo terço do II milénio a. C. Datação intermédia corresponde à necrópole de sepulturas cistóides de Agra de Antas (São Paio de Antas, Esposende), onde restos humanos de uma das inumações foram datados, para cerca de 95% de probabilidade, entre 1319 e 1029 a. C.

Em conclusão do que se disse, as datações disponíveis, demonstram a coexistência, na região minhota, entre cerca de 1400/1450 e 900/800 a. C., de diversas fórmulas funerárias, umas de tradição regional anterior, desde o final do Calcolítico/inícios da Idade do Bronze (inumação em cistas planas), outras introduzidas no decurso da Idade do Bronze (cremação). De facto, a presença de vasos de largo bordo horizontal, ocorrem em necrópoles minhotas tanto de inumação, de que é exemplo a de São Paio de Antas (Esposende), como de cremação, representadas,

316 Vaso de largo bordo horizontal de Vila Fria, análogo ao recolhido no fundo da sepultura da Fig. 315. Diâmetro máximo: 18,8 cm. Seg. O. da Veiga Ferreira.





317 Sepulturas de inumação da necrópole da Idade do Bronze da Agra de Antas, São Paio de Antas (Esposende). Seg. A. Ataíde e C. Teixeira.



entre outras, pelas necrópoles de Caldelas e de São Cláudio do Barco onde às tumulações por vezes se associavam os característicos vasos de largo bordo horizontal.

A introdução da prática da cremação, no vale do Cávado, foi interpretada como um importante sinal de mudança cultural do Bronze Final, substituindo, na região, as pequenas cistas de inumação rectangulares, desprovidas de *tumulus*. É interessante salientar que este novo modo de tumulação aparece, tal como no monte de São Domingos, dentro das áreas habitadas: é o caso das estruturas pétreas encontradas no povoado de Santinha I ou dos grandes recipientes utilizados como urnas cinerárias encontradas em Granjinhos; no Minho, como assinalou A. Bettencourt, a prática de tumular dentro das áreas habitadas pode, mesmo, ser anterior ao Bronze Final, como é indicado pela existência de pequenas estruturas cistóides, sem *tumuli*, como as encontradas no povoado de Sola (Braga), situáveis pelo radiocarbono entre 1684 e 1509 a. C., para um intervalo de confiança de 95%.

318 A existência de regionalismos não é incompatível com afinidades a outras áreas geográficas, além das atlântica e mediterrânea: na necrópole, provavelmente de inumação do Tapado da Caldeira (Baião) adjacente ao já referido povoado de Bouça do Frade, e por tal facto certamente relacionado com ele, cujas datas de radiocarbono sugerem ainda o Bronze Pleno, cada uma das quatro fossas abertas no saibro continha um recipiente, destacando-se, numa delas, uma taça com decoração «boquique», que revela, por si só, relações com a Meseta Norte; tais cerâmicas, como atrás ficou dito, também ocorrem no povoado correspondente.

Quanto ao Minho, A. Bettencourt assinalou a importância dos corredores fluviais que ligariam o litoral ao interior, de onde seriam oriundas, justamente, as aludidas cerâmicas. Aliás, as influências continentais detectadas na região minhota, no decurso do Bronze Final, reforçam a realidade observada mais a Sul, em Alpiarça, aqui certamente devidas à importante via de circulação transregional, desde sempre assegurada pelo Tejo.

No concernente às práticas rituais ou funerárias do Bronze Final, merecem destaque as chamadas estelas insculturadas «extremeñas». A sua área de dispersão em território português vai do centro interior beirão ao Algarve, correspondente ao prolongamento ocidental da área de maior concentração, a Estremadura espanhola e Andaluzia Ocidental, representado por cerca de sessenta estelas – por isso chamadas «extremeñas». O seu significado, tradicionalmente considerado de cunho funerário – com base em analogias com as estelas



mais antigas, como a de Alfarrobeira (São Bartolomeu de Messines), que marcava efectivamente um sepulcro – não obriga forçosamente que estejam todas relacionadas com tal tipo de ocorrências (aliás quase desconhecidas na área correspondente à sua dispersão): com efeito, trata-se, na maioria dos casos, e à semelhança com o verificado nas suas congéneres calcolíticas, de monumentos descontextualizados, impedindo maiores certezas.

Segundo alguns autores, tais monólitos poderiam pontuar também as vias de circulação transregionais mais importantes, sacralizando, em determinados locais de passagem, ou portelas, a memória dos chefes ou marcando o direito à propriedade ou controlo de circulação de tais sítios por parte da elite guerreira a que se reportam. Os estudos de síntese publicados permitem a identificação de três grupos de índole tipológica, cuja temática, para alguns, evolui no tempo, no sentido cada vez mais explícito da afirmação/heroicização dos personagens, integrando uma aristocracia guerreira em nítida consolidação. Nesta perspectiva, a uma fase mais recuada, onde aparecem apenas representações de armas, suceder-se-ia uma fase intermédia até à fase final, inserível no século IX a. C., onde o provável defunto, chefe guerreiro heroicizado, nos surge cercado de todos os atributos do seu poder (jóias, armas) e, nalguns casos, com os seus servos ou inimigos, vencidos aos pés, de que é paradigma a estela de Ervidel II (Beja).

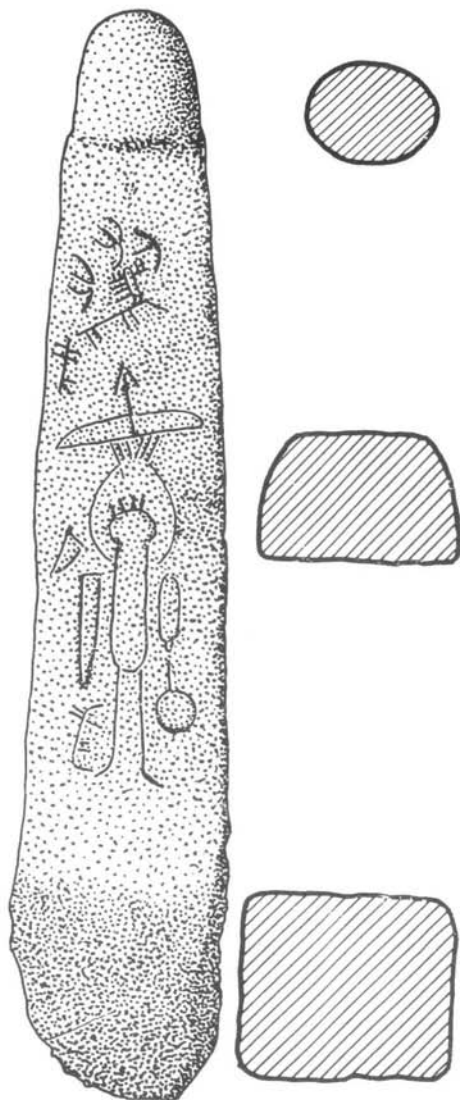
Esta visão estritamente evolucionista, baseada na substituição do simples pelo mais elaborado, foi recentemente discutida e contrariada por Jorge de Alarcão, num importante artigo que dedicou à etnogénese

318 Taça com decoração do tipo «boquique» recolhida na sepultura 3, provavelmente de inumação, da necrópole do Tapado da Caldeira (Baião), a qual, pela proximidade, deveria corresponder ao povoado da Bouça do Frade. Seg. S. Oliveira Jorge. Diâmetro máximo: 17,3 cm.

319

319 A Estela-menir, de formato fálco, de São Martinho II (Castelo Branco), do Bronze Final, representando, em baixo, um guerreiro, alvejando com arco um veado, ao alto, perseguido pelo menos por um cão, do lado esquerdo. Cercam a figura humana os atributos do seu prestígio e estatuto social: do lado direito do observador de cima para baixo, uma pinça e um espelho; do lado esquerdo, uma fibula de cotovelo, uma aljava (?) e um cão.

Seg. M. Almagro Basch.  
 Altura máxima - 222 cm.  
 Museu Francisco Tufano  
 de Proença Júnior  
 (Castelo Branco).



dos Lusitanos. Segundo o autor, as diferenças iconográficas observadas nas estelas estremenhas, dever-se-iam à própria posição social do defunto, no seio da respectiva comunidade. Atribuiu-lhes cronologia com início no século IX e *terminus* no século VII a. C., à época da afirmação da Idade do Ferro e conotação funcional incerta, mas inclinando-se para finalidade funerária. As que ostentam a representação do carro, considerado o símbolo máximo do estatuto de todos os que nelas se exibem e a do seu possuidor, seriam as utilizadas nas sepulturas de príncipes; as que representam apenas armas, seriam as pertencentes a vassallos, ou melhor, a membros da

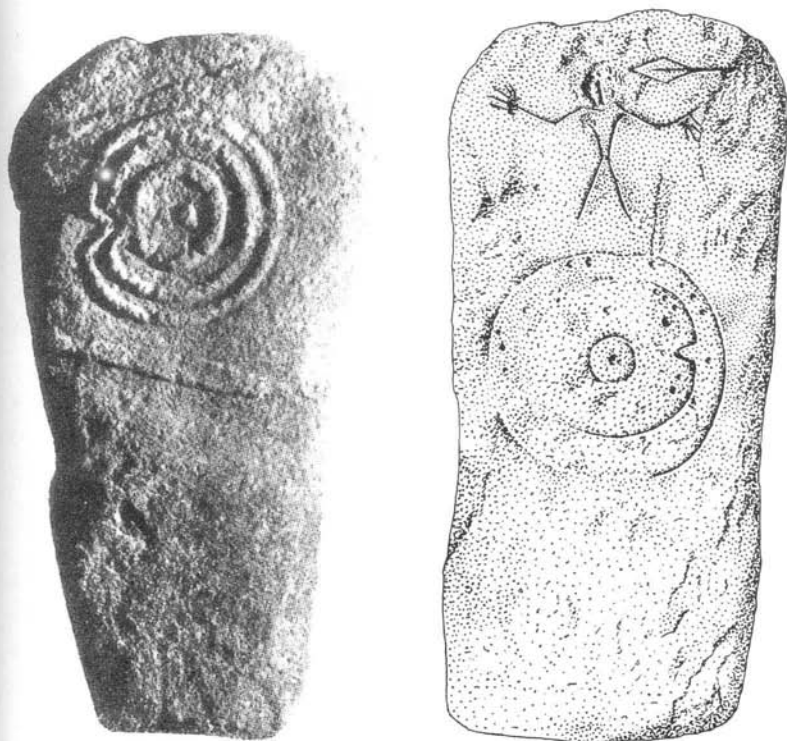
aristocracia guerreira; enfim, as que associam tais elementos à figura humana, seriam de personagens com poder temporal, delegado pelo príncipe.

Naturalmente, esta interpretação, como o próprio autor declara, é passível de reservas; mas ela tem o mérito de, pela primeira vez, associar territórios à distribuição dos três tipos de monumentos, constituídos deste modo em verdadeiros «feudos», com fronteiras bem delimitadas. Este regime de principados, cuja aplicação é ensaiada pelo autor à actual Extremadura espanhola, nada impede que se estendesse ao actual território português da Beira Alta – estela de Baraçal (Sabugal), passando pela Beira Baixa – estela de Meimão (Penamacor), com extensão ao Baixo Alentejo – estela de Ervidel II (Beja), já mencionada – e mesmo ao extremo ocidental do Algarve – estela da Figueira (Vila do Bispo).

Tão grande dispersão geográfica não espanta: o mesmo se verificou em Espanha, com ocorrências muito afastadas do núcleo estremenho, como as notáveis estelas de Cortijo de Gamarrillas (Córdova) e de Écija (Sevilha) ou, em outra direcção, a estela de Preixana (Lérida), publicadas por M. Almagro Basch. Esta última, porém, é questionável quanto à sua integração no grupo das estelas estremenhas, tendo

320

320 As duas estelas do Bronze Final de tipo «extremeño», balizando, no território português, os extremos da respectiva distribuição geográfica. À esquerda: estela de Baraçal (Sabugal), feita num bloco granítico de grão fino, Seg. F. P. Curado. À direita: estela de Figueira (Vila do Bispo), executada num bloco de arenito compacto avermelhado, Seg. M. Almagro-Basch. Dimensões máximas de ambas: 155 cm e 164 cm, respectivamente. Note-se, apesar das diversas técnicas utilizadas (baixo-relevo e incisão) a semelhança dos motivos representados: ambas ostentam, em posição de destaque, um escudo com chanfradura em «V» ladeado, na primeira, por uma lança e uma espada com lâmina em «língua de carpa» e encimado, na segunda, pela própria figura do guerreiro, de braços e mãos abertas, uma delas junto de uma lança.



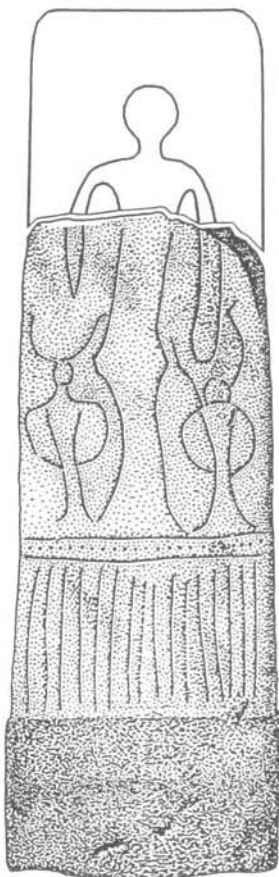
presente a sua iconografia a qual, em contrapartida, inspirou J. de Alarcão para uma nova leitura da estela I do Monte de São Martinho (Castelo Branco), também do Bronze Final e onde as duas figuras de guerreiros, ambas com capacetes de cornos liriformes, se encontrariam sob a protecção de uma divindade, talvez Oipaingia, adorada nas proximidades, cujos braços, pendentes sobre as cabeças dos guerreiros, sugerem tal atitude.

Assim sendo, sem pretender traçar uma conotação das estelas estremenhas com os *Lusitani* – visto a distribuição daquelas excederem em muito os limites geográficos atribuíveis a estes – a verdade é que elas também ocorrem dentro de tais limites; tendo presente, por outro lado, que a cronologia de tais estelas se sobrepõe à presença deste conjunto de *populi*, que o autor admite terem chegado no fim do Bronze Final aos vastos espaços abertos da Extremadura espanhola, com extensão pela actual Beira Interior, por via de uma invasão pré-céltica de origem indo-europeia, fácil é concluir que estes também adoptaram tais monumentos, seja com carácter sepulcral, seja como marcadores de fronteiras, funções que, aliás, não são incompatíveis.

Seja como for, a realidade das estelas é, de facto, acompanhada pelo registo material, com o acréscimo de armas, no Bronze Final II; merecem destaque as lanças de alvado, as espadas de tipo «língua de carpa», muito mais abundantes no território português que as antecedentes pistiliformes e os punhais de lingueta do tipo Porto de Mós, entre outros «itens», cuja distribuição, sendo essencialmente atlântica, penetra no Mediterrâneo de forma nítida, dele recebendo também expressivos contributos a este nível: é o caso do escudo com chanfradura em «V», de origem oriental, ocupando o centro das composições estelares, a que se juntam outros elementos da simbólica das elites (o pente, o espelho, a fíbula de cotovelo, o carro), onde tais influências são também notórias. Apesar de serem nítidas as influências mediterrâneas orientais nos objectos representados a que se poderão acrescentar os capacetes de cornos liriformes, representados na Estela I de São Martinho, Castelo Branco, já referida, a concepção mais arcaica destas estelas pode encontrar-se na própria região; a estela de Longroiva, onde um guerreiro ostenta de um dos lados um arco e do outro uma alabarda do tipo Carrapatas, remetendo-a para o início do Bronze Médio, suporta tal afirmação.

Ao Bronze Final, poderá ainda corresponder um restrito grupo de monólitos, o das estátuas-menir, cujo exemplar melhor conhecido provém de Faiões (Chaves), igualmente com paralelos mediterrânicos (na Sardenha), no Bronze Final.

Com excepção do túmulo da Roça do Casal do Meio, as sepulturas



do Bronze Final do sul são-nos quase completamente desconhecidas, acentuando uma «invisibilidade» que já vinha do início da Idade do Bronze, o que não significa a inexistência de complexos rituais, que legitimavam o próprio poder das elites.

Em Portugal não se tem valorizado o cunho ritual de muitos depósitos metálicos do Bronze Final. Todavia, um rápido levantamento levaria a relacionar a maioria das jóias auríferas, aparecidas simplesmente na terra, muitas vezes no decurso de trabalhos agrícolas, como panóplias femininas, eventualmente depositadas ritualmente na terra, como defendeu M. R. Gálvez-Priego, enquanto, ao contrário, são conhecidos vários achados de espadas nas águas ou depositadas nas fendas das rochas, interpretáveis como cultos funerários masculinos. Se os primeiros são relativamente abundantes, já os achados aquáticos de armas de bronze – muito raros em Portugal, sendo exemplo a espada «língua de carpa» pistiliforme dragada em Cacilhas – poderão ter outras leituras, para além das estritamente funerárias. Numa época de crise climática, com acentuada progressão da aridez, que terá correspondido a quase toda a Idade do Bronze, acentuar-se-iam as práticas religiosas com valorização das divindades aquáticas, a quem seriam ofertadas tais peças. Com efeito, inventários realizados na área atlântica evidenciaram um aumento de tais achados ao longo de toda a Idade do Bronze. A exacerbação desta prática teria também conduzido ao culto das águas subterrâneas ou das cavidades, transformando em santuários numerosas grutas naturais, o que explicaria o achado frequente de materiais da Idade do Bronze em tais locais (com natural incidência na região onde abundam, a Estremadura), sem que em geral se possam associar a sepulturas: lembre-se a intensa ocorrência de cerâmicas com «ornatos brunidos» em numerosas cavidades cársicas do maciço calcário estremenho, onde ocorrem grandes vasos de armazenamento da Idade do Bronze, embora não seja possível relacioná-los com deposições funerárias. A este propósito, as grutas-santuário nurágicas da Sardenha podem constituir elemento comparativo merecedor de reflexão. É ao Bronze Final, enfim, que se deve atribuir a última fase de funcionamento do santuário do vale do Tejo, onde se detectaram duas representações de espadas e a de um escudo com chanfradura em V, as quais, associadas ou não a motivos geométricos diversos, não custa relacionar com o aludido culto das águas, ali particularmente propício, vigente nesses derradeiros momentos da Idade do Bronze.

A existência de conjuntos metálicos do Bronze Final ocultados na terra, podem ter, pelo menos nalguns casos, significado ritual; noutros, a extrema fragmentação das peças permite admitir que se trata,

321 Estela I de São Martinho (Castelo Branco), segundo a reconstituição proposta por Jorge de Alarcão: de ambos os lados, a provável representação de dois guerreiros, munidos de capacetes de cornos; ao centro, grande representação de divindade antropomórfica, talvez Oipaingia. Altura do fragmento conservado - 163 cm. Note-se que este monumento, pela iconografia única, afasta-se do grupo das estelas «extremeñas», apesar de se inscrever, tanto no espaço como no tempo, na área de distribuição daquelas.

Museu Francisco Távora  
de Proença Júnior (ca.  
Tel. Branco),

simplesmente, de conjuntos de sucata bronzífera, destinados a refundição, inscrevendo-se, assim, na intensa circulação de matérias-primas, a nível transregional, que caracterizou o Bronze Final da fachada atlântica ocidental da Europa. Está neste caso, para alguns autores, o conjunto recolhido no castro de Senhora da Guia (Baiões, São Pedro do Sul). Na primeira categoria, poderá inscrever-se, entre outros, o depósito do Porto do Concelho (Mação): não só é constituído por um conjunto heterogéneo de peças, na maioria inteiras (armas, objectos utilitários e elementos de adorno), como o local, sob uma pedra, junto a um caminho e perto de uma linha de água, é compatível com as características de oferenda ritual. Em outros casos, não se pode optar por nenhuma das alternativas; está nesta situação o depósito do Casal dos Fiéis de Deus (Bombarral), resultante de achado fortuito em área muito circunscrita do terreno, o qual, depois de ser objecto de cuidado trabalho de escavação, se revelou absolutamente estéril. Este depósito integra uma notável espada do «tipo Vénat», destacando-se, ainda, importante conjunto de braceletes de bronze, semelhantes aos recolhidos em necrópoles, povoados e noutros depósitos, como o de Coles de Samuel (Soure) e o da Quinta do Ervedal (Castelo Novo) um dos mais notáveis a nível peninsular, contendo vinte e quatro lingotes de cobre, além de machados, braceletes, armas e sucatas de bronze. O que caracteriza em geral, os ditos achados, muito numerosos na região de Entre-Douro-e-Minho, onde integram numerosos machados de talão e argolas, de fabrico regional, é a sua aparente «descontextualização»: com efeito, como já antes se observou relativamente às ocultações de jóias auríferas, à semelhança de numerosos exemplos extrapeninsulares de há muito conhecidos, o aspecto mais relevante é o de não evidenciarem a associação a qualquer contexto (estratigrafia ou estruturas).

Em síntese: o território hoje português terá conhecido, no final da Idade do Bronze, mercê da estrutura de poder generalizada então instalada, com elites dominando as principais vias de circulação de pessoas e do comércio de mercadorias, situação favorável à abertura comercial e cultural (esta veiculada por aquela) tanto ao mundo atlântico como ao espaço mediterrâneo, aliás decorrente da sua própria situação geográfica. A intensificação de uma rede de intercâmbios de longo curso, veiculando concepções religiosas heterogéneas, oriundas de regiões díspares, atingiu o seu apogeu no final do Bronze Final. Com efeito, a relação com o domínio atlântico, evidente desde o Calcolítico (campaniformes «marítimos»), que continuou no Bronze Inicial e Pleno (alabardas do tipo Carrapatas, machados do tipo Bujões/Barcelos, lúnulas de ouro como a de Cabeceiras de Basto),

conheceu evidente acréscimo no Bronze Final, no decurso do qual se multiplicam as produções metálicas. Outro tanto se verificou com a área do Mediterrâneo Oriental: depois de contactos desde o Neolítico Antigo, renovados no decurso do Calcolítico, ainda que de forma indirecta, a partir do Bronze Pleno encontram-se documentados produtos de provável origem micénica, como as contas de pasta vítrea da necrópole do Bronze do Sudoeste de Atalaia (Ourique), a que se sucedem, no Bronze Final, algumas peças de ferro de origem também mediterrânea, reservadas a funções sócio-simbólicas. É provável que estas peças – a que se juntam cerâmicas micénicas recolhidas em diversos locais da Andaluzia, região onde, até, se conhecem testemunhos culturais com aquela origem, representados por altares corniformes – tivessem sido trazidas por comerciantes cipriotas ou sardos, actuando estes como intermediários daqueles, cuja única eventual presença directa parece verificar-se no monumento da Roça do Casal do Meio (e na tipologia dos materiais ali recolhidos). Tais contactos, numa zona periférica como era já então o nosso território, justificar-se-iam atendendo aos minérios aqui existentes susceptíveis de exportação: o estanho, o ouro e o cobre e, mais tarde, a prata; corresponderiam a uma fase preliminar, exploratória, dos contactos (período pré-colonial de M. Almagro-Gorbea), que ulteriormente viriam a ser francamente desenvolvidos pelos Fenícios a partir do século VIII a. C. ou ainda no final século anterior (período colonial).

É no âmbito de tudo o que foi dito que a noção de «Bronze Atlântico» ganha significado. Trata-se de uma realidade materialmente suportada pela intensa produção de peças de bronze e pela sua circulação transregional, decorrentes de uma teia de relações estabelecidas na fachada atlântica ocidental da Europa desde o Bronze Pleno, com progressiva intensificação até ao fim do Bronze Final, fase em que tais contactos se estenderam ao Mediterrâneo. Estas actividades, baseadas no mútuo interesse de quem as desenvolvia, veicularam realidades culturais próprias, que deste modo se difundiram a outras regiões, onde foram por vezes adoptadas pelas elites que as governavam. Originou-se, assim, uma nova realidade cultural, de expressão supra-regional, de base económica, onde se mesclaram influências distintas, umas de raiz atlântica, outras originárias do Oriente do Mediterrâneo. Nestas condições, o actual território português viu sublinhado, ainda que circunstancialmente, o seu papel como fulcro das relações atlântico-mediterrâneas, que conferiram relevância acrescida aos estuários dos seus principais rios – o Tejo e o Sado – como portos de escala obrigatórios na navegação de cabotagem comercial do Bronze Final. A teoria locativa de Weber (1909) postula que a área geográfica mais

322



322 Desenvolvimento espacial do Bronze Final atlântico na sua fase terminal e respectivas subáreas culturais, de significado específico. Legenda: traço contínuo - complexo; tracejados - grupos de Culturas; pontilhados - Culturas. Seg. P. Brun.

adequada para a instalação de uma determinada indústria deverá ser seleccionada de entre aquelas que correspondam às linhas de transporte de abastecimentos de menor esforço (ou seja, as mais económicas), que não são, forçosamente, coincidentes com as de menor distância (para o escoamento dos respectivos produtos). Convergindo as vias do estanho, do ouro e do cobre na Estremadura, de onde se fazia também vantajosamente a distribuição dos respectivos produtos manufacturados, por via marítima, tanto para o norte atlântico como para o sul mediterrâneo, conclui-se facilmente que esta seria a área ideal para proceder a tais actividades de transformação da matéria-prima e ulterior exportação dos respectivos produtos manufacturados. A Estremadura e, de modo geral, a fachada ocidental e atlântica peninsular, onse se inscreve quase totalmente o território português, configurava-se pois, no fim do Bronze Final, como área geográfica, económica e cultural onde se intersectavam múltiplos interesses, afinal indissociáveis dessas duas realidades sempre presentes e tão expressivamente descritas por Orlando Ribeiro – o Atlântico e o Mediterrâneo – de cujo caldeamento resultaram os traços essenciais e permanentes do território hoje português, nas suas múltiplas facetas, subjacentes à própria identidade nacional.

*Anexo*

I Trecho do vale do Côa (foto de A. F. de Carvalho).



II Pormenor da Rocha 3 de Penascosa, Vila Nova de Foz Côa (foto de J. L. Cardoso).



III Rocha 4 de Penascosa, Vila Nova de Foz Côa, observando-se representações, parcialmente sobrepostas, de dois caprinos, em cima e em baixo, voltados para a direita e para a esquerda e de dois equídeos, igualmente voltados para lados opostos (foto de J. L. Cardoso).





iv Rocha 2 da Canada do Inferno, Vila Nova de Foz Côa, observando-se caprâneo de perfil, com a cabeça à direita e grandes cornos divergentes, obtido por picotagem. Escala em dm (foto de J. L. Cardoso).



v Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo). Pinturas a negro do Paleolítico Superior, de cavalo (em cima), com a altura de cerca de 20 cm, e representação itifálica híbrida, aparentemente com cabeça de cavalo e corpo humano, com 77 cm de altura. Arquivo M. Farinha dos Santos.



vI Duas cabeças gravadas de equídeos, voltadas à esquerda, dominando a maior, tanto pelo tamanho como pela posição que ocupa, a mais pequena, que pode, assim, ser interpretada como uma «cria» daquela. Gruta do Escoural (Montemor-o-Novo), Paleolítico Superior. Arquivo M. Farinha dos Santos.



vII Reconstituição do quotidiano dos concheiros mesolíticos de Muge, por Henri Breuil. Notar a existência de cão doméstico, de caranguejos e de um esturjão, com base no registo faunístico encontrado [Breuil, H. (1949) - *Beyond the Bounds of History*, London, P. R. Gawthorn, Ltd., 100 pp.]

vIII Corte executado por O. da Veiga Ferreira e J. Rocha no concheiro do Cabeço da Arruda (1964), a partir das escavações antigas, realizadas no século XIX. Arquivo O. da Veiga Ferreira.





IX Corte estratigráfico transversal (pormenor) realizado na primeira campanha de escavações do concheiro do Cabeço da Amoreira (1962). Na base, as areias estéreis plistocénicas, que constituem o substrato geológico local. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



X Vista parcial da área escavada na segunda campanha de escavações no concheiro do Cabeço da Amoreira (1963), observando-se, sobre as areias plistocénicas da base do concheiro, dois esqueletos. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



XI Par de bovídeos pintados a vermelho, de idade neolítica. Faia, Cidadelhe, Vila Nova de Foz Côa (foto de A. F. Carvalho).

XII Santuário rupestre do Escoural, sector NE (Montemor-o-Novo). Vista parcial de rocha insculturada, com *fossettes* e bucrânios, a picotado, sobreposta pelas construções do povoado calcolítico. Escavações de M. Farinha dos Santos, M. e R. Varela Gomes.



XIII Santuário rupestre do Escoural, sector NE (Montemor-o-Novo). Pormenor de rocha insculturada com numerosos bucrânios. Arquivo M. Farinha dos Santos.



XIV O menir fálico do Outeiro (Reguengos de Monsaraz) aquando do reerguimento nos finais da década de 1960/íncios da seguinte. Notar, na extremidade, a abertura do meato uretral. Arquivo M. Farinha dos Santos.



XV Vista parcial do cromeleque dos Almendres (Évora) localmente conhecido por «pedras talhas» dada a semelhança de alguns dos menires que o constituem com a forma das talhas de vinho alentejanas. Arquivo M. Farinha dos Santos.



XVI O minúsculo cromeleque do Monte das Figueiras, Pavia. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



XVII Vista parcial do recinto megalítico de planta subquadrangular do Xerez (Reguengos de Monsaraz). Arquivo O. da Veiga Ferreira.

XVIII Conjunto de menires tombados do recinto megalítico do Xarez (Reguengos de Monsaraz), na altura da sua identificação.

Ao centro, evidencia-se o grande menir fálico que J. Pires Gonçalves posicionou no centro do recinto por si reconstituído.

Em último plano, vê-se o casario de Monsaraz. Arquivo M. Farinha dos Santos.



XIX Pintura a vermelho da face interna de um esteio do dólmen de Pedralta (Côta, Viseu), incompleto. Evidencia-se a representação do ídolo antropomórfico almeriense, reproduzido em métopas sobrepostas, demonstrando a penetração setentrional de cultos e de crenças mágico-totémicas de cunho mediterrâneo. Escala aproximada de 1/15. Seg. A. A. Mendes Corrêa.

XX A rocha F-155 da estação de Fratel sobre o rio Tejo (Vila Velha de Ródão) com representações subnaturalistas a picotado de veados e de um equídeo (em baixo, à direita). Neolítico. Arquivo M. Farinha dos Santos.





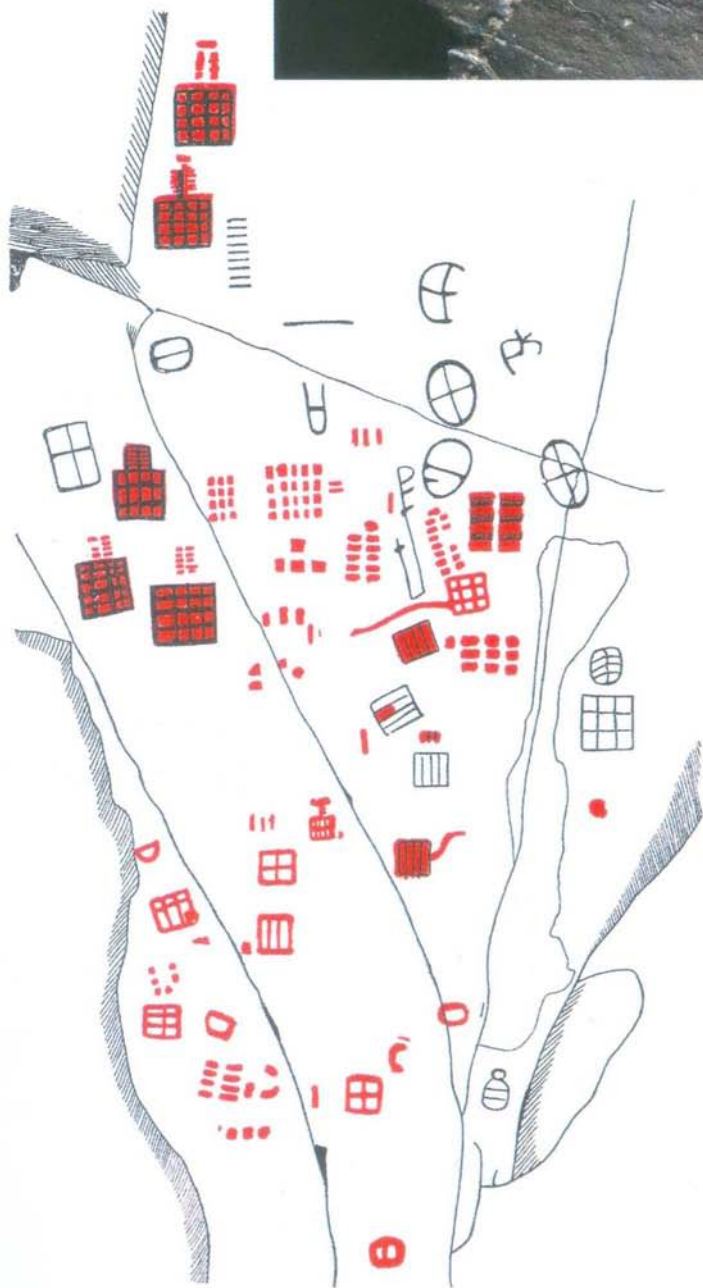
XXI A rocha F-49<sup>1</sup> da estação de Fratel sobre o rio Tejo (Vila Velha de Ródão), com representações subesquemáticas a subnaturalistas de cervídeos, a picotado, provavelmente mais recentes que as da figura anterior Neolítico. Arquivo M. Farinha dos Santos.



XXII Pormenor da rocha F-175 da estação de Fratel (Vila Velha de Ródão), observando-se representações subesquemáticas e esquemáticas de antropomorfo, zoomorfo, ondulados e uma espiral (na extremidade direita da imagem). Neolítico Final e Calcolítico. Arquivo M. Farinha dos Santos.



XXIII Painel com representações antropomórficas itifálicas esquemáticas, associadas a espirais e outras figuras geométricas, de Fratel, Vila Velha de Ródão. Pertencem à fase esquemática, conotável com o Neolítico Final e o Calcolítico (foto de M. Leitão).



XXIV Pormenor de painel da estação do Chão da Velha, Vila Velha de Ródão, com duas representações antropomórficas ictifálicas esquemáticas, conotáveis com as pinturas da mesma tipologia dos abrigos sob-rocha, atribuídas ao Neolítico Final e ao Calcolítico, como estas (foto de M. Leitão).

XXV O Cachão da Rapa (Carrazeda de Ansiães), penedo com pinturas esquemáticas a vermelho e a negro. Seg. J. R. Santos Júnior. Escala de 1/20.



XXVI Pormenor das figuras geométricas, a vermelho, da estação de arte rupestre de Cachão da Rapa (Carrazeda de Ansiães). Arquivo M. Farinha dos Santos. Ver Fig. anterior.

XXVII Pinturas esquemáticas, com motivos radiados (astrais?) do abrigo de Pala Pinta (Carlão, Alijó). Arquivo M. Farinha dos Santos.



XXVIII Extremidades decoradas de três alfinetes de cabelo, com afinidades formais com homólogos do período pré-dinástico egípcio. Os dois primeiros são de osso, o da direita é talvez de marfim (diâmetro máximo da extremidade deste último: 0,9 cm). Seg. J. L. Cardoso.



xxix Cerâmicas com  
decoreção canelada,  
pertencentes a recipientes  
em forma de copo e a taças  
em calote (exemplares da  
direita, em cima e em baixo),  
do Calcolítico Inicial  
da Estremadura,  
que serviram a A. do Paço  
para a caracterização do  
Estrato «Vila Nova I»,  
Vila Nova de São Pedro,  
Azambuja. Comprimento  
do exemplar central,  
em cima: 7,0 cm.

Arquivo O. da Veiga Ferreira.

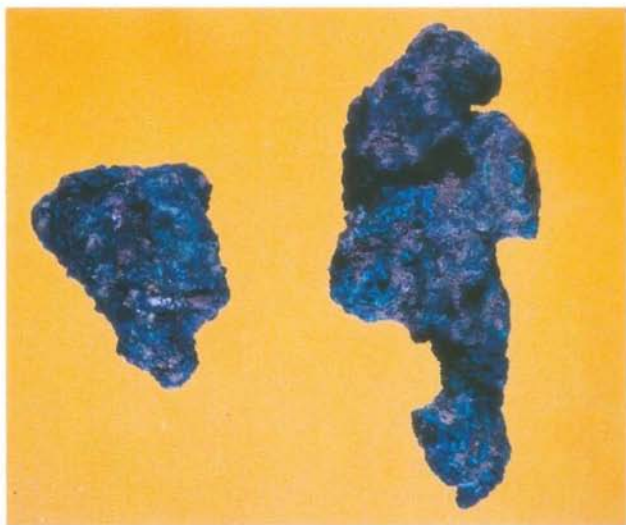
*Museu Arqueológico  
do Carmo (Lisboa).*



xxx Vaso da estação calcolítica da Penha (Guimarães), com formato  
e decoração afim de congêneres do Calcolítico Inicial da  
Estremadura. Arquivo M. Farinha dos Santos.



xxxI Testemunhos da actividade metalúrgica em Leceia (Oeiras) no decurso do Calcolítico Pleno. Em cima: lingotes de cobre, o da direita com vestígios de incisões feitas com cinzel para separação de porção, incompletamente realizada (comprimento: 4,5 cm); ao centro: escórias da fundição do cobre (comprimento da maior: 5,2 cm); em baixo: gume de grande machado de cobre, seccionado por serragem, patente no bordo superior (comprimento: 9,0 cm). Seg. J. L. Cardoso.





xxxii Vista da entrada da tholos n.º 7 de Alcalar (Portimão), após as obras de recuperação recentemente ali realizadas pelo IPPAR, sob a orientação de Rui Parreira (foto de J. L. Cardoso).

xxxiii Espólio da tholos n.º 3 de Alcalar (Portimão). Destaca-se a presença de um fragmento de taça de bordo almadrado (ao alto, à esquerda), artefactos de sílex cinzento-esbranquiçados (lâminas, pontas de seta de base predominantemente côncava e objectos de adorno).

Arquivo O. da Veiga Ferreira. *Museu Nacional de Arqueologia.*



xxxiv Conjunto recolhido numa das sepulturas individuais campaniformes (sep. n.º 1) da câmara do dólmen de Pedra Branca, Melides (foto de M. Leitão). Arquivo O. da Veiga Ferreira.

Museu Geológico do INETI.



xxxv Vista geral do monumento do Bronze Final da Roça do Casal do Meio, Sesimbra, no final da escavação, em 1973. Observa-se a coroa circular periférica do tumulus que cobria totalmente o monumento, o corredor (*dromos*), selado junto da entrada por uma grande pedra (*stomion*), e a câmara, de planta circular, coberta por uma falsa cúpula cuja parte superior seria de adobe. Foto de O. da Veiga Ferreira/K. Spindler. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



xxxvi Sepultura n.º 1 do monumento Roça do Casal do Meio, em decúbito dorsal. Observa-se a fractura do húmero direito, resultante de violação antiga do monumento. Foto de O. da Veiga Ferreira/K. Spindler. Arquivo O. da Veiga Ferreira.





xxxvii Sepultura n.º 2 do monumento do Bronze Final da Roça do Casal do Meio, Sesimbra, em decúbito lateral, com pernas e braços flectidos, assente em banquetta argilosa, com rebordo, encostada à parede da câmara.  
Foto de O. da Veiga Ferreira/K. Spindler.  
Arquivo O. da Veiga Ferreira.



xxxviii Espólio metálico da sepultura do Bronze Final da Roça do Casal do Meio. Em cima: fecho de cinto, talvez fina tira de couro, dada a fragilidade da peça e uma fíbula de enrolamento no arco, de modelo siciliano, pertencentes à sepultura n.º 1. Em baixo: pinças de bronze depilatórias e argola, da sepultura n.º 1 (grande pinça) e da sepultura 2 (pequena pinça e argola). Fotos de M. Leitão. Arquivo O. da Veiga Ferreira.



Museu Geológico  
do INETI.

## *Bibliografia*

Importa explicar, antes de mais, o elevado número de referências bibliográficas desmesurado à primeira vista. Ele justifica-se, porém, na perspectiva de os mais interessados poderem complementar a aprendizagem, sobretudo em áreas específicas da matéria, sem embargo de os conhecimentos adquiridos poderem ser confrontados, globalmente, em diversas obras de carácter abrangente, ou generalista, que constam de uma Bibliografia Geral (por vezes apenas interessa um ou outro capítulo das obras referidas). Quanto à Bibliografia Especializada, esta apresenta-se organizada segundo a estrutura da presente obra. Deste modo, ficará à disposição de todos uma fonte de informação que sobreviverá à leitura daquela obra, constituindo potencial ponto de partida não apenas para ulteriores aprofundamentos temáticos específicos, mas sobretudo verdadeiro instrumento de trabalho, à disposição de todos.

A notável produção científica na área da Pré-História, verificada em Portugal nos últimos anos, justifica o facto de boa parte da bibliografia citada ser da última ou já da presente década: facto que conduz, outrossim, à certeza da sua inevitável e rápida desactualização.

- Alarcão, J. de (1999) – *A Arqueologia numa encruzilhada de disciplinas*. Estudos Pré-Históricos. Viseu. 7: 5-14.
- Alarcão, J. de (coordenado por, 1990) – *Portugal das origens à Romanização*. Nova História de Portugal (direcção de J. Serrão e A. H. de Oliveira Marques). Lisboa, Presença, vol. 1.
- Alarcão, J. de & Jorge, V. Oliveira (coordenado por, 1997) – *Pensar a Arqueologia, hoje*. Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Debates, 1).
- Amilibia, A. M. Muñoz; Valdés, V. Cabrera; Vega, A. Fernández; López, S. Ripoll; Grande, A. Hernando; Fernández, M. Menéndez; Pedraz, M. P. Nicolás & Perelló, E. Ripoll (1996) – *Unidades didácticas de Prehistoria*. Madrid, Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Vol. 1 (Paleolítico e Mesolítico); Vol. 2 (do Neolítico à Protohistória).
- Barandiarán, I, et al. (1999) – *Prehistoria de la Península Ibérica*. 2.ª Edição. Barcelona, Ariel.
- Carvalho, G. Soares de; Ferreira, A. de Brun & Senna-Martinez, J. C. de (coordenado por, 1993) – *O Quaternário em Portugal – balanço e perspectivas*. Lisboa, Colibri.
- Cerdá, F. Jordá; Catalán, M. Pellicer; Martínez, P. Acosta & Almagro-Gorbea, M. (1989) – *Historia de España*. Madrid, Gredos, vol. 1.
- Chapman, R. (1991) – *La formación de las sociedades complejas - el suroeste de la Península Ibérica en el marco del Mediterráneo occidental*. Barcelona, Crítica.
- Ferreira, O. da Veiga & Leitão, M. (1981) – *Portugal Pré-Histórico – seu enquadramento no Mediterrâneo*. Mem Martins, Europa América.
- Gamble, C. (1990) – *El poblamiento paleolítico de Europa*. Barcelona, Crítica.
- Herrera, M. Cano; Brunet, T. Chapa; Castro, G. Delibes de; Romanillo, J. A. Moure; Querol, M. A. & Gómez, M. Santonja (1984) – *Manual de Prehistoria Universal*. Madrid, Najera, vol. 1.
- Jorge, S. Oliveira (1998) – *Domesticar a terra*. Lisboa, Gradiva (Trajectos Portugueses, 45).
- Jorge, V. Oliveira (1999) – *Que é a Arqueologia?. Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 39 (3/4): 151-154.
- Mattoso, J. (dirigido por, 1993) – *História de Portugal*, vol. 1 - Antes de Portugal. Lisboa, Estampa.
- Medina, J. (dirigido por, s/d) – *História de Portugal – dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Lisboa, Ediclube, vol. 1.
- Renfrew, C. (dirigido por, 1973) – *The Explanation of Culture Change – models in Prehistory*. Surrey, Duckworth.
- Renfrew, C. (1986) – *El Alba de la Civilización – la revolución del radiocarbono y la Europa Prehistórica*. Madrid, Istmo.
- Renfrew, C. & Bahn, P. (1993) – *Arqueologia. Teoria, Métodos y Práctica*. Madrid, AKAL.
- Savory, H. N. (1968) – *Spain and Portugal*. Londres, Thames & Hudson. Com tradução portuguesa, Lisboa, Verbo (1969).

- Santos, M. Farinha dos (1985) – *Pré-História de Portugal* (3ª edição). Lisboa, Verbo.
- Silva, A. Coelho Ferreira da; Raposo, L. & Silva, C. Tavares da (1993) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa, Universidade Aberta, 57.
- Torres, C. & Jorge, V. Oliveira (coordenado por, 1999) – *A Arqueologia e os outros Patrimónios*. Porto, Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular.
- Veiga, S. P. M. Estácio da (1886-1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa, Imprensa Nacional. 4 vols.
- Zbyszewski, G. (1957) – Le Quaternaire du Portugal. *Bol. Soc. Geol. Portugal*, 13 (1/2), 227 p.

*As seguintes obras permitirão um melhor enquadramento da Arqueologia, compreendendo-a no âmbito das ciências humanas. Tais obras, que correspondem a reflexão teórica ultimamente produzida no âmbito da investigação arqueológica portuguesa, contêm outras referências importantes, cuja pesquisa se deixa ao critério de cada um, em função dos seus interesses:*

- Alarcão, J. de (1993) – A dimensão antropológica da Arqueologia. *Biblos*, 49, pp. 470-477.
- Alarcão, J. de (1993/1994) – Ainda sobre a conciliação das Arqueologias. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 11/12: 211-221.
- Alarcão, J. de (1995) – Para uma epistemologia da Arqueologia. *Conimbriga*, 34, pp. 5-32.
- Alarcão, J. de (1996) – A historicidade do encontro com o Passado. *Máthesis*, 5, pp. 123-142.
- Alarcão, J. de (1996) – *Para uma conciliação das Arqueologias*. Porto, Afrontamento.
- Alarcão, J. de (1997) – *Discurso de Investidura como Doutor Honoris Causa*. Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.
- Alarcão, J. de (1997) – A Arqueologia Contextualista. *Máthesis*, 6, pp. 11-32.
- Alarcão, J. de (1999) – A Arqueologia numa encruzilhada de disciplinas. *Estudos Pré-Históricos*, 7, pp. 5-14.
- Alarcão, J. de (2000) – Actualidade e perplexidade da Arqueologia portuguesa. *Era – arqueologia*, 1, pp. 91-99.

## Bibliografia Especializada

### I PARTE – INTRODUÇÃO

- Almeida, F. de (1973) – Prof. Joaquim Fontes. *Actas das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1972), 1, pp. 19-24.
- Almeida, F. de (1980) – *Elogio Histórico do Ten.-Cor. Afonso do Paço*. Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 96.
- Almeida, J. Mendes de (1997/1998) – No 4.º Centenário da 2.ª Edição dos *De Antiquitatibus Lusitaniae Libri Quattuor* (Roma, 1597). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 7, pp. 227-234.

- Brandão, D. de Pinho (1969) – José Leite de Vasconcellos. *Bol. Cultural*. Porto, Câmara Municipal, 21 (3/4), 88 p.
- Cardoso, J. L. (1997) – *In Memoriam* O. da Veiga Ferreira (1917-1997). *Comunic. Inst. Geol. Mineiro*, 83, pp. 153-170.
- Cardoso, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa. *Al-madan*, Série II, 8: 138-156.
- Cardoso, J. L. (1999/2000) – Georges Zbyszewski (1909-1999). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, pp. 9-20.
- Cardoso, J. L. (2000) – Como nasceu a Arqueologia em Portugal. *O Estudo da História*. Lisboa. 4: 9-30.
- Cardoso, J. L. & Rolão, J. M. (1999/2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, pp. 83-240.
- Cardozo, M. (1961) – *Francisco Martins Sarmiento. Esboço da sua Vida e Obra Científica*. Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento.
- Cardozo, M. (1966) – A Associação dos Arqueólogos Portugueses e a Sociedade Martins Sarmiento, duas instituições precursoras dos estudos arqueológicos em Portugal. *Comemoração do Primeiro Centenário*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, pp. 145-154.
- Corrêa, A. A. Mendes (1947) – Histoire des recherches préhistoriques en Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 11 (1/2), pp. 115-170.
- Corrêa, A. Mendes (1951) – Reverendo Pe. Eugénio Jalhay, S.J. *Arqueologia e História*, série VIII, 5, pp. 69-82.
- Diniz, M. & Gonçalves, V. S. (1993/1994) – Na 2.<sup>a</sup> metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. *O Arqueólogo Português*, s. IV, 11/12, pp. 175-187.
- Fabião, C. (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope*, 2, pp. 9-26.
- Fabião, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal - I. *Al-Madan*, Série II, 8, pp. 86-108.
- Ferreira, O. da Veiga (1964) – Abel Viana (1896-1964). *Revista de Guimarães*, 74 (1/2), pp. 172-176.
- Ferreira, O. da Veiga (1970) – Tenente-Coronel Manuel Afonso do Paço (1895 – 1968). *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1969), 2, pp. 9-35.
- Gonçalves, V. S. (1978) – A emergência da Pré-História como disciplina independente (1800-1847). *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, S. IV, 2, pp. 335-364.
- Gonçalves, V. S. (1980) – *Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal (1880-1891)*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Heleno, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*, S. II, 3, pp. 239-246.
- José Leite de Vasconcellos. Livro do Centenário (1858-1958)*. Lisboa, Imprensa Nacional.

- Machado, J. T. Montalvão (1962) – Como surgiu em Portugal a primeira sociedade de Arqueologia. *Arqueologia e História*, S. VIII, 9, pp. 117-145.
- Martins, A. C. N. (2001) – Estudos pré-históricos e nacionalismo: uma perspectiva possidoniana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (1), pp. 61-93.
- Paço, M. A. do (1951) – Padre Eugénio Jalhay. *Arqueologia e História*, Série VIII, 5, pp. 31-66.
- Ribeiro, O.; Lautensach, H. & Daveau, S. (1991, 1994) – Geografia de Portugal. 1- *A Posição Geográfica e o Território*; 2- *O Ritmo Climático e a Paisagem* (2.ª edição). Lisboa, Edições João Sá da Costa, Lda.
- Santos, M. Farinha dos (1980) – Estudos de Pré-História em Portugal de 1850 a 1880. *Anais da Academia Portuguesa da História*, S.II, 26 (2), pp. 253-297.
- Santos, M. Farinha dos (1985) – *Elogio do Prof. Doutor D. Fernando de Almeida*. Academia Portuguesa da História, 57p., Lisboa.
- Santos, M. Farinha dos (1981) – Contribuição de Martins Sarmento para a Arqueologia pré-romana de Portugal. *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Guimarães, 4, pp. 127-135.
- Santos, M. Farinha dos (1982) – Antropologia Pré-Histórica em Portugal. *Anais da Academia Portuguesa da História*, s. II, 27, pp. 131-158.
- Santos, M. Farinha dos (1987) – Os estudos de Pré-História e Arqueologia na Academia Portuguesa da História. *Actas do Cinquentenário da Academia Portuguesa da História* (Lisboa, 1956). Lisboa, pp. 313-332.
- Silva, A. C. (1999) – Arqueologia portuguesa no século XX. Um testemunho muito pessoal. *Al-madan*, Série II, 8, pp. 133-137.
- Vilhena, H. de (1937) – *O Dr. António dos Santos Rocha*. Lisboa, 279 pp.
- Zilhão, J. (1993) - As origens da arqueologia paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J. F. Nery Delgado. *Arqueologia e História*, série X, 3, pp. 111-125.
- Zbyszewski, G. (1966) – Adieu l'Abbé Breuil! *In Memoriam* do Abade Henri Breuil. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2, pp. 361-373.

## II PARTE – OS CAÇADORES-RECOLECTORES DO PALEOLÍTICO

### E DO PÓS-GLACIÁRIO

#### 2.1 – O Paleolítico Inferior Arcaico do território português no quadro europeu e africano: os dados e os problemas

- Bermúdez de Castro, J. M. (1998) – Hominídeos de Atapuerca: el primer poblamiento de Europa. *Los primeros pobladores de Europa: últimos descubrimientos y debate actual*. Workshop de Burgos (Burgos, 1996). Burgos: 45-66.
- Bonifay, E. & Vandermeersch, B. (dirigido por, 1991) – *Les premiers européens*. Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques.
- Carbonell, E. et al. (2000) – Las primeras ocupaciones humanas en la Península Ibérica. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 2: 11-16.

- Cardoso, J. L. (1996) – As praias calabrianas da Estremadura Portuguesa e as primeiras comunidades peninsulares: o estado da questão. *Actas dos 2<sup>a</sup> Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (Cascais, 1995), 1, pp. 213-254.
- Raposo, L. (1985) – Le Paléolithique Inférieur Archaïque au Portugal. Bilan des connaissances. *Bull. Soc. Préhist. Fr.*, 82 (6), pp. 173-180.
- Raposo, L. & Cardoso, J. L. (2000) – A questão das primeiras ocupações humanas do território português, no quadro europeu e circum-mediterrânico: história das investigações, situação actual, perspectivas futuras. *Actas das II Jornadas do Quaternário* (Porto, 2000). Porto: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário.
- Raposo, L. & Carreira, J. Roque (1986) – Acerca da existência de complexos pré-acheulenses no território português. *O Arqueólogo Português*, S. IV, 4, pp. 7-90.
- Raposo, L. & Santonja, M. (1995) – The earliest occupation of Europe: the Iberian Peninsula. In *The Earliest occupation of Europe* (editado por W. Roebroeks & T. van Kolfschoten). Leiden, University of Leiden, pp. 7-25.

*2.2 – O Acheulense Antigo, o Acheulense Médio e o Acheulense Superior. Evolução tecno-tipológica da utensilagem, distribuição geográfica das principais estações e enquadramento cronostratigráfico. Bases de subsistência e organização social*

- Breuil, H. & Zbyszewski, G. (1942, 1945) – Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la Géologie du Quaternaire. 1- Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage; 2- Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage. *Comunic. Serv. Geol. Portugal*, 23 e 26.
- Cardoso, J. L. & Zbyszewski, G. (1978) – As indústrias paleolíticas de Samouco e sua posição dentro do conjunto quaternário do baixo Tejo. *Comunic. Serv. Geol. Portugal*, 63, pp. 567-609.
- Cunha-Ribeiro, J. P. (1992/1993) – Contribuição para o estudo do paleolítico do vale do Lis no seu contexto crono-estratigráfico. *Portugália*, N.S., 13/14, pp. 7-113.
- Cunha-Ribeiro, J. P. (2000) – A indústria lítica do Casal do Azemel no contexto da evolução do Paleolítico Inferior na Ibéria Ocidental. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 2: 137-167.
- G. E. P. P. (1983) – A estação paleolítica de Vilas Ruivas (Ródão). Campanha de 1979. *O Arqueólogo Português*, S. IV, 1, pp. 15-38.
- Meiros, J. (1994) – As indústrias líticas pré-históricas do litoral do Minho (Portugal) e o seu quadro litoestratigráfico. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (3/4), pp. 17-42.
- Penalva, C. (1987) – Les industries Acheuléennes du Portugal. *L'Anthropologie*, 91 (1), pp. 45-68.
- Raposo, L. (1996) – Quartzite bifaces and cleavers in the Final Acheulian assemblage of Milharós (Alpiarça, Portugal). In *Non-Flint Stone Tools and the Palaeolithic*

*Occupation of the Iberian Peninsula* (editado por N. Moloney, L. Raposo & M. Santonja). BAR International Series, 649, pp. 151-165.

- Raposo, L. (1997) – Paleolítico do Algarve. In *Noventa Séculos entre a serra e o mar*. Lisboa, IPPAR, pp. 137-154.
- Santonja, M. (1992) – La adaptación al medio en el Paleolítico Inferior de la Península Ibérica – elementos para una reflexión. In *Elefantes, ciervos y ovicaprinos – economía y aprovechamiento del medio en la Prehistoria de España y Portugal* (editado por J. Moure Romanillo). Santander, Universidad de Cantabria, pp. 37-76.
- Zbyszewski, G. (1946) – Étude géologique de la Région d'Alpiarça. *Comunic. Serv. Geol. Portugal*, 27, pp. 145-267.
- Zbyszewski, G. (1974) – L'Âge de la Pierre Taillée au Portugal. *Les Dossiers de l'Archéologie*, 1974 (4), pp. 19-30.
- Zbyszewski, G. & Penalva, C. (1988) – Considerações sobre a distribuição geográfica do triedro acheulense no Norte de África e na Península Ibérica. *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*, 2, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 15-27.
- Zbyszewski, G.; Cardoso, J. L. & André, M. C. (1992) – *O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa*. Oeiras, Estudos Arqueológicos de Oeiras, 3.

### 2.3 – O Paleolítico Médio. O complexo mustierense em Portugal e suas características.

- Antunes, M. Telles (1990/1991) – O Homem da gruta da Figueira Brava (ca. 30000 BP). Contexto ecológico, alimentação, canibalismo. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, 31, pp.487-536.
- Cardoso, J. L. & Raposo, L. (1995) – As indústrias paleolíticas da gruta da Figueira Brava (Setúbal). *Actas da Terceira Reunião do Quaternário Ibérico* (Coimbra, 1993). Coimbra, pp. 451-456.
- Cardoso, J. L.; Raposo, L. & Ferreira, O. da Veiga (2002) – *A Gruta Nova da Columbeira - Bombarral*. Câmara Municipal do Bombarral.
- Raposo, L. (1995) – Ambiente, territorios y subsistencia en el Paleolítico Medio de Portugal. *Complutum*, 6, pp. 57-67.
- Raposo, L. & Cardoso, J. L. (1998) – Las indústrias líticas de la Gruta Nova da Columbeira (Bombarral, Portugal) en el contexto del Mustierense Final de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*, 55 (1), pp. 39-62.
- Raposo, L. & Cardoso, J. L. (1998) – *O sítio do Paleolítico Médio da Conceição (Alcochete)*. Lisboa, Centro de Estudos e Monitorização Ambiental da Lusoponte, 74 p.
- Toscano, L. G. Vega; Raposo, L. & Santonja, M. (1999) – Environments and settlement in the Middle Palaeolithic of the Iberian Peninsula. In *The Middle Palaeolithic of Europe* (editado por W. Roebroeks & C. Gamble). Leiden, University of Leiden, pp. 23-48.
- Zilhão, J. (1998) – The extinction of Iberian neanderthals and its implications for the origins of modern humans in Europe. In Facchini, F. et al.(eds.). *XIII International Congress of Prehistoric and Protohistoric Sciences. Proceedings* (Forlì, 1996). Forlì. Abaco. 2: 299-312.

Zilhão, J. (2000) – The Ebro frontier: a model for the late extinction of Iberian Neanderthals. Stringer, C. et al. (2000) – *Neanderthals on the edge: 150th anniversary conference of the Forbes Quarry discovery, Gibraltar*. Oxford. Oxbow Books: 111-121.

## 2.4 – O Paleolítico Superior e a emergência do Homem Moderno na Península Ibérica.

Aubry, t. (2001) – L'occupation de la basse vallée du Côa pendant le Paléolithique Supérieur. Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique. Actes du Colloque de la VIII Commission de l'UISPP (Vila Nova de Foz Côa, 1998). *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 17: 253-273.

Aubry, T. & Moura, M. H. (1994) – Paleolítico da Serra de Sicó. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (3/4), pp. 43-61.

Aubry, T. & Moura, M. H. (1995) – Nouvelles données sur les occupations paléolithiques de la region de Redinha (Serra de Sicó, Portugal). *Actas da 3.ª Reunião do Quaternário Ibérico* (Coimbra, 1993): 439-449.

Aubry, T. & Moura, M. H. (1997) – Les occupations de la grotte de Buraca Grande depuis le Paléolithique Supérieur et les apports de la séquence holocène a l'étude de la transition mésolithique néolithique au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 94 (2) : 182-190.

Aubry, T. et al. (2001) – Modalités d'occupations au Paléolithique Supérieur dans la grotte de Buraca Escura (Redinha, Pombal, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (2): 19-46.

Baptista, A. M. (1999) – *No tempo sem tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa, 186 p.

Bicho, N. F. (1993) – Late Glacial Prehistory of Central and Southern Portugal. *Antiquity*, 67, pp. 761-775.

Bicho, N. F. (2000) – Revisão crítica dos conhecimentos actuais do Paleolítico Superior português. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 2: 425-442.

Bicho, N. F. (2000) – *Technological change in the Final Upper Paleolithic of Rio Maior*. Tomar, CEIPHAR (*Arkeos*, 8).

Bicho, N.; Hockett, B.; Haws, J. & Belcher, W. (2000) – Hunter-gatherer subsistence at the end of the Pleistocene: preliminary results from Picareiro Cave, Central Portugal. *Antiquity*, 74 (3), pp. 500-506.

Cardoso, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos Grandes Mamíferos do Plistocénio Superior de Portugal*. Oeiras, Câmara Municipal, 567 p.

Cardoso, J. L. & Gomes, M. V. (1994) – Zagaia do Paleolítico Superior de Portugal. *Portugália*, N.S., 15, pp. 7-31.

Duarte, C. et al. (1999) – The early Upper Paleolithic human skeleton from the Abrigo do Lagar Velho (Portugal) and modern human emergence in Iberia. *Proc. Natl. Acad. Sci. USA*, 96, pp. 7604-7609.

García, M. et al. (2000) – Observaciones en torno a las grafias de estilo paleolítico de la Gruta de Escoural y su conservacion (Santiago do Escoural, Montemor o

- Novo, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3 (2), pp. 5-14.
- Marks, A. E. (2000) – Upper Paleolithic occupation of Portugal: residents vs. visitors. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 2: 341-349.
- Mercier, N. *et al.* (2001) – Application de la méthode de la thermoluminescence à la datation des occupations paléolithiques de la vallée du Côa. Les premiers hommes modernes de la Péninsule Ibérique. *Actes du Colloque de la VIII Commission de l'UISPP* (Vila Nova de Foz Côa, 1998). *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 17: 275-280.
- Santos, M. Farinha dos (1964) – Vestígios de pinturas rupestres descobertos na gruta do Escoural. *O Arqueólogo Português*, S. II, 5, pp. 5-47.
- Santos, M. Farinha dos (1967) – Novas gravuras rupestres descobertas na gruta do Escoural. *Revista de Guimarães*, 77 (1/2), pp. 18-34.
- Santos, M. Farinha dos; Gomes, M. Varela & Monteiro, J. Pinto (1980) – Descobertas de arte rupestre na gruta do Escoural (Évora, Portugal). *Altamira Symposium*, pp. 205-242.
- Straus, L. G.; Bicho, N. & Winegardner, A. C. (2000) – The Upper Paleolithic settlement of Iberia: first generation maps. *Antiquity*, pp. 553-566.
- Thacker, P. (2001) – The aurignacian campsite at Chainça, and its relevance for the earliest Upper Paleolithic settlement of the Rio Maior vicinity. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (1), pp. 5-15.
- Trinkaus, E.; Zilhão, J. & Duarte, C. (2001) – O menino do Lapedo. Lagar Velho 1 and perceptions of the Neandertals. *Archaeological Dialogues*, 8 (1), pp. 49-69.
- Vives, M. de la Rasilla & Rodríguez, C. Llana (1995) – Del Solutrense en la Península Iberica: el Solutrense en Portugal y los inicios del Solutrense. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (4), pp. 89-103.
- Zambujo, G. & Pires, A. (1999) – O sítio arqueológico da Vala, Silves: Paleolítico Superior e Neolítico Antigo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2 (1), pp. 5-24.
- Zilhão, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura Portuguesa*, 2 Vol. Lisboa, Colibri.
- Zilhão, J. (coordenado por, 1997) – *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa. Trabalhos de 1995 e 1996*. Lisboa, Ministério da Cultura.
- Zilhão, J. (2000) – la puesta en valor del arte rupestre del valle del Côa (Portugal). *Trabajos de Prehistoria*, 57 (2), pp. 57-64.
- Zilhão, J. (2000) – Nature and Culture in Portugal from 30 000 to 20 000 BP. In Roebroeks, W. *et al.* (ed.), *Hunters of the Golden Age: the Mid Palaeolithic of Eurasia 30 000 – 20 000 BP*. Leiden. University of Leiden: 337-354.
- Zilhão, J. (2000) – Fate of the Neandertals. *Archaeology* (The Archaeological Institute of America), July / August 2000, pp. 25-31.
- Zilhão, J. (2001) – Le Paléolithique Supérieur du Portugal. Bilan quinquennal. 1997-2001. *XIV Congrès UISPP—Commission VIII* (Liège, 2001). Liège, ERAUL, 97, pp. 161-171.
- Zilhão, J. & D'Errico, F. (1999) – The chronology and taphonomy of the earliest Aurignacian and its implications for the understanding of Neanderthal extinction. *Journal of World Prehistory*. New York. 13 (1): 1-68.

- Zilhão, J.; Aubry, T. & Almeida, F. (1999) – Un modèle technologique pour le passage du Gravettien au Solutréen dans le Sud-Ouest de l'Europe. In Sacchi, D. (ed.), *Les faciès leptolithiques du nord-ouest méditerranéen: milieux naturels et culturels*. XXIV Congrès Préhistorique de France (Carcassonne, 1994). Carcassonne: 165-183.
- Zilhão, J.; Aubry, T. & Carvalho, A. F. (1999) – L'art rupestre de la vallée du Côa. Aperçu général des problèmes de recherche et de gestion. *Anthropologie et Préhistoire*, 110, pp. 47-59.
- Zilhão, J. et al. (1998 / 1999) – Art rupestre et archéologie de la vallée du Côa (Portugal). *Préhistoire Anthropologie Méditerranéennes*, 7/8, pp. 89-117.

## 2.5 – O fim dos tempos plistocénicos e o início do Holocénico.

- Almeida, F. et al. (1999) – Novas perspectivas para o estudo do Epipaleolítico do interior alentejano: notícia preliminar sobre a descoberta do sítio arqueológico da Barca do Xerez de Baixo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2 (1), pp. 25-38.
- Antunes, M. Telles & Cunha, A. Santinho (1992 / 1993) – Violência, rituais e morte entre os "bons selvagens" de Muge. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Ciências*, 32, pp. 197-239.
- Araújo, A. C. (1993) – A estação mesolítica do Forno da Telha (Rio Maior). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33 (1/2), pp. 15-50.
- Araújo, A. C. (1995/1997) – A indústria lítica do concheiro de Poças de S. Bento (Vale do Sado) no seu contexto regional. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 13/15, pp. 87-159.
- Araújo, A. C. (1998) – O concheiro de Toledo (Lourinhã) no quadro das adaptações humanas do Pós-Glaciário. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1 (2), pp. 19-38.
- Arnaud, J. M. (1987) – Os concheiros mesolíticos do Vale do Tejo e Sado: semelhanças e diferenças. *Arqueologia*, 15, pp. 53-64.
- Arnaud, J. M. (1990) – Le substrat mésolithique et le processus de néolithisation dans le sud du Portugal. In *Rubané et Cardial* (editado por D. Cahen & M. Otte). Liège, Université de Liège, pp. 437-446.
- Arnaud, J. M. (2000) – Os concheiros mesolíticos do vale do Sado e a exploração dos recursos estuarinos (nos tempos históricos e na actualidade). *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa. 14, pp. 21-43.
- Bicho, N. F. (1995/1997) – A ocupação epipaleolítica do Abrigo Grande das Bocas. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 13/15, pp. 53-85.
- Costa, F. A. Pereira de (1865) – *Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa, Comissão Geológica de Portugal.
- Gonzalez Morales, M. R. & Arnaud, J. E. M. (1990) – Recent research on the Mesolithic in the Iberian Peninsula: problems and perspectives. In *Contributions to the Mesolithic in Europe* (editado por P. M. Vermeersch & P. Van Peer). Leuven University Press, pp. 451-461.
- Lubell, D. & Jackes, M. (1985) – Mesolithic-Neolithic continuity: evidence from chronology and human biology. *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico* (Lisboa, 1985), Lisboa, pp. 113-133.

10

- Marchand, G. (2001) – Les traditions techniques du Mésolithique Final dans le sud du Portugal : les industries lithiques des amas coquilliers de Várzea da Mó et de Cabeço do Rebolador (fouilles M. Heleno). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (2): 47-114.
- Marchand, G. (2001) – Les traditions techniques du Mésolithique final dans le sud du Portugal : les industries lithiques des amas coquilliers de Várzea da Mó et de Cabeço do Rebolador (fouilles M. Heleno). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (2), pp. 47-110.
- Oliveira, F. de Paula e (1892) – Nouvelles fouilles faites dans les *Kjoekkenmoeddings* de la vallée du Tage (mémoire posthume). *Comunic. Trab. Geol. Portugal*, 2, pp. 57-81.
- Raposo, L. (1994) – O sítio de Palheirões do Alegria e a “Questão do Mirense”. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana* (editado por J. M. Campos, J. A. Pérez & F. Gómez). Huelva, Universidad de Huelva, pp. 55-59.
- Ribeiro, C. (1884) – Les *Kjoekkenmoeddings* de la vallée du Tage. C. - R. IX Session Cong. Inter. Anthropol. Préhist. (Lisboa, 1880), Lisboa, pp. 279-290.
- Roche, J. (1953) – *L'industrie préhistorique du Cabelo d'Amoreira (Muge)*. Porto, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular / Instituto para a Alta Cultura.
- Roche, J. (1960) – *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião (Muge - Portugal)*. Lisboa, Instituto de Alta Cultura.
- Roche, J. (1967) – Les collections mésolithiques du Musée des Services Géologiques du Portugal. *Comunic. Serv. Geol. Portugal*, 51, pp. 221-242.
- Silva, A. C. (1994) – Problemática das “indústrias macrolíticas” do Guadiana. In *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadalquivir* (editado por J. M. Campos, J. A. Pérez & F. Gómez). Huelva, Universidad de Huelva, pp. 71-89.
- Silva, F. A. P. (2000) – A estação epipaleolítica-mesolítica do Cabeço Branco (Portinho, Oiã, Oliveira do Bairro, Aveiro). *Arqueologia*, 25, pp. 79-93.
- Soares, J. (1995) – Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste: transformações e permanências. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 35 (2), pp. 27-54.
- Soares, J. (1997) – A transição para as formações sociais neolíticas na Costa Sudoeste portuguesa. In *O Neolítico Atlântico e as orixes do Megalitismo* (editado por A. Rodríguez Casal), Actas do Coloquio Internacional (Santiago de Compostela, 1996). Santiago de Compostela, pp. 587-608.
- Zilhão, J. (1992) – Estratégias de povoamento e subsistência no Paleolítico e no Mesolítico em Portugal. In *Elefantes, ciervos y ovicaprinos – economía y aprovechamiento del medio en la prehistoria de España y Portugal* (editado por A. Moure Romanillo). Santander, Universidad de Cantabria, pp. 149-172.
- Zilhão, J. (1998) – A passagem do Mesolítico ao Neolítico na Costa do Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1 (1), pp. 27-44.
- Zilhão, J. (1998) – On logical and empirical aspects of the Mesolithic-Neolithic transition in the Iberian Peninsula. *Current Anthropology*, 39 (5): 690-698.
- Zilhão, J. (2000) – From the Mesolithic to the Neolithic in the Iberian Peninsula. In Price, T. D. (ed.). *Europe's first farmers*. Cambridge. Cambridge University Press: 144-182.

### III PARTE – ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES

#### CAMPONESAS

- Annaud, J. M. (1978) – *O megalitismo em Portugal: problemas e perspectivas*. Actas III Jornadas de Arqueologia Pré-histórica (Lisboa, 1977), 1, pp. 99-112.
- Araújo, A. C.; Cauwe, N. & Santos, A. I. (1996) – V.1. Les occupations néolithiques de la grotte d'Escoural (Prov. d'Évora, Portugal). Inventaire descriptif. *Recherches préhistoriques à la Grotte de Escoural*, Liège, ERAUL, 65, pp. 243-286.
- Baptista, A. M. (1981) – *A rocha F-155 e a origem da arte do Vale do Tejo*. Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto (Monografias Arqueológicas, 1).
- Cardoso, J. L.; Carvalho, A. F. & Norton, J. (1998) – A estação do Neolítico Antigo de Cabranosa (Sagres, Vila do Bispo): estudo dos materiais e integração cronológico-cultural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 16: 55-96.
- Cardoso, J. L.; Caninas, J. C. & Henriques, F. (1997) – Contributos para o conhecimento do megalitismo na Beira Interior (Portugal): a região do Tejo Internacional. *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular* (Zamora, 1996). Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 2, pp. 207-215.
- Cardoso, J. L.; Carreira, J. R. & Ferreira, O. da Veiga (1996) – Novos elementos para o estudo do Neolítico Antigo da região de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, pp. 9-26.
- Cardoso, J. L.; Caninas, J. C.; Gradim, A. & Joaquim, A. N. (2002) – Menires do Alto Algarve oriental: Lavajo I e Lavajo II (Alcoutim). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5 (2), pp. 99-133.
- Carvalho, A. Faustino de (1999) – Os sítios de Quebradas e da Quinta da Torrinha (Vila Nova de Foz Côa) e o Neolítico Antigo do Baixo Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 2 (1), pp. 39-70.
- Carvalho, A. Faustino de Carvalho (2001) – Current perspectives on the transition from the Mesolithic to the Neolithic in Portugal. *Neolithic Landscapes of the Mediterranean*. Valência: Universitat de València (Saguntum Extra).
- Diniz, M. (2000) – As comunidades neolíticas no interior alentejano: uma leitura cultural e cronológica. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto, 3, pp. 23-33.
- Diniz, M. (2001) – O sítio neolítico da Valada do Mato, Évora: problemas e perspectivas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (1), pp. 45-59.
- Gomes, M. V. (1990) – A rocha 49<sup>1</sup> de Fratel e os períodos estilizado-estático e estilizado-dinâmico da arte do Vale do Tejo. *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*, 1, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, pp. 151-177.
- Gomes, M. V. (1994) – Menires e cromeleques no complexo cultural megalítico português. Trabalhos recentes e estado da questão. *Estudos Pré-Históricos*, 2, pp. 317-342.
- Gomes, M. V. (1997) – Megalitismo do Barlavento algarvio - breve síntese. *Setúbal Arqueológica*, 11/12, pp. 147-190.
- Gomes, M. V. (2000) – Cromeleque do Xarez – a ordenação do caos. *Memórias de Odiana*, 2, pp. 21-190.
- Gomes, M. V. (2000) – *A rocha 175 de Fratel – iconografia e interpretação*. Estudos Pré-Históricos, 8, pp. 81-112.

- Gomes, R. V.; Gomes, M. V. & Santos, M. Farinha dos (1983) – O santuário exterior do Escoural (Montemor-o-Novo, Évora). *Zephyrus*, pp. 287-307.
- Gonçalves, V. S. (1992) – *Reverendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica (Cadernos da Uniarch, 2).
- Gonçalves, V. S. (1999) - *Reguengos de Monsaraz - territórios megalíticos*. Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- Gonçalves, V. S. (1999) – Time, landscape and burials 1. Megalithic rites of ancient peasant societies in Central and Southern Portugal: an initial overview. *Journal of Iberian Archaeology*, 1, pp. 83-91.
- Gonçalves, V. S. & Sousa, A. C. (1997) – A propósito do Grupo Megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no Ocidente peninsular. In *O Neolítico Atlântico e as orixes do Megalitismo.*, Actas do Colóquio Internacional (Santiago de Compostela, 1996). Rodríguez Casal, A.(ed.). Santiago de Compostela, pp. 575-585.
- Gonçalves, V. S. & Sousa, A. C. (2000) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente peninsular (espaços de vida, espaços da morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz). *Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo* (Monsaraz, 1996). Gonçalves, V. S. (ed.). *Trabalhos de Arqueologia*, 14, pp. 11-104.
- Gonçalves, V. S.; Balbín-Behrmann, R. & Bueno-Ramírez, P. (1997) – A estela-menir do Monte da Ribeira (Reguengos de Monsaraz, Alentejo, Portugal). *Brigantium*, 10: 235-254.
- Guilaine, J. & Ferreira, O. da Veiga (1970) – Le Néolithique Ancien au Portugal. *Bull. Soc. Préhist. Fr.*, 67 (1), pp. 304-322.
- Jorge, S. Oliveira (2000) – Introdução: breve evolução da Pré-História Recente do Norte de Portugal (do VI ao II milénio AC). Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, 1999). 4: 7-12.
- Jorge, V. Oliveira (1990) – Les monuments mégalithiques du Nord du Portugal. In *Probleme der Megalithgraberforschung. Vortrage zum 100. Geburtstag von Vera Leisner*. Berlim, Walter de Gruyter, pp. 35-52.
- Jorge, V. Oliveira (1990) – Necrópole pré-histórica da Aboboreira (distrito do Porto). Uma hipótese de diacronia. *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1, pp. 205-213.
- Jorge, V. Oliveira (1992) – As mamoas funerárias do Norte de Portugal (do Neolítico à Idade do Bronze Antigo) como elementos indicadores de uma progressiva complexidade social: esboço preliminar da questão. *Revista da Faculdade de Letras* (Porto), Série II, 9, pp. 463-480.
- Jorge, V. Oliveira (1998) – Interpreting the “megalithic art” of Western Iberia: some preliminary remarks. *Journal of Iberian Archaeology*, 0, pp. 69-79.
- Jorge, V. Oliveira (2002) – Arqueologia dos monumentos da Pré-história recente – algumas suestões interpretativas. *Revista da Faculdade de Letras do Porto, Ciências e Técnicas do Património*, Série I, 1, pp. 13-26.
- Leisner, G. (1934) – Die Malereien des Dolmen Pedra Coberta. *IPEK*, 9, pp. 23-44.
- Leisner, G. & Leisner, V. (1953) – *Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa, Instituto para a Alta Cultura.

- Leisner, G. & Leisner, V. (1956, 1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin, Walter de Gruyter (Madrider Forschungen, Band 1 e Band 1/2).
- Leisner, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin, Walter de Gruyter (Madrider Forschungen, Band 1/3).
- Leisner, V. (1998) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin, Walter de Gruyter (Madrider Forschungen, Band 1/4).
- 18 Moita, I. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*, Série II, 3, pp. 135-175. 10
- Moita, I. (1966) – Características predominantes do grupo dolménico na Beira Alta. *Ethnos*, 5, pp. 189-297.
- Monteiro-Rodrigues, S. (2000) – A estação neolítica do Prazo (Freixo de Numão – Norte de Portugal) no contexto do Neolítico Antigo do Noroeste peninsular. Algumas considerações preliminares. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto, 3, pp. 149-180.
- Oliveira, J. M. F. de (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever*, Vol. 1. Lisboa, Colibri.
- Pigott, S. (1953) – The *tholos* tomb in Iberia. *Antiquity*, 27, pp. 137-143.
- Oosterbeek, L. (1985) – A fácies megalítica da gruta do Cadaval. *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico* (Lisboa, 1985), Lisboa, 1, pp. 147-159. 12
- Oosterbeek, L. (1992) – Habitat et territoires de la Préhistoire récente dans le Haut Ribatejo. *Mediterrâneo*, 1, pp. 111-125.
- Oosterbeek, L. (1997) – *Echoes from the East: the Late Prehistory of North Ribatejo*. Tomar, CEIPHAR (Arkeos, 2).
- Sanches, M. J. (1994) – Megalitismo na bacia de Mirandela. *Estudos Pré-Históricos*, 2, pp. 249-284.
- Sanches, M. J. (1996) – *Ocupação Pré-Histórica do Nordeste de Portugal*. Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, Serie Monografias y Estudios.
- Sanches, M. J. (1997) – *Pré-História Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro* (2 Vol.). Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
- Sanches, M. J. (2000) – Reflexões sobre o povoamento do Neolítico Inicial do Norte de Portugal. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto, 3, pp. 181-201.
- Senna-Martinez, J. C. de (1994) – Megalitismo, habitat e sociedades: a bacia do médio e alto Mondego no conjunto da Beira Alta (c. 5200-3000 BP). *Estudos Pré-Históricos*, 2, pp. 15-29.
- Silva, Celso Tavares da (1978) – Gravuras rupestres inéditas da Beira Alta. *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1977), 1, pp. 167-184.
- Silva, C. Tavares da (1997) – O Neolítico Antigo e a origem do Megalitismo no Sul de Portugal. In *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo* (editado por A. Rodriguez Casal), *Actas do Coloquio Internacional* (Santiago de Compostela, 1996). Santiago de Compostela, pp. 575-585.
- Silva, C. Tavares da & Soares, J. (1997) – Economias costeiras na Pré-História do

- Sudoeste Português. O concheiro de Montes de Baixo. *Setúbal Arqueológica*, 11/12, pp. 69-108.
- Silva, C. Tavares da; Soares, J.; Cardoso, J. L.; Cruz, C. Souto & Reis, C. A. Sousa (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas <sup>14</sup>C) e paleoambientais. *Arqueologia*, 14, pp. 59-82.
- Silva, E. J. Lopes da (1994) – Megalitismo do Norte de Portugal: o litoral minhoto. *Estudos Pré-Históricos*, 2, pp. 157-169.
- Silva, F. A. Pereira da (1997) – Problemática em torno do megalitismo do centro-norte litoral de Portugal. In *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo* (editado por A. Rodriguez Casal), Actas do Coloquio Internacional (Santiago de Compostela, 1996). Santiago de Compostela, pp. 635-656.
- Soares, J. & Silva, C. Tavares da (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*, 9/10, pp. 37-88.
- Soares, J. & Silva, C. T. (2000) – Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas. *Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo* (Monsaraz, 1996). Gonçalves, V. S. (ed.). *Trabalhos de Arqueologia*. 16, pp. 117-134.
- Twohig, E. Shee (1981) – *The megalithic art of Western Europe*. Clarendon Press. Oxford.
- Valera, A. C. (1997) – A neolitização da bacia interior do Mondego. *Estudos Pré-Históricos*, 6, pp. 131-148.
- Valera, A. C. (2000) – O sítio arqueológico da Quinta do Soito no contexto do povoamento do Neolítico Antigo da bacia interior do Mondego. *Estudos Pré-Históricos*, 8, pp. 5-17.
- Vilaça, R. (1988) – *Subsídios para o estudo da Pré-História Recente do Baixo Mondego*. Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia*, 5).
- Zilhão, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão: O Neolítico Antigo*. Lisboa, *Trabalhos de Arqueologia*, 6.
- Zilhão, J. (1990) – Le processus de néolithisation dans le centre du Portugal. Cahen, D. & Otte, M. (edts.). *Rubané et Cardial*. Liège. ERAUL: 447-459.
- Zilhão, J. (1993) – The spread of Agro-Pastoral Economies across Mediterranean Europe: a view from the Far West. *Journal of Mediterranean Archaeology*. 6 (1): 5-63.
- Zilhão, J. (2001) – Radiocarbon evidence for maritime pioneer colonization at the origins of farming in West Mediterranean Europe. *Proc. Natl. Acad. Sci. USA*, 98 (24), pp. 14180-14185.
- Zilhão, J. & Carvalho, A. M. Faustino de (1996) – O Neolítico do maciço calcário estremenho - cronostatigrafia e povoamento (Actas I Congrès del Neolític a la Península Ibérica, Gavà-Bellaterra, 1995). *Rubricatum*, 1, pp. 659-671

#### IV PARTE – AS SOCIEDADES COMPLEXAS DO CALCOLÍTICO E DA IDADE DO BRONZE

- Alarcão, J. de (coordenado por, 1996) – *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a.C.* Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.

- Alarcão, J. de (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos ( e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4 (2), pp. 293-349.
- Almagro, M. (1966) – *Las estelas decoradas del Suroeste peninsular*. Madrid, Biblioteca Praehistorica Hispana, 8, 215 pp.
- Almagro-Basch, M. (1972) – Los ídolos y la estela decorada de Hernan Pérez (Cáceres) y el ídolo estela de Tabuyo del Monte (Léon). *Trabajos de Prehistoria*, 29, pp. 83-124.
- Almagro-Basch, M. (1974) – Nuevas estelas decoradas de la Península Ibérica. *Miscelánea Arqueológica*, 1, pp. 4-39. Diputación Provincial de Barcelona, Instituto de Prehistoria y Arqueología.
- Almagro-Gorbea, M. (1972) – La espada de Guadalajara y sus paralelos peninsulares. *Trabajos de Prehistoria*, 29, pp. 55-82.
- Almagro-Gorbea, M. (1993) – La introducción del hierro en la Peninsula Iberica. Contactos precoloniales en el Periodo Protoorientalizante. *Complutum*, 4, pp. 81-94.
- Almagro-Gorbea, M. (1998) – “Precolonizacion” y cambio cultural en el Bronce Atlántico. In *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (editado por S. Oliveira Jorge), *Trabalhos de Arqueologia*, 10, pp. 81-100.
- Anati, E. (1968) – *Arte rupestre nelle Regioni occidentali della Penisola Iberica*. Archivi di Arte Prehistorica (Centro Camuno di Studi Preistorici), 2, 126 pp.
- Armbruster, B. (1995) – O colar de Sintra. *A Idade do Bronze em Portugal – discursos de poder* (S. Oliveira Jorge, coord.). Lisboa, p. 103.
- Armbruster, B. & Parreira, R. (coordenado por, 1993) – *Inventário do Museu Nacional de Arqueologia – coleção de ourivesaria. 1- Do Calcolítico à Idade do Bronze*. Lisboa, Instituto Português de Museus.
- Baptista, A. M. (1983 / 1984) – Arte rupestre do Norte de Portugal: uma perspectiva. *Portugália*, N. S., 4/5, pp. 71-82.
- Barros, L. de (2000) – *O fim do Bronze e a Idade do Ferro no território de Almada*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2 vols.
- Batata, C. & Gaspar, F. (2000) – Arte rupestre da bacia hidrográfica do rio Zêzere. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 4, pp. 575-585.
- Bettencourt, A. M. S. (1998) – O conceito de Bronze Atlântico na Península Ibérica. *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (S. Oliveira Jorge, ed.). Lisboa, pp. 18-34 (Trabalhos de Arqueologia, 10).
- Bettencourt, A. M. S. (2000) – O vale do Cávado (Norte de Portugal) dos finais do III Milénio aos meados do I milénio AC: sequências cronológico-culturais. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 4, pp. 79-93.
- Bettencourt, A. M. S. (2000) – O povoado de São Julião, Vila Verde, Norte de Portugal, nos finais da Idade do Bronze e na transição para a Idade do Ferro. *Cader-nos de Arqueologia* (Universidade do Minho), 10, 148 pp.
- Cardoso, J. L. (1995) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*, 34, pp. 33-74.

- Cardoso, J. L. (1997) – Génese, apogeu e declínio das fortificações calcolíticas da Estremadura. *Zephyrus*, 50, pp. 249-261.
- Cardoso, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia (Oeiras), sentinela do Tejo no terceiro milénio a.C.* Lisboa/Oeiras, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras.
- Cardoso, J. L. (1999) – Copper metallurgy and the importance of other raw materials in the context of Chalcolithic economic intensification in Portuguese Estremadura. *Journal of Iberian Archaeology*, 1, pp. 93-109.
- Cardoso, J. L. (1999/2000) – Aspectos do povoamento da Baixa Estremadura no decurso da Idade do Bronze. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8, pp. 355-413.
- Cardoso, J. L. (2000) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*, 19 (1), pp. 37-56.
- Cardoso, J. L. (2000) – O “fenómeno” campaniforme na Estremadura portuguesa. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto, 4, pp. 353-380.
- Cardoso, J. L. (2000) – Manifestações funerárias da baixa Estremadura no decurso da Idade do bronze e da Idade do Ferro (II e I milénios AC): breve síntese. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999), 5, pp. 61-99.
- Cardoso, J. L. (2002) – O território português no quadro das solidariedades comerciais atlanto-mediterrâneas do Bronze Final. *Discursos*, Série III, 4, pp. 7-54.
- Cardoso, J. L. & Soares, A. M. Monge (1990/1992) – Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*, S. IV, 8/10, pp. 203-228.
- Cardoso, J. L.; Rodrigues, J. S.; Monjardino, J. & Carreira, J. R. (1986) – A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Lisboa-Revista Municipal*, Série II, 15, pp. 3-18.
- Cardoso, J. L.; Caninas, J. C. & Henriques, F. (1998) – Duas cabanas circulares da Idade do Bronze do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). *Estudos Pré-Históricos*, 6, pp. 325-345.
- Coffyn, A. (1985) – *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris, Diffusion De Boccard.
- Coffyn, A. & Sion, H. (1993) – Les relations atlanto-méditerranéennes. Eléments pour une révision chronologique du Bronze Final atlantique. *Méditerranée*, 2, pp. 285-310.
- Cruz, D. J. (1992) – *A mamoa 1 de Chã de Carvalhal (serra da Aboboreira)*. Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra (Conimbriga/ Anexos 1).
- Cruz, D. J. & Gonçalves, A. A. Huet B. (1998/1999) – A necrópole de “Agra de Antas” (S. Paio de Antas, Esposende, Braga). *Portugalia*, Nova Série, 19/20: 5-27.
- Cruz, D. J. & Vilaça, R. (1999) – O grupo de *tumuli* da Senhora da Ouvida (Monteiras/Moura Morta, Castro Daire, Viseu). Resultados dos trabalhos arqueológicos. *Estudos Pré-Históricos*, 7, pp. 129-161.
- Cruz, D. J.; Gomes, L. F. C. & Carvalho, P. M. Sobral de (1998) – O grupo de *tumuli* “da Casinha Derribada” (concelho de Viseu). *Conimbriga*, 37, pp. 5-76.
- Cruz, D. J.; Vilaça, R.; Santos, A. T. & Marques, J. N. (2000) – O Grupo de *tumuli* do Pousadão (Vila Nova de Paiva, Viseu). *Estudos Pré-Históricos*, 8, pp. 125-150.

- Cruz, J. C. Martin de la (1992) – La Peninsula Iberica y el Mediterraneo en el segundo milenio A.C. In *El Mundo Micénico - cinco siglos de la primera civilización europea 1600-1100 a.C.* (editado por J. L. Melena). Madrid, Museo Arqueológico Nacional, pp. 110-114.
- Curado, F. P. (1984) – Uma nova estela do Bronze Final na Beira Alta (Barçaal, Sabugal – Guarda). *Arqueologia*, 9: 81-85.
- Fabião, C. (1993) – O Bronze Final. In *História de Portugal* (dirigida por J. Mattoso), vol. 1: Antes de Portugal. Lisboa, Estampa, pp. 79-119.
- Ferreira, O. da Veiga & Viana, A. (1956) – L'importance du cuivre péninsulaire dans les âges du Bronze. *Actas da IV Sessão do Congresso Internacional de Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas* (Madrid, 1954). Zaragoza, pp. 521-529.
- Gomes, M. V. (1994) – A necrópole de Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no concelho de Silves. *Xelb*, 2, pp. 11-138.
- Gomes, M. V. & Monteiro, J. P. (1976 / 1977) – As estelas decoradas da Herdade de Pomar (Ervidel – Beja) – estudo comparado. *Setúbal Arqueológica*, 2/3, pp. 281-343.
- Gonçalves, J. L. M. (1990/1992) – Olelas e Pragança. Duas fortificações calcolíticas da Estremadura. *O Arqueólogo Português*, Série IV, 8/10, pp. 31-40.
- Gonçalves, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental - uma aproximação integrada* (2 vols.). Lisboa, Centro de Arqueologia e História, INIC.
- Gonçalves, V. S. (1995) – *Sítios, "horizontes" e artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais, Câmara Municipal de Cascais.
- Harbison, P. (1967) – Mediterranean and atlantic elements in the Early Bronze Age of Northern Portugal and Galicia. *Madrider Mitteilungen*, 8, pp. 100-122.
- Harrison, R. J. (1977) – *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*. American School of Prehistoric Research, Peabody Museum - Harvard University. Bull. 35.
- Jorge, S. Oliveira (1988) – reflexões sobre a Pré-História Recente do Norte de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 28 (1/2), pp. 85-112.
- Jorge, S. Oliveira (1994) – Colónias, fortificações, lugares monumentalizados. Trajectória das concepções sobre um tema do Calcolítico peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*, Porto. S. II, 11, pp. 447-546.
- Jorge, S. Oliveira (coordenado por, 1995) – *A Idade do Bronze em Portugal – discursos de poder*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia.
- Jorge, S. Oliveira (1996) – Regional diversity in the Iberian Bronze Age - on the visibility and opacity of the archaeological record. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 36, pp. 193-214.
- Jorge, S. Oliveira (1998) – Later prehistoric monuments of Northern Portugal: some remarks. *Journal of Iberian Archaeology*, 0, pp. 105-113.
- Jorge, S. Oliveira (1998) – Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): breve genealogia de uma interpretação. *Estudos Pré-Históricos*, 6, pp. 279-293.
- Jorge, S. Oliveira & Rubinos, A. (2002) – Cronologia absoluta de Castelo Velho de Freixo de Numão: os dados e os problemas. *Côavisão*, 4, pp. 95-111.

- Jorge, V. Oliveira, *et al.* (2002) – Castanheiro do Vento, um sítio monumental pré-histórico do concelho de Vila Nova de Foz Côa (Horta do Douro). *Côavisão*, 4, pp. 73-93.
- Jorge, V. Oliveira, *et al.* (2002) – Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper and Bronze Age sites in northern Portugal. In *Monuments and Landscape in Atlantic Europe* (ed. Chris Scarre), London, Routledge, pp. 36-50.
- Kalb, P. (1980) – O “Bronze Atlântico” em Portugal. *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular* (Guimarães, 1980), 1, pp. 113-120.
- Kalb, P. (1998) – Produção local e relações a longa distância na Idade do Bronze Atlântico do Oeste da Península Ibérica. In *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (editado por S. Oliveira Jorge). *Trabalhos de Arqueologia*, 10, pp. 157-165.
- Kalb, P. & Höck, M. (1980) – Cabeço da Bruxa, Alpiarça (district Santarém) vorbericht über die Grabung im Januar und Februar 1979. *Madriider Mitteilungen*, 21, pp. 91-108.
- Kalb, Ph. & Höck, M. (1997) – O povoado fortificado, calcolítico do Monte da Ponte, Évora. *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular* (Zamora, 1996). Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 2, pp. 417-423.
- Lago, M. *et al.* (1998) – Povoado dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 1 (1), pp. 45-152.
- Lillios, K. T. (1993) – Agroal and the Early Bronze Age of the Portuguese Lowlands. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33 (3/4), pp. 261-291.
- Lo Schiavo, F. (1991) – *La Sardaigne et ses relations avec le Bronze Final atlantique. L'Âge du Bronze atlantique* (Ch. Chevillot & A. Coffyn, ed.). Beynac, pp. 213-226.
- Marques, G. (1972) – *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*. *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa*, 13, 37 pp.
- Marques, G. & Andrade, G. M. (1974) – Aspectos da Proto-História do território português. 1 – Definição e distribuição geográfica da Cultura de Alpiarça (Idade do Ferro). *Actas do Terceiro Congresso Nacional de Arqueologia* (Porto, 1973). Porto, 1, pp. 125-148.
- Mederos A. & Harrison, R. J. (1996) – “Placer de Dioses”. Incensarios en soportes com ruedas del Broce Final de la Peninsula Iberica. *Complutum Extra*, 6 (1), pp. 237-253.
- Melo, A. A. (2000) – Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3 (1), pp. 15-120.
- Monteagudo, L. (1977) – *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 312 pp.
- Paço, A. do & Jalhay, E. (1945) – El castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Soc. Española de Arqueología, Antropología y Prehistoria*, 20, pp. 1-55.
- Parreira, R. (1990) – Considerações sobre os milénios IV e III a.C. no Centro e Sul de Portugal. In *Presenças orientalizantes em Portugal* (coordenado por A. A. Tavares). *Estudos Orientais*, 1, pp. 27-43.

- Parreira, R. (1997) – Alcalar. O território, os lugares habitados e as criptas mortuárias dos 4.º e 3.º milénios A.C. In *Noventa séculos entre a serra e o mar* (coordenado por F. Barata). Lisboa, IPPAR, pp. 191-206.
- Perea, A. (1991) – *Orfebrería Prerromana: arqueología del oro*. Madrid, Comunidad de Madrid, Consejería de Cultura.
- Ruiz-Gálvez, M. (1991) – Songs of a wayfaring lad. Late Bronze Age Atlantic exchange and the building of the regional identity in the west Iberian Peninsula. *Oxford Journal of Archaeology*, 10 (3), pp. 277-306.
- Ruiz-Gálvez Priego, M. (1995) – Depósitos del Bronce Final: sagrado o profano? Sagrado y, a la vez, profano? In *Ritos de Paso y Puntos de Paso - la ría de Huelva en el mundo del Bronce Final Europeo* (editado por M. Ruiz-Gálvez Priego). Complutum Extra, 5, pp. 21-32.
- Salanova, L. (2000) – Mécanismes de diffusion des vases campaniformes: les liens franco-portugais. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real. 1999). Porto. 4, pp. 399-409.
- Sanches, M. J.; Santos, P. Mota; Bradley, R. & Valcarce, R. Fábregas (1998) – Land marks – a new approach to the rock art of Trás-os-Montes, Northern Portugal. *Journal of Iberian Archaeology*, 0, pp. 85-104.
- Schubart, H. (1965) – Atalaia – uma necrópole da Idade do Bronze do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*, 22, pp. 7-136.
- Schubart, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira. *Rev. Guimarães*, 81 (3/4), pp. 189-215.
- Schubart, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*. Vol. 1, Text; Vol. 2, Tafeln. Berlin, Walter de Gruyter.
- Schubart, H. & Sangmeister, E. (1974/77) – Escavações na fortificação da Idade do Cobre do Zambujal – Portugal 1972/1973. *O Arqueólogo Português*, S. III, 7/9, pp. 125-140.
- Senna-Martinez, J. C. de (1994) – Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, Lisboa, Colibri, pp. 173-200.
- Senna-Martinez, J. C. de (1994) – Subsídios para o estudo do Bronze Pleno na Estremadura Atlântica: (1) A alabarda de tipo “atlântico” do habitat das Baútas (Amadora). *Zephyrus*, 46, pp. 161-182.
- Senna-Martinez, J. C. de (1998) – Produção, ostentação e redistribuição: estrutura social e economia política no Grupo Baiões/Santa Luzia. In *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (editado por S. Oliveira Jorge). Lisboa, Trabalhos de Arqueologia, 10, pp. 218-230.
- Senna-Martinez, J. C. de (2000) – O “Grupo Baiões/Santa Luzia” no quadro do Bronze Final do centro de Portugal. *Por Terras de Viriato. Arqueologia da região de Viseu*. Viseu, pp. 119-146.
- Silva, A. C. Ferreira da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira - Museu Arqueológico da Cítnia de Safins.
- Silva, C. Tavares da (1990) – Influências orientalizantes no Calcolítico do Centro e Sul

- de Portugal. In *Presenças orientalizantes em Portugal* (coordenado por A. A. Tavares). Estudos Orientais, 1, pp. 45-52.
- Silva, A. C. F. da & Gomes, M. Varela (1992) – *Proto-História de Portugal*. Lisboa, Universidade Aberta.
- Silva, C. Tavares da; Soares, J. & Cardoso, J. L. (1995) – Os povoados fortificados do Monte da Tumba e de Leceia - elementos para um estudo comparado. In *Origens, Estruturas e Relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica* (coordenado por M. Kunst), Trabalhos de Arqueologia, 7, pp. 159-168.
- Silva, M. D. O. (2000) – Estátua-menir de A-de-Moura (Santana de Azinha, Guarda). *Estudos Pré-Históricos*, 8, pp. 229-236.
- Soares, A. M. Monge (1994) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses* (Lisboa, 1993). Lisboa, 2, pp. 179-197.
- Soares, A. M. Monge & Cabral, J. M. Peixoto (1993) – Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 33 (3/4), pp. 217-235.
- Soares, J. & Silva, C. Tavares da (1974/1977) – O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*, S. III, 7/9, pp. 101-124.
- Soares, J. & Silva, C. Tavares da (2000) – Capturar a mudança na Pré-História Recente do Sul de Portugal. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 4, pp. 213-224.
- Spindler, K.; Castello-Branco, A. de; Zbyszewski, G. & Ferreira, O. da Veiga (1973/1974) – Le monument à coupole de l'âge du Bronze Final de la Roça do Casal do Meio (Calhariz). *Comunic. Serv. Geol. Portugal*, 57, pp. 91-153.
- Taramelli, A. (1921) – Il ripostiglio dei bronzi nuragici di Monte Sa Idda di decimoputzu (Cagliari). *Munumenti Antichi*, 27, pp. 5-98.
- Twohig, E. Shee (1981) – *The megalithic art of Western Europe*. Oxford, Clarendon Press.
- Valera, A. C. (1997) – *O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): aspectos da calcolitização da bacia do Alto Mondego*. Lisboa, Câmara Municipal de Fornos de Algodres, Textos monográficos, 1.
- Valera, A. C. (1997) – Fraga da Pena (Sobral Pichorro, Fornos de Algodres): uma primeira caracterização no contexto da rede local de povoamento. *Estudos Pré-Históricos*, 5, pp. 55-84.
- Valera, A. C. (2000) – Pensar o tempo: critérios para uma periodização da Pré-História Recente da bacia interior do Mondego. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 4, pp. 147-160.
- Valera, A. C. (2000) – O Fenómeno Campaniforme no interior centro de Portugal: o contexto da Fraga da Pena. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 4, pp. 269-290.
- Valera, A. C. (2000) – Moinho de Valadares 1 e a transição Neolítico Final/ Calcolítico na margem esquerda do Guadiana: uma análise preliminar. *Era – arqueologia*, 1, pp. 24-37.
- Valera, A. C.; Lago, M.; Duarte, C. & Evangelista, L. S. (2000) – Ambientes funerários no complexo arqueológico dos Perdigões. *Era – arqueologia*, 2, pp. 84-105.

- Vicente, E. Prescott & Martins, A. S. (1979) – Menires de Portugal. *Ethnos*, 8, pp. 107-138.
- Vilaça, R. (1995) — A ocupação neo/calcolítica do Monte do Frade (Penamacor). *Actas da III Reunião do Quaternário Ibérico* (Coimbra, 1993). Coimbra, pp. 499-511.
- Vilaça, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze* (2 vols.). Lisboa (*Trabalhos de Arqueologia*, 9).
- Vilaça, R. (1998) – Produção, consumo e circulação de bens na Beira Interior na transição do II para o I milénio a. C. *Estudos Pré-Históricos*, 6, pp. 347-374.
- Vilaça, R. (2000) – Registos e leituras da Pré-História Recente e da Proto-História Antiga da Beira Interior. *Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular* (Vila Real, 1999). Porto. 4, pp. 161-182.
- Vilaça, R. (no prelo) – Do Bronze ao Ferro no território português (a investigação arqueológica nas duas últimas décadas). *CLIO – Série Arqueológica*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Vilaça, R.; Cruz, D. J. & Gonçalves, A. A. H. B. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*, 38, pp. 5-29.
- Vilaça, R. & Cruz, D. J. (1999) – Práticas funerárias e cultuais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta. *Arqueologia*. 24, pp. 73-99.
- Zbyszewski, G. et al. (1977) – Nouvelles découvertes de cromlechs et de menhirs au Portugal. *Comunic. Serv. Geol. Portugal*, 61, pp. 63-73.

## *Índice Remissivo*

### A

Abbevillense - 52

Åberg, Nils - 187

Aboboreira, necrópole megalítica da serra da - 204, 205, 227, 287, 340

Abrantes, terraços fluviais para jusante de - 61

Abrigo da Pena d'Água - 160

Abrigo Grande das Bocas - 128, 175, 337, 338, 375

Abrigo Pinho Monteiro - 241

abrigos sob rocha - 241

Academia Real da História Portuguesa - 21, 185

achados aquáticos de armas - 397

Acheulense - 132

Acheulense Antigo, indústrias clacto-  
-abbevillenses - 52, 64, 65, 66, 68

Acheulense Final - 69

Acheulense Médio - 66, 67

Acheulense Superior/Final,

Acheulense terminal (micoquense) -  
65, 67, 68, 75

Acheulense terminal - 65

acrécimo da produção - 251

adaga de lingueta - 314, 322

A-de-Moura - 297

África Oriental, indústrias da - 59

Agra de Antas - 390

agricultura cerealífera - 312

agricultura itinerante - 194

agro-pastoril, sistema, economia,  
especialização - 177, 344, 357

Agro Velho - 340

Agroal - 335

água, gestão da - 273

Aguirre, E. - 56

alabardas - 333

Álamo, tesouro do - 378

Alapraia - 224

Alarcão, Jorge de - 349, 359, 394, 396

- Alcalar - 300, 301  
 Alcalar, povoado de - 273  
 Alcaria do Pocinho - 326  
 Alcobaça, grutas da região de - 29, 220  
 Alcochete - 70  
 Aldeia Nova - 81  
 Alegrios - 356  
 Alfarrobeira - 326, 333, 393  
 alfinetes de cabeça canelada postiça - 226, 290  
 alfinetes de cabeça maciça torneada - 259  
 Algar das Salemas - 92  
 Algar do Bom Santo - 220, 221  
 Aljezur - 227  
 Aljustrel - 316  
 Almagro Basch, Martín - 190, 243, 396  
 Almagro Gorbea, M. - 333, 341  
 Almeida, Fernando de - 35, 42, 43  
 Almendres - 233, 234, 299  
 Alpiarça, estações paleolíticas da região de (Vale do Forno; Barreira do Tojal) - 38, 61, 62, 63  
 Alpiarça, Quaternário da região de - 70  
 Alpiarça, região de - 67  
 Alpiarça, terraços médios da região de - 68  
 Alqueva - 237  
 Alto da Toupeira - 337  
 Alto das Cabeças - 358  
 Alto de Leião - 53, 54, 56  
 Alto de São Francisco - 168, 180  
 Álvora, molde de foices do castro de - 361  
 Amantes 1 - 233  
 Amathonte (Chipre) - 376  
 âmbar - 369  
 Ameal - 210  
 Ameal VI - 178  
 Ammerman e Cavali-Sforza, equações de - 164  
 análises de ADN - 152  
 Ancorense - 131  
 ancoriformes - 332, 333  
 Andrade, G. M. - 40  
 anfíbolitos - 223, 230  
 Anta 1 das Casas do Canal - 316  
 Anta 1 do Poço da Gateira - 196, 197  
 Anta 2 do Couto da Espanhola - 203  
 Anta 2 do Olival da Pega - 348  
 Anta 2 e *tholos* da Comenda - 190  
 Anta 3 do Azinhal - 193  
 Anta 5 do Amieiro - 316, 320  
 Anta 6 do Couto da Espanhola - 192, 203  
 Anta da Granja de São Pedro - 231  
 Anta do Poço do Chibo - 213  
 Anta e *tholos* da Farisoa - 190  
 Anta Grande da Comenda da Igreja - 230  
 Anta Grande do Olival da Pega - 198  
 Anta Grande do Zambujeiro - 198, 231  
 Antanhol - 40  
 Antela da Portelagem - 323  
 Antelas - 209, 239, 241  
 Antunes, M. Telles - 151  
 apogeu do megalitismo - 213, 230  
 Arapouco - 136, 142  
 arco alpino - 101  
 Areias 15 - 179  
 Areias das Almas - 229, 234  
 Argote, Jerónimo Contador de - 21  
 aristocracia guerreira - 393  
 armazenamento dos excedentes - 251  
 armas de bronze - 398  
 Armbruster, B. - 367  
 Arnaud, J. - 136, 159, 304  
 Arnosela - 342  
 Arqueologia nórdica - 23  
 Arraiolos - 239  
 Arripiado - 62  
 Arronches - 61, 299  
 Arte do Côa - 108  
 Arte megalítica - 212, 242, 243  
 arte rupestre galaico-portuguesa ou do Noroeste Peninsular - 242, 337, 344, 352  
 arte subnaturalista de estilo levantino - 173  
 artífices forâneos - 378  
 Associação dos Arqueólogos Portugueses - 35, 40  
 Astúrias - 368, 374  
 Atalaia - 325, 333, 338, 339, 399  
 Atapuerca - TD 6 (Burgos) - 57  
 aumento demográfico - 310  
 Aurignacense - 98, 100, 105, 109, 111, 112, 125  
 Aurignacense tardio - 109

## B

Baçal, abade de - 40  
bacia do Alto Mondego - 173, 264, 303  
bacia do Guadiana - 108  
*báculos* - 190, 198, 231, 234  
Baiões - 367  
Baixa da Banheira - 58  
Baixa Estremadura - 307, 308, 312  
Baixo Mondego - 107  
Baixo Tejo, terraços fluviais do - 37  
banquete aristocrático - 380  
Baptista, A. M. - 122, 236, 242  
Baraçal - 395  
Barbudo - 354  
Barca do Xarês de Baixo - 132, 133  
barlavento algarvio - 231, 232, 234  
Barradas, Lerenó Antunes - 136  
Barranco das Quebradas - 132  
Barrocal algarvio - 230  
Barrocal Alto - 178  
Barrocal Alto 2 - 267  
Barros, L. de - 359, 367, 375  
Barrosa - 287  
Baútas, alabarda de - 336, 337, 340  
Beira Alta - 207, 209, 211, 212  
Beira Baixa - 205  
Beira Interior - 202  
Beira Transmontana - 211  
Belmeque - 328, 334  
Benavente - 62  
bens de pretígio - 305  
bétilos - 229  
Bettencourt, Ana - 342, 343, 352, 353, 392  
Biberson, P. - 52  
Bicho, Nuno - 82, 109, 111, 112, 114, 132, 134  
Blance, B. - 259, 262  
Boa Viagem, serra da - 202  
bolota - 251  
Bonifay, E. - 55  
Bordes, F. - 53  
Boreal - 133, 134  
Bosch-Gimpera, P. - 127, 186  
botões de osso - 313  
Bouça do Frade - 351, 352, 388, 390, 392

Bourgeois, padre - 25  
Boussargues - 259  
braçais de arqueiro - 313, 318, 323  
braceletes de bronze - 398  
braceletes do tipo *Villena/Estremoz* - 367, 378, 382  
Brandão, Domingos de Pinho - 41  
Bretanha - 305, 307, 315, 369, 377  
Breuil, H. - 32, 37, 38, 51, 52, 59, 64, 65, 66, 70, 73, 131, 132  
Briteiros, citânia de - 29  
Bronze do Sudoeste - 320, 324, 326, 333, 334, 338, 339, 374, 386  
Bronze I do Sudoeste - 325  
Bronze II do Sudoeste - 326, 333, 335  
Bronze Final - 297, 299, 325, 334, 335, 336, 337, 340, 343, 344, 349, 351, 352, 353, 356, 359, 365, 370, 371, 384, 386, 387, 388, 392, 396, 397, 398, 399  
Bronze Final atlântico - 371, 373, 399  
Bronze Final I - 358, 360, 385  
Bronze Final II - 354, 357, 359, 360, 361, 362, 364, 367, 370, 374, 375, 377, 380, 382, 384, 396, 400  
Bronze Final, sociedades estratificadas do - 315, 325  
Bronze Inicial (ou Antigo) - 287, 300, 320, 321, 323, 324, 398  
Bronze Pleno (ou Médio) - 237, 242, 287, 300, 318, 324, 331, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 343, 349, 351, 385, 387, 392, 396, 398, 399  
Bronze Pleno, espadas do - 342  
Buço Preto - 216  
bucrâneos - 182, 197  
Bugalhos - 334  
Buraca Escura - 92  
Buraco da Moura de São Romão - 173  
Buraco da Pala - 172, 178, 318

## C

Cabaço, Hipólito da Costa - 35  
cabanas campaniformes - 358  
cabanas circulares - 388  
Cabeça - 82

- Cabeceiras de Basto, lúnula e discos de ouro de - 342, 343, 398  
 Cabecinho, estação de - 79  
 Cabeço da Amoreira, concheiro do - 34, 138, 139, 142, 144, 148, 150, 152, 160  
 Cabeço da Arruda, concheiro do - 23, 135, 138, 139, 146, 150, 152, 160  
 Cabeço da Bruxa - 384  
 Cabeço da Malhoeira - 273, 275  
 Cabeço da Mina - 180, 295  
 Cabeço da Velha - 178  
 Cabeço das Amoreiras - 144, 160  
 Cabeço de Moinhos - 359  
 Cabeço do Curral Velho - 133  
 Cabeço do Pez - 137, 158  
 Cabeço do Rebolador - 136, 137, 138, 146  
 Cabeço Mouro - 359  
 Cabranosa - 160, 161, 163  
 Cabré, Juan - 295  
 Cachão da Rapa - 21, 35, 241  
 Cachão do Algarve - 242  
 Cachouça - 356, 369  
 Cacilhas - 397  
 Caia Inferior - 61  
 Calabriano - 55  
 Calcolítico - 197, 216, 218, 223, 226, 234, 242, 252, 266, 279, 288, 295, 299, 301, 314, 320, 323, 324, 334, 365, 390, 398  
 Calcolítico da Estremadura - 275, 305  
 Calcolítico do Sudoeste - 275  
 Calcolítico do Norte de Portugal - 275  
 Calcolítico Inicial - 236, 313  
 Calcolítico Pleno - 263, 273, 303, 304, 305, 312  
 Caldas de Monchique, necrópoles da região das - 216  
 caldeirões de bronze - 380  
 Caldelas - 392  
 Caldelas, caldeirões de tipo irlandês de - 372  
 campaniformes cordados - 304  
 campaniforme, estilo, vasos, tipo, complexo, *marítimo* - 305, 307, 316, 317, 319, 320  
*campos de urnas* da Catalunha - 385, 388  
*campos de urnas* de Alpiça - 388  
 Canada do Inferno - 123, 124  
 canal uretral - 231  
 Canedotes - 344, 387  
 caninos de veado perfurados - 119  
 Cantonha - 367  
 cão doméstico - 135, 237, 239  
 capacetes de cornos liriformes - 396  
 Caramujeira - 229, 234  
 Caramulo - 209  
 Carapito - 207, 209  
 Carapito 1 - 239  
 carbonatos de cobre - 351  
 Carbono 14 - 82, 105, 186  
*Cardium edule* - 137  
 Cardoso, J. L. - 53, 89, 94, 101, 223, 303  
 Cardozo, Mário - 39  
 Carenque - 224  
 Carenque, hipogeu de - 32  
 Carrapatas, alabardas do tipo - 337, 340, 396, 398  
 Carreço - 131  
 Carreira, J. R. - 188, 375  
 carros votivos com rodas, queimadores de essências - 376, 380  
 Cartailhac, Émile - 27  
 Carvalho, A. Faustino de - 160, 173  
 Carvalhosa, A. de Barros e - 223  
 Casa da Orca da Cunha Baixa - 209  
 Casainhos - 224  
 casais agrícolas - 357, 385, 386  
 Casal de Santo Amaro, colar do, ou Sintra, colar de - 367, 368  
 Casal do Azemel - 70, 75  
 Casal do Filipe, ponta de tipo - 106  
 Casal do Monte, estação paleolítica do - 31  
 Casal do Vilão - 63  
 Casal dos Fiéis de Deus - 384, 398  
 Casal Rocanes, molde de foices de - 361  
 Casalinho - 67  
 casas de planta elipsoidal - 358  
 Casinha Derribada - 385, 386, 388  
 Castanheiro do Vento - 266  
 Castelejo, povoado do - 264, 269, 353  
 Castelejo, concheiro do - 149  
 Castelo Bom, espada de - 341  
 Castelo da Amoreira - 359  
 Castelo de Aguiar - 178  
 Castelo de Arraiolos - 375

- Castelo de Matos - 351  
 Castelo de São Jorge - 359  
 Castelo dos Mouros, povoado do (Arrábida) - 383  
 Castelo dos Mouros, povoado do (Sintra) - 359  
 Castelo dos Mouros, povoado do (Viseu) - 382  
 Castelo Velho - 266, 267, 269, 300, 304  
 Castro da Senhora da Guia - 356, 368, 369, 372, 376, 379, 380, 382, 398  
 Castro de Avelãs, capacete de crista do - 372  
 Castro de Santiago - 264  
 Catujal - 320, 335, 338  
 Cegonhas - 232  
 Cemitério dos Mouros - 267  
 cenas de caça - 237  
 Centro de Estudos de Etnologia Peninsular - 35  
 Centro de Estudos Humanísticos - 41  
 cerâmicas campaniformes - 264, 304, 305, 308, 310  
 cerâmicas com decoração cardial - 157, 167  
 cerâmicas de *ornatos brunidos* do tipo *Lapa do Fumo/Alpiarça* - 356, 360, 384, 397  
 cerâmicas decoradas a pente - 275  
 cerâmicas do tipo *Baiões* - 356, 388  
 cerâmicas do tipo *Carambolo* - 356  
 cerâmicas do tipo *Cogotas* - 356  
 Cerradinha - 370  
 Cerro del Berrueco - 382  
 Cerro do Malhão - 321  
 cevada - 251  
 Chã de Arefe - 322  
 Chã de Carvalhal - 316, 319, 323  
 Chã de Parada 1 - 205, 207  
 Chã de Santinhos - 207  
 Chainça - 109  
 Chalandriani - 259  
 Chamusca - 62, 70  
 Charneca de Fratel - 262  
 Chatelperronense - 100  
 Chaves, bracelete de - 378  
 Chelas - 222  
 Childe, Gordon - 185, 186, 259  
 Chipre, ilha de - 260, 381  
 Ciborro, antas do - 188  
 Ciempozuelos, Grupo de, estilo de, complexo de - 316, 318, 320  
 cistas de inumação - 392  
 Côa, acampamentos de ar livre da região do - 120, 121  
 cobre arsenical, cobre, metalurgia do - 274, 333, 336, 337, 340, 342  
 cobre do Alentejo - 360, 377, 399  
 cobre, minas de - 370, 374  
 cobre, prospectores e metalurgistas do - 281  
 Coelho, Armando - 351, 353  
 Coelho, F. Adolfo - 202  
 Coelho, José - 385  
 Coffyn, A. - 362, 375  
 colares do tipo *Baiões* ou *Sagrajas/Berzocana* - 367, 378  
 Coles de Samuel - 398  
 Colóquios Portuenses de Arqueologia - 41  
 Comenda 2b, *tholos* de - 285  
 comércio transregional - 357, 362, 371  
 Complexo Vulcânico de Lisboa - 80  
 Comporta - 181  
 Conceição - 92, 94, 95, 97  
 Concheiros da costa sudoeste e do Mira - 137, 146  
 Conímbriga - 40, 41  
 contas de pasta vítrea - 333, 398  
 copos canelados - 262  
 Cornualha - 374  
 Coroa do Frade - 359, 370  
 Corrêa, A. A. Mendes - 32, 34, 35, 36, 40, 128, 132, 175, 384, 385  
 Correia, Vergílio - 31, 40, 186  
 corrente do Golfo - 128  
 Cortijo de Gamarillas - 395  
 Corujeira - 295  
 Corvilho - 342  
 Costa da Anatólia - 259  
 Costa, Francisco Pereira da - 22, 23, 24, 135, 185  
 Coto da Pena - 352, 354  
 Courela do Castanheiro - 233  
 Crasto de Palheiros - 266, 267, 317  
 Crato - 295, 299  
 cremação - 388, 392  
 Cro-magnon - 125

Cruz, Domingos - 205, 207, 211, 287,  
288, 388  
Cultura capsense - 127  
Cultura Castreja - 351, 359  
Cunha, A. Santinho - 151  
Cunha-Ribeiro, J.P. - 70, 75  
*Cypraea (trivia) europaea* - 152

## D

D. João V - 21  
Daniel, Glyn - 185  
datações absolutas por TL/OSL - 94  
degradação climática - 335  
Delgado, Joaquim Filipe Nery - 22, 23,  
24, 31, 73, 125, 201  
desarborização - 344  
Deserto, antas do - 188  
deusa mãe calcólica - 236  
Dias, J. M. Alveirinho - 128  
diferenciação social - 315  
diferenciações sociais intracomunitárias -  
331  
Dinamarca - 368  
Diniz, M. - 167  
Direcção Geral dos Edifícios e  
Monumentos Nacionais - 40  
divindade funerária feminina - 295  
divindades aquáticas - 397  
dólmenes de câmara poligonal e corredor -  
190, 216  
dólmenes de câmara simples - 190  
Douro Médio, bacia do - 73  
doutrinas difusionistas extremas - 304  
*dromos* - 382

## E

Ebro/Montes Cantábricos - 101  
Écija - 396  
Egeu, píxides - 262  
Egeu, povoados pré-históricos do - 252,  
259  
Egitânia, cidade romano-visigótica de -  
35  
Eireira - 287

El Barranquete - 259  
El Acebuchal - 308  
elementos da simbólica das elites - 396  
elementos de foices - 358  
elementos de tear - 251  
*Elephas antiquus* - 103  
elites, emergência, afirmação, existência,  
reforço das - 314, 315, 354, 355, 364,  
370, 372, 375, 376, 377, 378, 380  
enclave neolítico - 160  
*enxameamento*, teoria do - 261, 310  
Epicardial - 159  
Epipaleolítico - 52, 127, 132, 133  
Ermida, estátua-menir de - 343  
Ervidel II - 393, 395  
Eschwege, barão de - 367  
Escócia - 369  
*esconderijos de fundidor* do Bronze Final,  
depósitos metálicos, sucata de bronze -  
340, 379, 397, 398  
Escoural, povoado do - 300  
Escoural, santuário exterior do - 182, 197  
escudos com chanfradura em V - 380,  
396, 397  
espada *tipo Vénat* - 398  
espadas de bronze - 397  
espadas curtas - 315  
espadas em *língua de carpa* - 371, 396  
espadas insculturadas - 333  
espadas pistiliformes - 371, 396  
espetos articulados de bronze - 369, 372,  
376  
Estado Novo - 40  
estanho - 337, 356, 357, 360, 374, 377,  
383, 399  
estátuas-menir - 343, 398  
Estela 1 do Monte de São Martinho -  
396  
Estela de Assento - 331  
estelas «extremeñas» - 297, 299, 393,  
394, 396  
estelas alentejanas - 333, 335  
estelas-menir diademadas - 243, 295,  
297, 299, 333  
*estilo de elite, estilo internacional* - 380  
Estrada do Prado, estação da - 81  
Extremadura - 364  
Extremadura espanhola - 166, 297, 298

Estremadura, grutas da - 80  
Estremadura, litoral da - 133, 147  
estuário do Mondego - 164, 365  
estuário do Sado - 182, 365, 383  
estuário do Tejo - 338, 365  
estuários do Tejo e do Sado - 316, 399  
excedentes de produção cerealífera - 361

## F

fabrico do queijo - 273  
faca afalcatada - 381  
faca de bronze com rebites de electrum -  
330  
facas de ferro - 355, 380, 381, 399  
fácies levallois - 82  
Faculdade de Letras de Lisboa - 189  
Faia - 122, 173  
Faiões, estátua-menir de - 398  
faixa aurignacense - 101  
faixa piritosa - 350  
falange de equídeo - 295  
Falperra - 352  
falsa cúpula - 281  
Fariseu - 122  
Farisoa 1b, *ibolos* de - 285  
fase Pantálica II/III - 382  
fase protomegalítica - 192, 216  
fava - 251  
Feio, Mariano - 70  
Fenícios - 383  
*fenómeno* campaniforme - 218, 303, 320  
*fenómeno* da fortificação - 259, 264, 267,  
312  
*fenómeno* megalítico - 189, 216  
Ferreira, O. da Veiga - 35, 38, 39, 53, 87,  
89, 101, 158, 216, 281, 382  
fertilidade da terra - 231, 232  
Fiáis - 137, 146, 149  
fibrolite - 279  
fíbulas cipriotas *de arco serpeggiante* - 382  
fíbulas de cotovelo de modelos cipriota e  
siciliano - 375, 380  
fíbulas de dupla mola - 375  
fíbulas sicilianas *ad ochio* - 382  
Figueira, estela da - 395  
Figueira da Foz - 316

figuras solares radiadas - 234  
figurinhas de lagomorfos - 183, 233, 236  
filiação cultural hallstática - 378  
fogueira ritual - 119, 287  
foices de alvado - 368  
foices tipo *Rocanes* - 361, 364, 380  
*folha de acácia e crucifera*, motivos  
impressos em - 263, 303, 304  
Fonte Coberta - 211  
Fonte da Malga - 386  
Fonte do Sol, Moinho da - 180, 312  
Fonte Santa - 97  
Fonte, Joaquim - 31  
Fontesantense - 106  
Formação Vermelha de Marco Furado  
(Vilafranquiano Médio) - 55, 58  
Formosinho, J. - 216  
Forno da Telha - 144, 148  
Fortificações ou fortalezas calcólicas -  
258, 310  
fossas abertas no saibro - 392  
fossas rituais - 385  
fossas sob pequenos *tumuli* - 288  
Foz do Enxarrique - 92, 94, 97, 103  
Fraga d'Aia - 172, 173  
Fraga da Pena - 264, 267, 307, 317, 320  
Fraga das Passadas - 346  
Fraga Escrevida - 121  
França, J. Camarate - 35, 40  
Fratel - 236, 242  
Fronteira do Ebro - 98  
Fuente Alamo, espada argárica de - 333

## G

galeria coberta - 223, 287  
Gálvez-Priego, M. R. - 397  
ganchos para carne - 372, 380  
García, M. - 125  
Gato Preto - 97  
*Gelasimus tangeri* - 129  
Gião - 346  
Gibraltar - 98, 383  
*Glycymeris glycymeris* - 152  
Golfo de Génova - 164  
Gomes, M. V. - 229, 232, 233, 234, 235,  
333

- Gonçalves, A. H. Bacelar - 320  
 Gonçalves, J. Pires - 235  
 Gonçalves, Victor S. - 204, 216, 218, 232, 234, 236, 258, 261, 287, 310, 347  
 Goux de Baixo - 68  
 Gouxaria - 68  
 Gran Dolina (Atapuerca) - 57  
 Granja de Toniñuelo - 299  
 Granjinhos - 392  
 Gravetense - 89, 92, 105, 106, 109, 113, 115, 119, 120, 122, 125, 126, 134  
 Gravetense Final - 112, 113  
 Gravetense Inicial - 107, 111, 112  
 Grécia - 381  
 Grotta Breuil - 102, 103  
 Grupo Inciso - 308, 316, 319  
 Grupo Internacional - 308, 316  
 Grupo de, complexo de - 308, 316, 319, 320  
 grutas artificiais, hipogeus - 224, 225, 226, 227, 318  
 Gruta da Buraca Grande - 148  
 Gruta da Casa da Moura - 23, 97, 113, 125, 175, 220, 338  
 Gruta da Cova da Moura - 337, 338  
 Gruta da Figueira Brava - 82, 86, 87, 89, 90, 92, 97, 100  
 Gruta da Furninha - 23, 73, 168, 175, 201  
 Gruta da Marmota - 384  
 Gruta da Oliveira-Almonda - 90, 92  
 Gruta da Ponte da Lage - 113  
 Gruta das Redondas - 340  
 Gruta das Salemas - 92, 97, 104, 106, 109, 112, 113  
 Gruta de Aljustrel ou do Casal do Papagaio - 134  
 Gruta de Carigiuela - 162  
 Gruta de Combe-Grenal - 104  
 Gruta de El Castillo - 104  
 Gruta de Ibn-Amar - 82  
 Gruta de l'Or - 162, 164  
 Gruta de La Sarsa - 162  
 Gruta de Zafarraya - 98  
 Gruta do Almonda - 160, 164, 175  
 Gruta do Caldeirão - 89, 90, 97, 113, 125, 152, 160, 167, 175  
 Gruta do Carvalhal - 183  
 Gruta do Correio-Mor - 104, 106, 167, 175, 220, 295  
 Gruta do Escoural - 103, 109, 112, 122, 124, 125, 166, 218, 221  
 Gruta do Lugar do Canto - 220, 221  
 Gruta do Pego do Diabo - 92, 97, 109, 112  
 Gruta Nova da Columbeira - 82, 85, 87, 89, 90, 92, 97, 98, 100, 101, 104, 134  
 Grutas da Senhora da Luz - 175  
 Grutas de Cascais - 113  
 grutas naturais - 318, 338  
 grutas santuário norárgicas - 397  
 Guadalquivir, vale do - 333, 335  
 Guadiana, estações paleolíticas do vale do - 61  
 Guadiana, terraços a jusante do Ardila - 70  
 guerra endémica - 315  
 Guerreiro, padre Afonso da Madre de Deus - 21, 185  
 Guilaine, J. - 158
- ## H
- Hambücker, Anne - 102  
 Hartmann - 368  
 Heleno, Manuel - 31, 32, 33, 34, 36, 37, 40, 42, 105, 127, 138, 187, 188, 189, 190, 239  
 Herdade da Defesa - 332  
 Herdade do Montinho - 327  
 hierarquização do povoamento - 352  
 Höck, M. - 384  
 homens modernos - 103, 117, 120  
*Homo afer taganus* - 32, 34, 128  
*Homo neanderthalensis* - 82, 86  
*Homo sapiens moderno* - 98  
 Horizonte da Furninha - 159  
 Horizonte de Carapito/Pramelas - 207  
 Horizonte de Ferradeira - 321, 322  
 Horizonte de Moinhos de Vento/Ameal - 209  
 Horizonte de Montelavar - 321, 322  
 Huerta Montero, *tholos* de - 285  
 Hurtado, V. - 273

## I

Idade do Bronze - 79, 82, 185, 223, 235, 242, 243, 288, 315, 319, 320, 323, 341, 390  
Idade do Ferro - 352, 370, 378, 394  
identidade nacional - 400  
ídolos almerienses - 236  
Ilhas Britânicas - 373  
indústrias de transição - 101, 102  
Inglaterra - 369  
inovações tecnológicas - 310  
Instituto de Alta Cultura - 36, 41  
Instituto Português de História ,  
Arqueologia e Etnografia - 32, 40  
intercâmbios de longo curso - 398  
Interpleniglaciário würmiano - 94  
introdução do ferro na Península - 382  
inumação individual - 218  
Irlanda - 368, 369, 374, 377, 380

## J

Jalhay, Eugénio - 35, 131, 259  
jazigos de cobre - 350  
jóias auríferas - 367, 378, 397, 398  
Jorge, S. Oliveira - 205, 266, 267, 287, 304, 353  
Jorge, V. Oliveira - 52, 58, 198, 205, 213  
*Jovem Deus* - 236  
Júnior, J. R. dos Santos - 34, 35  
Junqueira - 160  
Junta Nacional da Educação - 37

## K

Kalb, P. - 317, 384  
Kunst, M. - 304

## L

La Cocina - 144  
Lagoa Comprida - 177  
Lagoa Funda - 82  
Lameira Travessa - 323

lamelas do tipo Dufour - 112, 124  
Languedocense - 130, 132  
languedocenses, peças de talhe,  
indústrias - 69, 133  
Lapa da Galinha - 220  
Lapa da Orca - 209  
Lapa da Rotura - 339  
Lapa do Anecrial - 107  
Lapa do Bugio - 220, 221, 236  
Lapa do Fumo - 168, 199, 220, 384  
Lapa do Picareiro - 134  
Lapa do Repilau - 209  
Lapa do Suão - 134, 152, 339  
Lapa dos Furos - 92, 97  
Lapas - 227  
La Pijotilla - 273  
Lavajo - 229, 231, 347  
Lavra - 351  
Lébous - 259  
Leceia - 180, 183, 223, 226, 233, 252, 260, 262, 263, 273, 274, 290, 304, 308  
Leisner, G. e V. - 186, 187, 190, 193, 213, 259  
Leroi-Gourhan, A. - 125, 179  
*Levallois*, técnica - 75, 94  
lingotes de anfibolito em bruto - 264  
lingotes de cobre - 274, 398  
lingotes de estanho e de cobre - 361, 362, 364  
linho - 251  
Lisboa, Paleolítico da região de - 31, 75, 77  
litoral algarvio - 132  
litoral baixo-alentejano - 132  
litoral, praias quaternárias do - 37  
*Littorina obtusata*, concha de - 119  
Lo Schiavo, Fulvia - 365  
Lomba de Coimbra - 323  
Longroiva, estela de - 337, 343, 396  
Lorga de Dine - 218  
Los Millares - 259  
Lucrécio - 23  
Lumley, H. de - 52  
*Lusitani* - 396  
Lusitanian Group - 185  
*Lusitaniano*, indústrias do - 73  
Lusitanos - 394

Lyell, Charles - 23

## M

machado de olhal vertical - 331

machado mirenses - 130, 132

machados acheulenses - 70

machados de bronze - 398

machados de bronze de alvado - 362, 364, 369, 380

machados de gume peltado - 336

machados tipo *Bujões/Barcelos* - 339, 341, 398

machados de talão e duplo anel - 371

machados do tipo *Reguengo Grande* - 369

machados unifaces de talão - 362, 364, 369

Maciço Calcário Estremenho - 89, 106, 199, 218

Maciço Central francês, indústrias do - 59

MacWhite, E. - 243

Madorras - 212

Magdalenense - 105, 106, 107, 113, 115, 120, 125, 126, 134, 146

Magdalenense Final - 114, 122, 134

Magdalenense Superior - 114

Magoito - 52, 133, 135

malaquite - 274

Malhada - 269

Malhadas - 312

Malta - 224

Mamaltar - 209

Mamoia 2 de Outeiro de Ante - 320

Manzi, Giorgio - 102

mar Báltico - 369

mar da Palha - 62

mar de Barrents - 128

Marchand, Grégor - 138, 145, 146

Marco Branco - 192

Marco dos Albardeiros - 180

marfim - 308

marfim, pente de - 382

marfins argáricos - 382

marfins orientalizantes fenícios - 382

Marks, A. - 109, 111

Marques, G. - 40, 201, 358, 384

Marrocos Atlântico - 308

Martín de la Cruz, J. C. - 334

Martins, M. - 242

Martins, Oliveira - 26

Mazouco - 120, 121

Meada - 229

Mealhada, estação paleolítica da - 31

Mederos Martin, A. - 368

Mediterrâneo - 373

Mediterrâneo Central - 365, 375, 376, 383

Mediterrâneo Oriental - 259, 260, 376, 398

megalitismo autóctone neolítico - 191  
*megalitismo de grutas* - 218

Meggido, povoado de (Palestina) - 380

Meijão - 385

Meimão - 395

Meireles, José - 131

melhorias de produção - 310

Meninas do Crasto 4 - 323, 340

menino do Lapedo - 117, 118, 120

menires fálcos - 231, 232, 233, 236

Mersin - 259

Meseta - 316

Mesolítico - 127, 157, 163

Mesolítico do litoral alentejano - 163

Mesolítico Final - 194

Mesolítico tardio português, faseamento do - 140

Micenas, tesouros de - 368

Micenas-Berbatí, materiais cerâmicos de - 334, 399

*Midi* francês - 338

Milharós, bifaces micoquenses - 62, 75

Mindel - 61, 64, 66

Mindel-Riss - 63, 67

Miradouro dos Capuchos - 367

modelo difusionista - 261

modelo difusionista de J. Zilhão - 159

modelo indigenista - 260

Moinhos de Vento - 211

Moita do Sebastião, concheiro da - 135, 137, 138, 139, 142, 150, 152

Moita, Irisalva - 42, 189, 190, 209

Mondim da Beira - 375

Monte Abraão - 223

Monte Calvo - 351, 354

Monte Canelas - 226, 227

Monte Circeo - 102

Monte da Costa Figueira - 372

Monte da Fainha - 109, 113  
Monte da Pena - 359  
Monte da Ponte - 270, 300, 317  
Monte da Ribeira - 232, 347  
Monte da Tumba - 258, 262  
Monte das Figueiras - 235  
Monte de São Domingos - 388, 392  
Monte do Castelo - 225, 312  
Monte do Frade - 174, 353, 355, 356, 381  
Monte do Trigo - 316, 317  
Monte Famaco - 61, 62  
Monte Novo dos Albardeiros - 262, 338, 339  
Monte Sa Idda - 365  
Montemor-o-Novo - Arraiolos - Mora, núcleo dolménico de - 31, 187  
monumentos protomegalíticos - 193, 196  
Mora - 190  
Moreirinha - 355, 356, 369, 381  
Moteagudo, L. - 362  
Motilla, cista de - 322  
Motivos astrais - 207  
Muge, concheiros de, área de - 27, 32, 34, 128, 136, 137, 138  
Murganho 2 - 210  
Museu Etnológico Português - 30, 32  
Museu Nacional de Arqueologia - 42, 105, 138, 188  
Mustierense - 77, 82, 89, 92, 101, 123  
Mustierense de denticulados - 82  
Mustierense típico - 82, 87

## N

Nabão, terraços fluviais do - 81  
*Nassa reticulata* - 152  
*Neritina fluviatilis* - 152  
Natividade, M. Vieira - 29  
navegação de cabotagem - 307  
neandertais - 89, 98, 100, 102, 119  
necrópoles de incineração - 384  
Neolítico - 82, 132, 275  
Neolítico Antigo - 127, 150, 157, 163, 164, 165, 167, 168, 171, 172, 175, 177, 218, 223, 229, 231, 234, 318, 398  
Neolítico Antigo Cardial - 159

Neolítico Antigo Evolucionado - 158, 159, 168, 174, 179, 192, 227, 229  
Neolítico Antigo, grandes vasos intactos do - 168  
Neolítico Final - 168, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 197, 198, 201, 203, 207, 209, 212, 216, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 233, 234, 236, 241, 242, 251, 255, 257, 266, 273, 274, 279, 290, 299, 301, 353  
Neolítico Médio - 179, 181, 196, 216  
Neolítico Pleno/Final - 174  
Nisa - 213  
Nisa - Marvão - Castelo de Vide, região de - 203  
Nona Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas - 26, 202  
Nono Congresso das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas - 52  
Nossa Senhora da Cola, castro de - 36  
Nossa Senhora da Esperança - 295

## O

Obermeier, H. - 127  
Óbidos, adaga de rebites e lingueta de - 335  
ocre vermelho - 118, 119, 150, 199, 201, 218  
Oipaingia - 396  
Oleiro, J. M. Bairrão - 40  
Olelas - 183, 258  
Olival da Pega 2b, *tholos* de - 285  
Oliveira, A. C. - 273  
Oliveira, F. de Paula e - 27, 135  
Oliveira, Jorge de - 203, 229  
Orca 2 de Chão Redondo - 239  
Orca de Castenairas - 319  
Orca de Corgas da Matança - 209, 236  
Orca de Forles - 209  
Orca de Juncais - 239  
Orca de Lenteiros - 323  
Orca de Moinhos de Rua - 209  
Orca de Seixas - 319  
Orca do Outeiro do Rato - 319  
Orca do Tanque - 209, 210

Orce (Granada) - 57  
orientações astronómicas dos cromleques  
- 235  
ossuário - 221  
Ota, eólitos da região de - 26  
Ota, povoado pré-histórico da - 359  
ouro - 308, 368, 374, 399  
ouro aluvial - 365  
ouro, espirais, brincos, contas, alfinetes,  
diademas em - 314, 322  
Outeiro - 231, 236  
Outeiro de Gregos I - 323, 340  
Outeiro de São Bernardo - 316  
Outeiro dos Castelos de Beijós - 381

## P

Paço, Afonso do - 35, 36  
*pacote* neolítico - 158, 160, 163  
*pacote* campaniforme, panóplia - 316, 322  
pactos de hospitalidade - 380  
Padrão, assentamento do - 161  
Padrão, menir do - 229  
Pai Mogo, *tholos* de - 287  
Pala Pinta - 241  
Paleolítico Inferior - 70, 72  
Paleolítico Inferior do Guadiana, materiais  
do - 70  
Paleolítico Inferior e Médio - 80  
Paleolítico Médio - 77, 80, 81, 82, 87, 92,  
94, 97, 98, 115  
Paleolítico Médio Final - 94, 97  
Paleolítico Médio, passagem do, para o  
Paleolítico Superior, em Portugal - 98  
Paleolítico Médio, transição para as  
indústrias do - 75  
Paleolítico Superior - 90, 98, 101, 102,  
106, 107, 108, 109, 111, 114, 117,  
118, 119, 120, 125, 127, 133, 134  
Paleolítico Superior Final - 127  
Paleolítico Superior Inicial - 97  
Paleolítico Superior, manifestações  
artísticas do - 120  
Palheiros de Alegria - 132, 133, 149  
Palmeira - 216  
Paranho - 385  
Parede - 181, 269

Parreira, Rui - 226, 261  
Passadeiras - 333  
Pastoria - 267, 318  
Pavia - 186, 190  
*pebble culture* da África Oriental - 52  
peças de calcário - 290  
Pedra Branca - 216  
Pedra Branca - 216, 318  
Pedra Coberta - 236  
Pedra da Orca - 209  
Pedra da Orca de Queiriga - 210  
Pedra de Arca do Espírito Santo - 209  
Pedra do Ouro - 339  
Pedra do Patacho - 148  
Pedra dos Pratos - 346  
Pedralta - 209, 236  
Pedreira das Salemas - 97  
Peixoto, Rocha - 29  
*pele de animal esticada* - 239  
Penalva, C. - 53  
Penas Róias - 241  
Penascosa - 122, 124  
Peña-Tú - 295, 299  
Penedo da Penha 1 - 173  
Penedo de Lexim - 359  
Penha Verde - 134, 273, 277  
Península Ibérica, povoamento da - 72  
penínsulas balcânica e itálica - 101  
Perdigões - 270, 300, 317  
Pereira, Félix Alves - 31  
Peres, Damião - 34  
período colonial - 399  
período pré-colonial - 383, 399  
Perthes, Boucher de - 25  
Pessegueiro, povoado e necrópole do - 333,  
334, 338  
picos - 130  
Picoto do Vasco - 202  
Pigott, Stuart - 191  
Pina, Prof. Luís de - 41  
pinças depilatórias - 382  
Pinhal dos Melos - 315  
Pinheiro, Raphael Bordallo - 26  
Pinto, Rui de Serpa - 34, 35, 131  
pinturas rupestres do Levante - 151  
Pipas - 179  
Piscos, ribeira de - 122, 123  
placas de xisto - 190, 198, 287

- Poças de São Bento - 136, 137, 146  
 poder das elites - 344  
 polimorfismo megalítico - 215  
 Pombal - 317  
 Ponta da Vigia - 133, 134  
 ponta de Vale Comprido - 113  
 pontas de lança de alvado - 372, 396  
 pontas de pedúnculo lateral - 113  
 pontas de seta de espigão e barbelas - 337  
 pontas Palmela - 303, 313, 314, 318, 319, 321, 322  
 pontas pedunculadas de tipo franco-cantábrico - 106  
 pontas pedunculadas de tipo mediterrâneo - 106  
 Pontes de Marchil - 370  
 populações modernas - 119  
 porcas - 233  
 Portas de Ródão - 239  
 Portela de Mogos - 234, 299, 302  
 Portela do Gorgorão - 323  
 Porto das Carretas - 317  
 Porto do Concelho - 398  
 Porto Torrão - 270, 303, 304, 316  
 Positivismo - 27  
 Pós-Paleolítico - 74  
 Pousadão - 386  
 Pousadouro - 121  
 povoados abertos - 358  
 povoados da região de Chaves - Vila Pouca de Aguiar - 266  
 povoados fortificados calcolíticos - 252, 255, 312, 315, 335  
 povoados fortificados do Bronze Final - 376  
 Pragança - 277  
 Praia da Galé - 82, 115  
 Praia das Maças - 226, 288  
 Praia Verde - 82  
 prata - 399  
 Prazo - 171  
 Pré-acheulenses, estádios - 52  
 Pré-Boreal - 133, 134  
 Preixana - 396  
 presença fenícia - 369  
 primeiras populações modernas - 111  
 primeiro povoamento do Sul da Europa - 57
- processo de fissão - 310  
 Proença, Martinho de Mendonça de Pina e de - 21, 185  
 Proto-solutrense - 107, 113, 120, 125  
 protótipos micénicos - 331  
 Provença - 326  
 punções losânguicos - 338  
 punhais de cobre e de bronze com rebites de prata - 330  
 punhais de lingueta - 319, 321  
 punhais do tipo *Porto de Mós* - 372, 396
- Q**
- quartzo leitoso, revestimento de - 213  
 Quebradas - 171, 173  
 Queiriga - 209  
 Quinta da Água Branca - 322  
 Quinta da Comenda - 68  
 Quinta da Romeira - 314  
 Quinta da Torrinha - 171, 173  
 Quinta do Anjo - 224, 225, 303  
 Quinta do Cónego - 70  
 Quinta do Ervedal - 398  
 Quinta do Marcelo - 367, 369, 375, 381  
 Quinta do Outeiro - 68  
 Quinta do Percevejo - 359  
 Quinta do Soito - 173  
 Quinta dos Patudos - 67  
 Quinta Nova - 210  
 Quitéria - 326
- R**
- Rames - 25  
 Raposo, L. - 56, 57, 86, 89, 92, 94, 101, 132  
 raspadeiras unguiformes - 134  
 Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes - 27  
 redes de troca - 223, 279  
 Reguengos de Monsaraz - 179, 190, 204, 232  
 Renfrew, C. - 380  
 Resende, André de - 21

- Revolução dos Produtos Secundários* - 155,  
 179, 251  
 ria de Huelva - 222, 375  
 Ribeira da Sardinha - 121  
 ribeira de Aguiar - 107  
 Ribeiro, Carlos - 22, 24, 25, 26, 135  
 Ribeiro, Orlando - 351, 400  
 rio Côa - 107, 120  
 Rio Maior, região de - 32, 77, 127  
 Riss, glaciação de - 63, 65, 67  
 Riss/Würm - 94  
 Roça do Casal do Meio - 382, 383, 396  
 Rocha, A. dos Santos - 27, 160, 192, 202  
 Roche, J. - 109, 137, 150  
 Rolão, J.M. - 152  
 Romanização - 359  
 Roriz - 352  
 Rosmaninhal - 295  
 Rotura - 304
- S
- Sado, concheiros do vale do - 32, 136,  
 139, 146, 157, 194  
 sal, exploração do - 365  
 Salanova, Laure - 307  
 Salema - 179, 192  
 Salemas, povoado de - 175  
 Salvaterra de Magos, estações acheulenses  
 de - 61, 62  
 Sampaio - 121  
 Sanches, Maria de Jesus - 173, 212, 267  
 Sangmeister, E. - 258, 259, 368  
 Santa Justa - 258, 262, 274  
 Santa Luzia - 356, 382  
 Santa-Olalla, J. M. - 190  
 Santarém - 168  
 Santiago do Cacém - 168  
 Santiago do Escoural, *tbolos* de - 287  
 Santinha 1 - 392  
 Santo Antão do Tojal - 104  
 Santonja, M. - 57  
 Santos, Manuel Farinha dos - 42, 43, 125,  
 166  
 São Bartolomeu do Mar, espada de - 341  
 São Cláudio do Barco - 392  
 São Cristóvão - 297  
 São Julião - 133, 135  
 São Julião, povoado do Bronze Final de -  
 352, 354  
 São Julião, vaso neolítico de - 168  
 São Lourenço (Chaves), povoado calcolítico  
 de - 267, 275  
 São Lourenço (Esposende), povoado do  
 Bronze Final de - 352  
 São Pedro de Canaferrim - 167  
 São Pedro do Estoril - 224  
 São Romão - 356, 382  
 São Simão - 242  
 Sardenha - 381  
 Sarmento, F. Martins - 29, 202  
 Savory, H. N. - 259  
 Schmidt, H. - 186  
 Schubart, H. - 258, 259, 321, 333  
*Scrobicularia plana* - 137  
 Secção dos Trabalhos Geológicos de  
 Portugal - 22  
 Segunda Comissão Geológica - 22, 23, 24,  
 30, 185  
 Seixosa - 55  
 Senhora da Ouvida - 387  
 Senna-Martinez, J. C. de - 209, 210, 264,  
 303, 356  
 Sepultura 2 do Cabeço do Torrão - 193  
 sepulturas campaniformes - 318, 320  
 sepulturas cistóides - 190, 287  
 sepulturas de falsa cúpula - 218  
 sepulturas individuais - 193  
 Séries de Urânio - 94  
 serra da Arrábida - 86  
 serra da Estrela, perfis polínicos da - 177,  
 343  
 Serra da Muna - 323  
 serra de Bouro - 58  
 Serrão, E. da Cunha - 35, 40, 52, 58, 201  
 Serviços Geológicos de Portugal - 37  
 Sesimbra - 258  
 Setúbal, indústrias pré-acheulenses da  
 península de - 54  
 Severo, Ricardo - 29  
 Shee Twohig, E. - 239  
 Sicília - 224  
 Siciliano - 52  
 Sierra Morena - 236  
 sílex da Estremadura - 223

- Silva, C. Tavares da - 158, 159, 160, 192, 229, 260, 334, 383
- Silva, Celso Tavares da - 346
- Silva, E. J. Lopes da - 297
- Silva, F. A. Pereira da - 288
- Silva, J. Possidónio da - 27
- Simões, Augusto Filipe - 27
- Sistema em *mosaico* - 334
- sítio monumentalizado - 267
- sítios de altura, emergência de - 358, 359
- situações de conflito - 252
- Soares, A. M. Monge - 303
- Soares, J. - 158, 159, 160, 192, 229, 334, 383
- sobre-exploração dos territórios - 310
- Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz - 27
- Sociedade Carlos Ribeiro - 29
- Sociedade de Geografia de Lisboa - 40
- Sociedade Martins Sarmiento - 39
- Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia - 34, 40
- Sola - 344, 390, 392
- Solutrense - 105, 106, 109, 111, 113, 115, 126
- Solutrense cantábrico - 106
- Solutrense Ibérico - 106
- Solutrense levantino - 106
- Solutrense Médio - 109, 113
- Solutrense Superior - 113, 122, 125
- Solveira - 372
- Sotavento algarvio - 231
- Spindler, K. - 382
- stomion* - 382
- Straus*, L.G. - 111, 120
- Tapada da Ajuda - 358, 359, 360
- Tapado da Caldeira - 318, 392
- tartaruga terrestre - 89
- tecidos finos - 380
- técnica de *boquique* - 167, 392
- técnica pseudo-excisa - 316
- Tejo Internacional - 213
- Tejo, bacia terciária do - 26
- teoria das colónias* - 258
- Terciária, Era - 25
- termoluminescência - 105
- the Thing* - 239
- tholoi* - 226, 281, 285, 318
- tholoi* do Mediterrâneo Oriental - 186, 191
- tholos* - 281
- Tituarria - 287
- Toledo - 133
- Torre de Palma - 32
- Torre Vã - 367
- torrefacção da bolota - 210
- Torres Novas - 61
- Torres Vedras - 310
- Torres Vedras, litoral de - 32
- Trás-os-Montes - 211
- triângulo público - 290
- triângulos de Muge - 142
- triedros - 61
- trigo - 251
- Tróia, complexo romano industrial de preparados piscícolas de - 32

## U

Uluzziense - 101

## T

- Tabuyo del Monte - 295
- taças de pé - 308
- taças de tipo *Santa Vitória* - 326, 338, 339
- taças Palmela - 303, 319
- Talho do Chaparrinho - 326
- Tanchoal e Meijão, necrópoles de incineração do Bronze Final de - 34, 384
- Tancos - 62

## V

- Vala - 108
- Valada do Mato - 166, 173, 179
- Vale Comprido-Cruzamento - 97
- Vale da Cerva - 287
- Vale das Lages - 175
- Vale de Atela - 67, 68
- Vale de Boi - 115
- Vale de Cavalos - 63, 66, 68
- Vale de Porcos - 109, 111

- Vale de Rodrigo - 190, 302  
 Vale de Rodrigo 1 - 301  
 Vale de Romeiras - 142  
 Vale do Cávado - 352, 353, 392  
 Vale do Côa, arte rupestre do - 111, 120, 121, 122, 123, 124  
 vale do Danúbio - 101  
 Vale do Forno, Vale de Atela, cascalheira inferior, conglomerados de base terraço médio do - 61, 67, 136, 139  
 Vale do Forno, corte clássico de - 64, 66, 67, 68  
 vale do Guadiana - 122, 125, 132, 264  
 vale do Guadiana, arte rupestre do - 237  
 vale do Ocreza - 121  
 vale do Paiva - 386  
 vale do Tejo - 132, 194, 356, 360  
 vale do Tejo, arte rupestre do, santuário do - 236, 237, 239, 242, 397  
 vale do Tejo, concheiros do - 132, 139, 150, 158  
 Vale dos Extremos - 66  
 Vale Maria do Meio - 227, 234  
 Vale Píncel I - 160, 229  
 Vale Vistoso - 316  
 Valdejunco - 241  
 Valera, António - 173, 236, 264, 267, 269  
 Vallois, H. - 128  
 Valoch, K. - 52  
 Vandermeersch, B. - 55  
 Várzea da Mó - 137, 138, 146  
 Várzea do Lírio - 160  
 Vascas - 109, 111  
 Vasconcellos, J. Leite de - 27, 29, 31, 192  
 vasos de largo bordo horizontal - 388, 392  
 Veiga, S. P. M. Estácio da - 29, 36, 192, 227, 273, 326  
 Venta Micena (Granada) - 57  
 Verdelha dos Ruivos, silo, gruta sepulcral da - 312, 318  
 Viana, Abel - 35, 36, 70, 81, 132, 216, 281  
 Vicente, E. Prescott - 40  
 Vidigal - 146, 149  
 Vierra, J. - 139  
 Viguier, C. - 53  
 Vila do Bispo - 132  
 Vila Nova de São Pedro - 35, 37, 251, 252, 259, 260, 274, 336  
 Vila Praia de Âncora - 131  
 Vila Ruivas - 61, 62  
 Vila Verde - 352  
 Vilaça, Raquel - 207, 337, 370, 380  
 Vilafranquiano - 52  
 Vila Velha de Ródão, filões cupríferos de - 262  
 Vila Velha de Ródão, terraços fluviais de - 61, 62  
 Villena, tesouro de - 368  
 Vinha da Soutilha - 178, 266, 267  
 Vinha do Casão - 337
- W**
- Weber, teoria, modelo locativo de - 399  
 Worsaae - 23  
 Würm - 65  
 Würm Antigo - 77  
 Würm Superior - 77
- X**
- Xarez - 235
- Z**
- zagaías de osso - 113  
 Zambujal - 252, 259, 262, 304, 336, 337  
 Zbyszewski, Georges - 37, 38, 39, 51, 52, 53, 64, 65, 66, 70, 73, 81, 131, 132, 222  
 Zilhão, J. - 98, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 148, 158, 160, 163, 164  
 Zona de Ossa/Morena - 230

A «PRÉ-HISTÓRIA DE PORTUGAL»  
DA AUTORIA DE JOÃO LUÍS CARDOSO  
TEVE REALIZAÇÃO GRÁFICA DOS SERVIÇOS EDITORIAIS VERBO,  
CROMOUT E TILGRÁFICA, S.A.  
~~ACABOU DE SE IMPRIMIR EM OUTUBRO DE 2002~~  
N.º DE EDIÇÃO 2727  
DEPÓSITO LEGAL N.º 187 102/02

Esta obra aborda as sucessivas ocupações humanas situáveis no território hoje português, desde as épocas mais recuadas, remontando a cerca de 1,5 milhões de anos, até aos alvares dos povos com escrita, talvez nos inícios do século VIII a. C.

Situado entre dois grandes pólos culturais – a Europa Atlântica e o Mundo Mediterrânico – a originalidade cultural do espaço geográfico português, evidenciada desde a Pré-História, resultou da mistura de contributos, provindos ora de um ora de outro dos referidos domínios, para além dos que se transmitiram por via terrestre, oriundos do interior do continente europeu. O livro ilustra tal realidade, particularmente evidente em determinados períodos da Pré-História, os quais foram aqui devidamente destacados. Mas o carácter abrangente da obra – a primeira publicada por um só autor desde há três décadas – foi razão acrescida para se evitar a sobrevalorização de certos temas em detrimento de outros. O resultado final foi uma síntese equilibrada, de inequívoca utilidade a todos quantos se sentem atraídos pelo conhecimento do rico e fascinante passado pré-histórico de Portugal.

ISBN 972-22-2157-4  
130129



9 789722 221573